

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GUSTAVO NAGIB

**Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da
Horta das Corujas**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da
Horta das Corujas**

Gustavo Nagib

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amalia Inés Geraiges de Lemos

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N48a Nagib, Gustavo
Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas / Gustavo Nagib ; orientadora Amalia Inés Lemos. - São Paulo, 2016. 434 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Agricultura urbana. 2. Espaço urbano. 3. Ativismo. 4. São Paulo. 5. Guerrilha verde. I. Lemos, Amalia Inés, orient. II. Título.

Nome: NAGIB, Gustavo

Título: Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^(a) Dr.^(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^(a) Dr.^(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Amalia Inés.

AGRADECIMENTOS

Aos hortelões e agricultores urbanos de São Paulo, por materializarem uma cidade mais democrática, “comestível” e “orgânica”.

Aos voluntários e frequentadores da Horta das Corujas, pelo pioneirismo e ativismo. Pela horta comunitária. Por estarem ao meu lado. Por esta pesquisa.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e amor. Pelos abraços. Pela compreensão e paciência. Pela minha alegria de ser e de estar.

À minha família, pelo amor e conhecimento. Especial agradecimento à minha mãe Maria, responsável-mor pela alegria desta vida, pela valorização dos múltiplos saberes e pelo “divino maravilhoso”. Ao meu pai Fritz, quem me mostrou o araquá-azul, me conduziu à Geografia e me atentou à agricultura urbana. À minha avó Munira, pelo companheirismo, confiança e muito mais que demais. Ao meu irmão Miguel, pela grande inspiração. Aos meus tios e primos, que estão para todas as horas. À minha tia Lúcia, pela afinidade em tantas coisas boas da vida.

Aos professores, pela dedicação e transmissão de conhecimento. E também àqueles que foram muito receptivos e me concederam entrevistas ou depoimentos. Especial agradecimento a (em ordem alfabética): minha orientadora Dr.^a Amalia Inés Geraiges de Lemos; Dr. Angelo Filardo; Dr.^a Catharina Pinheiro; Dr. Eduardo José Afonso; Dr.^a Ermínia Maricato; Dr. Eugenio Queiroga; Dr. Euler Sandeville; Dr. Fabio Contel; Dr. Francisco Scarlato; Dr. Jorge Bassani; Dr. José Bueno Conti; Dr. Júlio César Suzuki; Dr.^a Laura Hosiasson; Dr.^a Lúcia Nagib; Dr.^a María Laura Silveira; Dr. Mário De Biasi; Dr. Nabil Bonduki; Dr. Paul Singer; Dr. Paulo Mendes da Rocha; Dr. Paulo Saldiva; Dr.^a Sueli Furlan; Dr.^a Thais Mauad; Dr.^a Valéria de Marcos.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Geografia da FFLCH/USP; ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana; à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.

Aos grandes parceiros e amigos, pela ajuda, contribuição, dedicação e companheirismo em: artigos; leituras críticas; fotos; mapas e croquis; diagramação; arte; ilustrações; edição. Especial agradecimento a (em ordem alfabética): Alessandra Garcia; Ana Muniz; Angélica Nakamura; Barbara Monfrinato; Belén Fuentes; Bernardo Machado; Gabriela Brioschi; Giulia Giacchè; Guilherme Ranieri;

Hannah Uesugi; Luís Amato-Lourenço; Lya Porto; Paulo Delgado; Pedro Suzuki; Selma Botton; Thomas Schwemler.

Ao Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU), pelo seu grande êxito graças à nossa solidariedade acadêmica.

Aos agentes públicos que forneceram informações a esta pesquisa e estão a ouvir as ruas.

Às empresas e demais organizações que atenderam a esta pesquisa.

Ao *Colégio e Curso Objetivo*, que flexibilizou minha jornada de trabalho em benefício do desenvolvimento desta pesquisa e possibilitou a sua elaboração sem a solicitação de bolsa.

Aos meus alunos e ex-alunos, que me ensinam e que aprendem comigo. Aos colegas professores, coordenadores e orientadores pedagógicos, pelo dia a dia.

A todos os ativistas e ativismos que lutam por uma cidade menos (muito menos) desigual, sem preconceitos, mais humana e alegre.

Pelas contribuições anteriormente citadas e pelo envolvimento nesta pesquisa, especial agradecimento a (em ordem alfabética): Alcides Dutra; Aline Dias; Ana Flávia Badue; André Biazoti; André Keppe; Andrea Pesek; Angelo Mundy; Anya Teixeira; Bárbara Berges; Bentinho; Bia Accioly; Bobby Baq; Camila Soufer; Carol Ramos; Cassia Castro; Chris Larbig; Christine Munhoz; Claudia Abramo; Claudia Korek; Claudia Visoni; Claudio Ramallo; Clovis Oliveira; Cristina Signori; Daiane Ciriáco; Daniel Carvalho; Daniela Cuevas; Diego Yerovi; Dudu Franco; Eduardo Cabelo; Élodie Zutterman; Elza Niero; Fabio Furlan; Fabíola Donadello; Felipe Medalla; Flavio Barollo; Francisca Germano; Gabriel Zei; Gerson Pinheiro; Henrique Kefalás; Hugo Anselmo; Ibirá Machado; Isis Galvão; Jair Medeiros; Jasmin Johnson; Joana Canêdo; Joana Junqueira; Joana Ortiz; João Aira; Júlia Viera; Karen Menatti; Kauê Lopes; Larissa Giroldo; Laura Wrona; Leandro Vicente; Luci Caramori; Luciano Gomes; Luigdi Diniz; Madalena Buzzo; Maíra Vaz; Maitê Bueno; Marcella Marín; Marcelle Botega; Marcelo Scarpis; Marcio Stanziani; Marli Peixoto; Maria Alves; Maria Portaluppi; Matheus Cavalieri; Meryleen Mena; Miklos Hromada; Michelle Brito; Miriam Pils; Mirinha Cenamo; Mity Horicato; Neide Rigo; Nina Orlow; Olívia Alvarenga; Otavio Zarvos; Pedro Almeida; Pedro Botton; Pâmela Sarabia; Patrícia Franco; Paulinha Bali; Paulo Rapoport; Pops Lopes; Priscilla Ballan; Priscila Lee; Rafael Calabria; Ramón Bonzi; Raul Cânovas; Rebeca de Mendonça; Regina

Araujo; Regina Fukuhara; Rui Signori; Samuel Gabanyi; Sasha Hart; Sergio Shigeeda; Silas Gubitoso; Silvana Ribeiro; Simone Miketen; Sônia Cunha; Susana Prizendt; Tati Uva; Tatiana Achcar; Tereza Germano; Valfrides Souza; Vera Antunes; Victor Iamonti; Volker Minks; Zilma Zakir.

Além de: AAO; Barro Molhado; CADES-PI; CAE; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; CCSP; “Cidades Comestíveis”; COMUSAN-SP; Cooperapas; EMEF Professor Olavo Pezzotti; Equipe de Limpeza e Manutenção da Praça das Corujas; *Escola Piccolino*; *Espaço Brincar*; FAUUSP; FMUSP; Hortelões Urbanos; *Idea!Zarvos*; IEA-USP; Instituto Chão; MUDA-SP; Movimento Boa Praça; MST; Muda Mooca; Prefeitura de São Paulo; *Shopping Eldorado*; *SOS Resgate de Abelhas Sem Ferrão*; Subprefeitura de Pinheiros; SVMA; *TV Cultura*.

Revoluções podem realizar-se pacificamente.

Élisée Reclus

RESUMO

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. 434 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A agricultura urbana encontra-se presente em diversas civilizações e períodos da História. Entretanto, é na segunda metade do século XX, no contexto dos movimentos contraculturais (com início nos anos 1960/1970), que ela se materializará enquanto resultado de ativismos urbanos, destacadamente via guerrilha verde/*guerrilla gardening*, ou seja, mediante ações em terrenos públicos ou privados sem permissão prévia. Com isso, hortas comunitárias se tornaram símbolos da luta pela reestruturação do espaço urbano e ampliaram as reflexões sobre a apropriação do espaço público, a origem e qualidade dos alimentos, a cooperação cidadã e o direito à cidade. Esta dissertação tem por objetivo principal melhor compreender a agricultura urbana enquanto expressão ativista, destacadamente na cidade de São Paulo, onde ela se tornou mais evidente a partir da segunda década do século XXI, sobretudo com a emergência da rede “Hortelões Urbanos” e com a materialização da Horta das Corujas (horta comunitária em praça pública no território da Subprefeitura de Pinheiros), que também ajudaram a impulsionar mudanças legislativas e na composição de conselhos participativos. A partir de um recorte histórico-temporal adequado, empreendeu-se uma análise referente às dinâmicas da metrópole; atentou-se à problemática socioambiental; e regataram-se diferentes conceituações de agricultura urbana, evidenciando suas múltiplas soluções para a questão urbana. A partir da metodologia da pesquisa-ação, desenvolveu-se, por fim, o estudo de caso da Horta das Corujas, apresentando os seus diferentes aspectos socioespaciais vividos e percebidos cotidianamente. Na utopia das “revoluções tranquilas”, a referida horta comunitária sinaliza outra maneira de se apropriar do espaço público e de viver a cidade, pautada na experiência comunitária de caráter solidário.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Horta das Corujas. Ativismo. Guerrilha verde. Direito à cidade.

ABSTRACT

NAGIB, G. Urban agriculture as activism in Sao Paulo city: the case of Corujas Community Garden. 2016. 434 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Urban agriculture can be found in different civilizations and historical periods. However, it was not until recent times, from the countercultural movements of the 1960s and 70s onwards, that it became associated with "green guerrilla" or "guerrilla gardening", an activity that includes political actions in publicly or privately-owned land without prior permission. The resulting community gardens came to symbolise the struggle for the re-organisation of the urban space, including the reflection on the uses of public space, the origin and quality of food, the citizens' rights to cooperate and intervene in the city. This dissertation will focus on urban agriculture as an activist expression, notably in Sao Paulo city, where it has experienced a remarkable development in the last two decades, especially with the emergence of the "Hortelões Urbanos" ("Urban Gardeners") network and the founding of the Corujas Community Garden on a public square in the subprefecture of Pinheiros, which has contributed to legislative changes and to the reorganisation of participatory councils. My approach will question the adequacy of the historical approach, proposing instead an analysis based on the dynamics of the metropolis, the evaluation of environmental problems and of the different concepts of urban agriculture. Multiple solutions to urban issues will be suggested along the way. Guided by the methodology of the action research, the last section will be devoted to the case study of the Corujas Community Garden, giving pride of place to its socio-spatial aspects as perceived in daily life. I will conclude by addressing the utopia of the "peaceful revolution", i.e., the possibility that community gardens can provide a better kind of relationship with the public space and urban life, based on the communal sharing of assets and experiences.

Keywords: Urban agriculture. Corujas Community Garden. Activism. Green guerrilla. Right to the city.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da Praça Dolores Ibárruri _____	30
Figura 2 – Foto de mural de Diego Rivera _____	38
Figura 3 – Foto dos jardins do Generalife _____	40
Figura 4 – Foto dos jardins do Generalife _____	40
Figura 5 – Foto de <i>Lower East Side</i> (Nova York) _____	58
Figura 6 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	58
Figura 7 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	59
Figura 8 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	59
Figura 9 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	59
Figura 10 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	59
Figura 11 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	60
Figura 12 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	60
Figura 13 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	60
Figura 14 – Foto da Horta Comunitária Liz Christy _____	60
Figura 15 – Foto da feira orgânica do Ibirapuera _____	75
Figura 16 – Foto do Instituto Chão _____	86
Figura 17 – Foto da feira orgânica do <i>Shopping Villa-Lobos</i> _____	89
Figura 18 – Foto da feira orgânica do <i>Shopping Villa-Lobos</i> _____	89
Figura 19 – Cartaz do filme “Duas ou três coisas que eu sei dela...” _____	135
Figura 20 – Esquema dos metabolismos linear e circular de Girardet _____	146
Figura 21 – Esquema dos modelos convencional e compacto de Rogers _____	148
Figura 22 – <i>Flyer</i> do projeto “Cidades Comestíveis” _____	150
Figura 23 – Cartaz do projeto “Cidades Comestíveis” _____	153
Figura 24 – Foto do piquenique de troca de sementes e mudas _____	154
Figura 25 – Foto do lançamento do projeto “Cidades Comestíveis” _____	154
Figura 26 – Foto da Horta das Corujas _____	158
Figura 27 – Foto da Horta das Corujas _____	159
Figura 28 – Foto de ponte sobre o Córrego das Corujas _____	162
Figura 29 – Cartaz do projeto “Cidades Comestíveis” _____	166

Figura 30 – Cartaz do projeto “Cidades Comestíveis” _____	166
Figura 31 – Foto de 1957 de grupo escolar _____	169
Figura 32 – Foto da fachada da EMEF Padre Olavo Pezzotti _____	169
Figura 33 – Foto de faixa no bairro do Jardim das Bandeiras _____	180
Figura 34 – Foto do Edifício Corujas _____	182
Figura 35 – Foto do trecho aberto Córrego das Corujas _____	183
Figura 36 – Foto do muro entre o Edifício Corujas e o parque linear _____	184
Figura 37 – Foto do Parque das Corujas _____	184
Figura 38 – Foto da horta do <i>Shopping Eldorado</i> _____	186
Figura 39 – Foto da horta do <i>Shopping Eldorado</i> _____	187
Figura 40 – Foto da “farmácia viva” da Horta das Corujas _____	188
Figura 41 – Foto da Praça Dolores Ibárruri em dia de chuva _____	197
Figura 42 – Foto da Praça Dolores Ibárruri em dia de chuva _____	197
Figura 43 – Foto da Praça Dolores Ibárruri em dia de chuva _____	198
Figura 44 – Foto da Praça Dolores Ibárruri em dia de chuva _____	198
Figura 45 – Foto de praticante de <i>yoga</i> na Praça Dolores Ibárruri _____	199
Figura 46 – Pôster dos cães da Praça Dolores Ibárruri _____	200
Figura 47 – Foto da roseira da Horta das Corujas _____	209
Figura 48 – Seleção de postagens dos Hortelões Urbanos no <i>Facebook</i> _____	213
Figura 49 – Foto de Tatiana Achcar e Claudia Visoni _____	221
Figura 50 – Foto de Madalena Buzzo _____	221
Figura 51 – Foto da composteira da Horta das Corujas _____	223
Figura 52 – Cartaz dos Hortelões Urbanos _____	227
Figura 53 – Foto da primeira reunião sobre a Horta das Corujas _____	231
Figura 54 – Foto da vista do alto da Praça Dolores Ibárruri _____	232
Figura 55 – Foto do trecho aberto do Córrego das Corujas _____	233
Figura 56 – Foto da área da nascente do Córrego das Corujas _____	233
Figura 57 – Foto da área da nascente do Córrego das Corujas _____	233
Figura 58 – Foto da “parte baixa” da Horta das Corujas _____	234
Figura 59 – Foto da “parte baixa” da Horta das Corujas _____	235
Figura 60 – Foto de mutirão na Horta das Corujas _____	235
Figura 61 – Foto de mutirão na Horta das Corujas _____	235
Figura 62 – Foto das escadas da Horta das Corujas _____	236

Figura 63 – Foto das escadas da Horta das Corujas _____	236
Figura 64 – Foto da “parte alta” da Horta das Corujas _____	236
Figura 65 – Foto de cacimba da Horta das Corujas _____	237
Figura 66 – Foto de cacimba da Horta das Corujas _____	238
Figura 67 – Foto de Visoni sendo entrevistada na Horta das Corujas _____	241
Figura 68 – Foto da entrada da Horta das Corujas _____	246
Figura 69 – Foto da entrada da Horta das Corujas _____	246
Figura 70 – Foto de cão junto à entrada da Horta das Corujas _____	246
Figura 71 – Foto da inauguração da Horta das Corujas _____	248
Figura 72 – Foto de Visoni na inauguração da Horta das Corujas _____	248
Figura 73 – Foto da inauguração da Horta das Corujas _____	248
Figura 74 – Foto de mudas de pimentão na Horta das Corujas _____	259
Figura 75 – Foto da equipe que cercou a Horta das Corujas _____	262
Figura 76 – Foto da equipe que cercou a Horta das Corujas _____	262
Figura 77 – Foto do depósito de ferramentas da Horta das Corujas _____	264
Figura 78 – Foto do depósito de ferramentas da Horta das Corujas _____	265
Figura 79 – Foto de gravação de documentário na Praça Dolores Ibárruri _____	267
Figura 80 – Foto de Visoni posando para revista na Horta das Corujas _____	268
Figura 81 – Foto de mutirão na Horta das Corujas _____	274
Figura 82 – Foto de mutirão na Horta das Corujas _____	275
Figura 83 – Foto de mutirão na Horta das Corujas _____	275
Figura 84 – Foto de mutirão na Horta das Corujas _____	278
Figura 85 – Foto do aniversário de Donadello na Praça Dolores Ibárruri _____	278
Figura 86 – Foto de oficina na Praça Dolores Ibárruri _____	281
Figura 87 – Foto de Jack plantando árvore em calçada _____	281
Figura 88 – Foto de oficina na Praça Dolores Ibárruri _____	281
Figura 89 – Cartaz do Movimento Boa Praça e da Horta das Corujas _____	284
Figura 90 – Foto de apresentação artística na Praça Dolores Ibárruri _____	285
Figura 91 – Foto de oficina na Horta das Corujas _____	286
Figura 92 – Foto de apresentação artística na Praça Dolores Ibárruri _____	287
Figura 93 – Cartaz de aniversário da Horta das Corujas _____	287
Figura 94 – Foto de apresentação artística na Praça Dolores Ibárruri _____	288
Figura 95 – Foto de exposição fotográfica na Praça Dolores Ibárruri _____	289

Figura 96 – Foto de <i>focaccia</i> feita por voluntário da Horta das Corujas _____	289
Figura 97 – Foto de materiais descartados da Horta das Corujas _____	297
Figura 98 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	299
Figura 99 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	299
Figura 100 – Foto de canteiro com técnica de <i>Hügelkultur</i> _____	301
Figura 101 – Foto da Horta da <i>City Lapa</i> _____	303
Figura 102 – Foto da Horta da <i>City Lapa</i> _____	303
Figura 103 – Foto da Horta da <i>City Lapa</i> _____	303
Figura 104 – Foto da Horta da <i>City Lapa</i> _____	303
Figura 105 – Foto da Horta da <i>City Lapa</i> _____	304
Figura 106 – Foto de canteiro elevado na Horta das Corujas _____	313
Figura 107 – Foto de polinização na Horta das Corujas _____	314
Figura 108 – Foto de escultura de Buda na Horta das Corujas _____	316
Figura 109 – Foto do local onde está o Buda na Horta das Corujas _____	317
Figura 110 – Foto de escultura de Buda na Horta das Corujas _____	317
Figura 111 – Foto do meliponário da Horta das Corujas _____	318
Figura 112 – Foto de apresentação artística na Praça Dolores Ibárruri _____	319
Figura 113 – Foto de Gerson Pinheiro na Horta das Corujas _____	319
Figura 114 – Foto de pertences de sem-teto na Praça Dolores Ibárruri _____	325
Figura 115 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	327
Figura 116 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	327
Figura 117 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	327
Figura 118 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	327
Figura 119 – Foto de placa na entrada da Horta das Corujas _____	328
Figura 120 – Foto da Horta do Ciclista _____	330
Figura 121 – Foto da Horta do Ciclista _____	330
Figura 122 – Foto da Horta do Ciclista _____	331
Figura 123 – Foto da capina da Horta das Corujas _____	334
Figura 124 – Foto da capina da Horta das Corujas _____	334
Figura 125 – Foto da equipe de manutenção de praças _____	335
Figura 126 – Foto de bombona para pesquisa da FMUSP _____	338
Figura 127 – Foto de placa sobre a pesquisa da FMUSP _____	338
Figura 128 – Foto de agentes coletando água na Horta das Corujas _____	341

Figura 129 – Foto de visita da Vigilância Sanitária à Horta das Corujas _____	342
Figura 130 – Foto de placa na Horta das Corujas _____	342
Figura 131 – Foto de peixes em cacimba da Horta das Corujas _____	343
Figura 132 – Foto de “postezinho” da Horta das Corujas _____	343
Figura 133 – Foto de “postezinho” da Horta das Corujas _____	343
Figura 134 – Foto de cultivo em páletes na Horta das Corujas _____	346
Figura 135 – Foto de cultivo em páletes na Horta das Corujas _____	346
Figura 136 – Foto de voluntárias e cultivo em pneus na Horta das Corujas ____	349
Figura 137 – Foto de cultivo em pneu na Horta das Corujas _____	349
Figura 138 – Foto de cultivo em pneus na Horta das Corujas _____	349
Figura 139 – Foto de <i>Argyreia nervosa</i> na Horta das Corujas _____	351
Figura 140 – Ilustração de <i>Rumex acetosa</i> _____	351
Figura 141 – Foto de <i>Solanum melongena</i> na Horta das Corujas _____	352
Figura 142 – Ilustração de <i>Basella alba</i> _____	352
Figura 143 – Ilustração de <i>Tropaeolum majus</i> _____	353
Figura 144 – Ilustração de <i>Equisetum</i> _____	353
Figura 145 – Foto de <i>Celosia argentea</i> na Horta das Corujas _____	353
Figura 146 – Foto de <i>Helianthus annuus</i> na Horta das Corujas _____	354
Figura 147 – Foto de <i>Cajanus cajan</i> na Horta das Corujas _____	354
Figura 148 – Foto de <i>Passiflora edulis</i> na Horta das Corujas _____	355
Figura 149 – Ilustração de <i>Allium tuberosum</i> _____	355
Figura 150 – Ilustração de <i>Stachys byzantina</i> _____	356
Figura 151 – Ilustração de <i>Xanthosoma taioba</i> _____	356
Figura 152 – Foto de Andrea Pesek na Horta das Corujas _____	357
Figura 153 – Foto de Gustavo Nagib na Horta das Corujas _____	357
Figura 154 – Foto de Chris Larbig na Horta das Corujas _____	357
Figura 155 – Foto de Joana Ortiz na Horta das Corujas _____	357
Figura 156 – Foto de Júlia Vieira na Horta das Corujas _____	358
Figura 157 – Foto de Canêdo e Mirinha na Horta das Corujas _____	358
Figura 158 – Foto de Marcela Peters com a filha na Horta das Corujas _____	358
Figura 159 – Foto de Fabíola Donadello na Horta das Corujas _____	358
Figura 160 – Foto de Mity Horicato na Horta das Corujas _____	359
Figura 161 – Foto de Miriam Pils e Dona Beth na Horta das Corujas _____	359

Figura 162 – Foto de Pâmela Sarabia na Horta das Corujas _____	359
Figura 163 – Foto de Belén Fuentes na Horta das Corujas _____	359

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População de Detroit de 1840 a 2012 _____	103
Gráfico 2 – Variação do preço do m ² : Pinheiros (jan. 2008-jul. 2015) _____	175
Gráfico 3 – Variação do preço do m ² : Alto de Pinheiros (jan. 2008-jul. 2015) ____	175
Gráfico 4 – Variação do preço do m ² : Vila Madalena (jan. 2008-jul. 2015) _____	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Território da Subprefeitura de Pinheiros: a Praça Dolores Ibárruri e demais localizações específicas _____	160
Mapa 2 – Município de São Paulo: território da Subprefeitura de Pinheiros ____	172
Mapa 3A – Praça Dolores Ibárruri: localização da Horta das Corujas _____	191
Mapa 3B – Horta das Corujas: croqui de out. 2015 _____	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição territorial e demográfica: Subprefeitura de Pinheiros ____	171
Tabela 2 – Mutirões da Horta das Corujas (2015) _____	276
Tabela 3 – “Critério Brasil” de Classificação Econômica _____	321

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. AGRICULTURA URBANA E ATIVISMO	37
OS CONTEÚDOS DA AGRICULTURA URBANA	37
<i>Século XXI: Conceituar e reconhecer a agricultura urbana.....</i>	<i>42</i>
A AGRICULTURA URBANA COMO EXPRESSÃO ATIVISTA	54
<i>O ativismo de guerrilha</i>	<i>54</i>
<i>As matrizes ideológicas da agricultura urbana como expressão ativista</i>	<i>63</i>
A RELAÇÃO COM OS ORGÂNICOS, COM A AGROECOLOGIA E COM A PERMACULTURA	71
<i>Os orgânicos</i>	<i>71</i>
<i>A agroecologia.....</i>	<i>92</i>
<i>A permacultura.....</i>	<i>95</i>
UMA AMPLIAÇÃO DA DISCUSSÃO UTÓPICA	98
<i>As revoluções tranquilas.....</i>	<i>98</i>
<i>A base solidária.....</i>	<i>102</i>
<i>A simplicidade voluntária</i>	<i>108</i>
CAPÍTULO 2. O ESPAÇO URBANO NO FOCO DA ANÁLISE: O ATIVISMO E O DIREITO À CIDADE COMO SIGNIFICANTES DE UMA EXPRESSÃO DA AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO	113
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PAULISTANO	113
O ATIVISMO POR UMA OUTRA CONCEPÇÃO DO URBANO	123
O DIREITO À (OUTRA) CIDADE	134
CAPÍTULO 3. HORTA DAS CORUJAS: EXPERIÊNCIA PIONEIRA NA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI	158
CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL	158
<i>A Vila Madalena</i>	<i>166</i>
<i>Caracterização político-administrativa e socioeconômica</i>	<i>170</i>
A VILA MADALENA E O MERCADO IMOBILIÁRIO: TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS RECENTES	174
<i>O imaginário urbano e o ideal de sustentabilidade</i>	<i>178</i>
A PRAÇA DOLORES IBÁRRURI (PRAÇA DAS CORUJAS)	189
<i>Usos pretéritos e regulamentação.....</i>	<i>192</i>
<i>Projeto de reurbanização e usos recentes</i>	<i>194</i>
HORTELÕES URBANOS: UMA CONJUNÇÃO DE INICIATIVAS	201
A MATERIALIZAÇÃO DA HORTA DAS CORUJAS: DA GUERRILHA VERDE À FORMALIDADE CONSENTIDA.....	220
<i>Territorialidade da Horta das Corujas na Praça Dolores Ibárruri.....</i>	<i>231</i>

DIFERENTES ESTRATÉGIAS PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	239
<i>A Horta das Corujas e suas territorialidades internas em questão</i>	253
<i>O financeiro</i>	260
<i>Mutirões, oficinas e comemorações</i>	271
<i>As relações sociais (nas esferas virtual e material)</i>	290
<i>Perfil dos voluntários</i>	310
<i>Consumir é seguro?</i>	337
<i>A diversidade de espécies</i>	350
<i>Os voluntários fotografados</i>	357
CONSIDERAÇÕES FINAIS	360
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	367
APÊNDICES	391
ANEXOS	396

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana abrange uma grande variedade de práticas, formas, intenções e definições (MOUGEOT, 2000; SMIT, NASR, RATTA, 2001). Por isso, tem-se em mente que, para estudá-la, é pertinente reconhecer qual de sua expressão será o foco principal da análise. Segundo Cabannes (2012), tal atividade envolve uma série de atores e setores, conferindo-lhe múltiplas dimensões: social, ecológica, econômica, política e espacial. Nesta variedade de funções, Madaleno (2002) inclui a capacidade da agricultura urbana de ser uma ferramenta estratégica para o planejamento urbano, a fim de combater a pobreza e de promover o desenvolvimento sustentável. Reynolds (2009), por sua vez, dedicou-se a apresentá-la sob a sua ótica ativista, fruto do que se convencionou denominar de “*guerrilla gardening*” e “*green guerrilla*” (“horticultura [ou jardinagem] de guerrilha” e “guerrilha verde”), a partir da tomada de espaços públicos ou privados, sem prévia autorização, para a produção de alimentos e/ou para a revitalização (estética, social, comunitária etc.) do espaço urbano, geralmente expressa pelo modelo de hortas comunitárias.

A temática da agricultura urbana – seja em meio acadêmico, midiático ou como elemento para a elaboração de políticas públicas – ganhou notoriedade, segundo Madaleno (2002, p. 9), a partir da década de 1980, sobretudo nos países em desenvolvimento:

Este processo foi estimulado por certas organizações internacionais, que nessa década [1980] iniciaram ou incrementaram programas de cooperação com países pobres no sentido de se expandirem as terras cultivadas e se apoiarem tecnicamente os pequenos produtores. Foi decisiva a transferência de conhecimento adquiridos nos âmbitos científico e tecnológico, onde a agricultura começava a ser vista como atividade importante para um desenvolvimento sustentado.

A referida autora reforça que, chegada a década de 1990, a agricultura urbana tornou-se bastante visível e consagrou-se nas agendas dos organismos internacionais que fomentam o desenvolvimento, sendo que a *internet* foi fundamental para a sua ampla divulgação. Naquela década, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) já apresentava uma definição de agricultura urbana enquanto atividade essencialmente econômica, ampliando o debate internacional acerca de sua importância e capacidade de reduzir

as vulnerabilidades sociais, referentes à quantidade e à qualidade dos produtos alimentícios e à geração de renda para diversas populações (FAO, 1999).

Por outro lado, nos países desenvolvidos, na então consolidada sociedade urbano-industrial das décadas de 1960 e 1970, que evidenciava uma série de consequências negativas para o meio ambiente promovidas pelos princípios desenvolvimentistas da lógica capitalista, diversos autores destacaram-se por apresentar alternativas às crises que se instauravam, incluindo, aí, outra abordagem e consideração acerca da qualidade da alimentação humana, do uso dos recursos naturais e da produção agrícola. Uma “outra agricultura” esteve muito relacionada, por exemplo, às lutas dos movimentos ativistas contraculturais que emergiam – sobretudo, mas não exclusivamente, nos Estados Unidos da América (EUA) – em fins da década de 1960, fortemente relacionadas à disseminação da ideologia da produção orgânica (livre de produtos químicos industriais) e do justo acesso à terra (FUKUOKA, 2009; ROSZAK, 1972; SCHUMACHER, 2010).

Chegado o século XXI, a agricultura urbana vem sendo amplamente estudada, no âmbito acadêmico, em diferentes países do mundo e por diferentes áreas do conhecimento:

A primeira década do século XXI consolidou os movimentos sociais e políticos que surgiram em contraposição à Revolução Verde ocorrida na segunda metade do século XX. Dentre esses movimentos estão a agricultura urbana e periurbana, cada dia mais voltadas para uma exploração baseada em conceitos agroecológicos.

O apoio à agricultura urbana e periurbana começou a surgir mais fortemente no final da década de 1980, mas foi em 2000, quando a população urbana mundial superou a população rural, que as agências internacionais de fomento à pesquisa e organizações não governamentais (ONGs) passaram a dar prioridade para pesquisas e projetos em hortas urbanas e periurbanas. (PRELA-PANTANO et al., 2012, p. 15.).

Este processo de propagação das práticas e “expressões” da agricultura urbana também esteve bastante relacionado ao surgimento de coletivos, redes e movimentos sociais que disseminaram seus princípios pautados em forte preocupação de ordem ambientalista, associando a agricultura urbana como atividade promotora de “impactos ambientais positivos significativos”, pois, dentre outros fatores, teria “o potencial de [re]utilizar a água servida, reduzir a emissão de CO₂ oriunda das atividades humanas cotidianas e utilizar resíduos urbanos típicos como o lixo orgânico” (PRELA-PANTANO et al., 2012, p. 16). Mais uma vez, a *internet* seria fundamental para que tais ideias e ações alcançassem um grande número de pessoas:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela *internet*. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. (CASTELLS, 2003, p. 114.)

A conceituação e a identificação da agricultura urbana, entretanto, ainda esbarram na problemática que também é parte de sua diversidade: a inter e multidisciplinaridade. Segundo Mougeot (2000), estes estudos, ao incorporarem as diferentes áreas do saber, se enriquecem significativamente, porém, também é preciso se chegar a uma definição que contemple esta diversidade. Portanto, definir a agricultura urbana (ou querer encontrar apenas uma única definição) não é um procedimento simples, sobretudo por ela apresentar múltiplas soluções para as questões urbanas. Por este motivo, esta pesquisa ainda teve por intenção resgatar o processo de conceituação da agricultura urbana, a partir da mais ampla pesquisa bibliográfica, abrangendo aquelas elaboradas por organizações e agências internacionais (que desenvolvem programas específicos ou que estão voltadas à pesquisa acadêmica), e por autores especializados na temática e pertencentes às diversas áreas do saber (Geografia, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Economia, Agronomia etc.).

O objetivo principal, no entanto, foi estudar e melhor compreender **a agricultura urbana enquanto expressão ativista e sua capacidade de reestruturação do espaço urbano** (REYNOLDS, 2009), com ênfase à cidade de São Paulo e ao estudo de caso de uma horta comunitária em especial: a Horta das Corujas. Constituiu parte deste objetivo “aumentar nosso conhecimento de determinadas situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização etc.)” (THIOLLENT, 2011, p. 24), assumindo-se que:

Não existem modelos de análise fundados numa verdade absoluta. O mundo move-se e é necessária uma teoria que o explique em seu movimento, descortinando as possibilidades futuras. Portanto, vislumbra-se a possibilidade do pensamento utópico como realização da essência perdida do homem [e da mulher] – sua liberdade criadora [...]. (CARLOS, 2015, p. 22.)

Se “o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais” (HARVEY, 2006, p. 169), a partir da criação de hortas comunitárias, portanto, um conjunto de atores redefine os usos e estabelece novas relações com o espaço. As hortas que surgem em praças

públicas, em consequência da mobilização política de ordem local, estabelecem o debate entre a cidade do presente e como ela poderia ser, e demonstram que “há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas”, onde as pessoas podem ser empoderadas “para criar novos espaços comuns de socialização e ação política” (HARVEY, 2014, p. 22). Mas, como questionou Ab’Sáber (2006, p. 99): “Será que o processo civilizatório do terceiro milênio estará apto à fenomenal tarefa de reorientar o caos em andamento?” Acredita-se que a agricultura urbana, que se materializa em espaço público de livre acesso na condição de horta comunitária, e que é decorrente de um processo ativista e de mobilização cidadã de escala local, pode ser analisada enquanto um mecanismo capaz de “reorientar o caos”¹ e de democratizar “o planejamento e a gestão do espaço urbano” (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 68), além de estimular a cidadania participativa (ROGERS, 2013) e de propor uma forma melhor de lidar com os “desarranjos” do meio ambiente urbano (MONGEAU, 1998).

Esta dissertação, por sua vez, foi estruturada em três diferentes capítulos. No primeiro, a intenção é conceituar a agricultura urbana e apresentá-la como atividade praticada por um tipo de ativismo urbano, bem como apontar as matrizes ideológicas que motivaram esta relação entre agricultura urbana e ativismo. Com a finalidade de melhor compreender os distintos modelos e as origens da agricultura urbana, inicia-se o capítulo com a constatação de que esta não é uma atividade recente no espaço das cidades (AROSEMENA, 2012; SMIT, NASR, RATTA, 2001). A partir daí, debruça-se sobre as conceituações elaboradas por diferentes autores, que, embora venham consolidando a agricultura urbana como temática de destaque para os estudos acadêmicos neste século XXI, revelam que o seu conceito ainda se encontra em processo de construção. A extensa pesquisa bibliográfica e o número considerável de autores citados para a construção argumentativa desta dissertação fazem a fundamentação teórica do trabalho, sendo que a escolha de tais autores relaciona-se ao fato de que eles possuem estudos acadêmicos de destaque sobre a temática da agricultura urbana.

Após a apresentação conceitual, compreender-se-á que, dentre os agentes promotores da agricultura urbana, encontra-se o ativismo urbano, que deu origem a uma série de hortas comunitárias, cuja função extrapolou a finalidade primordial de

¹ Ibid., p. 99.

fornecer alimentos. Muitas destas hortas trouxeram consigo outras reivindicações e simbologias político-ideológicas, além de novas maneiras de se conceber as relações sociais e o próprio espaço urbano (MANIER, 2012; POLLAN, 2007; REYNOLDS, 2009; TRACEY, 2007). Isto se tornaria mais expressivo e emblemático no âmago dos movimentos contraculturais estadunidenses no fim da década de 1960 e no começo da década de 1970.

Os estudos e o ativismo do geógrafo britânico Richard Reynolds tornou-se uma referência acadêmica para a compreensão da agricultura urbana como expressão ativista, especialmente no que se refere à materialização de hortas ou jardins por meio de ações de “guerrilha”, aquelas sem a prévia autorização do poder público ou do proprietário do terreno. O professor da Universidade da Califórnia Michael Pollan, em seus estudos, também se debruçou a melhor compreender a história deste modelo de ativismo para explicar a emergência do movimento orgânico (da produção orgânica de alimentos). Portanto, considerou-se pertinente que se fizesse o resgate histórico e que se compreendessem as matrizes ideológicas que inspiraram os ativismos e as suas ações materializadas por meio da agricultura urbana (destacadamente no modelo de hortas comunitárias), dando ênfase à conexão existente entre a disseminação de muitas hortas comunitárias urbanas com a produção orgânica de alimentos enquanto parte de um processo interdependente. A origem do termo “guerrilha verde”, que caracteriza a mais popular denominação deste tipo de ativismo, inclui-se como parte deste processo, bem como toda a inspiração proveniente dos ideais propagados pela contracultura e dos princípios em que esta última, por sua vez, se baseou: relações horizontais (não hierarquizadas), espírito de solidariedade, experiência comunitária, proximidade com a natureza e compreensão dos ciclos naturais, foco às questões de escala local, autonomia, simplicidade voluntária (redução do consumo), resgate do pensamento anarquista, entre outros (BELASCO, 2014; MONGEAU, 1998; ROSZAK, 1972).

A guerrilha verde ainda possui importante dimensão de revalorização espacial, já que, a partir de uma ação radical, transforma áreas abandonadas ou meros canteiros de avenidas, terrenos baldios e praças abandonadas – que não possuem “função social direta na vida urbana” e não refletem, por exemplo, benefícios para as pessoas “que vivem em grande maioria em distritos onde há carência de espaços livres de construção para lazer e recreação” (FURLAN, 2004, p.

270) – em áreas produtivas e capazes de ampliar as oportunidades de convívio social (REYNOLDS, 2009).

Neste primeiro capítulo, não se deixou de apresentar a pluralidade de princípios e práticas que estiveram associados à ideologia do modelo de agricultura urbana propagado pelas experiências ativistas. Comprova-se assim que, ao falar de hortas comunitárias, abrange-se uma ampla diversidade de outros temas e questões correlatos, evidenciando-se a grande dimensão desta discussão para os estudos acadêmicos. Como exemplo desta pluralidade temática, Pollan (2008, p. 212) faz uma explanação centrada na questão da alimentação e da saúde humana:

Participar do intrincado e interminável processo de prover nosso sustento é a forma mais certa de escapar da cultura da *fast-food* e dos valores nela implícitos: que a comida deve ser rápida, barata e fácil; que o alimento é um produto da indústria, não da natureza; que comida é um combustível, não uma forma de comunhão com nossos semelhantes e com outras espécies – com a natureza. [...] A horta oferece muitas soluções, práticas e filosóficas, para todo o problema da boa alimentação. [...] Os alimentos cultivados por você são mais frescos do que qualquer um do mercado, e não custam nada a não ser uma ou duas horas de trabalho por semana, além do preço de alguns pacotes de sementes.

O trabalho de cultivar os alimentos já contribui para sua saúde muito antes de você, naturalmente, sentar para comê-los, mas envolver seu corpo no próprio sustento é algo que ajuda sobremaneira seu condicionamento físico. Muito do que chamamos de recreação ou exercício consiste em trabalho físico inútil, portanto é especialmente gratificante quando se pode dar um propósito a esse esforço. Mas a jardinagem [horticultura] consiste também em trabalho mental: aprender sobre as diferentes variedades, descobrir qual se dá melhor nas condições de sua horta; familiarizar-se com os vários microclimas – as sutis diferenças de luz, umidade e qualidade do solo até no terreno mais minúsculo –; e imaginar formas de vencer as pragas sem recorrer a produtos químicos.

Para melhor compreender a história e os ideais propagados pelas hortas comunitárias de “caráter ativista”, foi preciso investigar e demonstrar a fundo o que elas viriam a significar para o modelo de sociedade urbano-industrial. Entrar no “mundo” das hortas comunitárias originadas dos movimentos contraculturais é, ao mesmo tempo, entrar no “mundo” de outros princípios e técnicas que lhe serviram de inspiração e que foram utilizados para a sua materialização: (a) primordialmente, o “império dos orgânicos” (POLLAN, 2007); (b) mas também a permacultura e a agroecologia, que, além da produção orgânica de alimentos, abarcam outros princípios e condicionantes; (c) a utopia das “revoluções tranquilas” – de mudar o mundo sem tomar o poder (MANIER, 2012); (d) a sua base solidária; (e) e a simplicidade voluntária, na medida em que o tempo que as pessoas se dedicam à horta é responsável por livrá-las do tempo de consumo exacerbado e,

concomitantemente, as hortas comunitárias são espaços de educação para a autonomia (MONGEAU, 1998; SCHUMACHER, 2010). Nestes momentos, houve a preocupação de exemplificar a discussão com: (a) casos brasileiros, tais como a produção e o consumo de orgânicos e as políticas públicas para o setor, em âmbito nacional e local (no município de São Paulo); (b) os casos estrangeiros mais atuais e emblemáticos, como a experiência vivida pela cidade de Detroit após a crise econômica de 2008; (c) a preocupação de contextualizar a discussão a partir de suas implicações diretas no espaço urbano, incluindo as diretrizes (leis) brasileiras e paulistanas mais relevantes (o Estatuto da Cidade e o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo).

Coube ao primeiro capítulo, ainda, trazer a discussão para o contexto brasileiro, tendo em mente que o foco da pesquisa é o município de São Paulo. Dos princípios bastante difundidos nos anos 1970, buscou-se relacionar o que deles restou ou foi absorvido na atualidade, não deixando de considerar a esfera das políticas públicas e dos programas governamentais em escalas local e nacional. Estes, por sua vez, afetam diretamente a sociedade, ao mesmo tempo que também foram fruto dos ativismos em questão. Muitas das políticas e das leis criadas no Brasil decorreram da luta ativista em prol de modelos alternativos de produção e consumo. Se, por exemplo, o mesmo movimento que outrora ajudou a propagar uma modalidade de agricultura urbana também disseminou a ideologia dos alimentos orgânicos, materializando hábitos culturais, relações comerciais e uma agricultura alternativa àquela propagada pela lógica industrial, considerou-se importante trazer esta discussão para o debate nacional, a fim de melhor compreender, adiante, no que se amparou (e se ampara) o arranjo ativista e comunitário que serviu, aqui, de estudo de caso – a Horta das Corujas.

O segundo capítulo, por sua vez, adentra propriamente na discussão acerca do espaço urbano. Neste momento, o intuito é avançar na construção teórica que ampara o objetivo central desta dissertação, de apresentar a agricultura urbana como atividade capaz de reestruturar o espaço urbano a partir de sua expressão ativista. Para isto, além das potencialidades socioespaciais que a atividade agrícola urbana engendra, também seria preciso dar ênfase ao papel do ativismo como mecanismo primordial de enfrentamento das atuais crises vividas pelas cidades e de mobilização e contestação da ordem vigente (CARLOS, 2011; SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004; ROLNIK, 2014).

A cidade de São Paulo é objeto de estudo acadêmico de diversos teóricos, sendo que um dos focos recorrentes das análises científicas direciona-se às visíveis desigualdades socioespaciais materializadas na metrópole. A partir deste resgate crítico ao modelo de expansão e desenvolvimento socioespacial paulistano, apresentado por diferentes autores, espera-se evidenciar a fragmentação resultante de seu processo histórico de urbanização e apresentar a agricultura urbana como uma das soluções viáveis para a conquista do real direito à cidade, que é um dos objetivos do Estatuto da Cidade e um dos principais referências de estudo para a Geografia Urbana, para o Planejamento Urbano e para o Urbanismo desde a clássica obra "*Le droit à la ville*" ("O direito à cidade"), de 1967, de Henri Lefebvre.

Inicialmente, o segundo capítulo tem como proposta apresentar uma breve explanação sobre o processo de urbanização paulistano cuja finalidade é estabelecer referências para a compreensão da metrópole atual, ressaltando aspectos espaciais que contribuam para uma completa caracterização da área de estudo. Compreende-se que a análise histórica se faz inseparável das problemáticas sobre as quais as pesquisas geográficas contemporâneas se debruçam, seja a partir dos aspectos relacionados à expansão horizontal da malha urbana, seja em relação à pressão exercida sobre os recursos naturais e o modelo (e ideologia) de planejamento predominante (rodoviarista e segregador), conforme destacam inúmeros autores.

Dando-se sequência à lógica argumentativa, apresentam-se a definição e os tipos de "ativismo" e discute-se seu papel estratégico enquanto solução alternativa ao planejamento oficial (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004). A continuidade analítica se faz por meio da relação entre os ativismos urbanos e a busca, por vezes utópica, de se materializar o real direito à cidade.

A ênfase dada às opções das políticas públicas pretéritas, assim como à grande influência e poder dos agentes de mercado como fatores determinantes dos quadros atuais de crise, é outro instrumento argumentativo para explorar a temática sob a perspectiva crítica e compreender que a escolha por trabalhar com a agricultura urbana não está apenas relacionada à sua capacidade produtiva, mas também ao seu potencial de transformação da paisagem e das ideologias até então dominantes para a concepção do planejamento urbano.

Coube ao segundo capítulo, ainda, revelar o papel da agricultura urbana em nosso passado próximo e na própria evolução do que seria o "ideal de cidade",

acreditando que tal atividade possa concretizar parte das lutas por outro modelo de cidade, mais humana, democrática e atenta às questões ambientais no que tange à vida cotidiana dos cidadãos. Trabalha-se, também, com a dualidade “homogeneidade” e “heterogeneidade” das características socioespaciais urbanas: enquanto a primeira seria fruto de uma sociedade “de muros” e fragmentada, a segunda, da diversidade e das relações e convívios democráticos entre a pluralidade de personagens que habitam em grandes centros como São Paulo (CARLOS, 2011; HARVEY, 2014; ROLNIK, 2014).

Com a finalidade de trazer a discussão para o contemporâneo, ampliou-se a análise utilizando documentos e relatórios divulgados pela ONU, que também contêm dados quantitativos (UN-HABITAT, 2012), citando os mais diversos movimentos sociais que transformaram as cidades em palcos de reivindicações ativas e expressões das crises contemporâneas, além de autores consagrados que exploraram esta temática, tais como o geógrafo David Harvey, o filósofo Slavoj Žižek e o arquiteto Richard Rogers. Por fim, não se deixou de lado, tal como no primeiro capítulo, trazer a discussão para a escala local. Apresentaram-se os novos conceitos absorvidos pela administração pública paulistana, que deram origem a projetos que incluíram a agricultura urbana como eixo condutor de transformações espaciais urbanas – a exemplo da Lei Municipal nº 16.212/15, que trata da gestão participativa das praças públicas no município de São Paulo e que, pela primeira vez, introduziu as hortas comunitárias na lista de equipamentos e mobiliários urbanos para usufruto comunitário.

Deve-se clarificar, ainda, que os dois primeiros capítulos criam as condições teóricas essenciais para o entendimento do estudo de caso, apresentado no Capítulo 3: este embasamento teórico se justificará pelo que representa a materialização da Horta das Corujas em suas mais diversas perspectivas políticas, sociais, econômicas e espaciais. Enquanto o primeiro capítulo preocupa-se com a construção teórica acerca da agricultura urbana, desde a sua construção conceitual até a identificação de sua expressão ativista e as ações desenvolvidas em diferentes contextos; o segundo capítulo adentra em discussões fundamentais para os estudos da Geografia Urbana, a fim de compreender a agricultura urbana e o ativismo como mecanismos transformadores e reestruturadores do espaço urbano, dando ênfase às problemáticas principais referentes à cidade de São Paulo. Neste sentido, discutir a agricultura urbana é discutir o processo de urbanização enquanto fenômeno social,

econômico, político, mas também espacial (SANTOS, M., 2009, p. 114); compreender como a cidade é “fantasticamente” dinâmica (JACOBS, 2013, p. 13); e sugerir a reflexão mais abrangente e filosófica de que:

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas. (WILLIAMS, R., 2011, p. 471.)

Em 2008, pela primeira vez na História, a maioria da população mundial já vivia em cidades; em 2050, a previsão é de que sejam três-quartos do total (UN-HABITAT, 2013). Isto implica, cada vez mais, em maior adensamento populacional e consequente aumento dos custos das áreas disponíveis para o cultivo intra-urbano; a limitação de espaço pode tornar, ainda, sinônimo de luxo a existência de jardins e hortas. Neste contexto, a criação de hortas comunitárias em praças públicas, sobretudo nas que se encontram abandonadas, ganha uma dimensão revolucionária e pacífica para enfrentar as novas condições urbanas (MANIER, 2012; REYNOLDS, 2009).

O terceiro e último capítulo se fez mais longo pelo montante de informações coletadas e pesquisadas em campo, bem como pelo estudo de caso que, empiricamente, conversa com a teoria apresentada pelos dois primeiros capítulos. Principia-se com a caracterização da área de estudo, sob as mesmas condicionantes metodológicas dos outros capítulos, ou seja, mediante prévia contextualização histórica da porção territorial estudada (área sob administração da Subprefeitura de Pinheiros, com ênfase aos distritos de Pinheiros e do Alto de Pinheiros, e aos bairros da Vila Madalena e da Vila Beatriz); além de mostrar casos da teoria apresentada anteriormente em sua funcionalidade e materialização na referida porção espacial: atuação dos agentes de mercado e do ativismo como forças políticas modeladoras e funcionalizantes do espaço. Todas as informações coletadas que poderiam conversar com o perfil socioeconômico e ideológico dos voluntários da Horta das Corujas foram apresentadas, tais como o preço médio do solo local, os índices de desenvolvimento humano e a participação cidadã nos conselhos participativos municipais.

A Praça Dolores Ibárruri, local onde se localiza a Horta das Corujas, teve sua história apresentada em conjunto com o processo de criação, funcionamento e organização dos Hortelões Urbanos – rede primordial para a materialização da horta

comunitária estudada –, e com informações sobre os demais atores locais (moradores e atuantes nos conselhos participativos da Subprefeitura de Pinheiros) que costuraram os procedimentos políticos e comunitários para a materialização da horta.

A apresentação do estudo de caso foi elaborada a partir dos tópicos temáticos mais significativos de cada aspecto da pesquisa. Isto significou apresentar: (a) o processo de concepção e pré-materialização da horta; (b) os personagens envolvidos, dando destaque aos principais agentes promotores da ação de materialização da horta e de seus usuários mais ativos; (c) a caracterização física, histórica e socioeconômica da área de estudo; (d) os motivos de escolha do lugar de instalação da horta; (e) os meios de divulgação das ações realizadas na horta, incluindo os canais midiáticos utilizados; (f) as relações estabelecidas com o espaço público; (g) a organização financeira dos hortelões; (h) a ocorrência e organização de mutirões, oficinas e comemorações na horta e na praça; (i) e a complexidade das relações sociais locais, incluindo as diferentes percepções dos atores envolvidos e “dos acontecimentos mais comuns”, para “tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles” (JACOBS, 2013, p. 13).

As hortas comunitárias com forte conteúdo político-ativista, como mecanismo de se repensar a vida cotidiana na metrópole e como instrumento de educação socioambiental, são um fenômeno relativamente recente no Brasil. Particularmente em São Paulo, este modelo de ação comunitária tornou-se mais simbólica a partir da materialização da Horta das Corujas, que é considerada por instâncias públicas (Subprefeitura de Pinheiros, conselhos participativos e mesmo por políticos) e pelo Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP) como sendo a primeira que se enquadraria com aqueles propósitos.

A Horta das Corujas surgiu em 2012, portanto, do ponto de vista histórico, há muito pouco tempo, mas particularmente emblemática para os estudos geográficos: primeiramente porque seria um referencial para este momento atual de multiplicação de hortas comunitárias (sobretudo pelo Centro Expandido da cidade); em segundo lugar, porque foi uma das referências para a elaboração de Lei Municipal que visa à democratização dos espaços públicos paulistanos; além de outras consequências socioespaciais de escala local e da “conversa” que estabelece com outras mudanças em curso (ou utópicas) no espaço urbano. Julgou-se este estudo de caso, portanto, de extrema relevância para a Geografia Urbana do século XXI e para

revelar que este emblemático papel de uma horta comunitária de conotação reivindicatória também assume materialidade particular em uma megacidade brasileira.

Para a realização desta pesquisa, seguiram-se os procedimentos metodológicos da pesquisa-ação:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estrita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20.)

Isto significa que este pesquisador teve a preocupação em compreender e interagir com os membros da situação investigada (THIOLLENT, 2011), sendo, inclusive, um destes membros ativos do estudo de caso (também um usuário e mantenedor de canteiro na Horta das Corujas). O próprio objeto de estudo e a inspiração temática inicial desta pesquisa originaram-se do engajamento participativo deste pesquisador com a temática em questão, bem como com as instâncias participativas de escala local (junto à Subprefeitura de Pinheiros), pois também é morador da área de estudo (do bairro da Vila Madalena, na zona oeste da cidade de São Paulo) e espera abranger, além da participação, uma ação planejada de caráter socioespacial. Estes quesitos não devem ser confundidos, no entanto, apenas como uma participação ativista, mas, sim, como um mecanismo para aumentar tanto o conhecimento deste pesquisador quanto das pessoas envolvidas com esta pesquisa.

Em geral, a ideia da pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a 'dizer' e a 'fazer'. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (THIOLLENT, 2011, p. 22.)

Segundo Thiollent (2011, p. 8-9), "a pesquisa-ação pode ser concebida como [...] um caminho ou um conjunto de procedimentos para interligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos". A pesquisa-ação, portanto, não é só uma atividade de intervenção social, já que também exige validação científica e reconhecimento acadêmico. Ainda segundo o referido autor, a crítica de que na pesquisa-ação haja um rebaixamento do nível de exigência acadêmica não é válida,

uma vez que pode haver manipulações e demais riscos em qualquer tipo de pesquisa.

Especificamente para o estudo de caso da Horta das Corujas, a pesquisa revela-se adequada por ser um “instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte”, sendo “possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência” que ocorreram “entre os agentes durante o processo de transformação da situação” (THIOLLENT, 2011, p. 15-25).

A pesquisa-ação seria um procedimento diferente, capaz de explorar as situações e problemas para os quais é difícil, senão impossível, formular hipóteses prévias e relacionadas com um pequeno número de variáveis precisas, isoláveis e quantificáveis. É o caso da pesquisa implicando interação de grupos sociais no qual se manifestam muitas variáveis imprecisas dentro de um contexto em permanente movimento. [...] No caso particular da pesquisa social (e também psicossocial), os fenômenos não possuem o caráter de perfeita repetitividade, como no caso de fatos mecânicos, e além do mais o papel do pesquisador nunca é neutro dentro do campo observado. (THIOLLENT, 2011, p. 40-41.)

No que refere ao uso e exposição das falas de entrevistados e dos depoimentos coletados, considerou-se que:

Muitas inferências são baseadas no senso comum e, algumas delas, no chamado ‘bom senso’, considerado por Antônio Gramsci como núcleo racional da sabedoria popular [...]. As inferências em linguagem comum são controláveis ou compreendidas em função do contexto sociocultural no qual elas são proferidas. Muitas vezes, para as entendermos, isto é, reconhecermos seu fundo de racionalidade (ou de irracionalidade), precisamos explicitar seus pressupostos ou fazer que o interlocutor os explicita. [...] Quando se trata de uma ação de caráter cultural, educacional ou político, os pesquisadores e participantes devem estar em condição de fazer uma avaliação realista dos objetivos e dos efeitos e não ficarem satisfeitos ao nível das declarações de intenção (como muitas vezes ocorre). O desenrolar e a avaliação de uma ação cultural são talvez mais difusos e menos evidentes do que no caso de atos técnicos bem definidos. (THIOLLENT, 2011, p. 45-50.)

Para todos os entrevistados e consultados diretamente por esta pesquisa, a ética acadêmica também foi preservada mediante a opção pelo anonimato no ato da publicação das informações verbais e/ou escritas por eles conferidas. Todos aqueles que solicitaram por esta opção tiveram suas falas identificadas pelo termo “anônimo” (substantivo masculino, tal como aparece nos dicionários da língua portuguesa), sendo respeitadas, ainda, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para seguir o padrão das demais informações verbais. Ressalta-se que todas as partes ou grupos interessados na situação ou nos problemas investigados foram consultados. Para aqueles que resistiram, por algum motivo, a emitirem sua

opinião e/ou versão de um caso específico, insistiu-se que seus depoimentos seriam muito importantes para os resultados da pesquisa acadêmica, e que não seria de interesse desta “ser feita à revelia de uma das partes” (THIOLLENT, 2011, p. 53), muito embora tenha havido apenas um caso de definitiva negação em dar entrevista ou depoimento (verbal ou por escrito).

Especificamente sobre as entrevistas e a coleta de informações com os participantes ativos da Horta das Corujas, tem-se que, conforme a preferência e a disponibilidade de horário dos hortelões: uma parte das entrevistas realizadas (18 no total) foi feita presencialmente por meio de questões abertas, a fim de que o entrevistado expressasse livremente suas opiniões e reflexões; outra parte, porém, foi feita mediante envio de questionário padronizado por *e-mail* (9 no total), sob a elaboração deste autor (APÊNDICE A). Este procedimento de consulta participativa reuniu, ao todo, as impressões de 27 participantes ativos da Horta das Corujas e que se identificam com um ou mais canteiros existentes dentro da horta. Preferiu-se, sempre que possível, realizar as entrevistas ao vivo, mediante registro documental via gravação do áudio (figura 1). Apesar destas terem sido mais extensas e diversos outros assuntos terem sido registrados durante o encontro presencial, questões padronizadas foram aplicadas igualmente a todos os entrevistados a fim de se construir um referencial comum de análise. Como tais entrevistas foram longas, o entrevistado pôde ser considerado um “informante”, já que tais pessoas proporcionaram “*insights* sobre o assunto e também acesso a outros entrevistados” (YIN, 2015, p. 115).



Figura 1 – Uma parte considerável das entrevistas com os voluntários da Horta das Corujas e frequentadores da Praça Dolores Ibárruri foi realizada na própria praça, preferencialmente neste banco (na foto, à direita) em frente à entrada da horta: é o único banco de toda aquela área pública que possui encosto, além de ser um ponto de referência conhecido pela grande maioria dos entrevistados. Na foto, também se vê um dos passeios, que dá acesso à Rua Juranda (uma das vias públicas junto à praça), e a escultura “Rio Suspenso” (atrás do banco, em azul), do artista Rodrigo Machado, localizada às margens do Córrego das Corujas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de dezembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A escolha das questões, que buscaram contemplar a fase exploratória da pesquisa-ação, foi norteadada por algumas perguntas iniciais com o intuito de melhor compreender o grupo enquanto parte de um processo de produção e de vivência coletivas:

De acordo com o princípio da participação, são destacadas as condições da colaboração entre pesquisadores e pessoas ou grupos envolvidos na situação investigada. Quem são essas pessoas ou grupos em termos sociais e culturais? A que interesses políticos estão vinculados? Já participaram em experiências semelhantes? Com êxito ou fracasso? Dentro da imaginação popular, como são representados os problemas e possíveis soluções? Que tipo de crença está interferindo? Existe vontade de participar? De que forma? Existe dificuldade de compreensão ou de expressão? (THIOLLENT, 2011, p. 57.)

Dentre os objetivos do questionário e das entrevistas presenciais inclui-se a condição de interagir com os voluntários e de compreender suas expectativas,

ações, críticas etc., a fim de melhor entender o próprio papel da horta comunitária e traçar os parâmetros para a análise crítica de um estudo de caso².

Além das entrevistas individuais, muitas anotações das manifestações verbais dos usuários da Horta das Corujas e uma série de entrevistas coletivas também foram feitas durante mutirões, oficinas, festividades e demais situações sociais durante os anos de 2014 e 2015. As falas anotadas, sem o prévio conhecimento do sujeito que as proferiu, foram todas identificadas com o termo “anônimo”, pois são fruto da observação participante do pesquisador. Além dos livros, documentos e artigos acadêmicos e/ou oficiais (leis e demais documentos governamentais, por exemplo), materiais jornalísticos (tais como artigos de jornais, revistas e de *sites* da *internet*), histórias de vida e o diário de campo também serviram como fonte de informação.

Para que se pudesse contemplar a pluralidade de opiniões e de participação social de todo o conjunto da Praça Dolores Ibárruri, uma série de entrevistas (cerca de 40) foram feitas com moradores do entorno próximo e com personagens importantes para a análise que esta pesquisa se propôs a realizar, destacando-se: (a) funcionários e/ou representantes do poder municipal; (b) empresários; (c) arquitetos, paisagistas e artistas envolvidos com a Horta das Corujas, com a Praça Dolores Ibárruri ou com o território da Subprefeitura de Pinheiros; (d) ativistas; (e) educadores que usam a Horta das Corujas para fins pedagógicos; (f) membros de associações de bairro ou lideranças locais; (g) opositores à existência da Horta das Corujas.

Deve-se salientar que o depoimento de ilustres professores e especialistas (total de 12), cujas obras e/ou ações dialogam ou complementam as referências desta pesquisa, também foram fundamentais para este trabalho acadêmico. Houve,

² Por meio destes mecanismos, investigaram-se: (a) as relações socioespaciais dos voluntários com a Horta das Corujas; (b) a importância da *internet* (e das redes sociais) no processo de integração e participação social; (c) a impressão sobre a existência de lideranças na horta e a horizontalidade nas relações; (d) a existência ou inexistência de contribuições materiais; (e) o trabalho realizado e a frequência com que se vai à horta; (f) as espécies cultivadas; (g) o motivo de envolvimento com a horta; (h) a importância de uma horta comunitária em espaço público; (i) a percepção pessoal sobre o espaço público; (j) levantamento de dados e informações pessoais (nome completo, idade, profissão, religião, preferência política/ideológica e renda familiar), cujas respostas não foram obrigatórias, nem divulgadas sem prévio consentimento, sendo que algumas delas serviram apenas para montar e compreender o perfil predominante dos usuários; (k) mudanças em hábitos cotidianos; (l) a noção do “compartilhar” a materialidade da horta e a relação com o “desapego”; (m) o engajamento pessoal em questões de caráter ambientalista; (n) o bairro em que mora; (o) e sempre foi perguntado se o entrevistado gostaria de se manifestar sobre algo que não foi perguntado (espaço ou momento para a livre reflexão/exposição do pensamento individual).

ainda, diversas opiniões coletadas por intermédio de: (a) trabalhos de campo realizados em outros locais para além da Horta das Corujas, como órgãos públicos, visitas a outras hortas comunitárias, encontros de ativistas, reuniões de conselhos participativos, visitas a sítios de produção orgânica em áreas periurbanas etc.; (b) mediante conversas via rede social *Facebook*; (c) por telefone e trocas de mensagens pessoais.

Em todo este repertório supracitado de fontes de informações verbais e pessoais, com exceção dos voluntários da Horta das Corujas que foram identificados no Capítulo 3, considera-se relevante nomear aqueles que foram formalmente consultados, concederam entrevistas exclusivas para esta pesquisa ou foram fontes oficiais de informação (mesmo que verbal) mediante trabalho de campo e consultas públicas (presenciais, via telefone e/ou *internet*):

(a) Especialistas, acadêmicos, políticos e ativistas – André Ruoppolo Biazoti, idealizador do projeto “Cidades Comestíveis” e ativista; Angelo Salvador Filardo Jr., professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e ex-subprefeito de Pinheiros (2013-2015); Eduardo José Afonso, professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e referência sobre a história do bairro da Vila Madalena; Elza Maria Niero, arquiteta-paisagista e autora do projeto de reforma da Praça Dolores Ibárruri; Nabil Georges Bonduki, professor da FAUUSP, vereador do município de São Paulo (2013-2016) e secretário municipal de Cultura (2016); Neide Rigo, nutricionista especialista em plantas alimentícias não convencionais (PANC), colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* e pioneira da Horta da *City Lapa*; Otavio Zarvos, empresário fundador e sócio da incorporadora *Idea!Zarvos*; Paul Israel Singer, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e Secretário Nacional de Economia Solidária (2016); Paulo Archias Mendes da Rocha, arquiteto, urbanista e professor da USP; Paulo Renato Mesquita Pellegrino, professor da FAUUSP e autor do projeto de reforma da Praça Dolores Ibárruri; Raul Cânovas, paisagista; Thais Mauad, professora da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e pioneira da Horta da Faculdade de Medicina.

(b) Prefeitura de São Paulo – Subprefeitura de Pinheiros; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA); Casas da Agricultura Ecológica (CAE) de Parelheiros e de São Mateus; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP); Subprefeitura de Pinheiros; Conselho Municipal do

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) de Pinheiros e da Vila Mariana; Centro Cultural São Paulo (CCSP); diferentes órgãos e/ou secretarias mediante o Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo³; funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção da Praça Dolores Ibárruri.

(c) Pós-graduandos membros do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU)⁴ – Angélica Campos Nakamura (Geografia Humana/FFLCH-USP); Giulia Giacchè (Universidade de Rennes 2); Guilherme Reis Ranieri (IEE-USP); Luís Fernando Amato-Lourenço (FMUSP); Lya Cinthia Porto de Oliveira (FGV).

Para a coleta de dados do estudo de caso, seguiram-se os quatro princípios elencados por Yin (2015, p. 122-134), que são: (a) usar múltiplas fontes de evidência, ou seja, buscou-se ter acesso a documentos (material cartográfico, notícias de jornais, fotografias etc.) ao mesmo tempo que foram realizadas entrevistas com diferentes atores e personagens envolvidos com a Horta das Corujas, promovendo a pluralidade de visões (princípio da “triangulação a partir de fontes múltiplas de evidência”); (b) criar uma base de dados do estudo de caso, a fim de “organizar e documentar os dados coletados”, por meio de notas, documentos, tabelas e narrativas; (c) manter o encadeamento de evidências, para que o leitor desta dissertação seja conduzido da maneira mais eficaz possível ao entendimento da pesquisa realizada; (d) ter cuidado no uso de dados de fontes eletrônicas, que foram usadas não como objeto de estudo, mas como ferramenta para coletar evidências. Yin (2015) afirma, ainda, que cabe aos estudos de caso mesclar metodologias qualitativas. Ramires e Pessôa (2013, p. 25-26), por exemplo, listam, dentre tais metodologias, tanto a pesquisa-ação, quanto o estudo de caso, dentre outras que também serviram de amparo a esta pesquisa, tais como a análise dos discursos e do conteúdo, a elaboração do diário de campo, a observação e o uso de fotografias e imagens.

O papel que se atribuiu às diversas imagens e materiais cartográficos foi de grande relevância para a completude teórico-metodológica desta pesquisa. Um sem-número de fotografias foi produzido pelo pesquisador e outras dezenas fornecidas por atores envolvidos no estudo de caso, ou ainda por amigos e colegas,

³ “A Lei Federal 12.527, de novembro de 2011, conhecida como ‘Lei de Acesso à Informação’, trata dos procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser adotados por órgãos municipais, estaduais e federais para garantir o acesso à informação sobre as ações públicas aos cidadãos”. (PREFEITURA DE SÃO PAULO.)

⁴ Até o abril de 2016, o referente grupo de estudos estava em processo de institucionalização junto ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

enriquecendo o conteúdo discursivo por intermédio da visualização de distintas paisagens. Deste grande álbum confeccionado ao longo do período 2013-2016, realizou-se uma seleção criteriosa para melhor explorar, descrever, identificar e analisar o objeto de estudo.

A Cartografia também foi essencial para este trabalho acadêmico, afirmando o compromisso da análise espacial de responsabilidade da Geografia. A partir de dados de fontes diversas devidamente e sempre identificadas em cada caso, o Capítulo 3 conta com materiais cartográficos produzidos especialmente para esta pesquisa, elaborados pelas ou a partir das atuais tecnologias digitais (CAD, GIS, *Google Maps* e *Earth*), além da utilização de procedimentos analógicos, que permitem correções pontuais, praticidade em campo e baixos custos, a exemplo das técnicas indicadas por Queiroz Filho e Biasi (2011) para o cálculo de alturas e altitudes, distâncias e orientação, mediante uso de cartas específicas ou diretamente/presencialmente no terreno por intermédio de equipamentos básicos. Ilustrações botânicas (técnicas) e ilustrações artísticas, elaboradas por pessoas amigas e participantes eventuais da Horta das Corujas, foram cordialmente cedidas e realizadas especialmente para enriquecer esta dissertação. Em todos os respectivos casos, as imagens (fotos, ilustrações técnicas, cartazes, mapas e cartas etc.) possuem autorização de uso e criteriosa citação dos créditos.

A opção pelo encadeamento teórico desta dissertação conversa, ainda, com a metodologia da pesquisa-ação, segundo a qual as referências bibliográficas são trazidas tanto pelo pesquisador e suas influências acadêmicas, quanto pelo que é vivenciado nos trabalhos de campo e pelos seus personagens, por exemplo: em três diferentes dias e situações em campo, houve citações aleatórias acerca da obra de “O negócio é ser pequeno” (“*Small is beautiful*”), de E. F. Schumacher. Portanto, coube ao pesquisador, inevitavelmente, trabalhar com o referido autor, uma vez que suas ideias são intrínsecas à realidade materializada por aqueles hortelões. Dessa forma, além de se utilizar da fundamental pesquisa teórica, os temas e problemas apresentados também foram condicionados pelo contexto da pesquisa empírica, a fim de se atentar “às exigências teóricas e práticas” relevantes dentro da situação socioespacial (THIOLLENT, 2011, p. 15-16).

Em todos os capítulos, como descrito anteriormente, também se esteve atento à contextualização histórica, já que “não há possibilidade de pensar o espaço sem uma historicidade” (MARTINS, G.; CLEPS JR., 2013, p. 86) e “que o espaço é o

resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, M., 2012, p. 68). Cabe salientar, ainda, que a pesquisa bibliográfica e a escolha de todas as citações foram alinhadas a esta construção teórico-metodológica, que compreende a organização espacial mediante a “interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções através do tempo”. Conforme Santos, M. (2012, p. 69):

“Forma” é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. “Função” [...] sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. “Estrutura” implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. “Processo” pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

A escolha do vocabulário empregado para a redação desta dissertação também foi fruto do reconhecimento prévio dos termos e expressões utilizados pelos atores envolvidos com a temática da agricultura urbana (especialmente nas hortas comunitárias) e pela bibliografia consultada. A frequente ocorrência de determinadas palavras empregadas por autores ou pelos sujeitos entrevistados contribuíram para a composição do texto final. A partir da constatação e identificação deste vocabulário “singular” ou “específico”, buscou-se o devido amparo teórico para definir os termos e poder empregá-los adequadamente nesta pesquisa. Quando for o caso, a palavra ou expressão apresentará uma nota para a devida justificativa de seu uso. Estilisticamente, optou-se por não utilizar as primeiras pessoas do singular e do plural ao longo do texto. Ressalta-se, ainda, que trechos de depoimentos foram adicionados meticulosamente à dissertação, permitindo a sequência lógica da construção argumentativa. Por vezes, eles são mais extensos, porém a opção foi por apresentar a reflexão do entrevistado em sua integridade e por respeitar o direito à publicação integral da explanação individual, sempre que pertinente ao encadeamento textual.

Sobre o conjunto da pesquisa científica, por fim, Booth, Colomb e Williams, J. (2008, p. 325) afirmam:

É uma atividade inteiramente social, que nos une àqueles cuja pesquisa usamos e, da mesma forma, àqueles que usarão a nossa. É também uma atividade não mais limitada ao pequeno mundo social acadêmico. [...] Ela influencia todos os setores de nossa sociedade e de nossa vida, pública ou privada.

Com isto, esta pesquisa espera abrir novos caminhos para o entendimento científico acerca da agricultura urbana, na vontade de demonstrar sua relevância quanto ao ineditismo da análise aqui apresentada. Esta pesquisa valoriza o compromisso ético da construção do diálogo acadêmico com a sociedade. Esta pesquisa considera, enfim, que o conhecimento é fonte criadora de uma sociedade mais justa, humana, livre de preconceitos e verdadeiramente democrática.

CAPÍTULO 1. AGRICULTURA URBANA E ATIVISMO

OS CONTEÚDOS DA AGRICULTURA URBANA

A agricultura urbana não é uma atividade recente. Smit, Nasr e Ratta (2001) afirmam que há três fatores históricos que explicam a sua origem:

(a) Continuidade das práticas históricas – A exemplo dos *allotments*⁵ na Inglaterra, que foram inventados no século XIX; das hortas em cidades da África colonial com suas raízes em práticas comunais anciãs; dos sistemas centenários na China de utilização das fezes humanas para fertilizar terras agrícolas nas cercanias das cidades e vilas; das *chinampas*⁶ no México, originárias da Era Pré-Colombiana (figura 2).

⁵ Desde o final do século XIX, com maior intensidade durante as Guerras Mundiais, difundiu-se na Inglaterra o modelo de *allotments* (hortas urbanas), para suprir a demanda por alimentos básicos. O modelo tornou-se culturalmente difundido e, na atualidade, tem aumentado sua procura. Em terrenos públicos, privados ou eclesiásticos, paga-se um montante entre 25 e 125 libras por ano para cultivar alimentos em áreas de 50 a 400 m².

⁶ Palavra de origem náuatle (*nahuatl*), língua asteca, “chinampa” significa “na cerca de junco” (*chinamittl*: cerca de junco; *pan*: em). As chinampas são estruturas flutuantes (geralmente estabelecidas em áreas lacustres pantanosas de baixa profundidade) cobertas de terra para fins agrícolas e de expansão territorial, que foram desenvolvidas nos lagos de Chalco e Xochimilco, ao redor da cidade asteca de Tenochtitlán, no século XIII. Desde o início do processo de colonização espanhola até a contemporaneidade, as grandes transformações urbanas do local onde hoje se situa a Cidade do México resultaram no desaparecimento de extensas porções de chinampas, que secaram após as obras de drenagem das áreas lacustres e com o desvio das águas para o abastecimento da capital mexicana. Entretanto, algumas chinampas herdadas do período pré-hispânico ainda são encontradas atualmente em Xochimilco, uma das 16 delegações do Distrito Federal mexicano (na zona sul da Cidade do México). Por esta razão, em 1987, Xochimilco foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Localizadas em uma área de significativa exploração turística e ainda fornecedoras de hortaliças e flores para a capital mexicana, a UNESCO alerta que as chinampas remanescentes correm risco de degradação devido à introdução de novas tecnologias agrícolas e modificações no modo de produção tradicional, à retirada das águas superficiais e subterrâneas para fins de abastecimento e/ou sua contaminação, e ao possível abandono (ONOFRE, 2005; UNESCO, 2015; XOCHIMILCO, 2015).



Figura 2 – As chinampas são representadas nos murais de Diego Rivera, no primeiro andar do Palácio Nacional – sede do Poder Executivo Federal e do Ministério das Finanças do México, localizado na Praça da Constituição (Zócalo), no Centro Histórico da Cidade do México –, enquanto elemento da paisagem cotidiana da cidade de Tenochtitlán, capital do Império Asteca, no período pré-hispânico. A partir da foto do mural, as chinampas são vistas ao fundo (especialmente do lado direito), junto às porções em azul claro, que representam as áreas lacustres. À frente, os gêneros agrícolas ofertados pela civilização asteca, cujo destaque é o milho (com sua diversidade de cores). Cidade do México, México. Foto de outubro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

(b) Domesticação de plantas e animais e suas relações com as pessoas – Espécies desenvolvidas pela agricultura urbana se diferenciaram, em alguma medida, das espécies da agricultura rural, tais como: a necessidade de adaptação a ambientes mais hostis, necessidade de maior produtividade, já que o solo urbano é mais caro; maior diversidade para abastecer os diversificados e exigentes mercados urbanos.

(c) Concepção e gestão dos ambientes naturais e antrópicos – Algumas sociedades desenvolveram técnicas e tecnologias para incluir a agricultura como atividade urbana, enquanto outras determinaram os territórios de assentamento e os de cultivo separadamente, o que contribuiu para construir relações distintas entre as pessoas e a natureza.

Ao longo da História, a agricultura urbana foi uma das representações e funções do espaço verde urbano. Este se apresentou utilitário e “comestível”; apenas ornamental; ou ainda uma mistura das duas características: “o espaço verde tem sido uma expressão de como a sociedade, e em especial a cidade, se relaciona com o ecossistema” (AROSEMENA, 2012, p. 24-25, tradução nossa). Em relação à

escolha de espécies alimentícias em projetos para áreas públicas, o paisagista Raul Cânovas (2015, informação pessoal⁷) relembra:

As hortas urbanas eram praticadas em todas as civilizações: [na] China, [em] Machu Picchu, e principalmente durante a Primeira e a Segunda Guerras, nas cidades inglesas, quando o governo britânico incentivou essa prática. É comum, nas pequenas cidades europeias, o cultivo de árvores frutíferas nos espaços públicos.

O distanciamento entre cidades e o meio natural foi consequência, em grande medida, do desenvolvimento dos meios de transporte, capazes de abastecê-las com alimentos e demais necessidades básicas trazidas de longas distâncias, a exemplo de Roma Antiga: a construção de aquedutos e de vias com calçamento para facilitar, respectivamente, a chegada de água e de mantimentos, aliada à expansão territorial de sua influência política, levaram a cidade à posição de grande importadora de alimentos da África e da Ásia (AROSEMENA, 2012).

No entanto, a agricultura urbana sempre desempenhou a função de fornecer alimentos à população das cidades e vilas ao longo da História. Segundo Smit, Nasr e Ratta (2001), há relações entre a produção intensiva de alimentos e o modo como as mais diferentes sociedades criaram cidades e civilizações. Os referidos autores citam exemplos encontrados em diferentes continentes. No Oriente Médio, as vilas junto a oásis seriam exemplos primitivos de agricultura urbana (desde c. 2.500 a.C.); os persas inventaram os *qanats* (c. 1.000-1 a.C.), aquedutos subterrâneos que transportavam águas acumuladas com as chuvas ou de aquíferos até as cidades, onde também eram usadas para irrigação. Já em relação ao contexto sul-americano,

uma das teorias mais aceitas para explicar Machu Picchu é que ela foi um templo ou santuário dedicado especificamente à agricultura, com muitas funções – conectando a agricultura com Viracocha (deus supremo), e servindo como uma estação de pesquisa agrícola, um banco de produção de sementes e de germoplasma⁸, e um centro de treinamento em terraceamento (ZAPP⁹, 1994 *apud* SMIT; NASR; RATTÀ, 2001, cap. 2, p. 28, tradução nossa).

Na Europa Antiga, um dos principais elementos do jardim mediterrâneo é o conjunto de plantas alimentícias e medicinais nos pátios de casas e palácios. Na posterior Era Medieval, o jardim fechado (*hortus conclusus*) também apresentava

⁷ CÂNOVAS, R. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 13 mar. 2015.

⁸ “Entende-se como ‘germoplasma’ o material que constitui a base física da herança sendo transmitida de uma geração para outra. Significa a matéria onde se encontra um princípio que pode crescer e se desenvolver, sendo definido ainda, como a soma total dos materiais hereditários de uma espécie”. (EMBRAPA, 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/pesquisa-e-desenvolvimento/intercambio-de-germoplasma>>. Acesso em 20 jul. 2015.)

⁹ ZAPP, J. **Correspondência pessoal aos autores supracitados**. Colômbia: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1994.

relação entre agronomia, agricultura e jardinagem, especialmente nas referências hispano-árabes, que introduziram o cultivo em terraços e a hidráulica agrícola, a exemplo dos jardins do Generalife¹⁰ (figuras 3 e 4), na cidade espanhola de Granada (AROSEMENA, 2012).



Figura 3 – Panorâmica dos terraços do Generalife, onde havia o cultivo de frutíferas, aromáticas e hortaliças. Atualmente, há uma combinação de espécies como ciprestes, cítricos, parreiras, oliveiras etc. Foto de julho de 2015. Crédito: Paulo Delgado.



Figura 4 – Jardins organizados ao redor da corrente de água, que era trazida por aquedutos desde as montanhas de Granada e irrigava tanto as hortas quanto as plantas exclusivamente ornamentais. Atualmente, há flores como jasmims e rosas, mas também espécies frutíferas como tangerinas e parreiras. Foto de julho de 2015. Crédito: Paulo Delgado.

No fim do século XIII, Paris já possuía mais de 100.000 habitantes: era a maior cidade da Europa. Segundo Mazoyer e Roudart (2010), esta situação

¹⁰ Vila de jardins, provavelmente de fins do século XIII, habitada por reis muçulmanos do Reino Nasrida de Granada (séculos XIII-XV). Atualmente, o Generalife é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

privilegiada devia-se à sua posição no centro de uma zona agrícola muito produtiva (e bem servida de água): a bacia cerealífera do Rio Sena.

Navés (2012, p. 8, tradução nossa¹¹) afirma:

No Renascimento e no Barroco, os jardins das vilas e dos palácios se abrem à paisagem, através de eixos inclinados no jardim italiano, e planos, no francês, de modo que adquirem um caráter mais ligado ao ócio (*hortus loquacior*). Não obstante, sobretudo no jardim renascentista, seguem conservando-se as tramas geométricas de frutíferas e hortas. Mais à frente, o jardim paisagístico inglês dos séculos XVIII e XIX, inspirado no jardim chinês e japonês, rompe com a tradição da geometria agrícola própria dos jardins anteriores e se inspira nas formas orgânicas do mosaico de bosque e prado da paisagem natural.

Foi na sociedade industrial do século XIX e de princípios do século XX que se rompe, enfim, a relação entre espaço verde, parques e agricultura.

“Desse modo, a agricultura se transfere às zonas periféricas distantes das cidades, e os espaços verdes dos parques e jardins urbanos adquirem um caráter de recreação e higienização da cidade, mas utilizando uma vegetação [...] com finalidade meramente ornamental”. (NAVÉS, 2012, p. 8, tradução nossa.)

Arosemena (2012) destaca, entretanto, que aparecem referências agrícolas em diferentes teóricos do urbanismo em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, com foco no abastecimento alimentar das cidades. São alguns exemplos: o catalão Ildefons Cerdà i Sunyer, responsável pelo plano de reforma da cidade de Barcelona em 1859, que defendia a necessidade de “ruralizar a cidade e urbanizar o campo”, já que sua concepção do espaço urbano incluiria o território adjacente à cidade que fornece recursos a ela; o inglês Ebenezer Howard, autor de *Garden Cities of To-morrow* (de 1898), cuja “cidade-jardim” incluiria um cinturão de terras cultiváveis para compor o sistema agroalimentar urbano; o estadunidense Lewis Mumford (1895-1990) alertava que o crescimento urbano colocaria em risco o equilíbrio territorial ao pressionar o entorno rural, responsável pelo abastecimento agrícola e demais matérias-primas; o suíço Le Corbusier, autor de *Urbanismo* (de 1925) destacou a possibilidade de existência da agricultura urbana sem que houvesse redução da densidade nos subúrbios, além do compartilhamento do tempo cotidiano entre as atividades pessoais do trabalho assalariado com a dedicação aos jardins domésticos, capazes de fornecer alimentos; e, finalmente, o estadunidense Frank Lloyd Wright que, a partir da década de 1930 até sua morte em 1959, trabalhou sua ideia de “não cidade” na proposta para *Broadacre City*, uma oposição

¹¹ In: AROSEMENA (2012). Francesc Navés assina o prefácio da obra de Arosemena (2012), p. 7-9.

ao que considerava negativo na cidade. Wright planejou assentamentos dispersos, onde cada família possuiria uma área de 4.000 m² e a agricultura estaria inevitavelmente presente, pois considerava a arquitetura e as terras agrícolas uma única paisagem: a produção de alimentos seria essencial para um desenvolvimento paisagístico autossuficiente.

A vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza. [...] É o caso dos parques, dos jardins, das águas cativas. Essas mediações não podem ser compreendidas sem os simbolismos e **representações** (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo como tais pelos cidadãos. (LEFEBVRE, 1969, p. 66, grifo do autor.)

Século XXI: Conceituar e reconhecer¹² a agricultura urbana

Existem diferentes definições para agricultura urbana. Autores de variadas áreas e abordagens teóricas a conceituam conforme o contexto e o campo disciplinar. Em geral, as três dimensões essenciais da agricultura urbana são: a variedade de áreas (intra ou periurbanas); os personagens, instituições e organismos dela participantes; e as atividades e práticas oriundas de motivações distintas. Nota-se, contudo, um esforço conceitual recorrente no que tange a diferenciação ou não das terminologias “agricultura urbana” e “agricultura periurbana”, e a análise dos atores envolvidos nestas formas de agricultura (GIACCHE, 2014).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1999, apresentou definição para “agricultura urbana” e para “agricultura periurbana”. A primeira fazia referência às pequenas superfícies (terrenos, hortas, terraços, canteiros etc.) localizadas dentro da cidade e destinadas, sobretudo, à produção agrícola e à criação de gado de menor porte ou de vacas leiteiras para consumo próprio e comercialização nos arredores. A segunda, às unidades agrícolas próximas das cidades, com destaque aos hortifrutigranjeiros, de exploração intensiva. Admitiram-se, no entanto, como integrantes de ambas as modalidades, além das atividades agropecuárias, a pesca e a silvicultura. A principal

¹² São apresentados, aqui, sete significados para a palavra “reconhecer”, a fim de instigar a reflexão sobre a escolha do termo. Neste século XXI, e mediante a proposta desta dissertação, os sete significados condizem à análise que pretendemos construir acerca da agricultura urbana. **1** Conhecer de novo (o que se tinha conhecido noutra tempo); **2** Conhecer a própria imagem; **3** Identificar; **4** Admitir, ter como bom, legítimo ou verdadeiro; **5** Ficar convencido de; **6** Considerar como legal; **7** Mostrar-se agradecido por (HOUAISS, 2009).

distinção entre "urbano" e "periurbano" referiu-se à densidade, aos tipos e aos padrões de uso do solo, que, por sua vez, determinariam as limitações e as oportunidades para o desenvolvimento das práticas anteriormente citadas.

Segundo a FAO (1999), a proximidade dos grandes adensamentos humanos faria tanto a agricultura urbana quanto a periurbana apresentarem oportunidades, tais como: fácil acesso aos mercados consumidores; menor necessidade de embalar os produtos; menor dependência em relação ao armazenamento e transporte dos alimentos; significativo potencial de emprego e renda para as populações urbanas; melhor acesso aos alimentos pela população mais pobre; disponibilidade de alimentos mais frescos e perecíveis; maior proximidade das redes de tratamento de resíduos; possibilidade de recuperação e reutilização de resíduos.

A *Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security Foundation* (RUAF), fundação que se constitui como uma das principais redes globais atuantes na temática da agricultura urbana no mundo, também se debruçou sobre a definição da referida atividade. Sem fins lucrativos, a RUAF nasceu de uma reunião entre 28 organizações internacionais (incluindo agências especializadas como a FAO), realizada em Ottawa, em 1994. A preocupação do grupo direcionava-se ao que denominaram “urbanização da pobreza”¹³, bem como à insegurança alimentar, às mudanças climáticas, à dependência da importação de alimentos e ao aumento do preço dos alimentos e do controle do mercado pelos supermercados e pelas redes de *fast-food*.

Registrada nos Países Baixos e operando desde 1999, a RUAF apoia governos locais, organizações de produtores urbanos, organizações não governamentais (ONGs), organizações comunitárias e centros de pesquisa; dá assistência técnica; incentiva a pesquisa-ação; trabalha politicamente em defesa da agricultura urbana; publica a revista *Urban Agriculture* (“*Agricultura Urbana*”), além de livros e orientações técnicas e metodológicas. Diversos autores propuseram suas respectivas conceituações em trabalhos publicados pela fundação, que viria a apresentar a seguinte “definição-síntese”:

¹³ A expressão refere-se às constatações de que a pobreza nos países em desenvolvimento aumentou com o crescente processo de urbanização: o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza (menos de US\$ 1,25 por dia) em áreas urbanas de países em desenvolvimento aumentou de 236 milhões, em 1993, para 283 milhões, em 2002 (UN-HABITAT, 2013).

A agricultura urbana pode ser brevemente definida como o cultivo de plantas e a criação de animais dentro e no entorno das cidades¹⁴. A característica mais marcante da agricultura urbana, que a distingue da agricultura rural, é que ela é integrada aos sistemas econômico e ecológico urbanos: a agricultura urbana é incrustada – e interage com – no ecossistema urbano. Tais ligações incluem: o uso de residentes urbanos como trabalhadores; a utilização de recursos tipicamente urbanos (como resíduos orgânicos como adubo composto e o reuso de água para irrigação); as relações diretas com os consumidores urbanos; os impactos diretos na ecologia urbana (positivos e negativos); sendo parte do sistema alimentar urbano; competindo por terra com outras funções urbanas; sendo influenciada por políticas e planejamentos urbanos etc. A agricultura urbana não é uma relíquia do passado que irá desaparecer (a agricultura urbana expande quando a cidade cresce), nem foi trazida à cidade por migrantes rurais, que perderão seus hábitos rurais ao longo do tempo. Ela é parte integrante do sistema urbano. (RUAF, 2015, tradução nossa.)

Mougeot (2000), por sua vez, destaca a importância da agricultura urbana ser compreendida como parte integrada dos sistemas econômico e ecológico urbanos, tornando-a diferente e complementar à agricultura rural. O autor assinala que a definição de agricultura urbana está amparada pelas seguintes dimensões:

(a) Atividades econômicas – Entende-se que, no meio urbano, a produção, a comercialização e o processamento estão mais inter-relacionados no tempo e no espaço, graças às proximidades territoriais e à sua maior fluidez.

(b) Categorização dos produtos – Consideram-se os cultivos alimentícios (com destaque àqueles mais perecíveis ou de maior valor), as criações de animais (incluindo seus derivados) e os produtos não alimentícios no conjunto das trocas e das interações que fazem a agricultura urbana se entrelaçar com outras atividades, recursos e serviços das cidades.

(c) Localização (intra e/ou periurbana) – Reconhece-se que a localização normalmente é alvo das principais discussões sobre as definições de agricultura urbana. Na separação entre agricultura intra e periurbana, questionam-se: o tamanho das populações; a densidade populacional; os limites da cidade ou de todo município; a utilização dada aos terrenos; as regulações legais e diretrizes governamentais. Para a delimitação do que seria a área periurbana, em contato mais próximo com as áreas rurais, os critérios adotados tendem a ser ainda mais difusos, havendo variáveis como: a distribuição de espaços livres, edificações e rodovias; o estabelecimento de uma distância máxima em relação ao centro da cidade, relacionada à capacidade dos produtores agrícolas suprirem suas

¹⁴ Nota-se que, aí, já se contempla, em uma definição única, as condicionantes “intra” e “periurbana”.

necessidades básicas cotidianas; ou, ainda, a área no entorno da cidade para a qual os cidadãos consigam se deslocar para trabalhar. Para Mougeot (2000), a localização não deveria ser considerada a característica diferenciadora mais importante da agricultura urbana, mas, sim, o fato de ela ser parte integral do sistema socioeconômico e ecológico urbano.

(d) Áreas onde é praticada – As áreas usadas pela agricultura urbana também variam bastante. Podem ser utilizados: canteiros em solo, vasos, bombonas (geralmente plásticas), telhados, contêineres, páletes¹⁵ e demais materiais onde seja possível preenchê-los com terra; estruturas para cultivos hidropônicos; áreas internas ou áreas externas. Nesta dimensão, também são considerados a modalidade de posse do terreno (cessão, locação, partilha, acordo pessoal, ocupação, destinação legal ou oriunda de programas governamentais, transação comercial etc.) e o setor que usa o solo urbano (residencial, industrial, institucional etc.).

(e) Sistemas de produção – Credita-se maior atenção à produção de micro, pequeno ou médio porte (seja familiar ou empresarial), em oposição à larga escala de grandes empresas nacionais e/ou transnacionais.

(f) Destino da produção – Costuma-se abarcar a produção para autoconsumo ou para comercialização, mas também para as vantagens da agricultura urbana sobre outras formas de abastecimento e para sua potencialidade econômica, levando-se em conta as características particulares de cada caso estudado.

Apesar da atenção à agricultura urbana ter crescido nas últimas décadas, os agricultores e hortelões urbanos ainda sofrem para manter suas estratégias de sobrevivência reconhecidas pelas autoridades. Contudo, ampliam-se as demandas por políticas públicas voltadas ao tema, reforçando suas múltiplas contribuições enquanto ferramenta promotora do desenvolvimento sustentável das cidades e às problemáticas urbanas: a agricultura urbana utiliza recursos urbanos – solo, trabalho, água e resíduos orgânicos urbanos –; é fortemente influenciada pelas condições urbanas – incluindo a competição pelo uso do solo urbano –; produz para a cidade; e é impactante na segurança alimentar, na pobreza, no meio ambiente e na saúde (VEENHUIZEN, 2006). Nesta perspectiva:

¹⁵ Espécie de estrado (estrutura plana, em geral de madeira, que se assemelha a um palanque baixo) usado para empilhar, manusear e transportar cargas (HOUAISS, 2009). Muito utilizados para o cultivo de hortaliças no espaço urbano. Uma vez preenchidos com terra e composto, tornam-se canteiros ligeiramente suspensos e também evitam o contato direto com o solo local.

A agricultura urbana pode ser definida como o cultivo de plantas e a criação de animais para alimentação e outros usos dentro e em torno das cidades e vilas, e atividades relacionadas como a produção e a entrega de insumos, e o processamento e comercialização de produtos. A agricultura urbana está localizada dentro ou na periferia de uma cidade e é composta por uma variedade de sistemas de produção, que vão desde a produção de subsistência e de processamento em nível doméstico à agricultura plenamente comercial. A agricultura urbana é geralmente caracterizada por: proximidade aos mercados; alta competição por terra; espaço limitado; uso de recursos urbanos, tais como resíduos sólidos orgânicos e águas de reúso; baixo grau de organização produtiva; principalmente de produtos perecíveis; alto grau de especialização; entre outros. Ao fornecer produtos perecíveis, como legumes, leite fresco e produtos avícolas, a agricultura urbana, em grande medida, complementa a agricultura rural e aumenta a eficiência dos sistemas alimentares nacionais. (VEENHUIZEN, 2006, p. 2, tradução nossa.)

Zasada (2012), ao desenvolver sua análise acerca do termo “periurbano”, destaca algo de considerável apreço no processo de compreensão e funcionalidade da agricultura urbana: nas áreas periurbanas, há elevado grau de interpenetração espacial dos elementos urbanos e rurais, representando uma zona de contato entre ambos, ou seja, (re)conectando social e funcionalmente as relações entre o rural e o urbano. Ao compreender a agricultura urbana para além de sua localização, pode-se acrescentar esta característica de alto teor mobilizador, expressa, inclusive, pelos ativismos em áreas intra-urbanas: combater a alienação e os preconceitos urbanos, pelo menos em parte, em relação a características comumente associadas exclusivamente à realidade rural.

À primeira vista, o termo “agricultura urbana” pode parecer ser um oxímoro. Agricultura é comumente considerada a mais essencial atividade rural, e agricultura urbana é frequentemente percebida como arcaica, temporária e inadequada. Alguns a consideram, na melhor das hipóteses, marginal [...]. (SMIT; NASR; RATTA, 2001, cap. 1, p. 1, tradução nossa.)

Na verdade, a agricultura urbana, do ponto de vista econômico, apesar de parecer distante do cotidiano de muitos cidadãos, é uma atividade econômica que sustenta milhões de pessoas em todo o mundo e tem se tornado essencial para garantir a segurança nutricional das populações urbanas, com vastas implicações ambientais e de saúde pública (SMIT; NASR; RATTA, 2001).

Nos dias atuais, a agricultura urbana tem agregado grande variedade de propósitos ao materializar-se no espaço urbano. Alguns exemplos são: a pesca e demais coletas aquáticas em rios, lagos, tanques etc.; as hortas comunitárias em espaços públicos ou privados; as áreas de pequenos bosques ou matas urbanas; a horticultura em áreas com muito espaço livre, como em aeroportos ou grandes fábricas; as criações de animais de pequeno porte em gaiolas ou cercados

diminutos; a horticultura hidropônica; as hortas em áreas livres junto a grandes avenidas, às margens de estradas ou nas periferias menos povoadas etc.

Smit, Nasr e Ratta (2001) reconhecem que não é possível estabelecer uma única e abrangente classificação para englobar todas as atividades da agricultura urbana. Por isso, torna-se conveniente e mais apropriado, neste contexto, assumir que há diferentes tipologias que podem ser aplicadas aos estudos que tratam, por alguma perspectiva, da agricultura urbana. Quando da formação da expressão “agricultura urbana”, compreender-se-ão, aqui, as palavras “agricultura” e “urbana” em sentido amplo:

“Agricultura” abarca horticultura, aquicultura, silvicultura, apicultura e demais criações de animais. Agricultura, cultivo, plantação, safra e criação [...] serão usados de modo [mesclado e] trocável [...]. “Urbana” é usada em sentido amplo para abarcar a área total na qual a esfera de influência (social, ecológica e econômica [e política]) de uma cidade atua cotidiana e diretamente sobre sua população. (SMIT; NASR; RATTÀ, 2001, cap. 1, p. 7-8, tradução nossa.)

Identificam-se diferentes funções da agricultura urbana, uma vez que diversos atores se relacionam com ela. Destacam-se aqueles que a desempenham para fins de obtenção de renda, integrando diferentes mercados e em distintos modelos de produção; e aqueles citadinos que a desempenham em diferentes tipos de jardins e hortas, individualmente ou em grupo, e que, apesar de terem diferentes motivações, o destino principal da produção final não é a comercialização para fins de obtenção de renda.

Os vários modelos de urbanismo, dos mais funcionais aos mais utópicos, influenciaram, à sua maneira, as formas urbanas estruturadas por diferentes espaços verdes e agrícolas. Estas “áreas verdes urbanas” possuem significados e representações sociais de natureza muito diversa, sejam as praças, os parques, as matas e os bosques urbanos ou os espaços cultivados. Estes últimos podem, ainda, se apresentar em muitas formas, como: hortas privadas, coletivas ou familiares, terrenos baldios, terras agrícolas, espaços públicos produtivos etc. Assim, a agricultura urbana ganha as seguintes dimensões: espacial, econômica, social e política (NAHMIAS; LE CARO, 2012).

A agricultura urbana também vem conectar-se às preocupações de ordem ambiental, adentrando em discursos políticos e ativistas pela redução da emissão de gases de efeito estufa, pela realocação da produção de alimentos (trazê-la para perto dos grandes aglomerados populacionais), pelos menores gastos de

combustível no transporte de alimentos e matérias-primas, pelo papel educativo, entre outros. Paralelamente, ela floresce em iniciativas de uma parcela da população urbana preocupada com a questão alimentar (sobretudo origem e qualidade dos alimentos disponíveis), com as novas formas de ocupação do espaço público, de valorização das culturas locais e de reivindicação social e política do espaço urbano (NAHMIAS; LE CARO, 2012).

Tanto a jovem mãe, quanto a firma transnacional, são agricultores urbanos, mas cada um tem necessidades especiais de apoio e promove diferentes contribuições econômicas, sociais e ambientais para a composição da cidade. Não há uma pessoa como o 'agricultor urbano médio'. Ele ou ela emerge de qualquer ponto ao longo do espectro populacional da cidade. Agricultores urbanos incluem o rico e o pobre, os imigrantes recentes e a aristocracia rural (SMIT; NASR; RATTA, 2001, cap. 3, p.1, tradução nossa).

Smit, Nasr e Ratta (2001) apontam que, nos tempos mais recentes (de fins do século XIX até o atual século XXI), os modelos de agricultura urbana foram, primordialmente, desenvolvidos a partir de cinco fatores principais:

(a) Industrialização da agricultura – A substituição do trabalho manual pela máquina em atividades agrícolas, em alguns países já no século XIX, fez da agricultura urbana uma fornecedora de alimentos e criadora de um mercado de trocas em muitas cidades.

(b) Revolução informacional – Os fluxos de informação entre as cidades tornaram-se mais intensos e eficientes, seja do ponto de vista mercadológico, seja para a troca de experiências, conhecimentos e ações (conectando, também, os movimentos ativistas).

(c) Acelerado processo de urbanização pós-II Guerra Mundial – A urbanização acelerada afetou o fornecimento de alimentos às cidades e reduziu a disponibilidade de terras agricultáveis, alavancando modelos intensivos de produção em pequenas áreas urbanas.

(d) Os padrões de assentamento resultantes da urbanização contemporânea – Alguns modelos de assentamentos urbanos têm deixado certas áreas não construídas em porções centrais e nas periferias das metrópoles, abrindo oportunidades ao desenvolvimento da agricultura urbana.

(e) Grande expansão da população urbana de baixa renda – Com os enormes índices de pobreza urbana, a agricultura urbana tem sido uma das soluções para garantir a segurança alimentar.

Muitas críticas à agricultura urbana estão relacionadas às dúvidas levantadas quanto aos aspectos sanitários. Deve-se certificar que as práticas agrícolas em áreas urbanas sejam seguras para os consumidores de seus alimentos e para os agricultores ou hortelões que a manejam. Smit, Nasr e Ratta (2001) citam o exemplo de vegetais que, ao serem irrigados com água de reúso, podem vir a transmitir cólera, como já ocorreu em fazendas periurbanas no Chile, em 1992, e mais sistematicamente no Peru.

Entretanto, em muitos lugares, autoridades governamentais acabam por proibir as práticas de agricultura urbana em vez de resolver suas potenciais adversidades. Muitas práticas agrícolas passam a ser limitadas a determinadas áreas ou algumas de suas atividades são terminantemente proibidas. Em São Paulo, por exemplo, a Lei Municipal nº 10.309, de 22 de abril de 1987, proíbe a criação e manutenção de suínos na zona urbana; em relação à criação de animais (geralmente suínos e aves), há a mesma regulamentação em diversas cidades do mundo. Já em Lusaka (Zâmbia) e Kampala (Uganda), o milho não pode ser cultivado nas cidades por estar possivelmente associado ao aumento de casos de malária. Ou ainda em Bamako (Mali), onde não é permitido o cultivo de cereais palhosos, desde 1989, porque são apontados como possíveis esconderijos de criminosos e criadouros de mosquitos (SMIT; NASR; RATTA, 2001).

Dessa forma, ativistas, acadêmicos, instituições e agências da ONU defendem que os apoiadores da agricultura urbana confrontem estes potenciais problemas para não reforçar preconceitos. Primeiramente, deve-se entender como e por que ocorrem os problemas, e quais são seus respectivos efeitos. Em seguida, opiniões equivocadas e preconceitos – a exemplo de que a agricultura urbana serve de esconderijo para criminosos, ou que ela compromete a estética urbana, por se apresentar “feia” – devem ser descartados (SMIT; NASR; RATTA, 2001).

Muitos dos reais problemas da agricultura urbana vêm de sua proximidade territorial às grandes densidades populacionais, compartilhando o mesmo ar, o mesmo solo e a mesma água. Os alimentos podem se contaminar por resíduos de diferentes origens presentes na água e nos solos, ou ainda pela poluição atmosférica (por material particulado e gases). No entanto, as contaminações também estão presentes na agricultura rural. Certamente, alguns problemas vão se apresentar mais graves em um ou em outro ambiente (urbano ou rural), mas muitos

deles “são causados por práticas inapropriadas por falta de informação e assistência” (SMIT; NASR; RATTA, 2001, p. 1, cap. 8, tradução nossa).

A fim de especificar os problemas associados à agricultura urbana, Smit, Nasr e Ratta (2001), os separaram por assuntos:

(a) Saúde – Infecções intestinais por comida contaminada; infecção respiratória por inseticidas; malária por mosquitos; tuberculose por vacas; triquinose e gripe suína por porcos; atração de ratos por compostos orgânicos; peixes podem carregar hepatite e metais pesados; legumes podem ser contaminados por metais pesados; inseticidas em legumes e frutas causam problemas estomacais; resíduos contaminam a água, que causa diarreia; feiras podem vender comida pronta sem cuidados sanitários; criação de animais na cidade pode conduzir à informalidade e à ausência de supervisão do abate; contaminação da produção agrícola por toxinas perto de áreas industriais.

(b) Ambiente – Poluição da água por lixo e químicos; poluição atmosférica por inseticida; prejuízo aos pastos pelo sobrepastoreio; poluição do solo por lixo e químicos; possível troca da cobertura florestal por cultivos; drenagem de áreas úmidas e redução da biodiversidade (assim como quase todo uso do solo urbano); práticas agrícolas em áreas de várzea e em encostas íngremes contribuem para alagamentos e erosão.

(c) Social – Pode sobrecarregar as mulheres, considerando o machismo e as demais obrigações familiares; emprega e pode sobrecarregar as crianças (quando há exploração do trabalho infantil).

(d) Gestão urbana – Dificuldades de taxaço; possibilidade de ocupação áreas com maior valor de uso para outras atividades; aumento do consumo de água potável sem que se pague por isso; e, para ser segura, pode requerer maior monitoramento por unidade de produção do que outros processos urbanos de produção.

(e) Outros – Pode não ser atrativa de acordo com seu modo de implementação; em alguns casos, as “ilhas” e os acostamentos de rodovias e avenidas, usados para a produção, podem causar acidentes. Especificamente sobre esta última questão, C novas (2015, informação pessoal¹⁶) ressalta, por exemplo, que apesar das “ilhas” das grandes avenidas, das praças, dos parques e das outras

¹⁶ C NOVAS, R. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 13 mar. 2015.

áreas verdes urbanas poderem ser ocupados com espécies alimentícias ou de alguma aplicação útil ao cotidiano dos cidadãos, deve-se tomar o cuidado de não utilizar espécies cujos frutos suculentos possam cair nas calçadas, causando escorregões aos pedestres; as frutíferas com essas características devem ser cultivadas em praças e parques, nunca em calçadas.

Por outro lado, muitos dos apontamentos anteriores não são exclusivos da agricultura urbana, ou seja, também podem se referir à agricultura rural, basta levar em conta as especificidades de cada região (contaminação da água e dos solos por lixo, resíduos em geral, uso de químicos etc., poluição atmosférica presente em vias de grande circulação; exploração da mão de obra infantil; sobrepastoreio; alagamentos e erosão; entre outros). Portanto, Smit, Nasr e Ratta (2001) também elencam os benefícios da agricultura urbana:

(a) Segurança alimentar e nutricional e saúde – Contribui significativamente para combater à fome e subnutrição da população urbana (populações mais pobres, por exemplo, passam a controlar melhor a qualidade e a quantidade de alimentos ingeridos); aumenta o controle nutricional das famílias sobre o que ela consome; provém alimentos mais frescos; a produção local faz diminuir os preços por apresentar menos intermediários e há menores custos com transporte e armazenamento; pode reduzir os gastos familiares com alimentos (se as pessoas forem hortelões ou agricultores urbanos); em muitos países, o trabalho na agricultura urbana é realizado mais por mulheres do que por homens, contribuindo para a capacitação feminina e para a garantia do acesso à comida pelas crianças.

(b) Benefícios socioeconômicos – Os estudos referentes à economia focalizam desempenhos na educação, na terapia médica, no emprego, na geração de renda, no desenvolvimento empresarial, no setor agrícola nacional e no uso da terra, tais como: ganhos com terras temporariamente disponíveis; uso das águas urbanas como meio de produção; geração de renda com terrenos disponíveis em hospitais, aeroportos, fábricas e bases militares; utilização de espaços públicos, como parques, praças, canteiros em ruas e avenidas, universidades etc.; instrumento de educação ambiental em escolas, creches, orfanatos, áreas públicas etc.; eficácia em tratamentos terapêuticos de clínicas médicas e hospitais; entre outros.

(c) Urbanização sustentável – Enriquece a biodiversidade; cria *habitats* para a vida animal e vegetal; modifica o microclima; reduz temperaturas; aumenta a

umidade; melhora a qualidade do ar; reduz a vulnerabilidade a desastres por erosão e perda de solos; realça a paisagem; melhora a sensação de bem-estar; é lugar para atividade física; é sombra e abrigo para o sol e para a chuva; reduz ruídos, controlando a poluição sonora. Para completar este item, segundo Altieri (2012), a agricultura urbana costuma estar relacionada à agroecologia, fonte de alimentos orgânicos e operacionalizada por meio da produção solidária.

A partir dessa análise dos efeitos, dos possíveis problemas e das qualidades da agricultura urbana, verifica-se que tal atividade compreende, ao menos, importantes critérios quanto à sua localização na cidade e à sua função reguladora da dinâmica urbana. Tais critérios igualmente demonstram a reivindicação da população urbana por agricultura, a fim de estabelecer laços com a natureza e restabelecer contato com a terra, restaurando um conhecimento que já fora esquecido. E, também,

[...] para melhor se nutrir e até mesmo para sustentar o mito do campo perdido. Se essas práticas mexem com a significação usual e profissional da agricultura, elas também permitem fazer evoluir as maneiras de habitar a cidade, notadamente por meio da apropriação dos espaços. (NAHMIAS; LE CARO, p. a-14, 2012, tradução nossa).

Nos espaços públicos urbanos dedicados às práticas agrícolas, há o fortalecimento das identificações e interações entre as pessoas por meio de seu contato cotidiano, além de permiti-las, no ato do compartilhamento do espaço, experimentar a cidade de outra maneira (NAHMIAS; LE CARO, 2012). Aliás, os adeptos da agricultura urbana não são, necessariamente, agricultores ou trabalhadores deste setor da economia. Por isso, esta prática ganha amplas dimensões e permite análises e estudos de diferentes naturezas, reafirmando sua complexidade e seu caráter plural e transversal.

Quando buscamos, portanto, uma conceituação de “agricultura urbana”, encontramos um emaranhado de definições que exploram as necessidades de cada pesquisador, de acordo com seu contexto temporal e espacial e com o olhar de sua área de atuação, permitindo estabelecer múltiplas conexões sobre a agricultura urbana. “Mas tais definições não me parecem completamente satisfatórias, pois elas se abstêm do fato de que a agricultura urbana é um movimento social urbano que se apropria do espaço urbano” (DUCHEMIN, 2012, s.p., tradução nossa).

Duchemin (2012) constata que a própria expressão “agricultura urbana” agrupa palavras que parecem dicotômicas. Após a Segunda Guerra Mundial, a

agricultura ganha conotação industrial com a intensificação da mecanização da produção e com a hierarquização do processamento e da distribuição dos alimentos e matérias-primas em larga escala. Neste modelo, o processo de urbanização é “um dos parâmetros responsáveis pela separação espacial da produção alimentar e do *habitat* humano”. O porquê, então, de unir as duas palavras consistiria na ideia de que o objetivo principal de um agricultor urbano é produzir alimentos, mesmo se por razões muito díspares entre si. A agricultura urbana também é (AROSEMENA, 2012; DUCHEMIN, 2012; FAO, 1999), portanto, mais que “jardinagem” ou apenas “horticultura urbana”, ela engloba estas percepções mais as criações de animais (da apicultura à criação de coelhos), o plantio de árvores (frutíferas ou não), aquicultura, entre outras especificidades já citadas anteriormente.

A agricultura urbana é multifuncional em suas expressões (formas e atividades). Ela está preocupada com questões locais, de microescala urbana, conectada às questões culturais e demandas comunitárias. Ela é um mecanismo para promover intervenções no espaço público, impulsionada por distintos movimentos sociais e materializada pelos ativismos urbanos. A agricultura urbana luta contra os efeitos do acelerado e intenso processo de urbanização (o que será discutido mais adiante). Nela, estão engajadas lutas pelo estreitamento da solidariedade, do espírito comunitário, do conhecimento sobre os ciclos naturais, do conhecimento de estar mais próximo da autossuficiência, do conhecimento da origem dos alimentos, do uso e da apropriação coletiva e democrática do espaço público (DUCHEMIN, 2012; MOUGEOT, 2000; NAHMIAS; LE CARO, 2012).

Enfim, a agricultura tende a se integrar mais ao espaço urbano, e isso tem o potencial de ajudar a diversificar e fortalecer as estratégias de planejamento urbano. Apesar de continuar sendo um campo de pesquisa relativamente novo na academia, a agricultura urbana tem sido capaz de congregiar diferentes áreas do saber, o que demonstra seu caráter inter e multidisciplinar e sua capacidade de agregar métodos de pesquisa desenvolvidos por diferentes disciplinas (MOUGEOT, 2000). Cabe destacar que, neste século XXI, diferentes públicos têm se engajado em formas de agricultura urbana por diferentes motivos, tais como: terapia, recreação, auto-abastecimento, renda e ativismo.

O ativismo de guerrilha

Nas cidades, sobretudo em grandes metrópoles, as pessoas nem sempre possuem jardins ou quintais; muitas pessoas não têm um imóvel próprio, às vezes, nem mesmo um teto. Alguns proprietários até permitem que convidados compartilhem de seus jardins, porém estes nunca deixam de pertencer àqueles (REYNOLDS, 2009).

Mas algumas pessoas têm uma definição diferente de jardinagem. Eu sou uma delas. Eu não espero por permissão para me tornar um hortelão, cavo onde quer que eu veja potencial hortícola. Eu não só cuido de jardins que existem, como os crio em espaços negligenciados. Eu, e milhares de pessoas como eu, saímos de casa para plantar em terras que não possuímos. Nós vemos oportunidades em todo nosso entorno. Lotes vagos florescem como oásis urbanos, beiras de estrada encantam com suas flores e safras são colhidas de terra considerada improdutiva. Em todas as suas formas, estes cultivos têm sido conhecidos como jardins de guerrilha. Os ataques estão ocorrendo por toda parte e em toda escala – de missões individuais clandestinas a espetaculares campanhas horticolas por células organizadas e politicamente engajadas. Isto é *guerrilla gardening* [“horticultura de guerrilha”]: **o cultivo ilícito na terra de outrem** (REYNOLDS, 2009, p. 4-5, grifo do autor, tradução nossa).

A partir do final da década de 1960, a agricultura urbana ganha destaque por meio de ações ativistas, em especial nos Estados Unidos da América (EUA). O movimento orgânico, o ambientalismo e o feminismo, por exemplo, estão diretamente ligados à contracultura emergente naquele momento da História. Dentre as materializações resultantes dos diversos questionamentos postos em pauta, estão as hortas comunitárias. Elas começaram a aflorar em espaços públicos ou privados desocupados e localizados em áreas adensadas de importantes centros urbanos, como alternativa ao modelo político-econômico em curso, promotor de nítida segregação socioespacial e insustentabilidade ambiental.

Provavelmente, nunca se saberá o nome do primeiro ativista em prol da “horticultura de guerrilha” no mundo, nem em qual era histórica viveu, nem a origem de sua ideologia. Mas “deve ter sido alguém que olhou sobre um ombro, depois sobre o outro, e então deixou cair uma semente ou um feijão em um pedaço de terra sem autorização antes de sair correndo em auspiciosa alegria” (TRACEY, 2007, p. 19, tradução nossa).

No mesmo contexto contracultural estadunidense que promoveu o festival musical de *Woodstock* no estado de Nova York, em 1969, alunos da Universidade

da Califórnia, em Berkeley, deixariam sua marca no espaço urbano do outro lado do país, em uma área de mais de 12.000 m² entre as ruas Dwight e Haste. O Parque do Povo (*People's Park*), como foi denominado, pode ser considerado como a primeira grande atuação ativista nos tempos atuais que se expressou, inclusive, por meio da agricultura urbana.

O Parque do Povo nasceu em 20 de abril de 1969, quando um grupo autodenominado “Comissão Robin Hood” tomou posse de um terreno baldio que pertencia à Universidade da Califórnia e pôs-se a trabalhar, tirando as ervas daninhas, plantando árvores e, talvez de modo mais promissor, fazendo uma horta. Dizendo-se “reformadores agrários”, os militantes anunciaram que desejavam estabelecer naquele lugar um modelo para uma nova sociedade cooperativa, construída de baixo para cima; e com isso incluía o cultivo da sua própria comida “não-contaminada”. [...] O historiador Warren J. Belasco escreve que os acontecimentos no Parque do Povo marcaram a guinada da contracultura rumo ao verde, rumo ao ideal pastoral que conduziria ao movimento comunal no campo, às cooperativas de produção de alimentos e ao “capitalismo de guerrilha”. [...] A horta orgânica plantada no Parque do Povo (logo imitada em terrenos urbanos de outros pontos do país [EUA]) era concebida como uma espécie de modelo em pequena escala de uma sociedade mais cooperativa, um horizonte de conciliação que se propunha substituir a atitude de conquista que o industrialismo mantinha em relação à natureza por um modo de pensar mais suave e harmonioso. (POLLAN, 2007, p. 156-158, tradução nossa.)

A história de consolidação do Parque do Povo configura-se entre uma das mais simbólicas lutas sociais de fins da década de 1960. No dia 18 de abril de 1969, o jornal *underground The Berkeley Barb* fez uma chamada do Comissário do Parque Robin Hood – um ativista local bem conhecido chamado Stewart Edward Albert (apelidado de “Stew”) –, convocando as pessoas a erguerem um “poder para o Parque do Povo”: “Este seria um lugar para o discurso livre, mas também para o amor livre” (REYNOLDS, 2009, p. 72, tradução nossa).

Porém, o processo de construção do parque ganhou, na época, grandes dimensões em escala estadual. O então governador da Califórnia, Ronald Reagan¹⁷, que nos anos 1980 se tornaria presidente dos Estados Unidos pelo Partido Republicano, considerava os ativistas como simpatizantes do comunismo e depravados sexuais (REYNOLDS, 2009). No dia 15 de maio de 1969, a polícia armada foi enviada para fechar o parque:

Naquela manhã, o [jornal] *San Francisco Chronicle* citou Reagan: “Se tem que haver um banho de sangue, então vamos acabar logo com isso”. A notícia atingiu o *campus*. Um aglomerado de três mil pessoas já estava reunido em Sproul Plaza [também denominada de Sproul Hall – um importante local de ativismo estudantil dentro da Universidade da Califórnia, em Berkeley] para um comício sobre o conflito árabe-israelense, mas seu protesto mudou de foco. [...] Um líder estudantil tomou o palanque e gritou:

¹⁷ Nome completo: Ronald Wilson Reagan.

“Vamos tomar o parque de volta”. A polícia desligou o sistema de alto-falantes e os manifestantes se levantaram e marcharam pela Telegraph Avenue entoando: “Nós queremos o parque”. O episódio se tornou o que hoje é conhecido como Quinta Sangrenta [*Bloody Thursday*]. A massa enfurecida voltou um hidrante contra a polícia e jogou garrafas e pedras. Gás lacrimogênio foi arremessado pelas autoridades e momentos depois um carro da polícia foi virado e pegou fogo. Tiros foram disparados e James Rector, um espectador de uma cobertura, foi morto; outro homem foi cegado e centenas ficaram feridas. Reagan declarou estado oficial de emergência e convocou a Guarda Nacional. (REYNOLDS, 2009, p. 72-73, tradução nossa.)

Após o episódio violento, os ativistas mudaram de tática. No protesto seguinte, reuniram-se 30 mil pessoas e, quando a Guarda Nacional posicionou-se apontando armas e arremessou gás lacrimogêneo, os manifestantes responderam jogando maços de margaridas. Neste episódio, não foram registradas lesões. Finalmente, após um período de conflitos e reivindicações, em setembro de 1972, a Prefeitura de Berkeley arrendou a área do Parque do Povo da universidade, incentivando os cidadãos a melhorarem o local (BELASCO, 2014; REYNOLDS, 2009).

Belasco (2014, p. 11-12, tradução nossa) destaca que o ativismo nascente no Parque do Povo encabeçaria uma nova onda de direcionamento à ecologia:

Para a imprensa *underground*, entretanto, o Parque do Povo passou longe da violência, direcionou-se à ecologia. “Revolucionários devem começar a pensar em termos ecológicos”, escreveu “Pantagruel” no [jornal] *Rat* de Nova York. “Um ataque contra a destruição ambiental é um ataque às estruturas do controle e dos mecanismos de poder dentro de uma sociedade”. [...] Em novembro de 1969, “Pocahontas”, do [jornal] *Rat* observou que “nos seis curtos meses desde o Parque do Povo, a palavra ‘ecologia’, de abstrata definição científica, tem levantado das enfadonhas prateleiras acadêmicas; ela se tornou um poderoso suspiro de consciência, significando todas as coisas sobre vida, morte e sobrevivência que nenhum radical poderia evitar”.

A Universidade da Califórnia é dona do terreno e, atualmente, gerencia e mantém o Parque do Povo, onde acontecem muitos festivais e eventos da comunidade local. O parque possui um vasto gramado multiuso, banheiros, área de recreação infantil e de piquenique, quadras de basquete e hortas comunitárias (BERKELEY, 2016). Reynolds (2009) destaca que um certo ar de negligência cria debates sobre como o espaço deveria ser utilizado. Pollan (2007, p. 155) é ainda mais detalhista: “*People’s Park* [Parque do Povo] é hoje um lugar absolutamente melancólico, as ruínas de um monumento às esperanças dos anos 1960 que há muito ficaram rançosas”. O autor destaca, ainda, que dezenas de sem-teto, entre 50

e 60 anos, vivem em barracas, alguns mantendo o estilo *hippie* nas roupas e no cabelo, e que ainda cultivam “flores e legumes em hortas de aspecto desleixado”.

Em 1973, outro fato marcante para este modelo de ativismo urbano se espacializava na cidade de Nova York. A metrópole da costa leste dos EUA passava por grandes transformações urbanísticas com o crescimento dos condomínios de classe média nas áreas periféricas da metrópole e o consequente esvaziamento de bairros mais centrais. Muitos lotes tornaram-se ociosos e a cidade vivenciava uma aguda crise urbana: abandono de áreas públicas de uso coletivo (incluindo o famoso *Central Park*), desvalorização do preço do solo, aumento da exclusão social e do número de viciados em drogas (JACOBS, 2013; REYNOLDS, 2009).

Neste contexto urbano nova-iorquino, uma artista plástica chamada Liz Christy, moradora de uma das áreas mais afetadas pela crise dos anos de 1970, em *Lower East Side/East Village*, notou que tomateiros cresciam em meio ao lixo jogado nos terrenos baldios de sua vizinhança, e que as crianças do bairro foram desbravando espaços vazios para poder brincar. Foi assim que, juntamente a um grupo de amigos, a jovem pintora resolveu semear alguns lotes abandonados, criando uma horta comunitária (*community garden*¹⁸) na esquina nordeste das ruas Houston com Bowery. Christy inventou o termo “*guerrilla gardening*” e denominou seu grupo de “Guerrilheiros Verdes” (“*Green Guerillas*”): difundia-se, assim, a “guerrilha verde” (“*green guerrilla*”) como uma nova prática de ativismo urbano (REYNOLDS, 2009).

O [jornal] *New York Daily News* pegou sua história e a reportou como um raio de esperança revolucionária. Logo, Liz e suas tropas tinham demandas por toda a cidade, ajudando os outros a implementarem hortas comunitárias em suas áreas. [...] A guerrilha ganhou legitimação após cerca de quinze meses de atividade; a cidade assumiu a responsabilidade pela posse da terra e a arrendou por um dólar ao ano com um contrato muito inseguro. [...] Liz morreu aos 39 anos, e a sua horta ganhou seu nome. Atualmente, trinta hortelões cuidam regularmente da área, e desde 2005, a cidade a tem reconhecido como uma horta comunitária oficial com a mesma proteção do *Central Park*. (REYNOLDS, 2009, p. 75-77, tradução nossa.)

¹⁸ O paisagista e psicoterapeuta Karl Linn (Alemanha, 1923–EUA, 2005) foi um importante ativista pelas hortas comunitárias (*community gardens*) nos EUA. Em 1910, na Alemanha, sua mãe já havia criado um grupo de trabalho em “horticultura terapêutica”. Após a saída da família de origem judaica da Alemanha Nazista, em 1934, Linn vai morar em Haifa (atual Estado de Israel) até se mudar para Nova York, em 1948. A partir dos anos de 1950, Linn inicia um trabalho de criação de hortas comunitárias em terrenos abandonados em diversas cidades dos EUA e, enfim, se estabelece em Berkeley, na Califórnia. Ele acreditava que as hortas comunitárias estimulavam o convívio comunitário e, em seus projetos, introduzia plantas nativas, fontes, mosaicos coloridos e bancos devidamente posicionados para estimular o contato face a face entre as pessoas (FOX, 2005).

A história desta horta (figuras 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14) é bastante semelhante àquelas que resistiram à efemeridade nos grandes centros. Em meio à especulação imobiliária e à valorização do solo urbano, os voluntários¹⁹ tiveram que agregar forças para preservar a ação de Liz Christy ao longo das décadas posteriores. Já em 1974, o poder público havia concordado com a permanência dos hortelões na área ocupada pela quantia irrisória de um dólar ao mês. Entretanto, acordos foram feitos nos anos seguintes junto às construtoras e ao poder público para que a horta, só em 2002, se tornasse definitivamente uma área de preservação em meio à metrópole (sendo assim reconhecida pela Justiça local). Atualmente, há uma organização sem fins lucrativos, a “*Green Guerillas*”, que ajuda na manutenção das hortas comunitárias em toda a cidade de Nova York (CIDADE DE NOVA YORK, 2016; REYNOLDS, 2009).



Figuras 5 e 6 – À esquerda, cruzamento da Segunda Avenida com a Rua Houston, em Nova York. Nesta esquina, há a estação do metrô *Lower East Side–2nd Avenue* (Linha F) e, logo ao lado, está a Horta Comunitária Liz Christy (na foto, onde se vê a área com vegetação). À direita, gradil e portão (aberto e fechado pelos próprios voluntários) de entrada da horta na calçada da Rua Houston (lado par). Nova York, EUA. Fotos de setembro de 2015. Crédito: Bernardo Fonseca Machado.

¹⁹ Por intermédio da bibliografia consultada e dos trabalhos de campo realizados, constatou-se ser bastante frequente, na oralidade cotidiana daqueles com atuação ativa nas hortas comunitárias, a autodenominação dos indivíduos mediante o uso do termo “voluntária” ou “voluntário”. A partir desta constatação em específico, buscou-se o devido amparo teórico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para definir o termo e poder empregá-lo adequadamente nesta pesquisa. Nesta dissertação, portanto, as palavras “voluntário” e “voluntária” serão empregadas quando houver a intenção de identificar o sujeito que realiza um trabalho não remunerado, não compulsório e cujo tempo está sendo dedicado à realização de atividades gerais para além do âmbito doméstico (OIT, 2015).



Figuras 7 e 8 – Dentro da Horta Comunitária Liz Christy, há cartazes com orientações aos frequentadores. À esquerda, lê-se: “Por favor, deixe as frutas para os hortelões. Eles trabalharam muito para cultivá-las”. À direita, a sinalização indica: “Vá devagar”. Ela apresenta duplo sentido: para não correr dentro da horta; e faz referência a um ritmo mais lento, que difere ao da vida cotidiana na metrópole. Nova York, EUA. Fotos de setembro de 2015. Crédito: Bernardo Fonseca Machado.



Figuras 9 e 10 – À esquerda, a composteira, onde a matéria orgânica proveniente da capina e da poda é decomposta para, então, voltar ao solo da horta como composto rico em nutrientes para as plantas. À direita, caixinha para contribuições financeiras dos frequentadores. Nova York, EUA. Fotos de setembro de 2015. Crédito: Bernardo Fonseca Machado.



Figuras 11 e 12 – A Horta Comunitária Liz Christy apresenta grande densidade e diversidade de espécies. O estrato arbóreo não impede o desenvolvimento de plantas rasteiras, apesar do significativo sombreamento. Seus caminhos são cobertos de cascalho e as plantas estão dispostas em grandes canteiros. Estes, por sua vez, não têm delimitações internas e permitem que haja uma grande mistura de espécies. Nova York, EUA. Fotos de setembro de 2015. Crédito: Bernardo Fonseca Machado.



Figuras 13 e 14 – À esquerda, o lago artificial repleto de carpas dentro da Horta Comunitária Liz Christy. Há ligação de água no local e os voluntários usam mangueiras para regar as plantas. À direita, materiais e equipamentos de uso coletivo ficam encostados junto ao gradil (alguns ficam acorrentados). Na foto, carrinhos de mão e para carga (ao meio), úteis para o transporte de terra, mudas, galhos e troncos etc. Nova York, EUA. Fotos de setembro de 2015. Crédito: Bernardo Fonseca Machado.

Uma das conexões ideológicas entre os movimentos californianos e nova-iorquinos também se refere às discussões em torno da qualidade e origem dos alimentos. Ao criar uma horta comunitária no Parque do Povo, os ativistas de Berkeley defendiam a ideia do autocultivo de alimentos livres de agrotóxicos e demais insumos químicos. Para o historiador Belasco (2014), este movimento foi fundamental para a visibilidade da agricultura orgânica. E esta, por sua vez, já se apresentava como alternativa desde a década de 1940 na revista “*Organic Gardening and Farming*”, fundada por Jerome Irving Rodale (1898-1971), que, coincidentemente, vivera na mesma área de Nova York onde, mais tarde, Liz Christy viria a batizar seu ativismo de “*guerrilla gardening*”.

A palavra “guerrilha” vem do espanhol “*guerrilla*”, cujo significado é “pequena guerra”, referindo-se ao ataque informal e esporádico ao invés do tradicional batalhão de frente das forças tradicionais:

A primeira guerra desta natureza ocorreu em 516 a.C., quando os citas lutaram contra a invasão do exército persa do Rei Dario por meio de ataques noturnos em linhas de provisão, em vez do tradicional campo aberto de combate. A palavra “*guerrilla*” foi primeiramente usada para descrever a reação militar à invasão de Napoleão Bonaparte à Espanha, em 1808. Por seis anos, bandos de combatentes espanhóis não-oficiais atacaram a grande ocupação do exército imperial francês com pequenas emboscadas e agitação civil. Os homens comuns, que não eram soldados treinados, orgulhosamente pegaram em armas para defender seu país dos invasores e se autodenominavam guerrilheiros. (REYNOLDS, 2009, p. 5, tradução nossa).

Já no século XX, Mao Tsé-tung e Ernesto *Che* Guevara escreveram obras relatando seus exemplos de táticas guerrilheiras: respectivamente, um manual contra a invasão japonesa na China (“*Yu chi chan*”, escrito em 1937); e o livro escrito após a derrubada do ditador Fulgêncio Batista, que havia resultado no triunfo da Revolução Cubana (“*La guerra de guerrillas*”, de 1961).

Segundo Reynolds (2009), a finalidade das guerrilhas estaria além de expulsar o inimigo de seu território: elas trabalhariam para mudar a sociedade. Enquanto os exércitos tradicionais devem obedecer às ordens superiores, os guerrilheiros lutam por si sós. A natureza independente das guerrilhas faz com que elas sejam eficientes: não possuem burocracia, são livres e alimentam-se de suas próprias causas. Desta forma, o referido autor chega à conclusão de que:

Para os hortelões-guerrilheiros, assim como para seus equivalentes militares, uma grande batalha não é eficiente ou efetiva: quando se trata de guerra (especialmente envolvendo plantas), o pequeno é realmente mais bonito. (REYNOLDS, 2009, p. 6, tradução nossa.)

Apesar da retrospectiva histórica do conceito de “guerrilha”, anteriormente apresentado, referindo-se à prática de combate armado, o termo tornou-se muito usual para se referir ao *modus operandi* de determinados ativismos urbanos. Dentre estes, inclui-se a denominada “guerrilha verde”.

Apesar da difusão internacional da referida expressão, este modelo de ativismo não surgiu nos Estados Unidos, nem tampouco foi unânime o uso da palavra “guerrilha”. Os alemães, por exemplo, preferiram se autodenominar “piratas hortelões”, uma vez que o termo “guerrilheiro” remetia a personagens de ideologia comunista que atuaram na cena urbana da Alemanha Oriental em fins do século XX.

Guerrilha verde, entretanto, é mais do que isso. Para começar, guerrilha verde não se trata apenas de quebrar convenções, mas de quebrar regras. Nosso inimigo não é apenas a normalidade, mas algo muito pior. Apenas como os originais guerrilheiros espanhóis, os guerrilheiros hortelões estão reivindicando terras de forças inimigas, e embora nossa batalha seja raramente com invasores imperiais, como era a deles, às vezes parece que estamos diante de vários pequenos Napoleões. (REYNOLDS, 2009, p. 8, tradução nossa.)

Embora a analogia com a tática de guerra seja contemporânea, há muito tempo que a guerrilha verde atua e inspira diversos movimentos no mundo. O primeiro registro histórico data de 1649, quando, na cidade de Surrey (Inglaterra), o comerciante de tecidos Gerrard Winstanley ocupou uma colina com seu pequeno grupo de seguidores para iniciar a produção de alimentos durante um período politicamente turbulento e de crise de abastecimento, concomitante à decapitação do Rei Carlos I²⁰. Os ativistas ficaram conhecidos como “*the diggers*” (“os cavadores”), e travaram, por alguns meses, uma luta pelo direito à horticultura junto ao poder público local, além de terem inspirado movimentos semelhantes em sua região (BELASCO, 2014; REYNOLDS, 2009).

Winstanley, em sua essência ativista de plantar alimentos em áreas sem autorização para tal atividade, tinha a capacidade de atrair os transeuntes para as suas iniciativas, defendendo que: ninguém deveria ter mais terra do que poderia cuidar; que a Terra era um tesouro de todos (de ricos e pobres); e que o trabalho deveria ser compartilhado, e não contratado. A visão social utópica do ativista do século XVII acabou se restringindo àquele contexto histórico: posteriormente

²⁰ Neste período da História inglesa, o Parlamento ganhou força e resistia contra o absolutismo do Rei Carlos I. No contexto da Guerra Civil Inglesa (1642-1651), o Rei Carlos I foi decapitado (1649) e Oliver Cromwell chegou ao poder (1653).

Winstanley preferiu uma vida sossegada como guardião de uma igreja (REYNOLDS, 2009).

As matrizes ideológicas da agricultura urbana como expressão ativista

Os ativismos urbanos de “guerrilha” (diversos tipos de arte de guerrilha ou de guerrilha verde) surgem por uma série de fatores e atores. Mas sua expressão consiste basicamente em não esperar por autorização – seja do Estado, de entidades, de empresas ou de pessoas específicas – e uma grande vontade de transformação da realidade vivida e percebida.

A horticultura de guerrilha, por sua vez, pode ser compreendida como sinônimo de guerrilha verde – assim inicialmente concebida por Liz Christy, em 1973 –, ou como uma das modalidades possíveis de guerrilha verde. Este segundo entendimento talvez faça muito mais sentido na contemporaneidade, uma vez que plantar árvores e recriar uma mata urbana que fora devastada; ou abrir espaços e cavar o solo para que as nascentes de córregos e rios rebrotem nas cidades; ou, ainda, introduzir abelhas sem ferrão em hortas, praças e parques urbanos para polinizarem e produzirem mel são alguns exemplos de ações ativistas que não se materializam, especificamente, pela horticultura.

De qualquer maneira, o tipo de ativismo que brotou no Parque do Povo, em Berkeley (1969) e a que Belasco (2014, p. 13-16, tradução nossa) se refere como o olhar da contracultura para a ecologia enquanto “a ciência subversiva” ou a “fresca alternativa oposicionista”, foi capaz de transformar a maneira como muitas pessoas no mundo (sobretudo ativistas) compreendessem suas experiências e problemáticas urbanas até a atualidade.

Em ecologia, [...] você poderia atuar imediatamente, na sua própria casa. Reduza suas atrações pela tecnologia moderna, aconselhou [o poeta Gary] Snyder²¹; a simplicidade voluntária subverteria uma economia engrenada com o consumismo exacerbado. Metaforicamente, viver ecologicamente significava adotar estilos mais simples, mais “naturais”, inspirado em modelos que eram nostálgicos, geralmente não-ocidentais, não-anglo-americanos, ou, pelo menos, não-urbanos. [...] Arroz integral se tornou um ícone da antimodernidade. [...] Depois de 1969, [...] nenhum escritor gastronômico contracultural mencionava alimentos processados – a não ser com desprezo. (BELASCO, 2014, cap. 1, p. 20-21, tradução nossa.)

²¹ Gary Snyder (São Francisco, 1930) é poeta e ambientalista, pertencente à “geração *beat*” (anos 1950/60) e inspirador dos movimentos contraculturais.

A matriz ideológica do modelo de ativismo aqui em análise, que foi e é capaz de materializar hortas comunitárias em diversas cidades do mundo, inclusive na metrópole de São Paulo neste século XXI, relaciona-se diretamente à contracultura das décadas de 1960 e 1970. Trata-se de uma matriz gestora de um modelo alternativo de vida e de futuro:

Admito que a alternativa se apresenta vestida com uma bizarra colcha de retalhos; suas vestes foram tomadas emprestadas de fontes variadas e exóticas – a psiquiatria profunda, os adocicados remanescentes da ideologia esquerdista, as religiões orientais, o *Weltschmerz* romântico, o anarquismo, o dadaísmo, o folclore indígena norte-americano e, suponho, a sabedoria sempiterna. [...] [Uma oposição] à consolidação final de um totalitarismo tecnocrático. (ROSZAK, 1972, p.8.)

Este movimento emergiu enquanto resistência à tecnocracia, ao conservadorismo, ao liberalismo; mas também não foi de encontro à esquerda considerada “tradicional” ou, então, “marxista ortodoxa”, que lutava (ou esperava) por uma revolução (ROSZAK, 1972). O que a guerrilha verde se propõe, enquanto fruto da contracultura e materializante de hortas comunitárias, é que as pessoas tenham êxito em experiências comunitárias, pautadas na solidariedade, no trabalho prazeroso e na utopia. Não deixa de ser, também, uma releitura do pensamento de Kropotkin²² (1889 *apud* CHOAY, 1997, p. 152) contra a opressão: “Procurar o prazer, evitar a dor, é o fato geral, é a própria essência da vida. Sem essa busca do agradável a vida seria impossível. O organismo desagregar-se-ia, a vida cessaria”.

Acerca da materialização da agricultura urbana como expressão ativista, Singer (2015, informação verbal²³) afirma que “tem o lado anarquista em tudo isso: não se pretende usar o estado para mudar a sociedade, é mais fácil mudar a sociedade para, depois, aperfeiçoar o Estado; é o que estes movimentos pretendem”.

A guinada radical por um ativismo verde expressou uma profunda revolta com o modelo socioeconômico dominante, que provoca sensações amargurosas e leva às aspirações de construir uma realidade dissonante. Holloway (2003, p. 9) afirma que a dissonância provém da experiência,

[...] mas essa experiência varia. Às vezes, é a experiência direta da exploração na fábrica, da opressão em casa, do estresse no escritório, da fome e da pobreza ou da experiência da violência ou da discriminação. Às vezes, o que nos incita à raiva é a experiência menos direta do que percebemos através da televisão, dos jornais ou dos livros.

²² KROPOTKIN, P. **A moral anarquista**. Paris: Les Temps nouveaux, 1889.

²³ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

O desejo por uma vida em comunidade, irmanada à negação ao individualismo, ao consumismo exacerbado e ao egoísmo tecnocrata (ROZAK, 1972), fazem transparecer, neste perfil ativista, o que Holloway (2003, p. 10-11) relaciona a uma revolta contra o sentimento de que o mundo parece ser falso: “E como seria um mundo verdadeiro? [...] Um mundo em que as pessoas pudessem se relacionar entre si como pessoas e não como coisas, um mundo em que as pessoas pudessem decidir sua própria vida”.

Este tipo de ativismo preocupou-se em apresentar soluções alternativas que alcancem a dimensão da esfera comunitária, aí reside o empenho em ocupar espaços públicos urbanos e materializar hortas comunitárias, rompendo os limites individualistas da sociedade de consumo. Dessa forma, parte fundamental de suas matrizes ideológicas está associada aos teóricos e movimentos anarquistas, assim como também é vivenciada por outros tipos de movimentos ou grupos sociais, a exemplo dos camponeses. Mesmo que a relação com a terra tome outras proporções e funções, os ativistas urbanos, ao reconfigurar o espaço por intermédio de hortas comunitárias, também querem alcançar “a utopia da produção comunitária”. E também compreende, ao buscar suas inspirações ideológicas, que

[...] um olhar mais atento para a história nos mostra que a discussão sobre a organização da produção coletiva e comunitária [...] foi fruto das contradições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, que tornavam latente a necessidade de organização de uma nova sociedade (MARCOS, 1998, p. 41-45).

Rozak (1972, p. 206-207) afirma que a propensão comunitária relaciona-se à necessidade de estruturar um estilo de vida que compreenda tanto a atividade política, quanto as necessidades fundamentais como o amor, a subsistência e o companheirismo. E para que este estilo de vida possa ter continuidade e globalismo, a comunidade deve agregar pessoas que se amam e se respeitam, deve pautar-se na ajuda mútua e no trabalho agradável: “Não se dispõe de muitos modelos seguros. Os velhos radicais [...] falavam de socializar economias inteiras, lançar [...] partidos ou fortalecer os sindicatos, mas nada diziam sobre a formação de comunidades”.

Desde o final da década de 1960, houve a emergência de movimentos comunitários em que muitas pessoas visaram ao crescimento enquanto indivíduos e à convivência enquanto grupo, cuja responsabilidade coletiva pela comunidade ofereceria maior sensação de controle sobre o futuro. Isso significa que as pessoas têm negado os estilos de vida convencionais pautados na ambição e na aquisição, a

fim de estabelecer um estilo de vida diferente, pautado na cooperação e consenso (MOLLISON; HOLMGREN, 1983).

No Canadá, por exemplo, desde a década de 1970, os estudos acadêmicos relacionados à temática da segurança alimentar, além de mencionarem a agricultura urbana como solução a possíveis crises de abastecimento, também discutiam sua capacidade de integração comunitária nas cidades. Foi bastante marcante em Vancouver, cidade da costa oeste do país, em 1971, o sucesso do movimento contracultural ativista que impediu a construção de um *resort* entre a marina e o principal parque da cidade (*Stanley Park*). O ativismo de guerrilha verde promovido pelos *Yippies*²⁴, associados ao “anarquismo verde”, impediu que a rede hoteleira canadense de atuação internacional *The Four Seasons* erguesse um novo projeto numa área considerada de vista privilegiada. A fim de democratizar o uso daquele grande terreno, os ativistas ocuparam o espaço, levantaram acampamento, plantaram árvores e flores e criaram uma horta em pleno centro da metrópole. Exitosos na mobilização, mais tarde o terreno teria outra finalidade: tornara-se o *Devonian Harbour Park* (TRACEY, 2007).

Harvey (2014, p. 9), por sua vez, relata sua experiência na Paris ambientalista dos anos 1970:

Em meados da década de 1970, em Paris, deparei com um cartaz dos *Écologistes*, um movimento de ação radical das redondezas que se dedicava a promover um modo de vida urbano mais ecologicamente sensível, propondo uma visão alternativa para a cidade. Era um maravilhoso e lúdico retrato da velha Paris reanimada por uma vida comunitária, com flores nas sacadas, praças cheias de pessoas e crianças, pequenas lojas e oficinas abertas a todos, uma profusão de cafés, fontes, pessoas divertindo-se às margens do rio, jardins comunitários aqui e ali (talvez isso só exista em minhas lembranças), tempo suficiente para o prazer de conversar ou fumar um cachimbo (um hábito ainda não demonizado, como pude constatar por mim mesmo quando compareci a uma reunião comunitária que os ecologistas realizavam em uma sala densamente esfumaçada). Eu adorava o cartaz [...].

Desde sua origem, a guerrilha verde age como mecanismo de solução e superação de problemas urbanos, dentre eles, para a reorganização de uma cidade social, econômica e ambientalmente insustentável. Nem todas as pessoas que estão envolvidas neste tipo de ativismo estão cotidianamente colocando a mão na terra, mas no âmago de uma horta comunitária, por exemplo, há condições propícias para

²⁴ *Youth International Party* (em português, “Partido Internacional da Juventude”), ou *Yippies*, constituíram-se em um movimento radical antiautoritarismo, libertário e de inclinação anarquista, atuante, sobretudo, da cena contracultural estadunidense (mas também canadense) em fins dos anos 1960 e durante os anos 1970.

explorar muitos outros assuntos e materializar manifestações sociais de diferentes naturezas: na agricultura urbana, enquanto expressão ativista, há “espaço para todo tipo de talento” (TRACEY, 2007, p. 22, tradução nossa).

Deve-se atentar ao conteúdo ambientalista dos movimentos que levaram à materialização das hortas comunitárias em centros urbanos, já que é notória a constatação de que o mundo não suporta mais as consequências do excesso de consumo. As hortas urbanas seriam mecanismos de transformação desse consumo e já se adaptaram ao espaço urbano, uma vez que a guerrilha verde também pode sair da terra e cultivar em lajes, telhados e superfícies concretadas (SINGER, 2015, informação verbal²⁵).

Desde o início dos anos 1970 que a sustentabilidade ganha amplitude global. Em 30 de julho de 1968, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sugeriu, pela resolução 1346, promover uma conferência sobre os problemas relacionados ao meio ambiente. Em dezembro daquele ano, a resolução 2398 da Assembleia Geral decidiu por chamar uma conferência sobre o tema para o ano de 1972: a Conferência de Estocolmo (“*United Nations Conference on the Human Environment*”) marcou a primeira iniciativa da ONU a fim de encontrar mecanismos de cooperação e acordos internacionais a fim de aliar o desenvolvimento econômico e social com a questão ambiental então emergente (MARCOS, 2007; ONU, 2010).

Em 1975, a expressão “desenvolvimento alternativo” seria a propulsora do posteriormente muito disseminado “desenvolvimento sustentável”. Originalmente relacionado à satisfação das necessidades fundamentais de todos, ao seu caráter endógeno e baseado nas forças das sociedades que o realizam e à harmonia com o ambiente, esta proposição consistia em evidenciar a necessidade de não ter como meta única o crescimento econômico como indicador de desenvolvimento (MARCOS, 2007). O conceito de “desenvolvimento sustentável” é definido, enfim, pelo Relatório Brundtland (intitulado “Nosso futuro comum”), publicado em 1987: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 2010, p. 2, tradução nossa).

Um dos autores fundamentais para o engrandecimento da temática ambiental em meio acadêmico e político foi Schumacher, com sua obra “O negócio é ser

²⁵ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

pequeno” (“*Small is beautiful*”), cuja primeira edição data de 1973 e a introdução foi assinada por Roszak (2010, p. 4-5, tradução nossa²⁶), que destacou o caráter alternativo da obra ao abordar a economia:

Esta é a tradição a qual podemos denominar anarquismo [...]. A grandeza é o adversário do anarquismo, quer a grandeza seja das burocracias públicas ou provadas, pois da grandeza vem impessoalidade, insensibilidade, e a avidez em concentrar poder abstrato. Por isso, o título de Schumacher, “Pequeno é bonito”²⁷. Ele também só poderia ter dito “pequeno é livre, eficiente, criativo, agradável, duradouro” – para tal é a fé anarquista. [...] Em nosso próprio tempo, isto tem reemergido espontaneamente nos experimentos comunitários e na habilidade honesta da contracultura.

Schumacher (2010) defendeu novos modelos de produção e de consumo, pautados na sua perenidade, na estabilidade e na pequena escala (a escala local). No prefácio da edição de 2010, McKibben (2010, p. 13-14, tradução nossa²⁸) questiona porque a humanidade teria demorado tanto para começar a fazer o que Schumacher, há mais de 40 anos, já nos havia proposto: “Um dos erros mais fatais de nossa época é a crença de que ‘o problema da produção’ tem sido solucionado. [...] O homem moderno não experimenta a si mesmo como parte da natureza, mas como uma força externa destinada a dominá-la e conquistá-la. Ele até fala de uma batalha com a natureza [...]”. Contudo, segundo Paquot (2007), a conscientização ecológica se efetiva de maneira desordenada, segundo o ritmo particular de cada sociedade, pois cada cultura herdaria um modo específico de se relacionar com a natureza, por mais que o imperativo ecológico seja universal.

A agricultura urbana, em especial as hortas comunitárias urbanas, não apresentam, em sua normalidade, condições territoriais de serem grandes empreendimentos agrícolas. O trabalho comunitário em pequena escala, para Schumacher (2010), é capaz de propiciar maiores cuidados à terra e aos recursos naturais do que companhias ou governos de demasiada ambição. Assim, o mercado seria uma representação superficial e momentânea das situações sociais, institucionalizaria o individualismo a irresponsabilidade:

[...] É inerente da metodologia da economia **ignorar a dependência do homem pelo mundo natural**. [...] Comprador e vendedor não são responsáveis por nada, a não ser por eles mesmo. Seria “antieconômico” para um abastado vendedor reduzir seus preços para consumidores pobres apenas porque eles têm necessidade, ou para um consumidor rico pagar um preço extra só porque o vendedor é pobre. Igualmente, seria

²⁶ In: SCHUMACHER (2010).

²⁷ O título em português foi traduzido para “O negócio é ser pequeno”, mas, aqui, optou-se pela tradução literal de “*Small is beautiful*” para fazer sentido à afirmação de Roszak.

²⁸ In: SCHUMACHER (2010).

“antieconômico” para um comprador dar preferência a mercadorias nacionais se as importadas são mais baratas. [...] O que é pior, e destruidor da civilização, é a ambição de que tudo tem um preço, ou, em outras palavras, de que o dinheiro é o maior de todos os valores. (SCHUMACHER, 2010, p. 46-47, grifo do autor, tradução nossa.)

Para Schumacher (2010), a terra deve ser vista como um recurso inestimável, destinada à realização das tarefas e da felicidade dos seres humanos. Suas ações deveriam ser primariamente orientadas por meio de três objetivos fundamentais: saúde, beleza e permanência. Entretanto, o quarto objetivo, que seria a produtividade, único aceito pelos especialistas, teria se tornado praticamente seu subproduto. Com isso, o autor entendia que a reducionista visão materialista concebia a agricultura essencialmente direcionada à produção de alimentos, enquanto uma visão mais ampla lhe depositava, pelo menos, três incumbências: (a) manter o ser humano em contato com a natureza viva, do qual ele faz parte; (b) humanizar e enobrecer o *habitat* humano; (c) fornecer alimentos e outros materiais necessários à vida.

A partir dessa tese, a agricultura de base comercial de larga escala, com uso intensivo de máquinas e insumos químicos, tornaria impossível uma relação real das mulheres e dos homens com a natureza viva: “na verdade, ela sustenta todas as mais perigosas tendências de violência, alienação e destruição ambiental” (SCHUMACHER, 2010, p. 121, tradução nossa). A reconciliação com a natureza não se daria, por sua vez, pelo turismo, pela mera observação das “paisagens naturais” ou em atividades de lazer, mas, sim, modificando a estrutura da agricultura comercial, reconstruindo mecanismos de aproximação com a cultura rural e efetivando políticas que levem o maior número possível de pessoas a ocuparem as terras. Ao industrializar e despersonalizar a agricultura, através da concentração e da especialização, o *habitat* humano tornar-se-ia insípido e fadado à feiura.

Porém, como é difícil reverter a lógica do desenvolvimento econômico a qualquer custo, a realização do referido “desenvolvimento sustentável” ainda encontra forte resistência, sobretudo em momentos de crise, a exemplo dos poucos avanços promovidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, em 2012. Naquele momento, as principais potências mundiais encaravam uma forte crise financeira que resultaria em cerca de 25% de população

ativa desempregada em alguns países europeus, a exemplo da Espanha²⁹. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de usado em larga escala, em muitas situações esvaziou-se de significado ao longo dos anos e até foi encarado como legitimador do “desenvolvimento em curso, outra razão de sua grande rejeição no seio da academia. Mas a sociedade não assistiu a isso tudo de forma passiva, [...] ela foi [...] construindo sua própria resposta à situação” (MARCOS, 2007, p. 105).

Em grande medida, as ações ativistas chamam a atenção à incapacidade de instâncias políticas apreenderem a problemática ambiental no conjunto de suas implicações. Mesmo com o contínuo crescimento das preocupações sociais referentes ao meio ambiente, as formações políticas geralmente se restringem em abordar a questão por uma perspectiva tecnocrática (GUATTARI, 2013).

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser [...] que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. [...] O poder capitalista se deslocou, [...] infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal. (GUATTARI, 2013, p. 9-33.)

As manifestações ativistas de caráter ambientalista de setores da sociedade civil, as iniciativas comunitárias que propagaram outros princípios no trato com o meio ambiente e as suas respectivas contribuições às cenas políticas, desde 1968, também utilizaram a agricultura urbana e a sua outra relação com a terra como mecanismo propulsor de sua utopia.

As hortas comunitárias representam, para grupos ativistas, um mecanismo de transformação da consciência social, apto o suficiente para criar cidades sustentáveis (ambiental e socialmente). Elas também traduzem uma tática local de remeter às crises globais (TRACEY, 2007). Na contemporaneidade, a agricultura urbana se tornou uma prática bastante disseminada de ativismo urbano, assumindo clara posição de modeladora do espaço urbano e “protagonizando a construção de

²⁹ Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, em reportagem de 27 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/74404-espanha-atinge-pico-de-25-de-desemprego.shtml>>. Acesso em 13 jul. 2015.

verdadeiros ‘contraplanejadores’, isto é, soluções alternativas ao planejamento oficial”. (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 115-116).

A RELAÇÃO COM OS ORGÂNICOS, COM A AGROECOLOGIA E COM A PERMACULTURA

Durante as décadas de 1960 e 1970, foi comum a criação de comunidades alternativas que partiram em direção ao campo a fim de construir um novo modelo de sociedade, pautada nos talentos pessoais de cada indivíduo e de compartilhamento da terra e da produção. Naquela época, já era um desafio para a população urbana, sem nenhuma experiência com horticultura, aprender a lidar com a terra, com as pragas, a produzir adubos e, por fim, colher seus próprios alimentos livres de produtos químicos (BELASCO, 2014; POLLAN, 2007; ROSZAK, 1972).

Como afirma Pollan (2007, p. 158), as hortas comunitárias materializam “a utopia pastoral em miniatura”: há uma dinâmica natural e social bastante abrangente entre as pessoas que delas cuidam, e uma “dinâmica comestível” relacionada à alimentação.

Os orgânicos

Da corrente contracultural estadunidense, nasce o movimento orgânico, que terá grande influência para a valorização das hortas comunitárias urbanas afora dos movimentos ativistas de guerrilha, além de ser gradativamente absorvido pelos padrões convencionais de produção e consumo em grande parte do mundo.

A palavra “orgânico” implicava um sentido mais amplo que o método agrícola aplicado. A culinária contracultural envolvia mudanças ideológicas, experimentais e até relacionadas ao uso de drogas e às questões místicas. Posteriormente, apresentaram-se diferentes modos de cultivo, distribuição e comercialização dos alimentos. Belasco (2014) denomina como “o paradigma do orgânico” um conjunto de três questões fundamentais que conjugavam realismo e utopia: o contexto terapêutico; a proteção contra o consumismo; e a produção alternativa.

O contexto terapêutico estaria associado à relação que o orgânico estabeleceria com a integração, a saúde e a totalidade, em oposição à crescente fragmentação, alienação e desintegração social. “Viver organicamente significava

experimental processos básicos de crescimento, mudança e renovação” (BELASCO, 2014, cap. 4, p. 2, tradução nossa). Em relação ao consumismo, o movimento orgânico “nasce de uma crítica aos valores industriais”, sendo que uma de suas inovações “foi permitir que alguma informação de algum modo trafegasse entre o produtor e o consumidor” (POLLAN, 2007, p. 151-154). A “contraculinária” seria uma alternativa ao consumo de alimentos processados convencionais e ganham destaque: o uso de grãos integrais; ingredientes não processados e orgânicos; os alimentos mais escuros (sinal de serem menos processados); a expressão “comida de plástico” em referência aos industrializados e *fast-food* em geral. Os orgânicos começaram a ter visibilidade no mercado de alimentos quando, no fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970, aumentaram as preocupações com o uso de pesticidas e demais produtos químicos. Na época, as atenções se voltaram, sobretudo, às utilizações do DDT³⁰, que, com a divulgação de seus reais malefícios, se tornou uma grande ameaça à saúde humana e ao meio ambiente. A lógica dos orgânicos introduziria, por fim, um modo alternativo de produção e distribuição, ou seja, oposta à monocultura de escala industrial, que é amparada pela mecanização, pelo grande consumo de água, pela utilização de inseticidas e fertilizantes químicos, e pelas cooperativas agrícolas anticapitalistas (BELASCO, 2014).

A origem do termo “orgânico” é associada aos pensadores críticos ingleses do século XIX, que clamavam pela sociedade com laços de cooperação, mais coesa e “orgânica” do “passado”, em reação à fragmentação social, ao atomismo, à artificialidade e à desorganização ocasionadas pela Revolução Industrial. No começo do século XX, o conceito ganha maior dimensão com os escritos do inglês Albert Howard (1873-1947), pioneiro no cultivo orgânico de alimentos, com seus experimentos sem utilização de produtos químicos e grandes contribuições para a manutenção dos solos. Howard acreditava “que a própria natureza provinha mecanismos de autorregeneração da agricultura, [...] escreveu da necessidade de cooperar com, e não de conquistar, as forças naturais” (BELASCO, 2014, cap. 4, p. 5, tradução nossa); e acredita, ainda, que a saúde do solo, das plantas e dos

³⁰ Sigla de diclorodifeniltricloroetano, considerado o primeiro inseticida moderno, cujas propriedades foram descobertas, em 1939, pelo químico suíço Paul Hermann Müller (1899-1965). Por sua eficiência no combate a agentes transmissores de doenças, Müller recebeu o Nobel de Fisiologia ou Medicina, em 1948. Entretanto, a partir da década de 1970 passou a ser banido ou controlado em diversos países em decorrência de seus prejuízos ao meio ambiente e à saúde humana, ocasionando, por exemplo, câncer. No Brasil, o DDT foi proibido apenas em 2009 – Lei Federal nº 11.936/09 (D'AMATO; TORRES; MALM, 2002).

homens envolvia um único tema. “Ainda que Howard jamais use o termo orgânico, é possível extrair todos os possíveis significados da palavra – como um programa não apenas agrícola, mas também de renovação social – a partir de [...] seus escritos” (POLLAN, 2007, p. 161).

Uma das grandes batalhas intelectuais travadas por Howard foi contra os estudos do químico alemão Justus von Liebig (1803-1873), que teria sido um dos principais responsáveis pela industrialização da agricultura a partir de sua “mentalidade NPK”. Para Liebig, as plantas precisariam de nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), o que estaria presente, a partir de então, nos fertilizantes químicos levados às lavouras comerciais. Howard acreditava que este pensamento tratava um sistema vivo (solo e agricultura) de forma extremamente simplista; nas palavras de Pollan (2007, p. 162): “coloca-se numa abertura insumos como NPK e lá do outro lado vão sair produtos como trigo ou milho. [...] Tratar o solo como uma máquina [...] não parecia mais necessário ficar se preocupando com coisas como minhocas e húmus”.

Nas décadas de 1930 e 1940, momento em que a Inglaterra estava expandindo a política da agricultura química, os escritos de Howard associavam o comprometimento da saúde do solo à saúde das pessoas. Coincidentemente, em 1943, agricultores ingleses já reclamavam da perda de fertilidade de seus pastos, mas a mentalidade de aumentar a produtividade presente, mesmo comprometendo as consequências futuras ao solo, falou mais alto:

Numa fazenda saudável, as pragas não seriam mais predominantes do que acontecia numa floresta ou num pasto saudáveis, que deveriam ditar os padrões para a agricultura. Howard estava, portanto, exortando os agricultores a ver suas fazendas menos como máquinas e mais como organismos vivos. (POLLAN, 2007, p. 164-165.)

A aplicação do termo “orgânico” aos alimentos e à agricultura, entretanto, veio a ocorrer mais tarde, na década de 1940, na revista *Organic Gardening and Farming*, de J. I. Rodale, grande entusiasta da comida saudável, que vivia em Nova York, no bairro de *Lower East Side*³¹. A publicação foi abraçada pelo movimento contracultural, que a considerava “subversiva” ao incentivar a horticultura orgânica como mecanismo de mudar o mundo por meio do contato “cara a cara” com a terra e saindo do estado centralizado e superindustrial dos complexos agrícolas modernos (BELASCO, 2014; POLLAN, 2007).

³¹ Já mencionado anteriormente, quando da associação ao bairro em que viveria, em 1973, a artista plástica Liz Christy, criadora do termo “guerrilha verde”.

O movimento orgânico pode ser compreendido como um dos “filhos” da contracultura que terminou absorvido pelo sistema convencional nos EUA e em muitos países do mundo, resultando em sua próspera ascensão dentre os negócios capitalistas. Em grande parte dos estados, os orgânicos alavancaram-se no mercado, inicialmente, sem incentivos governamentais, como alternativa radical aos alimentos cuja produção estava associada aos produtos químicos e às grandes monoculturas. Hoje, entretanto, representam uma fatia extremamente lucrativa do mercado de alimentos: segundo Pollan (2007), uma indústria de 11 bilhões de dólares.

Dentre as contradições do surgimento da indústria global de orgânicos, apontam-se duas consequências fundamentais: a ruptura do modelo da contraculinária (no qual as pessoas escolheriam o que comer), e o possível desmantelamento das cooperativas agrícolas e do modelo alternativo de distribuição (POLLAN, 2007). Em relação à ideologia da alimentação, a indústria dos orgânicos tem capacidade, como outra indústria qualquer, de disponibilizar uma vasta variedade e quantidade de mercadorias aos consumidores e, neste caso, rompendo com o princípio do respeito pelo ciclo natural das plantas, no qual se entende que se deve consumir o que é da estação.

O produtor orgânico francês David Ralitera (2015, informação verbal³²) é um dos críticos do desvio da ideologia dos orgânicos. No Brasil há dez anos e agricultor periurbano há seis, Ralitera possui propriedade em Morungaba – a Fazenda Santa Adelaide Orgânicos, na Região Metropolitana de Campinas – e, além de fornecedor de alimentos orgânicos a restaurantes e fazer entrega de cestas em domicílio, monta barraca na feira orgânica do Ibirapuera³³, em São Paulo (figura 15). O produtor defende que orgânico é o alimento da estação e que vai “do campo à mesa”. Entretanto, afirma que muitos feirantes são apenas comerciantes, e não produtores, por isso, oferecem o que o freguês deseja, e não o que é apenas da época. Ralitera ainda critica o consumidor paulistano, que deseja diversidade o ano todo, mesmo do que é orgânico: “Um mamão que vem da Bahia [até São Paulo], quanto gastou de *diesel?*”, questiona o produtor. Neste mesmo raciocínio, sugere que as pessoas

³² Informação fornecida por David Ralitera em entrevista para Alessandra Garcia Soares e Gustavo Nagib, em 16 mai. 2015.

³³ Oficialmente denominada “Nova Feira do Produto Orgânico e Agricultura Limpa – Ibirapuera”, que acontece aos sábados, das 7 às 13h, no Modelódromo do Ibirapuera (Rua Curitiba, nº 292, Vila Mariana, São Paulo).

reflitam sobre o papel dos “processados orgânicos”. E, enfim, lança a questão: “O que é orgânico?”. Esta questão cria o debate para o fato de que a “indústria dos orgânicos” disponibiliza determinados alimentos o ano todo a seus consumidores, indo buscá-los em lugares distantes, quebrando a lógica da redução de impactos ambientais e a eficiência energética (os combustíveis para movimentar os meios de transporte com essa carga de alimentos orgânicos podem ser tão poluidores quanto das demais indústrias).



Figura 15 – Feira orgânica no Modelódromo do Ibirapuera, onde todos os consumidores entrevistados apontaram que a principal causa da procura por alimentos livres de agrotóxicos relaciona-se à “saúde da família” e à “melhor qualidade de vida”³⁴. A referida feira, apesar de não ser muito extensa, apresenta grande diversidade de produtos. São Paulo/SP, Brasil. Foto de maio de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Nos EUA, onde surgiu a ideologia e o grande negócio dos orgânicos, mas também no Brasil e em muitos outros países do mundo, os alimentos orgânicos vêm ganhando incentivos governamentais muito recentemente. Lá, o reconhecimento da

³⁴ Informação obtida em campo, mediante entrevistas realizadas por Alessandra Garcia Soares e Gustavo Nagib, em 16 mai. 2015. Em out. 2015, os referidos autores apresentaram a comunicação oral “*Ferías libres de orgánicos en la Ciudad de Sao Paulo*”, no “5° Seminario Internacional Ciudad, Comercio y Consumo”, organizado pela Universidade Nacional Autónoma do México.

agricultura orgânica pelo governo federal ocorreu em 1990, com a aprovação da Lei da Produção de Alimentos Orgânicos (POLLAN, 2007). No Brasil, a lei que dispõe sobre a agricultura orgânica (Lei nº 10.831/03) foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003. Nela, especificam-se as técnicas condizentes com a produção orgânica agropecuária a fim de otimizar o uso dos recursos naturais e socioeconômicos e promover a integridade socioambiental, explicitando a finalidade do sistema de produção orgânico, seu mecanismo de comercialização, as responsabilidades, além de abranger conceitualmente, sob o espectro do “orgânico”, o ecológico, o biodinâmico, o natural, o regenerativo, o biológico, os agroecológicos, e a permacultura (BRASIL).

Em referência aos estudos do espaço urbano e da agricultura urbana, torna-se indispensável fazer referência ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em julho de 2001. O Brasil tornou-se referência mundial ao aprovar o Estatuto da Cidade, que significou a regulamentação do capítulo “Da Política Urbana” da Constituição Federal (arts. 182 e 183), conferindo, ao poder público, a regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (BRASIL).

O Estatuto da Cidade criou um novo paradigma político e jurídico para a utilização do espaço urbano e seu controle de desenvolvimento, reconhecendo-se o “direito à cidade” ao regular e/ou conduzir os interesses do mercado imobiliário urbano segundo os critérios de inclusão social e de sustentabilidade ambiental. Promove também a gestão democrática ao garantir a participação da população urbana nas decisões de interesse público (FERNANDES, E., 2012).

Todavia, apesar do avanço legal e administrativo, a melhoria da qualidade de vida nas cidades envolve a redução de uma série de disparidades socioespaciais, com políticas que extrapolam a esfera do poder local, a exemplo de políticas eficientes de distribuição de renda, de combate aos diversos tipos de preconceito, saneamento básico, entre outras. Também se deve dar atenção aos ativismos e movimentos sociais, que muitas vezes são negligenciados em decorrência da excessiva relevância dada aos instrumentos técnicos e às leis (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004).

O direito de propriedade em todo território está garantida pelo Estatuto, porém ele também estabelece que toda propriedade deve atender à sua função social. A

esfera municipal é responsável por indicar a função social da propriedade a partir das exigências de seu Plano Diretor, obrigatório a toda cidade com mais de 20 mil habitantes e que deve abarcar todo o território municipal. No caso da cidade de São Paulo, em 31 de julho de 2014, o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou o novo Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), que contou com um processo participativo presencial (reuniões consultivas) e *on-line* (encaminhamento de demandas pela *internet*) da população paulistana (PREFEITURA DE SÃO PAULO). No que tange às atividades agrícolas no município, o novo Plano Diretor apresenta significativos avanços para a sua atividade na zona urbana, mas também na então reestabelecida zona rural (determinada como as Macroáreas de Contenção Urbana e Uso Sustentável e de Preservação de Ecossistemas Naturais, onde é vedado o parcelamento do solo para fins urbanos)³⁵.

A reconstituição da zona rural no município de São Paulo permite a reaproximação do poder local das necessidades dos agricultores, na medida em que a Prefeitura pode aprimorar as políticas de oferta de alimentos para a cidade, assim como melhor conservar o meio ambiente em áreas adjuntas a mananciais e matas, exemplo dos territórios no extremo sul do município³⁶. Outra relevante questão refere-se ao fato de que muitos agricultores não têm a titularidade das propriedades onde estão localizados. Uma vez estabelecida a zona rural, há a possibilidade de parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é responsável pela regularização fundiária das áreas rurais (MIKETEN, 2013).

Dentre os possíveis avanços apresentados pelo novo Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO), destacam-se:

(a) Promover o desenvolvimento da zona rural com sustentabilidade ambiental, econômica e social, e estímulo à agricultura orgânica, a partir do apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica;

(b) Desenvolver programas educativos e de capacitação para o manejo das águas destinadas ao abastecimento humano e à agricultura na zona rural;

(c) Apoiar e incentivar a agricultura urbana e periurbana, e estimular a agricultura orgânica;

³⁵ O município de São Paulo tem área de 1.523 km², dos quais 399 km² são em zona rural, compreendendo 26,2% do território municipal (PREFEITURA DE SÃO PAULO).

³⁶ Distritos de Parelheiros e Marsilac.

- (d) Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres;
- (e) Converter a agricultura familiar convencional para a agricultura orgânica;
- (f) Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural³⁷ através das Casas de Agricultura Ecológica (CAE)³⁸, dotando-as de recursos e infraestrutura suficientes;
- (g) Firmar convênios com o governo federal objetivando implantar no município as políticas e programas federais voltados à agricultura familiar e à agroecologia, de acordo com Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica³⁹.

A fim de fortalecer as atividades e funções referentes à agricultura urbana no município de São Paulo, Marta Suplicy⁴⁰ (PT, à época⁴¹), prefeita em 2004, promulgou a Lei nº 13.727/04 que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP). O PROAURP entende por agricultura urbana “toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município”. Um dos principais objetivos do programa é incentivar e apoiar a produção agroecológica, a agricultura familiar e a comercialização na cidade de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO). Apesar da falta de subsídio e infraestrutura para a execução do programa (MIKETEN, 2013), a criação das CAE e as diretrizes do novo Plano Diretor, com o reestabelecimento da zona rural, visam ao fortalecimento da agricultura urbana agroecológica no município de São Paulo.

O professor da FAUUSP, vereador (PT) e relator do Plano Diretor de São Paulo, Nabil Bonduki (2014, informação verbal⁴²), afirmou que, com a recriação da zona rural no município,

³⁷ Programa executado em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no qual promovem a transferência direta de recursos financeiros para famílias investirem em atividades produtivas (para consumo próprio ou para comercialização) e prestam atendimento aos agricultores familiares (BRASIL).

³⁸ Durante a administração do prefeito Gilberto Kassab (PSD), foram criadas as CAE de Parelheiros (zona sul), em 2006, e de São Mateus (zona leste), em 2011, a fim de prestar assistência técnica aos produtores agrícolas de tais regiões: há mais de 300 agricultores em Parelheiros e cerca de 80, em São Mateus (BADUE, 2014).

³⁹ O referido plano será apresentado mais adiante.

⁴⁰ Nome completo: Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy.

⁴¹ Em 2015, Marta Suplicy deixou o PT e se filiou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁴² Informação fornecida por Nabil Bonduki ao jornalista Fernando Cymbaluk, do UOL Notícias, em São Paulo, em 21 jul. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2014/07/21/entrevista-zona-rural-pode-barrar-avanco-urbano-e-salvar-meio-ambiente.htm?mobile>>. Acesso em 31 out. 2015.

[...] os agricultores vão poder se beneficiar dos programas federais voltados para agricultura, em especial a agricultura familiar, como o crédito rural, o apoio técnico. [...] [Mas] se a Prefeitura não se empenhar, o Plano Diretor vai até onde ele pode ir. É uma lei, estabelece diretrizes, cria órgãos. [...] A zona rural do município vai acontecer se o município articular. Aí depois os outros entes vão entrar nisso. [...] temos que pensar na sustentabilidade como uma ideia forte dentro do município. (BONDUKI, 2014, informação verbal⁴³.)

E em relação aos orgânicos:

Hoje, de uma maneira geral, há um movimento de alguns setores da sociedade (não dá para falar que é generalizado) em direção a uma alimentação mais saudável. E o orgânico está dentro disso. E acho que o município precisa estimular, porque uma alimentação saudável reduz os riscos de doença, e a doença é uma coisa ruim para o município. [...] Obrigatoriamente precisa haver uma conversão para o orgânico, não ter agrotóxico ali é fundamental para a preservação. [...] Cada vez mais a noção de sustentabilidade, pelo menos na Europa, coloca a questão da proximidade entre o local de produção de alimentos e a cidade. Para evitar que o alimento tenha que percorrer distâncias enormes, às vezes até atravessando continentes, para chegar no mercado consumidor⁴⁴.

Até este começo de século XXI, os subsídios concedidos pelo governo federal à agricultura alcançam predominantemente a produção “convencional”, que incentiva o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e afins, assim como beneficia, em grande parte das vezes, os grandes produtores com monoculturas de exportação ou que abastecem a indústria:

[...] a agricultura química vem, ao longo das últimas décadas, apresentando resultados cada vez piores na relação produtividade x custos de produção e deixando os agricultores a cada dia mais estrangulados. Com margens de lucro cada vez mais achatadas, somente a produção em escala é capaz de proporcionar ganhos satisfatórios – um outro elemento a contribuir para a concentração de terra e renda no país, marginalizando e expulsando os agricultores familiares reféns do modelo convencional. É preciso observar ainda, entretanto, que mesmo em grande escala o sistema de produção convencional comumente dá prejuízo e só consegue se manter ativo por ser fortemente subsidiado pelo Estado, com a bancada ruralista ano após ano renegociando e anistiando dívidas do setor. (LONDRES, 2011, p. 22.)

Fonseca (2005) destaca que é bastante presente a mentalidade de superioridade da modernização da agricultura entre muitos formuladores de política, produtores e trabalhadores rurais, o que se constitui como entrave ao fortalecimento da produção de orgânicos. No processo de produção, ainda são pouco considerados fatores como a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida (saúde) dos agricultores e consumidores. Apesar da crescente conscientização em relação aos

⁴³ Informação fornecida por Nabil Bonduki ao jornalista Fernando Cymbaluk, do UOL Notícias, em São Paulo, em 21 jul. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2014/07/21/entrevista-zona-rural-pode-barrar-avanco-urbano-e-salvar-meio-ambiente.htm?mobile>>. Acesso em 31 out. 2015.

⁴⁴ Ibid.

malefícios dos produtos químicos usados na produção de alimentos, os governos, historicamente, ajudaram a subsidiá-los e distribuí-los com o argumento de aumentar a produtividade. Nos anos 1980, Vogtmann e Wagner (1987, p. 11-12) já criticavam o caráter unilateral das pesquisas científicas, orientadas para a agricultura que emprega produtos químicos:

O futuro da produção mundial de alimentos dificilmente poderá ser garantido através da adoção de medidas químico-técnicas, tendo em vista que a longo prazo as matérias-primas necessárias para tal – e aí o solo consta naturalmente como riqueza mais importante – não mais estarão à disposição em quantidade suficiente, e que os desequilíbrios ecológicos, em virtude da produção e emprego de insumos químico-sintéticos, deverão ser, com certeza, grandes demais. Em muitos países a destruição do meio ambiente natural local está sendo sentida, cada vez mais, como uma ameaça pessoal.

Complementarmente, Londres (2011) afirma que não é verdade que o uso de agrotóxicos seja necessário para produzir alimentos suficientes a toda população, sendo, esta, uma ideia propagada pelos seus fabricantes. Ao contrário, os sistemas ecológicos de produção podem apresentar boa produtividade, são diversificados e de baixo impacto socioambiental, além de estarem mais bem adaptados à realidade da agricultura familiar e de reforçarem a proposta da produção descentralizada.

Um entrave importante está na necessidade de uma mudança nas fontes de serviços de apoio agrícola que o enfoque orgânico e agroecológico parece requerer mais, enquanto no sistema atual, tanto a pesquisa e as facilidades da extensão podem ser ao menos parcialmente “asseguradas” pelos lucros das vendas de sementes e agroquímicos. [...] Uma mudança para um enfoque orgânico e agroecológico parece implicar na necessidade de níveis mais altos de fundos públicos para apoiar a pesquisa e o trabalho de extensão [...]. (FONSECA, 2005, p. 96.)

Em meio a este debate, vale ressaltar que, desde 2008, o Brasil lidera o *ranking* mundial em consumo de agrotóxicos (LONDRES, 2011)⁴⁵. Dentre os produtos químicos, um dos mais utilizados pelo agronegócio, até 2015, era o glifosato – campeão mundial de vendas e um dos principais herbicidas presentes em produtos comercializados, por exemplo, pela empresa estadunidense *Monsanto*, uma das maiores multinacionais do setor agrícola –, que, segundo a Organização Mundial da Saúde (2015), é uma substância potencialmente causadora de câncer. Guimarães (2015) e Londres (2011) apontam, ainda, que a *Monsanto* desenvolve espécies transgênicas para suportar o uso de glifosato, substância que também pode estar associada a sérios danos renais, inibição a reprodução normal,

⁴⁵ Até 2015, a informação também estava disponível no *site* do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL).

deformações em embriões, promoção de congestão pulmonar e aumento da taxa respiratória.

O glifosato é o herbicida (mata-mato) mais vendido no Brasil e no mundo. [...] A *Monsanto*, que o comercializa sob a marca *Roundup* [...] deteve a patente do glifosato até 2000. Desde então o produto é formulado e comercializado por diversas empresas. [...] A difusão da soja transgênica no Brasil foi a principal responsável pelo maciço aumento no uso do glifosato nos últimos anos. E o aumento da concorrência entre empresas na venda do herbicida após a expiração das patentes da *Monsanto*, bem como a importação de matéria-prima da China, foram responsáveis pela redução do seu preço no Brasil, o que também contribuiu para a maior popularização do uso do veneno. [...] **O uso do glifosato no Brasil está se tornando tão popular que muitas pessoas [...] têm adotado uma visão distorcida sobre o veneno, achando tratar-se de um produto “fraquinho”, para uso corriqueiro (e descuidado) tanto em lavouras como em jardins domésticos.** (LONDRES, 2011, p. 73, grifo da autora.)

A agricultura de escala industrial, segundo Mongeau (1998, p. 80, tradução nossa), além de explorar os trabalhadores e as terras em países em desenvolvimento, impõem, aos agricultores, suas sementes transgênicas, seus agrotóxicos e seus fertilizantes sintéticos. Entretanto, o uso de químicos se estende por toda cadeia produtiva, pois, em seguida, a indústria alimentícia adiciona conservantes em seus produtos, os enriquecem com vitaminas artificiais e introduzem aromatizantes, sais, açúcares e gorduras a fim de realçar o sabor, imitar o sabor natural e conservar os alimentos por mais tempo. A exploração da mão de obra, a utilização de matérias-primas de baixa qualidade e a comercialização de diversos produtos químicos garantem, enfim, grandioso lucro para esta cadeia produtiva: “Hoje, nós fabricamos, sinteticamente, queijos, tomates, morangos, entre outros; estes produtos com gordura de baixa qualidade, açúcar em quantidade e múltiplos conservantes constituem frequentemente a base dos ingredientes do *fast-food*”.

No Brasil, os diferentes Poderes parecem estar mais atentos à questão do uso de agrotóxicos e à qualidade dos alimentos, sobretudo no que tange a saúde pública. No dia 22 de junho de 2015, a Juíza Federal Substituta da 7ª Vara/SJ-DF Luciana Raquel Tolentino de Moura tinha determinado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que finalizasse as reavaliações toxicológicas de ingredientes ativos tais como o glifosato em prazo de 90 dias (PODER JUDICIÁRIO, 2015). Já em relação às políticas públicas, em 18 de março de 2015, o então

prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) sancionou o Projeto de Lei nº 451/13⁴⁶, que obriga a inclusão gradativa de alimentos orgânicos na merenda escolar da rede municipal provenientes da agricultura familiar e devidamente certificados – produtores orgânicos do município de São Paulo serão priorizados no processo de aquisição dos alimentos pela Prefeitura (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

No contexto nacional, em 2012, a presidenta Dilma Rousseff⁴⁷ (PT) instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto nº 7.794/12). Com a finalidade de conservação ambiental e de melhor garantir a segurança alimentar e nutricional, o principal instrumento de execução deste decreto foi o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), com vigência para os anos de 2013, 2014 e 2015. Promovendo a articulação entre dez ministérios do governo federal, o PLANAPO⁴⁸ teve receita de 8,8 bilhões de reais para o seu período de três anos e pretendeu: fortalecer a estruturação produtiva de mulheres e jovens rurais; distribuir recursos genéticos vegetais e animais, tais como sementes crioulas⁴⁹, orgânicas e agroecológicas; implementar infraestrutura de bancos de sementes comunitárias; comprar alimentos orgânicos e de base agroecológica; promover os produtos orgânicos e agroecológicos; aplicar recursos em pesquisa e extensão tecnológica (BRASIL).

As referidas medidas governamentais e a maior atenção da Justiça em relação ao uso de produtos químicos pelas atividades agropecuárias parecem acompanhar o interesse do crescente mercado dos orgânicos. As contradições entre a ideologia embrionária do movimento propulsor dos orgânicos e sua “tendência” atual, no entanto, esbarram no mesmo posicionamento de muitos dos produtores que não integram a produção de larga escala, como o supracitado Ralitera. Pollan (2007) cita o exemplo de debates calorosos nos EUA, desde a década de 1990,

⁴⁶ Projeto de Lei de autoria do vereador Gilberto Natalini (PV), com a participação dos vereadores Ricardo Young (PPS), Nabil Bonduki (PT), Dalton Silvano (PV), Toninho Vespoli (PSOL) e Goulart (PSD).

⁴⁷ Nome completo: Dilma Vana Rousseff.

⁴⁸ Em outubro de 2015, o governo federal (BRASIL) divulgou que, entre 2013 e 2015, mais de 62 mil famílias participaram de ações desenvolvidas no PLANAPO, além do envolvimento de milhares de instituições, 23 mil jovens e mais de 290 organizações sociais em sua execução. À época, também já se iniciara a discussão e a elaboração de propostas para o PLANAPO II, referente ao período de 2016 a 2019.

⁴⁹ Sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, que são conservadas, selecionadas e trocadas pelos lavradores, e cujo manejo é desenvolvido desde os tempos pré-coloniais pelos povos indígenas. No país, estas sementes recebem diferentes denominações: “da paixão”, “da fartura”, “da resistência”, “da liberdade” e “da gente”. Passaram a ser reconhecidas como sementes a partir da Lei nº 10.711/03, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (LINS, 2014; TRINDADE, 2006).

envolvendo o conceito de “orgânico”: um industrializado e pré-pronto empanado de frango, apenas à espera de ser frito imerso em óleo, poderia receber um certificado de orgânico?

O ideal orgânico é tão rigoroso – um sistema sustentável que tome a natureza como modelo, que não apenas dispense o uso de substâncias químicas sintéticas como também de qualquer tipo de insumos adquiridos, e que devolva ao solo tanto quanto extraia dele – que dificilmente costuma ser praticado na sua íntegra. (POLLAN, 2007, p. 176.)

O questionamento ainda gira em torno do fato de que, na “real” produção orgânica e agroecológica, há uma grande diversidade de cultivos reunidos em proximidade, efetuando-se o rodízio da produção e assegurando uma rica biodiversidade no tempo e no espaço. As grandes monoculturas orgânicas que se espalham por países como EUA e Índia expõem a contradição de associar “orgânico” e “indústria” na mesma lógica de produção capitalista de larga escala, para o qual movimento orgânico nasceu como alternativa e condenou. Há o posicionamento, entretanto, de que não se podem menosprezar os benefícios ambientais e para a saúde pública da produção orgânica mesmo em larga escala, além de confirmar o fim do menosprezo por grandes produtores que usam químicos em relação à produtividade e aos benefícios do método orgânico (ALTIERI, 2012; POLLAN, 2007; SHIVA, 2013).

Ramos, Oliveira Jr. e Gabanyi (2014, p.33), em publicação para o Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA-SP), sinalizam, todavia, para uma nítida dicotomia entre o que é ou não “verdadeiramente” orgânico:

Produto orgânico é aquele produzido sem a utilização de insumos químicos e/ou agrotóxicos, um alimento saudável e limpo. O verdadeiro produtor orgânico é um agroecólogo por natureza. No entanto, vale alertar que também existe o produtor orgânico “oportunista” – que é aquele que apenas substituiu o insumo químico pelo orgânico, apenas por uma oportunidade de negócio, continua focado no lucro e na exploração do trabalhador e do mercado consumidor.

Marcio Stanziani (2015, informação verbal⁵⁰), secretário executivo da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), em entrevista concedida na Feira de Produtos Orgânicos do *Shopping Villa-Lobos*, na cidade de São Paulo, afirma que, por vivermos no sistema capitalista de produção, “uma coisa é saber o que dá dinheiro e ir atrás dele, outra coisa é construir um comércio justo, local, da estação, do pequeno produtor”. Ele ainda relatou que a AAO foi procurada por um

⁵⁰ Informação fornecida por Marcio Stanziani em entrevista para Alessandra Garcia Soares e Gustavo Nagib, em 17 mai. 2015.

representante indiano de uma *holding* com negócios no ramo petrolífero, farmacêutico e também de monoculturas orgânicas, onde, na Índia, cultivam nove mil hectares de pimenta orgânica certificada, fornecendo o produto para o mundo inteiro. Entretanto, a AAO lida com produtores de no máximo vinte hectares e este tipo de negócio é completamente incompatível com as suas ações. Expôs, ainda, que produtores da AAO foram visitar fazendas de orgânicos nos EUA “e chegaram, sabe onde? Na *Monsanto!*”. Mas Stanziani continuou argumentando que isso ocorre porque “a sociedade deixa ter um produtor de nove mil hectares de pimenta orgânica. Por que você não tem isso na França?”. Contudo, o secretário executivo da AAO acredita que neste momento histórico é melhor ter os nove mil hectares de orgânicos do que com veneno: “Com veneno você está poluindo o planeta, acabando com tudo. Os convencionais [...] não embutem os custos socioambientais. O convencional polui e deixa o passivo ambiental para as gerações futuras, migra quando o solo se esgota. Temos de quebrar paradigmas nesse sentido”.

Especificamente em relação aos preços dos alimentos orgânicos e oriundos de sistemas agroecológicos, segundo Maria Emília Pacheco (2014, informação verbal⁵¹) – presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)⁵² no biênio 2014/2015 –, no Brasil ainda não há políticas suficientes que garantam uma alimentação adequada e de qualidade para o conjunto da população, além de haver a inadequação de muitas políticas e medidas normativas: é preciso que haja melhor regulação do Estado em relação ao preço dos alimentos e sistemas mais descentralizados, a fim de impedir a concentração econômica que beneficie as poucas corporações que produzem os insumos e as sementes, e que controlam a rede varejista.

A presidenta do CONSEA destaca que os agrotóxicos recebem subsídios, portanto, deve-se defender que haja taxaço sobre estes produtos e que o dinheiro proveniente desta arrecadação seja destinado ao fomento, à estruturação e à ampliação dos sistemas agroecológicos. O circuito curto de alimentos (ou circuito de

⁵¹ Informação fornecida por Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga e presidenta do CONSEA, em entrevista à jornalista Amelia Gonzalez, para o *Programa Entrevista* (série “Empreendedorismo e Sustentabilidade”) do canal *Futura* (canal fechado de televisão), em agosto de 2014. Programa disponível em: <<http://www.futura.org.br/entrevista>>. Acesso em 29 set. 2015.

⁵² O CONSEA é um espaço de articulação entre governo e sociedade civil que propõe diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional. Criado em 1993, desativado em 1995 e recriado em 2003, o CONSEA tem caráter consultivo e assessoria a Presidência da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL).

proximidade) também seria capaz de reduzir os preços, uma vez que evita o “passeio” de alimentos ao descentralizar o sistema de produção e de abastecimento alimentar no país (figura 16). São importantes medidas: apoiar a criação de feiras agroecológicas e de sistemas de rede da economia solidária; garantir a sobrevivência do pequeno varejo; e valorizar experiências alternativas da sociedade, que podem vir a se transformar em novas políticas públicas. Por fim, Pacheco (2014, informação verbal⁵³) assegura que a agricultura industrial também não é barata: ela apresentou aumento de cerca de 20% no custo de produção após a aplicação da Revolução Verde⁵⁴, em decorrência dos gastos com mecanização, químicos, sementes transgênicas etc.; além de suas consequências graves à saúde e ao meio ambiente, em decorrência do uso de agrotóxicos.

⁵³ Informação fornecida por Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga e presidenta do CONSEA, em entrevista à jornalista Amelia Gonzalez, para o *Programa Entrevista* (série “Empreendedorismo e Sustentabilidade”) do canal *Futura* (canal fechado de televisão), em agosto de 2014. Programa disponível em: <<http://www.futura.org.br/entrevista>>. Acesso em 29 set. 2015.

⁵⁴ “No final da década de 1960 e início da década de 1970, os avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética culminaram com um dos períodos de maiores transformações na História recente da agricultura e da agronomia: a chamada ‘Revolução Verde’. A ‘Revolução Verde’ fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais, ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e moto-mecanização. Este conjunto tecnológico, também chamado de ‘pacote tecnológico’, viabilizou [...] as condições necessárias à adoção, em larga escala, dos sistemas monoculturais”. (EHLERS, 1994, p. 22.)



Figura 16 – O Instituto Chão é uma associação sem fins lucrativos, localizado no bairro da Vila Madalena (Rua Harmonia, nº 123; zona oeste da cidade de São Paulo) e que, desde 2015, vende alimentos orgânicos dos agricultores periurbanos de Parelheiros (extremo sul do município), a fim de estimular o circuito curto, em que produtores e consumidores tornam-se territorialmente mais próximos e há a possibilidade de oferecer orgânicos a preços mais baixos. O Instituto Chão vende os alimentos pelo preço de compra, mas pede que seus fregueses lhe deixem uma contribuição financeira no ato do pagamento, preferencialmente de 30% sobre o valor total da conta. Na foto, consumidores escolhem verduras expostas sobre grandes cavaletes e caixas plásticas. Pode-se observar, ainda: o grafite no muro lateral direito do edifício, uma expressão artística e ativista comum na paisagem da Vila Madalena; e a escada que leva ao andar superior, onde, esporadicamente, são realizadas atividades educativas promovidas pelo MUDA-SP. São Paulo/SP, Brasil. Foto de agosto de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

De acordo com Mongeau (1998), a produção agrícola de larga escala trouxe diversas consequências negativas. Dentre elas, o referido autor argumenta que, apesar de muitos economistas afirmarem que o aumento da produção permite manter a política de preços baixos dos alimentos básicos, os efeitos positivos deste

sistema produtivo rapidamente se anula quando se observam seus efeitos negativos sobre o emprego, o meio ambiente e a saúde. A alienação social acerca dos alimentos ingeridos também é outra consequência da lógica industrial que domina o setor alimentício. Dificilmente, as populações urbanas se questionam sobre o que estão comendo. A alimentação tornou-se uma atividade estritamente operacional: come-se porque é necessário se alimentar, gastando-se o menos possível em tempo e dinheiro.

É normal que uma cenoura ou que os morangos cultivados segundo as técnicas da agricultura orgânica sejam um pouco mais caros: a preparação do solo é um pouco mais demorada, a poda se faz manualmente, a distribuição não é organizada em grande rede etc. Mas no geral, se a gente adota uma alimentação [...] praticamente sem alimentos processados e pré-prontos, a cesta básica fica menos onerosa, mesmo se o preço de cada artigo separadamente seja um pouco mais caro. Além disso, muita gente que tomou consciência da importância de uma boa alimentação tenta compensar as carências alimentares com a ingestão regular de suplementos de vitaminas e de minerais; quando a gente come alimentos completos e frescos, sem exceção, não é necessário recorrer a este procedimento, que, ainda por cima, também não preenche obrigatoriamente as necessidades do organismo. O dinheiro economizado com os suplementos poderia ser, então, empregado para melhorar sua alimentação. A agricultura orgânica, as redes apropriadas de distribuição de alimentos e outras fontes necessárias para que os alimentos saudáveis sejam acessíveis jamais se desenvolvem se não há uma demanda importante [...]. (MONGEAU, 1998, p. 92-93, tradução nossa.)

Curiosamente, o maior produtor de orgânicos do Brasil, a *Native*⁵⁵, tem mais de dez mil hectares de cana orgânica, e também foi citada por Stanziani: “Agora, é muito melhor ter uma *Native* do que não ter. Quando tiver 50 ou 100 grandes produtores no Brasil, aí vamos saber que a coisa dá dinheiro mesmo. Hoje os orgânicos dominam 1% do mercado brasileiro”. Para ele, a primeira coisa a fazer é incentivar o público a consumir orgânicos. Em 2015, a Dinamarca possuía, proporcionalmente, o maior mercado orgânico do mundo. Os alimentos orgânicos

⁵⁵ Empresa originária de Sertãozinho, interior de São Paulo, a *Native*, na década de 1980, implantou o “Projeto Cana Verde”, a fim de introduzir o manejo ecológico da cana-de-açúcar. Segundo a empresa, foram adotados sete princípios: eliminação das queimadas; adoção de controle biológico de pragas; implantação de ilhas de biodiversidade florística; eliminação do uso de agrotóxicos; aproveitamento racional dos efluentes agroindustriais como fertilizantes; desenvolvimento de um sistema de manutenção da estrutura física do solo; adoção de práticas de adubação verde em rotação de cultura. Em 2015, a empresa possuía 16 selos de certificação orgânica (nacionais e internacionais) e trabalhava com uma linha de industrializados que incluía: achocolatado; açúcares; álcool; azeite; barras de cereais; bebidas (água de coco, sucos, bebidas de soja etc.); cafés; cereais em grãos; chocolates; *cookies*; cereais matinais (NATIVE, 2015). Em 2009 (s/d), reportagem da revista *Época Negócios* (SALOMÃO, 2009) relatou que o grupo possuía: 14 mil hectares de cana orgânica; a maior produção mundial de açúcar orgânico; domínio de 95% do mercado brasileiro e de 30% do mercado global. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT85999-16380,00.html>>. Acesso em 14 ago. 2015.

compõem 8% do total do mercado dinamarquês de alimentos, e o governo prevê que, em 2020, já serão 15% da área agricultável inseridos no modelo orgânico de produção (DINAMARCA, 2015). Segundo o relatório “Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO”, do governo federal:

O crescimento da produção orgânica e de base agroecológica em todo o mundo é uma resposta à demanda da sociedade por produtos mais seguros e saudáveis, originados de relações sociais e de comércio mais justas. Na última década, o valor da produção orgânica comercializada mundialmente passou de 20 para 60 bilhões de dólares, e a área manejada sob esses modelos de produção expandiu-se de 15 para mais de 35 milhões de hectares. No âmbito nacional, o mesmo interesse na saúde do homem e do meio ambiente e na busca de maior cooperação no sistema produtivo tem levado a um crescimento sistemático na demanda e na oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica. [...]

Têm se proliferado os pontos de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica em todo o país, com a forte característica da utilização de feiras como viabilizadoras da comercialização com preços mais justos e por estabelecerem laços diretos entre produtores e consumidores. Cooperativas de consumo, pequenas redes familiares de varejo local, pontos de distribuição especializados em produtos “saudáveis” nos centros urbanos, além de grandes redes de supermercados, são outros equipamentos de comercialização que distribuem esse perfil de produto. (BRASIL, 2013, p. 21.)

Pollan (2007, p. 173) também compreende o argumento de que, por trás de cada industrializado orgânico, há “uma determinada quantidade de terra que não está mais sendo encharcada de produtos químicos, constituindo um progresso inegável para o meio ambiente e a saúde pública”. Contudo, a incompatibilidade apresentada pela AAO em acordar com grupos que produzem orgânicos em monoculturas vai de encontro com a afirmação de Pollan (2007, p. 177) de que há íntima conexão entre “os valores industriais da especialização, a economia de escala e a mecanização”. Grandes empresas alimentícias precisam de fornecedores orgânicos que operem na mesma escala industrial que elas, para continuar fornecendo aos grandes mercados consumidores com o qual trabalham: para estas grandes empresas, o “ideal orgânico” torna-se muito rigoroso. Por isso, a AAO defende a função educativa das feiras orgânicas que organiza na cidade de São Paulo como mecanismo de transformação da consciência social em relação ao consumo de alimentos (figuras 17 e 18):

As pessoas precisam dizer “vamos tomar um café na feira orgânica?”; tem que ter oficinas; esta feira precisa ser séria, precisa ser institucional, não de indivíduos. As feiras precisam ter consumidor, porém, para a AAO, precisa ter uma função educativa, quem tem que colocar essa feira neste formato educador, subsidiando produtor orgânico, como subsidia o produtor convencional, para as classes mais baixas é o Estado. A AAO luta para a elaboração da lei para dar alimento orgânico nas merendas das escolas municipais; mas quem tem que levar a feira orgânica para as

classes C e D é o Estado. Outra coisa legal são as compras públicas, é um instrumento poderosíssimo. O orgânico está na moda, politicamente correto; associar um produto ao orgânico ao seu produto é bem visto pelo consumidor. (STANZIANI, 2015, informação verbal.⁵⁶)



Figuras 17 e 18 – À esquerda, consumidores caminham pela feira orgânica montada no estacionamento térreo do *Shopping Villa-Lobos* aos domingos de manhã, das 7h às 12h, período em que as lojas do estabelecimento comercial encontram-se fechadas. À direita, parte do público frequentador assiste a uma oficina gastronômica oferecida pelo MUDA-SP. Segundo Stanziani⁵⁷, a referida feira surgiu de uma iniciativa do próprio *shopping*, que queria promover uma atividade de “sustentabilidade” e, por isso, chamou a AAO para organizá-la. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de maio de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Torna-se identificável, a partir da análise dos discursos dos movimentos ecológicos, que suas atuações se dão em diferentes frentes, evidenciando seu caráter plural e difuso. Esta dinâmica diversa pode ser ao mesmo tempo enriquecedora e problemática (MARCOS, 2007):

Por trás da proposta de uma nova relação sociedade/natureza, por eles apresentada, está a busca de um novo estilo de vida, de uma cultura, de uma nova ética de desenvolvimento. Não há, porém, uma necessária coincidência entre interesses ambientais e sociais. Justamente por este motivo, os movimentos ecológicos podem chocar-se com valores já consagrados pela tradição ou, indiretamente, através de suas reivindicações, favorecer os interesses de grandes grupos econômicos. (MARCOS, 2007, p 104.)

Um dos centros do movimento contracultural dos anos 1960 e 1970, o estado da Califórnia tornou-se um dos principais polos da produção agrícola industrial orgânica dos EUA. Apesar da publicidade construída a partir da ideologia primordial do pequeno proprietário de distribuição solidária, grandes conglomerados orgânicos californianos têm dominado o setor de orgânicos no país e recebem a denominação de “império orgânico”. Grandes produtores de salada orgânica embalada e pronta

⁵⁶ Informação fornecida por Marcio Stanziani em entrevista para Alessandra Garcia Soares e Gustavo Nagib, em 17 mai. 2015.

⁵⁷ Ibid.

para o consumo, por exemplo, investiram na conversão de muitos produtores da Califórnia para migrarem ao modelo orgânico, a fim de distribuí-las a todo país. Juntas, as diversas propriedades fornecedoras perfazem milhares de hectares monocultores e orgânicos que usam tecnologias especialmente desenvolvidas para responder à demanda de larga escala (a exemplo de máquinas do tamanho de um automóvel que cortam as verduras exatamente acima da coroa), além do rigoroso controle de pragas e da adubação natural efetuados pela mão de obra imigrante (POLLAN, 2007).

Uma das questões levantadas pelos defensores da agricultura urbana é que, além de seu maior comprometimento com a produção orgânica, ela estaria reduzindo os gastos energéticos no transporte do alimento entre produtor e consumidor (MOLLISON; HOLMGREN, 1983). Segundo dados apresentados por Pollan (2007, p. 183), transportar um prato de salada orgânica da costa oeste para a costa leste dos EUA exige mais de 4.600 calorias em combustível, “ou seja, 57 calorias de combustível fóssil para cada caloria comida”. No entanto, haveria um acréscimo de 4% se os alimentos fossem produzidos pela “agricultura convencional”.

Saber se os produtos orgânicos são melhores e valem seu preço extra são perguntas diretas, mas as respostas – eu tinha descoberto – estavam longe de ser simples. [...] Se a resposta for “gosto”, a resposta será [...] sim, muito provavelmente. [...] É melhor para o meio ambiente? Melhor para os agricultores que plantaram seus ingredientes? Melhor para saúde da população? Melhor para o contribuinte? A resposta para todas as quatro perguntas é um categórico sim, sem (quase) nenhum tipo de restrição. [...] Então seria a comida orgânica industrial em si uma contradição? É difícil evitar uma resposta afirmativa a essa pergunta. É claro que é possível conviver com contradições, pelo menos por algum tempo, e às vezes isso é necessário ou compensador. [...] Como ocorre em tantos outros campos, a lógica da natureza provou ser páreo para a lógica do capitalismo, uma lógica na qual a energia barata sempre foi um pré-requisito. Desse modo, a indústria alimentar orgânica hoje se encontra numa situação inesperada, incômoda e, sim, insustentável: flutuando num mar de petróleo prestes a naufragar. (POLLAN, 2007, p. 193-199.)

O dilema em torno da ideologia do orgânico não parece ser de simples resolução. Pollan (2007) chega a apresentar a hipótese de que os orgânicos ainda mudem de terminologia. Sua apropriação pela indústria e pelo mercado capitalista insinua a mudança de caráter expresso pelo termo, estancado em muitos produtos nas prateleiras dos supermercados atuais. A cadeia alimentar mais curta e menos industrial a que o movimento contracultural apresentava como alternativa em fins da década de 1960 certamente não condiz com tamanha expansão do consumo de orgânicos em diversos países do mundo, exaltada pelo *marketing* da “melhor

qualidade de vida”. Reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*⁵⁸ (2015) apresentou que o segmento dos orgânicos cresceu, mesmo durante as crises de 2008 e 2009 nos EUA e na Europa, e não tem sido diferente no Brasil, onde apresentou alta de 30% no faturamento em 2014 e registrou ganhos superiores a 2,5 bilhões de reais em 2015.

Algumas comunidades podem expressar sua oposição ao sistema capitalista por meio do consumo de alimentos oriundos da agricultura orgânica e da não aceitação aos transgênicos. Seu estilo de vida ainda pode optar pela preferência aos produtos artesanais, locais e de baixa emissão de gases de efeito estufa. Porém, apenas estas ações de caráter restritivo e específico não podem ser consideradas suficientes para estruturar um padrão distinto do capitalista, já que as pessoas que constituem estas comunidades ainda

[...] participam das demais modalidades de consumo habituais [...]. Se a grande maioria do público se mantiver nos padrões de consumo desenvolvidos sob a égide do grande capital, como até agora tem feito, os empreendimentos solidários terão de se tornar realmente competitivos. E mesmo se determinados produtos alternativos acabarem se tornando objeto de consumo de massa (como os *blue-jeans* nos anos 1960, por exemplo), nada impedirá o surgimento de empresas capitalistas que os produzirão com máxima produtividade e os venderão a preços mínimos, para tomar o mercado das cooperativas e das unidades familiares de produção. (SINGER, 2002, p. 120.)

A referida apropriação da produção orgânica pelo sistema hegemônico, alternativa contra o qual se consolidava a partir dos movimentos contraculturais, vai de encontro à crítica de Harvey (2014, p. 46) de que a qualidade de vida também se tornou uma mercadoria para aqueles que têm dinheiro. Para o autor, o recurso à economia do espetáculo é um aspecto fundamental da economia política urbana, que estimula “[...] a formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, [e] envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro [...]”.

⁵⁸ Reportagem “Com novos hábitos, alimento orgânico ignora crise e segue em expansão”, de Gilmara Santos, em colaboração para o jornal *Folha de S.Paulo*, em 30 de julho de 2015, caderno “Mercado”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1661851-com-novos-habitos-alimento-organico-ignora-crise-e-segue-em-expansao.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2015.

A agroecologia

A agroecologia tem ganhado evidência num conjunto de novos planos governamentais, de políticas públicas e de leis voltados à materialização de outro modelo de agricultura (social e ambientalmente mais equilibrada), e que muitas vezes contemplam aquilo que era defendido originalmente pelo movimento orgânico. Anteriormente mencionados, a inclusão de produtos orgânicos e de base agroecológica na merenda escolar no município de São Paulo, o mais recente Plano Diretor Estratégico de São Paulo e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica são alguns exemplos nesse sentido.

O paradigma agroecológico busca, por exemplo, transformar o modelo industrial a partir da transição da agricultura dependente de combustíveis fósseis e voltada para exportação para culturas diversificadas voltadas à produção nacional de alimentos pela agricultura familiar rural e urbana a partir de recursos locais e de energia limpa e renovável. Inclui-se nos princípios agroecológicos o acesso a terras, sementes, água, crédito e mercados locais pelos produtores, com dependência mínima de produtos químicos e de energia externa (ALTIERI, 2012).

Compreende-se a agroecologia como uma ciência e um conjunto de práticas:

Como ciência, baseia-se na **aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agrossistemas sustentáveis**. [...] Os princípios básicos da Agroecologia incluem: a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie” (ALTIERI, 2012, p. 16, grifo do autor.)

“Resiliência” e “sustentabilidade” são palavras relacionadas à prática agroecológica, bastante dependente da experimentação dos próprios agricultores e pautada em relações mais horizontais entre os atores com ela envolvidos, se opondo ao controle corporativo sobre a produção e o consumo agroalimentar. Altieri (2012) destaca quatro pontos que confirmam tais características da Agroecologia:

(a) Seu papel enquanto mobilizadora social, ao requerer a participação dos agricultores;

(b) Sua abordagem acessível, já que está baseada em saberes tradicionais e dialoga com a ciência moderna;

(c) Sua capacidade de promover técnicas economicamente viáveis, já que evita a dependência de recursos externos;

(d) É ecológica, já que promove a diversidade e otimiza o desempenho do sistema produtivo.

A cartilha “Agroecologia”, publicada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, da Universidade Federal de Ouro Preto (2012, p. 5), destaca a importância em não se confundir agroecologia com a agricultura orgânica praticada na atualidade e já mencionada anteriormente, uma vez que produtos orgânicos podem ser “produzidos nos moldes da agricultura convencional ou da monocultura. Os produtos orgânicos apenas não usam da química industrial como principal meio de combate a pragas e de fonte de fertilizantes para adubação”.

No Brasil, há anos que os grupos ligados à agroecologia tem se articulado em rede a fim de promover avanços em matéria de políticas públicas, bem como para promover debates e trocas de informações. A Rede de Grupos de Agroecologia, por exemplo, procura fortalecer as iniciativas em torno da questão agroecológica e promove eventos, como o Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia, que, em 2015, já estava em sua sétima edição. Desde 2003, ocorre, também, o Congresso Brasileiro de Agroecologia, com a participação de instituições de ensino e da sociedade civil envolvidas com as demandas da agricultura familiar.

Na cidade e no estado de São Paulo, destaca-se o Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA-SP), que foi constituído a partir da articulação de indivíduos, de organizações da sociedade civil e do poder público, e alcançou significativa presença política nas conjunturas relacionadas à agricultura urbana. Fundamentando-se em suas ações ativistas e estabelecendo canais diretamente com os setores público e privado, a fim de propagar os princípios agroecológicos, o MUDA-SP considera que:

Produto agroecológico é aquele produzido sobre o tripé de sustentabilidade sócio, econômico e ambiental. Assim, é considerado, além da produção orgânica, a condição do trabalhador, a qualidade do alimento, a rede de distribuição e comercialização, a distância entre a produção e mercado, e a preservação e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a qualidade de vida de modo geral. Enfim, busca uma existência mais equilibrada entre o ser humano e a natureza. (RAMOS; OLIVEIRA JR.; GABANYI, 2014, p. 34.)

Uma das severas críticas da agroecologia à agricultura industrial é que esta última simplificou os ambientes produtivos a partir da perda de diversidade agrícola: as sociedades já chegaram a cultivar cerca de sete mil espécies, hoje, cerca de 120

são importantes para a alimentação humana. Em países da Ásia de Monções, como a Índia e Bangladesh, milhares de variedades de arroz e muitas variedades de peixes foram perdidas após a disseminação da agricultura industrial desde a Revolução Verde (ALTIERI, 2012; SHIVA, 2013).

A agroecologia, portanto, apresenta-se como crítica ao sistema socioeconômico hegemônico que incentiva a prática da monocultura industrial e promove profundos danos ambientais, a exemplo do uso de produtos químicos e do desgaste dos solos. Seu conceito também abrange as questões sociais, culturais e econômicas na medida em que o referido modelo agrícola dominante se desenvolve às custas dos interesses dos trabalhadores rurais, dos produtores familiares e dos consumidores (ALTIERI, 2012).

Assim, considera-se a agroecologia como o paradigma emergente, substituto da agricultura industrial ou convencional, exatamente por incorporar elementos de síntese, unificadores, integradores. Esse novo paradigma se diferencia por ter uma abordagem holística, não apenas no que concerne às questões ambientais, mas sobretudo às questões humanas. (JESUS, 2005, p. 40.)

Pacheco (2014, informação verbal⁵⁹), afirma que “diversidade” é a palavra-chave da agroecologia, sob todos seus aspectos. Com isso, ela refere-se a: não utilização de agrotóxicos; promoção do manejo sustentável dos recursos naturais; apresentação de uma relação mais harmoniosa com a natureza; e ainda possuínte de uma dimensão social, econômica e política. Para se implantarem os sistemas agroecológicos e promover a transição da agricultura industrial para a agroecologia, haveria de levar em conta, entre outros fatores, a construção social de mercados, a aproximação do produtor com o consumidor e a valorização das sementes tradicionais (crioulas).

Na Europa, também acontece uma onda positiva para que os alimentos sejam produzidos localmente, com técnicas [...] ecológicas e com o resgate de sementes da enorme diversidade que ainda existe. Isso vai de encontro ao controle exercido pelas grandes empresas transnacionais que dominam o mercado de alimentos na maioria dos países, desde a venda de sementes [...] até os agrotóxicos. Estes não só contaminam as pessoas e a natureza, mas também fazem com que os agricultores fiquem reféns das grandes companhias em todas as safras! (HERZOG, 2013, p. 140-141.)

⁵⁹ Informação fornecida por Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga e presidenta do CONSEA, em entrevista à jornalista Amelia Gonzalez, para o Programa Entrevista (série “Empreendedorismo e Sustentabilidade”) do canal Futura (canal fechado de televisão), em agosto de 2014. Programa disponível em: <<http://www.futura.org.br/entrevista>>. Acesso em 29 set. 2015.

No que se refere à agricultura urbana, Aquino e Monteiro (2005) apontam a agroecologia como uma alternativa de grande viabilidade por uma conjunção de fatores, dentre os quais se destacam:

(a) A menor dependência de insumos externos, facilitando o manejo cotidiano dos agricultores e hortelões urbanos;

(b) Colabora para a ampliação do mercado de produtos orgânicos nas cidades, gerando renda aos agricultores familiares e ajudando a construir uma nova consciência cidadã acerca da qualidade dos alimentos ingeridos e da conservação ambiental;

(c) É uma ferramenta para o desenvolvimento de políticas ou programas públicos de educação socioambiental;

(d) É um mecanismo de resgate e de preservação de cultivares adaptadas às condições locais, em adequação às épocas de plantio;

(e) Faz o controle alternativo e não poluente de pragas, promovendo a adaptação da produção agrícola ao ecossistema urbano.

As cidades são responsáveis por grande produção de resíduos orgânicos, que podem ser reaproveitados como adubo pela agricultura urbana de base agroecológica. A produção e o fornecimento deste adubo, no entanto, devem ser devidamente orientados e manejados para que possam garantir os nutrientes adequados aos solos. Os resíduos orgânicos podem ser originados do ambiente doméstico, de padarias e açougues, do lixo, entre outros (AQUINO; MONTEIRO, 2005).

A sustentabilidade da agricultura urbana apoia-se no manejo agroecológico, que inclui o uso de substratos e manejo orgânico do solo, técnicas de rotação e associações de cultivos e manejo fitossanitário alternativo ao convencionalmente utilizado, bem como na utilização de cada metro quadrado disponível para maior produção o ano todo, e integração interdisciplinar e interinstitucional para assessorar a produção urbana. (AQUINO; MONTEIRO, 2005, p. 189.)

A permacultura

O termo “permacultura” foi cunhado pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren em meados da década de 1970 para descrever “um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes ou autoperpetuantes úteis ao homem” (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p. 15).

Diferentemente da agricultura comercial, acredita-se que o *design* permacultural possa fornecer a estrutura organizacional para a materialização de uma agricultura e de uma cultura permanentes de subsistência, com baixo gasto energético e elevada produtividade:

Na agricultura comercial, todo o valor é convertido em dinheiro, a diversidade na produção sendo menos importante. Na agricultura de subsistência, as necessidades humanas determinam o valor da produção, e como nossas necessidades são variadas, a produção também deve ser variada. (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p. 22.)

A permacultura é uma rede e um movimento mundial de pessoas e comunidades que se utilizam de soluções permaculturais para promover pequenas mudanças locais e, mesmo que indiretamente, para influenciar ações de maior amplitude. Por isso, as pessoas e a maneira como elas se organizam são questões centrais para o adequado funcionamento desse sistema, que objetiva suprir as necessidades essenciais de uma cidade, de um povoado ou de uma família (HOLMGREN, 2002):

Neste mais limitado, mas importante sentido, a permacultura não é a paisagem, ou mesmo as habilidades do cultivo orgânico, da agricultura sustentável, da geração eficiente de energia ou o desenvolvimento de ecovilas como tais. Mas ela pode ser usada para projetar, estabelecer, manejar e aprimorar estes e todos os outros esforços feitos por indivíduos, famílias e comunidades em direção a um futuro sustentável. (HOLMGREN, 2002, p. xix, tradução nossa.)

Popularmente, há uma associação entre a permacultura e o estilo de vida contracultural, já que aquela oferece uma estrutura holística para a reorganização das vidas e dos valores de grupos sedentos por mudanças e desiludidos com a cultura consumista (BURNETT, 2000). Holmgren (2002) afirma que este aspecto contracultural da permacultura contribuiu para a experimentação e o pioneirismo de estilos de vida voltados para o imperativo ecológico.

No que tange a agricultura urbana, a permacultura apresenta soluções e alternativas eficientes à produção de alimentos, à reestruturação energética e à variedade microclimática dos sistemas urbanos. A redução do custo de transportes a partir da produção agrícola no espaço urbano e a diversidade estrutural de espécies capazes de alterar o microclima estão entre as ênfases dadas pelo sistema permacultural, que aponta, ainda, que a integração entre moradia e produção minimiza os custos com transporte e pode ajudar no processo de absorção do lixo residencial por meio da compostagem ou da reciclagem local (MOLLISON; HOLMGREN, 1983).

A maioria da energia fóssil que sustenta a agricultura é consumida “via” sociedade industrial na forma de pesticidas, maquinaria, pesquisa, cultivo intensivo e fertilizantes artificiais. [...] Desta energia em combustível, 90% são consumidos no transporte, armazenamento, comercialização e preparação da comida. [...] As maiores economias em energia estão na eliminação de transporte caro, embalagem e comercialização. (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p. 29.)

A permacultura entende que a cidade poderia produzir, a custos baixos, grande parte do alimento que lhe é necessária e consumir os seus detritos na forma de composto orgânico. Para isso, um passo importante é perder a “vergonha” das plantas úteis e reverter a imagem de que as plantas meramente ornamentais sejam símbolos de riqueza e ostentação. As populações poderiam, assim, obter alimentos a partir do abrigo fornecido pelas cidades, ajudando na convivência solidária e na sobrevivência umas das outras (MOLLISON; HOLMGREN, 1983).

Em relação à transformação do espaço urbano em espaço produtor de alimentos e receptor de projetos paisagísticos que incorporem espécies alimentícias ou úteis aos cidadãos, Cânovas (2015, informação pessoal⁶⁰) afirma que a seleção de espécies deve obedecer à vocação do espaço:

Isto inclui tanto a posição geográfica – com suas características climáticas e geológicas – como também o respeito ao bioma e as tradições históricas e folclóricas. O jardim urbano deve espelhar o modo de pensar e de viver da sociedade. O conjunto formado por todos os espaços verdes da cidade irá refletir as características dessa comunidade. Portanto, a escolha, principalmente das árvores, deve obedecer ao aspecto genuíno da flora local, mantendo assim sua identidade original.

Salienta-se, ainda, que o poder público municipal geralmente já possui muitos funcionários cuidando de sistemas que não são produtivos, portanto, caberia apenas realizar a conversão para um sistema multidimensional, em que não se abriria mão da beleza ou da variedade, mas se utilizaria de espécies úteis para garantir recursos em longo prazo dentro das fronteiras da cidade, reduzindo custos de processamento e diminuindo a dependência dos transportes (MOLLISON; HOLMGREN, 1983).

Talvez o produto mais valioso de uma cidade devotada à permacultura seria a paz de espírito; uma paranoia invade as cidades e é produto da sensação de impotência em relação à crise de energia e às crises futuras. [...] As cidades são “sumidouros de energia”, [...] vulneráveis e dispendiosas. Sua própria existência está em questão, num futuro de energia cara e transporte reduzido. As cidades devem fazer alguma coisa para justificar a sua existência e diminuir sua dependência parasítica em relação às zonas rurais. [...] A permacultura e outras tecnologias humanitárias podem ser um empreendimento cooperativo local bem como global, onde não precisam existir “segredos”, competição, ou paranoia, e onde se passa a atingir um livre intercâmbio de energia, materiais e habilidades. (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p. 107-112.)

⁶⁰ CÂNOVAS, R. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 13 mar. 2015.

Dentre as estratégias e os mecanismos de estruturação da permacultura urbana, Mollison e Holmgren (1983; 2002) destacam:

(a) Implantação de estufas junto às construções já existentes para aumentar quantidade e qualidade dos cultivos urbanos;

(b) Possibilidade de introdução de aves úteis e abelhas aos sistemas permaculturais urbanos;

(c) Folhas e galhos cortados podem ir para a compostagem ou para forrar as áreas de cultivo em pátios de concreto e coberturas de prédios; os tetos de terra são opções como isolantes, para conservar energia e cultivar alimentos; parte do lixo gerado pode ser retornada ao solo como nutriente às plantas;

(d) Utilização das áreas públicas abertas e sob as copas das árvores para o cultivo de plantas baixas;

(e) Janelas podem proporcionar o calor para a secagem de vegetais; papel alumínio e espelhos podem refletir a luz para ambientes escuros; paredes pretas e brancas servem, respectivamente, como captador de calor e refletor;

(f) A comunicação e o intercâmbio de técnicas, receitas, experiências e plantas, através de panfletos e cartazes, jornais, encontros, mutirões, redes sociais e demais mecanismos via *internet*, mobilizam e encorajam as pessoas em suas ações;

(g) Jovens e idosos podem se integrar às atividades; a população socialmente mais vulnerável pode encontrar uma atividade útil e ser mais bem integrada; projetos educacionais podem se utilizar das atividades como espaço de aprendizagem, bem como mecanismo propagador princípios permaculturais etc.

UMA AMPLIAÇÃO DA DISCUSSÃO UTÓPICA

As revoluções tranquilas

Os escritos de Schumacher (2010), de 1973, influenciaram, ao longo das décadas posteriores, o trabalho de diversos teóricos das diferentes áreas do conhecimento. A defesa pela análise e ação na pequena escala (“pequeno é bonito”) contribui para disseminar a percepção de que os seres humanos se organizam melhor em diminutos territórios (na escala local) do que governos ou empresas de que trabalham em escalas consideradas, pelo autor, megalomaniacas.

Em seu Capítulo 5 da parte I, “Uma questão de tamanho”, Schumacher (2010) afirma que o tamanho apropriado relaciona-se ao que se está tentando fazer. Provoca o questionamento, por exemplo, no que se refere ao tamanho de uma cidade. Apesar de não fazer julgamentos sem as devidas previsões, acredita que o tamanho desejável de uma cidade seja de aproximadamente 500 mil habitantes. Cita que em cidades milionárias, tais como Londres, Nova York e Tóquio, a superpopulação está relacionada à degradação humana, e que em toda parte, os problemas parecem se expandir mais rapidamente do que as soluções. Juntamente à crítica relacionada ao gigantismo, Schumacher (2010, p. 157, tradução nossa) também não via as modernas tecnologias como mecanismo de combate às desigualdades e ao amplo avanço socioeconômico: “Não tem nada [...] que sugira que a tecnologia moderna, como nós a conhecemos, possa realmente nos ajudar para aliviar a pobreza mundial”.

O engajamento de cidadãos comuns em questões referentes às suas localidades, que vivem em pequenas ou grandes cidades dos mais diversos continentes e em ambientes e situações sociais das mais distintas, resulta no que Manier (2012) classifica como “pequenas revoluções”. Estas, cada uma em seu respectivo domínio, introduzem soluções que nem os governos, nem a iniciativa privada, conseguem efetuar, mas que responderiam a maioria dos males do planeta, a exemplo da reversão do processo de desertificação, do combate à fome, da criação de empregos, da autogestão na distribuição da água, ou no desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

Milhões decidem viver de outra maneira. De viver melhor. E, para isso, eles freiam o hiperconsumismo, reinventam o *habitat*, a democracia local ou o uso do dinheiro. [...] A ação de milhões de anônimos que agem sozinhos ou em grupos informais. [...] Mesmo se eles são pouco visíveis, suas iniciativas são todas declarações de independência. [...] A mensagem que [estas pessoas] difundem não tem equívoco: hoje, milhões de homens e de mulheres se desligam de um sistema econômico considerado muito brutal para a humanidade e para o meio ambiente, e exigem um novo modelo de sociedade. E localmente, eles se mobilizam para a construir. (MANIER, 2012, p. 11-12, tradução nossa.)

Manier (2012) também se refere a estas pequenas revoluções como “revoluções tranquilas” ou “revoluções silenciosas”, em decorrência de seu caráter pacífico e de escala local. Da mesma forma que a expressão “guerrilha verde” (e a respectiva denominação ao hortelão/agricultor urbano que a pratica como “guerrilheiro” ou “pirata”) assume um caráter ativista de essência pacífica, as revoluções tranquilas estão pipocando por todos os continentes e promovem

grandes transformações sociais, políticas, econômicas e espaciais sem pegar em armas: “As revoluções são todas novidades. É uma revolução pacífica, tranquila, chame como quiser, mas é uma revolução. [...] Estão buscando soluções para a humanidade com princípios democráticos”. (SINGER, 2015, informação verbal⁶¹).

A questão aqui levantada refere-se a outro paradigma, que não está vinculado àquele predominante no pensamento revolucionário tradicional de que se muda o mundo através do Estado:

O que podemos fazer? Mudar o mundo sem tomar o poder. [...] A aparente impossibilidade da revolução no começo do século XXI reflete, na realidade, o fracasso histórico de um conceito particular de revolução, o conceito que identificava revolução com controle do Estado. [...] O que está em discussão na transformação revolucionária do mundo não é de *quem* é o poder, mas como criar um mundo baseado no mútuo reconhecimento da dignidade humana, na formação de relações sociais que não sejam relações de poder. (HOLLOWAY, 2003, p. 22-33.)

Dowbor (2008) afirma que desde pequenos, somos levados a crer que o Estado é o responsável natural pela organização de nosso cotidiano. No entanto, basta uma comunidade decidir se organizar de forma mais humana, que a materialização de outra realidade torna-se possível. O que o autor denomina de “poder local” está ganhando importância nas últimas décadas, possibilitando que as pessoas consigam determinar o destino de seu espaço de reprodução a partir da descentralização, da desburocratização e da participação comunitária:

[...] quando se tomam as decisões muito longe do cidadão, estas correspondem muito pouco às suas necessidades. [...] O problema do poder local [...] envolve [...] a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, constrói a sua transformação e, para dizê-lo de forma resumida, se democratiza. [...] Dar a devida importância ao espaço local e à participação não significa que esse mecanismo possa assegurar o conjunto dos equilíbrios necessários ao nosso desenvolvimento. Mas no conjunto, [...] está abrindo um espaço político profundamente renovador na nossa concepção de democracia. (DOWBOR, 2008, p. 19-32.)

A sociedade industrial, segundo Robertson (1983), está atingindo o seu limite, e as pessoas estão se sentindo cada vez mais presas e “sem valor” no desempenho de suas funções profissionais. Neste momento, vivenciam-se transformações não violentas da sociedade, já que as pessoas decidem mudar a direção de suas próprias vidas e, conseqüentemente, da estrutura das relações sociais em geral, buscando alternativas que reduzam sua dependência excessiva do sistema de

⁶¹ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

instituições criadas pela sociedade industrial. Essas mudanças pacíficas de caráter pessoal e coletivo seriam, portanto, as características da revolução contemporânea.

Dentre as “revoluções tranquilas” citadas por Manier (2012), aquelas relacionadas à agricultura urbana aparecem com significativo destaque, a partir de seu papel de reaproximação coletiva do espaço urbano. Dessa forma, o caráter revolucionário da agricultura urbana iria além do abastecimento, pois ela constitui um esforço do cidadão para: compensar sua pobreza material; reabilitar a aproximação social através do compartilhamento e da convivência nos bairros; tornar as cidades mais verdes e contribuir para a redução das emissões de gás carbônico; traduzir as aspirações crescentes da população por uma alimentação melhor e por maior autonomia econômica.

Em alguns anos, a agricultura urbana se imporá por toda parte, fazendo progredir a ideia de implementar permanentemente sistemas locais de abastecimento no interior e na periferia das cidades. É doravante possível de imaginar os centros urbanos onde, no futuro, os habitantes dependerão cada vez menos de uma alimentação importada por transportes poluentes, mas onde eles poderão comprar hortaliças produzidas (ou transformadas) na sua área próxima ou as cultivarão por si mesmos em espaços coletivos. Esta atividade contribuirá para organizar uma economia pós-industrial nas cidades. (MANIER, 2012, p. 136, tradução nossa.)

Ao analisar as características de uma sociedade urbana que foi conduzida à prática da agricultura urbana, é bastante provável que milhares de hortas comunitárias tenham sido criadas por habitantes em situação de má alimentação ou pela insegurança alimentar de famílias pobres, a fim de realocar a produção do que se consome e de contribuir para que as cidades sejam social e espacialmente mais justas e verdes (MANIER, 2012; FAO, 1999). O ativismo de guerrilha verde, da nova-iorquina Liz Christy, em 1973, por exemplo, esteve inserido em um momento de crise urbana, em que as classes média e alta se transferiam para as periferias de Nova York por causa da violência, das tensões comunitárias e da pobreza. O poder municipal via-se à beira da falência com o abandono de muitos edifícios e fechamento de estabelecimentos comerciais. A iniciativa conduzida por Christy e seus companheiros lançaram um movimento que ressignificou e encorajou a ocupação de outros terrenos pela cidade: atualmente, Nova York conta com cerca de 800 hortas comunitárias (MANIER, 2012).

Os movimentos referentes à autoprodução alimentar no espaço urbano traduzem mudanças de comportamento e seus voluntários possuem diferentes motivações e objetivos: pesquisas universitárias, aproximação com a jardinagem,

estreitamento das relações de vizinhança, reaproximação ou maior participação com o poder e os terrenos públicos etc. Manier (2012) ainda destaca que as hortas comunitárias têm contribuído para a emergência de mercados de propriedade dos agricultores, o que havia desaparecido de muitas cidades: estas pequenas lojas em grandes centros urbanos, que comercializam “direto do produtor”, se abastecem com hortaliças da agricultura urbana e periurbana. Terraços, tetos, corredores, pequenos jardins, ao longo de vias férreas, nos poucos espaços disponíveis nas favelas, entre outros pequenos espaços livres, também têm ajudado na reprodução do modo de vida cotidiano de muitas famílias.

Em São Paulo, Londres, Nova York, Rosário, Montreal, Toronto, Cingapura, Tóquio, Paris, Havana, Lomé, Cidade do México, Berlim e tantas outras cidades, sejam nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento,

[...] esta micro-agricultura transborda alegremente dos espaços de habitação para ocupar os lugares públicos, graças aos militantes inspirados pela guerrilha verde estadunidense, e que reivindicam a reapropriação do espaço público como “um ato cidadão”. [...] Amigos, vizinhos e todas as pessoas interessadas podem vir a cultivar hortaliças orgânicas em um espírito de partilha [...] e de engajamento ecológico. Num espírito de partilha, todos estes grupos cidadãos promovem a ideia de uma “cidade comestível”. (MANIER, 2012, p. 123-125, tradução nossa.)

Agindo localmente, portanto, estas ações comunitárias pautadas na ajuda mútua, e não na concorrência, promovem um efeito real de mudança, que repercutem na economia local, no trabalho, no consumo, no meio natural, além de impor regras próprias e de construir uma consciência coletiva de poder de ação real no espaço e no cotidiano urbano. São as revoluções tranquilas: “Elas são a expressão de um terreno democrático vivo, de uma sociedade civil capaz de exercer livremente seu espírito crítico e sua capacidade de iniciativa” (MANIER, 2012, p. 308).

A base solidária

Como já mencionado, a agricultura urbana não é uma atividade recente, tampouco a existência de hortas comunitárias. Os momentos mais significativos de sua emergência estão relacionados às ameaças da insegurança alimentar. Períodos de guerras, de graves crises econômicas e demais situações de depressão costumam impelir o engajamento coletivo em prol de ações comunitárias que visem

à subsistência e ao bem comum, a partir da divisão de tarefas e da cooperação, além de possíveis apoios governamentais, a exemplo das denominadas “hortas de guerra”, organizadas pelo governo estadunidense durante a Primeira Guerra Mundial; as cooperativas agrícolas criadas durante a Grande Depressão de 1930 nos EUA; as campanhas pelas “hortas da vitória” que foram realizadas nos EUA, Canadá e Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial; ou ainda a ocupação de áreas livres abandonadas pela população afrodescendente marginalizada em Detroit após a crise de 2008, que faliu o setor automobilístico e, conseqüentemente, a cidade símbolo do automóvel nos EUA. (LADNER, 2011; MANIER, 2012).

O exemplo de Detroit é bastante simbólico neste século XXI. Desde a crise financeira de 2008, muitas pessoas perderam o emprego e migraram daquela cidade em busca de melhores oportunidades de vida. Em 2013, Detroit declarou falência e 60% da cidade ficou sem iluminação pública; desde a década de 1950, quando a cidade tinha cerca de 1,8 milhão de habitantes, que a população vem diminuindo significativamente, até chegar aos seus aproximados 700 mil habitantes em 2012 (gráfico 1). Em 2015, a Prefeitura decidiu vender terrenos vazios aos vizinhos de tais propriedades (àqueles que permaneceram na cidade) pelo valor simbólico de 100 dólares, a fim de encontrar novos donos para áreas degradadas, incentivar a sua recuperação e levantar fundos (BBC, 2015).

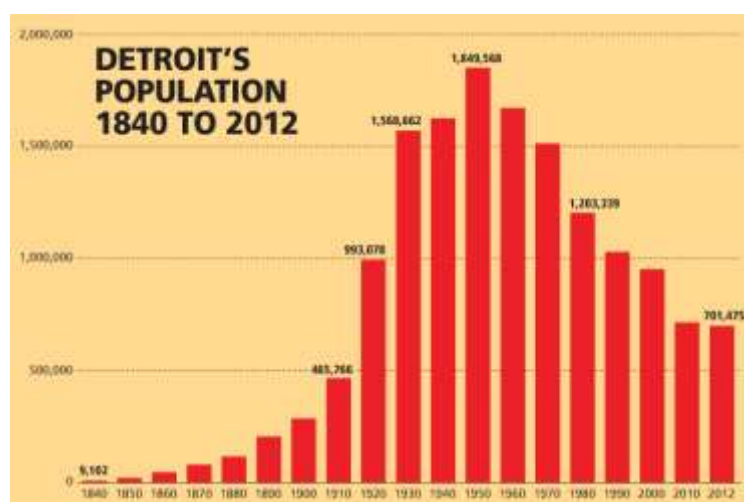


Gráfico 1 – População de Detroit de 1840 a 2012⁶². O gráfico revela que, apesar da redução populacional constante a partir da década de 1950, entre 2000 e 2010, houve uma significativa queda em decorrência da crise financeira de 2008, que ocasionou migrações em massa. Fonte: *United States Census Bureau*. Disponível em: <<http://www.freep.com>>. Acesso em 5 set. 2015.

⁶² No eixo vertical do gráfico 1 (eixo y), os valores estão expressos em números absolutos de habitantes.

A Região Metropolitana de Detroit é o maior aglomerado urbano do estado estadunidense de Michigan, na região dos Grandes Lagos, onde estão as sedes da Chrysler, da Ford e da General Motors e, por isso, considerada a “casa” da indústria automobilística dos EUA. Com a crise de 2008, o Tesouro estadunidense concedeu empréstimos bilionários às empresas, tornando-se seu novo sócio, mas a ajuda não impediu as demissões em massa de todo setor industrial atrelado às automobilísticas e ao setor de comércio, que presenciou o fechamento de inúmeras concessionárias com a grande queda das vendas (só a Ford demitiu 30 mil funcionários, o equivalente a quase 50% de sua mão de obra na América do Norte). Em 2011, Detroit tornou-se a pior cidade para se viver nos EUA e com uma das piores taxas de violência do país (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2011).

O automóvel, símbolo do progresso urbano-industrial e um dos mais valorizados objetos de consumo da sociedade capitalista ao longo do século XX, viu sua indústria, nos EUA, ser obrigada a reformular seu processo de produção com grandes prejuízos sociais à classe trabalhadora. Segundo Popelard e Vannier (2010), Detroit ficou muito vulnerável com sua extrema especialização funcional, ou seja, a cidade era sustentada basicamente pela indústria automobilística, quando esta foi fortemente abalada pela crise, a cidade também colapsou. A parcela da sociedade mais afetada e com incapacidade financeira de migrar foi a população afrodescendente, que também sofre com a segregação socioespacial imposta pelo modelo urbanístico ali adotado.

O medo e o racismo também se tornaram fatores da segregação econômica do espaço. [...] Ela é uma das metrópoles americanas mais pobres – um terço dos habitantes vive abaixo do limite da pobreza – e onde existe a maior segregação – cerca de nove habitantes em cada dez são negros. Esse “*apartheid* americano” não se observa entre um bairro e outro, como na maior parte das cidades dos Estados Unidos, mas sim entre a cidade-centro de um lado e os *suburbs* do outro. [...] De um lado, a boa sociedade dos *suburbs*, com suas elegantes residências rurais e seus gramados impecáveis; do outro, o aglomerado de favelas com sua população vítima do desemprego e dos efeitos de um sistema de saúde privado excludente. [...] Numa cidade organizada por e para o automóvel, recortada por autoestradas, quadriculada por amplas avenidas, os deslocamentos, sem um veículo, se transformam em desafios. A questão social também é uma questão de mobilidade. Para aqueles que não podem contar com a solidariedade da família ou dos vizinhos, nem com o uso comunitário de veículos, resta o recurso prático do pobre: os ônibus equipados com porta-bicicletas. Portanto, a organização do espaço contribui para reproduzir as desigualdades sociais, confinando uma parte do proletariado urbano no interior de um território encravado. (POPELARD; VANNIER, 2010.)

No entanto, a reestruturação socioespacial de Detroit tem se materializado por intermédio de práticas alternativas que pareciam incompatíveis com o modelo hegemônico que a ergueu e que também a levou ao colapso. Uma das alternativas encontradas pela população socialmente mais vulnerável foi através da agricultura urbana: hortas comunitárias tornaram-se soluções reais em contexto de crise. Os galpões das fábricas abandonadas, os terrenos baldios e espaços verdes em geral têm sido recuperados pela população desempregada para cultivar os alimentos necessários à sua sobrevivência. A *Detroit Black Community Food Security Network* (Rede de Segurança Alimentar da Comunidade Negra de Detroit) criou uma grande horta comunitária de um hectare no *River Rouge Park*, um parque público no sudeste da cidade, onde se produzem trinta variedades de frutas e legumes orgânicos, que são vendidos localmente, nos mercados locais e pela cooperativa fundada pela organização (MANIER, 2012).

Esta agricultura urbana de base solidária e estabelecida em terreno público agrega a ideia de autossuficiência comunitária e trabalha com o princípio de “justiça alimentar”, uma vez que a população negra de baixa renda, engajada na horta, constatou que sua alimentação também refletia um dos aspectos da desigualdade social e da discriminação racial: “A baixa renda da comunidade negra a obrigava a consumir uma alimentação industrial (enlatados, hambúrgueres, *chips*...), carentes de produtos frescos” (MANIER, 2012, p. 108-109, tradução nossa). Esta iniciativa não ficou restrita apenas a uma porção territorial de Detroit, a ideia se multiplicou e a municipalidade lançou o programa “*Adopt a lot*” (“Adote um lote”), permitindo que a população cultive em terrenos abandonados próximos a sua residência sem o pagamento de taxas e com a permissão para instalação de uma cisterna no local, para captação e armazenamento de água, e pretendendo, ainda, ser uma ferramenta de manutenção e de embelezamento da paisagem urbana. Nesta perspectiva, a agricultura urbana é uma solução para alimentar a população desempregada, para construir redes de solidariedade e de trabalho comunitário, possibilitando a reeducação e a autonomia alimentares de grande parcela da população urbana (DETROIT, 2015; MANIER, 2012).

Detroit era a capital internacional do automóvel. Mesmo com os subsídios do governo americano, houve o fechamento da maioria dos postos de trabalho. Houve uma fuga da população. A população negra, sobretudo, que não teve condições de sair, pois era muito pobre, que só se alimentava de *fast-food*, passou a se dedicar à agricultura urbana como

mecanismo de subsistência. A cidade que era totalmente industrial se tornou totalmente agrícola. (SINGER, 2015, informação verbal.⁶³)

Já as hortas comunitárias britânicas, disseminadas a partir da Segunda Guerra Mundial, expuseram um mecanismo de como as pessoas poderiam se mobilizar em defesa de sua sobrevivência, sobretudo com a memória viva da penúria da fome no contexto da Primeira Guerra. O governo britânico fazia campanhas de massa para disseminar o que e como as pessoas deveriam se alimentar. A comida, naquele momento histórico, era uma arma de guerra, uma vez que o desperdício era o mesmo que minar os esforços de guerra. Atualmente, as hortas comunitárias têm pipocado por diversas partes do globo e são as bases de muitos movimentos urbanos, ocupando diferentes lotes públicos ou privados com a finalidade de organizar grupos comunitários cujo interesse é produzir seus próprios alimentos (LADNER, 2011).

Normalmente, a comida não é cultivada comercialmente em hortas comunitárias, embora alguns hortelões possam vender sua produção. [...] Os quatro objetivos da Horta Comunitária da Universidade de Wisconsin de Eagle Heights⁶⁴ ilustram o alcance do interesse atual por hortas comunitárias: nutrição, recreação, educação e construção comunitária. (LADNER, 2011, p. 183, tradução nossa.)

É inerente às hortas comunitárias seu caráter de integração social de base solidária. Singer (2015, informação verbal⁶⁵) afirma as ações que conduzem à sua criação expressam a economia solidária, mesmo sem a finalidade mercadológica: “a essência da economia solidária é a autogestão; não há favor na economia solidária, pois somos todos iguais, o que há é ajuda mútua”. Acredita, ainda, que as hortas comunitárias sejam cooperativas autogestionadas e democráticas (coletivos ou comunidades que não têm um chefe, que trabalham na horizontalidade), e que possam ser um mecanismo de luta emancipatória, sendo a “guerrilha” – quando utilizada como tática de materializá-las – simbólica, já que não há violência, mas, sim, uma ação política de se reapossar do espaço urbano, representando um desafio à ordem vigente.

⁶³ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

⁶⁴ Ladner (2011) faz referência a um conjunto habitacional da Universidade do Wisconsin-Madison, nos EUA, que possui uma das mais antigas hortas comunitárias nos Estados Unidos, fundada em 1962, com o intuito de fornecer alimentos frescos aos residentes. Os interessados em ter um canteiro na horta devem entrar em contato com os membros da comunidade para reservar um espaço e informar-se sobre uma taxa de uso.

⁶⁵ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

A lógica da cooperativa de produção, na ótica da economia solidária, tem como princípio básico a ausência de competição entre os sócios, ou seja, ninguém manda em ninguém. Dessa forma, se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos democraticamente por todos os sócios, e as conquistas das cooperativas também beneficiam igualmente a todos, ou seja, todos ganham igualmente (SINGER, 2002). Mesmo que as hortas comunitárias não respondam à lógica mercadológica, não é o objetivo que haja competição entre os hortelões. Este modelo de organização comunitária tende a estabelecer princípios igualitários, cuja proposta é a associação entre iguais com boas retiradas de hortaliças e demais produtos por todos os seus membros.

Assim como nas empresas solidárias, a autogestão em hortas comunitárias também exige o comprometimento coletivo com os assuntos referentes à horta, com destaque aos seus eventuais problemas, e com o cumprimento de tarefas especificadas, que podem ter sido estabelecidas previamente entre os membros, tais como: regar; podar; fazer o controle de pragas; capinar; colher os frutos, sementes ou folhagens; adubar; despejar mais terra ou revirar o solo dos canteiros; dar a devida manutenção nos suportes estruturantes dos canteiros e do entorno da horta (nas cercas, tábuas, páletes, entre outros); semear o solo; e, se houver, cuidar da composteira e dos recintos dos animais (como os poleiros e as colmeias).

No conjunto das lutas emancipatórias, as ações transformadoras do espaço urbano a partir de hortas comunitárias podem vir a alterar as instituições, graças ao seu caráter democrático e antiautoritário, bem como modificar o comportamento social dos cidadãos, uma vez que se torna possível identificar que estas unidades solidárias se interagem em rede e muitas vezes desenvolvem ou compartilham padrões de consumo diferentes daqueles que são dominantes. Ativismos desta natureza, segundo Singer (2002, p. 23; 2015, informação verbal⁶⁶) são um dos exemplos do atual surto global concernente à autogestão, e poderiam ser interpretados como um sinal de que muitas pessoas já “não toleram mais trabalhar sob as ordens de chefias [...], cujo interesse – o lucro – é a única finalidade de todas as atividades desenvolvidas [...]”.

A cooperativa de produção, enquanto unidade típica da economia solidária, também tem como princípio a posse coletiva dos meios de produção (SOUZA, A.

⁶⁶ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

2000). As hortas comunitárias geralmente são estabelecidas em terrenos públicos, mas mesmo aquelas em propriedades privadas, costumam compartilhar daquele ideal ao coletivizar uma parcela do solo urbano para a concretização de seu objetivo final: a prática da agricultura através da participação comunitária. Também é frequente que tais iniciativas façam o compartilhamento de ferramentas e dos alimentos colhidos, a fim de combater o sentimento de posse e fortalecer sua base solidária.

A condição humana também é um caminho que necessita de ajuda mútua, de cooperação (porque esta engata a capacidade de criação) e que deve ser alegre. Os criativos culturais são os que eu chamo de cooperadores lúdicos. Eles são as forças de transformação. (VIVERET, 2012, p. 320, tradução nossa.⁶⁷)

A simplicidade voluntária

A agricultura urbana, materializada especificamente sob a condição de hortas comunitárias urbanas, em terrenos privados ou preferencialmente públicos, é um mecanismo de reestruturação e ressignificação do espaço urbano, em contraposição ao modelo de consumo dominante: trata-se de outra inserção da produção, da distribuição e do consumo de alimentos no espaço urbano (JAROSZ, 2008; PEARSON; BAILEY, 2009). Nesta perspectiva, a agricultura urbana ganha uma dimensão ativista, não apenas enquanto finalidade específica dos grupos sociais que a praticam, mas também pelo seu papel transformador do espaço urbano, conferindo-o um modelo territorialmente alternativo de produção e consumo.

Na contemporaneidade, percebe-se que há consenso acerca da necessidade de ações em prol da justiça social, da solidariedade, do respeito ao meio ambiente, mas, por outro lado, os diversos atores sociais têm grandes dificuldades de se livrar do controle absoluto do grande capital. Discursos proferidos por diferentes governos prometem o fim das crises cíclicas do capitalismo, porém, a continuidade do modelo hegemônico de organização, produção e reprodução socioespacial levam estes mesmos governos a perda de credibilidade e ameaçam a democracia (MONGEAU, 1998).

Na década de 1930, a expressão “simplicidade voluntária” difundiu-se nos escritos de Richard Bartlett Gregg (1885-1974). Influenciado por Mahatma Gandhi,

⁶⁷ In: MANIER (2012).

Gregg (1936) afirmava que o conceito de “simplicidade voluntária” seria relativo, pois dependeria do clima, dos costumes, da cultura e da personalidade individual, ou seja, um conceito que não fosse austero ou rígido. A simplicidade em questão não seria aquela que apareceria como sinônimo ou justificativa para a pobreza e as desigualdades, nem tampouco associativa ao que não era belo; mas, sim, aquela que envolveria uma organização deliberada de vida para um propósito, quando algumas restrições em determinadas direções poderiam promover abundância de vida em outras direções. Neste sentido, a simplicidade voluntária ofereceria melhor qualidade de vida às pessoas a partir da reestruturação do seu padrão de vida, ou, em outras palavras, a partir da redução do consumo (ALEXANDER, 2011).

Segundo Alexander (2011), a simplicidade voluntária pode ser compreendida, atualmente, como uma filosofia de vida, de posição contracultural e pautada nos princípios de suficiência, frugalidade e moderação. Não é que a simplicidade voluntária tenha o mesmo significado que os movimentos contraculturais das décadas de 1960 e 1970, mas que compartilham alguns ideais comuns, tais como: o anticonsumismo, a autossuficiência, a celebração da vida, o respeito à natureza e a resistência não violenta às injustiças sociais.

Quando eu penso nas consequências negativas da sociedade da abundância, eu penso na vida de todos os dias, na saúde, no trabalho, no amor, na solidariedade comunitária, na felicidade, em tudo aquilo que não se compra, ou, quando a gente acha que pode comprar, custa, enfim, muito caro, por a gente dever sacrificar o melhor desta vida para ganhar o suficiente para pagar. (MONGEAU, 1998, p. 15, tradução nossa.)

Mongeau (1998) apresenta sua teoria da simplicidade voluntária em duas partes: na primeira, apresenta a crise de valores, relacionada ao modelo de sociedade do consumo exacerbado; na segunda, discute a vida cotidiana, onde se estabelece a simplicidade voluntária: uma vez que se compreendem os malefícios do consumo exacerbado, a consciência tem a capacidade de escolher se voltar ao essencial. O autor também afirma que não se pode confundir a simplicidade voluntária com a pobreza, uma vez que esta última vem de circunstâncias impostas e resulta em condições dolorosas. De acordo com Schumacher (2010, p. 60, tradução nossa), “não é a riqueza que faz obstáculo à libertação, mas o apego à riqueza; não é o prazer por coisas agradáveis, mas o desejo ardente por elas”. Mongeau (1998) reconhece que não é fácil abandonar o universo do consumo exacerbado e, para ele, a simplicidade voluntária é um caminho para se avançar progressivamente: ela não é um fim, mais um meio para não se chegar à catástrofe.

O modelo predominante de agricultura urbana, seja aquele apresentado pelas organizações internacionais, seja aquele fomentado pelas políticas públicas, caminha de mãos dadas com a proposição de uma nova consciência social, que desacelera o hiperconsumismo e apresenta soluções plausíveis para a superação da cultura do desperdício. Esta alternativa vem, conseqüentemente, amparada por redes solidárias de base comunitária, com respeito à diversidade e às diferenças inerentes aos seres humanos, que tem por finalidade estruturar a autossuficiência comunitária, desincentivar a banalização do trabalho e romper com o caráter ostentatório da sociedade de consumo (MONGEAU, 1998).

Nós devemos, juntos, procurar os caminhos que nos conduzirão a esta nova sociedade, a estes novos modos de vida que satisfarão verdadeiramente todas as nossas necessidades profundas, respeitando aquelas do nosso meio ambiente. (MONGEAU, 1998, p. 56, tradução nossa.)

No que tange às hortas comunitárias, Mongeau (1998) afirma que elas se constituem em fórmulas interessantes para a experimentação da cooperação e da solidariedade. Mesmo que o poder municipal negue um terreno para a sua materialização, os hortelões podem oferecer a ideia, por exemplo, a uma escola ou a uma igreja, que geralmente possuem grandes terrenos e, porventura, áreas sem uso pré-determinado. Mesmo quando a oposição à existência de hortas comunitárias é grande o suficiente para embargar qualquer iniciativa local, os hortelões ainda têm a saída de comprar ou arrendar um terreno urbano ou periurbano e constituir uma cooperativa, que assegure o uso coletivo da terra.

O tempo gasto com a manutenção da horta é outro ponto a ser levantado. Certamente, o cotidiano urbano, sobretudo nas metrópoles, não permite que uma pessoa sozinha produza toda comida de que precisa. No entanto, o trabalho que não pode ser feito individualmente, pode ser feito perfeitamente em grupo, dando origem a uma comunidade autossuficiente, ou algo mais próximo desse ideal. Nas hortas comunitárias, há a facilidade de compartilhamento, entre os hortelões, dos cultivos e das ferramentas, além da socialização dos custos de instalação de equipamentos para o uso comum, a exemplo de estufas, cisternas, bombonas, páletes, cacimbas etc. Por fim, o trabalho coletivo, a partilha da produção e o manejo comunitário da terra oferecem momentos de confraternização entre as pessoas: troca de receitas e de conhecimento sobre os alimentos, oficinas de plantio e mutirões, estímulo às

manifestações artísticas (musicais, teatrais, poéticas, de pintura etc.) e todas as outras formas de socialização e diversão compartilhada (MONGEAU, 1998).

A releitura contemporânea dos ideais contraculturais nasceram do Parque do Povo, em Berkeley (EUA, 1968), também propõe o resgate da utopia de que o espírito coletivista, que incentiva o trabalho em grupo, seja um mecanismo de conquista da autonomia comunitária. Segundo Paquot (2007), a liberdade é um dever, uma exigência moral e uma maneira de ser. Dessa forma, os indivíduos (e seu dever em serem livres) têm a missão de promover a mais ampla, rica e diversificada autonomia a fim de garantir a sua unidade e o bem-estar coletivo.

Nós penetramos em uma clareira onde os “ferozes” acampam, persuadidos da universalidade de sua concepção do mundo. Nós nos confrontamos pacificamente com eles, nós estendemos as mãos a eles, trocamos risadas, mostramos nossa cara descoberta na nudez de nossa condição de humano. Sonhamos lhes convencer de se juntarem a nós. (PAQUOT, 2007, p. 85, tradução nossa.)

As ações cotidianas, como o engajamento em atividades de agricultura urbana, podem vir a serem alternativas reais de modelos de ocupação solidária do espaço urbano. O trabalho, portanto, assumiria uma importância que vai além da busca por salários cada vez maiores, expressando o prazer comunitário em realizá-lo e buscando alternativas cotidianas ao que Valaskakis et al. (1979) teria se referido como um trabalho que não se preocupa em saber se é o não produtivo. Para o referido autor, a sociedade contemporânea preocupa-se em criar empregos, e não com a função do trabalho em si. Para Schumacher (2010), a sociedade capitalista atenta-se a aumentar a produção sem refletir se ela daria às pessoas uma existência decente, a razão fundamental de todo trabalho.

Mongeau (1998) estabelece que para satisfazer as necessidades fundamentais dos seres humanos, o trabalho deve ser útil à sociedade, contribuir para a plenitude individual e se integrar harmonicamente com o meio ambiente. O autor, a partir da ideia de Lewis Mumford⁶⁸ (1895-1990) de que o real objeto da economia não é a abundância, mas a plenitude, afirma que o sistema atual nos prende constantemente na medida em que o trabalho sustenta o objetivo incontrolável pelo lucro, desestruturando as relações sociais e o meio ambiente. Sua crítica atinge a economia dominante, que se baseia em: (a) globalização da produção e das trocas, a partir da exploração da mão de obra barata, da fragilidade das leis ambientais e das vantagens fiscais oferecidas pelo Estado; (b) máxima

⁶⁸ MUMFORD, L. **The Myth of the Machine**. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1967.

especialização, com trabalho repetitivo e mão de obra facilmente substituível; (c) individualismo e destruição da solidariedade, com o triunfo do neoliberalismo e do enfraquecimento dos direitos trabalhistas e dos sindicatos; (d) aumento do consumo como sinônimo de desenvolvimento. Por isso, o autor defende a experimentação de modelos alternativos de consumo, pautados em: (a) redução voluntária do consumo (“simplicidade voluntária”), reduzindo ao mínimo os custos com energia, vestuário e alimentação; (b) tentativas de autoprodução, uma vez que a autonomia não se conduz através do egoísmo e do isolamento, ao contrário, a pessoa que aprende a satisfazer suas necessidades será mais facilmente útil aos outros; (c) em novos métodos de produção com baixo consumo energético (o que se denomina de “tecnologia doce”); (d) gestão coletiva do processo produtivo; (e) desenvolvimento local e comunitário; (f) trabalho solidário e plural (sem uma única especialização).

A solidariedade! É efetivamente sobre ela que repousa o nosso futuro, é graças a ela que se pode desenvolver tal economia alternativa, que é a única via que nos permitirá sobreviver. [...] O problema se desloca para a partilha. [...] Nos somos seres sociais, nós precisamos nos comunicar, estabelecer ligações com os outros. Nós precisamos ou vamos precisar uns dos outros em determinado momento de nossas vidas; assim como estas mesmas pessoas que hoje nos são úteis, precisarão de nós amanhã. [...] Para desenvolver uma rede de solidariedade, é necessário aprender a doar, mas também a pedir e a receber. [...] O individualismo e o egoísmo das classes médias das sociedades industrializadas é um fato histórico depravado. Nos países em desenvolvimento, nos setores desfavorecidos dos países desenvolvidos, em certos meios agrícolas, a ajuda mútua continua a ser a regra. (MONGEAU, 1998, p. 205-208, tradução nossa.)

A partir das condicionantes do desperdício mínimo e da autonomia comunitária, a agricultura urbana, enfim, também seria capaz de sustentar a “opção de se fazer mais e de viver melhor com menos” (GORZ, 1987, p. 145). Para tanto, são pertinentes o questionamento e a reflexão:

Como se substitui um sistema econômico fundado na busca do desperdício máximo por um sistema fundado na busca do desperdício mínimo? [...] A própria ideia de que um dia possa haver **bastante** para todos e que a busca do “mais” e do “melhor” possa ceder lugar à busca de valores extra-econômicos e não-mercantis é estranha à sociedade capitalista. [...] Daí a importância da “experimentação social” de novas maneiras de viver em comunidade, de consumir, de produzir e de cooperar. (GORZ, 1987, p. 145-146, grifo do autor.)

CAPÍTULO 2. O ESPAÇO URBANO NO FOCO DA ANÁLISE: O ATIVISMO E O DIREITO À CIDADE COMO SIGNIFICANTES DE UMA EXPRESSÃO DA AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PAULISTANO

O município de São Paulo possui 1.521,11 km², conta com uma população de 11.253.503 habitantes⁶⁹ e densidade demográfica de 7.398,26 hab/km² (IBGE, 2015). De acordo com a classificação usada pela ONU, São Paulo é uma das megacidades do mundo, ou seja, conta com uma população superior a 10 milhões de habitantes. Segundo Rolnik (2014, p. 74), todas as expressões se aplicam a São Paulo, sejam aquelas provenientes da pesquisa e da academia, sejam aquelas presentes nas músicas, nos filmes, nos romances, nas poesias etc.: metrópole, megacidade, megametrópole, cidade global, cidade-mundo, cidade-fluxo, cidade vertical, cidade milionária, cidade pós-moderna, entre outras. Com isso, a autora admite ser capaz de identificar São Paulo a partir de múltiplas definições ou rótulos, “genuinamente brasileiros ou internacionais”. Porém, nesta metrópole também é evidente sua fragmentação territorial, onde o denominado “vetor centro-sudoeste” caracteriza-se como concentrador das principais atividades e dos fluxos informacionais que a identificam como parte de uma rede globalizada de serviços e capitais e de distribuição de mercadorias.

A fragmentação paulistana evidencia-se na paisagem urbana através dos muros altos dos condomínios fechados e edifícios; das *edge cities* – “cidades limítrofes”, que se apresentam no modelo de condomínios fechados dotados de ampla rede de infraestruturas de serviços e comércios para a população de alta renda; estes “enclaves fortificados” geralmente são vizinhos de favelas ou bairros pobres, em que grandes muros fazem a fronteira material de realidades sociais muito contrastantes –; dos inúmeros *shopping centers* – em 2015, somavam-se 53 *shoppings* na capital paulista (ABRASCE, 2015); entre outras evidências materializadas no espaço. No entanto, a imagem contraditória de São Paulo também se evidencia nas relações sociais cotidianas, no que está além das diferenças

⁶⁹ Para o município de São Paulo, o Censo Demográfico de 2010 registrou população de 11.253.503 habitantes; a população estimada para o ano de 2015 era de 11.967.825 habitantes (IBGE, 2015).

arquitetônicas, ou seja, o que está além da aparência, no que é entendido enquanto processo e não apenas forma:

A paisagem não só é produto da história como também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver. [...] A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência “caótica”, sob a qual se descortina a essência articulada e objetivado espaço geográfico. Mas por que caótica? Porque o nível da aparência, do que se vê, é nível do não explicado, não entendido. Esta paisagem, este “instantâneo” que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático mas prehe de movimento, de vida, de uma vida rica de relações que o homem (o indivíduo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie.

Sob esta aparência estática se esconde e revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem, produto de uma relação fundamentada em contradições, em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais. Essa paisagem é humana, histórica e social [...]. (CARLOS, 2011, p. 38.)

Fundada em 1554 pelos jesuítas vindos do litoral (de São Vicente), a cidade de São Paulo se originou a partir da construção do Pátio do Colégio (ou Largo do Palácio) sobre uma colina de 25 a 30 metros de altitude do nível base das planícies aluvias inferiores, que forma o divisor de águas do Anhangabaú e do Tamanduateí, de onde se podia observar a aproximação de possíveis inimigos (PRADO JR., 1983).

Aliás, a posição vantajosa de São Paulo havia de se confirmar repetidamente em todo o correr do agitado período das primeiras décadas de sua história. [...] Deixando de lado, portanto, as circunstâncias históricas imediatas e particulares que determinaram a preferência por São Paulo, permanece o fato geral da superioridade física de sua localização como causa determinante principal da fixação nele do primeiro centro colonial do planalto paulista. [...] relativamente à colonização do planalto, São Paulo ocupava nele uma situação geográfica privilegiada. Em primeiro lugar por ser o centro natural do sistema hidrológico da região. Sem o saberem, seus fundadores tinham-no estabelecido num ponto donde irradiam em quase todas as direções, ou pelo menos as principais, estas vias naturais de comunicação que são os cursos de água.

O Tietê que banha ou que pelo menos, no São Paulo primitivo, corria nas suas proximidades, e além disto, era ainda acessível pelo Tamanduateí, cujas águas, antes de modernamente canalizadas, banhavam o sopé do outeiro⁷⁰ onde se erguia a vila, e eram perfeitamente navegáveis por pequenas embarcações⁷¹, o Tietê forma como que o tronco daquele sistema. (PRADO JR., 1983, p. 17-20.)

Localizada praticamente sob o Trópico de Capricórnio⁷², a capital paulista é uma cidade típica de planalto, com altitude média de 750 metros acima do nível do

⁷⁰ Denominação dada aos pequenos morros; monte pequeno elevado; colina.

⁷¹ Esta via pelo Tamanduateí sempre foi muito utilizada, e a atual Ladeira Porto Geral lembra o tempo em que existia aí o porto onde se embarcava em São Paulo, via Tietê e as localidades de suas margens. [nota do autor]

⁷² Coordenadas da Praça da Sé: 23° 33' de latitude sul e 46° e 38' de longitude oeste.

mar, situada em uma porção dos extensos Planaltos e Serras do Atlântico Leste e Sudeste, segundo a classificação geomorfológica de Ross (2005). Azevedo (1958) destaca que a vila criada pelos jesuítas baseou-se em uma espécie de clareira rodeada de mata tropical denominada de “campos de Piratininga”, que provavelmente haviam sido abertos pelos indígenas.

Será a partir da década de 1870, porém, que a cidade de São Paulo passará a vivenciar um acelerado e significativo processo de crescimento populacional e econômico. Este processo está diretamente vinculado a: (a) expansão cafeeira do Vale do Paraíba aos solos férteis de origem basáltica do Oeste Paulista (“terra roxa”); (b) consequente expansão das ferrovias; (c) expressivo incremento imigratório (em uma década – 1870-80 –, a atividade cafeeira atraiu cerca de 900 mil imigrantes, sendo que 70% deles eram italianos; entre 1908 e 1930, a cidade recebeu outros milhares de imigrantes, nos quais se destacam os árabes – sírios e libaneses –, japoneses e judeus – provenientes, em sua maioria, do Leste Europeu); (d) afluxos de capitais estrangeiros; (e) criação do parque industrial paulistano; (f) loteamento de grandes propriedades, resultando na proliferação de novos bairros; (g) atração de migrantes provenientes de outras cidades ou do campo, em busca de melhores oportunidades de vida (AZEVEDO, 1958; ROLNIK, 2014).

A partir de 1908, o urbanista francês Joseph-Antoine Bouvard, inicialmente convidado pelo vereador Silva Telles⁷³ (PRP) para elaborar um projeto para o Vale do Anhangabaú, apresentaria um plano de reformas para o centro da cidade de São Paulo, cujas obras teriam sido apoiadas pela administração do prefeito Raymundo Duprat⁷⁴ (PRP), eleito indiretamente em 1911 (TIRAPELI, 2007). Estas reformas modificaram o entorno das igrejas e ordens coloniais do Centro Histórico – que incluem os largos do Carmo, São Francisco e São Bento –, e configurariam, segundo Rolnik (2014), a “cidade do triângulo” – formado pelas Ruas São Bento, Direita e 15 de Novembro (antiga Rua da Imperatriz) –, iniciando a ocupação do chamado “Centro Novo” (região da Praça da República), com bulevares, jardins públicos, equipamentos culturais e uma bem estruturada rede de serviços e comércio.

A cidade nasceu justamente do promontório que forma a várzea do Tamanduateí de um lado, e o Vale do Anhangabaú do outro, [...] e é naquele promontório, que na terminologia corrente passou a chamar-se a

⁷³ Nome completo: Augusto Carlos da Silva Telles.

⁷⁴ Nome completo: Raymundo da Silva Duprat.

“colina central”, que se fixou no Centro da cidade, reproduzindo o atual “Triângulo”, como são conhecidas as três ruas principais – 15 de Novembro, São Bento e Direita, que nem por isso deixa de ser torta [...]. (PRADO JR., 1983, p. 65.)

No período histórico entre 1870 e 1930, evidencia-se o planejamento segregador da capital paulista, que se tornara o centro financeiro e comercial da economia cafeeira: contrastavam-se “uma região central investida pelo urbanismo, destinada exclusivamente às elites, contraposta a um espaço puramente funcional, normalmente ‘sem regras’, bem fora desse centro, onde se misturam o mundo do trabalho e o da moradia dos pobres” (ROLNIK, 2014, p. 17-18).

Os novos loteamentos burgueses, tais como os Campos Elíseos (abertos pelos alemães Gleite e Nothman, em 1879), Higienópolis (1890) e a inauguração da Avenida Paulista (1891) marcaram o delineamento inicial do “vetor centro-sudoeste”, que nas décadas seguintes (a partir da década de 1910) se completaria, destacadamente, com os loteamentos da *Companhia City*, empresa inglesa fundada em 1912 e responsável pelos bairros-jardins do Jardim América, Pacaembu, Alto de Pinheiros, Alto da Lapa (Bela Aliança), Butantã, entre outros, que apresentam singular homogeneidade quanto à sua função, estrutura e paisagem, sendo notadamente bairros de uso residencial e habitados pela população de maior poder aquisitivo. Estes e outros loteamentos abertos no mesmo “vetor centro-sudoeste” expandiram a centralidade da elite paulistana em direção ao Rio Pinheiros e passaram a concentrar o principal comércio de luxo e cultural, as casas e apartamentos mais caros e os mais significativos investimentos públicos e privados em infraestruturas (AZEVEDO, 1958; COMPANHIA CITY, 2015; ROLNIK, 2014). Segundo Bassani (2012, p. 22), “nesses novos bairros, a infraestrutura e as condições estéticas e ambientais seguem a padronização da ‘boa’ vida moderna capitalista europeia”.

[No] setor sudoeste, aparece um importante grupo de bairros que se estendem desde a periferia do Centro até as margens do Rio Pinheiros. É ali que se encontram os bairros da Consolação, de Higienópolis, da Vila América ou da Avenida Paulista, do Jardim Paulista, do Jardim América, Jardim Europa, Itaim, Cerqueira César e Pinheiros.

O espigão divisor do rios Tietê e Pinheiros – que os antigos conheciam pelo nome de “Alto do Caaguaçu”⁷⁵ – contém hoje uma das mais belas avenidas da metrópole – a **Avenida Paulista** e constitui a espinha-dorsal de um bairro aristocrático. [...] Uma das primeiras funções que a nova artéria passou a ter foi tornar-se um dos elos da primeira grande circular criada em São Paulo, desde que veio estabelecer a ligação entre os bairros residenciais dos setores Sul, Sudoeste e Oeste. Logo ao iniciar-se o século

⁷⁵ Do tupi-guarani, “caa” (“mata”) + “guaçu” (“grande”).

XX, passou a ser preferida pelos mais ricos fazendeiros de café e por abastados comerciantes, que ali fizeram construir palacetes luxuosos e verdadeiros palácios, a exemplo do que acontecera com a Avenida Higienópolis. (AZEVEDO, 1958, p. 292-302, grifo do autor.)

Desde as primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo era o principal receptáculo de capitais e imigrantes do Brasil. A partir da década de 1920, inicia-se a era das grandes obras viárias, em decorrência do progressivo aumento de automóveis, da criação das primeiras linhas de ônibus urbanos e da expansão de moradias populares para as áreas periféricas. O auge da política rodoviarista associa-se ao governo do prefeito Prestes Maia⁷⁶ (1938-1945)⁷⁷, que elaborou o “Plano de Avenidas”, modelo radio-concêntrico de sistema viário, no qual a porção central da cidade estaria no “Perímetro de Irradiação”, atravessado pelo “Sistema Y” (para unir as Zonas Norte e Sul)⁷⁸, mas que também trabalhava com a lógica da expansão horizontal ilimitada da cidade e que teve grande influência para a configuração espacial a metrópole atual, a exemplo da Radial Leste, que alterou radicalmente a paisagem e o modo de vida dos cidadãos dos bairros por onde passa (ROLNIK, 2014; SANTOS, I., 2014).

Foram os eixos de circulação que demarcaram e qualificaram a construção de São Paulo moderna [...]. Ao longo do tempo, essa linha, ao contrário de eixo estruturador, converte-se em grande obstáculo desestruturador, afetando diretamente a configuração dos bairros a Norte e Leste. [...] Caso mais dramático é a rede de circulação rodoviária expressa que corta [...] bairros operários, tendo como espinha as Radiais Leste-Oeste, Norte-Sul. Desestruturam, fragmentam e deterioram as condições formais e comunais dessas regiões, é o caso em especial da Radial Leste (BASSANI, 2012, p. 25-26.)

A partir deste conceito rodoviarista, as grandes avenidas e vias expressas foram sendo construídas ao longo dos anos subsequentes, principalmente nos

⁷⁶ Nome completo: Francisco Prestes Maia.

⁷⁷ Prestes Maia foi nomeado pelo interventor federal no estado de São Paulo, Adhemar de Barros, durante a ditadura do Estado Novo. Neste período histórico, os partidos políticos foram extintos sob determinação de Getúlio Vargas.

⁷⁸ Segundo descrição de Azevedo (1958, p. 149-150): “O Perímetro de Irradiação compreende um anel de largas avenidas, de 33 a 45 metros de largura, que envolve a área central: a oeste, pela Avenida Ipiranga e Rua São Luís; ai Norte, pelas Ruas Senador Queirós e Mercúrio; a leste, pela Rua Santa Rosa; e, ao sul, pelo treco inicial da Avenida Rangel Pestana, Praça Clóvis Bevilacqua e João Mendes, Viaduto Dona Paulina, Rua Maria Paula e Viadutos Nove de Julho e Jacaré. [...] Já a segunda parte do plano – o *Sistema Y*, apenas atingiu parcialmente a estrutura do centro, no trecho correspondente à Praça da Bandeira (antigo Piques) e ao Parque Anhangabaú. Com o objetivo de facilitar o escoamento de um tráfego intenso, alargaram-se essas vias públicas: o Vale do Anhangabaú passou a contar com quatro vias simples e uma dupla, fazendo-se em nível inferior a travessia da Avenida São João e abrindo-se, no rumo da Luz, a ampla Avenida Anhangabaú; a Praça da Bandeira, onde confluem os dois braços do Y, passou a abranger não só o antigo Piques, mas também o Largo do Riachuelo, dali partindo [...] a[s] larga[s] Avenida[s] Nove de Julho [e 23 de Maio – originalmente, Avenida Itoororó]”.

fundos de vale, combinando suas obras à canalização ou retificação dos rios e córregos, e tendo como um dos princípios de engenharia o aproveitamento do relevo raso e suavizado das áreas de várzea, a exemplo das Marginais Tietê e Pinheiros (junto aos rios de mesmo nome), das Avenidas Nove de Julho (sobre o Córrego do Saracura Grande), 23 de Maio (sobre o Ribeirão do Itororó), Aricanduva (junto ao Rio Aricanduva), do Estado (junto ao Rio Tamanduateí), entre muitas outras (SCHUTZER, 2012).

[...] Os antigos cursos d'água, sumidos em canalizações subterrâneas ou represados em leitos de cimento e pedra, estarão ainda aí, seja no acidentado da topografia, por eles esculpida, seja no traçado das ruas e avenidas, cujas linhas mestras serão sempre estas grandes vias que acompanham, como as velhas estradas do São Paulo quinhentista, os espigões, ou o fundo dos vales; saltando por pontes as escarpas mais abruptas, ou varando-as por túneis. (PRADO JR., 1983, p. 79-80.)

Este modelo de planejamento e de produção da cidade contribuiu para que São Paulo apresentasse uma expansão horizontal ilimitada e bastante sacrificante para o meio ambiente:

Para que todos os espaços pudessem ser capitalizados para a cidade, foi preciso implantar todo tipo de estrutura urbana que de certo modo serviu para sujeitar seus atributos naturais. Desconsiderando seus importantes suportes naturais, a cidade foi se estruturando a partir de tecnologias cada vez mais sofisticadas para verticalizar, adensar, implantar sistema viário complexo, aterrando e drenando áreas úmidas, mudando cursos dos rios, canalizando e retificando meandros, drenando e rebaixando lençol freático, removendo a vegetação nativa, eliminando o solo, desmontando o relevo, entre outros. [...] São Paulo cresceu e se espalhou e em troca desenhou paisagens urbanas cuja tipologia não esconde suas carências socioambientais. [...] A supressão das diferentes tipologias de vegetação arbórea e de campos colaborou para a desorganização do relevo original do sítio urbano, contribuiu para a intensa erosão do solo, mudou o microclima e dinâmica das bacias hidrográficas da cidade. Cortes, aterros, cavas de areia, e reorganização da drenagem para o sistema viário são eventos que também colaboraram para a supressão da vegetação. (FURLAN, 2004, p. 255-256.)

As áreas mais distantes do centro, dotadas de precárias infraestruturas, foram destinadas às populações de renda mais baixa e cujas ocupações caracterizaram-se, não raramente, pela irregularidade. Rolnik (1997) aponta que a ausência do controle do Estado permitiu o “padrão periférico de ocupação”, com sucessiva apropriação do meio ambiente e da zona rural, sendo que esta última era quase sempre delimitada após o processo de ocupação urbana. Schutzer (2012), por sua vez, ressalta que a atual mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo também resultou em: (a) pressão sobre os compartimentos do relevo do sítio, como as várzeas, encostas e nascentes; (b) agravamento dos processos de

impermeabilização do solo, emissão de calor e poluentes; (c) maior ocorrência, por sua vez, de enchentes e nítida constatação de ilhas de calor.

A cidade de São Paulo não encontrou grandes obstáculos associados ao meio físico no decorrer de seu processo de expansão radial. Na zona norte, a Serra da Cantareira pode ser considerada como um obstáculo geomorfológico ao espraiamento da cidade, entretanto, também se verifica, na atualidade, a combinação de forte especulação imobiliária com ocupações ilegais em suas vertentes. Além do relevo, a reserva florestal presente nesta porção territorial do município também ajudou a controlar o processo de ocupação humana: no início do século XX, a proteção dos mananciais da região foi considerada estratégica para o abastecimento de água da cidade e, hoje, uma área de 7.916,52 hectares (que abrangem porções dos municípios de São Paulo, Guarulhos, Mairiporã e Caieiras) constitui o Parque Estadual da Cantareira⁷⁹ (ESTADO DE SÃO PAULO; LANGENBUCH, 1971).

Já no extremo sul, o entorno das represas Billings e Guarapiranga foi alvo de acelerada ocupação clandestina – onde também se configura área de preservação ambiental –, resultando no comprometimento parcial da qualidade de suas águas para fins de abastecimento humano e para as atividades agrícolas da região, o que se torna ainda mais grave diante do mais recente⁸⁰ colapso no abastecimento hídrico no conjunto da Região Metropolitana. É pertinente citar, ainda, o interesse de um grupo empresarial privado, desde 2014, para a construção de um novo aeroporto nesta periferia sul (no distrito de Parelheiros), configurando outra problemática de cunho socioambiental, na medida em que pode vir a comprometer as áreas de proteção ambiental (APAs) Capivari-Mono e Bororé-Colônia, além de afetar a integridade da aldeia indígena Tenondé Porã, localizadas na referida região.

Em 1932, o poder público municipal já trabalhava para encontrar um dispositivo legal a fim de reconhecer os loteamentos irregulares nas periferias: a Diretoria de Obras do município, por meio de seus critérios técnicos, poderia consentir a incorporação dos assentamentos de baixa renda no rol de obrigações das responsabilidades públicas,

[...] porém sob o filtro e arbítrio do governante. Inaugura-se, assim, a era da **cidadania consentida**: a condição de legalidade urbana, fundamental para

⁷⁹ Desde 1994, o Parque Estadual da Cantareira é declarado, pela UNESCO, parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

⁸⁰ Referente aos anos de 2014 e 2015.

a incorporação de vastas massas urbanas como objeto das políticas públicas, é uma concessão, seletiva, do Estado. [...] A velha ordem não se transforma para incorporar outras formas de ocupação do espaço: na verdade, apenas tolera – seletivamente – exceções à regra que, ao serem reconhecidas, são “contempladas” com o direito de receber investimentos públicos em infraestrutura e serviços urbanos. As maiorias clandestinas entram, assim, na cena da política urbana devedoras de um favor de quem as julgou admissíveis. [...] A relação política que funda esse pacto territorial é a [...] “ideologia da outorga”, ou seja, o ato fundador da cidadania é uma relação de doação do Estado ao povo. (ROLNIK, 2014, p. 36-37, grifo da autora.)

No final da década de 1940, a figura das sociedades de amigos dos bairros (SABs) passam a ter importância estratégica na cidade, seja no que tange aos ativismos urbanos, seja por seu papel político estratégico capaz de eleger vereadores. Não esteve garantida, entretanto, a plena cidadania das massas pobres, associadas à irregularidade ou à ilegalidade de sua materialização no espaço.

A ilegalidade é portanto funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor.

Dependendo do ponto de vista, no entanto, ele é muito disfuncional: para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania. A segregação territorial e todos os corolários que a acompanham – falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, risco de enchentes, violência – estão a ele vinculados. [...]

O latifúndio resiste [...] a todos os debates e propostas de mudanças. O processo de urbanização será marcado fortemente por essa herança. Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais. (MARICATO, 2000, p. 123, 150.)

Até a década de 1950, a grande parte da cidade de São Paulo não possuía formas de ocupação devidamente regulamentadas, à exceção dos loteamentos da *Companhia City* e de algumas importantes avenidas, como era o caso da Paulista. Porém, como ressalta Fernandes, F. (1979, p. 294, grifo do autor): “Após o ‘Martinelli’⁸¹, veio a **onda de arranha-céus**, que fixou a fisionomia material da

⁸¹ Em 1924, o imigrante italiano Giuseppe Martinelli iniciou a construção de um edifício, entre as ruas São Bento, Líbero Badaró e a Avenida São João, projetado pelo arquiteto húngaro William Fillinger, que, inicialmente, teria 12 andares. Os detalhes de sua fachada foram desenhados pelos irmãos Lacombe, que também assinariam a autoria da entrada do túnel Nove de Julho, inaugurado em 1938. Martinelli, entretanto, não parou de acrescentar andares ao edifício, que, de 12, passou para 14, depois para 18 e, em 1928, chegou a 20. Ao atingir 24 andares, o prédio foi embargado, já que não possuía licença e desrespeitava as leis municipais da época (num momento de grande debate acerca da altura dos edifícios em São Paulo). Uma comissão técnica, entretanto, garantiu que o prédio era seguro e limitou sua altura a 25 andares. Martinelli extrapolou mais uma vez o limite imposto e chegou, no ano de 1934, ao 30º andar, transformando a cobertura em sua residência. Até

‘civilização do asfalto’”. Apenas em 1972 que se promulgou um zoneamento prevendo usos e formas de ocupação para a totalidade da zona urbana. As terras baratas da zona rural, de localização periurbana, continuavam sendo destinadas à moradia popular, fomentando a contínua expansão horizontal e agravando problemas de circulação e abastecimento urbano. Em relação à questão ambiental urbana, foi na década de 1970 que a problemática da poluição ganha amplitude em São Paulo, graças aos “queixadas”, operários grevistas que lutaram por melhorias nas condições de trabalho na Fábrica de Cimento Perus, uma grande poluidora à época (LANGENBUCH, 1971; MARICATO, 2000; ROLNIK, 2014).

Tendo chegado neste século XXI, as desigualdades são espacialmente bastante evidentes, materializando o histórico de usos do solo urbano, que, por sua vez, é determinado pelo valor que possui. A existência de favelas e de mansões; de vias de circulação exclusivas para o transporte coletivo e de vias expressas para o transporte individual; de bairros com ausência de áreas verdes e de “bairros-jardins” etc. ilustra alguns exemplos desta dimensão contraditória (CARLOS, 2011).

A degradação ambiental (rio, ruas, edificações, usos) na borda do Centro e dos bairros próximos advém do colapso no sistema, da descontinuidade. Esse fenômeno urbano é demonstrado pelos saltos, os buracos na cidade, oferecidos pelos interesses da eficiência de mobilidade nunca alcançada, ilhas de cidade intercaladas com ilhas de estruturas urbanas abandonadas. Nas proximidades ao Centro que vão instalar-se as zonas de maior degradação e marginalização social sobre infraestrutura urbana consolidada. As extremas periferias nunca a tiveram e uma nova será montada nos novos bairros de classe média a média distância do Centro, cidade e urbanidade dispersas. [...] Os fluxos urbanos constituem a principal razão de existência da fratura, ela foi materializada a partir da série de dispositivos de circulação lá implantados. A situação gera um círculo vicioso e esquizofrênico, quanto mais dispositivos de circulação são construídos, mais a cidade fica distante e mais precisamos circular. [...] A fratura é a materialização de uma secção mais profunda e violenta dos poderes estabelecidos na sociedade SP. (BASSANI, 2012, pp. 40-43.)

Portanto, a cidade de São Paulo, assim como grande parte das metrópoles dos países em desenvolvimento, apresenta características sociais, ambientais e espaciais nítidas de um quadro de “crise” ou “insustentabilidade⁸²”. Porém, tudo indica que se trata “mais do esgotamento de um paradigma interno de estruturação da vida urbana do que propriamente de uma crise econômica” (ROLNIK, 2014, p. 58). Isto significa que esta mesma metrópole, tão bem inserida na economia-mundo,

1947, o Edifício Martinelli foi o mais alto da capital paulista. Desde 1975, pertence à Prefeitura e, a partir de 1979, passou a ser ocupado, após sua restauração, por repartições municipais (CONDOMÍNIO DO PRÉDIO MARTINELLI, 2015).

⁸² “Insustentabilidade” apresenta, aqui, sentido literal, ou seja, uma situação ou estrutura que não se pode sustentar ou manter.

também produz efeitos contraditórios em decorrência desta lógica econômico-espacial hegemônica, e que pouco se avançou com o princípio de romper os obstáculos (físicos e políticos) da segregação socioespacial. Ilustram esta realidade, por exemplo,

os novos megainvestimentos terciários, como *shopping centers* e hipermercados, que [...] têm produzido uma fragmentação do tecido urbano-social, desenhando verdadeiros enclaves urbanos e muitas vezes tendo impacto negativo sobre os centros tradicionais de compras e serviços. Pode-se afirmar, generalizando, que, do Centro Histórico à região da Paulista e dali para a Faria Lima–Berrini, trata-se de uma história de perda progressiva de qualidade urbanística. Dos jardins e bulevares de Bouvard, ou calçadas de 15 metros e mistura de usos da Paulista, aos 90 centímetros de calçada e monofuncionalidade da Berrini, ganharam o automóvel e a primazia do privado, perderam o pedestre e a dimensão pública do espaço urbano. (ROLNIK, 2014, p. 64-65).

Esta lógica hegemônica de (re)produção urbana e de fragmentação socioespacial leva a uma vida confinada entre iguais, onde as pessoas pouco se interagem ou circulam apenas entre “os seus”:

O aumento vertiginoso das favelas, dos condomínios fechados, *shopping centers* e centros empresariais ao longo das décadas de 1980 e 1990 revela essa fragmentação socioterritorial da cidade, que compartimentaliza os espaços, promovendo uma vida urbana confinada em geografias controladas, protegidas ou vulneráveis, de alta e baixa renda. [...] As fronteiras internas, que agora assumiram a materialidade física dos muros, grades e guaritas, sitiaram a cidade e configuraram os cidadãos a uma vida apenas entre familiares e iguais. A cidade fractal é assim uma anticidade, que se debate para estabelecer bases de novos padrões de urbanidade, fundados na negação da heterogeneidade, que paradoxalmente é sua verdadeira fonte de potência. (ROLNIK, 2014, p. 76-77.)

Por fim, a cidade parece apresentar-se, há algumas décadas, como uma expressão da luta pela sobrevivência. Nela, houve falta de entrosamento entre sua expansão territorial e a transformação da sociedade. Desde os anos 1950, como já apontava Fernandes, F. (1979, p. 300), em razão das rápidas alterações em São Paulo, poucas esferas da vida social se mantinham equilibradas ou integradas, uma vez que as mudanças de natureza humana requerem a transformação prévia da sociedade e das condições sociais de vida: “Daí a necessidade de elevar, à esfera de consciência social e ao campo da ação deliberada, conhecimentos e disposições que ponham o homem a serviço de sua cidade [...]”. O referido autor destacou, ainda, que os desequilíbrios do sistema de relações sociais tornar-se-iam mais estáveis na medida em que a capital paulista exercesse sua influência de metrópole nos variados setores da vida econômica, política e cultural, sempre considerando o conjunto de suas comunidades urbanas e rurais, que são o suporte material de sua

urbanização. E sobre a vida cotidiana da metrópole paulistana desde meados do século XX:

Os serviços públicos não acompanham o crescimento da cidade, que se espalhou mais do que seria necessário ou prudente, segundo afirmam alguns urbanistas; há crise de habitações, apesar do ritmo acelerado das construções; o sistema de abastecimento interno, de gêneros, de viveres e de outras utilidades, é defeituoso e encarece onerosamente o nível de vida; o sistema escolar não consegue corresponder ao aumento da população e à diferenciação da procura; em todos os setores, é frequente o recurso à mão de obra semiespecializada como se fosse especializada, a falta de planejamento racional, o desperdício e suas consequências econômicas; nas relações humanas, nas mais diversas circunstâncias – dentro dos lares ou das fábricas, nas escolas ou nos escritórios – o entrelaçamento de expectativas de comportamento contraditórias e o conflito de concepções antagônicas do mundo criam tensões emocionais e insatisfações morais; os laços de solidariedade são crescentemente substituídos por considerações racionais de interesse e de fins; a instabilidade econômica e a disparidade entre os níveis dos salários e os do custo das utilidades fomentam comportamentos egoísticos, até pouco tempo desconhecidos ou restritos a certas esferas das relações humanas; a aspiração ao êxito financeiro e à ascensão social, alimentada pelo enriquecimento fácil de muitos e pelas oportunidades que se abrem aos indivíduos empreendedores, prevalece sobre as demais aspirações, imiscuindo-se tanto na concepção do mundo dos homens de ação, quanto na dos educadores, dos médicos e dos intelectuais; enfim, elabora-se um novo clima moral, em que “cada um é por si e num estado de tensão em face de todos os outros” [...]. É evidente que o *progresso* não beneficia a todos igualmente e que o ônus da nova ordem social cai, pesadamente, sobre os que dependem do valor pecuniário da própria força de trabalho. (Fernandes, F., 1979, p. 202.)

O ATIVISMO POR UMA OUTRA CONCEPÇÃO DO URBANO

Ativismos e movimentos sociais serão aqui definidos como:

Formas que as pessoas têm de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade. Na qualidade de participantes de activismos e movimentos, os homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se, em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja. (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 82-83.)

Entretanto, nem todo ativismo é um movimento. O ativismo é uma categoria mais ampla “que envolve diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes das cidades (não necessariamente apenas os pobres)”. Os activismos agregam diversas ações, desde as reivindicações diretas e objetivas diante de um problema específico, até questionamentos complexos acerca da organização política, econômica e cultural de uma sociedade. O ativismo “puramente

reivindicatório” requer melhorias de escala local (em um bairro ou em uma favela), mas não considera, por exemplo, o conjunto da cidade, nem abala as estruturas da sociedade. Os ativismos também podem ser de diferentes tipos, desde os especificamente urbanos (ativismo de bairro, por exemplo) até aqueles que não são exclusivamente focados nas cidades (a exemplo de movimentos ambientalistas) (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 83).

Os movimentos sociais, por sua vez, são um tipo de ativismo com elevado grau de organização e contestação da ordem hegemônica e das mais variadas opressões. Eles não atuam apenas no âmbito local e tem preocupações maiores, como questões relacionadas a: justiça social, combate à desigualdade, segregação socioespacial, racismo, homofobia, machismo, meio ambiente etc. Os movimentos sociais urbanos não atuam apenas na escala do bairro, mas lutam por questões que podem até ser de escala planetária (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004). Os movimentos sociais nascem da tomada de consciência dos indivíduos acerca de seu direito de participação nas decisões cotidianas da cidade. Assim, eles asseguram o processo de “ampliação e acumulação de forças e experiências”, enriquecendo-se por meio do contato entre os ativistas e de seus debates, e promovendo “avanços políticos em direção à democratização” através da ação (CARLOS, 2011, p. 87-88).

Distinguir entre “meros” ativismos e verdadeiros movimentos sociais é mais fácil de fazer conceitualmente que na prática. Empiricamente, isso às vezes é bem difícil, porque os ativismos são práticas sociais bastante mutáveis e complexas. Ativismos reivindicatórios pouco politizados e de fôlego curto podem evoluir para movimentos mais ambiciosos e aguerridos, colocando-se então a pergunta: quando termina o “mero” ativismo e começa o movimento? Não é simples estabelecer fronteiras. Por essa e por outras razões é que, na prática, a distinção entre “meros” ativismos e movimentos sociais é uma operação que, muitas vezes, é muito menos trivial ou fácil do que se poderia imaginar. (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 85.)

Os ativismos estimulam muitas pessoas a aumentarem sua participação política nas questões referentes à sua cidade, o que eleva, por conseguinte, a socialização comunitária. Souza, M. e Rodrigues (2004) afirmam que, por isso, os ativismos adquirem importantíssima dimensão político-pedagógica, permitindo a ampliação da consciência dos cidadãos sobre seu “direito à cidade”. Como afirma Paquot (2007, p. 64, tradução nossa): “A vida social se organiza cada vez mais em 24 horas consecutivas, sem parar e *à la carte*. Por que não permitir a cada um que se aproprie, como lhe desejar, desse desenrolar de sua cotidianidade?”

Mecanismos nos quais as pessoas podem se amparar para pensar crítica e politicamente o planejamento e a gestão da cidade, os ativismos urbanos promovem

a reflexão acerca das disparidades e injustiças comumente materializadas no espaço urbano brasileiro. A vontade em transformar a cidade está presente “na força das organizações sociais e comunitárias dedicadas a lutar por uma cidade menos desigual, mais solidária e cidadã, assumindo seu papel de protagonista na gestão da vida urbana” (ROLNIK, 2014, p. 80).

A literatura especializada registra casos de movimentos sociais urbanos [...] em várias partes do mundo, que têm conseguido, ao longo de muitos anos, não sucumbir aos “momentos de sucesso” [...]. Esses movimentos também têm conseguido resistir à cooptação e à “domesticação”, às vezes sabendo combinar estratégias mais institucionais (diálogo com o Estado) com práticas de luta e “ação direta” (ocupações, protestos [guerrilha verde] etc.). E esse tipo de lição é importante para os ativistas urbanos brasileiros [...]. Ele é importante, também, para os militantes que animam os “novíssimos ativismos urbanos” [como aqueles em prol da agricultura urbana] [...].(SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 95.)

Na medida em que possuem potencial para protagonizar um planejamento alternativo ao planejamento oficial e conservador, os ativismos podem ser encarados, enfim, como caminhos possíveis para a superação de problemas urbanos. Dessa maneira, o planejamento urbano não é, aqui, compreendido como monopólio do Estado:

Os ativismos sociais, como protagonistas da produção do espaço urbano, devem e precisam ter muito a dizer sobre soluções e propostas, e não apenas como críticos daquilo que não lhes agrada, mas como autores de estratégias e planejamentos alternativos. (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 12.)

Os ativismos são modeladores do espaço urbano. Desde sua origem, a guerrilha verde assume esta posição, agindo como mecanismo de solução e superação de problemas urbanos, dentre os quais se destaca a reorganização de uma cidade insustentável. Atualmente, em São Paulo, ela pode significar uma releitura do ativismo contracultural dos anos 1960 e 1970, mas também não deixa de protagonizar soluções alternativas ao planejamento oficial e de ser um mecanismo propulsor de novas utopias urbanas.

Poderíamos nos dar ao luxo de não sermos utópicos? Poderá a consideração de uma tradição utópica revelar um caminho visionário para informar nossas perspectivas de possibilidades e chamar os movimentos sociais para alguma alternativa e diferentes visões da cidade? Uma cidade sem super-rodovias, por exemplo? (HARVEY, 2013, p. 32.)

A cidade tornou-se o espaço produzido e de convivência de muitas pessoas de diferentes interesses, cuja concentração material no espaço leva à interdependência entre as pessoas e suas atividades. Porém, no sistema capitalista de produção, a cidade é um espaço de conflitos decorrentes dos interesses

contraditórios de uma forma de organização e reprodução social bastante desigual (CARLOS, 2011).

A produção do espaço urbano, na sociedade capitalista, materializa as desigualdades socioeconômicas, e o Estado, em princípio, não se contrapõe às injustiças das disparidades e das privações, uma vez que ele tende a ser controlado pelas classes dominantes (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004). Esta lógica implica em um cenário urbano que costuma se apresentar como “caótico”, entretanto, ele é fruto de um processo diretamente influenciado por políticas urbanas de determinados momentos da História. Como resultado, cidades tornam-se fragmentadas, partidas por muros “visíveis e invisíveis” e por “enclaves fortificados”, onde os espaços públicos transformam-se em “praças de guerra” (ROLNIK, 2014, p. 10). Este é o caso, por exemplo, da cidade de São Paulo.

As contradições apresentam-se evidentes em São Paulo. Espaço de intensos fluxos de serviços, mercadorias, informações e capitais, ela se caracteriza como “cidade global”, participando das relações econômicas globalizadas e desempenhando funções internacionais, em conexão direta com a economia global (SASSEN, 1991). Ao mesmo tempo, São Paulo possui significativa parcela de seu território carente de infovias e, conseqüentemente, excluída daquela conectividade global. “São Paulo, portanto, não é uma, mas pelo menos duas: é uma cidade partida entre incluídos e excluídos, conectados e soltos, marcada em sua própria estrutura básica de funcionamento pela apartação socioterritorial” (ROLNIK, 2014, p. 75).

O planejamento e a gestão urbanos não são conservadores ou democráticos por si sós. O que define tais caracteres é o conteúdo social dessas atividades. Uma vez que, na sociedade capitalista, o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes, planejamento e gestão inclinam-se ao conservadorismo. (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004). Na lógica capitalista, o Estado garante a reprodução do capital por meio do gerenciamento dos conflitos que possam interferir nesse processo. O Estado, portanto, não elimina as contradições, mas as ameniza para perpetuar a dinâmica da acumulação (CARLOS, 2011).

O processo de urbanização capitalista – e mesmo a produção do espaço de uma forma geral –, cabe enfatizar, não é um processo em essência e exclusivamente efetuado pelo Estado. Essa ponderação consistiria numa redução considerável da realidade de ambos os processos. No entanto, entendê-los sem o discernimento de que o Estado tem um papel fundamental em sua concretização seria impossível. Mesmo sob a

força de um discurso neoliberalizante de redução máxima da figura do Estado na regulação econômica, social e urbana, sabe-se, entretanto, que a relação objetiva entre aparelho de estatal e interesses de valorização capitalista não se estabelece, de maneira alguma, de forma periférica no seio do capitalismo; ao contrário, é um de seus fundamentos. (SAMPAIO, 2015, p. 63.)

Entretanto, apesar da estrutura estatal estar comprometida com a ordem capitalista vigente, as dinâmicas sociais têm condições de criar condições favoráveis para que uma “conjuntura favorável” se instale por meio das pressões sociais “de baixo para cima” (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 27).

De acordo com Souza, M. e Rodrigues (2004), diversas práticas de zoneamento nos EUA configuram-se como um exemplo de planejamento conservador, já que, muitas vezes, consolidam a segregação residencial por intermédio do isolamento de grupos sociais, por razão econômica ou étnica. A separação social costuma se materializar de maneira velada, ou seja, a partir da criação “disfarçada” de mecanismos que impeçam a aproximação de determinado grupo social. Lavedan (1959) exemplifica este mecanismo a partir do ocorrido na cidade californiana de Modesto, no final do século XIX: para impedir a presença de imigrantes chineses em bairros de estadunidenses brancos, o poder local confinou as lavanderias em determinada territorialidade urbana com o argumento de evitar possíveis focos de incêndio; como os chineses eram donos de lavanderias, esta população foi, conseqüentemente, espacialmente segregada. No Brasil, pode-se estabelecer um paralelo a partir do desprezo das elites pelas favelas. Historicamente, estas são vistas como o elemento poluidor da paisagem e, mais recentemente, o território do tráfico de drogas e de armas (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004).

A partir da década de 1990, Souza, M. (2000) afirma que o planejamento “mercadófilo” – “amigo do mercado”, ou seja, que responde de prontidão aos interesses capitalistas – ganha importância no Brasil. Mais preocupado com o aumento da competitividade econômica da cidade, este modelo de planejamento acaba por dar manutenção ao modelo tradicional de segregação socioespacial, uma vez que se preocupa em assegurar os interesses privados, em detrimento do interesse público. Souza, M. e Rodrigues (2004) ressaltam, no entanto, que este modelo de planejamento “mercadófilo” não é exclusivo do Brasil, mas segue uma tendência internacional que o país importa (o que é típico de país em desenvolvimento). De acordo com Harvey (2014, p. 42):

Quase todas as cidades do mundo testemunharam a explosão imobiliária que favorecia os ricos – quase todas deploravelmente parecidas – em meio a um turbilhão de migrantes miseráveis, à medida que o campesinato rural era desapropriado pela industrialização e comercialização da agricultura.

As ideologias dominantes de planejamento, nas últimas décadas, deram prioridade a territorialidades individualistas, fragmentando o espaço urbano e reduzindo a função da cidade como local de encontro e fórum social. Os agentes de mercado, fomentadores de novas tendências urbanísticas e arquitetônicas, não deram prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e às possibilidades de promoção de encontro entre os cidadãos, mas, ao contrário, mudaram o foco para os edifícios individuais e isolados. Os pedestres perderam a preferência nas vias públicas e a mobilidade a pé foi dificultada em detrimento do rodoviarismo, prejudicando, por conseguinte, as funções social e cultural do espaço urbano (GEHL, 2013).

Uma característica comum de quase todas as cidades – independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento – é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas. Espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes e condições geralmente vergonhosas são comuns para os habitantes, na maioria das cidades do mundo. (GEHL, 2013, p.3).

Jacobs, com a publicação de *Morte e vida de grandes cidades*, em 1961, destacou-se como pioneira na crítica ao modelo de planejamento urbano pautado no automóvel e na ideologia modernista que dava ênfase aos edifícios individuais autônomos. Para a autora, este modelo urbanístico levaria à perda de “vida” nas cidades, em decorrência do esvaziamento de pessoas das ruas e demais espaços públicos. Segundo Jacobs (2013, p. 6), as cidades têm preocupações sociais e econômicas muito mais complicadas que o tráfego de automóveis: “Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível”.

As cidades, em especial as metrópoles, são bastante dinâmicas, por isso, seus usos diversos deveriam ser entendidos como expressão de uma organização complexa e desenvolvida. Dessa forma, o planejamento urbano deveria se aproximar da “estrutura real” das cidades, que consiste na combinação de usos e nas condições que criam a diversidade (JACOBS, 2013).

Os utópicos do século XIX, com sua rejeição à sociedade urbanizada e a herança da ideia romântica do século XVIII sobre a nobreza e a simplicidade do homem “natural” ou primitivo, eram muito atraídos pela

ideia de ambientes simples, que eram obras de arte por consenso harmonioso. O retorno a essa condição foi uma das esperanças incorporadas à nossa tradição da reforma utópica. Essa esperança fútil (e profundamente reacionária) [...], pelo menos ideologicamente, abrandou um pouco a tese predominante de harmonia e ordem impostas e cristalizadas por um planejamento autoritário. (JACOBS, 2013, p. 417.)

Os estudos e argumentos apresentados por Jacobs, em 1961, foram, de acordo com Gehl (2013, p. 6), importantes para o acúmulo de novos conhecimentos e, na atualidade, vem crescendo o interesse pela construção de áreas dinâmicas de uso misto, em vez de edifícios isolados e autônomos. Em meio ao processo de urbanização acelerado e ainda em curso no mundo, mudanças nos pressupostos dos planejamentos figuram entre as principais demandas contemporâneas. Uma das alterações esperadas é que seja reforçada a função social do espaço urbano, “como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade mais democrática e aberta”.

No que tange à agricultura urbana, esta atividade pode fazer parte de uma agenda de reforma urbana, constituindo-se como ferramenta de democratização do planejamento e da gestão do espaço urbano. Quando a agricultura urbana é desenvolvida em espaço público, por exemplo, ela serve aos diferentes grupos sociais e à materialização de políticas públicas criativas, que fomentam a integração social e, em certos casos, até o aumento da renda de populações mais vulneráveis. Por isso, a agricultura urbana é uma atividade da qual a sociedade civil⁸³ pode se utilizar para conduzir a almejada reforma urbana. Ou ainda, como afirma Herzog (2013, p. 138, grifo nosso) – e reforçando questões apresentadas no Capítulo 1:

As cidades se expandem sobre áreas agricultáveis, e os alimentos estão sendo produzidos cada vez mais distantes dos centros urbanos. Em sua maioria, são cultivados em monoculturas [...] com uso de agrotóxicos nocivos à saúde dos agricultores e consumidores. O Brasil é campeão no uso de agrotóxicos. Essa tendência tem se revertido em diversas cidades, em todos os continentes. A agricultura urbana está presente em fóruns e que debatem e propõem cidades ecológicas, sustentáveis e **resilientes**⁸⁴,

⁸³ “Sociedade civil” é aqui entendida como “o conjunto de instituições e relações sociais que não fazem parte, diretamente, do aparelho de Estado” (SOUZA, M.; RODRIGUES, 2004, p. 71).

⁸⁴ A discussão acerca da utilização do termo “sustentabilidade” (ou “sustentável”), outrora discutido no Capítulo 1, converge à mesma reflexão crítica quanto à sua aplicabilidade quando o conceito é trabalhado por pesquisadores e teóricos do espaço urbano. Costa e Machado (2012, p. 8), por exemplo, salientam que, ao longo dos anos, o “desenvolvimento sustentável” se tornou desgastado em decorrência de seu uso indiscriminado e nem sempre criterioso. Por isso, surgiram novos conceitos na área do urbanismo, a exemplo de “resiliência”, na tentativa de evidenciar o papel das cidades nas questões concernentes aos câmbios ambientais. Segundo Fajardo (2012, p. 19, grifo nosso): “Podemos definir por **resiliência** a capacidade de um sistema socioecológico interdependente de absorver as perturbações e manter sua estrutura e funcionalidade. Um sistema resiliente permite atenuar o impacto das perturbações exógenas, colocando o foco sobre o qual o

que possuem um enorme potencial para produzir grande parte dos alimentos que consomem, com a redução da pegada ecológica⁸⁵ e o aumento da segurança alimentar.

Se a “desruralização” da cidade foi um fenômeno do século XIX, como afirma Le Goff (1998, p. 32-33), a agricultura urbana não desapareceu em sua totalidade, ela persistiu enquanto atividade marcante do espaço urbano em momentos de necessidade e, nos séculos XX e XXI, como prática ativista a fim de estabelecer novas relações sociais e políticas: “A cidade, portanto, pode ser penetrada pelo campo; não seria pertinente definir, a este respeito, uma separação absoluta”. Na cidade, como o referido autor ainda aponta, os gastos são muitas vezes ostentatórios, seja com aluguéis, alimentação, vestuário etc., fato que também sustenta o argumento acerca da função complementar que a agricultura urbana pode exercer na vida de milhares de pessoas, seja no provimento direto e substancial de alimentos, seja como atividade de lazer e de promoção do encontro nos espaços públicos urbanos.

Em São Paulo, a agricultura urbana tradicionalmente se destaca enquanto atividade geradora de renda ou de complementação das necessidades alimentares familiares, sobretudo nos bairros mais periféricos, onde há maior disponibilidade de terras – e terras mais baratas – para o desenvolvimento dos cultivos, ou, ainda, no que coloquialmente se denomina produção de “fundo de quintal”, aquela que é realizada nos quintais e jardins domésticos.

Prado Jr. (1998, p. 74), faz referência à agricultura urbana de meados do século XX quando relata a ocupação das áreas mais distantes do Centro pela

crescimento e a eficiência são gerenciados na ideia de adaptabilidade, somente alcançada mediante a liberdade, o aprendizado, a flexibilidade e a abertura para a auto-organização”.

O principal desafio para a resiliência das cidades, entretanto, estaria na capacidade de alavancar a participação da sociedade, a fim de cobrar melhores condições de vida nas cidades, de reforçar a conscientização ambiental e de exigir projetos urbanos que contemplem tais reivindicações. Esta linha conceitual espera que, assim, as cidades do século XXI consigam “integrar os diferentes temas (meio ambiente, economia, social) e escalas territoriais (desde a escala globalizada até o bairro) em tempos distintos. São escalas de tempo heterogêneas que demandam simultaneamente ações duradouras e efêmeras sobre o mesmo espaço”. (COSTA; MACHADO, 2012, p. 13.)

⁸⁵ O termo “pegada ecológica” foi criado, em 1990, pelos cientistas canadenses Mathis Wackernagel e William Rees, e hoje é internacionalmente reconhecido como uma das formas de medir a utilização, pelo homem, dos recursos naturais do planeta. [...] Pegada Ecológica é uma medida da área (em hectares globais, que abrangem terra e água) que ocupamos para a construção de prédios e rodovias e para o consumo da água, do solo para plantio agrícola, da vida marinha e de outros elementos que compõem a biodiversidade do planeta. Para se obter a Pegada Ecológica também são consideradas a emissão de gases de efeito estufa (principalmente o gás carbônico – CO₂) na atmosfera e a presença de poluentes no ar, na água e no solo. Os resultados nos dão uma ideia de como um indivíduo, cidade ou país utiliza os recursos naturais, conforme os hábitos de consumo e estilos de vida (SCARPA; SOARES, 2012, p. 6-7).

população operária, que, em busca de terrenos mais baratos, construía “suas casinhas, comumente isoladas, mesmo no centro de um minúsculo terreno livre, que muitas vezes é horta ou jardim”. A horticultura doméstica persistiu após a chegada de grande contingente populacional decorrente das migrações inter-regionais a partir da década de 1950. Este modelo agrícola residencial permitia a complementação da dieta alimentar básica das famílias, associava-se, muitas vezes, a seu passado rural e as ajudava a economizar divisas e equilibrar o orçamento mensal.

Porém, neste início de século XXI, mais precisamente a partir de sua segunda década, a agricultura urbana vem se difundido como prática ativista na capital paulista, configurando um novo elemento da paisagem urbana e redefinindo os mecanismos de apropriação, consumo e vivência do espaço urbano. Ativistas têm tomado espaços públicos, destacadamente as praças, inspirados em táticas e ideologias propagadas pela guerrilha verde.

A agricultura urbana, enquanto expressão ativista, tem se tornado um mecanismo pela qual a sociedade civil se organiza de maneira mais autônoma e independente do Estado, materializando ações e projetos capazes de promover uma efetiva reforma urbana. A guerrilha verde, portanto, também se enquadra como um modelo de ação radical que oferece uma dimensão contestadora da ordem socioespacial vigente, brotando como alternativa às crises urbanas.

Na verdade, [...] há todo tipo de movimentos sociais urbanos em evidência buscando superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes [...] que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos (HARVEY, 2014, p. 49).

Em consonância com a “ideologia da outorga” (ROLNIK, 2014), por sua vez, constata-se que muitas hortas comunitárias em São Paulo se estabeleceram via “guerrilha”, e o poder público local fez “o favor” de não atrapalhar as que se mantiveram: as autoridades municipais costumam interferir apenas se houver fortes movimentos contrários da vizinhança, ou se o ativismo em questão não conseguir se legitimar perante a comunidade local. Quando questionado sobre movimentos e articulações sociais que agem por intermédio de táticas de “guerrilha”, ou seja, primordialmente sem a prévia conversa e/ou autorização do poder público, Filardo

Jr. (2015, informação verbal, grifo nosso⁸⁶), professor da FAUUSP e ex-subprefeito de Pinheiros⁸⁷, esclarece:

O problema não é a prévia conversa com o poder público, é o **grau de legitimidade que a ação tem. Você não obtém legitimidade com uma licença da Prefeitura.**[...] Para fazer uma filmagem numa rua, uma vez que o subprefeito autorizou, ela é legal, mas, às vezes, ela não tem um pingão de legitimidade, é um transtorno! Por outro lado, você pode ter atividades que não têm cobertura legal, mas têm alto grau de legitimidade. Acho que deve-se discutir as ações do ponto de vista da sua legitimidade, que é uma coisa social, não é uma formalidade obtida por um pedaço de papel. Você tem ações legais, porque se obtém autorizações, mas que são ilegítimas; e **tem ações que não se preocuparam em se formalizar e tem uma legitimidade muito grande.** [...] Plantaram árvores no Largo da Batata [no bairro de Pinheiros, zona oeste] sem autorização nenhuma⁸⁸. Aí, começou uma fúria: “Será que a Prefeitura vai punir o movimento?”. Que punir o quê! Foi muito bom, a gente ia ver se estava tecnicamente “ok” e ponto. Fizeram ação direta, não eram extremistas [...]. Na questão do ciclo-ativismo, tem muita coisa. O pessoal chegou a pintar de vermelho algumas travessias da ciclovia da [Avenida] Pedroso [de Moraes (também no bairro de Pinheiros)] e pichou assim: “Produzido pelo povo”. Isso [foi feito] para protestar contra a não sinalização. Essas coisas são meios de diálogo performáticos.

Como ainda não há uma política municipal bem estruturada para a agricultura urbana em São Paulo e o ativismo de guerrilha verde (ou nele ele inspirado) é recente, existe certo impasse jurídico quanto à ocupação de áreas públicas para a criação de hortas. De um lado, as autoridades públicas procuram não interferir em uma ação social pacífica e que estimule o bem-estar comunitário, afinal, uma resposta autoritária à guerrilha verde poderia ganhar maiores dimensões e afetar a popularidade dos governantes. Por outro lado, muitas pessoas não têm tempo para se inteirarem de todas as transformações e acontecimentos da cidade (a cidadania também é corrompida pela falta de tempo nas grandes metrópoles). Há quem não saiba o que acontece na praça ao lado de casa, afinal, o ativismo ainda está na luta pela revalorização do espaço público. Como afirmam Souza, M. e Rodrigues (2004, p. 116-117), “é forçoso reconhecer que os ativismos urbanos precisam investir ainda mais em sua capacidade de formular alternativas. [...] [Há] certas dificuldades crônicas – escassez de recursos, falta de tempo ou de preparo de muitos ativistas etc.”.

Atualmente, a grande parte dos ativistas está conectada pelas redes sociais, cruzando informações e táticas de atuação em diferentes bairros e regiões da

⁸⁶ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

⁸⁷ Filardo Jr. foi subprefeito de Pinheiros de janeiro de 2013 a março de 2015.

⁸⁸ Ação mencionada em nota anterior, quando houve explanação acerca do ativismo do coletivo “A Batata Precisa de Você” no Largo da Batata, em Pinheiros.

cidade. A rede dos hortelões urbanos paulistanos não é diferente. Apesar de a agricultura urbana ser muito ampla e seus entusiastas lutarem em diferentes frentes e possuírem, por vezes, ideologias distintas, os ativistas podem rapidamente partilhar dados e prestar assessoria àqueles que, por exemplo, queiram criar uma horta comunitária em uma praça da vizinhança.

A rede de interação virtual existente na atualidade permite que os ativismos se conectem em diferentes partes do mundo instantaneamente. Da mesma forma que a guerrilha verde paulistana reintroduz princípios e metodologias de ação dos movimentos contraculturais dos anos 1960 e 1970, ela também se inspira no que está acontecendo, na contemporaneidade, nas diversas cidades do mundo onde há articulações ativistas em prol da agricultura urbana, como é o caso de Rosário (Argentina), Lima, Havana, Cidade do México, Nova York, Toronto, Montreal, Berlim, Paris, Londres, Lomé, Dacar, Xangai, Tóquio etc. Os ativistas de todas estas cidades, por sua vez, também podem se conectar aos acontecimentos que se referem à criação e desenvolvimento de hortas comunitárias em São Paulo (RUAF, 2015).

Entretanto, mesmo com as conexões que os modernos meios informacionais permitem estabelecer (via *internet*) entre as diferentes partes do mundo e com o forte grau de influência e inspiração que os ativismos exercem entre si – aproximando os hortelões e conferindo uma característica cosmopolita aos movimentos –, a guerrilha verde pode ser identificada como um exemplo de ativismo de bairro. Isso significa que, mesmo atraindo hortelões de diversas partes da cidade (ou mesmo de outras cidades, estados e até do estrangeiro) em atividades específicas promovidas nas hortas (como oficinas, piqueniques, aula de *yoga*, *shows* etc.), as implicações de sua materialização no espaço tem um alcance mais significativo para a dinâmica do lugar. As repercussões políticas, sociais e espaciais de uma horta comunitária se concentram, primordialmente, na esfera de influência territorial do bairro ou distrito onde ela se encontra, e, muitas vezes, sua legitimação ocorre através do apoio das associações de bairro (SOUZA, M. 2000).

Em São Paulo, quando o ativismo de bairro produz novos espaços de convivência comunitária, a exemplo das hortas em praças e parques públicos, reinventa-se a cidade e permite-se a materialização do direito coletivo, e que este se sobreponha ao direito individual. Consequentemente, este ativismo também está

trabalhando para alterar a ordem que (re)produziu, no espaço urbano, as características excludentes do planejamento conservador.

Para muitos ativistas, a intervenção do Estado já não é mais capaz de dar conta das demandas urbanas. Por isso, vem ganhando ímpeto as denominadas “revoluções tranquilas” ou “revoluções silenciosas”, também denominadas de “pequenas revoluções” ou “microrrevoluções”, em referência ao seu caráter de transformação local (Capítulo 1). Segundo Manier (2012), elas são resultado do engajamento de cidadãos comuns em todas as partes do mundo e provenientes de diferentes realidades sociais, mas que, juntos, inventam soluções que nem os governos nem a iniciativa privada desenvolvem, e que respondem à maior parte dos males do planeta.

Na visão de Manier (2012), a guerrilha verde poderia ser enquadrada entre as iniciativas que, por mais que sejam pouco visíveis, é uma declaração de independência. Sua análise destes pequenos movimentos ativistas parte do pressuposto de que, atualmente, milhões de pessoas querem se distanciar de um sistema econômico muito brutal à humanidade e ao meio ambiente, lutando para construir um novo modelo de sociedade.

O DIREITO À (OUTRA) CIDADE

Assim como se vem questionando o processo de urbanização de São Paulo, cujas consequências socioespaciais impelem esta análise à crítica de seu modelo de planejamento por décadas, Paris, na década de 1960, também passou por sua crise existencial: “A antiga não podia mais permanecer como era, mas a nova parecia demasiado horrível, sem alma e vazia de significado” (HARVEY, 2014, p. 10).

Neste contexto, o cinema de Jean-Luc Godard retratou os dilemas urbanos parisienses, a exemplo do filme “*Deux ou trois choses que je sais d’elle...*” (“Duas ou três coisas que eu sei dela...”), de 1967 (figura 19). Neste mesmo ano, Lefebvre apresentaria seu célebre ensaio “*Le droit à la ville*” (“O direito à cidade”), que se tornaria referência fundamental aos posteriores trabalhos acadêmicos direcionados às temáticas concernentes ao espaço urbano. Este “direito” referia-se a uma queixa – resposta à crise da vida cotidiana na cidade – e a uma exigência – a maneira de encarar a crise para criar uma vida urbana alternativa “menos alienada, mais

significativa e divertida, [...] conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível”. (HARVEY, 2014, p. 11.)



Figura 19 – Cartaz do filme “Duas ou três coisas que eu sei dela...”, de 1967, do cineasta francês Jean-Luc Godard. “Dela”, no título, se refere tanto à personagem Juliette – uma dona de casa que se divide entre a família e a prostituição, obtendo, desta última, recursos financeiros para satisfazer seus desejos consumistas – quanto à Paris durante o contexto da Guerra do Vietnã, sobre a qual Godard faz uma crítica da sociedade de consumo.

Como afirma Harvey (2014, p. 15), protestos e alternativas certamente ocorrem com desconhecimento sobre Lefebvre, mas as ideias deste autor também teriam surgido das ruas e dos bairros de “cidades doentes”. “O direito à cidade”, por isso, pode fornecer um método de investigação crítica a fim de melhor compreender o que se passa na atualidade, mesmo quando as situações são tão diferentes daquelas que inspiraram Lefebvre na década de 1960. As lutas que continuam a existir nas cidades (que são fruto tanto de intenções visionárias, quanto por razões práticas) também têm “inspirado muitas pessoas a buscar algum tipo de resposta a um capitalismo internacional brutalmente neoliberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades da vida cotidiana desde os primeiros anos da década de 1990”.

Nesta perspectiva, o debate sobre o direito à cidade torna-se latente no bojo da vida cotidiana, uma vez que as críticas referentes às crises urbanas contemporâneas, sob suas diversas expressões, estão intrinsecamente relacionadas a este tipo de direito coletivo. Nas palavras de Lefebvre (1969, p. 131, grifo do autor):

Em condições difíceis [...] certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização (**na**, porém frequentemente **contra** a “cultura”). Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o **direito a cidade** (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o **uso** pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). [...] Isso exige [...] uma revolução cultural permanente.

Desta forma, compreender-se-á que:

O direito à cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28.)

Deve-se salientar, entretanto, que coexiste às propostas de se repensar a cidade (a fim de alcançar a novas maneiras e critérios de consumo mais “sustentável” do espaço urbano) o fato de que a urbanização desempenha papel ativo na absorção de mercadorias excedentes que o capitalismo não para de produzir em busca de mais-valia. Isso significa que, a todo o momento, procuram-se novos meios de produção e novos recursos naturais, pressionando constantemente o meio ambiente, na medida em que este deve fornecer as matérias-primas necessárias para a expansão do sistema e absorver os seus desperdícios.

O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. (HARVEY, 2014, p. 30.)

A cidade materializa a lógica industrial, ou seja, é onde se organiza a produção “para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos” (LEFEBVRE, 1969, p. 74). Por isso, a ordenação conferida às cidades converte-se na justaposição de espaços, funções e elementos práticos:

Setores e funções estão estritamente subordinados aos centros de decisão. A **homogeneidade predomina sobre as diferenças** provenientes da natureza (sítio), do meio camponês (território e torrão natal), da história. [...] A decupagem e a disposição da vida cotidiana, o uso maciço do automóvel (meio de transporte “privado”), a mobilidade (aliás freada e insuficiente), a influência dos *mass media* separaram do lugar e do território os indivíduos e os grupos (famílias, corpos organizados). A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço [...] onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância. Não seria mais coerente, mais racional e mais agradável ir trabalhar no subúrbio e morar na cidade do que ir trabalhar na cidade e morar num subúrbio pouco habitável? (LEFEBVRE, 1969, p. 74-75, grifo nosso.)

Segundo Harvey (2014, p. 39), o modo de vida que se critica, baseado em *edge cities*, elevado consumo de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, automóveis e combustíveis fósseis, foi fundamental para a absorção do excedente produzido pela própria lógica da produção capitalista. A negação dessa “prosperidade” às classes mais pobres e as fortes evidências da segregação espacial nas cidades constituem objetivos de criação daqueles movimentos voltados “para a construção de um outro tipo de mundo, incluindo um tipo diferente de experiência urbana”.

Porém, se esses diversos movimentos de oposição se unissem de alguma maneira – agregando-se, por exemplo, em torno da reivindicação do direito à cidade –, quais deveriam ser suas exigências?

A resposta a essa pergunta é bem simples: maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. [...] É de conhecimento geral que já está em andamento um grande e diversificado número de lutas e movimentos sociais urbanos [...]. Em muitas partes do mundo, são abundantes as inovações urbanas acerca da sustentabilidade ambiental [...]. Contudo, elas ainda precisam se concentrar no objetivo único de adquirir maior controle sobre os usos do excedente (para não falar das condições em que se dá sua produção). (HARVEY, 2014, p. 61-65.)

Os países em desenvolvimento se despontam como grandes responsáveis pela expansão do processo de urbanização contemporâneo. Em 2008, a população urbana mundial superou a população rural; estima-se que, em 2050, dois terços da população mundial estejam habitando o meio urbano. Segundo as projeções da ONU (UN-HABITAT, 2013) para 2030 e 2050, o maior crescimento urbano ocorrerá nos países em desenvolvimento, levando ao aumento significativo do número de megacidades (cidades com mais 10 milhões de habitantes) em todo o mundo, dentre as quais São Paulo aparece como uma das seis primeiras do *ranking*. Glaeser (2011, p. 268), por sua vez, destaca a necessidade dos países desenvolvidos em também realizarem uma autocrítica no se refere ao seu modo de vida urbano. O autor ressalta que se deve diminuir a hipocrisia ao dizer que, por exemplo, Índia e

China precisam ser mais “verdes”, enquanto os países desenvolvidos continuam a dirigir seus “SUVs”⁸⁹ até os *shoppings*.

Relatório⁹⁰ das Nações Unidas (UN-HABITAT, 2012) aponta que o desafio-chave consiste em promover uma “urbanização sustentável”, dando atenção às habitações de todas as dimensões e expandindo todos os serviços básicos (transportes, água, esgoto, saúde, educação etc.), salientando que costuma ser, na maioria dos casos, mais barato e menos prejudicial ao meio ambiente criar estas condições em manchas urbanas adensadas do que oferecer os mesmos serviços básicos a populações dispersas. Neste cenário presente e futuro, a agricultura urbana é apontada como uma das soluções de enfrentamento das crises urbanas, a fim de promover a maior integração social e redes de solidariedade, incentivar a autossuficiência individual e comunitária, e apresentar melhorias no que se refere ao conforto ambiental urbano, entre outras contribuições já expostas no Capítulo 1.

Por um lado, as cidades são consideradas centros de prosperidade, onde os seres humanos podem suprir suas necessidades básicas e encontram os bens públicos essenciais. Por outro, quando esta prosperidade está restrita apenas a uma parcela da população, ou quando ela é perseguida para justificar ganhos financeiros de uma minoria, a cidade se torna o palco de reivindicações e lutas pelo direito ao compartilhamento da prosperidade (UN-HABITAT, 2012).

No mundo moderno, sob o capitalismo, a produção do espaço recria as novas formas do processo de acumulação do capital e das relações sociais capitalistas, bem como as novas formas de alienação. [...] Dessa forma, a produção social do espaço como momento de exterioridade em relação à sociedade motiva as lutas no espaço pelo acesso a ele como condição de exercício de liberdade em todas as suas dimensões. [...] A propriedade como condição e realização sempre renovada do capital está, assim, no cerne das resistências e das condições de luta pelo espaço. (CARLOS, 2015, p. 13.)

Desde a crise econômica mundial de 2008, uma série de protestos e manifestações tem se espalhado pelas cidades de todo o mundo, sobretudo pelas metrópoles: na Praça Taksim, em Istambul; na Praça Tahrir, no Cairo; na *Puerta del Sol*, em Madri; em *Wall Street*, em Nova York; na Avenida Paulista, em São Paulo etc. Como afirma o supracitado relatório do UN-HABITAT (2012, p. 10), as lutas

⁸⁹ Sigla em inglês para “*sport utility vehicle*” (em português, “veículo utilitário esportivo”), referente a veículos de maior dimensão e que geralmente consomem mais combustível. Na atualidade, os SUVs são bastante comercializados para sua utilização nas cidades como veículo de uso individual.

⁹⁰ *State of the World's Cities Report 2012/2013: Prosperity of Cities* (em português, “Relatório 2012/2013 sobre o estado das cidades do mundo: prosperidade das cidades”).

sociais carregam a singularidade de expressar solidariedade por uma vasta maioria de 99% da população, em oposição ao 1% que possui desproporcional controle sobre a capacidade de tomada de decisões em todo o mundo. As cidades se tornam, assim, uma grande “caixa de ressonância” para mudanças socioespaciais positivas, em que não estão em jogo apenas reivindicações por um espaço mais produtivo e de significativo crescimento econômico, mas também aquelas por cidades onde as políticas e planos possam ser discutidos democraticamente entre seus habitantes.

Os movimentos fragmentados de oposição à globalização neoliberal [...] indicam tal política alternativa. Não é totalmente antagônica à globalização, mas quer que esta se dê em termos muito diferentes. O empenho por certo tipo de autonomia cultural e o apoio à criatividade e à diferenciação cultural é um poderoso elemento constitutivo desses movimentos políticos. [...] Concentrando-se na mobilização popular, vem construindo ativamente novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição. (HARVEY, 2014, p. 205-206.)

As crises recentes são, por conseguinte, mais do que crises econômicas. Elas têm escancarado a realidade da grande desigualdade social, bem como os possíveis riscos à democracia e à participação social. *Occupy Wall Street* (nos EUA), *Indignados* (na Espanha), os diferentes movimentos que resultaram na Primavera Árabe (Norte da África e Oriente Médio) e os protestos de junho de 2013 (no Brasil) são expressões de articulações sociais que, nesta segunda década do século XXI, apesar de se utilizarem de distintas táticas e ferramentas de luta, são motivados por demandas semelhantes, visando à prosperidade coletiva através de mudanças estruturais na vigente ordem hegemônica: “Estes protestos destacaram o fato de que o crescimento econômico foi uma condição necessária para a prosperidade, embora insuficiente em si próprio: inclusões social e política são vitais para a prosperidade” (UN-HABITAT, 2012, p. 11, tradução nossa). As cidades, assim sendo, são espaços de esperança para as crises globais. Isto significa que elas podem apresentar plataformas capazes de suavizar os efeitos regionais e mundiais das crises; elas são o fórum para discussão e reestruturação para sair da crise. Agir localmente – mais uma vez, se coloca em evidência a capacidade transformadora das “microrrevoluções” ou “revoluções tranquilas” – torna-se um mecanismo eficiente de se colocar em pauta questões que, posteriormente, poderão compor as agendas nacionais: as ações políticas de escala local abrem caminho para alterar as estruturas do poder e, por conseguinte, para melhor enfrentar os desafios globais. De acordo com Paquot (2008), o local não apenas resiste, mas é a base territorial

indispensável para reagir às ameaças tanto locais, quanto mundiais. Ou ainda, segundo Žižek (2013, p. 108): “Está claro que não vivemos no melhor mundo possível. Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas”.

O UN-HABITAT (2012) apresentou uma nova perspectiva acerca da prosperidade a partir de cinco dimensões: (a) produtividade: para o crescimento econômico e o desenvolvimento, geração de empregos decentes, renda e igualdade de oportunidades; (b) infraestruturas: água, saneamento, mobilidade, tecnologias de informação e comunicação; (c) qualidade de vida: refere-se ao aumento da coesão da comunidade e a identidade cívica; (d) equidade: distribuição equitativa dos benefícios, redução da pobreza e da incidência de favelas, proteção aos direitos dos grupos minoritários e vulneráveis, igualdade de gênero e participação cívica nas esferas sociais, políticas e culturais; (e) e sustentabilidade ambiental: proteção do ambiente urbano e dos recursos naturais, uso eficiente de energia, minimização da pressão sobre os usos do solo. Reconhece-se, concomitantemente, que a prosperidade pautada nestas cinco dimensões venha a significar um conjunto de coisas diferentes para as pessoas em cada parte do mundo, em respeito às distintas culturas e individualidades. A prosperidade se refere, portanto, à segurança socioeconômica do presente e do futuro de curto prazo, mas é imbuída também, conforme as cinco dimensões, de aspirações não materiais.

No que tange às questões ambientais urbanas, a especulação imobiliária é apontada como uma grande inimiga da qualidade de vida nas cidades. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, ela é responsável pelo contínuo padrão de expansão horizontal urbana, por meio da incorporação das terras agrícolas das periferias à mancha urbana. Dessa forma, o modelo de mobilidade tende a continuar a ser o pautado no veículo motorizado de uso individual, além de reduzir, cada vez mais, as possibilidades de desenvolvimento da agricultura periurbana para fins de abastecimento em maior escala (FAO, 1999; UN-HABITAT, 2012).

Para que a sociedade urbana contemporânea seja de fato sustentável, segundo Paquot (2007), não deveria ser preciso punir quem não abre mão da abundância e, conseqüentemente, do desperdício mas, sim, convencer estas pessoas de que existem outras maneiras de viver de forma próspera sem desequilibrar o meio ambiente de maneira irreversível. Uma das contradições a que

todos se deparam cotidianamente é a constatação de que nos mercados há abundância de produtos e materiais que vão contra a volatilidade da atitude sustentável, torna-se difícil de encontrar quem privilegia a durabilidade quando o sistema opera para que tudo convirja para o oposto.

Sudreau⁹¹ (1959 *apud* PAQUOT, 2007, p. 33) afirma que a vegetação, indispensável ao equilíbrio físico e psicológico dos cidadãos, não deve ser um luxo no meio urbano. Segundo Paquot (2007, p. 33, tradução nossa), a urbanização aumenta a artificialidade da natureza, fazendo com que muitas áreas verdes se transformem até em depósitos de lixo. Entretanto, muitas delas têm sido revitalizadas graças ao cultivo comunitário de hortaliças e frutas, o que ainda ajuda a complementar a cesta básica dos cidadãos, ou como uma fonte fornecedora de temperos básicos e de flores. Nestes casos, as praças e os parques são ocupados por diferentes membros comunitários e favorecem a mistura de populações e de encontros. As hortas comunitárias revelam, assim, uma familiaridade com o espaço urbano, são uma espécie de “anexo da residência, o seu prolongamento”. As diferentes práticas de agricultura urbana associam-se, ainda, ao próprio papel que a vegetação exerce no processo de requalificação dos espaços urbanos. Segundo (FURLAN, 2004, p. 258), a “sustentabilidade no ecodesenvolvimento espacial da paisagem” baseia-se em:

- Proteção da biodiversidade através de uma rede que envolva áreas protegidas, restauradas, re-vegetadas, reflorestadas etc. [...]
- Proteção e criação de espaços livres de construção em áreas urbanas para fornecer oportunidade de contato contemplativo e recreativo na natureza em contraste com atividades recreativas comerciais. [...]
- Proteção de impacto visual, ruídos e poluição. A qualidade estética, neste aspecto, pode ser importante para criar ambiência e uma empatia positiva.
- Proteção natural dos solos, da água, do clima em diferentes escalas. Controle do escoamento superficial, da permeabilidade dos solos, da poluição dos aquíferos, contra a remoção da cobertura vegetal. [...]
- Proteção à saúde, criando nos arranjos da cobertura vegetal condições ambientais que favoreçam uma melhoria dos efeitos de poluentes sobre a saúde.

Quando se fala da agricultura urbana como prática transformadora do espaço urbano, a partir de seus mais variados objetivos e condições de transformação socioespacial, também se espera debater o próprio futuro das cidades, incluindo as alternativas para que a vida humana, em um mundo cada vez mais urbanizado, se torne mais agradável e agregável (solidário).

⁹¹ SUDREAU, P. Introduction. **Revue Urbanisme**, Paris, n. 67, p.3, 1959.

Tickell⁹² (2013) acredita que, para qualquer civilização urbana, as variáveis população, meio ambiente e recursos naturais estão diretamente relacionadas com o seu desaparecimento. E esta sociedade urbano-industrial promove elevada degradação ambiental, cujas consequências são constatadas nas mais variadas porções territoriais do mundo e comprometem o seu próprio desenvolvimento, sendo exemplos: despejo de resíduos tóxicos nos solos e nas águas; contaminação dos aquíferos; poluição atmosférica e formação de chuvas ácidas; prejuízo à camada de ozônio; queimadas e desmatamento; queima de combustíveis fósseis; enorme produção de lixo não orgânico etc., além das formas predatórias de uso dos solos, que resultam em maior pressão para o fornecimento de alimentos e aumento da demanda por água potável, bens básicos para a mais fundamental sustentação de vida humana.

De maneira a melhor conceituar o que, aqui, entende-se por “degradação ambiental”, para além da destruição e ruptura do equilíbrio de ecossistemas naturais, assume-se que:

A degradação ambiental é entendida como o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente – que tanto pode ser o “ambiente natural” ou recursos naturais quanto o ambiente construído, com seu patrimônio histórico-arquitetônico, seu valor simbólico-afetivo etc. – por fenômenos ligados à dinâmica e à “lógica” do modo civilizatório e do modo de produção capitalistas. Tais fenômenos são, por exemplo, a industrialização, o aumento da frota de veículos automotores e a deterioração de ambientes naturais ou a destruição do patrimônio histórico-arquitetônico como resultado de empreendimentos imobiliários. [...] Os problemas ambientais são todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida⁹³ dos indivíduos no contexto de sua integração com o espaço, seja o espaço natural (estrato natural originário, fatores geoecológicos), seja, diretamente, o espaço social. (SOUZA, M. 2000, p. 113-117.)

Como a cidade, desde 2008, já se tornou o *habitat* predominante da humanidade, ela também sente, cada vez mais, os impactos destes efeitos na vida cotidiana, sobretudo das metrópoles: grandes congestionamentos decorrentes das políticas de priorização do automóvel; abandono de áreas públicas urbanas, como praças e parques; contaminação de grandes rios urbanos e racionamento de água potável; aumento de problemas de saúde relacionados ao estresse e à poluição

⁹² In: ROGERS (2013). Crispin Tickell assina a introdução da obra de Rogers (2013), p. ii-vii.

⁹³ Por “qualidade de vida”, entende-se que “ela engloba também aquelas coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado (e, em vários casos, nem sequer podem ser mensuradas, a não ser, eventualmente, em uma escala ordinal), mas que interferem no seu bem-estar. Exemplos são a beleza cênica, a qualidade do ar e a liberdade política”. (SOUZA, M. 2000, p. 117.)

atmosférica, entre outros. Estas questões ainda trazem à discussão os problemas de administração e gerenciamento das cidades, que levam, enfim, a crises de autoridade, em que “nos perguntamos se o poder público é capaz de enfrentar esta situação. [...] Todos nós sabemos que há algo errado com nossas cidades, e que esse algo poderá piorar se não aspirarmos a um modelo diferente de cidade no futuro” (TICKELL⁹⁴, 2013, p. vi-vii).

Rogers (2013, p. 4), por sua vez, afirma ser uma ironia que as cidades se caracterizem por ser o maior agente destruidor do meio ambiente e a maior ameaça pra a sobrevivência da humanidade:

Nos EUA, a poluição das cidades já reduziu a produção das plantações em quase 10%. No Japão, o lixo da cidade de Tóquio chega a um valor estimado de 20 milhões de toneladas por ano, lixo que já saturou toda a baía de Tóquio. A Cidade do México, literalmente, está bebendo a água de seus dois rios secos, enquanto o grande congestionamento de trânsito de Londres causa hoje maior poluição do ar do que a queima de carvão, no período anterior a 1956, antes da lei pela qualidade do ar, por um ar limpo, o *Clean Air Act*. As cidades geram a maioria dos gases de efeito estufa [...].

Enquanto arquiteto, Rogers (2013) acredita que o equilíbrio ecológico deva ser o princípio norteador do desenho urbano contemporâneo. O modelo de “cidade fractal”, apresentado por Rolnik (2014), que não promove a heterogeneidade de convivências socioespaciais e que foi baseada no rodoviarismo, no “egoísmo” do transporte individual de passageiros, na poluição atmosférica, nas *edge cities*, também é criticado por Rogers (2013): as cidades caracterizadas por desigualdades e por privações sociais causam danos ainda maiores ao meio ambiente.

A cidade, enquanto “arena para o consumo”, chega a desvirtuar o olhar dos cidadãos. A grande parte das pessoas tende a relacionar a imagem da cidade aos edifícios e carros, em vez de praças e ruas. A vida na cidade, no senso comum, está bastante relacionada ao isolamento, ao medo, à violência, aos congestionamentos, à poluição, ao invés de sua imagem de comunidade, participação, animação, beleza e prazer. A própria segregação socioespacial é causa e consequência destes sentimentos e entendimentos sobre a urbe, que convergem à noção de que “cidade” e “qualidade de vida” são incompatíveis (ROGERS, 2013). Porém, como afirmou Park⁹⁵ (1967 *apud* HARVEY, 2014, p. 28):

⁹⁴ In: ROGERS (2013). Crispin Tickell assina a introdução da obra de Rogers (2013), p. ii-vii.

⁹⁵ PARK, R. **On social control and collective behavior**. Chicago: Chicago University Press, p. 3, 1967.

Se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.

A crise da cidade estaria relacionada, no entanto, às formas da racionalidade estatal, burocrática e econômica. Isso significa que esta “crise” vem acompanhada das crises institucionais, devido à “pressão do Estado e da empresa industrial”, já que estes, por sua vez, se apoderam das funções e atributos da sociedade urbana: “o que é que a empresa ‘privada’ deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos ‘públicos’ a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso?” (LEFEBVRE, 1969, p. 76).

A segregação socioespacial imposta às cidades, a fim de obedecer à lógica do “planejamento mercadofilo” (SOUZA, M. 2000), resultou em ruas e praças vazias e abandonadas, que “tornaram-se nada mais que uma terra de ninguém, tomadas por carros particulares encerrados ou pedestres apressados. [...] À medida que a vitalidade dos espaços públicos diminui, perdemos o hábito de participar da vida urbana da rua” (ROGERS, 2013, p.10).

Quando as pessoas esvaziam as ruas e demais espaços públicos urbanos, a tendência é que a segregação aumente ainda mais. Os espaços privatizados reproduzem a lógica do distanciamento de classes e apelam para o controle social de acesso aos territórios tidos como mais “privilegiados”, ou seja, dotados de bons serviços e infraestruturas exclusivamente às elites. Dessa forma, é como se as cidades existissem para impedir o contato entre seus habitantes, desaparecendo a responsabilidade compartilhada por um ambiente comum, pela própria essência urbana de promover as mais diversificadas trocas e, enfim, pela noção de cidadania (ROGERS, 2013).

Por outro lado, as cidades são centros de esperança: concentram energia física, intelectual e criativa. Para Rogers (2013, p. 8), a noção de cidade sustentável é intrínseca à sensação de pertencimento à cidade. Isso significa que os cidadãos precisam estar envolvidos com a sua cidade, assumindo a condição de que o espaço público é de responsabilidade e de propriedade da comunidade. As cidades refletem, portanto, os valores e compromissos que a sociedade assumiu para si. Num contexto em que as forças de mercado parecem imperar seus desejos na produção do espaço urbano, “seriam necessários novos conceitos de planejamento urbano para integrar as responsabilidades sociais”.

O modelo de cidade concebida para que a mobilidade fosse feita prioritariamente pelo automóvel contribuiu para que as pessoas abandonassem o espaço público. Uma vez que se dificulta ou restringe a mobilidade a pé (o pedestrianismo), restringe-se o papel da cidade como espaço de encontro e convivência. Esta configuração espacial de privação em condomínios fechados, carros particulares, *shopping centers*, escritórios particulares etc., vem aumentando as modalidades de ativismos urbanos que pressionam a sociedade e o poder público a reforçarem os contatos com a sociedade civil, a fim de reconfigurar e democratizar o espaço.

O fomento ao uso dos espaços públicos abertos da cidade compreende o estímulo social cotidiano para que as pessoas possam se envolver, onde exista o contato entre as diferentes comunidades do entorno, apreciem atividades ao ar livre, troquem experiências e informações. Estimular o uso das ruas, parques e praças significa permitir que os cidadãos compartilhem o espaço público enquanto estrutura (GEHL, 2013).

O espaço público da cidade democraticamente gerido garante acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas. [...] É interessante perceber como as estratégias de prevenção ao crime enfatizam o reforço dos espaços comuns para que o encontro entre vários grupos sociais seja parte rotineira da vida cotidiana. Pode-se pensar em proximidade, confiança e consideração mútua como estando em direta oposição a muros, portões e maior presença policial nas ruas. O interesse público determina as regras do jogo no espaço comum da cidade e assim ajuda a garantir às pessoas as oportunidades para o intercâmbio de mensagens pessoais, culturais e políticas. (GEHL, 2013, p. 28.)

Atualmente, as cidades são responsáveis por 75% das emissões de carbono, mais de 75% do consumo de recursos naturais e entre 60 e 80% do consumo de energia⁹⁶. De acordo com Rogers (2013), isto significa que o mundo está condenado a sustentar as cidades, cujas perspectivas futuras não parecem muito mais tranquilas, já que aumenta vertiginosamente o número de cidades milionárias no mundo em desenvolvimento, exigindo, portanto, alternativas rápidas ao modelo de sociedade do consumo exacerbado e de grande segregação.

As teorias que concebem a cidade a partir de uma lógica multifuncional, que valoriza a tolerância, o respeito mútuo, as identidades e a possibilidade de exercer trocas e convivências harmoniosas no espaço; bem como aquelas que defendem a

⁹⁶ Segundo *United Nations Environment Programme* (UNEP). Disponível em: <<http://www.unep.org>>. Acesso em 28 nov. 2015.

máxima reutilização dos recursos, a partir da reciclagem, do reúso da água, da utilização de energia limpa e das trocas solidárias estão entre as teorias defendidas por diferentes urbanistas e pensadores preocupados com a democratização e a real sustentabilidade do espaço urbano. Nesta perspectiva, Girardet⁹⁷ (1992 apud ROGERS, 2013, p. 31), por exemplo, defende a ideia de se buscar um “metabolismo circular” para as cidades, maximizando as distintas reciclagens (figura 20).

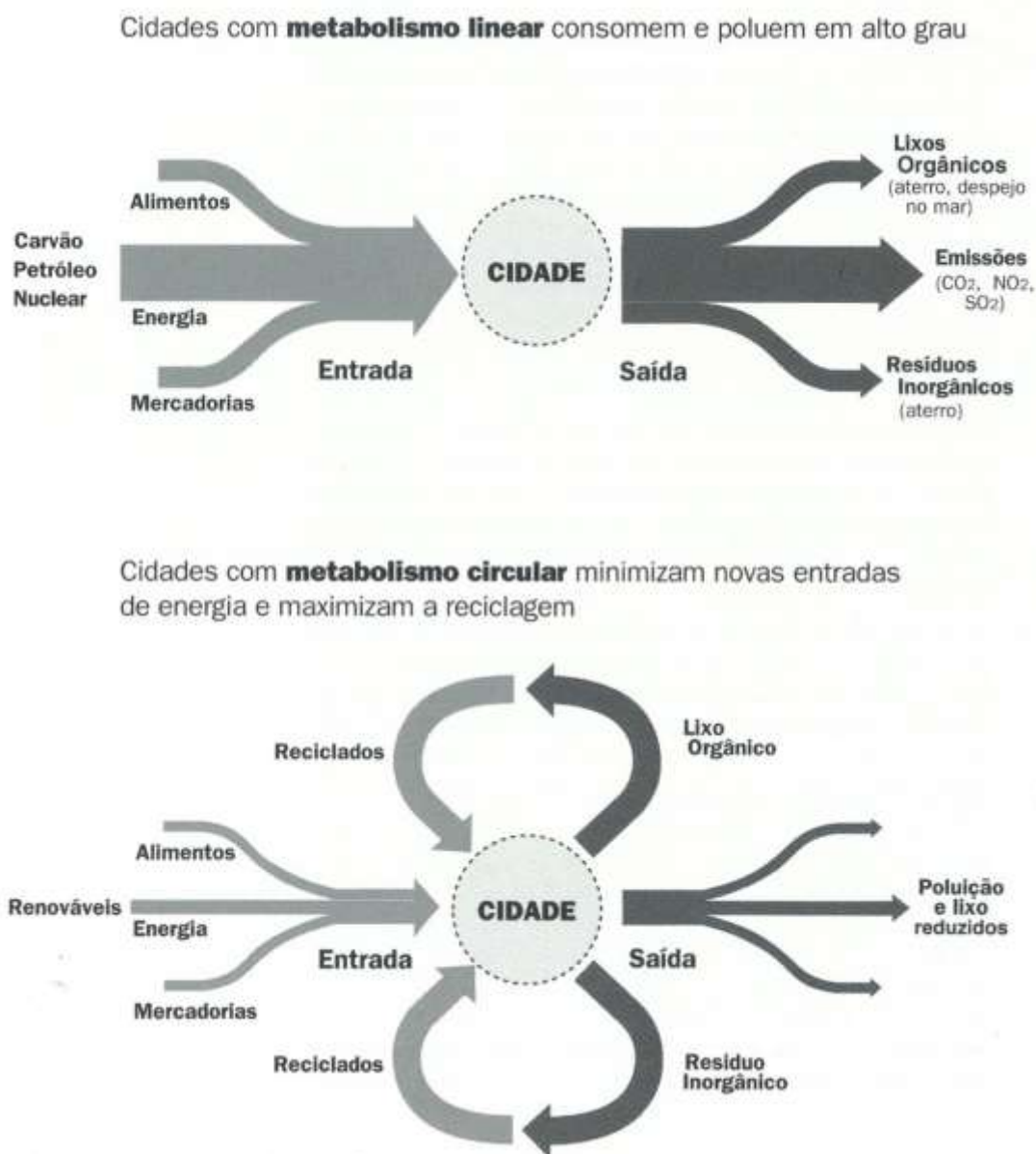


Figura 20 – Sendo Girardet⁹⁸, a lógica do “metabolismo linear” (acima) deveria ser reestruturada a fim de estabelecer o “metabolismo circular”, que vê a cidade como um centro de reciclagem de materiais, de redução do lixo, além de consumidora, preferencialmente, de fontes renováveis de energia.

⁹⁷ GIRARDET, H. **The Gaia atlas of cities: new directions for sustainable urban living**. Londres: Gaia Books, s.p., 1992.

⁹⁸ Ibid.

Porém, para que as cidades sejam autossustentáveis, Rogers (2013, p. 32) defende que haja pleno intercâmbio de relações entre cidadãos, serviços e políticas públicas, além do caráter multidisciplinar do planejamento urbano e da motivação dos cidadãos: “Lidar com a crise ambiental global, do ponto de vista de cada cidade, é uma tarefa ao alcance do cidadão. [...] As soluções ecológicas e sociais se reforçam mutuamente e garantem cidades mais saudáveis, cheias de vida e multifuncionais”.

No que se refere à concepção urbanística, nota-se que o modelo dominante, sobretudo nos EUA, onde a cidade é fragmentada em zonas por funções e as áreas de lazer e moradia são geralmente levadas para as porções territoriais periurbanas (forçando a construção de vias expressas e estimulando o uso do automóvel como meio de transporte predominante), deve ser substituído por um modelo que estimule o planejamento integrado, em que as cidades gastem menos recursos naturais, poluam menos, sejam energeticamente mais eficientes e evitem a contínua expansão sobre a área rural. Segundo Glaeser (2011, p. 201, tradução nossa): “Densidades mais baixas inevitavelmente significam mais viagens, o que requer energia. Enquanto espaços maiores de moradia certamente têm suas vantagens, grandes casas suburbanas também consomem muito mais energia”.

Este modelo, conceitualmente defendido pelo novo Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, que inclusive retoma a criação da zona rural (Capítulo 1), favorece o desenvolvimento da agricultura urbana na franja periurbana e permite a proximidade desejada entre produção e consumo de alimentos, garantindo menor gasto energético possível e favorecendo o desenvolvimento econômico dos produtores agrícolas locais.

Nesta cidade multifuncional, as hortas comunitárias, como parte integrante das áreas mais adensadas, ajudariam, ainda, para: a redução dos deslocamentos por veículos motorizados, aproximando moradores da fonte de alguns alimentos de uso diário; a ocupação humana nos espaços públicos da cidade; o controle dos efeitos das ilhas de calor (a zona urbana é, em média, de 1 a 2 °C mais quente que a zona rural); a redução da necessidade de ar-condicionado; além das plantas minimizarem os níveis de ruído, de poluição atmosférica e dos solos, absorverem gás carbônico (sobretudo em sua fase de crescimento), possuírem o papel terapêutico e sustentarem rica vida silvestre urbana.

O lixo urbano, que é rico em nutrientes orgânicos, é outro mecanismo que deveria estar integrado à dinâmica das cidades multifuncionais (figura 21). Ao invés de ser apenas acumulado em aterros, cujos limites de armazenamento são alcançados em médio prazo e contribuirão para a contaminação dos solos e dos aquíferos, o lixo orgânico pode ser reaproveitado para obtenção do gás metano – cuja utilização possui elevada versatilidade (para fins domésticos, industriais, de geração de energia elétrica etc.) – e, sobretudo, para produção de composto, a fim de manter a boa qualidade dos solos para o desenvolvimento da agricultura urbana em diferentes escalas: o composto pode ser usado em hortas de “fundo de quintal”, em hortas comunitárias em praças e parques públicos, além de beneficiar os produtores periurbanos (RIBEIRO, S. 2015; Rogers, 2013).

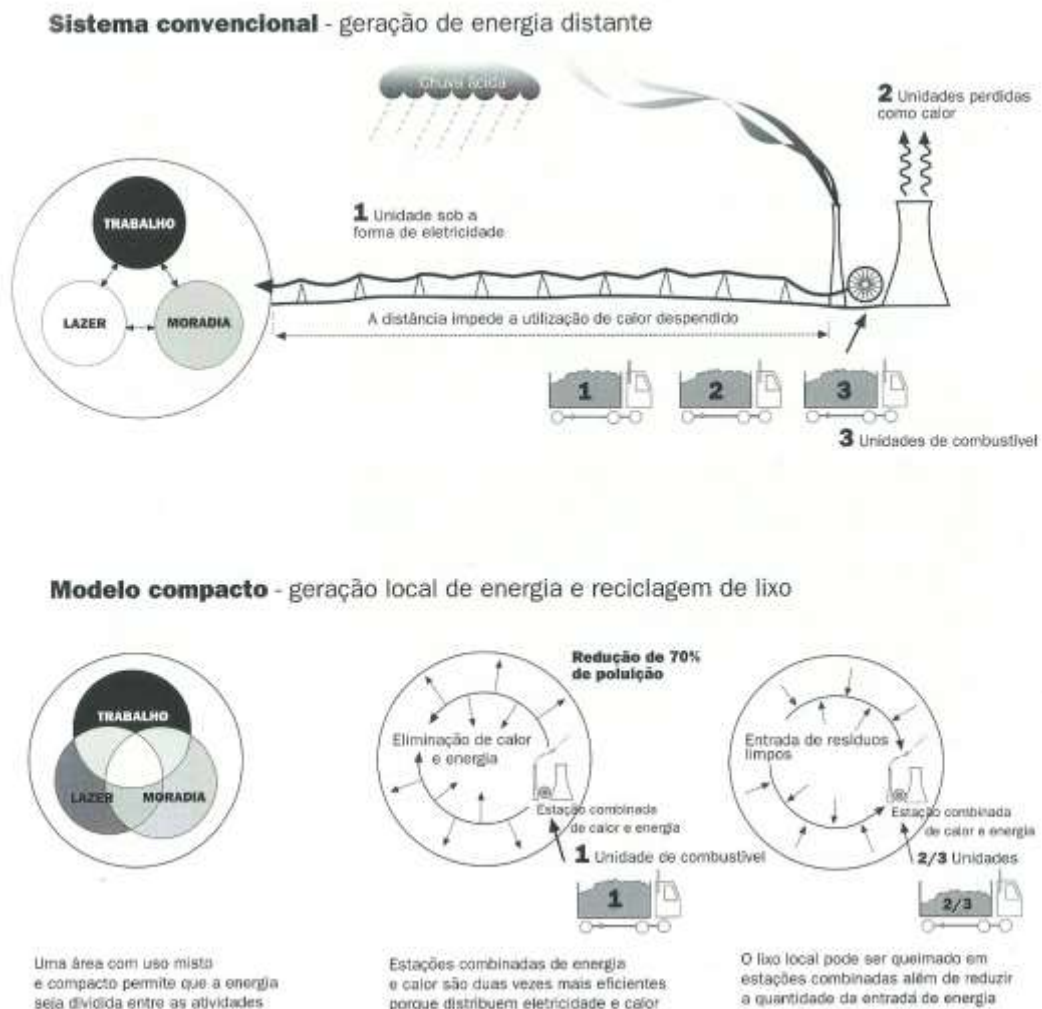


Figura 21 – Modelo de cidade que opera segundo o sistema convencional de geração e consumo de energia (acima) *versus* o “modelo compacto” apresentado por Rogers (2013), que privilegia o planejamento integrado: aproximar e integrar áreas de trabalho, lazer e moradia; reaproveitar o calor gerado em usinas termelétricas; e reciclar o lixo, seriam ações capazes de reduzir o desperdício de energia nas cidades. Fonte: ROGERS, 2013, p. 51.

Os novos conceitos que vêm sendo absorvidos pelas políticas públicas e pelos projetos paisagísticos urbanos parecem considerar certas demandas sociais no que se refere à atenção dada à importância da agricultura urbana e, dentre suas expressões, às hortas comunitárias. Nesta segunda década de século XXI, estas últimas já vêm demonstrando que devem fixar-se por definitivo como integrantes do espaço urbano paulistano.

Em 2014, a Prefeitura de São Paulo lançou o edital “Redes e Ruas”, que teve por finalidade selecionar dezenas de projetos de inclusão, cidadania e cultura digital para serem desenvolvidos na cidade. Um dos projetos selecionados foi o “Cidades Comestíveis”, uma iniciativa do MUDA-SP, que

visa ampliar o número de hortas urbanas em São Paulo por meio de uma plataforma interativa e aberta (*opensource*) e um aplicativo para celular, conectando áreas ociosas da cidade (públicas ou privadas) com possíveis interessados em cultivar hortaliças, temperos ou ervas medicinais. [...] O projeto também irá fortalecer a rede “Hortelões Urbanos”⁹⁹, divulgando a plataforma e estimulando a entrada de novos integrantes [...]. Serão realizadas oficinas para apresentação do tema e estímulo ao uso da plataforma no Centro Cultural São Paulo (CCSP), transformando-o em um centro de informações que possa auxiliar na implantação de hortas comunitárias pela cidade. Também será realizado um curso sobre Ativismo e Políticas Públicas em Agricultura Urbana no CCSP [...]. O projeto também buscará articular o uso da plataforma junto às ações voltadas à agricultura urbana propostas pela Prefeitura Municipal. (PREFEITURA DE SÃO PAULO.)

O lançamento do “Cidades Comestíveis” ocorreu no dia 6 de fevereiro de 2015, no Centro Cultural São Paulo (CCSP), e simbolizou mais um dos sinais de que cresce, em São Paulo, a força mobilizadora da agricultura urbana como nova forma de ativismo. Em concordância com o que o projeto previa, foi oferecido o curso Ativismo e Políticas Públicas em Agricultura Urbana¹⁰⁰, no CCSP, entre os dias 8 de abril e 9 de maio de 2015, cujos interessados puderam se inscrever até o dia 4 de abril de 2015, respeitando o limite das 30 vagas disponíveis (figura 22). Segundo

⁹⁹ Os “Hortelões Urbanos” se tratam de uma rede que surgiu no ano de 2011, em São Paulo, que objetivou agrupar interessados nas questões referentes à produção de alimentos na cidade (seja de escala doméstica, ou comunitária) por intermédio da rede social *Facebook*. O próximo capítulo abordará a criação e importância daquele grupo para o ativismo em prol da agricultura urbana na capital paulista.

¹⁰⁰ Este autor, Gustavo Nagib, e a doutoranda em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, Lya Cynthia Porto de Oliveira, ministraram um dos oito encontros (no dia 22 de abril de 2015), sob o título “Ativismo e Políticas Públicas para Agricultura Urbana”. Nesta aula, foram trabalhados os seguintes conteúdos: contextualização do planejamento da cidade de São Paulo; direito à cidade e ocupação dos espaços públicos; direito à cidade, políticas públicas e movimentos sociais; movimentos sociais diversos e a luta pela resignificação da cidade (agricultura urbana, artistas de rua, mobilidade); agricultura urbana no mundo (apresentação de casos: Rosário, Lima, Nova York, Montreal, Londres e Tóquio).

André Biazoti (2015, informação pessoal¹⁰¹), principal idealizador e condutor do “Cidades Comestíveis”, integrante do MUDA-SP e ativista, durante a etapa de divulgação:

Esse curso tem como objetivo formar pessoas interessadas em hortas urbanas para atuarem politicamente para a criação de uma política pública adequada para a agricultura urbana em São Paulo. Não é um curso sobre hortas urbanas, mas sobre política e ativismo, com o tema da agricultura urbana. [...] O curso terá 30 vagas e serão selecionadas pessoas que desejam atuar politicamente em prol da agricultura urbana em São Paulo. É importante que você tenha essa vontade e que, de preferência, já conheça as hortas urbanas existentes na cidade [...]. Se tiver pró-atividade, iniciativa e facilidade na comunicação, ainda melhor!

The flyer features a background map of São Paulo with a white silhouette of a person's head and shoulders. The text is arranged as follows:

- Curso** (top left)
- ATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGRICULTURA URBANA** (large central text)
- no centro cultural são paulo - CCSP** (below the main title)
- inscrições até 04 de abril** (below the location)
- 30 vagas** (bottom right of the central text area)
- O objetivo do curso é formar pessoas interessadas em hortas urbanas para atuarem politicamente para a criação de uma política pública adequada para a agricultura urbana em São Paulo.** (top right text box)
- Ementa do curso** (middle right text box):
 - Multifuncionalidade da agricultura urbana
 - Sistema Alimentar
 - Questão Urbana X Questão Agrária
 - Formação do discurso
 - Ocupação do espaço público e utopias urbanas
 - Como promover uma cidadania mais ativa?
 - Legislação sobre agricultura urbana
 - Possibilidades de intervenção política
 - Ativismo e Comunicação para ação direta
 - Construção do projeto autoral
 - Direito à cidade
- Cronograma do Curso** (bottom right text box):
 - 08/4 - das 19h às 22h
 - 11/4 - das 10h às 14h
 - 15/4 - das 19h às 22h
 - 22/4 - das 19h às 22h
 - 25/4 - das 9h às 18h
 - 29/4 - das 19h às 22h
 - 02/5 - das 10h às 14h
 - 09/5 - das 10h às 14h
- Logos and text at the bottom:**
 - APDO
 - MUDA-SP (Centro Cultural São Paulo)
 - REALIZAÇÃO cidades comestíveis
 - CULTURA SERVIÇOS DIREITOS HUMANOS E ORGANISMO
 - PREFEITURA DE SÃO PAULO
 - Esse projeto foi contemplado pelo edital Redes e Ruas de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital

Figura 22 – Flyer para divulgação na *internet* do curso oferecido pelo “Cidades Comestíveis”, entre abril e maio de 2015.

Em seu *site* na *internet*, o “Cidades Comestíveis” cita o direito humano a uma alimentação adequada e com qualidade – fazendo referência à Constituição

¹⁰¹ BIAZOTI, A. R. Mensagem publicada na rede social *Facebook* em 30 de mar. 2015.

Federal¹⁰² – a fim de perseguir seu objetivo de incentivar os cidadãos a produzirem seu próprio alimento,

seja na zona rural ou na urbana, garantindo assim a função social da propriedade e o acesso à terra e aos recursos naturais do planeta. A agricultura urbana e periurbana tem sido uma tendência mundial, na medida em que aproxima produtores de consumidores, reforça a importância das áreas verdes no perímetro urbano e conecta cidadãos aos ciclos naturais e à produção alimentar, ampliando a consciência sobre os impactos do modelo convencional de produção e sobre os benefícios da agroecologia. (CIDADES COMESTÍVEIS, 2015.)

Esta iniciativa estimula as pessoas a implementarem hortas comunitárias por meio de uma cartilha simples, elencando 10 passos para a materialização da ação: (a) encontrar qualquer espaço disponível na cidade que tenha acesso à água de boa qualidade; (b) conversar com as pessoas próximas, tais como amigos, familiares, ou outros voluntários, para que haja cooperação no cuidado diário da horta; (c) “entender por que”, ou seja, ser curioso, para melhor conhecer as plantas, os solos e até onde cada indivíduo é capaz de contribuir; (d) usar mapas, desenhar a horta, planejar as ações; (e) colocar a “mão na massa”, ou seja, é preciso do fazer na prática, juntamente com os outros voluntários; (f) cuidar da sua horta, com a rega, a poda e a adubação necessárias; (g) dar o tempo necessário para que as plantas completem seu ciclo, observado o seu crescimento e desenvolvimento; (h) escrever/registrar o que é feito na horta, recomenda-se um *blog*, um diário ou simples anotações, que podem vir a ser compartilhadas com outras pessoas; (i) celebrar a abundância com os demais voluntários, fazendo piqueniques e outros tipos de festas; (j) divertir-se com esta atividade, aproveitando, experimentando, sendo ousado e não tendo medo de errar.

O “Cidades Comestíveis” orienta que os novos adeptos à guerrilha verde saibam se o terreno escolhido para a materialização da horta é público ou privado. Caso seja privado, os hortelões devem descobrir quem é o dono do terreno, seja por intermédio da ajuda da Prefeitura, seja solicitando, diretamente, uma cópia atualizada da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis da zona onde a área almejada se localiza. Recomenda, também, que os novos hortelões, ao criarem suas hortas comunitárias, estabeleçam um elo de comunicação direta com a Prefeitura (reforça-se o papel dos CADES neste processo). No entanto, alertam que

¹⁰² A Constituição Federal de 1988, no Capítulo II (“Dos Direitos Sociais”), Art. 6º, inclui a alimentação entre os direitos sociais assegurados pela Lei Maior.

a falta de legislação própria para este modelo de agricultura urbana pode afetar negativamente a articulação com o poder público:

Com a sua horta implantada e a comunidade envolvida, é importante articular junto à Prefeitura Municipal para que sua iniciativa seja reconhecida, respeitada e fortalecida. Há poucas leis que possibilitam e estabelecem diretrizes para implantação de hortas comunitárias na cidade [de São Paulo], o que dificulta na hora de dialogar sobre o tema com instituições e funcionários do governo. [...]

O contato com a Prefeitura para apresentação de um projeto de horta comunitária se dá, principalmente, pela Subprefeitura da região ou via os Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regionais). [...] Muitos servidores e gestores públicos não conhecem a legislação referente às hortas comunitárias e é preciso informá-los da sua existência e reforçar sua demanda por reconhecimento de uma horta ou por insumos e apoios para sua implantação. Os CADES Regionais são conselhos abertos à participação da população e podem reunir demandas das hortas comunitárias [...]. É um ambiente bastante importante para a participação de cidadãos. (CIDADES COMESTÍVEIS, 2015.)

Para completar a fase de implementação do projeto, a plataforma interativa e aberta e o aplicativo para celular do “Cidades Comestíveis” foram lançados no dia 5 de julho de 2015, durante um piquenique de troca de sementes e mudas¹⁰³ (figuras 23, 24 e 25) – que geralmente reúne diversos ativistas e hortelões com a finalidade de trocar sementes, mudas e experiências de plantio –, no Parque da Luz (região central da cidade de São Paulo). A plataforma e o aplicativo permitem que qualquer pessoa, após se cadastrar gratuitamente, aplique sobre o mapa interativo da cidade de São Paulo (próprio do “Cidades Comestíveis”) onde há terrenos disponíveis para se implementar uma horta e iniciativas já implantadas (hortas comunitárias já existentes). Pautado no princípio da solidariedade e a fim de fortalecer a cooperação entre os usuários, a plataforma também permite que se deixem recados sobre: ferramentas (por exemplo, se alguém precisa de alguma emprestada ou se deseja fazer uma doação); insumos (se alguém quer fazer doações ou se necessita de algo específico); disponibilidade para a realização de algum tipo de trabalho ou para trocar conhecimentos (se alguém pode ensinar ou auxiliar os outros hortelões em

¹⁰³ Grande parte dos encontros para promover a troca de sementes e mudas, em São Paulo, é feito por uma rede de ativistas, que divulgam este tipo de evento por meio das redes sociais, em especial, via *Facebook*. Dentre estes ativistas, se destaca Daniela Pestana Cuevas, que atua, desde 2008, com a troca de: sementes, conhecimento sobre o trato com as plantas, receitas e demais saberes relacionados à produção doméstica de alimentos. Inicialmente, as trocas eram organizadas por redes sociais e efetuadas via carta (pelos Correios). Atualmente, os encontros são marcados esporadicamente, sempre que os hortelões se articulam em torno deste propósito. Cuevas tornou-se uma referência na troca de sementes e também atua em outros estados do Brasil, desde que a chamem para ajudar na organização de eventos dessa natureza, sempre atuando gratuitamente (2015, informação pessoal. CUEVAS, D. P. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 4 dez. 2015.)

algo específico). Segundo seu idealizador, André Biazoti (2015, informação verbal, grifo nosso¹⁰⁴):

O “Cidades Comestíveis” surgiu numa tentativa de potencializar [...] trocas de forma um pouco mais qualificada. Não vamos só perguntar [via *internet*] o que está acontecendo com “a minha hortelã”, receber a resposta e ir embora. O “Cidades Comestíveis” traz a plataforma de colaboração, numa perspectiva de **ocupar a cidade**, vamos nos **encontrar ao vivo**, vamos nos reconhecer. Apesar de ser uma plataforma virtual, em algum momento, ela leva ao encontro físico [...]. Às vezes, até tem certa interação não virtual, quando um envia semente para o outro. Às vezes, um ou outro acabam se encontrando num piquenique. Mas é possibilitar que as pessoas se encontrem mais, saiam mais de suas casas, para poder promover essa **revolução** na rua, na cidade, encontrando as pessoas, somando com elas, se conhecendo, criando laços de confiança.



Figura 23 – Material de divulgação do lançamento do “Cidades Comestíveis”, publicado principalmente na *internet* por meio da rede social *Facebook*.

¹⁰⁴ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.



Figuras 24 e 25 – À esquerda, público do piquenique de troca de sementes e mudas, organizado pela ativista Daniela Pestana Cuevas, no Parque da Luz, na região central da cidade de São Paulo. Sobre um balcão de cimento localizado próximo à entrada do parque, os frequentadores repousaram mudas, sementes e produtos naturais (a exemplo dos compostos orgânicos de origem doméstica) para trocar ou doar, assim como alimentos para compartilhar. À direita, André Biazoti, idealizador do “Cidades Comestíveis”, levanta placa com o seguinte anúncio: “Lançamento da plataforma Cidades Comestíveis”. Após chamar a atenção do público, Biazoti explicou o funcionamento do programa, pedindo para que os usuários o acessassem diretamente de seus celulares. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Por ter sido financiado por um edital público municipal, durante uma administração específica, surge a dúvida se o “Cidades Comestíveis” pode vir a desaparecer por conta de mudanças de governo ou se Biazoti o tocaria independentemente do poder público:

O Cidades Comestíveis não é um projeto meu, na verdade. Eu considero como sendo um projeto da cidade de São Paulo. Justamente por ter sido um edital público, eu não me sinto dono dele, apesar de ser o principal promotor das atividades dele. É uma proposta da cidade. Como é uma plataforma digital e como ela não depende de mim para fazer o mapeamento, uma vez criada, ela é uma plataforma de mapeamento coletivo, possibilita as pessoas interagirem diretamente umas com as outras. Uma vez criada, ela já está lá. As pessoas já podem usar aquela ferramenta e mantê-la ativa por meio das trocas entre si. Independe dos governos. Tendo essa plataforma, o aplicativo, isso já pode fluir de uma forma muito mais autônoma. (2015, informação verbal, grifo nosso¹⁰⁵)

¹⁰⁵ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

Ainda, quando questionado se não se incomodaria com a apropriação do aplicativo “Cidades Comestíveis” por outras pessoas, Biazoti afirma:

É feito para isso, mas eu acho que só vou saber se me incomodo ou não a partir do momento em que alguém começar a fazer uso dele [risos]. É como um filho mesmo. A partir do momento em que a gente põe no mundo, ele não é seu, ele é do mundo, ele é dele mesmo, ele é o que ele deve ser. Mas, ao mesmo tempo, a gente vai ter sempre um cuidado maior por ele, por a gente ter possibilitado que ele tenha vindo ao mundo. Eu vou acessar a página, vou ficar sempre vendo se alguém posta alguma coisa indevida na plataforma ou não, vou sempre promovê-la. Vou ficar sempre de olho pra saber como essa ideia de “cidades comestíveis” tem sido trabalhada por outras pessoas que não eu, [...] quero fazer parte dessa construção. É uma ideia muito forte. É um impulso inicial para que a ideia siga para esse motivo que eu acho que ela seja mesmo: promotora de hortas urbanas, promotora de redes de confiança para agricultura urbana. Por trás disso, tem um sonho maior meu, que é possibilitar comunidades autônomas, que pessoas do bairro se conheçam, se conversem, façam coisas juntas, troquem coisas de forma colaborativa, vendam coisas pra elas mesmas de forma colaborativa. (BIAZOTI, 2015, informação verbal¹⁰⁶.)

Uma questão que ainda se discute, entretanto, é a necessidade de criação de leis e diretrizes que possam assegurar a existência e a perenidade das hortas comunitárias no espaço urbano. A sua adequação legal contribuiria para que muitas delas não fossem efêmeras:

O maior problema concernente à conversão de terras urbanas para uso agrícola é a segurança da posse. [...] Como um hortelão urbano ou um agricultor urbano pode ter certeza de que ele não será chutado para fora da terra quando tiver o solo desenvolvido e tudo estiver crescendo? (LADNER, 2011, p. 46, tradução nossa.)

Contudo, esta modalidade de agricultura urbana também têm apresentado conquistas em matéria de Lei Municipal. A participação de ativistas defensores da causa em audiências públicas e as suas ações criadoras de hortas comunitárias foram fundamentais para este reconhecimento por parte do Poder Legislativo.

Em 2013, o vereador Nabil Bonduki (PT) apresentou o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 289/13, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo e estabelece seus objetivos, princípios e instrumentos. Dentre os equipamentos e o mobiliário urbano que as praças poderão ter, as hortas comunitárias orgânicas de caráter educativo foram incluídas no artigo 15:

Art. 15. [...] as praças poderão ter equipamentos e mobiliário urbano, tais como:
 I - lixeiras para coleta seletiva;
 II - parque infantil;
 III - equipamentos para exercícios físicos;
 IV - bancos;

¹⁰⁶ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

- V - áreas de estar com mesas para jogos e piqueniques;
- VI - ponto para ligação de água e luz;
- VII - estacionamento para bicicletas;
- VIII - **horta comunitária orgânica, de caráter educativo**;
- IX - painéis informativos;
- X - quiosques para piquenique;
- XI - palco para manifestações artísticas;
- XII - guaritas. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, grifo nosso.)

Segundo Bonduki (2015, informação pessoal¹⁰⁷), os hortelões urbanos foram importantes para a inclusão das hortas, ressaltando: “Em todos os Projetos de Lei que elaboro, busco conversar com os principais atores envolvidos no tema. Para isso, fizemos várias reuniões e audiências públicas, com grande envolvimento de diferentes usuários das praças”.

Os artigos 18, 19 e 20 do referido Projeto de Lei também citam as hortas comunitárias e fazem referência à possível presença de composteiras junto a elas – a fim de permitir a obtenção de composto orgânico *in loco* –, além de destacar a utilização dos princípios da permacultura (Capítulo 1) como norteadores de sua manutenção:

Art. 18. As propostas de instalação de **hortas comunitárias orgânicas de caráter educativo** nas praças deverão ser encaminhadas para as respectivas Subprefeituras, mediante solicitação contendo, no mínimo, a localização, as dimensões e a indicação dos responsáveis pela manutenção.

§ 1º A Unidade de Áreas Verdes da Subprefeitura expedirá manifestação considerando as condições de solo, irrigação, insolação, topografia e entorno, ouvindo o comitê de usuários quando houver.

§ 2º Havendo autorização para a instalação da **horta**, a Subprefeitura apoiará a implantação dentro de suas possibilidades, em parceria com a Supervisão de Abastecimento da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras.

Art. 19. As praças que sediarem **hortas comunitárias orgânicas** poderão ter **composteiras**, construídas e mantidas segundo os **princípios da permacultura urbana**, pelos responsáveis pela respectiva **horta**.

§ 1º A instalação de **composteiras** deverá ser autorizada pela respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários quando houver.

§ 2º Caberá aos responsáveis pela horta informar os frequentadores da praça sobre o correto manejo das **composteiras**, podendo para tanto desenvolver campanhas e ações educativas na praça e entorno, envolvendo o comitê de usuários, quando houver.

Art. 20. A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras deverá elaborar, com participação da sociedade civil, uma cartilha para a implantação, manutenção e reforma de praças, abordando questões como acessibilidade, porcentagem de área permeável, instalação de equipamentos e mobiliário urbano, **orientação para hortas comunitárias orgânicas**, entre outras, informando a quem cabe a responsabilidade pelos serviços públicos e estabelecendo os parâmetros para os equipamentos e serviços dispostos nos artigos 14, 15, 16, 17, 18 e 19 desta Lei. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, grifo nosso.)

¹⁰⁷ BONDUKI, N. Mensagem recebida por gusanagib@uol.com.br em 8 dez. 2015.

A agricultura urbana como possível atividade a integrar as praças públicas na cidade de São Paulo não apresentaria, de acordo com a referida lei, fins de abastecimento alimentar, nem de geração de renda. A produção de alimentos orgânicos, neste modelo de horta urbana, seria mais um dos equipamentos públicos disponíveis para: usufruto comunitário, finalidades educativas (educação socioambiental) e integração social nas praças.

O Projeto de Lei supracitado foi aprovado pelos vereadores do município de São Paulo em maio de 2015. No dia 10 de junho de 2015, o prefeito Fernando Haddad (PT) promulgou a lei sobre a gestão participativa das praças no município (Lei nº 16.212), fato comemorado pelos ativistas, que passaram a contar com este amparo jurídico para dar alguma garantia de sobrevivência às hortas comunitárias localizadas em praças públicas e viram, também, parte de suas lutas legitimadas pelo poder público. Na página do Conselho do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz de Pinheiros (CADES-PI), no *Facebook*, apoiadores da medida “curtiram” e “compartilharam” a notícia pela rede social, e deixaram comentários, dentre eles: “hortas urbanas agora dentro da lei” (ANÔNIMO, 2015¹⁰⁸).

Segundo Ladner (2015), o empenho para trazer a produção de alimentos para o espaço urbano relaciona-se ao desejo democrático de devolver, aos cidadãos, maior controle sobre a sua comida e sobre as suas vidas, de forma a também contribuir para: a conservação e preservação de espaços públicos; a recreação; a oportunidade de socialização por meio do trabalho comunitário; e o desenvolvimento de atividades educativas. A agricultura urbana como expressão do ativismo associa-se, portanto, à materialização de uma luta por melhor qualidade de vida no que se refere à heterogeneidade das convivências cotidianas (com a aproximação entre as pessoas); possui forte característica ambientalista com toda a transversalidade que esta temática pode oferecer (das questões de saúde urbana à educação ambiental etc.); e trata-se, enfim, de uma nova vivência e percepção do espaço urbano que exigirão novas leituras políticas dos territórios, ajudando na consolidação do

[...] direito à cidade, [...] [que, por sua vez,] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser imaginado e refeito. (HARVEY, 2013, p. 33.)

¹⁰⁸ Comentário postado por um usuário abaixo de publicação que anunciava a promulgação da Lei nº 16.212, na página do CADES-PI, em 11 jun. 2015.

CAPÍTULO 3. HORTA DAS CORUJAS: EXPERIÊNCIA PIONEIRA NA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI

CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL

A Horta das Corujas (figuras 26 e 27) é uma horta comunitária em espaço público, localizada no bairro da Vila Beatriz (distrito do Alto de Pinheiros, no território da Subprefeitura de Pinheiros), na zona oeste da cidade de São Paulo¹⁰⁹. Como a Praça Dolores Ibárruri é popularmente conhecida como “Praça das Corujas” (nº 1 no mapa 1, p. 160), em referência ao córrego de mesmo nome que limita sua face leste, a horta, ali estabelecida, foi conseqüentemente batizada de “Horta das Corujas”.

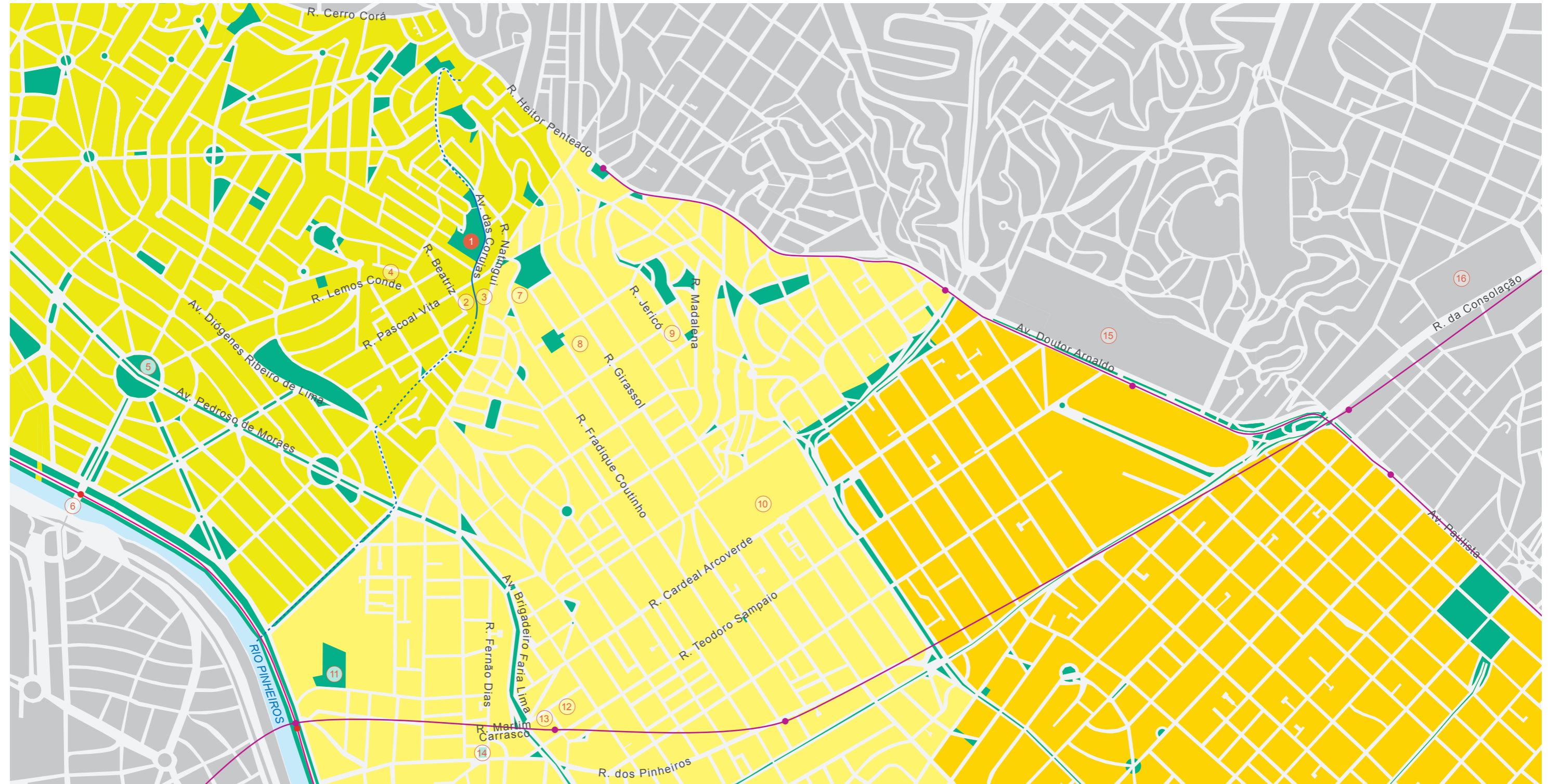


Figura 26 – A Horta das Corujas ocupa 800 m² da Praça Dolores Ibárruri. A horta está parcialmente inserida em uma área plana (sua “parte baixa”, junto aos portões de entrada) e parcialmente, em área íngreme: escadinha feita pelos voluntários (na foto, à esquerda) faz a ligação entre as “partes baixa e alta”. O cordão, que isola uma porção central da horta (observado na foto), delimita uma área de nascente. São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

¹⁰⁹ “Distrito é uma divisão administrativa que é aceita pelo IBGE e pela municipalidade [...]. A Subprefeitura de Pinheiros é dividida em quatro distritos, de acordo com a Lei Municipal nº 11.220/92: Pinheiros, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista e Itaim Bibi. **A noção de bairro é popular e se refere ao loteamento original de fundação desse espaço que, geralmente, se descaracteriza com o tempo. Bairro não tem limites geográficos precisos, nem se pode precisar com exatidão dados sobre ele**”. (CURY, 2004, p.4. grifo nosso.)



Figura 27 – Em primeiro plano, a Horta das Corujas; ao fundo, a continuação da Praça Dolores Ibárruri e edificações do bairro da Vila Madalena. A horta, durante o outono, costuma ficar mais colorida, com a floração da celósia (de cor magenta), dos cosmos (de cor amarela) e os mamoeiros carregados (à direita). Nota-se a presença de alguns pneus, instalados para servirem como canteiros. São Paulo/SP, Brasil. Foto de maio de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



- 1 Praça Dolores Ibárruri (Praça das Corujas)
- 2 Parque Linear das Corujas
- 3 Edifício Corujas (Sede *Idea/Zarvos*)
- 4 Igreja Nossa Senhora Aparecida
- 5 Praça Panamericana
- 6 Ponte Cidade Universitária
- 7 EMEF Prof. Olavo Pezzotti
- 8 Igreja Santa Maria Madalena e São Miguel Arcanjo
- 9 Fórum de Pinheiros
- 10 Cemitério São Paulo
- 11 Praça Victor Civita
- 12 Mercado de Pinheiros

- 13 Largo da Batata (Estação Faria Lima)
- 14 Largo de Pinheiros (Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat)
- 15 Cemitério do Araçá
- 16 Cemitério da Consolação

- Córrego das Corujas aberto —
- Córrego das Corujas tamponado - - -
- Metrô —●—
- CPTM —●—
- Distrito do Alto de Pinheiros
- Distrito de Pinheiros
- Distrito do Jardim Paulista
- Território da Subprefeitura de Pinheiros
- Área verde em espaço público
- Território de outra Subprefeitura

Fonte: Elaborado por Pedro Suzuki e Gustavo Nagib com base em GEGRAN (1971); GOOGLE MAPS (2016); PREFEITURA DE SÃO PAULO (2016); SARA BRASIL (1930).

0 0,5 1,0 km



O bairro da Vila Beatriz é pertencente ao distrito do Alto de Pinheiros e vizinho aos bairros da Vila Madalena¹¹⁰ e do Alto de Pinheiros¹¹¹. Muitas vezes, aquele primeiro acaba sendo associado a estes dois últimos bairros, uma vez que tanto a Vila Madalena quanto o Alto de Pinheiros tornaram-se bairros mais famosos e bem localizados no mapa mental (e no imaginário) da população paulistana. Situada entre a Vila Madalena¹¹² e o Alto de Pinheiros, a Vila Beatriz é menos popular na oralidade cotidiana dos cidadãos da metrópole.

Cortada pelo Córrego das Corujas, que nasce nas proximidades da Rua Heitor Penteado e deságua no Rio Pinheiros (trajeto completo no mapa 1, p. 160), o loteamento da Vila Beatriz foi fundado em 1939¹¹³. Seus primeiros habitantes eram, em sua maioria, imigrantes portugueses de origem humilde, que se integravam ao núcleo original de Pinheiros a pé, pela Rua do Futuro (atual Rua Natingui), e eram atraídos pelos baixos preços dos terrenos, localizados na “baixada” da Vila Madalena¹¹⁴ (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

A *Light*¹¹⁵ levou a luz elétrica à Vila Beatriz apenas em 1950 e, até 1960, quando se inaugurou a primeira linha de ônibus do bairro ao Centro da cidade, a população local dependia do serviço de transporte público que chegava até a Vila Madalena; o asfalto e a iluminação das vias públicas chegariam apenas em 1967. Na década de 1970, o perfil socioeconômico do bairro começa a se modificar com o avanço de empreendimentos imobiliários voltados para as classes de maior poder aquisitivo. Na década de 1980, outra grande transformação da paisagem vem com a canalização do Córrego das Corujas, que passa a ter 200 metros de seu percurso a céu aberto e o restante, por galerias subterrâneas (figura 28). Em 2004, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) redimensiona a rede de esgoto local e, em 2007, o Córrego das Corujas torna-se um

¹¹⁰ O bairro da Vila Madalena está predominantemente inserido no distrito de Pinheiros. Porém, uma pequena parte do bairro, junto à Rua Natingui, ao Córrego das Corujas e, portanto, em seu limite físico com a Vila Beatriz, é pertencente ao distrito do Alto de Pinheiros.

¹¹¹ Este bairro também nomeia o distrito do qual faz parte.

¹¹² Na extremidade leste da Vila Beatriz, é o Córrego das Corujas que estabelece o limite territorial entre esta e a Vila Madalena.

¹¹³ Propriedade de *A União Mútua Companhia Construtora e de Crédito popular S/A.*, a planta foi arquivada junto a inscrição nº 19-a, em 28 de julho de 1938, na 4ª circunscrição (Decreto Lei nº 58 de 1937), e assinada pelo engenheiro Paulo Amaral em 16 de outubro de 1939 – esta última data que marca a fundação da Vila Beatriz.

¹¹⁴ Neste século XXI, termos como “baixada” ou “baixadão” ainda são empregados para designar o sítio da Vila Beatriz, junto à várzea do Córrego das Corujas.

¹¹⁵ *São Paulo Tramway, Light and Power Company*, a *Light*, foi uma empresa de capital canadense que atuou na cidade de São Paulo nos setores de geração e distribuição de energia elétrica e de transporte público por bondes.

dos primeiros 40 córregos limpos da capital, após ser um dos beneficiados pelo Programa Córrego Limpo da SABESP e da Prefeitura de São Paulo (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; PREFEITURA DE SÃO PAULO).



Figura 28 – Em seu trecho aberto, o Córrego das Corujas é atravessado por uma pequena ponte na Rua Pascoal Vita, onde artistas e ativistas fizeram uma intervenção: pintaram a ponte e o asfalto de azul (e os peixinhos que compõem a fauna fluvial) para simbolizar o curso do córrego sob a via pública. São Paulo/SP, Brasil. Foto de abril de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

O bairro do Alto de Pinheiros (ou Alto dos Pinheiros) é um dos loteamentos no estilo “bairro-jardim” da *Companhia City*, que teve uma urbanização lenta e gradual por conta dos terrenos de característica pantanosa, adquiridos a partir de 1914 (COMPANHIA CITY, 2015; SEABRA, 2015, p. 43). Inaugurado em 1925, o bairro

ocupa uma área de 3.669.410 m² (\pm 3,6 km²), junto aos “baixos terraços que se alongam pela margem direita do Rio Pinheiros, tendo por eixo a antiga Estrada das Boiadas [atual Avenida Diógenes Ribeiro de Lima] e a Rua Pedroso de Moraes [atual Avenida Pedroso de Moraes¹¹⁶]” (AZEVEDO, 1958, p. 319). Sua ocupação efetiva esteve bastante condicionada às obras de intervenção no leito original do Rio Pinheiros promovidas pela *Light*¹¹⁷, desde as primeiras décadas até meados do século XX.

O bairro de Pinheiros está localizado sobre um terraço fluvial à margem direita do Rio Pinheiros, configurando-se como um dos mais antigos bairros-subúrbios¹¹⁸ da cidade de São Paulo, que durante séculos esteve isolado do Centro e servia de passagem aos viajantes que se dirigiam ao sul:

Suas origens remontam ao século XVI, quando os índios Guaianás deixaram a vila de São Paulo e ali ergueram uma nova aldeia, sob as vistas vigilantes do padre José de Anchieta. Sobre o terraço que se ergue a cavaleiro do rio, na cota de 731 metros (atual Largo de Pinheiros) ergueu-se a primitiva igreja de Nossa Senhora dos Pinheiros da Conceição, hoje sob a invocação de Nossa Senhora do Monte Serrat, consolidando o núcleo nascente e atraindo povoadores brancos.

Tal igreja representou um papel muito importante para a sobrevivência do aglomerado, transformando-se em local de romarias da própria população paulistana. [...] A par disso, sua posição geográfica, como porta de entrada ou de saída da vila, depois cidade de São Paulo, para todos quantos procediam do sul ou para lá rumavam foi fator de não menor importância para assegurar a estabilidade da aldeia dos Pinheiros. (AZEVEDO, 1958, p. 315.)

Em fins do século XVII, os indígenas haviam sido praticamente expulsos do núcleo inicial de Pinheiros e, no século XVIII, seus descendentes já não possuíam

¹¹⁶ A Avenida Pedroso de Moraes liga a Avenida Rebouças, em Pinheiros, até a Praça Panamericana (nº 5 no mapa 1, p. 160), no Alto de Pinheiros. Após a Praça Panamericana, esta avenida passa a se chamar Professor Fonseca Rodrigues, estendendo-se até o Parque Villa-Lobos, onde encontra a Avenida Queiroz Filho (limite do Alto de Pinheiros com a Vila Leopoldina).

¹¹⁷ Segundo Seabra (2015, p. 39-40): “A ingerência da *Light* na elaboração do Código de Águas (entre 1904 e 1934), as políticas territoriais definidas no interior da empresa, o *staff* de juristas internacionais e nacionais, os *lobbies* em todas as esferas da administração pública além das relações com a imprensa da época convergiam para a continuidade de um processo de formação de capital. O que, em princípio, é diferente da reprodução capitalista, pois esta ocorre quando há condições sociais gerais para a competição intercapitalista no circuito do ramo em que atuam as empresas. Por décadas, o grupo *Light* operou no Brasil e consolidou seu monopólio. [...] A *Companhia Light* operando sob o regime de Concessão de Serviços Públicos, empreendeu as transformações ocorridas no Rio Pinheiros, as quais consistiam em canalizar, alargar, retificar, aprofundar e inverter os leitos dos Rios Pinheiros e de seus formadores (Grande e Guarapiranga) [...]”.

¹¹⁸ Segundo Azevedo (1958, p. 317), assim como a Lapa e a Penha, Pinheiros inclui-se na categoria de “bairro-subúrbio”: “É como se fora uma pequena cidade dentro da grande metrópole, com uma vida funcional bastante complexa”. Com a consolidação do “setor sudoeste”, Pinheiros ganhou centralidade, tornou-se um dos bairros mais bem localizados e valorizados da capital paulista e é parte do chamado “Centro Expandido”.

terras no local. Já no início do século XX, a expansão do povoamento urbano em direção sudoeste e os novos loteamentos que surgiram entre o Espigão Central – onde passam as avenidas Paulista e Doutor Arnaldo (antiga Avenida Municipal) – e o Rio Pinheiros, integraram espacialmente, por definitivo, o bairro-subúrbio à capital (AZEVEDO, 1958).

[...] Os bairros da várzea do Pinheiros serão todos “jardins”: Jardim Paulista, Jardim Europa. Jardins no nome e no aspecto: vegetação profusa, amplos espaços livres, construções isoladas em meio de grandes parques. [...] Encravado nestes bairros aristocráticos ficou a velha povoação de Pinheiros, antes tão longe da cidade, e que, alcançada e englobada por ela, se transformou em simples bairro. Mas não acompanhará em categoria os bairros vizinhos: Pinheiros vai formar, em meio dos jardins e parques deste setor sudoeste da cidade, que se destinara às residências de luxo, uma nota dissonante – um modesto bairro de população operária. É que [...] o fato de constituir um núcleo já povoado quando a cidade o alcança – ao contrário dos terrenos vizinhos, então completamente desertos – tornava mais difícil o estabelecimento aí de um bairro residencial moderno. (PRADO JR., 1983, p. 70-71.)

Ao longo do século XX, a especulação imobiliária exerceu importante influência para as transformações sociais e espaciais do bairro e do distrito de Pinheiros, condicionando sua ocupação por uma população de maior poder aquisitivo e intensificando a sua verticalização (para fins residenciais e comerciais). Como símbolo das reestruturações urbanísticas e dos novos usos do espaço urbano, destaca-se o Largo da Batata (nº 13 no mapa 1, p. 160), situado junto ao centro originário do primitivo bairro de Pinheiros e bastante afetado pela construção da Avenida Brigadeiro Faria Lima – cujas obras se iniciaram em 1968. Tendo recebido posteriores obras de infraestruturas locais, sobretudo de transportes, o largo possui destacada importância no sistema de transporte público da capital: constitui-se como centro confluyente ou de passagem de linhas de ônibus e, desde 2010, abriga a Estação Faria Lima da Linha 4 (Amarela) do metrô (MASCARENHAS, 2014).

Em 2012, a área delimitada pelas Ruas Martim Carrasco, Fernão Dias, Teodoro Sampaio e dos Pinheiros e pela Avenida Brigadeiro Faria Lima passou a ser oficialmente denominada de “Largo da Batata”¹¹⁹, reconhecendo o apelido conferido na década de 1920 por causa da comercialização de produtos agrícolas (dentre eles, a batata) naquele local. À época, destacavam-se os agricultores e as

¹¹⁹ O Projeto de Lei nº 220/11, do vereador José Rolim (PSDB), para denominar “Largo da Batata” o logradouro delimitado pelas Ruas Martim Carrasco, Fernão Dias, Teodoro Sampaio e dos Pinheiros e pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, foi decretado como Lei Municipal 15.615 em 21 de junho de 2012.

casas comerciais de origem japonesa, instalados nos arredores da Cooperativa Agrícola de Cotia (extinta em 1994), que estava localizada na parte baixa da Rua Cardeal Arcoverde (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

Vizinho à Igreja Matriz de Nossa Senhora de Monte Serrat (no Largo de Pinheiros) – nº 14 no mapa 1 – e ao Mercado Municipal de Pinheiros (antigo Mercado dos Caipiras) – nº 12 no mapa 1, p. 160 –, o Largo da Batata passou por uma reestruturação urbanística e foi aberto para utilização pública em 2013. Desde então, a área tem sido usada como espaço de protestos; como ponto de concentração inicial de passeatas; para a realização da feira de produtos orgânicos, às quartas-feiras de manhã; para a celebração de *shows* e demais apresentações artísticas; entre outras maneiras de apropriação do espaço público.

O coletivo “A Batata Precisa de Você” é um dos mais atuantes em prol da ocupação do largo, organizando uma agenda de atividades locais com o objetivo de torná-lo um espaço de permanência, e não apenas de passagem. O coletivo promove atividades no local todas as sextas-feiras à noite e já plantou 32 mudas de árvores¹²⁰ no Largo da Batata por meio da “guerrilha verde”, ou seja, sem a permissão prévia da Subprefeitura de Pinheiros¹²¹.

Ativistas costumam, ainda, realizar diferentes oficinas no local, além de semear os canteiros do largo com espécies vegetais comestíveis, instalar mobiliário urbano (como bancos) etc. O projeto “Cidades Comestíveis” (mencionado no Capítulo 2), por exemplo, já realizou uma oficina para a produção de estêncil e lambe-lambe¹²² no Largo da Batata, e uma caminhada no entorno para a identificação de terrenos ociosos, visando à implantação de futuras hortas comunitárias (figuras 29 e 30).

¹²⁰ Segundo reportagem de Lígia Mesquita para o jornal *Folha de S. Paulo (Cotidiano)*, “Grupo desafia Prefeitura e planta 32 árvores no Largo da Batata”, de 17 jan. 2015), o coletivo plantou 32 mudas arbóreas no Largo da Batata, no dia 09 de janeiro de 2015.

¹²¹ Mais adiante, apresentar-se-á fragmento de entrevista concedida pelo ex-subprefeito de Pinheiros, Angelo Salvador Filardo Jr., no qual haverá menção sobre esta ação ativista.

¹²² Estêncil é uma técnica de arte gráfica que aplica tinta sobre o corte do papel, resultando em uma prancha com a imagem produzida preenchida pela tinta. Com o estêncil, pode-se aplicar e reproduzir a imagem sobre diferentes superfícies, a exemplo de calçadas e muros. Lambe-lambe é um pôster artístico produzido para ser colado, geralmente, nos muros das cidades.



Figuras 29 e 30 – Materiais de divulgação do “Cidades Comestíveis”, anunciando atividades realizadas, em julho de 2015, no Largo da Batata; à esquerda, oficina de estêncil; à direita, de lambe-lambe. Ambas as oficinas ocorreram juntamente com outras programações, a fim de angariar maior público: seja durante atividade do coletivo A Batata Precisa de Você, que marca presença semanalmente no largo; seja na ocasião do piquenique de troca de sementes e mudas, que também já aconteceu no local.

A Vila Madalena

A Vila Madalena, por sua vez, é vizinha ao bairro de Pinheiros e teve seu povoamento iniciado na década de 1910, quando era denominada de “Vila dos Farrapos”, por conta de seus habitantes de origem humilde. Parte do bairro já foi denominada, no passado, de “Sítio do Rio Verde”, em referência a esta antiga propriedade, cujas terras foram loteadas por José Oswald de Andrade (pai de Oswald de Andrade) no final do século XIX, e que possuía o nome do córrego que limita uma parte do bairro de Pinheiros dos morros e colinas da Vila Madalena. Seu povoamento inicial se deu basicamente por imigrantes portugueses (açougueiros, cobradores de bonde, construtores de túmulos dos cemitérios próximos – São Paulo, Araçá e Consolação (nº 10, 15 e 16 no mapa 1, p. 160) –, jardineiros, motorneiros, padeiros, sapateiros, servidores da limpeza pública etc.) atraídos pelo anúncio de que a *Light* levaria o bonde até a região, mas que adentrou o bairro apenas em 1954¹²³ (AZEVEDO, 1958; PEZZOTTI, 1998).

¹²³ O bonde chegou às Ruas Teodoro Sampaio e dos Pinheiros, em Pinheiros, em 1909; à Rua Fradique Coutinho (uma parte desta rua situa-se no bairro de Pinheiros, a outra, na Vila Madalena: da Rua dos Pinheiros até a Rua Inácio Pereira da Rocha é bairro de Pinheiros; desta última até a Rua Natingui é bairro da Vila Madalena), em 1936; e a linha nº 28, denominada “Vila

Nos anos 1930, a Vila Madalena “apresentava um casario esparso, mas difuso por grande parte, ou todo o loteamento” (LANGENBUCH, 1971, p. 134). “Somente na década de 1950, as ruas de terra começaram a ceder lugar ao asfalto [...]” (CURY, 2004, p. 10). A paisagem do bairro de “pequenas casas, com um quintal atrás onde se plantavam hortaliças, frutas e nas quais se criavam principalmente galinhas” (SQUEFF, 2002, p. 17), pouco se alterou até as décadas de 1970 e 1980, quando novos empreendimentos imobiliários começaram a lhe atribuir outra configuração, dando início ao processo de verticalização (em contínua expansão ainda nesta segunda década do século XXI) e aumentando o adensamento populacional (VERRI, 2014).

A Vila Madalena era uma área quase remota. Separada da região chique do Alto de Pinheiros pela Rua Morás [...]. Havia uma espécie de cordão sanitário entre a região que a *Companhia City* organizou, abrindo ruas, construindo casas, e as terras que se alongavam para além da Morás; e que a mesma *Companhia* praticamente foi repassando a preços baixos a muitos de seus ex-funcionários, pequenos artesãos, quase todos de origem portuguesa [...]. (SQUEFF, 2002, p. 18.)

Os habitantes de origem portuguesa que viviam no bairro trataram de recolher colaborações, em 1944, para a construção de uma capela, já que a igreja mais próxima era a do Calvário, localizada na Rua Cardeal Arcoverde, em Pinheiros. Este movimento dos moradores locais, denominado de “peditório”, obteve sucesso na arrecadação: em 1946, enfim, inaugurou-se a Capela de Santa Madalena. Em 11 de maio de 1951, oficializa-se a criação da Paróquia Santa Maria Madalena e São Miguel Arcanjo, cujo primeiro pároco foi o padre Olavo Pezzotti (1922-1979), que chega ao bairro a pé, no dia 29 de julho de 1951, tornando-se um dos personagens mais emblemáticos da história da Vila Madalena.

Por meio de contribuições da comunidade local em quermesses e festividades católicas, Pezzotti também conseguiu angariar fundos para comprar um terreno na Rua Lemos Conde, na vizinha Vila Beatriz, para a construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida¹²⁴ (nº 4 no mapa 1, p. 160), em 1954. Em substituição à

Madalena”, apenas em 1954, ligado o Centro da cidade ao interior do bairro da Vila Madalena. A linha nº 28 foi inaugurada em 12 de maio de 1954 e extinta em 08 de julho de 1966, possuindo 13,6 km de extensão, cujo itinerário era: Rua Xavier de Toledo, Rua da Consolação, Avenida Dr. Arnaldo, Rua Teodoro Sampaio, Rua Fradique Coutinho (via pela qual o bonde penetrava no interior do bairro da Vila Madalena, sendo que as próximas três ruas estão inteiramente no bairro da Vila Madalena), Rua Aspicuelta, Rua Fidalga e Rua Purpurina (STIEL, 1978).

¹²⁴ Refere-se, em 2015, à Matriz Paroquial Nossa Senhora Aparecida. Esta igreja foi assim denominada porque a Santa Beatriz foi canonizada apenas em 1976, pelo Papa Paulo VI. Portanto, à época da construção da igreja (1954), ainda não se podia nomeá-la oficialmente de santa (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO). E segundo a Arquidiocese de São Paulo (2015), em 1965, foi

antiga edificação eclesiástica da Vila Madalena, o projeto do arquiteto paulista Joaquim Guedes, de 1956, foi escolhido para dar lugar à nova Matriz Paroquial Santa Maria Madalena e São Miguel Arcanjo, inaugurada apenas em 1963. A igreja situa-se na Rua Girassol, nº 795, na porção central do bairro, em terreno com área total de 3.200 m² – nº 8 no mapa 1, p. 160 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2015; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; VERRI, 2014).

Atribui-se a Pezzotti uma série de benfeitorias de caráter social na Vila Madalena. Em 1956, por exemplo, o pároco conseguiu do então prefeito Vladimir de Toledo Piza (PTB)¹²⁵ que uma escola de estrutura pré-fabricada fosse erguida no terreno da igreja, onde funcionou por 12 anos o Grupo Escolar de Vila Madalena (figura 31). Em 1968, integrada ao Sistema Municipal de Ensino, passou a se chamar “Escola Municipal de Vila Madalena” e foi transferida para um prédio próprio da Prefeitura na Rua Fradique Coutinho, nº 2.200, próximo à Rua Natingui e à Praça das Corujas. Em 1969, a denominaram de “Escola Municipal Estado da Guanabara” e, em 1980, após o Projeto de Lei nº 54/80 apresentado pelo vereador Antônio Sampaio, a Câmara Municipal decretou e o então prefeito Reinaldo Emídio de Barros (PDS) promulgou a Lei nº 9.095/80 que, por fim, alterou seu nome para “Escola Municipal Professor Olavo Pezzotti”¹²⁶, em homenagem ao padre (figura 32). Desde 2012, esta EMEF (nº 7 no mapa 1, p. 160) é uma das escolas que utiliza a Horta das Corujas para a realização de atividades pedagógicas, garantindo a esta horta comunitária, por sua vez, a diversificação de sua funcionalidade de caráter educativo (AFONSO, 2002; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; PEZZOTTI, 1998).

desmembrada da Paróquia de Santa Madalena e criada a Paróquia Comunidade Nossa Senhora Aparecida de Vila Beatriz, cujo primeiro pároco foi o padre Emanuel Monteiro.

¹²⁵ Prefeito de São Paulo entre 1956 e 1957. Assumiu o cargo após a renúncia do prefeito Juvenal Lino de Matos (PSP), que permaneceu no cargo de 1955 a 1956.

¹²⁶ Sua denominação oficial, em 2015, é “Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Olavo Pezzotti”, que funciona no mesmo endereço.



Figura 31 – Grupo de alunos com suas professoras em frente à escola de estrutura pré-fabricada erguida no terreno da igreja do padre Olavo Pezzotti, na Vila Madalena. São Paulo/SP, Brasil. Foto de 1957. Crédito: PEZZOTTI, 1998, p. 31.



Figura 32 – Atual edifício da EMEF Professor Olavo Pezzotti, no trecho final da Rua Fradique Coutinho. Em uma área próxima ao limite popularmente reconhecido entre a Vila Madalena e a Vila Beatriz, esta escola está próxima à Rua Natingui e à Praça Dolores Ibárruri. Seus alunos frequentam esporadicamente a Horta das Corujas e realizam o trajeto de ida e volta a pé (tempo aproximado de 5 a 10 minutos). São Paulo/SP, Brasil. Foto de dezembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A década de 1970, segundo Squeff (2002, p. 21), foi bastante simbólica para a história da Vila Madalena, pois marcou a chegada, em maior número, dos novos habitantes que conferiram, ao bairro, sua fama de “alternativo”, “boêmio”, “dos *hippies*”, entre outras designações presentes na oralidade cotidiana dos paulistanos até o presente século XXI.

Aqueles novos personagens – notadamente estudantes, artistas e intelectuais – estabeleceram-se na Vila Madalena graças aos aluguéis mais baixos (naqueles anos 1970), comparados a outros pontos relativamente próximos ao Centro da cidade, e por estar nas imediações da Cidade Universitária (USP): “Na verdade foram eles que deram origem à Vila como ela seria mais tarde; a Vila, dizem seus mais antigos moradores [...], nasceu, sem a menor dúvida, com a chegada dos *hippies*”. A fim de ilustrar a imagem que a Vila Madalena passou a representar no imaginário coletivo da cidade de São Paulo, Squeff (2002, p. 78-79) narra um episódio bastante original:

Largo de Pinheiros, 1978. [...] De súbito, [...] como se a porteira de um curral mantido em segredo por anos a fio tivesse sido aberta ali mesmo no Largo, começam a surgir vacas. À frente, um jovem professor de economia, na época candidato a político, chamado Eduardo Suplicy, e que havia trazido as vacas do campo, tudo para chamar a atenção para o problema do leite. [...] Ao reclamar, o comandante da missão policial teria dito tudo, ao sugerir, furioso [...]: “Escutem, por que é que vocês têm que fazer isso aqui, no Largo de Pinheiros? Vão pra Vila Madalena, pô”.

A ideia de que na Vila se podia o que em outros lugares era proibido ganhava foros de verdade até entre a polícia. [...] A nova boêmia, ou o que quer que a valha, tinha adquirido uma cidadania praticamente impensável para o resto da Pauliceia. Na Vila, realmente, as coisas talvez fossem mesmo diferentes.

Caracterização político-administrativa e socioeconômica

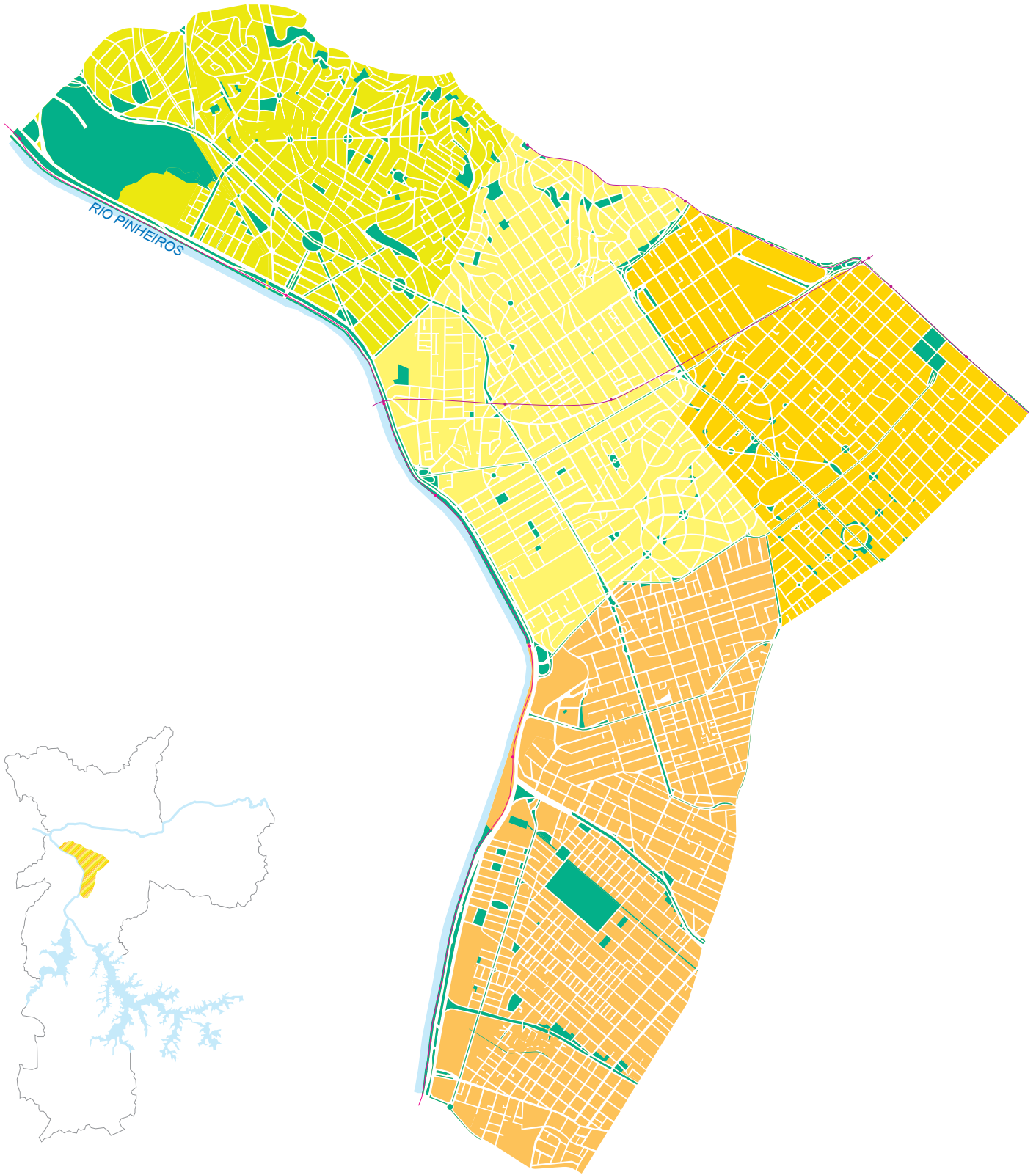
A designação “Pinheiros”, além de nomear o bairro, também pode se referir ao distrito ou, ainda, ao território de uma das Subprefeituras da zona oeste do município de São Paulo, na qual estão inseridas tanto a Vila Beatriz, quanto a Vila Madalena. O território da Subprefeitura de Pinheiros abrange, além do distrito de Pinheiros, os distritos do Alto de Pinheiros, do Jardim Paulista e do Itaim Bibi (tabela 1 e mapa 2, p. 171 e 172).

Tabela 1 – Distribuição territorial e demográfica: Subprefeitura de Pinheiros

Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade demográfica (hab/km²)
Alto de Pinheiros	7,7	43.117	5.600
Itaim Bibi	9,9	92.570	9.351
Jardim Paulista	6,1	88.692	14.540
Pinheiros	8,0	65.364	8.171
TOTAL	31,7	289.743	9.140

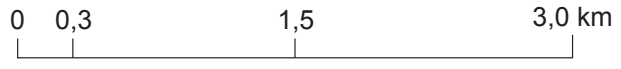
Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

Mapa 2 - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: TERRITÓRIO DA SUBPREFEITURA DE PINHEIROS



- Distrito do Alto de Pinheiros
- Distrito de Pinheiros
- Distrito do Jardim Paulista
- Distrito do Itaim Bibi
- Área verde em espaço público

- Metrô
- CPTM



Fonte: Elaborado por Pedro Suzuki e Gustavo Nagib com base em PREFEITURA DE SÃO PAULO (2016); GOOGLE MAPS (2016).

É nesta porção territorial do município onde se constata os mais elevados índices de desenvolvimento humano:

Ocupando a 1ª posição no *ranking* de desenvolvimento humano no município de São Paulo, a Subprefeitura de Pinheiros é [...] responsável por cerca de 10,8% do rendimento total de São Paulo. Todos os indicadores selecionados revelam um alto nível de desenvolvimento socioeconômico na microrregião. Proporcionalmente, é a Subprefeitura que tem menos responsáveis com rendimento de até 3 salários mínimos, maior número de responsáveis com rendimento superior a 20 salários mínimos, menor população de 0 a 5 anos de idade, maior população com mais de 60 anos de idade, menor número de analfabetos, maior esperança de vida, renda mensal e anos de estudo. (PEDROSO, 2003, p. 81.)

O Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2014) – que disponibiliza a consulta do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros¹²⁷ – divulgou dados específicos para as regiões metropolitanas. A fim de apresentar maior coerência na análise dos dados, por conta das desigualdades sociais, econômicas e espaciais presentes no conjunto territorial de cada região metropolitana, a metodologia adotada fez as medições do IDHM segundo o que se convencionou chamar de “Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs)”:

As UDHs são áreas dentro das regiões metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A homogeneidade socioeconômica é o que define os limites das UDHs, que são formadas a partir da agregação dos setores censitários do IBGE. (PNUD, 2016.)

Entre os parâmetros avaliados [...], destaca-se, em especial, a exigência de que as áreas criadas devem ter, pelo menos, 400 domicílios particulares permanentes amostrados. [...] As UDHs foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas [...]. Ou seja, elas são construídas com o objetivo de melhor captar a diversidade de situações relacionadas com o desenvolvimento humano que ocorre no interior dos espaços intrametropolitanos, notadamente em seus grandes municípios [...], com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais contundente. (PNUD, 2014, p. 119-120.)

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em 2013, apresentava IDHM de 0,794¹²⁸ e assumia a primeira posição no *ranking* com as 20 regiões metropolitanas pesquisadas pelo PNUD (2014). Entretanto, sabe-se que este valor é uma média, havendo algumas porções territoriais com valores superiores e outras,

¹²⁷ O Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2014) é uma plataforma desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (entidade do governo de Minas Gerais), cuja finalidade é possibilitar a consulta do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, usando como fonte de informações os Censos Demográficos do IBGE. O IDHM é uma adaptação metodológica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o âmbito municipal. Ambos os índices trabalham com as variantes: saúde, educação e renda.

¹²⁸ Na variável de 0 a 1, quanto mais próximo do 1, melhor.

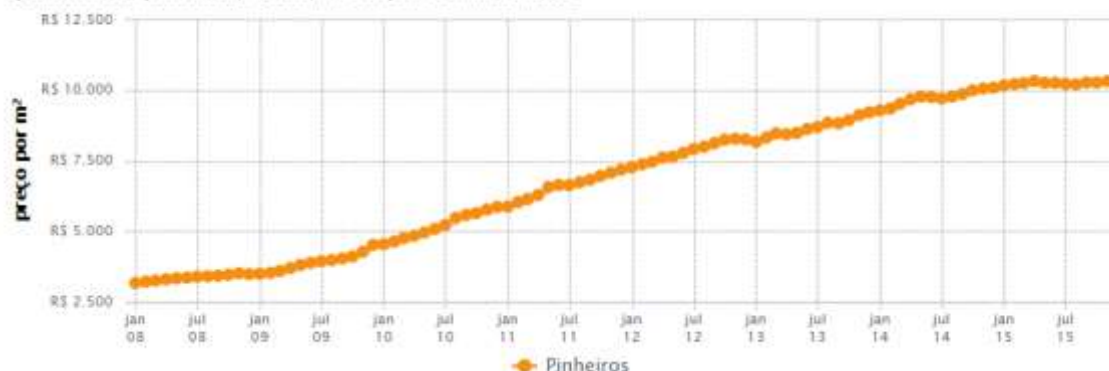
com valores inferiores àquele. Por isso, para melhor compreender os espaços intrametropolitanos, estabeleceu-se a divisão territorial segundo as UDHs. A partir desta, na RMSP, a UDH “Vila Madalena: Estação Vila Madalena” (em território da Subprefeitura de Pinheiros) apresentou o índice mais elevado – 0,965 –; revelando grande contraste em relação ao mais baixo índice, o da UDH “Jardim Capela: Escola Estadual Professora Amelia Kerr Nogueira” (em território da Subprefeitura de M'Boi Mirim) – 0,625 (PNUD, 2014).

A VILA MADALENA E O MERCADO IMOBILIÁRIO: TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS RECENTES

O preço do solo urbano é outro indicador que particulariza esta região da capital paulista. A cotação média do metro quadrado na cidade de São Paulo, de acordo com o Índice FIPE ZAP¹²⁹ (2015), fechou 2014 valendo R\$ 8.351, o segundo mais elevado do Brasil (atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro, cuja cotação média era de R\$ 10.893). No ano de 2014 e até novembro de 2015, os distritos pertencentes à Subprefeitura de Pinheiros apresentavam, de acordo com o mesmo índice, valores acima da média e integravam o grupo dos mais valorizados da cidade. Em julho de 2015, os bairros de Pinheiros, Alto de Pinheiros e Vila Madalena apresentavam, respectivamente, valor médio do metro quadrado para apartamentos (independentemente do número de quartos) de: R\$ 10.299; R\$ 10.284; R\$ 10.351 (gráficos 2, 3 e 4).

¹²⁹ “A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973. Entre seus objetivos está o apoio ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)” (FIPE, 2015). O ZAP é uma empresa do Grupo Globo, especialista em classificados e um dos maiores portais da *internet* brasileira em seu segmento. O Índice FIPE ZAP é o único índice de abrangência nacional de preços de imóveis, calculado a partir do preço do metro quadrado (preço de venda por área útil) em cada bairro, tendo por base os anúncios publicados no ZAP. Para o cálculo da cidade como um todo, o índice usa os dados do Censo Demográfico do IBGE, que fornece a participação de cada bairro na renda total das famílias para a respectiva cidade (FIPE, 2015; ZAP, 2015).

variação do preço do m²
apartamento, pinheiros, venda, n° de quartos indiferente



variação do preço do m²
apartamento, alto de pinheiros, venda, n° de quartos indiferente



variação do preço do m²
apartamento, vi madalena, venda, n° de quartos indiferente



Gráficos 2, 3 e 4 – Os gráficos mostram a variação do preço do metro quadrado, respectivamente, nos bairros de Pinheiros, Alto de Pinheiros e Vila Madalena, de janeiro de 2008 a julho de 2015. Nos três bairros, quando analisado o recorte temporal apresentado pelos gráficos, apesar de momentos de estagnação ou de leve desvalorização, nota-se, no geral, expressiva valorização dos imóveis (os gráficos apresentam valores, especificamente, para apartamentos). Os valores médios são muito próximos nos três bairros, que estão entre os mais caros da cidade de São Paulo. Não se pretende realizar, aqui, uma análise profunda sobre esta variação de preços, mas apenas constatar que o bairro de Pinheiros, outrora compreendido como “bairro-subúrbio” e de urbanização mais modesta, sobretudo quando comparado aos bairros-jardins adjacentes, tornou-se bastante valorizado ao longo do século XX e assim permanece no início do século XXI, diferenciando-se, ao longo das décadas, de suas formas de ocupação pretéritas (LUZ, 2015).

Uma das incorporadoras que mais tem se destacado no mercado imobiliário da região, em especial na Vila Madalena e na Vila Beatriz, é a *Idea!Zarvos*. Fundada em 2005 por Otavio Zarvos, a empresa tem modificado a paisagem do bairro nos últimos anos e faz divulgação de seus projetos com “arquitetura autoral” – em seu catálogo, há diversos edifícios projetados, por exemplo, pelo arquiteto e professor paulistano Isay Weinfeld. A incorporadora destaca em seu *site* que está entre suas propostas: “fazer prédios de arquitetura autoral, em terrenos pequenos. Prédios baixos, com plantas totalmente flexíveis, muita luz natural e apuro estético, capazes de mudar a paisagem de seus entornos” (IDEA!ZARVOS, 2015).

A expansão dos empreendimentos de diversas incorporadoras do ramo da construção civil, dentre as quais se enquadra a *Idea!Zarvos*, está relacionado a um processo fortemente percebido na Vila Madalena, sobretudo a partir da década de 1990. Conforme Verri (2014, p. 131-132):

Rapidamente, a Vila Madalena se transformou em um forte atrativo para se investir em empreendimentos imobiliários, comércio diversificado, restaurantes, bares, e outros ramos de negócios lucrativos.

Assim, a questão principal que se apresenta não é o fato de haver um bairro com comércio diversificado, mercado consumidor de lazer e entretenimento dos bares internacionalmente famosos e frequentados por pessoas que podem pagar o preço da “grife” do bairro. Mas, o modo como um bairro simples se transformou em um local considerado sofisticado e caro, em decorrência da especulação imobiliária, expulsando a população mais pobre para dar lugar à construção de uma nova paisagem de edifícios de preços elevados. [...] O padrão das engenharias da nova construção civil do bairro transformou a paisagem e o perfil do local.

Foi nos anos 1990 que Zarvos (2015, informação verbal¹³⁰) também se voltou para a Vila Madalena, e quando questionado se havia absorvido algo do bairro nos projetos de sua incorporadora, afirma:

Sem dúvida, nós estamos aqui há muito tempo, faz quase 20 anos, e o motivo de eu vir pra cá era justamente porque eu queria fazer um projeto de uma qualidade arquitetônica melhor, mas também com estilo de vida diferente, eu achava que ele ia ser bem-vindo aqui no bairro. Tinha pessoas que assimilariam isso mais facilmente. Há 20 anos era mais difícil também, o bairro não era como hoje, não era todo mundo que queria vir morar aqui. Mas eu acho que ele foi melhorando cada vez mais. Atraindo mais gente. “Melhorando” depende do ponto de vista das pessoas. Mas ele foi atraindo cada vez mais gente. [...] Eu queria fazer *lofts* para as pessoas morarem de um jeito um pouco diferente: no Morumbi, não é o público; nos Jardins, é muito caro para eu comprar um terreno; e aí, acabei vindo para cá. Tem uns 20 anos isso, que eu comprei o terreno e tudo. Eu achei que as pessoas aqui na Vila Madalena, embora eu não morasse, se adequavam. As pessoas eram cabeça mais aberta e o preço do terreno também [mais acessível]. Aí, eu fiquei aqui.

¹³⁰ Informação fornecida por Otavio Zarvos em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 jan. 2015.

O processo de “renovação” pelo qual passou a Vila Madalena, com o arrasamento das antigas casas – geralmente em lotes estreitos e compridos de 10 metros por 50 metros e separadas por muros baixos de no máximo 1,5 metro de altura (PEZZOTTI, 1998) – para dar lugar a “modernos” edifícios, alterou a vida social no bairro. Os empreendimentos imobiliários destes últimos 20-30 anos geralmente expulsam a população mais antiga – tentada a vender seus imóveis às construtoras, ou impossibilitada de pagar o elevado valor dos aluguéis (VERRI, 2014) – e aprofundam a fragmentação do espaço, “impondo a segregação como um conteúdo central da urbanização contemporânea da metrópole” (PADUA, 2015, p. 89):

Bairros tradicionais, de pequenas casas, pequenos sobrados [...], se veem tomados por um grande e rápido processo de mudança. [...] Pequenas casas, agora cercadas por grandes condomínios, se tornam estabelecimentos comerciais requintados, voltados para um consumo da nova população moradora dos recentes condomínios¹³¹.

Este processo também é elucidado por Harvey (2014, p. 152), quando destaca que um grupo comunitário, que luta por manter a diversidade de seu bairro, pode se dar conta de que o preço de seus imóveis aumenta quando “os agentes imobiliários propagandeiam para os ricos o ‘caráter’ multicultural, diversificado e movimentado de seu bairro”. Dessa forma, os moradores originais acabam sendo excluídos do espaço que criaram:

Os que criam um cotidiano comunitário interessante e estimulante acabam por perdê-lo para as práticas predatórias dos agentes imobiliários, dos financistas e consumidores de classe alta, que carecem totalmente de qualquer imaginação social urbana. Quanto melhores as qualidades comuns que um grupo social cria, mais provável é que sejam tomadas de assalto e apropriadas por interesses privados de maximização de lucros. (HARVEY, 2014, p. 153.)

Há aproximadamente dez anos, o incorporador Zarvos (2015, informação verbal¹³²), que era antigo morador dos Jardins, acabou se mudando para o bairro:

[A Vila Madalena] tem mais a ver comigo, acho que o tipo de pessoa que está andando na rua, eu me identifico mais. Poderia morar em qualquer lugar que eu quisesse, mas eu sempre quis ficar aqui e trabalhar aqui também, e ficar no bairro. A gente ficar aqui e conhecer profundamente esse bairro também nos possibilita trazer coisas de que o bairro tem deficiência, pode ser escritório, pode ser apartamentos menores, ou apartamentos maiores, tudo dentro da nossa atividade que é a construção.

¹³¹ Ibid., p. 87.

¹³² Informação fornecida por Otavio Zarvos em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 jan. 2015.

O imaginário urbano e o ideal de sustentabilidade

A fama que a Vila Madalena adquiriu no imaginário paulistano – associada à história do bairro, que agregou estudantes, intelectuais e artistas nos anos 1970 e 1980 – também foi alavancada pelas incursões do mercado imobiliário que, visando ao sucesso comercial de seus empreendimentos, propagandeou e se valeu da imagem social do bairro para atrair novos moradores, frequentadores e serviços (VERRI, 2014). Dentre as características mercadológicas bastante exploradas na Vila Madalena está o discurso da sustentabilidade. De acordo com Ribeiro, F. (2014, p. 20), houve a introdução do paradigma ambiental no que tange à produção do espaço urbano:

[...] Empreendimentos urbanos tomam para si o discurso da sustentabilidade segundo uma lógica em que a questão ambiental é utilizada enquanto estratégia comercial para recentes e futuros investimentos. Esta apropriação empresarial das demandas ambientais se constitui como indicativo instigante [...] na medida em que as condições objetivas de reprodução da cidade neoliberal, ao mesmo tempo em que geram as causas fundamentais da problemática ambiental urbana, incorporam a mesma como mecanismo de sua própria legitimação e manutenção.

Rocha (2015, informação verbal¹³³) faz uma crítica sobre esta atual tendência especificamente para o contexto paulistano:

O que é sustentabilidade? Eu prefiro que se conversasse sobre a estupidez que foi feita para produzir 800 mil kW [na Usina Hidrelétrica Henry Borden, no sopé da Escarpa Serra do Mar, em Cubatão¹³⁴] sugando o Rio Tietê, do que falar genericamente de sustentabilidade. [...] Nós temos experiências suficientes e razões suficientes para fazer um discurso um pouco mais consistente sobre questões que estamos tratando como banalidades. Entre outras, esse vulgarização e generalização da ideia de sustentabilidade. Sustentabilidade é qualquer um saber que a *Light* cometeu um crime sugando a água do Tietê e jogando no mar para obter 800 mil kW. Não que o kW não interesse, mas não jogando água no mar, entendeu? Não dá para não ser radical!

Uma das fontes de exploração comercial da “sustentabilidade urbana” em Vila Madalena, Vila Beatriz e Alto de Pinheiros também se relaciona à tradicional sensibilidade dos moradores destes bairros por aquela temática. Muitos deles

¹³³ Informação fornecida por Paulo Mendes da Rocha em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 27 fev. 2015.

¹³⁴ Empreendimento da *Light* para geração de energia para a cidade de São Paulo, aproveitando-se das águas da Bacia do Alto Tietê: fez-se a reversão do Rio Pinheiros, o bombeamento de sua água para o Reservatório Billings e, por adutoras, a água descia até Cubatão, onde foram instaladas as turbinas geradoras de energia. As obras tiveram várias etapas, estendendo-se da década de 1920 até a década de 1950, resultando em significativos impactos socioambientais, com evasão de água potável da capital paulista e alteração hídrica da Bacia do Alto Tietê (SEABRA, 2015).

procuraram a região pelos espaços verdes, sobretudo no bairro-jardim do Alto de Pinheiros, ou compuseram a pretérita cena alternativa da Vila Madalena, que também possuía significativo conteúdo ambientalista:

Uma das grandes decepções do pessoal [...] na Vila [...] foi sua tentativa de interferir no uso dos terrenos públicos. Nos altos da Rua Purpurina, por exemplo, descortinava-se um mirante que poderia se constituir numa praça magnífica. Quando o governo do estado pensou em construir um fórum no local, houve a mobilização do pessoal da Vila; artistas plásticos, jornalistas, atores, todos se uniram para reivindicar a preservação do local (já a ideia da ecologia urbana começava a ser uma espécie de corolário de algumas posições de esquerda). Houve manifestos, passeatas, gritaria – mas nada. O fórum foi construído¹³⁵. Como compensação, bem mais tarde, em 1989, a Prefeitura preservou a praça localizada logo atrás do prédio [...]. (SQUEFF, 2002, p. 79.)

Apesar das transformações socioespaciais das últimas décadas, esta linha de engajamento político ainda é constatada quando se observa o destacado papel dos habitantes locais no CADES-PI. Filardo Jr. (2015, informação verbal¹³⁶), ex-subprefeito de Pinheiros, faz uma observação referente ao perfil ambientalista dos moradores, mas também ao novo perfil socioeconômico da Vila Madalena:

De maneira geral, todo mundo é cioso quanto aos seus direitos de contribuinte, essa é a palavra, “contribuinte”: “eu pago meus impostos e exijo que ‘dois pontos’...” O que ocorre é que a atividade no Alto de Pinheiros é um pouco diferente, por algum motivo que me escapa, tem um discurso e uma prática mais cidadãos. Mais ambientalista também, mas isso é fácil de entender. Quem procura o Alto de Pinheiros está procurando lugar com muito verde; a Vila Madalena, pela questão alternativa – que está se perdendo um pouco. Os preços da Vila Madalena não atraem mais pessoas alternativas. Alguma coisa, o astral... atraiu as agências de publicidade, gente descolada etc. Agora, a cena alternativa, de quando eu morei na Vila Madalena, eu encontro hoje na região da Praça Roosevelt e República. Aquele público “pobrinho”, “cult pobre”, foi pro Centro, não tem mais espaço aqui, na vizinhança de Pinheiros. Era uma vizinhança barata da Cidade Universitária e bem localizada. Eu acho que essa cena sumiu. De qualquer maneira, esse público de maior poder aquisitivo e valores no terreno do alternativo frequenta pouco os espaços participativos, você encontra aquela classe média tradicional do Alto de Pinheiros, que foi para o Alto de Pinheiros porque é um bairro verde, e a velha cena alternativa da Vila Madalena, mais do que a nova.

A Associação Amigos do Jardim das Bandeiras¹³⁷, por exemplo, mobilizou moradores locais, em setembro de 2015, para impedir possíveis alterações na lei de

¹³⁵ Nesta passagem, Squeff (2002) faz referência à época em que se construiu o Fórum de Pinheiros (um dos 13 foros regionais da capital – nº 9 no mapa 1, p. 160), no ano de 1982, ocupando um grande terreno na Rua Jericó s/nº, no bairro da Vila Madalena.

¹³⁶ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

¹³⁷ O Jardim das Bandeiras é um loteamento no estilo “bairro-jardim”, com 314 lotes, localizado entre a Rua Heitor Penteado e o bairro da Vila Madalena (distrito de Pinheiros), registrado em 1949 sob o nome de “Sítio Araçá”. Por suas características urbanísticas e paisagísticas, lhe é assegurado o título de “Zona Exclusivamente Residencial” (ZER), cuja lei de zoneamento, adequado

zoneamento que afetassem o loteamento original no estilo “bairro-jardim” que, por ventura, o novo Plano Diretor de 2014 pudesse vir a sugerir. Uma das ações políticas da referida associação foi imprimir faixas e distribuí-las entre moradores que aceitassem pendurá-las em suas respectivas fachadas, a fim de chamar a atenção do poder público e dos transeuntes. Estas faixas também exploravam a temática “verde” em seu discurso de protesto (figura 33).



Figura 33 – Faixa pendurada na fachada de uma residência na Rua João Moura, no bairro do Jardim das Bandeiras, explora a ideia de que os bairros-jardim, que possuem maiores extensões de áreas verdes públicas e privadas, são os “pulmões” da metrópole. São Paulo/SP, Brasil. Foto de abril de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Por sua vez, a agência de publicidade *F.Biz*, pertencente ao grupo britânico *Wire and Plastic Products (WPP)*, inaugurou, em 2012, sua nova sede em um edifício empreendido pela *Idea!Zarvos* na Rua João Moura, nº 1.144, no bairro de Pinheiros. Em texto publicado pela *Adnews* (2012, grifo nosso), um portal na *internet* direcionado ao mercado publicitário, a sustentabilidade e a Vila Madalena apareciam como destaques da divulgação:

Na última segunda-feira, dia 27 de agosto [de 2012], a *F.biz* inaugurou sua nova sede. Localizado na Rua João Moura, próximo à Praça Benedito Calixto e à **Vila Madalena**, um dos bairros mais acolhedores e modernos de São Paulo, o prédio foi projetado pela *Idea!Zarvos*.

Sustentável, o prédio economiza energia elétrica, já que possui grandes janelas de vidro em todos os andares, nas duas extremidades. O espaço também é rodeado de área verde. Um bicicletário foi instalado no subsolo incentivando a qualidade de vida. O mobiliário e a decoração dos oito andares são minimalistas, com toques de cor.

ao novo Plano Diretor de 2014, lhe enquadra dentre as zonas que dizem respeito à preservação, ambiental, paisagística, cultural, histórica e da memória da cidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO).

O próprio edifício que abriga a sede da incorporadora *IdealZarvos* (Edifício Corujas – nº 3 no mapa 1, p. 160) é igualmente apontado pela mídia impressa e digital entre os modelos construtivos “que contemplaram a sustentabilidade em seu planejamento”. A revista *Arquitetura & Construção*¹³⁸, por exemplo, entrega o prêmio anual “O Melhor da Arquitetura” para os projetos que considera melhorar “a qualidade da cidade”. O Edifício Corujas (figura 34) – localizado entre a Vila Madalena e a Vila Beatriz, na Rua Natingui, nº 442 – foi um dos empreendimentos premiados por figurar, segundo a publicação, entre os mais “sustentáveis” (DOMICIANO, 2014). Zarvos (2015, informação verbal¹³⁹) faz a sua reflexão sobre a questão da sustentabilidade dos empreendimentos:

É claro que a gente se preocupa em ser sustentável. Por exemplo, esse prédio aqui, a gente pode trabalhar com as janelas abertas, a gente está fazendo uma reunião aqui fora [em um espaço ao ar livre], não precisei usar o ar-condicionado, tem iluminação natural. A gente não tem uma série de coisas que talvez nos prédios da Faria Lima, onde os vidros nem abrem, as pessoas tenham que colocar para chamar de “verde”. Eu sou um pouco cético sobre esse *marketing* ambiental que existe. A arquitetura já é ambientalmente correta. Se você tiver um bom arquiteto, ele naturalmente já vai propor uma edificação que tenha insolação, que tenha iluminação, que tenha ventilação cruzada, que se proteja dos elementos naturais e que se encaixe melhor no lugar onde você está edificando. Se obedecer isso, já tem 80%; os outros 20% são através de equipamentos. Pensar numa arquitetura que te traga esses 80% (iluminação, ventilação, proteção solar do calor e barulho) e ter um bom arquiteto, não é necessariamente gastar tanto dinheiro. [...] Esses 80% as pessoas não entendem muito bem. Elas acham que vão comprar um negócio que, às vezes, precisa usar ar-condicionado 24 horas por dia, mas o cara vai falar que tem um painel solar, tem uma drenagem que aproveita água de chuva e vai achar aquilo mais sustentável que esse prédio, o que não é verdade. Por isso, eu acho que ainda tem um pouco de ignorância das pessoas, não no mau sentido, mas de se engarem um pouco pelo *marketing* imobiliário. [...] Eu acho que o verde não deveria estar dentro do empreendimento, ao contrário, deveria estar fora. Eu acho que empreendimento deveria ser um lugar só para as pessoas dormirem ou trabalharem, mas que quando elas saíssem, elas tivessem que encontrar com outras pessoas num lugar público. Então esse negócio do empreendimento ter uma baita área verde, a meu ver, está errado. Você deveria descer da sua casa, abrir a porta do seu prédio e ter um parque comum a todas as outras pessoas, para que você as encontre. Imagina uma cidade construída em volta de um *Central Park*?! É muito mais legal do que se cada um tivesse o seu próprio *Central Park* dentro do prédio, embaixo, muradinho. Quando se tem uma área verde, se deveria fomentar que as pessoas morassem imediatamente próximas a ela. E não é o que acontece aqui. Hoje de manhã, por exemplo, eu fui correr no [parque] Villa-Lobos, saio correndo daqui e vou até lá. Quando você está em volta do parque, você vê, tem pouquíssimas pessoas que moram lá, e é um parque imenso, como poucos em São Paulo. Então, essa lógica está errada.

¹³⁸ Revista de periodicidade mensal publicada pela Editora Abril.

¹³⁹ Informação fornecida por Otavio Zarvos em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 jan. 2015.



Figura 34 – Fachada do Edifício Corujas, onde funciona a sede da *Idea!Zarvos*, voltada para a Rua Natingui. No trecho mais largo da calçada, a empresa permite o estabelecimento de um carrinho de comida (“*food truck*”). A ausência de gradil na parte dianteira do prédio confere maior integração com a via pública, embora a entrada de visitantes seja controlada. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

O mesmo Edifício Corujas, contraditoriamente, foi alvo de uma campanha comunitária cuja intenção era melhor agregar o empreendimento ao pequeno parque público com o qual faz limite territorial. O muro dos fundos do edifício limita-se com o Parque das Corujas¹⁴⁰ (figura 35), um parque linear municipal junto a um trecho aberto do Córrego das Corujas (nº 2 no mapa 1, p. 160). Um grupo de moradores locais, em 2013, espalhou cartazes pelo entorno questionando a incorporadora: “Que tal uma cerca verde no lugar do muro? Que tal uma grade no lugar do muro?” (figuras 36 e 37). Alegando questões de segurança, o muro foi mantido, mas a *Idea!Zarvos* aceitou baixá-lo de três para dois metros de altura, além de financiar a manutenção do Parque das Corujas (VILA MUNDO, 2013).

¹⁴⁰ O Parque das Corujas foi inaugurado no dia 21 de dezembro de 2011, está localizado na Rua Pascoal Vita, na Vila Beatriz, e possui acesso somente para pedestres (a pé ou de bicicleta) às ruas Pascoal Vita, Natingui, Romeu Perrotti e Beatriz, e permanece aberto todos os dias das 6h às 22h. Trata-se de um parque linear, junto a um trecho aberto do Córrego das Corujas de cerca de 160 m de comprimento, a jusante da Praça das Corujas. Possui área total de 2 mil m², estendendo-se da Rua Pascoal Vita até o ponto em que o córrego volta a ser tamponado em trecho intraquadra (PREFEITURA DE SÃO PAULO; OLIVEIRA, E.; SOARES; BONZI, 2012).



Figura 35 – Os pedestres têm acesso ao Parque das Corujas via: Rua Pascoal Vita (entrada principal); Rua Natingui; e ruas Judite e Beatriz (esquina onde as duas ruas se encontram). Na foto, um trecho aberto e despoluído do Córrego das Corujas; no entanto, a mata ciliar não foi refeita: às margens do curso d'água, há gramado em boa parte de sua extensão e não há muitas áreas sombreadas para oferecer conforto térmico aos transeuntes. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A gente procura participar do bairro com pequenas ações. [...] Eu ganho dinheiro aqui no bairro também, então é legal poder conhecer as pessoas, ver que tem pessoas admiráveis, que fazem trabalhos muito legais, muito mais do que o meu. Elas têm uma abertura maior e se preocupam muito com o bairro delas, o que é uma coisa positiva. Embora a gente sofra críticas, é positivo ter o debate. Eu acho legal que as pessoas se posicionem. Sinal de amadurecimento da sociedade. Isso a gente tem aqui no bairro. Tenho orgulho de estar num bairro que é assim, mesmo que muitas vezes a gente seja alvo das críticas. Acho legal. (ZARVOS, 2015, informação verbal.¹⁴¹)

¹⁴¹ Informação fornecida por Otavio Zarnos em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 jan. 2015.



Figuras 36 e 37 – À esquerda, a face do Edifício Corujas que está voltada para o parque linear, onde se pode ver o muro e o gradil que limitam o empreendimento privado e a área pública. À direita, o Córrego das Corujas corre aberto junto ao passeio. Os grafites feitos no muro foram patrocinados pela *Idea!Zarvos*. No piso térreo do edifício, junto ao muro, é o escritório da incorporadora, onde há uma área externa ajardinada e se realizam reuniões. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de janeiro de 2015 (figura 37) e de março de 2016 (figura 36). Crédito: Gustavo Nagib.

A poucos metros do Edifício Corujas, está a Praça das Corujas, que também é margeada por um trecho aberto do Córrego das Corujas e é nela onde se encontra a Horta das Corujas. A absorção da temática da sustentabilidade como recurso mercadológico no processo de produção do espaço urbano se relaciona, inclusive, às possibilidades de inserção de princípios ou modelos de agricultura urbana em edifícios privados (comerciais ou residenciais). A respeito da introdução de hortas no projeto original de edifícios residenciais ou comerciais, Zarvos (2015, informação verbal, grifo nosso.¹⁴²) afirma:

A gente já teve ideias assim, mas eu acho que a horta tem mais o sentido de formar uma comunidade do que prover alimento, sem dúvida. Então, a gente não implementou nenhuma horta em nenhum prédio nosso. A gente acha uma ação legal, mas às vezes ela não é compartilhada pelas pessoas do prédio. Porque **precisa tomar conta desse negócio**, mas é uma boa ideia, sim. Eu acho que ativar a comunidade assim é muito legal.

¹⁴² Informação fornecida por Otavio Zarvos em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 jan. 2015.

Este depoimento fortalece o argumento de que as garantias reais de existência de uma horta, mesmo em espaço privado e de acesso controlado, dependem do engajamento de um grupo mínimo de pessoas, ou seja, elas precisam estar dispostas a trabalharem diretamente com a terra (preparar canteiro, produzir mudas e transplantá-las, regar, podar etc.) e a se ajudarem com a divisão das tarefas. A ideia de transformar uma horta em mais uma mercadoria agregável aos novos empreendimentos imobiliários privados é possível, porém o mesmo não se pode assegurar quanto à essência dela ser fruto do real engajamento coletivo.

Outro exemplo é o do o *Shopping Eldorado*¹⁴³, localizado no bairro de Pinheiros, que implementou um premiado¹⁴⁴ projeto de sustentabilidade. Em 2012, o *shopping* passou a fazer, dentro de suas dependências, a compostagem do lixo orgânico gerado em sua praça de alimentação, após ter desenvolvido um processo enzimático que acelera a decomposição da matéria orgânica. Segundo o referido estabelecimento¹⁴⁵ e reportagem do jornal *O Globo*¹⁴⁶, houve uma diminuição de 40% do volume mensal do lixo destinado aos aterros sanitários a um custo de 12 mil reais por mês e, em 2015, processava-se cerca de uma tonelada de alimento por dia.

O *Eldorado*, inicialmente, não tinha onde utilizar o composto que produzia. Por isso, o engenheiro agrônomo Rui Signori (2015, informação verbal¹⁴⁷), que trabalhou no desenvolvimento do projeto de compostagem do *shopping*, afirma que, naquela ocasião, foi necessário procurar interessados pelo adubo, quando, então, passou a doá-lo à Horta das Corujas: “Os primeiros compostos que eu produzi foram levados no meu carro para a Horta das Corujas, no início do projeto, há uns três anos [em 2012]”. Logo em seguida, entretanto, o *Shopping Eldorado* encontrou uma maneira de fazer uso do composto em suas próprias dependências: criou-se uma horta na cobertura do edifício. O *Eldorado* possuía, em 2015, 2.500 m² de “telhado verde” cuidados por funcionários do *shopping*, e cujas plantas cresciam em canteiros impermeáveis ou em engradados plásticos sistematicamente irrigados por

¹⁴³ Avenida Rebouças, nº 3.970.

¹⁴⁴ Dentre os prêmios recebidos pelo *Shopping Eldorado* estão: Prêmio Abrasce de Sustentabilidade, em 2014; e 5º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade (Categoria “Grande Empresa”), em 2015.

¹⁴⁵ SHOPPING ELDORADO (2015). Disponível em: <<http://www.shoppingeldorado.com.br/card/projeto-telhado-verde>>. Acesso em 27 jan. 2016.

¹⁴⁶ Reportagem intitulada “Telhado verde, econômico e produtivo”, de 20 de maio de 2014, caderno “Economia”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/telhado-verde-economico-produtivo-12545144>>. Acesso em 28 jan. 2016.

¹⁴⁷ Informação fornecida por Rui Signori em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em São Paulo, em 7 jul. 2015.

mangueiras automáticas, onde se cultivavam: berinjela, jiló, cebola, pimentão, pimenta, salsinha, alface, gengibre, tomate, manjeriço, morango, pepino, abobrinha, capim-cidreira, hortelã, erva-doce, carqueija¹⁴⁸, malva, sálvia, alecrim, bálsamo, poejo¹⁴⁹, lavanda e gazânia¹⁵⁰ (figuras 38 e 39). Segundo sua própria divulgação:

No local são produzidos legumes e verduras livres de agrotóxicos [...]. O objetivo é em 5 anos zerar o envio de lixo ao aterro. A horta, construída na parte superior do *Shopping Eldorado*, também pretende deixar a temperatura interna do local mais amena, reduzindo assim o desperdício de água utilizada nos equipamentos de refrigeração de ar. (SHOPPING ELDORADO, 2015.)



¹⁴⁸ Geralmente usada para fazer chá, é medicinal e é considerada uma PANC (KINUPP; LORENZI, 2015.)

¹⁴⁹ Também denominado “hortelãzinho”, de costumeiro uso medicinal.

¹⁵⁰ Espécie cultivada para fins ornamentais e para atrair polinizadores; possui flores coloridas, geralmente alaranjadas.



Figuras 38 e 39 – Na cobertura de seu edifício, o *Eldorado* estabeleceu o cultivo de orgânicos predominantemente dentro de engradados plásticos, que já recebem o composto produzido nas dependências do próprio *shopping*. Segundo a assessoria do projeto de compostagem (2015, informação verbal¹⁵¹), os funcionários são os que mais consomem o que é produzido no “telhado verde”. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de março de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Signori (2015, informação verbal¹⁵²) foi voluntário da Horta das Corujas por aproximadamente um ano e meio (entre 2012 e 2014). Além do composto que levava do *Shopping Eldorado*, o engenheiro agrônomo abriu um canteiro com algumas plantas medicinais (apelidado de “farmácia viva”), que ainda compunham a paisagem da horta em 2016 (figura 40). Questionado sobre o porquê de ter optado pelas medicinais, ele diz que queria cultivar espécies permanentes (perenes) que dessem pouca manutenção e que se adaptassem bem no composto, mas que também ficava preocupado com a segurança alimentar: “Eu sei que das ervas medicinais, você colhe as folhas para fazer chá e a água vai para 100 °C, então você mata qualquer tipo de patógeno; ou você faz um bálsamo, faz pomada e passa, não tem ingestão”.

¹⁵¹ Informação fornecida por assessores do projeto de compostagem durante visita exclusiva de Gustavo Nagib à horta do *Shopping Eldorado*, em 17 mar. 2015.

¹⁵² Informação fornecida por Rui Signori em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em São Paulo, em 7 jul. 2015.



Figura 40 – A “farmácia viva”, até o início de 2016, persistia na paisagem da Horta das Corujas, muito embora não fosse o único canteiro com plantas medicinais. Juntamente a outros vegetais de crescimento espontâneo, na foto são identificáveis: babosa (à extrema esquerda) – cicatrizante e para fins cosméticos (para o cabelo); boldo (ao fundo) – chá para problemas gástricos e males do fígado; branquinha (junto à placa, de coloração verde-claro) – para infusão contra infecções bacterianas; menta (atrás da placa) – chá para diversas finalidades (mau hálito, problemas gástricos, antivomitivo etc.); alfavacão (mais alto, à direita) – para banhos antigripais e chá diurético; confrei (à extrema direita) – chá para problemas gastrointestinais (LORENZI; MATOS, 2008). São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

As pioneiras da Horta das Corujas e Conselheiras do CADES-PI em 2015/2016, Claudia Visoni e Madalena Buzzo, sobre este assunto, afirmam:

Eu acho bacana que o prédio chique contrate jardineiros para fazer uma horta e que o *Shopping Eldorado* tenha uma horta no teto. É uma coisa muito mais legal que está gerando trabalho, renda, *marketing*... no espaço privado. No espaço público, é outra conversa! E nós estamos trabalhando, aqui, horta comunitária em espaço público: é comunitário, é da sociedade! [...] Outro assédio super comum são os programas de responsabilidade social das empresas. Em um dia, 60, 100 pessoas querem vir aqui plantar... O que elas querem é tirar uma foto! Geralmente são pessoas super desconectadas, que não tem nada a ver com a horta. “Ok, os 60 vão plantar, mas quem vai preparar o canteiro?” [...] “Não sei!” “E quem vai regar todo dia?” “Ah, vocês, porque o nosso projeto é de um dia!” [risos]. Aí, a gente fala que o espaço é público, que fazem o que quiserem, mas a gente não tem como colaborar nisso. Aí, eles vão embora, porque não é o território deles e... tchau! (VISONI, 2014, informação verbal.¹⁵³)

¹⁵³ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

Desapegar não é tão simples, seja do que eu plantei, seja da imitação da horta dentro de lugares fechados, como condomínios. Mas é um público que está exigindo. Será que esse público não passou por aqui? Então viramos uma apresentação. Para um prédio vender melhor, precisa colocar uma horta, e esses consumidores passaram por aqui, isso é legal. Da mesma forma que quando fizemos a horta aqui, também comecei a fazer horta em casa. (BUZZO, 2015, informação verbal.¹⁵⁴)

Uma queixa comum proferida por boa parte dos voluntários entrevistados da Horta das Corujas e presente no discurso ativista em prol da agricultura urbana no Centro Expandido de São Paulo refere-se, ainda, à resistência de muitos de seus vizinhos a aceitarem o uso de espécies úteis comestíveis para a composição do paisagismo de seus prédios e condomínios:

O que eu já propus no meu prédio, na entradinha, é em vez de plantar o que não se serve pra nada, plantar um pé de manjerição, de alecrim [...]. Não consigo entender porque a gente não pode juntar a coisa que dá mais função: ficar bonitinho – vai enfeitar do mesmo jeito – e a gente poder usar para comer, poder usar para um chá medicinal [...], qual o problema de ter chuchu? Não sei se é preconceito... Te acham louca se você quiser fazer a entrada da sua casa só de [planta] comestível. Pimenta virou ornamental, alecrim, às vezes... Por que não pode ter a capuchinha, por exemplo, que é uma trepadeira linda, tem uma flor linda, se você quiser, você come a flor, come a folha, e ela é bonita [...]. (LOPES, 2015, informação verbal.¹⁵⁵)

A PRAÇA DOLORES IBÁRRURI (PRAÇA DAS CORUJAS)

A Horta das Corujas localiza-se na Praça das Corujas (mapa 3A, p. 191). Esta, por sua vez, ficou sendo popularmente assim denominada graças ao córrego de mesmo nome que corre por sua extremidade leste. Entretanto, o nome oficial do logradouro público é “Praça Dolores Ibárruri – La Pasionaria”. Segundo o “Dicionário de Ruas” do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo (2015):

Isidora Dolores Ibárruri Gómez (conhecida como La Pasionaria), nascida dia 9 de dezembro de 1895, em Gallarta, uma localidade de Biscaia (província do País Basco) na Espanha. Seu nome verdadeiro era “Isidora Ibárruri Gómez”. [...]. Casou-se em 1916 com Julián Ruiz e teve seis filhos. Exilou-se na URSS após a vitória de [Francisco] Franco, e regressou a Espanha em 1977, após a morte do general. Foi eleita para o Parlamento e permaneceu líder honorária do Partido Comunista até morrer. Faleceu aos 93 anos de idade, dia 12 de novembro de 1989, em Madri, Espanha [...]. Esta praça, que divide a Vila Madalena e [a Vila] Beatriz, também é conhecida como “Praça das Corujas”, devido ao córrego “das Corujas”, que corta o referido bairro.

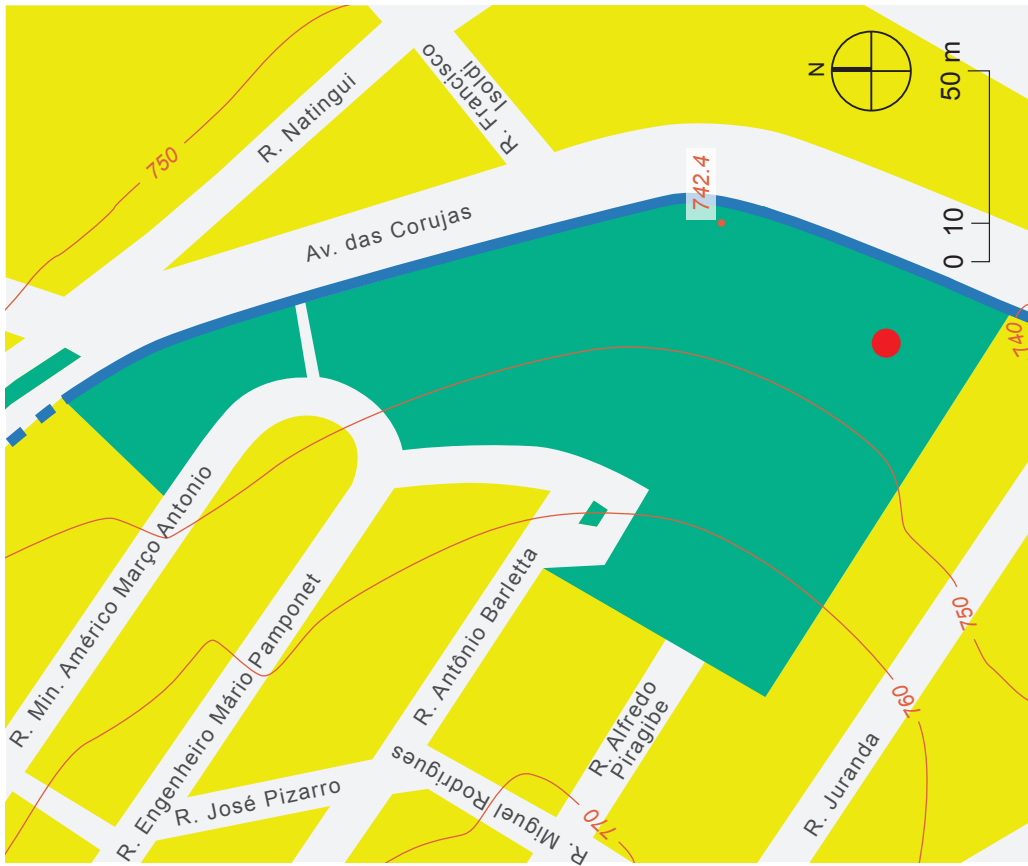
¹⁵⁴ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

¹⁵⁵ Informação fornecida por Paula (Pops) Lopes em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 7 jul. 2015.

A Subprefeitura de Pinheiros (2015, informação pessoal¹⁵⁶), entretanto, informou que não há “registro do porquê ou qual foi a motivação para a praça ter este nome”. A hipótese levantada, a partir da consulta junto à Prefeitura, é que a homenagem a Ibárruri tenha ocorrido em razão de seu falecimento no ano de criação da praça, em 1989, e, também, por maior aproximação ideológica entre a então administração municipal para com a história de vida e com a luta política de “La Pasionaria”.

¹⁵⁶ PREFEITURA DE SÃO PAULO. Informação fornecida pela Subprefeitura de Pinheiros, por meio do Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo. Mensagem recebida por guganagib@hotmail.com em 21 ago. 2015.

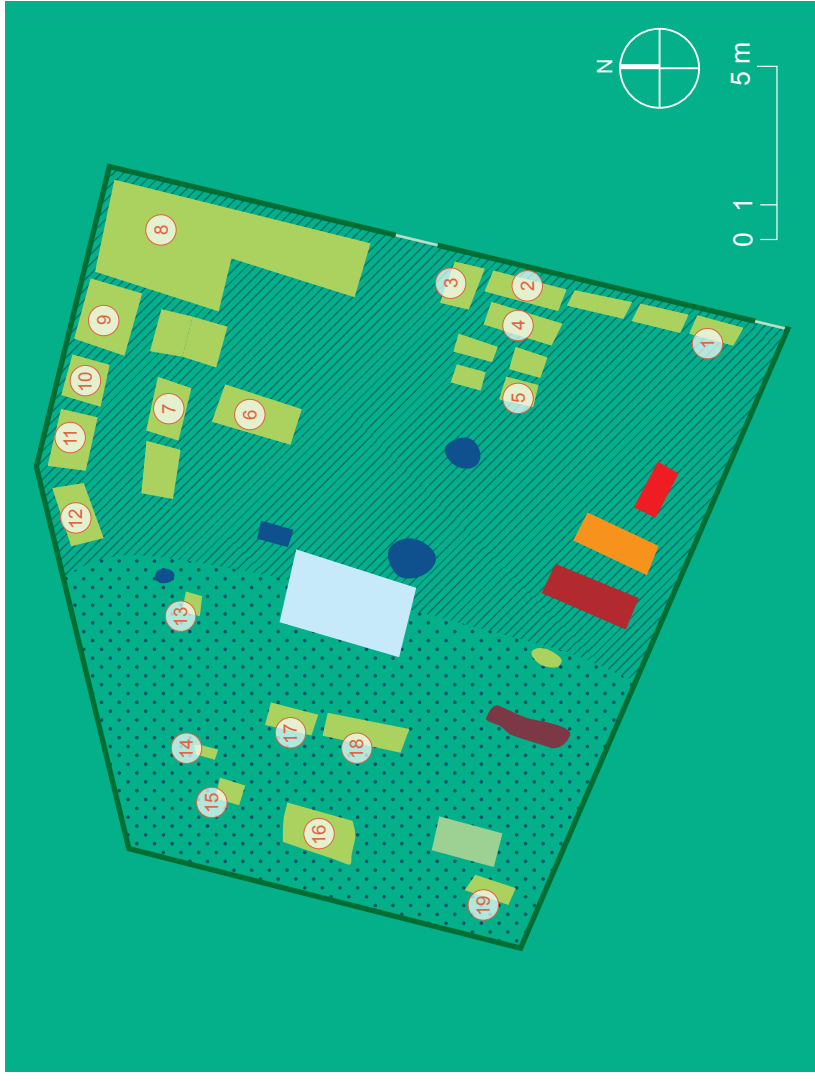
Mapa 3A - PRAÇA DOLORES IBÁRRURI:
LOCALIZAÇÃO DA HORTA DAS CORUJAS



- Horta das Corujas
- Córrego das Corujas aberto
- Córrego das Corujas tamponado
- Praça Dolores Ibárruri (Praça das Corujas)
- Curva de nível (isoípsa)

Fonte: Elaborado por Pedro Suzuki e Gustavo Nagib com base em GEGRAN (1971); GOOGLE MAPS (2016); PREFEITURA DE SÃO PAULO (2016); SARA BRASIL (1930).

Mapa 3B - HORTA DAS CORUJAS: CROQUI DE OUT. 2015



- | | | | |
|--|-------------------------|---|----------|
| 1 | Cacimba | 11 | Miriam |
| 2 | Área de nascente | 12 | Chris |
| 3 | Portão | 13 | Carla |
| 4 | Cerca | 14 | Anya |
| 5 | Canteiro | 15 | Júlia |
| 6 | "Farmácia viva" | 16 | Claudia |
| 7 | Hügelkultur | 17 | Meryleen |
| 8 | Depósito de ferramentas | 18 | Zilma |
| 9 | Meliponário | 19 | João |
| 10 | Composteira | | |
| | Parte alta | | |
| | Parte baixa | | |

Fonte: Elaborado por Joana Ortiz, Pedro Suzuki e Gustavo Nagib a partir de medições em campo (georreferenciamento) e imagem de satélite disponível em GOOGLE EARTH (2015).

Usos pretéritos e regulamentação

A Praça Dolores Ibárruri foi criada pelo Decreto nº 28.387, de 08 de dezembro de 1989, da prefeita Luiza Erundina¹⁵⁷ (PT, à época¹⁵⁸). Anteriormente à criação da praça, o local era coloquialmente denominado, especialmente pelos moradores da Vila Madalena e da Vila Beatriz, de “Fazendinha” ou “Sítio das Corujas”. Estes apelidos são fruto do tipo de ocupação que Felipe Martins, também conhecido como “Felipão” ou “Felipe Boiadeiro”, fazia da área: criação de animais, com destaque aos pôneis, jegues e cavalos.

O terreno ocupado por Martins era de propriedade da Prefeitura, que, em 1986, durante a administração do prefeito Jânio Quadros¹⁵⁹ (PTB), entrou com pedido, na Justiça, de reintegração de posse conquistada apenas em 1991, na administração da prefeita Luiza Erundina. Devido a protestos de moradores para que a Prefeitura deixasse Martins permanecer na área ocupada há cerca de 50 anos, a então administração municipal voltou atrás na decisão. No entanto, em 1º de março de 1994, já na administração do prefeito Paulo Maluf¹⁶⁰ (à época eleito pelo PDS¹⁶¹), a Prefeitura teve a posse reintegrada do terreno, os galpões que Martins havia feito no local foram demolidos e seus animais foram levados pela Secretaria Municipal da Saúde.

O boiadeiro Martins, quando da reintegração de posse, tinha cerca de 80 anos e veio a falecer alguns meses depois, em junho. Depoimentos orais e reportagem de um jornal de bairro da época associam sua morte ao desgosto de ter sido despejado de sua “Fazendinha”. Desde a década de 1980, associações de bairro e políticos locais foram mencionados em reportagens da ocasião como defensores da permanência de Martins no “Sítio das Corujas” e por expressarem preocupação sobre o destino da área verde¹⁶². O jornal *Folha de S.Paulo*, por

¹⁵⁷ Nome completo: Luiza Erundina de Sousa.

¹⁵⁸ Em 1997, Luiza Erundina deixou o PT e se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 2016, se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

¹⁵⁹ Nome completo: Jânio da Silva Quadros. Exerceu mandato de prefeito eleito de São Paulo de 1º de janeiro de 1986 a 1º de janeiro de 1989.

¹⁶⁰ Nome completo: Paulo Salim Maluf. Exerceu mandato de prefeito eleito de São Paulo de 1º de janeiro de 1993 a 1º de janeiro de 1997.

¹⁶¹ Em 1992, Paulo Maluf foi eleito pelo Partido Democrático Social (PDS). Após uma série de fusões partidárias na década de 1990, passou a integrar o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que, por sua vez, desde 2003, denomina-se apenas Partido Progressista (PP).

¹⁶² As fontes consultadas para a elaboração deste e dos dois parágrafos anteriores a este foram: PREFEITURA DE SÃO PAULO; DIÁRIO POPULAR (1991; 1994); FOLHA DE S.PAULO

exemplo, publicou fala do então presidente do Partido Verde (PV), José Luiz de França Penna, expressando sua preocupação, naquele momento, de que “a burocracia municipal transforme a área verde em um local cheio de concreto”¹⁶³.

O historiador e professor da UNESP, Eduardo José Afonso (2015, informação verbal¹⁶⁴), afirma que a atual Praça das Corujas era “o lugar do Felipão”, e sua cocheira se encontrava onde hoje está a Horta das Corujas. Alcides Dutra (2015, informação verbal¹⁶⁵), antigo voluntário da horta, confirma: “O Felipe Boiadeiro morava aqui, tinha muito cachorro. O casebre era bem aqui [onde, hoje, é a horta]”. Já a residência do boiadeiro não era na própria “Fazendinha”, ele apenas usava a área para a criação de animais, que, segundo reportagens da década de 1990, chegou a servir de cenário para a gravação de novelas. Miriam Pils Machado (2015, informação verbal¹⁶⁶), que é moradora há muitos anos da Rua Juranda (rua que faz limite com a praça – mapa 3^a, p. 191), além de atual voluntária da Horta das Corujas, detalha:

Eu moro aqui desde 1964. Quando eu vim para cá, o seu Felipe [Martins] ficava aqui [na Praça das Corujas]. Ele até ajudou muito aqui. Ele engordava porco e tinha cavalos. O seu Felipe morava aqui na Rua Pascoal Vita [mapa 1, p. 160]. Ele não deixava a gente entrar aqui [na “Fazendinha”]. As crianças entravam para fazer piquenique. Se não fosse o seu Felipe, que brecava a entrada de pessoas, isso aqui seria um “favelão”. Seria uma favela até em cima do córrego. Depois, [...] não tinha mais perigo de favela, a Prefeitura começou a cuidar. O filho dele, o Daniel [Rodrigues Martins], de vez em quando eu vejo ele [...]. Aí ficou aberto aqui, o [prefeito Gilberto] Kassab que fez a praça.

Daniel Rodrigues Martins (2015, informação verbal¹⁶⁷), filho de Felipe Martins, ainda frequenta a praça, especialmente a Horta das Corujas. Não muito à vontade para dar depoimentos e sem mencionar o passado, restringiu-se a declarar, a esta pesquisa, que costuma passar na Horta das Corujas de manhã para deixar frutas para os passarinhos e que, de vez em quando, colhe algumas hortaliças do local. Uma vizinha à Praça das Corujas, que pediu para não ser identificada, afirmou que

(1994). As reportagens dos referidos meios de comunicação, que serviram de base documental a esta pesquisa, estão disponíveis nos ANEXOS A, B, C, D e E.

¹⁶³ Reportagem intitulada “Sítio das Corujas é reintegrado à Prefeitura”, de quarta-feira, 2 de março de 1994, caderno “Cotidiano”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/02/cotidiano/23.html>>. Acesso em 28 jan. 2016.

¹⁶⁴ Informação fornecida por Eduardo José Afonso em depoimento exclusivo para Gustavo Nagib, em 27 jan. 2015.

¹⁶⁵ Informação fornecida por Alcides Dutra em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 02 jul. 2015.

¹⁶⁶ Informação fornecida por Miriam Pils Machado em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

¹⁶⁷ Informação fornecida por Otavio Zarvos em depoimento exclusivo para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

Daniel se mudou para as proximidades do Largo de Pinheiros e ele não se sente confortável quando frequenta a praça e a horta, pois já teria se queixado de que um guarda da rua chegou a questioná-lo sobre o que estava fazendo dentro da horta.

A reintegração de posse conquistada pela Prefeitura na Justiça correspondia a 3.800¹⁶⁸ m² de uma grande extensão de 24.000 m² de terras públicas em uma íngreme vertente (curvas de nível no mapa 3A, p. 191), cuja baixada beira a parcela aberta do Córrego das Corujas. Contudo, a praça criada pelo decreto nº 28.387/89 abrangia todo este grande terreno. Logo após a saída de Felipe Martins e de seus animais da área por eles ocupada, em 1994, reportagens¹⁶⁹ da época narram que os galpões do boiadeiro foram desmanchados, mas que a Prefeitura abandonou a área.

Projeto de reurbanização e usos recentes

Entre fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, a praça viria a ganhar uma quadra poliesportiva cimentada e postes de iluminação, porém apenas em meados da segunda década do século XXI que se iniciaria uma grande reforma para a revitalização da praça, que seria finalmente entregue pela Prefeitura apenas em fevereiro de 2010, contando com a presença do então prefeito Gilberto Kassab (MARTINS, L., 2012; PREFEITURA DE SÃO PAULO).

Sobre o histórico que antecedeu a grande reforma da Praça das Corujas, o morador do entorno e membro da Associação de Moradores do Bairro de Alto de Pinheiros (AMBAP), Miklos Hromada (2015, informação verbal¹⁷⁰) relata:

Aqui, que era uma área pública não assumida, vinha uma equipe [da Prefeitura] uma vez por ano dar uma podada no mato, mas era um lugar abandonado. Na parte de cima, tinha um campo, era cimentado, um campo multiesporte, dava para jogar basquete, vôlei, futebol de salão, mas muito largado. Para baixo, mato puro. [...] O que nos alertou foi a questão da segurança. Ou seja, o campinho, de noite, mas ou menos em junho e julho, que era época de festas juninas, visivelmente se transformava num local de recepção de drogas. Era moda, na época, os traficantes comemorarem isso soltando rojões de noite. Ao contrário das brincadeiras das crianças, que era de dia, onze horas da noite, sem motivo nenhum, tinha fogos aí. Tinha essa questão de estar se transformando, devagarzinho, num *point* de traficantes.

¹⁶⁸ Segundo reportagem de mar. 1994 do jornal *Diário Popular*, disponível no ANEXO C.

¹⁶⁹ Segundo reportagem de maio de 1994, disponível no ANEXO D.

¹⁷⁰ Informação fornecida por Miklos Hromada em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 16 jan. 2015.

No ano de 2006¹⁷¹, moradores do entorno e membros da AMBAP, contando com o apoio do vereador Eliseu Gabriel¹⁷² (PSB), começaram a se articular para a elaboração de um projeto para a reforma da praça. Segundo Hromada¹⁷³, alguns amigos seus são arquitetos e recomendaram que ele fosse conversar com a paisagista Elza Maria Niero. Esta, por sua vez, lhe apresentou o professor da FAUUSP Paulo Pellegrino¹⁷⁴, que também contextualiza o episódio:

Em 2006, representantes da Associação de moradores do Bairro que engloba a Praça Dolores Ibárruri procuraram a arquiteta paisagista Elza Niero, pedindo um projeto para a reforma da praça. Fui chamado pela colega a participar deste projeto, pois vinha ao encontro de nosso desejo de aplicar novos modelos de drenagem que estávamos desenvolvendo, em uma área com grande visibilidade na cidade de São Paulo. Queríamos a chance de aplicar esse modelo não convencional de tratamento das águas das chuvas em um projeto que evidenciasse que o paisagismo pode ir além do mero plantio convencional de flores e de gramados: ele pode ser parte importante na estratégia de combate às enchentes. (PELLEGRINO, 2012, p. 264.)

Niero e Pellegrino elaboraram, então, o projeto de reforma da Praça das Corujas, que chegou a ser premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 2008¹⁷⁵. Para a reurbanização da praça pública foram destinados R\$ 750 mil, por meio de uma emenda ao orçamento de autoria do vereador Eliseu Gabriel¹⁷⁶. As obras se iniciaram em 2009, e a “nova” Praça das Corujas foi entregue em 20 de fevereiro de 2010 (PREFEITURA DE SÃO PAULO).

A Praça Dolores Ibárruri foi revitalizada nos anos de 2009 e 2010. Com projeto dos arquitetos Paulo Pellegrino e Elza Niero e estudo hidrológico realizado por professores do Departamento de Hidráulica da POLI-USP, a praça foi pensada para receber uma série de intervenções da chamada infraestrutura verde¹⁷⁷ a fim proporcionar a retenção e infiltração local de águas pluviais e o retardamento do escoamento superficial. Trata-se de uma estratégia para evitar sobrecargas nas galerias de águas pluviais, cada vez mais pressionadas pelo processo de impermeabilização da cidade, mas que não se limita a isso: além de ajudar no controle às enchentes, as tipologias de infraestrutura verde também desempenham outras funções tais como conforto ambiental, suporte à biodiversidade e

¹⁷¹ MARTINS, L., 2012.

¹⁷² Nome completo: Eliseu Gabriel de Pieri.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Nome completo: Paulo Renato Mesquita Pellegrino.

¹⁷⁵ MARTINS, L., 2012.

¹⁷⁶ Informações divulgadas pelo boletim do vereador Eliseu Gabriel, publicado em 2009. Disponível em: <http://eliseugabriel.com.br/novo/img/img_jornal/ambap.pdf>. E também publicadas em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 12 mai. 2009 Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,obra-permitira-que-praca-de-pinheiros-contenha-cheias,369249>>. Acessos em 30 jan. 2016.

¹⁷⁷ “Infraestrutura verde define-se como um sistema ou redes de espaços abertos integrados espacial e funcionalmente, constituídos por estruturas de suporte naturais, artificiais e híbridas, que conformam paisagens que provêm apoio à sustentabilidade de assentamentos humanos, por meio de serviços ecológicos múltiplos e complementares”. (AHERN; PELLEGRINO; BECKER, 2012, p. 35.)

notadamente a redução da poluição difusa das águas por meio da vegetação. (OLIVEIRA, E.; SOARES; BONZI, 2012, p. 46).

No entanto, Pellegrino (2012) e Hromada (2015, informação verbal¹⁷⁸) afirmam que o projeto não foi materializado em sua integridade. Ambos citam problemas com a empreiteira contratada para a realização das obras, o que está relacionado ao processo de licitação e demais procedimentos adotados pelo poder público:

Como quem ganhou a licitação era uma empresa da área de construção de vias, especializada em terraplanagem, a ideia era, em um ou dois dias, passar uma máquina para limpar o terreno, como se fosse um simples trabalho de corte e aterro, plantar grama e algumas árvores aleatoriamente, fazer o remendo de piso. Como se faz, em geral, nas praças de São Paulo. [...] Eu calculo que nem 50% do nosso projeto foram executados, nem mesmo o projeto de plantio que foi detalhado, sendo executado um plantio fora do nosso controle. O meu consolo é que, mesmo com todos esses problemas, a praça ficou como uma indicação do que poderia ter sido feito, fora do padrão convencional. E que também conseguimos obrigá-los a fazer mais do que eles estavam dispostos inicialmente a fazer. (PELLEGRINO, 2012, p. 266-267.)

Feita a licitação, [...] veio uma empresa de engenharia. O dono e os funcionários dessa empresa nunca devem ter visto um campo de futebol, profissionalmente falando, nunca devem ter visto grama na vida. Era uma firma de terraplanagem, que provavelmente, atuava nessa área de construção de estradas. [...] A gente conseguiu, acho eu, cerca de 50% daquilo que era a proposta original, de forma concreta para que isso aqui passasse a existir. (HROMADA, 2015, informação verbal.¹⁷⁹)

Martins, L. (2012) apresenta algumas modificações sofridas pelo projeto inicial apresentado por Niero e Pellegrino, dentre elas: (a) as biovaletas¹⁸⁰ – inicialmente idealizadas para o escoamento superficial das águas das chuvas até lagoas de captação – foram concretadas; (b) não foram feitas as lagoas pluviais¹⁸¹; (c) não foram plantadas espécies vegetais previstas; (d) não modificaram as calçadas para direcionar a água das ruas para as biovaletas.

Em dias de fortes chuvas, verifica-se a alta velocidade de escoamento superficial da água proveniente da “parte alta” da praça, encharcando parcelas do

¹⁷⁸ Informação fornecida por Miklos Hromada em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 16 jan. 2015.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ “São longas e estreitas depressões lineares que coletam e direcionam o escoamento das águas pluviais para sistemas alternativos ou convencionais de retenção ou detenção das águas. Plantadas com densa vegetação, tal tipologia diminui a velocidade do escoamento, filtra a água e permite que parte da mesma infiltre e recarregue as reservas subterrâneas”. (MARTINS, L. 2012, p. 16.)

¹⁸¹ “São como pequenas bacias de retenção que recebem o escoamento superficial por sistemas de drenagem naturais ou construídos [...]. Podendo armazenar grandes quantidades de água, as lagoas pluviais, quando recuperada a qualidade das águas, se transformam em valiosos espaços recreativos para a população e contribuem para o aumento da biodiversidade”. (MARTINS, L., 2012, p. 17.)

solo na “parte baixa” e promovendo a rápida subida do nível do córrego (figuras 41, 42, 43 e 44). Oliveira, E., Soares e Bonzi (2012, p. 59-60) afirmam que a concretagem das biovaletas e a ausência das lagoas pluviais acabam por acelerar o escoamento superficial da água e resultam, ainda, no processo de erosão das margens do córrego. Porém, os referidos autores também reconhecem o processo e o resultado da reforma da Praça das Corujas, mesmo que não se tenha respeitado a integridade do projeto previamente apresentado:

A implantação do projeto levou a melhorias no meio físico através da diminuição de enchentes, ao meio biótico através de um novo projeto paisagístico que se focou na utilização de espécies da flora nativa, e a melhorias sociais [...] decorrentes do aumento da segurança local ocasionado pela apropriação dos espaços livres pela população que os utiliza para lazer. [...] Em conjunto, a implantação do Programa Córrego Limpo e a execução dos projetos do Parque das Corujas [o parque linear] e da nova Praça Dolores Ibárruri resultaram em impacto ambiental positivo, com melhoria de diversos aspectos socioambientais. Além disso, tais ganhos geraram repercussão na mídia, fato que auxiliou na conscientização da importância da valorização de fatores ambientais no desenvolvimento urbano e sua ligação com o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.



Figuras 41 e 42 – Em dias de fortes chuvas, a “parte baixa” da Praça das Corujas fica bastante encharcada. No verão chuvoso, após fortes temporais, o solo ainda permanece barrento por um período mais longo (por mais de 24 horas). À esquerda, o empoçamento é bastante intenso junto ao portão de entrada da Horta das Corujas (o solo, porém, não fica assim dentro da horta); à direita, o passeio da “parte baixa”, entre o Córrego das Corujas e a horta. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Najib.



Figuras 43 e 44 – Quando o volume pluviométrico é elevado e concentrado em rápidos temporais de verão, as biovaletas, mesmo concretadas (à esquerda), cumprem a sua função, porém não conseguem dar conta do grande escoamento superficial que desce da “parte alta” da Praça das Corujas: verifica-se, à direita, a descida de lama pelo passeio calçado. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

O engajamento comunitário, na Horta das Corujas, segundo os diversos depoimentos de seus voluntários mais assíduos, traduz não apenas a satisfação do entretenimento e da busca de uma suposta “liberdade” (que a vida na metrópole lhes parece, por vezes, restringir), mas também o desejo por maior segurança (emocional e física) adquirida pelos laços de solidariedade e de identidade com o espaço público.

As diversas visitas feitas por esta pesquisa à Praça das Corujas constataram a sua grande diversidade de usos, sejam aqueles que o público pratica em movimento, ou aqueles que convidam à permanência no local (GEHL, 2013). Os cidadãos frequentam a praça para: fazer exercícios, sobretudo na parte da manhã e no fim da tarde; namorar, (especialmente os jovens e adolescentes); passear com seus cães ou para treiná-los (treinamento de corrida ou adestramento); praticar *yoga* (figura 45); passear e desenvolver atividades com bebês e crianças; fazer piqueniques e festejar alguma ocasião especial (a exemplo de festas de aniversário); filmar materiais comerciais, acadêmicos, jornalísticos ou artísticos (usando a praça e seus elementos como cenário); além de cultivar alimentos e frequentar, por diferentes motivos, a Horta das Corujas.



Figura 45 – Frequentadora da Praça Dolores Ibárruri pratica *yoga* durante à tarde. A praça é bastante arborizada e muito apreciada para a prática de corrida e caminhada, mesmo com sua grande variação altimétrica. Há quem se aproveite das encostas para brincar com os cachorros ou treinar o fôlego em subidas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de março de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.

O envolvimento dos “cachorreiros” com a praça é, numericamente, bastante expressivo. O termo assinalado faz referência às pessoas que levam seus cachorros para passear na Praça das Corujas e mantêm considerável relação afetiva com o local. Há um grupo no *Facebook*, para facilitar a troca de informações via *internet* sobre este uso específico da praça, chamado “A Praça das Corujas é dos Cães!”, administrado por Paulo Rapoport (conhecido por “Popó”), que, inclusive, fez fotos e produziu um pôster dos cães frequentadores (figura 46). Joana Ortiz é voluntária da Horta das Corujas e seu marido, Manoel Moraes, é um dos “cachorreiros” pioneiros e mais assíduos da praça. O casal possui três cadelas da raça *border collie* e, segundo Ortiz (2015, informação verbal¹⁸²):

Quando eu me mudei para a Pompeia, e eu tenho três cachorras, meu marido sempre passeou com elas em algum espaço público, ele deu uma sondada em todas as praças que tinham perto de casa para ver onde ele poderia levá-las. Três anos atrás [em 2012], as praças estavam muito mal cuidadas. [...] Dentre os lugares que ele visitou, ele achou aqui mais interessante. E desde aquela época, ele ocupa esse espaço [ao lado da horta na Praça das Corujas], porque ele usa essa subida para jogar bolinha para elas. [...] Ele inventou essa ocupação desse espaço, dessa forma, com os cachorros. Antes, e ainda hoje, os cachorros usam a parte de cima [da

¹⁸² Informação fornecida por Joana Ortiz em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

praça]. [...] Ele [o marido de Ortiz] tem essa preocupação de que elas [as cadelas] façam bastante exercício. Ele sempre procurou lugares amplos que ele pudesse jogar bolinha, porque essa raça é bastante ativa, e se não faz exercício, começa a ficar meio pirada, tem alguns problemas de comportamento. Quando ele começou a frequentar a praça, ele viu que lá em cima era muito difícil de fazer isso, porque como tem muito cachorro e muitos dos cachorros não são treinados, não têm experiência com obediência, ele não conseguia jogar. Porque ele jogava bolinha, vinha um monte de cachorro em cima, os cachorros ficavam pulando em cima delas. Elas não, elas têm uma experiência de jogar e voltar, jogar e voltar. Ele começou a usar esse espaço [ao lado da horta] e aproveitar a subida. A partir disso que ele conheceu o Popó [Paulo Rapoport]. Ele [Popó] sempre foi morador da Vila Madalena, mas ele começou a frequentar mesmo a praça, mais ou menos nessa época, há um três anos [2012]. Ele ganhou uma *border collie*, aí, ele ia passear com a cachorra e começou a frequentar a praça. E os dois se conheceram, começaram a trocar informações sobre treinamento de cães, esse tipo de coisa. E foi o Popó que criou aquele grupo no Facebook “A Praça das Corujas é dos Cães!”, e fez até uma iniciativa de tirar foto de todos os cachorros da praça e fazer um pôster.



Figura 46 – Os 167 retratos individuais dos cães frequentadores da Praça das Corujas deram origem ao referente pôster, vendido a R\$ 20 cada (o valor cobrado teve a finalidade de cobrir as despesas de sua produção). São Paulo/SP, Brasil. Pôster de fevereiro de 2014. Crédito: Paulo Rapoport.

Estes diferentes tipos de ocupação e envolvimento dos cidadãos com o espaço público criam maior heterogeneidade de usos e de personagens na Praça das Corujas, ampliando as “fronteiras abertas”, que são aquelas que ensejam “a

possibilidade concreta do desenvolvimento humano individual e coletivo por meio da intensidade das trocas e interações sociais”, ou seja, o oposto da cidade fractal (Capítulo 2) que nega a heterogeneidade e submete as pessoas à vida entre seus iguais (ROLNIK, 2014, p. 77).

Apesar dos possíveis equívocos cometidos pelo poder público na execução do projeto original de reforma da Praça das Corujas – e dos demais fatores, relatados anteriormente, responsáveis por ele não ter sido plenamente contemplado –, compreende-se, aqui, em relação à praça, que “sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”, uma vez que “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivesse uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos” (SANTOS, M., 2004, p. 62-105). Ou ainda, segundo Jacobs (2011, p. 416): “Encarar a cidade, ou mesmo um bairro, como se fosse um problema arquitetônico mais amplo, passível de adquirir ordem por meio de sua transformação numa obra de arte disciplinada, é cometer o erro de tentar substituir a vida pela arte”. O uso permanente da praça pelos cidadãos e suas maneiras distintas de se apropriar de tal espaço público conferem às Corujas uma singularidade, senão para a totalidade da cidade de São Paulo, ao menos para o território da Subprefeitura de Pinheiros, no qual se destacam a gama de atividades que, ali, são realizadas.

A arquiteta-paisagista Niero (2015, informação verbal¹⁸³) é mais otimista com o que de fato resultou de seu projeto para a Praça das Corujas:

Eu fiquei muito satisfeita no final. A gente passou por tanta angústia durante o processo... [...] Mas no final, fiquei muito contente, me deu muito prazer de fazer isso aqui. Olha que praça gostosa, bonita! Quando você faz uma intervenção num espaço assim, todo mundo começa a respeitar muito mais o espaço, respeita tanto que até se apropria. Esse é o resultado positivo, não importa se eu estou de acordo, mas é!

HORTELÕES URBANOS: UMA CONJUNÇÃO DE INICIATIVAS

O processo inicial de materialização da Horta das Corujas esteve condicionado ao surgimento, na cidade de São Paulo, da rede¹⁸⁴ denominada

¹⁸³ Informação fornecida por Elza Maria Niero em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 1º set. 2015.

¹⁸⁴ Considera-se, aqui, que: “À medida que novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a *internet* passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era

“Hortelões Urbanos”, no ano de 2011. Este foi um passo fundamental para agrupar um conjunto de entusiastas na temática da agricultura urbana, cujo interesse, inicialmente, era discutir a produção de alimentos na cidade, mas que também trazia uma vontade ativista de dar início à prática da agricultura urbana em espaços públicos. Os Hortelões Urbanos foram concebidos pelas jornalistas Tatiana Achcar e Cláudia Visoni, que criaram um “grupo público” (de livre acesso) no *Facebook* para a troca de experiências e informações relacionadas à agricultura urbana de escala doméstica ou comunitária.

Achcar e Visoni chegaram a ministrar pequenos cursos (*workshops*) sobre questões concernentes à sustentabilidade urbana em São Paulo. Um desses encontros temáticos, realizado no *Impact Hub São Paulo*¹⁸⁵, em fevereiro de 2011, foi sobre agricultura urbana, após a vivência de Achcar por diversos países do mundo, tais como EUA, Indonésia e Nova Zelândia. Em sua passagem por San Francisco (EUA), a jornalista se deparou com o fato de que as hortas urbanas recebiam atenção especial do poder público local, que disponibilizava infraestruturas próprias às iniciativas comunitárias sob os cuidados de um departamento municipal específico¹⁸⁶. Para ela, mais importante do que falar da atividade agrícola em si, seria ampliar o debate, em São Paulo, acerca do espaço urbano, o que, inclusive,

da Informação: a rede. Uma rede é um conjunto de nós interconectados. [...] A *internet* não é simplesmente uma tecnologia: é um meio de comunicação (como eram os *pubs*), e é a infraestrutura material de uma determinada forma organizacional: a rede (como era a fábrica). Pelas duas razões, a *internet* tornou-se um componente indispensável do tipo de movimento social que está emergindo na sociedade em rede. (CASTELLS, 2003, p. 7-116.)

¹⁸⁵ Instituição cujos membros podem usufruir de uma plataforma global para se conectarem com mais de 7.000 empreendedores através do pagamento de mensalidades (de R\$ 80 a R\$ 1.800, de acordo com o plano de uso). Em São Paulo, está localizada na Rua Bela Cintra, nº 409.

¹⁸⁶ O *San Francisco Recreation & Parks Department* – SFRPD (Departamento de Parques e Recreação de San Francisco) é o departamento municipal responsável pelo enriquecimento das atividades recreativas, pela manutenção estética dos parques e pela preservação ambiental para o bem-estar comunitário. Este departamento mantém e gerencia o “*Community Gardens Program*” (“Programa de Hortas Comunitárias”), que, em 2015, contava com um total de 38 hortas comunitárias estabelecidas em espaços públicos municipais. O “*Community Gardens Program*” compõe, ainda, o “*Urban Agriculture Program*” (“Programa de Agricultura Urbana Municipal”), apoiador e fornecedor de infraestruturas para os membros da comunidade expandirem os espaços verdes urbanos, seja em terrenos públicos ou privados. Segundo o programa, a manutenção das hortas comunitárias (que envolve o plantio de alimentos e/ou flores e a criação de animais, além do oferecimento de oficinas): estimula o espírito comunitário urbano; promove a educação dos cidadãos no que se refere à produção de seu próprio alimento; conecta as pessoas com a natureza; e incentiva uma cidadania ativa. E cabe ao programa: fornecer suporte material, mudas e assistência técnica às iniciativas comunitárias; ministrar oficinas educativas; estabelecer relações de cooperação entre as diferentes instituições públicas no que tange à temática da agricultura urbana (SFRPD, 2015).

lhe motivou a batizar sua iniciativa com o termo “hortelão”: “O agricultor tem um trabalho muito mais puxado” (ACHCAR, 2015, informação verbal¹⁸⁷).

Quando surgiu a ideia de criar o grupo, fui em busca de nomes que remetessem à horta e não a sítio ou à agricultura. Acho horta singelo. E então encontrei essa palavra da língua portuguesa, mas usada em Portugal. Ela soou tão bem, e nos acolheu tão bem... e hoje somos tantos. (ACHCAR, 2015, informação pessoal¹⁸⁸.)

“Hortelão” (masculino) ou “horteloa” (feminino) é um indivíduo que cuida de horta e cujo plural pode ser “hortelões” ou “hortelãos” (HOUAISS, 2009). Entretanto, no feminino, popularizou-se o termo “hortelã”, ao invés de “horteloa”. Mediante entrevistas com diversas horteloas, verificou-se que todas usavam, espontânea e naturalmente, o termo “hortelã” para se autodesignarem, assim como os homens também o faziam para se referirem ao substantivo no gênero feminino (informação que poderá ser verificada em trechos de depoimentos que foram, aqui, reproduzidos). A constatação também foi verificada nas postagens do grupo “Hortelões Urbanos” no *Facebook*, mediante análise dos comentários de usuárias e usuários, e atentando à maneira como elas ou eles identificavam a si mesmos ou se referiam a terceiros.

A hipótese levantada para a popularização do termo “hortelã”, como sendo o feminino de “hortelão” – gramaticalmente incorreto, porém coloquialmente empregado –, associar-se-ia a três fatores principais: (a) possui fonética mais familiar e assemelha-se ao feminino de outros substantivos masculinos terminados em “-ão” (a exemplo de “alemão” e “alemã”, “irmão” e “irmã”, entre outros); (b) a palavra “hortelã” pode se referir a diversas plantas do gênero *Mentha*, criando uma singela conexão entre a atividade de uma horteloa e uma das espécies mais apreciadas e encontradas nas hortas em geral; (c) Visoni (2012)¹⁸⁹ já emitiu uma orientação, em vídeo divulgado na *internet*, sobre o uso da palavra “hortelã” como sendo o feminino de “hortelão”: “Criamos um grupo chamado ‘Hortelões Urbanos’. ‘Hortelão’ é o nome de um homem que cuida de uma horta; ‘hortelã’ é uma mulher. Então, eu sou uma hortelã”.

¹⁸⁷ Informação fornecida por Tatiana Achcar em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 19 jun. 2015.

¹⁸⁸ ACHCAR, T. Mensagem publicada no grupo “Hortelões Urbanos”, na rede social *Facebook*, em 15 abr. 2015.

¹⁸⁹ Vídeo disponibilizado em 23 out. 2012, pelo canal *YouTube*, na *internet*. Neste vídeo, gravado em sua própria residência, Visoni faz uma apresentação sobre os Hortelões Urbanos e sua atuação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZcsrVxmIYs>>. Acesso em 11 de jan. 2016.

Segundo Achar (2015, informação verbal¹⁹⁰), o jornalismo trouxe muita coisa para a sua vida. Cansada da vida na metrópole, a jornalista, que já era ciclista e interessada pela temática ambiental, decidiu conhecer experiências alternativas fora do Brasil durante o período de um ano (entre 2008 e 2009). Nos países por onde passou, Achcar teve diferentes contatos e visões sobre a agricultura, porém, foi em San Francisco que a jornalista se deparou, categoricamente, com a temática da agricultura urbana. A partir daí, decidiu investigar mais sobre as hortas comunitárias, na tentativa de aproximar elementos do “quadro natural” da cidade e, com isso, apresentar os benefícios ambientais que esta atividade traria ao cotidiano urbano. Por isso, entre 2009 e 2010, quando já havia retornado ao Brasil e estava desempregada, Achcar começou a divulgar o assunto por meio de encontros e *workshops*, mesmo sem estar envolvida com nenhum movimento específico. Segundo ela (2015, informação verbal¹⁹¹), Claudia Visoni “foi uma grande parceira” ao longo deste processo.

Do primeiro encontro no *Impact Hub São Paulo*, surgiu a ideia de se criar uma lista de *e-mails* no *Google*, para que as pessoas pudessem trocar informações sobre agricultura urbana. O impulso para a expansão da rede, entretanto, seria dado em julho de 2011, quando Achar e Visoni deram, conjuntamente, um novo *workshop* sobre a atividade hortícola naquela mesma instituição, e a lista de *e-mails* no *Google* evoluiu para um grupo no *Facebook*, agregando mais hortelões urbanos e funcionando como um fórum virtual, que, a princípio, não teria líderes: “Aprendi a fazer um movimento sem líder com os ciclistas” (ACHCAR, 2015, informação verbal¹⁹²). Esta declaração de Achcar faz referência à horizontalidade costumeira nas relações entre os ativistas e os simpatizantes pela mobilidade por bicicleta:

[...] Aquele foi o dia [08/03/15] da Bicletada Nacional – organizada extraordinariamente em mais de 30 cidades do país em protesto contra as mortes de ciclistas que aconteceram na última semana –, e como na maioria das médias e grandes manifestações que acontecem em São Paulo, a polícia apareceu para acompanhar de perto o movimento. [...] “Eu quero falar com o líder de vocês. Onde ele está?”, perguntou o policial a um ciclista, que fez cara de “não sei”. [...] Em silêncio e à distância, eu também achava graça daquilo, e pensava sobre como ainda está longe pra muita gente entender conceitos como coletividade e horizontalidade (em oposição às hierarquias verticais). A vivência desses conceitos é o que permite a

¹⁹⁰ Informação fornecida por Tatiana Achcar em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 19 jun. 2015.

¹⁹¹ Informação fornecida por Tatiana Achcar em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 19 jun. 2015.

¹⁹² Informação fornecida por Tatiana Achcar em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 19 jun. 2015.

movimentos como a Bicletada – além de outros, ligados ou não à *bike* – agregarem tanta gente em torno de uma mesma causa sem coações ou recompensas individuais em sentido estrito (retorno financeiro, *status*, regalias e facilidades). [...] A Bicletada não tem líderes, sua organização não tem um nome, é horizontal, coletiva, anônima e isso está dito de todas as formas por aí [...]. E como é difícil, ainda assim, que algumas pessoas entendam isso, especialmente os policiais, que têm a hierarquia no DNA e não convivem bem com o fato de inexistir um nome, uma pessoa para a qual possam apontar e dizer: é ele, ele é o líder. (DURAN, 2012.)

As ações ativistas em torno da criação de hortas comunitárias na cidade de São Paulo assemelham-se a outros ativismos que reivindicam e lutam por reestruturações do urbano e por transformações do cotidiano. A expressão espacial da arte de rua, a exemplo dos grafites; a luta contra os preconceitos e os direitos das minorias, a exemplo dos movimentos das feministas, dos LGBTTTs¹⁹³, dos afro-descendentes, dos povos indígenas etc.; a luta dos sem-teto por moradia social; e a emergência de articulações sociais em prol da mobilidade alternativa e limpa, a exemplo dos ciclistas: são todas lutas que convergem a uma proposta de reconfiguração do espaço urbano e, mesmo que indiretamente, conversam entre si por conta de suas esperanças transformadoras.

O avanço das políticas públicas de mobilidade por bicicleta na cidade de São Paulo, por exemplo, foi, em grande parte, uma resposta do poder público às demandas ativistas e à severa situação das condições de locomoção na cidade. Segundo Maricato (2013, p. 24-25), o tempo médio das viagens na capital paulista era de 2 horas e 42 minutos em 2007, sendo que os seus 5,2 milhões de automóveis já chegaram a provocar 295 km de congestionamento: “A velocidade média dos automóveis em São Paulo, medida entre às 17h e 20h em junho de 2012, foi de 7,6 km/h, ou seja, quase igual à da caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade média sobe para 20,6 km/h – ou seja, a mesma de uma bicicleta”.

Quanto ao uso da rede social *Facebook* como instrumento de organização da ação coletiva, segundo Castells (2013, p. 171, grifo do autor):

As redes sociais digitais baseadas na *internet* e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da *internet* ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. [...] Além disso, há uma conexão fundamental, mais profunda, entre *internet* e os movimentos sociais em rede: **eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas.**

¹⁹³ Sigla para “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”.

Após o surgimento oficial dos Hortelões Urbanos no *Facebook*, em 26 de julho de 2011, a comunicação entre os engajados no tema tornou-se mais fácil, aproximando interessados sobre a temática tanto da cidade de São Paulo quanto de outras partes do país e do mundo, que, ao fazerem pesquisas sobre “agricultura urbana”, “horticultura doméstica”, “hortas comunitárias” etc., encontravam este novo espaço virtual para trocar ideias, conhecimentos e experiências práticas.

Eu comecei a plantar em casa, achei que só eu tinha tido essa ideia no mundo. [...] Estava lá na minha. As pessoas que eu conhecia achando que eu estava louca e que não fazia nenhum sentido ficar no quintal plantando [...]. Junto com ela [Tatiana Achcar], a gente criou um grupo que se chama “Hortelões Urbanos”. A gente deu uns *workshops*. Ela tinha viajado pelo mundo [...] e ela falava disso. E eu, o que eu estava fazendo no meu quintal e que estava estudando, da ONU, do *Worldwatch Institute*, e juntando essa questão com a questão das mudanças climáticas... traçando um panorama disso. Num dos *workshops*, a gente decidiu fazer um grupo no *Facebook* para uma troca de experiências, tinha umas 50 pessoas, foi em 2011. Está todo mundo começando. Faz seis anos que eu estou nessa, mas eu sou super iniciante também, isso é um aprendizado para a vida inteira. E a gente precisa muito dessa troca de experiência, dá muito erro, muita dúvida... A gente criou o grupo, que chegou num momento que muita gente está despertando pra isso. Com esta questão das redes sociais, hoje ele tem gente do Brasil inteiro, tem muitos outros “filhotes” desse grupo. No *Facebook*, especificamente, cada horta tem seu grupo. Tem grupos regionais... Mas, ali [Hortelões Urbanos], virou um ponto de articulação, [...] mediado pela tecnologia, mas ainda muito [ligado a] as pessoas. Não tem um grande diretório. Eu conheço muita gente, porque eu estou nisso há mais tempo. Eu tenho uma noção, o fulano fala que é Florianópolis, eu falo “pera aí, que eu vou achar” [alguém ou algum movimento que também seja de lá]. (VISONI, 2014, informação verbal.¹⁹⁴)

Neste período inicial dos Hortelões Urbanos na *internet*, alguns de seus membros organizaram-se virtualmente para promover encontros presenciais e melhor debater possibilidades e estratégias de ocupação do espaço público, com o objetivo de se criar uma horta comunitária. Nesta etapa do engajamento coletivo, Visoni começava a se tornar uma referência para este tipo de ativismo, agregando simpatizantes e ampliando a rede formada pelos diversos personagens engajados em agricultura urbana. André Biazoti (2015, informação verbal¹⁹⁵), que viria a ser o idealizador do projeto “Cidades Comestíveis” (Capítulo 2), foi um dos expoentes cuja trajetória ativista associa-se às origens da rede dos Hortelões Urbanos:

Minha história com a agricultura urbana tem muito a ver com a história dos Hortelões [Urbanos], se confunde um pouco. [...] Meu foco inicial era montar um grupo de *guerrilla gardening* e começar a sair pela cidade para plantar [...]. Fuçando sobre o assunto, lendo, entrando em *sites*

¹⁹⁴ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

¹⁹⁵ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

e em grupos do *Facebook* sobre *guerrilla gardening*, alguma coisa vinculada à “jardinagem libertária”, à “horta urbana”, coisas assim, eu caí no grupo dos Hortelões Urbanos, quando ele tinha, mais ou menos, 200 pessoas lá dentro [em janeiro de 2016, eram mais de 26.900]. Quando eu entrei no grupo, comecei a acompanhar as postagens, ver o que as pessoas falavam e senti que, naquele grupo, eu ia encontrar as pessoas para fazer o que eu queria. Como não tinha uma grande rede de pessoas que se interessavam por isso, eu achei que lá talvez eu encontrasse alguém. Comecei a mandar umas mensagens, para fazer alguma coisa junto ou se conhecer.

O primeiro encontro presencial organizado pela página dos Hortelões Urbanos no *Facebook* aconteceu no dia 16 de maio de 2012, às 20 horas, na padaria *Villa Grano*¹⁹⁶, no bairro da Vila Madalena. Um de seus membros, Guilherme Freire, realizou uma série de enquetes nos dias anteriores para que os hortelões acordassem a data, o horário e o local do primeiro encontro¹⁹⁷.

Foi tudo votado pelo *Facebook*. “Onde será o encontro?” Ganhou a Vila Madalena [...]. A gente marcou uma reunião numa padaria, a *Villa Grano*, marcamos numa noite. O primeiro que chegou escreveu num papel “Hortelões Urbanos” e sentou. Tinha umas 15 pessoas. A gente resolveu fazer um grupo de trabalho para fazer o projeto da horta [...]. A ideia era fazer um projeto com visão: Por que a agricultura urbana é importante? O que São Paulo ganharia com isso?... Para apresentar para a Prefeitura, para pedir apoio, para um dia instalar uma horta. E, no processo, começaram a acontecer outras reuniões, as próprias pessoas que estavam nas reuniões começaram a achar aquilo muito chato. E estava muito chato mesmo, porque era um bando de gente escrevendo, escrevendo aquele palavrorio todo, já estava virando uma coisa numa linguagem acadêmica chatíssima. As pessoas diziam que estava muito chato, que queriam plantar, que já ficavam o dia inteiro na frente do computador, que texto que nada! Uma pessoa, na reunião, disse [...] para começar a fazer “guerrilha”. (VISONI, 2014, informação verbal.¹⁹⁸)

Um dos desdobramentos desse primeiro encontro não virtual dos Hortelões Urbanos foi a criação de grupos de trabalho (GTs) para melhor focar em seus objetivos de atuar na cidade e em seus espaços públicos.

A gente fez o primeiro encontro dos Hortelões Urbanos na padaria *Villa Grano*, na Vila Madalena [...]. A gente começou a conversar o que poderia ser feito, quais eram as questões [...]. Surgiram dois grupos: um grupo ia pensar um projeto de horta, fazer um projetinho escrito mesmo para fazer uma horta em algum local; e outro grupo que era de mapeamento, porque tinha uma plataforma que se chamava “*ExtraShare*¹⁹⁹”, que, por sinal, era muito parecida com o “Cidades Comestíveis” – quem tem composto, quem tem semente, onde tem terreno etc. Era um cara canadense que criou isso. A ideia desse grupo de trabalho

¹⁹⁶ Padaria 24 horas, localizada na Rua Wisard, nº 500.

¹⁹⁷ A título de documentação das informações aqui fornecidas, estas postagens estão disponíveis *online*, no grupo dos Hortelões Urbanos, no *Facebook*.

¹⁹⁸ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

¹⁹⁹ A plataforma canadense, que em 2015 já tinha sido extinta, usava o *Google Maps* para mapear e conectar hortelões na cidade de Toronto. O “*ExtraShare*” permitia o compartilhamento de informações entre seus usuários, para que eles pudessem trocar entre si ou fornecer a outrem algum item necessário (composto, sementes etc.).

de mapeamento era entrar em contato com esse cara para a gente traduzir essa plataforma para o português, ela estando em inglês, ninguém no Brasil ia conseguir usar. [...] Esse grupo de mapeamento ia começar esse processo de tradução e trocar ideia com o cara e começar a fazer alguma coisa semelhante ou realmente só traduzir. Eu fiquei no grupo de mapeamento, o de projeto acho que se reuniu umas duas vezes, eu não sei, e aí deu início à Horta das Corujas. Acho que eles começaram a escrever alguma coisa, se encheram de ficar pensando em escrever um projeto, acho que aí apareceu a Madalena [Buzzo] [...]. Esse grupo do projeto foi e fez a Horta das Corujas, eu não estava envolvido. (BLAZOTI, 2015, informação verbal.²⁰⁰)

Nessas reuniões, em 2012, alguns hortelões, já inspirados pelos movimentos de guerrilha verde de outras partes do mundo, decidiram, enfim, partir para a ação. A materialização da primeira horta comunitária de caráter ativista da cidade de São Paulo (MUDA-SP, 2015), consequente à articulação inicial dos Hortelões Urbanos, estabeleceu-se na Praça das Corujas (Praça Dolores Ibárruri). Por isso, a horta comunitária, ali estabelecida, foi batizada de “Horta das Corujas”.

Muitos pioneiros dos Hortelões Urbanos, ou mesmo aqueles que compareceram à sua primeira reunião na padaria *Villa Grano*, na Vila Madalena, não estiveram na linha de frente para a materialização de seu principal projeto – a horta –, nem tampouco se tornaram voluntários assíduos. Algumas pessoas traçaram caminhos diferentes, dando continuidade ao seu ativismo de caráter ambientalista por outras vias. Achcar (2015, informação verbal²⁰¹), por exemplo, que foi idealizadora dos Hortelões Urbanos, não se considera voluntária da Horta das Corujas. Para ela, a paisagem da Praça das Corujas mudou muito com a horta. Fazia visitas periódicas, participava de algumas atividades promovidas ali e até chegou a entregar a placenta de sua filha (ato simbólico para expressar “fertilidade”), juntamente com uma roseira, em um dos canteiros (figura 47). Mas, “apesar de ter plantado esta semente” ativista, São Paulo não a “emociona mais”, pois não se sente acolhida na grande metrópole: este foi seu “último gás pela cidade”.

²⁰⁰ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

²⁰¹ Informação fornecida por Tatiana Achcar em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 19 jun. 2015.



Figura 47 – Roseira plantada por Tatiana Achcar na Horta das Corujas, no local onde a ativista depositou a placenta de sua filha. No mesmo canteiro, há a um limoeiro (arbórea logo atrás das rosas) e, no início de 2016, a abóbora também avançava com vigor (folhagem maior em primeiro plano). Na ocasião desta foto, Achcar comemorava, coincidentemente, o aniversário da filha na Praça das Corujas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.

O geólogo Sasha Tom Hart (2015, informação pessoal²⁰²), diferentemente de Achcar, trilhou outro percurso e prestou outro tipo de contribuição ativista: além de participar dos Hortelões Urbanos desde seus primórdios no *Facebook*, ele acompanhou a criação e é voluntário da Horta das Corujas, e ainda se elegeu Conselheiro do CADES-PI em 2015.

Eu fiz o [...] curso [*workshop*] dos Hortelões Urbanos, atraído pela descrição, por ser apresentado por uma amiga de outra época (Tatiana Achcar) e sobretudo porque estava voltando de uma temporada na

²⁰² HART, S. T. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 15 jul. 2015.

Inglaterra, onde eu frequentei hortas urbanas que funcionavam muito bem. A Cláudia Visoni participou também falando sobre a parte prática e atçou todos a colocarem mais a mão na massa (e [na] enxada). Depois ela me convidou para conversarmos sobre ocupar um espaço público (Horta das Corujas) e eu fiquei muito entusiasmado. Rapidamente a conversa migrou para a ação (e colheita...) ²⁰³.

A rotatividade de personagens simpatizantes a determinada causa ativista costuma ser grande. Por isso, quando a agricultura urbana, em sua expressão ativista, se revela divertida, as ações de guerrilha verde podem se transformar em hortas ou jardins comunitários permanentes, encontrando voluntários que se dedicam à manutenção cotidiana dos canteiros com muito prazer (REYNOLDS, 2009). Entretanto, este ainda é “um risco muito grande”: “Muitas hortas são abandonadas. Às vezes, os grupos não têm fôlego para esse cuidado diário” (VISONI, 2014, informação verbal ²⁰⁴).

A partir da relação horizontal (não hierarquizada) entre seus membros, os Hortelões Urbanos, inicialmente, teriam a pretensão de se constituir enquanto movimento ativista em prol da produção de alimentos no espaço urbano (sobretudo no modelo de hortas comunitárias), preenchendo uma lacuna que havia, na cidade de São Paulo, neste tipo de atuação e mobilização política.

Em 2012, o grupo chegou a escrever um manifesto ²⁰⁵, que serviria para identificar a ideologia de seus integrantes e expor suas posições publicamente. A partir da seguinte apresentação – “Nós somos agricultores urbanos: vivemos na cidade e plantamos alimentos”.–, o manifesto pretende introduzir uma série de benefícios relacionados à prática da agricultura urbana, enquanto alternativa à lógica produtiva da agricultura industrial e da sociedade de massa. A fim de caminhar à conquista da autonomia alimentar, a declaração dos Hortelões Urbanos destaca uma série de questões: (a) os grandes impactos socioambientais provocados pelo agronegócio, tais como a dependência de combustíveis fósseis e agrotóxicos, e a concentração de renda e de terra; (b) que não deve haver hierarquias e, sim, mútua dependência na relação entre a cidade e o campo; (c) que se devem estabelecer parcerias com pequenos produtores agroecológicos e criar redes locais de comércio justo para fazer frente ao agronegócio; (d) que os conhecimentos agrícolas ancestrais precisam ser reconhecidos, a fim de unir os saberes tradicionais ao

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

²⁰⁵ Manifesto integralmente disponível no “ANEXO F”.

conhecimento científico moderno; (e) que conhecimento e recursos devem ser compartilhados; (f) o compromisso de “cultivar alimentos de forma menos artificial”, de “gerar riquezas sem degradar a natureza ou explorar outros seres humanos” e de incentivar “o compartilhamento equitativo do espaço público pelas pessoas”; (g) que a agricultura urbana promove o senso de cidadania, tem potencial educativo, cria comunidades solidárias, contribui para a boa convivência no espaço público, celebra a diversidade e combate a impessoalidade da vida na cidade; (h) a valorização do contato com a terra, da reconexão com os ciclos da natureza, da profissão do agricultor (seja no campo ou na cidade), do sabor e das qualidades nutritivas dos alimentos livres de agrotóxicos, frescos e sazonais; (i) que a cidade integra o ecossistema e, por isso, o planejamento urbano deve incorporar os fluxos da natureza em suas decisões (CIDADES COMESTÍVEIS, 2015).

O manifesto, segundo Biazoti (2015, informação verbal²⁰⁶), “foi feito em muitas mãos [...]. A gente lançou para o grupo, as pessoas lançaram uns pitacos, mexeram um pouco no texto, aí se chegou à versão final, que está nos arquivos do grupo [no *Facebook*], isso antes do crescimento exponencial do grupo”. Em março de 2013, Visoni (2013)²⁰⁷ publicou o manifesto na página dos Hortelões Urbanos no *Facebook*: “Esse *Manifesto dos Hortelões Urbanos* foi feito a várias mãos e nunca foi lançado ou discutido mais amplamente. André Ruoppolo Biazoti teve a ideia e vários outros participaram, já não lembro exatamente quem [...]”.

Com a rápida adesão de pessoas ao grupo pelo *Facebook*, a ideia de que os Hortelões Urbanos possuísem uma unidade político-ideológica foi se perdendo. A grande parte desses novos “conectados” não tinha conhecimento da origem do grupo, não conhecia ou não compartilhava, necessariamente, daquele conteúdo apresentado pelo manifesto, tampouco poderia ser representada politicamente enquanto parte de um “movimento”. Dessa forma, os Hortelões Urbanos acabaram se configurando enquanto rede de troca de informações *online* sobre a produção de alimentos na cidade, sem possuir uma organização capaz de lhe conferir uma identidade e unidade política. A expressão “hortelão urbano” é genericamente empregada para qualificar uma modalidade de agricultor urbano, mais precisamente, para identificar o cidadão que não é agricultor de profissão (nem que exerça esta

²⁰⁶ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

²⁰⁷ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 23 mar. 2013, no grupo “Hortelões Urbanos”, na rede social *Facebook*.

atividade como sua principal fonte de renda), ativista ou não, mas que usa o espaço urbano para produzir alimentos (seja o espaço público ou privado, seja em escala doméstica ou comunitária).

Pra mim, os Hortelões Urbanos, na verdade depois de vários momentos de debate e discussão ali dentro do grupo, é uma praça pública. Não se constitui enquanto grupo, ele não tem uma unidade. No começo até tinha uma unidade, a gente construiu um manifesto, a gente queria fazer um espaço minimamente organizado, mas com o crescimento exacerbado, a gente perdeu um pouco o controle. Na verdade, é uma praça pública, um espaço onde a gente reúne pessoas interessadas no mesmo tema, onde se pode ir ali no meio e jogar questões, e compartilhar coisas que você achou interessante. É uma rede, mas não organizada e tampouco quer ser organizada. É uma rede que não tem uma identidade. [...] Hoje em dia, acho que pessoas nem fazem ideia que tem um manifesto, como aquilo surgiu. Foi um certo direcionamento para propor políticas públicas, tenta fortalecer um programa de agricultura urbana propriamente dito. Mas com a entrada de várias pessoas, pessoas que não são de São Paulo, do Brasil inteiro, do mundo inteiro, começou a se constituir mais um espaço de trocas, um espaço de compartilhamento de coisas, de recursos, de vontades, de anseios, de dúvidas, do que um grupo propriamente. (BIAZOTI, 2015, informação verbal.²⁰⁸)

A página dos Hortelões Urbanos, no *Facebook*, é bastante heterogênea. Frequentada por pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, com as mais variadas idades e bastante difícil de identificar um perfil ideológico e socioeconômico predominante, as discussões ali presentes são basicamente sobre o manejo e os cuidados necessários no cultivo doméstico das mais variadas espécies de plantas (alimentícias ou não). A grande parte das postagens não apresenta conteúdo politizado, nem pretendem criar discussões de caráter político-ideológico, porém, esporadicamente, há publicações informando sobre algum ato ou manifestação, pedindo ajuda na divulgação ou coleta de assinaturas para um abaixo-assinado ou petição, entre outros casos particulares.

Os membros dos Hortelões Urbanos, no *Facebook*, geralmente solicitam sementes e mudas, tiram as mais variadas dúvidas (por exemplo, como realizar a poda corretamente; que tipo de instrumento ou material usar em uma situação específica; se uma determinada planta é comestível ou não; qual é o nome de alguma espécie vegetal etc.), pedem ajuda no manejo de suas plantas ou questionam os demais membros do grupo sobre como controlar algum tipo de praga, além de postar fotografias que ilustrem os casos em questão ou para mostrar o vigor e a beleza cênica de sua produção doméstica (fotos de flores, legumes, folhagens,

²⁰⁸ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

raízes e tubérculos que foram colhidos etc.). Há, também, convites para mutirões de hortas comunitárias e demais atividades coletivas que acontecem nas cidades. Foram selecionados exemplos de publicações²⁰⁹ da página dos Hortelões Urbanos, no *Facebook* (figura 48).



²⁰⁹ As publicações selecionadas são amostras aleatórias para ilustrar os exemplos citados por esta dissertação. Não se revelou, aqui, a autoria das postagens para não expor a identidade de seus autores. Entretanto, todas as amostras aqui apresentadas foram publicadas no grupo “Hortelões Urbanos”, no *Facebook*, que se trata de um grupo público, portanto suas respectivas postagens são de livre acesso aos usuários da rede social e integrantes do grupo.

Oi, alguém sabe onde arranjo sementes ou mudas de Kudzu, também conhecida como Puerária? Procurando na internet acho apenas pra comprar 3kg de sementes, aí fica inviável pelo preço pra mim 😞

Obrigado!!



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Urtiga.

Dei pra lidar com ela sem luva e tolerar o queimaço, supondo que a sensação fosse a única consequência, e não uma lesão física.

Mas apareceu uma lesão tipo queimadura na minha mão e queria saber se isso é esperado de um contato com urtiga pra saber a que eventos associar essa "queimadura"

*acho que é a branca, a minha urtiga.

Alguém sabe?

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Queridos e queridas,

Hoje será lançado um manifesto contra a instalação do aeroporto em Parelheiros e pediram para os Hortelões assinarem enquanto rede. Pra quem não sabe, em Parelheiros estão grande parte dos agricultores do município (inclusive os que comercializam na feira do Ibirapuera), além de ser uma área de proteção ambiental e que abastece o município com água. Alguém é contra assinarmos??

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Hortelões! Quando abro uma beringela e ela está assim, está estragada?



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Boa tarde hortelões!

Esta sementinha veio girando do céu e caiu no meu colo ontem, alguém saberia de que é?



37 curtidas 14 comentários

Figura 48 – Seleção de postagens oriundas do *Facebook*, a fim de exemplificar as discussões cotidianas entre os membros dos Hortelões Urbanos via *internet*. De cima para baixo, postagens de: 12 jan. 2016; 2 mar. 2012; 30 dez. 2015; 10 dez. 2014; 12 jul. 2015; 13 ago. 2013; 8 jan. 2016.

Uma das grandes problemáticas concernentes ao que se transformou os Hortelões Urbanos é justamente sua participação e envolvimento político nas

questões socioambientais urbanas nestes últimos anos. Postagens na página do grupo revelam que esta foi uma das extensas discussões que aconteceram no *Facebook*. Usuários se mostram contrários a assinarem petições e demais documentos oficiais (sobretudo aqueles direcionados ao poder público) utilizando o nome “Hortelões Urbanos”, com a justificativa de que o grupo se tornou apenas um fórum de discussão, ou uma rede para a troca de informações e divulgação de ações, e não um movimento que possa responder por todos que fazem parte dele no *Facebook*. A saída encontrada é usar a rede social da *internet* para divulgar os documentos e, quem tiver interesse, assina individualmente, ou, ainda, há grupos ativistas que assinam como sendo um coletivo de “agricultores urbanos” ou de “hortelões urbanos”, com a grafia em minúsculas, para fazer a diferença do grupo do *Facebook* “Hortelões Urbanos” (nome próprio). Este último, já deixa um aviso em sua descrição para todos os usuários e visitantes:

O grupo Hortelões Urbanos foi criado em 2011 para reunir pessoas interessadas em trocar experiências pessoais sobre plantio orgânico doméstico de alimentos e também pretende inspirar a formação de hortas comunitárias. Além do bate-papo sobre as plantas de cada um, acontece bastante prosa sobre experiências caipiras, divulgação de projetos de plantio orgânico de alimentos e exemplos do campo que podem inspirar um urbano a plantar. Não controlamos ou organizamos atividades de agricultura urbana, **não somos uma organização e nem pretendemos ser**. Vários dos membros desse grupo atuam em hortas comunitárias e outras iniciativas relacionadas, assim como boa parte dos participantes desses projetos sequer fazem parte da rede social. [...] **Como o grupo não tem coordenadores ou representantes, não adere a abaixo-assinados e não tem participação oficial em eventos ou movimentos**. Se o assunto em pauta está relacionado ao tema do grupo, a divulgação é bem-vinda e **cada membro decide se e como aderir**. (HORTELÕES URBANOS, 2016, grifo nosso.)

Biazoti (2015, informação verbal²¹⁰), um dos membros iniciais dos Hortelões Urbanos e ativista engajado na temática da agricultura urbana na cidade de São Paulo (Capítulo 2), por sua vez, acrescenta a esta discussão:

A gente teve várias discussões no grupo, por exemplo, pediram para os Hortelões Urbanos assinarem um manifesto em prol do Parque Augusta. Aí, começou a rolar várias discussões se ia assinar essa carta, tinha gente que não estava lá para assinar nada. Quem vai falar pelas tantas mil pessoas que estão lá? Quem é você para falar por essas pessoas? Ou para assinar um negócio que vai pelo nome das pessoas? Não faz sentido! A gente abriu algumas consultas e as pessoas diziam que estavam ali para falar sobre hortas urbanas, não para assinar documentos políticos. Aí, a gente começou a reconhecer que ninguém assina como “Hortelões Urbanos”. Na verdade, Hortelões Urbanos não é ninguém, não é representado por ninguém, ninguém pode representar os Hortelões

²¹⁰ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

Urbanos. É realmente um espaço público, não é um grupo constituído nem nada. Os Hortelões Urbanos [...] não são um espaço para criar coletivamente coisas, é realmente uma praça pública que você entra lá e interage com quem está ali naquele momento, naquela hora e, aí, de repente, você some e outras coisas vão aparecer naquela praça e você é só mais um que apareceu. Para mim, que estou desde o começo, isso acendeu em mim uma vontade muito grande de que toda essa força que se criou nesse movimento seja de fato um movimento político. De fato é! Juntar pessoas que plantam, que gostam de plantar e nunca foram incentivadas para isso. Então, a partir do momento que você junta essas pessoas e elas começam a se alimentar, a se prover de informações, a trocar coisas, aquilo vira um grande movimento. Aquilo é pulsante, é muito forte.

A conceituação exata sobre o que são os Hortelões Urbanos, ou o que eles aparentam ser politicamente, ainda é frágil e passível de discussões. A grandiosidade da rede na *internet* e a expressividade ativista que alguns de seus membros conquistaram desde que o grupo surgiu já não são mais fatos insignificantes nas esferas de decisão política na capital paulista, pelo menos ao que se refere à agricultura urbana e à ocupação de áreas públicas. Em 2015, à época da aprovação da Lei nº 16.212, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo (Capítulo 2), o vereador Nabil Bonduki (PT), autor do projeto, afirmou que

[...] as iniciativas dos paulistanos para a ocupação cidadã das praças têm aumentado. Movimentos e coletivos com os **Hortelões Urbanos**, Movimento Boa Praça, Ocupe e Abrace Praça da Nascente Iquiririm, Rios e Ruas, entre outros, vêm trazendo vida às praças paulistanas e contribuindo para requalificação desses espaços públicos, trazendo de volta um conceito básico da cidadania que andava meio esquecido: o significado da palavra público – que quer dizer de todos, e não de ninguém. (BONDUKI, 2015, s.p., grifo nosso.)

Porém, como afirma Freeman (1970, s.p.):

Quanto mais “inestruturado” um movimento é, menos controle ele tem sobre as direções na qual se desenvolve e sobre as ações políticas na qual se engaja. Isso não significa que suas ideias não vão se espalhar. Dado um certo grau de interesse dos meios de comunicação e condições sociais favoráveis, as ideias poderão ser difundidas amplamente. Mas o fato das ideias serem difundidas não implica que serão implementadas; significa apenas que serão discutidas. Na medida em que podem ser aplicadas individualmente, elas podem ser realizadas, mas na medida em que requerem poder político coordenado para ser implementadas, elas não o serão.

Engajada na materialização da Horta das Corujas desde o início, Miriam Isabel Cenamo Salles, que diz trabalhar com *internet* desde 1996, considerou prudente registrar o domínio dos Hortelões Urbanos para que a rede formada não seja vítima de possíveis aproveitadores cibernéticos. O processo de registro para *sites* brasileiros (que são “.br”) consiste em verificar se já não existe o mesmo

domínio cadastrado, informar um CPF ou CNPJ e pagar uma taxa anual para garantir a sua posse, de R\$ 30 pelo primeiro ano e de R\$ 27 pelos próximos anos (REGISTRO.BR, 2015). Salles (2015, informação verbal²¹¹), que disse ter pagado a taxa (mas sem explicitar por quanto tempo e se houve rateio dos custos), justificou esta medida:

Eu falei que a gente precisa de ter uma coisa para se organizar e tal. E o *site* é melhor, porque pega quem está no *Facebook* e quem não está no *Facebook*. Esse é um dos objetivos do *site* dos Hortelões [Urbanos] também: pegar [conectar] quem não está no *Facebook*. O pessoal falou que não. Já houve discussões, [...] a Claudia [Visoni] é totalmente contra, pelo menos era, de fazer um *site*. Ela diz que isso institucionaliza o grupo. Eu não concordo, que acho que não, eu acho que a gente consegue divulgar mais o movimento, ou sei lá, o trabalho, e consegue organizar melhor. Dentro do grupo [no *Facebook*] tem muita informação perdida, que se fala duas, três, quatro, cinco, dez vezes, e cada vez começa a discussão tudo de novo porque não está organizada a informação. E porque não dá para organizar. [...] Eu tinha o maior medo das pessoas não entenderem o porquê d'eu ter registrado o domínio. Das pessoas acharem que eu estava querendo me aproveitar de uma situação. O meu motivo foi justamente o contrário, foi proteger, porque eu sei que tem pessoas que fariam isso. [...] Ela [a Claudia Visoni] falou que quando a gente precisar da ajuda dela com textos, ela vai ajudar, mas do *site*, ela não quer. [...] A gente vai começar agora a discutir como vai ser o *site*²¹².

A dificuldade organizacional, em ter apenas a rede social como instrumento de articulação do grupo de hortelões, também aparece na fala anterior de Salles como sendo um entrave do presente. Sobre esta questão, Castells (2003, p. 7) afirma que

apesar de suas vantagens em termos de flexibilidade, as redes tiveram tradicionalmente de lidar com um grande problema, em contraste com hierarquias centralizadas. Elas têm tido considerável dificuldade em coordenar funções, em concentrar recursos em metas específicas e em realizar uma dada tarefa dependendo do tamanho e da complexidade da rede.

Apesar de possíveis críticas ao que tenha se tornado os Hortelões Urbanos, em decorrência de seu rápido crescimento na *internet* e relativa perda de foco para as mobilizações políticas, o grupo foi fundamental para dar os primeiros passos ativistas em direção à materialização de hortas comunitárias na cidade de São Paulo – a exemplo da Horta das Corujas, que foi a primeira –, além de propiciar debates sobre a produção hortícola no espaço urbano por meio das redes sociais.

²¹¹ Informação fornecida por Miriam Isabel Cenamo Salles em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

²¹² Até 13 jan. 2016, o referido *site* não existia, apenas estava registrado o domínio <<http://horteloesurbanos.com.br>>.

No *Facebook*, as pessoas têm algum tipo de interação, mesmo que seja na esfera virtual, e também podem ter algum acesso a informações sobre as ações ativistas referentes à agricultura urbana. Existem outros grupos na *internet* que também poderiam desempenhar esta função, entretanto os Hortelões Urbanos, por terem sido pioneiros, tornaram-se uma referência sobre a temática da produção de alimentos na cidade.

A iniciativa começou sem pretensões, com uma página no *Facebook*. [...] O grupo acabou por se expandir e hoje possui uma horta comunitária experimental na Praça das Corujas, na Vila Madalena, e outra na Avenida Paulista – coração da cidade de São Paulo –, chamada Horta do Ciclista. [...] As atividades presenciais são disponibilizadas na *internet*. Os objetivos gerais do projeto são: ajudar as pessoas a começar a produção de comida orgânica em casa; criar oportunidades para a troca de experiências; ajudar novos jardineiros [hortelões] a ter acesso a pessoas mais experientes que possam solucionar eventuais problemas. [...] As técnicas são sempre orgânicas, com muita influência da permacultura. Os resultados iniciais são muito animadores, pois têm crescido e agregado mais gente em busca de reconexão com a natureza e com outras pessoas. (HERZOG, 2013, p. 143.)

A principal polêmica, em 2015, na página dos Hortelões Urbanos, e que provocou o primeiro “racha” do grupo de internautas, foi entorno da publicação de textos e/ou fotos sobre *Cannabis sativa*, popularmente conhecida por “maconha”. No Brasil, a planta é criminalizada pela Lei nº 11.343/06 e, em seu artigo 28, estabelece pena a quem cultivar e/ou fizer uso dela. Em outubro de 2015, Visoni (2015)²¹³ postou a seguinte mensagem na página do grupo no *Facebook*:

RECADO DOS ADMINISTRADORES

O plantio de *Cannabis* não é permitido por lei e alguns membros têm utilizado esse tema para *trollar* (tentar gerar conflitos) entre os hortelões. Por esse motivo recomendamos encaminhar esses posts para os grupos ativistas da causa. A partir de agora serão apagados posts referentes a essa planta assim como as reclamações sobre os posts apagados. Os administradores do grupo tentaram ao máximo evitar esse posicionamento, mas as provocações estão atrapalhando demais o bom andamento das conversas por aqui.

Esta teria sido a interferência mais emblemática dos moderadores²¹⁴ do grupo no que se refere ao controle das postagens públicas. Na descrição do grupo, no *Facebook*, pode-se ler um aviso de seus mantenedores:

Hoje em dia somos muitos, então é preciso cuidar para que todos tenham oportunidade de encontrar seu lugar ao sol. Ou seja, recomendamos não fugir muito do tema central do grupo e evitar postagens repetitivas. Não existem mediadores, apenas um grupo de voluntários que

²¹³ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 06 out. 2015, no grupo “Hortelões Urbanos”, na rede social *Facebook*.

²¹⁴ Pessoas que fazem a administração do grupo virtual e assumem a função de verificar o conteúdo das postagens, podendo apagá-las caso as considerem inadequadas.

denominamos administradores, cuja principal função é evitar a entrada de perfis *fake* [falsos] ou *trolls* [pessoas que desestabilizam uma discussão propositalmente na *internet*], a divulgação de *posts* [postagens] e comentários fora do contexto ou ofensivos. Convidamos todos os hortelões a participar e também ajudar a mediar as conversas, sabendo que somos igualmente membros e corresponsáveis pela convivência aqui. [...] Evita-se ao máximo a censura, mas alguns tipos de *post* não são aceitos e serão excluídos imediatamente. São eles: ofensas, anúncios de produtos ou serviços, comentários político-partidários. (HORTELÕES URBANOS, 2016.)

Até janeiro de 2016, a supracitada postagem de Visoni tinha 730 “curtidas” e 210 “comentários” de outros usuários da rede social. Os mais variados posicionamentos e posturas levaram ao surgimento de um novo grupo no *Facebook*, denominado “Hortelões LIVRES”²¹⁵, angariando apoio e adesão daqueles que acharam inadequada a medida de proibir o assunto sobre *Cannabis sativa* na página dos Hortelões Urbanos. Embora tenha havido certo agito sobre o fato, o grupo voltou a operar em sua “normalidade” nos dias seguintes. Em 13 de janeiro de 2016, os Hortelões Urbanos possuíam 27.616 membros no *Facebook*, sendo administrado por nove pessoas, que eram os responsáveis pela sua moderação: Claudia Visoni e Tatiana Achcar (suas idealizadoras), mas também André Biazoti, Andrea Pesek, Fabíola Donadello, Miriam (Mirinha) Cenamo Salles, Guilherme Ranieri e Monica Meira. Destes, Visoni, Pesek, Donadello e Salles também são pioneiras e voluntárias frequentes da Horta das Corujas.

A MATERIALIZAÇÃO DA HORTA DAS CORUJAS: DA GUERRILHA VERDE À FORMALIDADE CONSENTIDA

A sinergia entre duas mulheres foi fundamental para a instalação da Horta das Corujas em 2012: Claudia Visoni, moradora do Alto de Pinheiros, criadora da rede dos Hortelões Urbanos e que já vinha com a ideia de cultivar para além de seu próprio quintal; e Madalena Buzzo, vizinha à Praça das Corujas desde 2008, presidenta e fundadora da Associação de Moradores e Empresários da Avenida das Corujas e Adjacências (AMEC)²¹⁶, e então Conselheira do CADES-PI (figuras 49 e 50).

²¹⁵ Em 13 jan. 2016, o grupo “Hortelões LIVRES”, no *Facebook*, possuía 1.900 membros, sendo que muitos deles também eram integrantes do grupo “Hortelões Urbanos”.

²¹⁶ Fundada em 04 de abril de 2012, configura-se, juridicamente, como uma associação privada (de bairro/moradores) para desempenhar atividades de defesa dos direitos sociais. Foi idealizada e é presidida, desde então, por Madalena Buzzo.



Figuras 49 e 50 – À esquerda, Tatiana Achcar e Cláudia Visoni (de chapéu) em um dia de mutirão na Horta das Corujas e que, coincidentemente, Achcar comemorava, na praça, o aniversário de sua filha. À direita, Madalena Buzzo junto ao seu canteiro, localizado na “linha de frente” da horta, encostado na cerca e próximo ao passeio da praça. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho de 2015 (figura 50) e de janeiro de 2016 (figura 49). Crédito: Gustavo Nagib.

Visoni, que chegou a frequentar reuniões²¹⁷ do CADES-PI em 2011, conheceu Buzzo e conseguiu uma importante aliada familiarizada com os expedientes do poder público local. A colaboração e o apoio estratégicos de Buzzo foram essenciais para o processo de articulação política e social em prol da criação da Horta das Corujas:

Falei para a Madalena [Buzzo], que mora em frente [à Praça das Corujas], que se ela visse uns pés de couve, umas salsinhas plantadas por aí, somos nós! É um pessoal que está a fim de fazer uma horta na praça, esse negócio de Prefeitura é muita burocracia, a gente não vai conseguir conversar nunca, estamos cheios, a gente vai fazer na guerrilha mesmo e é isso aí! A Madalena perguntou se a gente achava que era tão difícil assim, que ia mandar um *e-mail* para o subprefeito. Ela conhecia o subprefeito porque ela era do CADES-PI. Ela mandou o *e-mail* falando que tinha um grupo de pessoas querendo fazer uma hortinha na praça. (VISONI, 2014, informação verbal²¹⁸.)

Em seu percurso como moradora engajada nas questões ambientais locais e de Conselheira do CADES-PI, Buzzo já possuía uma inédita conquista para a Praça

²¹⁷ A população do território da Subprefeitura de Pinheiros pode acompanhar os trabalhos do CADES-PI. As suas reuniões acontecem toda segunda quarta-feira do mês, às 17 horas, no Auditório da Subprefeitura de Pinheiros (Avenida das Nações Unidas, nº 7123), e são abertas ao público.

²¹⁸ Informação fornecida por Cláudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 ago. 2014.

das Corujas. Em 2010, a Prefeitura de São Paulo, durante a administração do ex-prefeito Gilberto Kassab (DEM, à época²¹⁹), lançou o “Projeto Florir”, que consistia em revitalizar e requalificar praças e canteiros da cidade, incluindo ações de paisagismo, construção de novas calçadas, instalação de luminárias, lixeiras e mobiliários. Entre 2008 e 2010, a Praça das Corujas passou por uma grande reforma, com projeto dos arquitetos e paisagistas Elza Niero e Paulo Pellegrino; e, após a reforma, a praça foi contemplada pelo “Projeto Florir” (PREFEITURA DE SÃO PAULO).

Na época, Buzzo acreditou que seria uma boa medida se se colocasse mais composto nas novas plantas e, por isso, solicitou junto à Subprefeitura de Pinheiros e à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) a instalação de uma composteira na praça: o local escolhido foi a “parte baixa” (mais próxima ao córrego das Corujas), pois, ali, já existiam algumas bananeiras plantadas. Segundo Buzzo (2015, informação verbal²²⁰), “a Prefeitura fez um projetinho para uma composteira pequena” e iniciou-se a compostagem das folhas recolhidas no processo de limpeza e manutenção (varrição e poda) da praça:

Não poderia feder, nem virar banheiro. Tinha o cuidado e as regras simples para não dar errado [...], por exemplo, para não virar banheiro humano e depósito de lixo. Foram colocadas plaquinhas para ninguém colocar resíduo ou depósito de compostagem caseira. Deu certo!²²¹

A composteira da Praça das Corujas, até o início de 2016, era a única existente em uma praça pública da cidade de São Paulo, conforme informação informal fornecida por um funcionário da SVMA²²² (figura 51). Entretanto, mesmo com a aprovação da Lei nº 16.212/15 (Capítulo 2), que prevê a alocação de composteiras em praças públicas do município, segundo informação oficial da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB):

Não existem composteiras em praças implantadas por nós [Prefeitura de São Paulo] e nem há a previsão de implantar composteiras em praças com este intuito [para fazer composto a partir das folhas recolhidas na limpeza e manutenção da própria praça]. Estamos trabalhando em projetos de compostagem de resíduos das feiras livres junto a resíduos de poda de jardinagem em áreas das Subprefeituras, como é o

²¹⁹ Em 2011, Gilberto Kassab deixou o Democratas (DEM) e fundou o Partido Social Democrático (PSD).

²²⁰ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²²¹ Ibid.

²²² Informação fornecida por um funcionário da SVMA da Prefeitura de São Paulo, em dezembro de 2015. O anonimato foi respeitado a pedido do informante, uma vez que o dado fornecido não tem caráter e/ou registro oficial reconhecido pela SVMA, pois se trata de um conhecimento pessoal do referido funcionário.

exemplo do pátio de compostagem na Lapa, que está sendo operado pela empresa Inova, uma das empresas responsáveis pela varrição da cidade de São Paulo²²³. Além deste, também estamos elaborando a Segunda Edição do Composta São Paulo²²⁴, projeto que visa difundir e fomentar a compostagem doméstica através da distribuição de composteiras com minhocas (vermicompostagem) aos municípios habilitados no programa. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, informação pessoal²²⁵.)



Figura 51 – A composteira da Praça Dolores Ibárruri, dentro da área da Horta das Corujas: até 2015, era a única composteira em praça pública do município de São Paulo. A estrutura de blocos de concreto estruturais apresenta três repartições, onde são depositadas as folhas e galhos provenientes da poda local e, então, se aguarda o processo natural de decomposição da matéria orgânica. São Paulo/SP, Brasil. Foto de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

²²³ O prefeito Fernando Haddad (PT) entregou a primeira central de compostagem do município em 15 de dezembro de 2015 (na ocasião, a Prefeitura anunciou a entrega de outras quatro centrais em 2016), como parte do Programa Municipal “Feiras e Jardins Sustentáveis”, localizada no bairro da Lapa (zona oeste). Segundo a Prefeitura de São Paulo, pretende-se “evitar que resíduos orgânicos (frutas, legumes e verduras) coletados nas feiras livres de São Paulo sejam descartados em aterros sanitários”. O material orgânico transformado em adubo “será utilizado em ações de jardinagem nas praças”. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/portal/noticia/9368#ad-image-3>>. Acesso em 02 fev. 2016.

²²⁴ O projeto “Composta São Paulo” integra o Plano Municipal de Resíduos Sólidos da Prefeitura de São Paulo. Segundo o *site* oficial, foram selecionados “dois mil domicílios de diversos perfis para receber uma composteira doméstica e participar de oficinas de compostagem e plantio. Além de fazer parte de uma comunidade *online* de troca de conhecimento e experiências, os participantes irão ajudar a gerar informações e aprendizados que serão utilizados para impulsionar e fomentar a elaboração de uma política pública que estimule a prática da compostagem doméstica na cidade de São Paulo”. (COMPOSTA SÃO PAULO, 2016). Disponível em: <<http://www.compostasaopaulo.eco.br>>. Acesso em 02 fev. 2016.

²²⁵ PREFEITURA DE SÃO PAULO. Informação fornecida pela AMLURB, por meio do Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo. Mensagem recebida por guganagib@hotmail.com em 27 jan. 2016.

Em 10 de agosto de 2012, a Câmara Municipal de São Paulo realizou o seminário “Compostagem na Cidade de São Paulo: Gestão Adequada dos Resíduos Orgânicos”, debatendo, entre outros assuntos, o funcionamento da compostagem de poda de árvores e jardins, cujo método poderia ser aplicado nas praças da capital paulista. Visoni (2014, informação verbal, grifo nosso²²⁶), que já sabia da existência da composteira, participou daquele seminário, e pontua sobre a Praça das Corujas:

A composteira já existia aqui [na Praça das Corujas] e tem muito a ver com o trabalho da Madalena Buzzo [...]. Ela era conselheira do CADES-PI [...] e, numa conversa com a Secretária do Verde, decidiram fazer essa composteira aqui para compostar as folhas da praça. Essa composteira não dá conta de nem 10% das folhas, mas é uma coisa experimental. [...] Não é nenhum programa oficial do governo, mas foi uma coisa da Secretaria do Verde [SVMA], da Subprefeitura [de Pinheiros] e da Madalena, que foi a cidadã que falou que ia cuidar. Qual era o medo? Ninguém sabe como funciona a composteira, vai que começam a usar como banheiro?! Ela falou que ia olhar se o uso estava adequado, se daria para continuar [...]. Eu faço parte de um grupo de ativistas em prol da compostagem em São Paulo. Ia haver o primeiro seminário sobre compostagem, na Câmara, em 2012 [“Compostagem na Cidade de São Paulo: Gestão Adequada dos Resíduos Orgânicos”], **ninguém sabia dessa experiência aqui**. Até hoje, esta é a primeira e única composteira, por enquanto, em praça em São Paulo.

O encontro entre Buzzo e Visoni aconteceu por intermédio de Joana Canêdo. Moradora do Alto de Pinheiros e amiga de Visoni, pois seus filhos estudam na mesma escola e ambas fazem parte da associação de pais do colégio, Canêdo (2015, informação verbal²²⁷) já conhecia o trabalho de Buzzo no CADES-PI porque também é engajada nas instâncias participativas locais:

Tudo começou com a minha mudança de um apartamento para uma casa. Pela primeira vez, eu fui morar numa casa. Quando eu cheguei na casa, eu falei [...]: “eu quero plantar”. Sempre morei na Heitor Penteado, depois fui morar em Higienópolis, que nunca achei a minha casa e, de Higienópolis, mudei para cá [Alto de Pinheiros]. A Claudia [Visoni] é uma amiga minha, sempre foi, por causa da escola das crianças. Então, comecei a trocar ideia com a Claudia de como plantar. A Madalena [Buzzo] eu conhecia, porque assim que me mudei para a casa, outra coisa que eu tinha interesse, porque eu sempre fui fascinada por essas coisas, é chegar no bairro novo e procurar a associação de bairro. [...] Conheci a Madalena, que me apresentou o Conselho de Meio Ambiente [CADES-PI], que eu não sabia que existia. Eu apresentei a Madalena para a Claudia, nós três ficamos amigas. [...] Na mesma época, a Claudia criou os Hortelões Urbanos com a Tatiana Achcar e começamos a trocar informações [...]. Foi em 2011. A Madalena já era do CADES-PI. Eu estava participando do CADES-PI de gaiata, não como conselheira ainda²²⁸, mas ajudando a Madalena com algumas coisas [...].

²²⁶ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 ago. 2014.

²²⁷ Informação fornecida por Joana Canêdo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

²²⁸ Canêdo foi eleita Conselheira do CADES-PI para o período de 2013-2015.

A aproximação entre o ativismo de guerrilha verde (que inspirava Visoni) e a efetiva participação em conselhos municipais (que possibilitava o diálogo direto entre Buzzo com o poder local) acabaria pautando os passos para a materialização de uma horta comunitária em espaço público. Madalena Buzzo (2015, informação verbal²²⁹) relata:

Em 2011, eu virei Conselheira do CADES-PI e comecei a me envolver com meio ambiente em geral e, aí, eu conheci umas pessoas, a Claudia Visoni foi uma delas que eu conheci através do CADES-PI. A Claudia participava de um grupo que se chama “Hortelões Urbanos”, ele é virtual, só que umas pessoas quiseram se conhecer pessoalmente para pensar como aplicar aquelas ideias [...] na cidade; sair um pouco da horta doméstica e mostrar como é possível fazer horta na cidade. [...] Então, quando ela veio com a ideia, eu fui perguntar para o [então] subprefeito [Sérgio Teixeira Alves] se podia, porque ninguém sabia de nada. Se não pudesse, a intenção inicial era fazer uma horta, pronto e acabou! Mas eu sou um pouco burocrática também. Eu quis entender se podia e como podia, para fazer essa conversa. Eu gosto muito das ideias que conversam com o poder público. Eu fui perguntar para o subprefeito. Isso foi maio de 2012.

A Praça das Corujas, por sua vez, foi territorialmente estratégica para a empreitada: “o local, para iniciar uma horta amadora, era propício, tinha tudo de que precisa uma horta” (BUZZO, 2015, informação verbal²³⁰). Isso porque a praça localiza-se na base territorial de atuação político-comunitária de Buzzo (seja pelo CADES-PI ou pela AMEC, da qual é presidenta), além de ser em frente à sua casa, na Vila Beatriz; muitos membros dos Hortelões Urbanos que queriam partir para a ação também moravam na vizinhança, sendo próxima, inclusive, da casa de Visoni; a praça já possuía uma composteira, que forneceria composto diretamente à horta; e havia a noção de maior disponibilidade de água no local, graças à proximidade com o Córrego das Corujas.

Buzzo e Visoni tornaram-se, ainda, as principais referências tanto nas relações estabelecidas com os ativistas e com a vizinhança, quanto com o poder público. No que se refere a este último, Souza, A. (2000, p. 257) defende que algum apoio institucional é bem-visto como garantia material de manutenção de uma iniciativa, além de funcionar como um instrumento de fortalecimento político contra possíveis opositores à sua existência: “Isolados, os empreendimentos comunitários são muito frágeis. Esses grupos carecem ainda do apoio institucional sistemático de

²²⁹ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²³⁰ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

agências externas e também do trabalho voluntário de simpatizantes [...]”. Em relação à Horta das Corujas, o ex-subprefeito Filardo Jr. (2015, informação verbal, grifo nosso²³¹) afirma:

Aquela horta é uma experiência que me parece pioneira e muito bem conduzida. Aí tem que falar uma outra coisa: uma ação como essa, antes de mais nada, é liderança e trabalho na vizinhança. Não existe a horta sem as “hortelãs”²³²: Madalena, Claudia... pessoal que resolveu tomar aquilo para si e levar adiante e convencer a vizinhança e defender o projeto junto aos vizinhos, ir à Subprefeitura e obter **legitimidade da atuação**.

A aproximação de Buzzo e Visoni, graças à apresentação feita por Canêdo e a participação das três no CADES-PI, juntou forças para traçar as estratégias necessárias a fim de se criar uma horta, especificamente, na Praça das Corujas. As investigações feitas sobre as primeiras articulações dos membros dos Hortelões Urbanos, no *Facebook*, para que houvesse reuniões presenciais, demonstraram maior concentração de ativistas e simpatizantes da causa que viviam mais próximos da Vila Madalena. No entanto, a materialização de uma horta comunitária em espaço público tornou-se um objetivo de Visoni, que, enquanto moradora do Alto de Pinheiros, também contribuiu enormemente para concentrar as atividades dos novos hortelões nesta região da cidade.

Para angariar mais hortelões dispostos a partir para a prática, foram feitas chamadas pelo *Facebook* e também, segundo Visoni (2014, informação verbal²³³), por meio de cartazes “em padarias e lugares do bairro, avisando que a gente ia fazer uma reunião de pessoas interessadas em ser voluntárias em uma horta comunitária nessa praça” (figura 52). No dia 14 de julho de 2012, na “parte alta” da Praça das Corujas, foi feita uma primeira reunião de interessados em participarem do processo de criação da horta.

²³¹ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

²³² O uso do termo “hortelã” para designar o feminino de “hortelão” aparece, inclusive, na dala do ex-subprefeito Angelo Salvador Filardo Jr.

²³³ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

HORTELÕES URBANOS

VAMOS CRIAR UMA HORTA COMUNITÁRIA NA PRAÇA DAS CORUJAS?

Esse é um convite para quem sonha em viver numa cidade mais verde, onde os vizinhos tenham a oportunidade de conviver em espaços públicos bem cuidados, desfrutar a natureza em plena metrópole e ainda aprender a cultivar alimentos.

Nós, do grupo Hortelões Urbanos, recebemos o apoio da Subprefeitura de Pinheiros e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para iniciar uma horta comunitária na Praça das Corujas (nome oficial: Praça Dolores Ibárruri – La Pasionaria).

A primeira reunião do grupo de voluntários será no dia 14/7 (sábado), às 11h, no playground da praça. O encontro é aberto à participação de todos os interessados. É só aparecer! Se quiser entrar em contato e se juntar a nós antes disso, procure o grupo Hortelões Urbanos no Facebook.

Figura 52 – Cartaz elaborado por Visoni e espalhado pelo bairro da Vila Madalena em julho de 2012, convidando interessados para participarem da primeira reunião comunitária sobre a criação de uma horta em praça pública. Como se pode verificar, a chamada foi feita em nome dos Hortelões Urbanos.

Nesta ocasião, foi feita uma ata²³⁴ para registrar os principais pontos ali discutidos entre os hortelões. Outra finalidade deste documento seria comprovar à Subprefeitura de Pinheiros que cidadãos estavam prontos para iniciar o processo de materialização da primeira horta comunitária em praça pública, cuja iniciativa partiu espontaneamente da mobilização ativista, e não como parte de um programa ou política governamental, amparados pelo poder público. Registrou-se, naquele 14 de julho de 2012, a presença de 23 pessoas (contam-se 23 assinaturas na ata). Destas, segundo o registro, oito eram moradores próximos e estariam dispostos a trabalhar na horta “diversas vezes por semana”, ao passo que os restantes viriam em mutirões nos fins de semana. Salientou-se que se trataria de um “projeto experimental”, capaz de inspirar sua replicação por outras regiões da cidade. Outras questões também foram levantadas, tais como: buscar parcerias com as escolas da vizinhança (públicas e privadas); iniciar as atividades por meio da adubação verde (quando se plantam leguminosas, que enriquecem o solo com nitrogênio e lhe conferem maior

²³⁴ Documento disponível no ANEXO G.

fertilidade); usar a horta como ponto de “convivência comunitária e aprendizado socioambiental”, cuja primeira oficina seria sobre compostagem, para incentivar esta prática na escala doméstica. E outros três assuntos registrados na ata merecem maior explanação:

(a) A questão da água – Os proponentes da horta sabiam que o Córrego das Corujas havia passado pelo Programa Córrego Limpo, portanto, a utilização de suas águas, a princípio, seria relativamente segura. Entretanto, a horta precisaria de água junto a ela, para facilitar o processo da rega, afinal, coletar água do córrego com regadores domésticos seria basicamente inviável, bem como ter que entrar no córrego para pegar água (o córrego é delimitado por muros de gabião e, no trecho junto à praça, sua calha é concretada, engenharia que deixa ainda mais desconfortável o acesso das pessoas ao curso d’água). A saída para a questão da água seria cavar o solo para instalar uma cacimba. Como a praça se encontra em área de grande declividade, o córrego passa pela sua extremidade baixa e moradores sabiam que o terreno junto ao curso d’água costumava encharcar (sobretudo no verão chuvoso), a intuição, especialmente de Buzzo, apontava para que se instalasse a horta na “parte baixa” da praça, onde já se encontrava a composteira e onde seria mais fácil de cavar e encontrar água. Buzzo (2015, informação verbal²³⁵) ressalta que a primeira cacimba foi uma ideia sua, pois se lembrou de que no sítio, quando ela era criança, fazia-se “um buraco de um por um por um” (um quadrado de um metro de lado e com um metro de profundidade) e chagava-se à água, e “alguém teve a ideia de colocar uma caixa d’água”, que permitisse o armazenamento da água captada do lençol freático. Os depoimentos de Claudia Visoni e de Miriam Isabel Cenamo Salles, que estavam presentes na primeira reunião de julho de 2012, descrevem o momento:

Eu falei que precisava falar com a Sabesp para eles colocarem um encanamento para a gente regar a horta. Aí, a Madalena, que entendia mais da burocracia, falou que isso não ia adiantar nem tentar [...]. Então eu falei que acabou a horta, como a gente ia fazer uma horta sem água? A Madalena cresceu no sítio, o pai dela era agricultor, e falou que se cavar que vem água. O primeiro mutirão, que foi 29 de julho de 2012, foi para instalar aquela cacimba [a maior e principal cacimba da horta até hoje]. E foi tudo na sorte. (VISONI, 2014, informação verbal²³⁶.)

²³⁵ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²³⁶ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

Eu lembro que o pessoal começou a falar “e o problema da água?” Alguém deu a ideia da cacimba, acho que foi a Madalena mesmo, que no interior eles faziam isso, quando precisava de água, cavava um buraco [...]. Nisso, a gente já sabia que o Córrego das Corujas já era um dos córregos limpos da cidade, mais um motivo para a gente poder acreditar que as nascentes também seriam limpas, né? (SALLES, 2015, informação verbal²³⁷.)

(b) A preocupação com a segurança alimentar – A ata demonstra que os presentes queriam ter a garantia de que os alimentos cultivados na horta seriam de fato saudáveis para o consumo humano. Houve afirmações de que o lugar onde está a Praça das Corujas na atualidade já teria sido uma favela no passado, o que poderia ter provocado a contaminação da água e do solo locais. A pesquisa sobre o histórico de ocupação da área onde está a Praça das Corujas revelou que não havia favela no local, mas que o terreno fora ocupado pelo criador de animais conhecido por “Felipe Boiadeiro”, que tampouco chegou a morar no local, mas o ocupava com sua criação, predominantemente, de cavalos e porcos. Segundo pesquisas com análise de mapas e cartas de diferentes épocas, reportagens de jornal, bibliografias consultadas e entrevistas realizadas sobre a história do bairro e sobre o Córrego das Corujas²³⁸, a área ocupada pela Praça das Corujas e suas adjacências (em raio de c. 500 metros) também nunca abrigou aterro sanitário ou lixão, plantas industriais e postos de gasolina. Segundo Filardo Jr. (ex-subprefeito de Pinheiros) e Canêdo (voluntária da horta):

São Paulo maltrata suas terras e suas águas. A horta precisa de água e frequentemente o espaço público fica em margem de córrego. O caso da Horta das Corujas, milagrosamente, um terreno público que nunca foi usado para se jogar lixo, que é uma fonte de contaminação do solo, e um córrego, que apresentava qualidade da água aceitável, também é uma raridade. Então, ali, tem uma combinação que não é aquela que você vai encontrar em muitos outros lugares [...]. (FILARDO JR., 2015, informação verbal²³⁹.)

A gente teve uma informação oficial, mas não foi encomendada: em princípio, o solo não seria contaminado, pelo menos por metais pesados, porque no entorno nunca teve indústria, posto de gasolina... No raio de 500 metros, nada que pudesse contaminar. (CANÊDO, 2015, informação verbal²⁴⁰.)

²³⁷ Informação fornecida por Miriam Isabel Cenamo Salles em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

²³⁸ ANEXOS A, B, C, D e E; EMPLASA (2015); GEGRAN (1971); PEZZOTTI (1998); SARA BRASIL (1930); SCHUTZER (2012); SQUEFF (2002).

²³⁹ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

²⁴⁰ Informação fornecida por Joana Canêdo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

(c) A prévia articulação de Buzzo e Visoni – A reunião do dia 14 de julho de 2012 (figura 53) representou um convite público a todos que simpatizavam com a ideia. A elaboração de uma ata serviu como fonte documental, inclusive perante a Subprefeitura de Pinheiros. Ao mesmo tempo, esta reunião também informava as pessoas ali presentes que já havia tido uma articulação anterior entre Buzzo, Visoni e o poder público. A ata, as publicações posteriores à primeira reunião na página dos Hortelões Urbanos na *internet* e os depoimentos coletados para esta pesquisa conduzem ao entendimento de que a horta comunitária seria, muito provavelmente, de fato criada, uma vez que Buzzo e Visoni já teriam respaldo suficiente para empreendê-la: bastava o “comunicado oficial”.

O texto da ata também faz referência à delimitação física da horta, que, como se pode deduzir, já estava acertado com a Prefeitura: “Em breve, a Prefeitura providenciará o cercamento local da futura horta e da composteira por um alambrado de 1 m de altura”. E faz referência, ainda, a um requerimento e a um abaixo-assinado que passaram no dia desta primeira reunião, que serviram para oficializar, junto à Subprefeitura, “a permissão do uso de uma área na Praça das Corujas para o plantio de hortaliças”. Porém, durante o período desta pesquisa, não se conseguiu acesso a estes documentos.

Eu vim na primeira reunião [...]. Houve a chamada da Claudia [Visoni], ela fez um evento [no *Facebook*] e “vamos tal dia na praça e vamos conversar”. Depois eu soube que, na verdade, essa era a segunda conversa sobre o “vamos fazer uma horta na praça” [...] A gente se sentou, todo mundo se apresentou, falou o que fazia, aquela apresentação básica [...], e a Claudia contou como começou a história dela, que ela estava querendo fazer uma horta numa praça, se apropriar do espaço público e tal, pensou nessa praça e eles estavam querendo invadir um pedaço [...]. Elas [Buzzo e Visoni] começaram a conversar, a Madalena [Buzzo] falou com o [ex-]subprefeito [Sérgio Teixeira Alves], ele gostou da ideia. Quando a Claudia chegou para a nossa conversa, elas já tinham tido essa conversa, o subprefeito já tinha falado que gostava da ideia e que eles podiam fazer aqui embaixo, que eles não iam se opor. Já não seria uma invasão, o que seria muito bom, perto da composteira e tal. (SALLES, 2015, informação verbal²⁴¹.)

²⁴¹ Informação fornecida por Miriam Isabel Cenamo Salles em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.



Figura 53 – A primeira reunião aberta entre os interessados em materializar uma horta comunitária foi realizada na “parte alta” da Praça das Corujas, em 14 de julho de 2012. Os cidadãos fizeram uma roda, sentaram-se no chão e Visoni e Buzzo lhes apresentaram a ideia anteriormente já debatida entre elas e em processo de negociação com o poder público. São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2012. Crédito: Miriam Isabel Cenamo Salles.

Territorialidade²⁴² da Horta das Corujas na Praça Dolores Ibárruri

A coleta de depoimentos dos diversos personagens envolvidos na concepção e materialização da Horta das Corujas (ativistas, representantes do poder público, voluntários e moradores do entorno da praça), bem como os trabalhos de campo e a participação ativa do “pesquisador-hortelão”, admitem compreender que a área ocupada pela horta dentro da praça foi definida, quanto à sua localização e dimensão, levando-se em conta um conjunto de fatores.

Primeiramente, devem-se assinalar as características morfológicas e hidrográficas do terreno local. A Praça das Corujas, em sua totalidade, ocupa uma

²⁴² A escolha deste título ampara-se em Souza, M. (2012) e Sack (1986), para os quais: “A palavra território normalmente evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, [...] em governo, em dominação [...]. No entanto, **ele não precisa e nem deve** ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional [...]. Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 2012, p. 81, grifo do autor); e “Territorialidade está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, como elas mesmas se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. [...] É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (SACK, 1986, p. 2-5, tradução nossa).

íngreme vertente entre as altas colinas do bairro da Vila Beatriz (cujos topos se estendem até o Espigão Central, onde estão, a noroeste, as ruas Heitor Penteadó e Cerro Corá) e o talvegúe do Córrego das Corujas. A variação altimétrica entre a parte mais alta da praça – de onde se tem um amplo mirante do bairro da Vila Madalena (figura 54) – e a área que margeia o Córrego das Corujas é de aproximadamente 18 metros (figura 55), conforme se verificou por medição em campo e pela análise de cartas topográficas (GEGHAN, 1971). A porção territorial que limita os bairros da Vila Madalena, da Vila Beatriz e do Alto de Pinheiros, que se estende da vertente leste da Heitor Penteadó – onde se encontra a nascente do Córrego das Corujas (figuras 56 e 57) – até a baixada do Córrego das Corujas, junto à “parte baixa” da praça, pode apresentar desníveis de 70 a 80 metros, com declividades acima de 50% (SCHUTZER, 2012).



Figura 54 – Vista do alto da Praça das Corujas, de cima da vertente íngreme que leva ao Córrego das Corujas. Utilizada por muitos “cachorreiros”, a “parte alta” da praça tem vista para o bairro da Vila Madalena, onde há maior verticalização. Junto às bananeiras (à direita), encontra-se a Horta das Corujas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de outubro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 55 – O Córrego das Corujas, em seu trecho aberto, separa a “parte baixa” da praça (na foto, à esquerda) da Avenida das Corujas. Apesar de, neste trecho, o córrego estar aberto e despoluído, a concretagem das margens impede sua integração absoluta com os demais elementos que compõem a paisagem: quem transita a pé pela avenida ou pela praça, não tem acesso fácil e direto às águas do córrego. São Paulo/SP, Brasil. Foto de março de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 56 e 57 – A nascente do Córrego das Corujas está localizada na Travessa Chico Science, uma escadaria entre as ruas Werner Sack (que leva à Rua Heitor Penteado) e Orós. No mapa 1 (p. 160), pode-se acompanhar o trajeto completo do Córrego das Corujas desde a sua nascente. À esquerda, canalização jorra água permanentemente de onde se encontra a nascente do córrego; à direita, vê-se o filete d’água correr vertente abaixo, até a Rua Orós, onde o córrego se encontra tamponado. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Por isso, a oralidade cotidiana (verificada nos usuários da praça, nos trabalhadores que fazem sua capina, nos funcionários da Subprefeitura de Pinheiros e nos voluntários da horta) registra as designações “parte alta” e “parte baixa” para referir-se aos diferentes níveis topográficos bastante evidentes (e conservados pelo projeto paisagístico) na praça. Estas terminologias também foram usadas pelo presente texto a fim de facilitar a compreensão do leitor – tornando-a mais didática – quando se refere especificamente a cada porção territorial da Praça das Corujas (mapa 3A, p. 191).

A horta, por sua vez, foi instalada na “parte baixa” da praça, numa porção anteriormente recoberta por gramíneas, entre o passeio público – facilitando o acesso dos transeuntes e dos voluntários –, e a íngreme vertente que leva à “parte alta” da praça. Porém, a Horta das Corujas acabou ocupando uma porção que se estende, aproximadamente, até a cota equivalente à média aritmética da encosta. Por isso, as expressões “parte baixa” e “parte alta” podem-se referir tanto à praça em sua totalidade, como também são empregadas, especificamente, pelos frequentadores da horta, já que esta possui uma “parte baixa” (próxima do portão) e uma “parte alta” (localizada na vertente em si), que foram ligadas por degraus confeccionados em determinados mutirões (figuras 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64).



Figura 58 – “Parte baixa” da Horta das Corujas: a partir de seu interior, são vistos o passeio público da Praça Dolores Ibárruri; o banco com encosto de madeira em frente à entrada da horta; e os canteiros dianteiros, majoritariamente delimitados por tábuas de madeira ou por telhas (com alface, almeirão-de-árvore, nirá, rúcula, azedinha, couve etc.). Avista-se, inclusive, a Avenida das Corujas (onde há um carro estacionado), já do outro lado do Córrego das Corujas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 59 – “Parte baixa” da Horta das Corujas: a partir de seu interior, voltado para a face traseira da horta, além dos canteiros (com almeirão-de-árvore, babosa, boldo, couve, capim-limão etc.) são vistos a entrada do depósito de ferramentas e do meliponário (onde há os sacos brancos de lixo); o muro da composteira; o bananal (em frente à composteira); e a maior cacimba da horta (com a borda em azul-claro). São Paulo/SP, Brasil. Foto de agosto de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 60 e 61 – Durante mutirão, voluntários fazem escada com pedaços de madeira para ligar as “partes baixa e alta” da Horta das Corujas. À esquerda, voluntário retirou os antigos pneus que faziam a função dos degraus e, com a enxada, começa o processo de modelamento do novo piso. O recipiente em azul-claro é uma cacimba menor, localizada bem na parcela íngreme do terreno. À direita, voluntárias fixam as madeiras junto ao solo para estruturar os novos degraus. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 62 e 63 – À esquerda, as escadas prontas, em foto tirada do lado externo da horta (junto à sua cerca, que foi coberta pela abóbora e por demais espécies vegetais). À direita, dois meses depois, as escadas já estão mais “verdes”, pois foram parcialmente recobertas por matos e PANC. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho (figura 62) e de setembro (figura 63) de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 64 – “Parte alta” da Horta das Corujas. De uma das extremidades da horta, pode-se ver toda a sua extensão superior, incluindo: os muros das casas vizinhas à praça (cujas entradas estão para a Rua Juranda); os canteiros inclinados (à direita), dos canteiros em telha, da escultura de Buda sobre o tripé de madeira, os mamoeiros e o bananal. São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Esta característica topográfica da horta permitiu que os primeiros voluntários, que logo no início foram atrás de uma fonte de água permanente dentro do conjunto territorial reservado a ela, identificassem uma área de nascente (figuras 65 e 66), ou seja, onde a água brota espontaneamente e ruma em direção ao Córrego das Corujas. Os depoimentos coletados apontam que esta área da praça também era menos utilizada por seus frequentadores porque era onde se dizia ser um “charco”. Antes da reforma da praça (2008-2010), esta área costumava alagar nos períodos de chuva, destacadamente durante o verão (PREFEITURA DE SÃO PAULO). No entanto, Niero (2015, informação verbal²⁴³), arquiteta-paisagista e autora do projeto de reforma da Praça das Corujas, afirmou que já se possuía, de antemão, conhecimento sobre essa área de nascente e que, por isso mesmo, delimitou a área “para ser a praça de água, não era para ter nada lá, era um lago [, que acabou não sendo feito,] porque ali tem uma nascente, não era para ocupar ali”.



Figura 65 – A área de nascente dentro da Horta das Corujas é delimitada por um cordão amarrado a estacas de madeira e troncos, e tem uma plaquinha plastificada (que a protege das intempéries). Assim, espera-se melhor conservar esta área, evitando que as pessoas a pisoteiem ou plantem, capinem e utilizem o espaço de alguma outra maneira. A água proveniente desta nascente corre para a principal cacimba da horta, que está permanentemente cheia e garante as regas cotidianas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

²⁴³ Informação fornecida por Elza Maria Niero em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 1º set. 2015.



Figura 66 – A cacimba 1 é a principal da horta (são quatro ao todo, porém as outras três são bem menores), que armazena água proveniente da área de nascente. Com certo esforço, pode-se notar, por esta foto, o fio d'água (retratado na figura 65) chegando até a cacimba. A fim de manter a boa qualidade da água e evitar a proliferação de mosquitos, a cacimba contém peixes e plantas aquáticas (pontos que serão abordados mais adiante). São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Por fim, outro fator decisivo para a escolha do local da horta foi a presença da composteira, que já existia na praça e foi incluída como parte integrante da horta, a fim de fornecer composto para esta modalidade de agricultura urbana, de facilitar o trabalho dos hortelões no sistema orgânico e, também, de incentivar a compostagem no âmbito doméstico. Divulgando eventos e oficinais sobre a temática, alguns hortelões (a exemplo de Visoni) disseminaram informações e incentivaram a prática da compostagem por meio do *Facebook*. Logo nos primeiros meses²⁴⁴ de experiência comunitária, o *blog* da Horta das Corujas – que é atualizado por Canêdo – fez uma chamada para que os voluntários participassem de uma roda de conversa sobre o manejo de composteiras:

²⁴⁴ A roda de conversa sobre a composteira ocorreu no dia 27 de outubro de 2012, segundo publicações no *blog* da Horta das Corujas e em sua página no *Facebook*.

Agora que colocamos a mão na massa e estamos praticando a agricultura urbana é que percebemos a grande demanda por composto. [...] Como muita gente que já faz essa atividade em casa tem dúvidas e outros gostariam de começar mas não sabem como, vamos fazer uma oficina com esse tema. Será um bate-papo informal e prático, para trocar experiência e esclarecer dúvidas sobre minhocários e composteiras abertas. Como iniciar, quais resíduos são desejáveis e quais não podem entrar, como manejar no dia-a-dia de uma forma prática, o que pode dar errado e como corrigir. (HORTA DAS CORUJAS, 2015.)

Uma postagem de Visoni (2012), no grupo da Horta das Corujas no *Facebook*, no dia 5 de agosto de 2012, revela que já havia alguma delimitação prévia do que viria a ser, de fato, a porção territorial referente à Horta das Corujas: “Demarcamos com postes de bambu, estacas de madeira e sisal os limites da horta. A fronteira definitiva será colocada por funcionários da Prefeitura”.

DIFERENTES ESTRATÉGIAS PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O encontro entre Claudia Visoni e Madalena Buzzo não apenas tornou a vontade de se iniciar uma horta em praça pública uma possibilidade mais concreta aos olhos dos hortelões, como acelerou o seu processo de materialização. Contudo, os mecanismos de ação daquelas personagens que se mostraram tão importantes para a existência da Horta das Corujas, ao menos inicialmente, mostravam-se distintos.

Visoni trazia a inspiração dos movimentos de guerrilha verde (*green guerrilla/guerrilla gardening*). A ativista desejava partir para a ação e se mostrava pouco esperançosa quanto à rápida resposta do poder público. Em diversas ocasiões, costuma manifestar, no grupo dos Hortelões Urbanos no *Facebook*, sua postura contra a burocracia estatal, que muitas vezes emperra as iniciativas comunitárias. Em abril de 2015, por exemplo, outra horta comunitária da cidade de São Paulo, no Alto da Lapa (zona oeste), conhecida como “Horta da *City Lapa*”, enfrentou problemas quanto à legitimidade da ocupação que promoveu em uma pequena área pública do bairro, Visoni (2015)²⁴⁵ mostrou-se solidária à iniciativa com publicações na *internet*, dentre as quais:

²⁴⁵ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 1º abr. 2015, no grupo “Hortelões Urbanos”, na rede social *Facebook*.

Jogar lixo e entulho em espaço público pode. A prefeitura deixar o lugar mal cuidado pode. Para o pessoal da *City Lapa* limpar a pracinha e fazer horta comunitária estão exigindo que o grupo peça permissão, assine formulários e outros complicadores.

O acompanhamento periódico, ao logo dos anos de 2014 e 2015, do “ciberativismo”²⁴⁶ de Visoni, bem como das conversas estabelecidas durante as jornadas de trabalho na Horta das Corujas e das entrevistas que concedeu a esta pesquisa, revelam um tipo de ativismo socioambiental que abrange muitas questões que se inter-relacionam, em que a agricultura urbana torna-se, por meio das hortas comunitárias e da autoprodução de alimentos (mesmo que em escala simbólica), um laboratório para políticas públicas.

Para produzir alimentos é preciso falar sobre: água, solos, compostagem, espécies vegetais, polinização (o que abrange o papel das abelhas nativas sem ferrão), produção orgânica e agroecológica, contato direto com a terra, trabalho voluntário, participação social, espírito de coletividade e solidariedade, horizontalidade na tomada de decisões etc. Pegar na terra e evidenciar o aspecto da prática do cultivo de alimentos, segundo Visoni (2014, informação verbal²⁴⁷), demonstram, ainda, um ativismo “pela atitude”, e não apenas “pelo discurso”.

A Horta das Corujas está na rotina de Visoni, que a frequenta pelo menos duas vezes por semana e despende, em cada dia, uma tarde inteira de trabalho. A jornalista exerce diversas atividades enquanto está na horta ou mesmo de sua casa, via *internet*. Na horta, ela rega e poda as plantas; dá manutenção aos canteiros; cria novos canteiros (incrementando, inclusive, com novas técnicas de preparo do solo que aprende); planta novas mudas ou semeia canteiros; recebe novos voluntários e escolas, dá entrevistas etc. De casa, ela acompanha todas as discussões no grupo da Horta das Corujas pelo *Facebook*, da qual é uma das administradoras; cria eventos para a horta e os divulga, tais como chamadas para mutirões e oficinas; recebe as demandas ou tira as dúvidas de voluntários, da imprensa, de pesquisadores etc.

Todos os voluntários da Horta das Corujas que foram entrevistados (ao vivo ou por *e-mail*), quando questionados quais foram as primeiras pessoas com quem estabeleceram contato na horta, citaram Visoni. Como afirma a voluntária Thais

²⁴⁶ Aquele ativismo realizado na *internet*. Visoni faz uso de mídias sociais, como o *Facebook*, mas também um *blog* denominado “Simplesmente” (<http://www.conectarcomunicacao.com.br/blog>).

²⁴⁷ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

Mauad (2015, informação verbal²⁴⁸): “A Claudia [Visoni] é uma grande comunicadora, ela se comunica muito, ela fala muito, ela acaba sendo uma difusora de tudo isso”.

Mas, por ser jornalista, ter experiência com a imprensa e estar sempre dando entrevistas sobre a horta e sobre agricultura urbana em geral, Visoni (2014, informação verbal²⁴⁹) (figura 67), apesar de ser uma porta-voz e também seguidora dos princípios da guerrilha verde, admite não usar a palavra “guerrilha” por conta da conotação político-ideológica que ela carrega:

Guerrilla gardening é uma coisa que existe internacionalmente. A gente não usa nunca essa palavra para não cair na mídia e eles falarem: “Nossa, eles são guerrilheiros”. Tem um astral meio pesado, aqui, essa história de “guerrilha”. Mas, na verdade, muitas das hortas de São Paulo são ações de “guerrilha”.



Figura 67 – Claudia Visoni dá entrevista à repórter do “Jornal da Cultura” (TV Cultura). Na matéria, que foi ao ar em 30 de janeiro de 2015, destacou-se a relevância das Corujas por ter sido a primeira horta comunitária em praça pública da capital paulista. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

²⁴⁸ Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

²⁴⁹ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

Esse é o mesmo caso dos alemães, que, segundo Reynolds (2009), substituíram o termo “guerrilheiro” por “pirata” (Capítulo 1), quando querem se referir aos ativistas que criam hortas e jardins comunitários sem prévia autorização do poder público. De todos os modos, Achcar e Visoni já tinham encontrado um nome (que acabou se tornando uma referência nacional com a sociedade em rede conectada pela *internet*, em especial pelo *Facebook*): “simplesmente”²⁵⁰ “hortelões urbanos”.

Buzzo (2015, informação pessoal²⁵¹), por outro lado, preferiu agir em conjunto com o poder público:

Eu não acho que a Horta das Corujas aconteceu na guerrilha, pois o nosso primeiro passo foi pedir autorização para a Sub e só depois iniciamos. A ideia inicial era fazer uma horta na base da guerrilha sim, mas como eu já cuidava da praça e já era Conselheira, achei melhor falar com a Subprefeitura e fazer com autorização ou pelo menos com orientação, como de fato foi feito.

Logo que Visoni trouxe a ideia de se criar uma horta comunitária em uma praça pública, Buzzo (2015, informação verbal²⁵²) tratou de levar a novidade, em maio de 2012, ao então subprefeito Sérgio Teixeira Alves²⁵³, que, segundo ela, disse que não sabia se tudo bem, mas que fariam juntos “dentro do não saber”. Não existia legislação que proibisse, nem que permitisse a existência de uma horta em praça pública, pois a atual Lei que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, de autoria do vereador Nabil Bonduki (PT), se tornaria uma proposta apenas em 2013, e seria promulgada em 2015 (Capítulo 2). Para Visoni (2014, informação verbal²⁵⁴), “foi uma coisa de agir na fresta do sistema”.

²⁵⁰ Referência ao *blog* da jornalista Claudia Visoni, que se chama “Simplesmente”.

²⁵¹ BUZZO, M. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 3 jun. 2015.

²⁵² Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²⁵³ Coronel da Reserva da Polícia Militar, Alves foi nomeado pelo então prefeito Gilberto Kassab (PSD) para o cargo de subprefeito de Pinheiros, de agosto de 2011 a novembro de 2012. Alves foi procurado em quatro ocasiões durante o ano de 2015 (nos meses de junho, agosto e setembro) – por contato direto por mensagens privadas via *Facebook* e através da Subprefeitura de Santana (onde, em 2015, compunha o Conselho Participativo Municipal Santana/Tucuruvi), porém respondeu apenas uma vez, por mensagem privada, recomendando que procurasse por Madalena Buzzo: “Ela é coordenadora da horta e tem todas as informações” (2015, informação pessoal. ALVES, S. T. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib –, em 3 ago. 2015).

²⁵⁴ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

Buzzo²⁵⁵ ainda relatou em entrevista que, à época, a Subprefeitura de Pinheiros teria comunicado, “em tom de brincadeira”, que era “para fazer direito”, pois se algo desse errado com a horta, eles passariam “com o trator por cima”. Em seguida, os agentes da Subprefeitura de Pinheiros foram ver o espaço e logo se tornaram parceiros, cedendo a mão de obra para fazer o cercamento da horta:

Se a gente fizer certo, a gente não corre o risco não poder fazer. Eles [da Subprefeitura] viraram parceiros. Eles vieram aqui, olharam o espaço, ajudaram a gente a entender o espaço que a gente queria. Eles doaram a mão de obra, então nós fomos conseguir a cerca e os postinhos para eles fazerem o cercamento. Isso é uma mão de obra que eles doaram. Então, a gente não fez a revelia, a gente fez uma coisa num conjunto muito legal. Isso foi importante, não só para esta horta, mas foi importante para um conceito de poder fazer horta na cidade. Porque quando a Prefeitura tem conhecimento daquela ideia, eles, pelo menos, respeitam, porque não é proibido. [...] Porque a gente não está fazendo escondido, a gente está fazendo em conjunto mesmo. E se eles disserem que está fazendo errado, ou se alguém for reclamar, se estiver fazendo o que é muito além do que é possível fazer, eles vêm conversar conosco e a gente vai repensar. E até agora não precisou, mas é possível acontecer algo dessa forma, né? Essa divisão de ideias, de discutir esse espaço com a Prefeitura, tem muito a ver com o sucesso e com a continuidade da horta. (BUZZO, 2015, informação verbal²⁵⁶)

A conselheira do CADES-PI ressalta, ainda, que “a Prefeitura, hoje, respeita o espaço e não prejudica a horta, ajudando na manutenção, por exemplo, capinando dentro da horta sem danificar os canteiros, o que é um apoio legal, sobretudo no período de chuvas, quando o mato cresce demais. É um conceito bom de não fazer escondido, mas de fazer junto” (BUZZO, 2015, informação verbal²⁵⁷). Nas palavras de Visoni (2015, informação pessoal²⁵⁸): “Rolou! Não foi nada oficial. Tudo meio no favor [pode-se referenciar a “ideologia da outorga”, citada por Rolnik (2014), no Capítulo 2], porque a Madalena tinha boa relação com o pessoal da Subprefeitura. Palmas para ela”.

A legitimação do poder público era uma questão fundamental para Buzzo, assim como para outros voluntários²⁵⁹, pois garantiria que não houvesse, por ventura, queixas e acusações de que os hortelões estariam privatizando ou ocupando arbitrariamente o espaço público.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²⁵⁷ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²⁵⁸ VISONI, C. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 21 ago. 2015.

²⁵⁹ Segundo se constatou nas entrevistas realizadas ao longo dos anos de 2014 e 2015.

Segundo Di Pietro (2015), realmente não é preciso que haja uma lei específica que proíba a exploração, por particulares, de bens públicos (no caso, uma praça pública), uma vez que eles são indisponíveis por natureza, nos termos da Constituição Federal e do Código Civil. E em relação à Administração Pública, ela “só pode fazer o que a lei autoriza: todo ato seu há de ter base em lei, sob pena de invalidade. [...] O que a lei não lhe concede expressamente, nega-lhe implicitamente” (SUNDFELD, 2004, p. 159). Portanto, na situação em questão, somente por lei especial do município de São Paulo, poderia haver a concessão, autorização ou permissão²⁶⁰ para o uso do patrimônio público.

Apesar do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de São Paulo²⁶¹ possibilitar o uso dos bens públicos municipais – “Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir” (PREFEITURA DE SÃO PAULO), – em 2012, porém, não existia lei específica para a instalação de hortas urbanas em praças públicas (como mencionado anteriormente, a Lei nº 16.212/15 sobre a gestão participativa das praças no município, que inclui as hortas comunitárias orgânicas entre os equipamentos e mobiliário urbano, data de 2015).

A atuação de Buzzo para que houvesse o cercamento da área da horta, dentro da Praça das Corujas, com mão de obra cedida pela Subprefeitura – bem como os registros fotográficos deste procedimento – acabou por legitimar a ação ativista. O cercamento simbolizou, especialmente perante os moradores do entorno, que houve o diálogo prévio e a aprovação do poder público para a materialização da Horta das Corujas. Segundo o ex-subprefeito Filardo Jr. (2015, informação verbal, grifo nosso²⁶²):

Existia várias possibilidades dessa formalização. Uma delas, o termo de cooperação mais direto; outra seria, que eu achava mais interessante, um instrumento com a SVMA, para que a horta formalizasse seu caráter de instrumento de educação ambiental, que eu acho que é isso mais do que qualquer coisa. Não uma educação que dá diploma e medalha de mérito, mas uma educação que é uma aproximação das pessoas com o espaço público. [...] Ninguém nunca foi contra fazer isso, mas ninguém fez.

²⁶⁰ “Pela concessão contrata-se um serviço de utilidade pública; pela autorização consente-se numa atividade ou situação de interesse exclusivo ou predominante do particular; pela permissão faculta-se a realização de uma atividade de interesse concorrente do pertinente, do permissionário e do público”. (MEIRELLES, 2004, p. 186-187.)

²⁶¹ O artigo 114 está disponível, na íntegra, no ANEXO H.

²⁶² Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

Então, acho que existe aí um terreno para que surjam questionamentos [...]. O que acontece na Horta das Corujas é que a atividade em si tem uma enorme legitimidade aos olhos da vizinhança. Então, se há vozes críticas à iniciativa, elas ficam um pouco intimidadas pela aceitação que esta ação tem. **Qualquer um percebe que a Praça das Corujas está melhor com a horta do que sem ela. Esse é o primeiro elemento de legitimidade da ação.** Essa é a principal lição que a horta tem a mostrar para outras iniciativas. [...] Agora, o conteúdo dela [...] é de agregação da vizinhança, de tirar as pessoas do isolamento que elas vivem na nossa cidade, trazê-las para o espaço público, recuperar o espaço público, recuperar as pessoas para o espaço público. Se você pensar que esse é o sentido da coisa, você pode usar a horta não como um modelo para outras hortas, mas como um modelo para outras iniciativas que captam o *genius loci* – o “espírito do lugar” –, que pode ser muito comum um campo de futebol fazer esse papel, né? Vai muito de qual é o perfil da vizinhança, muito de quais são as carências e quais são as potencialidades de cada uma dessas vizinhanças e quais são as potencialidades do espaço.

A cerca de um metro de altura que demarca a horta também simboliza a expressão material de suas fronteiras no conjunto territorial da Praça das Corujas: os 800 m² de horta são imediatamente identificáveis pelos transeuntes e frequentadores assíduos da praça. “Afim de contas, o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro” (DAMATTA, 1997, p. 32). Portanto, com a cerca, o território da horta torna-se visualmente evidente. Por sua vez, apesar da cerca demarcar com precisão a porção territorial destinada às atividades locais de agricultura urbana, por se tratar de uma área em praça pública, todos têm livre acesso à horta em qualquer horário e dia da semana. Na prática, a cerca baixa (que qualquer pessoa adulta seria capaz de pular ou mesmo de derrubá-la sem grandes dificuldades) não promove isolamento ou segregação socioespacial, é apenas uma barreira protetora para preservar os canteiros da entrada de animais ou demais pisoteios acidentais, e os dois portões que possui encontram-se, permanentemente, apenas encostados (figuras 68, 69 e 70).



Figura 68 – Portão principal de entrada da Horta das Corujas, que nunca está trancado e nem possui trinca; e a baixa cerca de arame (praticamente invisível na foto), tomada pelas trepadeiras que a fazem de amparo. Para que não entrem animais, há uma cordinha para ser transpassada e pede-se para deixar o portão sempre encostado; entretanto, há frequentadores que, às vezes, se esquecem de encostá-lo. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 69 e 70 – Também na parte dianteira da horta, se encontra o outro portão (foto da esquerda) – praticamente encostado na quina lateral –, que se encontra apenas encostado e está mais próximo à maior concentração de bananeiras da horta, localizadas ao redor do depósito de ferramentas, do meliponário e da composteira (mapa 3B, p. 191). À direita, frequentador deixa seu cachorro preso a um “postezinho” do lado de fora da horta: em um dia de chuva, o cão vestia uma capa protetora e seu dono apoiara o guarda-chuva e a bolinha do animal no mesmo local. Fotos de julho (figura 70) e de dezembro (figura 69) de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A inauguração “oficial” da Horta das Corujas também teria sido mais uma estratégia bem articulada, desta vez por Visoni. Apesar da primeira reunião entre os futuros voluntários ter ocorrido em 14 de julho de 2012 e, de acordo com depoimentos e registros fotográficos coletados, os mesmos já terem iniciado os trabalhos no local onde se instalaria a horta, a cerimônia de inauguração ficou para após a finalização do cercamento da área pela Subprefeitura de Pinheiros. Segundo Visoni (2015, informação pessoal²⁶³), que é jornalista e tem bom relacionamento com os meios de comunicação, ela teria enviado uma sugestão de pauta para o jornal *O Estado de S. Paulo*:

A inauguração na verdade foi um truque de *marketing* [...]. Tive a ideia de inventar uma "notícia". Aí mandei mensagem para o [...] Estadão [...]. Assim a horta ficou mais conhecida, começaram a aparecer apoiadores, e a matéria no jornal deu certa legitimidade, o que aumentou nosso fôlego.

Enquanto Buzzo providenciava legitimidade junto ao poder público e à vizinhança, Visoni tratou de publicitar a iniciativa, expandindo o alcance de sua luta ativista. Em 29 de setembro de 2012, foi feita uma festa de inauguração, na qual compareceram moradores locais, ativistas da causa socioambiental, imprensa e demais simpatizantes e curiosos (figura 71). Visoni (figura 72) e Buzzo fizeram discurso²⁶⁴ em frente ao portão da horta, que foi enfeitada com um laço (figura 73), e o músico Paulo Padilha fez um *show* na praça.

Madalena Buzzo, Joana Canêdo, [Miriam] Mirinha Cenamo [Salles] e eu [Claudia Visoni] organizamos essa inauguração sobretudo como uma estratégia para a horta sobreviver. Naquela altura, alguns vizinhos estavam reclamando muito e perigava sermos proibidos de plantar. Mas deu certo! Saiu matéria no *Estadão*²⁶⁵ [...]. Mais pessoas souberam da existência da horta e começamos a receber apoio. Vendo que a gente tinha resolvido plantar comida na praça, outros grupos começaram a se organizar para fazer hortas em outras praças. (VISONI, 2015²⁶⁶)

²⁶³ VISONI, C. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 21 ago. 2015.

²⁶⁴ O discurso completo de Visoni encontra-se no ANEXO I. Ela fez referência à vocação para a educação ambiental da Horta das Corujas, defende a iniciativa sob a ótica da sustentabilidade, faz convite ao público para participar das atividades e dos canais de comunicação (*blog* e *Facebook*) da horta etc. Não se teve acesso ao conteúdo do discurso proferido por Buzzo.

²⁶⁵ A matéria pode ser lida, na íntegra, no ANEXO J.

²⁶⁶ Publicação de Visoni, em 19 set. 2015, no grupo da Horta das Corujas no *Facebook*, às vésperas do aniversário de três anos da horta comunitária.



Figura 71 – A inauguração da Horta das Corujas, em 29 de setembro de 2012, atraiu público considerável para a Praça Dolores Ibárruri: na foto, a concentração em torno da entrada da horta, no momento dos discursos proferidos por Visoni e Buzzo. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2012. Crédito: Horta das Corujas²⁶⁷.



Figuras 72 e 73 – À esquerda, Visoni durante leitura de seu discurso; à direita, fitas vermelha e verde compõem um laço, que foi desfeito no momento da cerimônia. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de setembro de 2012. Crédito: Horta das Corujas.

²⁶⁷ As fotos das figuras 71, 72 e 73 estão disponíveis em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>. Acesso em 28 dez. 2015.

A oposição da vizinhança, como relata Visoni em seu depoimento acima, foi de caráter pontual e durante o período nascedouro da horta. Os voluntários mais antigos relataram nas entrevistas realizadas o mesmo episódio emblemático: uma mulher gritou e xingou alguns hortelões enquanto eles trabalhavam em um fim de semana do primeiro mês de existência da horta.

Buzzo, mais conectada com o poder público, conta outros casos, mas nada que ameaçasse, de fato, a existência da horta. O ex-subprefeito Filardo Jr. disse não ter recebido queixas diretas. Outros funcionários da Subprefeitura de Pinheiros, entretanto, que pediram anonimato ao divulgar as informações²⁶⁸, relataram que, apesar de “nada muito significativo”, teve gente que se identificou como “morador do entorno próximo” e que “não gostaria de ver a Praça das Corujas descaracterizada de seu projeto inicial”. A seguir, trechos dos depoimentos citados:

Na primeira ou segunda vez que a gente estava aqui, antes de ter a cerca, **uma mulher me xingou** lá de cima, começou a brigar comigo que não podia fazer horta aqui [...]. (SALLES, 2015, informação verbal, grifo nosso²⁶⁹.)

Num segundo encontro, já começou um relacionamento estranho com o entorno. Veio **uma senhora xingar a gente**. Ela ficava lá em cima e ficava assim: “Seus nojentos, seus porcos, vocês estão transformando a praça num chiqueiro!”. Que é bem essa coisa de ter horror à terra. [...] A gente tentava explicar, que estávamos em obra... claro, você começa a cavar, fica um lugar com lama, meio confuso. Mas a pessoa não conseguia visualizar aquilo que a gente queria e, enfim, ficava gritando. (VISONI, 2014, informação verbal, grifo nosso²⁷⁰.)

Por vias indiretas eu fiquei sabendo que poderia haver um questionamento nessa linha de que não é um uso público do espaço público, mas **diretamente, à minha pessoa, nos dois anos que estive lá [no cargo de subprefeito], não chegou uma solicitação** e “oh, faça isso, porque isso é privatização”. Como eu entendo que não é... [...] Uma crítica de que a horta resultaria em desordem, nunca ouvi falar que sequer existisse esse tipo de crítica. É crítica de não vi, não gostei, né? Achar que uma horta vai atrair rato, considerando a população de rato que tem em São Paulo... é um pouco de falta de noção. É a mesma história da redução da velocidade das Marginais [Pinheiros e Tietê, implantada pela administração do prefeito Fernando Haddad (PT) a partir de 20 jul. 2015], os especialistas do *Facebook* estão desqualificando... (FILARDO JR., 2015, informação verbal, grifo nosso²⁷¹.)

²⁶⁸ Informações obtidas a partir de conversas informais com servidores da Subprefeitura de Pinheiros, em diferentes visitas realizadas em 2014 e 2015. Respeitando a vontade de alguns funcionários e para evitar constrangimentos, não há registros em áudio, nem registros formais por escrito.

²⁶⁹ Informação fornecida por Miriam Isabel Cenamo Salles em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

²⁷⁰ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

²⁷¹ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

Eu já estive aqui quando tinha gente gritando lá de cima, reclamando, mas eu não engajei no conflito [risos]. A gente estar trabalhando num dia bonito como esse, nada especial e tem uma pessoa passando com cachorro lá em cima e falando: “Que bagunça vocês estão fazendo aí embaixo, isso só vi atrair gente desagradável para o bairro...” Esse tipo de coisa. Mas aí, eu preferi ficar calada, ficar na minha, fingir que não era comigo. A gente fica sabendo depois, a Madalena que é da Associação [AMEC], ela acaba recebendo mais informações positivas e negativas mais diretas porque ela está aqui sempre. Não lembro de outras coisas, talvez a minha memória seja seletiva [risos]. (CANÊDO, 2015, informação verbal, grifo nosso²⁷².)

Teve bastante gente que foi contra, só que não teve ninguém que encarou esse contra. Foi bem interessante isso. **Teve uma senhora que gritou lá de cima** que aqui ia encher de mendigo. Eu fiquei sabendo que a Subprefeitura recebeu reclamação. Mas ninguém parou e conversou com a gente. [...] Ninguém quis sentar e conversar. **A gente soube de buchicho na Subprefeitura: Por que a horta existia se não constava no projeto original da praça?** Foi a mais conceituada que a gente teve, mas a pessoa não quis colocar o nome. Eu procurei o Paulo Pellegrino [que, junto com Elza Niero, fez o projeto da Praça das Corujas], ele falou que a praça é uma célula viva, ele amou a ideia, já veio e fez reportagem dentro da horta para falar da água da nossa horta [concedeu depoimento para reportagem da *GloboNews*, em 16 nov. 2014]. A pessoa nunca mais reclamou, viu que não era o caminho. Não estava no projeto ter uma horta, mas nada impedia de ter uma horta. Não estava escrito que não era para ter. (BUZZO, 2015, informação verbal, grifo nosso²⁷³.)

Uma das principais funções da Horta das Corujas, segundo Buzzo²⁷⁴, seria resgatar, de alguma maneira, a simplicidade, e permitir a convivência tranquila entre os cidadãos, que podem desfrutar de um maior tempo de permanência no espaço público:

A horta tem a ver com isso, trazer uma simplicidade. [...] Eu entendo [por] horta [uma maneira] de como usar melhor o espaço público. É bom que as pessoas venham ao espaço público e não tenham algo tão quadrado. Muitos vinham, só vinham e iam embora. Vem com o cachorro, passeia com o cachorro e vão embora, não ficam na praça. A horta tem essa coisa de poder ficar, tem uma convivência um pouquinho mais tranquila. [...] Com certeza, é trazer de volta uma forma de olhar uma simplicidade das coisas. Não é querer viver de novo como no rural, mas trazer os passos que uma vida precisa ter. São Paulo é muito corrida. Eu fico atropelando o tempo várias vezes, e quando eu chego num local, e não precisa ser horta, pode ser qualquer tipo de planta, que tem um tempo que vai plantar, depois crescer, florir, produzir, amadurecer, depende se o tempo está bom [...], ajuda a gente a ser mais calmo. Não é corrigir a vida. Mas ou você vai enlouquecer de vez, vai embora e nunca mais volta, porque aquela lerdeza te deixa aterrorizado, ou você vai entender que aquilo tem um processo. E quando você entende que aquilo tem um processo, é muito bom.

²⁷² Informação fornecida por Joana Canêdo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

²⁷³ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²⁷⁴ Ibid.

Neste sentido, tem-se que as hortas comunitárias incentivam não apenas a maior circulação de pessoas em determinados espaços públicos, como asseguram a permanência dos cidadãos naquelas porções territoriais urbanas por um período de tempo mais extenso. Conseqüentemente, os espaços públicos adquirem maior segurança, pois se garante a ocupação constante de áreas que poderiam vir a ser abandonadas (GEHL, 2013). Entretanto, apesar de positivas na promoção da segurança, existe o questionamento quanto à possível privatização do espaço público. Segundo o ex-subprefeito de Pinheiros:

Claro, a horta em si é uma coisa interessante em certos, em muitos casos. Tem também seus riscos, a privatização do espaço público é um risco. [...] E a maneira de contornar esse risco não é não fazer horta, é ter o espírito de que a horta serve para o espaço público, continuando público, recuperar uma vizinhança que eventualmente está alijada, a vizinhança às vezes enxerga o espaço público como uma ameaça até, né? Ou, vamos dizer assim, é o bom uso que uma vizinhança escolhe pra se contrapor ao mau uso. Isso é uma maneira de colocar a horta urbana numa perspectiva do que acontece com os espaços públicos em São Paulo especificamente, ideia de abandono da área pública mal utilizada, a ideia do uso por atividades ilegais ou perigosas. É uma forma de uso que tem um potencial que deve ser enxergado com cuidado, onde a horta é a melhor solução para a apropriação de um espaço ou de um pedaço de espaço, ou uma horta como parte de um projeto maior, produz um resultado desse tipo: apropriação de espaço. E uma outra questão que é importante: quase todo espaço público em São Paulo que você for olhar, provavelmente ele terá um histórico de mau uso. (FILARDO JR., 2015, informação verbal²⁷⁵.)

Quando questionado se, durante seu período como subprefeito, havia recebido críticas referentes à Horta das Corujas, Filardo Jr. (2015, informação verbal²⁷⁶, grifo nosso) salienta que

[...] houve algumas conversas em torno de um **outro projeto paisagístico** para a Horta das Corujas, em que parecia haver um viés, assim, pouco amigável à proposta da horta, mas também não era muito explícito. De maneiras indiretas, se falava em **privatização do espaço público**. [...] Eu não acho que seria privatização do espaço público, você não está impedindo a entrada de ninguém.

No que diz respeito ao projeto paisagístico original, a sua autora Niero (2015, informação verbal²⁷⁷), considera que a horta está em lugar errado:

Quando eles vieram me falar da horta, se eu concordava ou não, eu falei que “eu concordo, mas tem que ter projeto”. Não dá mais para fazer coisa sem projeto. O que me incomoda é essa coisa de ir fazendo de qualquer maneira. [...] Não sei... eu sou arquiteta, eu gosto de projetar, eu gosto de organizar as coisas, porque eu acho que todo mundo vive melhor.

²⁷⁵ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

²⁷⁶ Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

²⁷⁷ Informação fornecida por Elza Maria Niero em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 1º set. 2015.

[...] Eu adoro essas ocupações espontâneas. Quanto mais tiver, mais interessante o espaço se torna. Porém, qual é o meu problema com a horta? É a nascente, e a possibilidade da gente ter um lago ali. Esse tipo de ocupação espontânea, às vezes, também invade o território do outro, [...] não pergunta, vai fazendo.

Já no que se refere à privatização, Ladner (2015, p. 190, tradução nossa) afirma que hortas e jardins comunitários realmente costumam enfrentar a crítica de que promovem apropriação do espaço público para uso privado, a fim de satisfazer a vontade de um grupo específico de pessoas que se intitulam “hortelões”. Entretanto, o autor mencionado enfatiza que estes mesmos hortelões estão dando manutenção para uma porção do parque ou da praça e, portanto conservam o espaço público; produzem uma “paisagem criativa”; e permitem um olhar interativo dos visitantes, estimulando sua entrada na horta ou no jardim, sua contemplação e demais “bisbilhotices”: “Os benefícios dessas hortas são tão diversos e óbvios, que estas rugas se tornarão irrelevantes ao longo do tempo, especialmente se a horta tiver uma coalizão ampla o suficiente de defensores”.

Um posicionamento contrário à Horta das Corujas, que apareceu em depoimentos de dois moradores do entorno²⁷⁸, levanta a crítica de que as pessoas que a materializaram acham que a praça é a “casa” delas. Nesta acepção, dois sentidos de “casa” podem ser confundidos, uma vez que: “A **casa** define tanto um espaço íntimo e privativo de uma pessoa (por exemplo: seu quarto de dormir) quanto um espaço máximo e absolutamente público, como ocorre quando nos referimos ao Brasil como nossa casa” (DAMATTA, 1997, p.16, grifo do autor). De acordo com esta definição, certamente, os críticos à Horta das Corujas se utilizam do primeiro sentido de “casa” para introduzirem a ideia de que parte da Praça das Corujas se tornou uma extensão do quintal dos hortelões, conjecturando, ainda, a possível privatização do espaço público.

Por outro lado, uma das principais características que clarificam o papel agregador das hortas comunitárias, refutando práticas e princípios segregadores ou mesmo que objetivassem a privatização do espaço público, é a necessidade de compartilhamento, entre as pessoas envolvidas, do que há nelas. Ferramentas, solo, alimentos, água, sementes, trabalho, composto etc. são necessariamente compartilhados entre os hortelões: sem um grupo de pessoas que esteja disposto a

²⁷⁸ Informação verbal fornecida por moradores do entorno da Praça das Corujas, em duas ocasiões distintas (jan. e fev. 2015), que pediram para não serem identificados.

socializar e trabalhar de forma solidária, a materialização de uma horta comunitária não se torna possível.

O espaço público, quando receptor de iniciativas hortícolas dessa natureza, também se apresenta mais heterogêneo, na medida em que passa a abrigar, em si, diferentes tipos de usos. A Praça das Corujas, por exemplo, ganhou mais um equipamento do qual seus usuários podem tirar proveito. A horta não é a única opção de lazer no local, pois ela ocupa uma porção diminuta da área total da praça e não foi alojada sobre ou em detrimento de outro equipamento urbano, mas, sim, onde antes havia uma extensão de gramado subutilizado e algumas árvores (que foram preservadas): “Moro no Sumaré e dá para ir [à Praça das Corujas] de bicicleta ou mesmo de carro, levar o sobrinho para ficar no parquinho, que sempre passeia na horta e faz um piquenique do lado” (LOPES, 2015, informação verbal²⁷⁹).

A Horta das Corujas e suas territorialidades internas em questão

A problemática da privatização do espaço público talvez seja mais pertinentemente discutida quando se refere à demarcação de canteiros dentro da horta. Como não existe uma política pública de delimitação de canteiros individuais (ou mesmo coletivos), tampouco um programa da Prefeitura especificamente para a gestão de hortas comunitárias na cidade de São Paulo, demarcar canteiros e assinalá-los com o nome de seu mantenedor pode gerar discussões com a preocupação da privatização. Quando do mapeamento da Horta das Corujas, houve muita cautela para propor a identificação dos canteiros existentes, uma vez que eles seriam, conseqüentemente, associados a hortelões específicos, ou seja, os voluntários da horta teriam que se manifestar para apontar de qual porção da horta cada um cuidava. Como ressalta Ortiz (2015, informação verbal²⁸⁰):

Eu tenho um pouco essa tendência a organizar, até por conta do meu trabalho [...]. Eu acho que quando fica mais organizado, fica mais produtivo. Somos todos nós voluntários e não estamos vivendo disso, estamos colocando o nosso tempo livre à disposição da horta. Se eu pego um espaço, planto alguma coisa, chego na semana que vem e está tudo ou destruído ou arrancado, é pelo menos um mês que eu perdi, plantando uma semente em casa, que eu trouxe pra cá e não vai ter um fruto. Na minha

²⁷⁹ Informação fornecida por Paula (Pops) Lopes em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 7 jul. 2015.

²⁸⁰ Informação fornecida por Joana Ortiz em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

visão, essa organização é importante por conta disso, para ter um resultado final em relação ao nosso trabalho, porque quando um planta e outro vem e arranca, sem saber mesmo, é todo o esforço que ela fez numa direção que foi perdido. Quanto mais esse esforço coletivo for organizado, no sentido de as pessoas articularem suas energias num sentido comum, mais isso vai dar fruto lá na frente [...]. Eu acredito muito nisso. Eu sei que é um pouco difícil, até por isso que eu estou indo com calma na questão do mapeamento dos canteiros, porque tem gente, até por questões políticas e sociais que não defendem o mapeamento, porque acaba sendo visto como uma privatização do espaço. Então, eu estou indo com calma, até para saber onde o grupo apoia e leva adiante essa ideia. Mas eu acredito muito nessa coisa da organização, porque eu acho que ela leva a maiores possibilidades, já que somos poucos. Justamente, aproveitando o fato de que cada um dedica pouco tempo aqui.

O processo de elaboração de um mapa de canteiros da Horta das Corujas foi longo e impreciso. Não apenas pela questão ideológica apresentada anteriormente e que aparece na fala de Ortiz (citada imediatamente acima), mas também pelo caráter extremamente mutável, seja da ocupação da horta, seja de sua fisionomia.

As pessoas que se apresentam no grupo do *Facebook* e manifestam seu desejo por um espaço de plantio, muitas vezes abandonam o posto de voluntário após alguns meses; os mutirões, que normalmente atraem maior público à horta, também chegam a alterar a disposição de alguns canteiros por causa das tarefas realizadas (nem sempre previamente planejadas); e nas enquetes promovidas virtualmente ou no “boca a boca” entre os voluntários, às vezes acontece de mais de uma pessoa se identificar com o mesmo canteiro, mostrando que nem mesmo um voluntário sabe exatamente se está cuidando sozinho daquela porção de terra ou se tem um companheiro “anônimo” de canteiro.

Enfim, representará apenas um momento específico da sua história recente e será imprecisa qualquer tentativa de mapeamento de uma horta comunitária que não apresentar planejamento prévio de manejo, que não fizer parte de um programa orientado para obedecer a fins específicos (por exemplo, que tenha a obrigatoriedade de produzir uma quantidade “X” por mês de determinada hortaliça) e que não tiver uma relação precisa de todos os seus voluntários. O mapa 3B (p. 191) representa a conformação da horta entre os meses de junho e agosto de 2015.

A demarcação de canteiros é uma das questões que mais aquece as discussões entre os voluntários da horta. Ela merece ser analisada a partir de diferentes perspectivas:

(a) A ideologia da demarcação – Para alguns hortelões, a demarcação pode vir a representar uma espécie de privatização do espaço público. Quando se utiliza,

aqui, o termo “espécie” pretende-se dizer que, na realidade, ninguém está tomando posse real de uma pequena porção de praça pública, mas como a horta é comunitária e o poder público municipal não estabeleceu regras de uso próprias para ela, a demarcação de canteiros pode contribuir para que um possível movimento de moradores contrários à existência da horta ganhe sustentação argumentativa perante a Subprefeitura: se a praça (e a horta que nela se encontra) é pública e de livre acesso, por que alguns moradores poderiam identificar pequenas porções territoriais de sua totalidade com os seus respectivos nomes? Por mais que não seja a intenção, a identificação de canteiros, num espaço sem regras oficializadas e reconhecidas pelo poder público, pode dar a impressão de que se pretende privatizar o espaço público, ou, ao menos, estender privilégios de uso a um grupo específico de pessoas, o que contradiz o princípio de uso democrático de uma área pública de livre acesso. E, ainda, muitos voluntários que se identificam, de fato, como ativistas esperam encontrar espaço, na horta, para a utopia de uma sociedade livre de regras pré-determinadas e de demarcações e “limites fronteiriços”.

(b) O exercício contra o desapego e a valorização do anonimato – Há hortelões que são contrários a demarcação de canteiros porque preferem treinar o “desapego”. Isto significa que a identificação de um canteiro associa aquilo que nele está plantado como sendo de “propriedade” de alguém. Como a horta é pública e de livre acesso, quem se propõe a nela cultivar não está apegado aos resultados materiais da produção. Nesta perspectiva, a finalidade produtivista do trabalho individual torna-se menos importante do que a compreensão coletiva de seu real significado. Para exemplificar: um voluntário pode plantar um pé de berinjela, mas outra pessoa qualquer, que está apenas passeando pela horta, pode vir a colher aquela berinjela e ainda jogar algumas sementes de girassol no mesmo lugar, ressignificando o espaço da horta. Há, ainda, o fato de que muitos voluntários não podem ser identificados ou porque não estão conectados ao grupo da Horta das Corujas pelo *Facebook*, ou porque não mantêm relações próximas com os pioneiros da iniciativa, especialmente com Madalena Buzzo e Claudia Visoni. Muitas pessoas que participam da horta simplesmente não se articulam junto à rede que se formou via *internet*. Dessa forma, se houvesse a valorização coletiva do “trabalho anônimo” que é realizado na horta, melhor se compreenderia a dinâmica social que nela se

estabelece e que é quase impossível de se mensurar. A voluntária Andrea Pesek (2015, informação verbal, grifo nosso²⁸¹) ajuda na compreensão desta questão:

A horta não é a Claudia [Visoni], a Andrea [Pesek], a Madalena [Buzzo], é essa senhora com o netinho [apontando para uma senhora que entra com uma criança na horta]. [...] Essa senhora não está no *Facebook*, por exemplo. Já vieram três pessoas aqui hoje e nenhuma delas tem *Facebook*, elas vêm e são anônimas. A coisa mais legal que acontece aqui é o trabalho anônimo, um dia você vem aqui, no outro você vê que alguém amarrou a plantinha, alguém deu uma caprichada no seu canteiro, você não tem ideia de quem fez aquilo. Ninguém vai lá falar “olha, eu caprichei no canteiro de não sei quem”. Não importa! Esse é o maior aprendizado: **o desapego e a falta de vaidade**, porque a gente não quer aparecer. O legal é quando você começa uma coisa e deixa um espaço para alguém continuar e essa pessoa vai lá e continua e você não sabe quem fez.

(c) A função principal da horta – Todas as pessoas entrevistadas para esta pesquisa (hortelões, especialistas, professores e até mesmo o ex-subprefeito de Pinheiros) não entendem que a Horta das Corujas tenha como principal finalidade o abastecimento alimentar. Portanto, a organização planejada para se obter resultados produtivistas concretos (por exemplo, “espera-se colher ‘X’ pés de alface no fim do mês”) não deveria ser, sob esta perspectiva, a preocupação principal dos voluntários envolvidos com a horta. Assim, mais relevante do que sinalizar o canteiro com seu nome, seria estreitar os laços de parceria e cooperação a partir do trabalho coletivo.

Porém, há hortelões que dedicam parte considerável de seu tempo na manutenção da Horta das Corujas – o que inclui a seleção de sementes, a produção caseira de mudas, o transplante dessas mudas no solo da horta, entre outras atividades – e julgam que a energia gasta em todo esse demorado processo pode ser desperdiçada porque não há uma organização mínima entre os próprios voluntários:

Quando é aberto assim, vai pintar de tudo aí: gente que acha que isso é uma brincadeira para trazer as crianças, outro que acha legal produzir, outro que não quer saber, só entra, detona e vai embora. Tem que ter uma estruturação mínima, não isso de botar chave [de restringir o acesso], mas tem que ter algumas regras. [...] Teve uma ideia de colocar o nome das pessoas no canteiro, onde as pessoas não interfeririam, mas ajudariam a regar, enfim, a manter. Tem as plantas que você prefere, tem as coisas que você não quer, e se todo mundo bota a mão, ferra tudo, vira zona. Na minha visão, tinha que ter um grupo ampliado, que se reúne regularmente, e tenta tocar as coisas. (DUTRA, 2015, informação verbal.²⁸²)

²⁸¹ Informação fornecida por Andrea Pesek em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 06 mar. 2015.

²⁸² Informação fornecida por Alcides Dutra em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 02 jul. 2015.

Esta discussão esbarra na formalização de regras para a organização das atividades coletivas, que, segundo Freeman (1970, s.p.):

Para que todas as pessoas tenham a oportunidade de se envolver num dado grupo e participar de suas atividades, é preciso que a estrutura seja explícita e não implícita. As regras de deliberação devem ser abertas e disponíveis a todos e isso só pode acontecer se elas forem formalizadas. Isto não significa que a normalização de uma estrutura de grupo irá destruir a estrutura informal. Ela normalmente não destrói. Mas impede a estrutura informal de ter o controle predominante e torna disponível alguns meios de atacá-la. A "ausência de estrutura" é organizacionalmente impossível. Nós não podemos decidir se teremos um grupo estruturado ou sem estrutura, apenas se teremos ou não um grupo formalmente estruturado.

Em hortas comunitárias localizadas em praça pública, todos podem entrar e colher os seus frutos ou hortaliças. Neste sentido, Anya Teixeira (2016, informação pessoal²⁸³), que identificou seu canteiro no processo de elaboração do mapa da Horta das Corujas (mapa 3B, p. 191), afirma:

Os canteiros são de todos os cidadãos. Nunca olhei para o pequeno espaço [...] a mim designado como uma propriedade particular. Tenho a consciência de que aquela horta toda, assim como os parques e qualquer canteiro da cidade, pertence e é direito de todos os cidadãos.

Para que se possa colher alguma coisa, há voluntários das Corujas que apontam, por conseguinte, que a demarcação de canteiros e a sua identificação correspondente também seriam um recurso válido para:

(a) O reconhecimento do trabalho individual de cada hortelão e, com isso, fortalecer os laços comunitários e de ajuda mútua, sobretudo no que se refere à troca de informações sobre os sucessos e fracassos ao longo do processo de cultivo;

(b) Uma maneira do voluntário focar suas energias em um lugar específico, dando mais atenção às plantas e ao solo, assumindo responsabilidades e garantido a manutenção adequada de uma área;

(c) O sucesso da empreitada do hortelão, que passa a ter a garantia de que seu trabalho trará resultados efetivos não só para si próprio, mas também para todos que quiserem se apropriar do potencial de produção da horta;

(d) A garantia de uma melhor manutenção do espaço, já que a divisão e identificação de canteiros direciona o trabalho de cada voluntário para uma porção específica da horta como um todo;

²⁸³ TEIXEIRA, A. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 31 mar. 2016.

(e) Um mecanismo de organização espacial para facilitar a chegada de novos voluntários, uma vez que quando o espaço apresenta sinalizações e demarcações físicas, os novos hortelões compreendem mais fácil e rapidamente de que maneira se articula o trabalho coletivo na horta e como poderá contribuir.

Deve-se salientar, entretanto, que mesmo os voluntários contrários à identificação de canteiros (a associá-los a determinado “dono” ou “cuidador”), utilizam a palavra “canteiro” em suas postagens no *Facebook* ou em seus depoimentos orais como um mecanismo facilitador da comunicação, a fim de localizar determinado fenômeno ou de identificar uma área específica dentro das dependências da horta. Já os voluntários que defendem a “adoção de canteiros” não se mostraram refratários às experiências utópicas que a horta pode proporcionar, mas, com essa iniciativa, eles esperam adequar o ativismo à realidade político-cultural paulistana. Como se verifica pelas postagens na página da horta no *Facebook* (desde o ano de 2012) e na própria fala dos hortelões entrevistados, o verbo “adotar” e a expressão “adotar um canteiro” são bastante recorrentes entre os voluntários das Corujas, e uma das primeiras perguntas que um novo interessado em participar das atividades hortícolas faz é se há algum canteiro para “adotar”.

O espaço é **coletivo**, [...] acho que aqui, nas Corujas, a gente está nesse momento, de definir o quanto é coletivo [...] no sentido de que cada um tem um espaço, tem um canteiro que vai cuidar, ou cada um pode plantar em qualquer lugar. Estas questões estão sendo estabelecidas [...].

Quando eu comecei a me interessar pelas hortas e comecei a pesquisar sobre elas no *Facebook*, eu também tinha muitas dúvidas sobre como eu poderia contribuir e participar. Isso não era muito claro. Uma das perguntas que tem no *Facebook* é: “Como posso ajudar?” E aí também ficava em dúvida: “tenho que levar alguma muda, saquinho de semente, como é que vai cuidar e tal?” Eu sei que existia, bem no começo, essa coisa de ocupação coletiva do espaço. Em determinado momento, talvez o grupo que estava aqui tenha percebido que apenas a ocupação coletiva não ia dar conta porque o espaço é grande. Eu acho que essa iniciativa do “adote seu canteiro” é uma sacada, uma coisa genial, você mantém a possibilidade de que todo mundo possa colher, todo mundo possa regar, mas você determina sobre uma pessoa a responsabilidade do plantio daquele espaço. [...] Como a gente não tem uma base social que parte da coletividade, nossa sociedade é o contrário – totalmente individualista, prega a posse individual – quando a gente chega no espaço coletivo, a gente não tem esse repertório, ninguém aqui é agricultor. [...] Então, isso torna muito mais difícil o compartilhamento total do espaço em todas as dimensões. Quando a gente começa a adotar um canteiro, você possibilita que eu possa fazer meus próprios testes. Então, eu já errei bastante, já trouxe muda que morreu, já melhorei meu sistema. [...]

Eu acho muito importante o aspecto do **ativismo**, até por isso eu me envolvi na questão da horta. [...] Acho incrível o que foi feito aqui nesses três anos, mas também acho que dá pra avançar muito mais. E acho que a questão da **produtividade** é uma questão. Não adianta ficar só no ativismo, porque, senão, quem não participa, entra aqui e fala: “eu vou colher o quê?” Ter uma produção é importante. [...]

Eu tenho, em casa, várias sementeiras e um sistema de produção massivo de mudas [risos] [figura 74]. Eu calculo que eu já devo ter plantado aqui quase 1.000 mudas neste último ano [...]. Quando as mudinhas crescem um pouquinho, eu planto num vasinho, espero elas chegarem a ficar um pouquinho maior e aí eu trago para o meu canteiro. Então, no mínimo, para eu trazer para o meu canteiro, são pelo menos **dois meses de cuidado em casa**. Em casa, eu tenho uma parte externa, só de produção de mudas para a horta. [...] Eu sou profundamente **desapegada** em relação à colheita, porque eu acho que quando você está colhendo, todo o ciclo está sendo realizado. Uma pessoa que está colhendo, ela vai provavelmente comer aquilo, utilizar. [...] **Como a gente tem pouca coisa no sentido da colheita, é mais difícil desapegar, né?** (ORTIZ, 2015, informação verbal, grifo nosso²⁸⁴.)



Figura 74 – A voluntária Joana Ortiz produziu diversas mudas de pimentão e perguntou, pelo *Facebook*, se outros frequentadores da Horta das Corujas gostariam de transplantá-las em seus respectivos canteiros: para quem se manifestou, Ortiz deixou as mudas sobre uma mesa (que fica junto ao depósito de ferramentas) com o nome de cada hortelão solicitante. Ao lado das mudas, algum voluntário cortou maços de almeirão-de-árvore e os deixou sobre a mesa enquanto finalizava suas atividades na horta. São Paulo/SP, Brasil. Foto de novembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

²⁸⁴ Informação fornecida por Joana Ortiz em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

O financeiro

Madalena Buzzo acabou se tornando uma grande porta-voz do e com o poder público, sobretudo por sua tradição como Conselheira do CADES-PI (posto que seria logo ocupado por Visoni e também por outros hortelões). O respeito que os voluntários da Horta das Corujas têm por Buzzo é semelhante ao por qualquer outra liderança comunitária. Moradora do entorno, presidenta da AMEC e bastante conhecida na Subprefeitura de Pinheiros²⁸⁵, Buzzo revelou (2015, informação verbal²⁸⁶) possuir anseios políticos, a partir de sua filiação a um partido e uma possível candidatura ao cargo de vereadora. Como já assume esta posição frente à AMEC, acabou sendo a responsável pelo financeiro (caixa e contabilidade) da Horta das Corujas, divulgando periodicamente (mas sem um dia ou período exato pré-estabelecido), na página da horta no *Facebook*, a planilha referente aos gastos e contribuições (quando há), e o valor total em caixa: “A Claudia [Visoni] prefere não mexer com essa parte de dinheiro, eu que faço o controle de tudo. Eu tenho a planilha que, de vez em quando, eu jogo [na página da horta no *Facebook*] para ser transparente. Gasta muito pouco” (BUZZO, 2015, informação verbal²⁸⁷).

Diferentemente de experiências em outros países²⁸⁸ (nos quais existem programas ou leis municipais específicos para as hortas comunitárias, ou onde essas iniciativas estão na pauta política há mais tempo), o poder público municipal de São Paulo não cobra pelo uso de espaços públicos para fins de horta ou jardim comunitário e tampouco outorga a arrecadação a terceiros²⁸⁹. Logo, não existem cobranças feitas em nome da Horta das Corujas (que também não se configura como associação, empresa ou organização sem fins lucrativos), nem algum tipo de taxa de manutenção (facultativa ou compulsória) aplicada aos seus membros ou

²⁸⁵ Conforme se constatou por visitas à Subprefeitura de Pinheiros, os funcionários que foram interrogados genericamente sobre a Horta das Corujas, mencionaram o nome de Buzzo em algum momento de suas respectivas respostas.

²⁸⁶ Informação fornecida por Madalena Buzzo em conversa informal com Gustavo Nagib, em 16 jul. 2015.

²⁸⁷ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²⁸⁸ Ver Capítulo 1 e nota referente a San Francisco neste Capítulo 3.

²⁸⁹ Com a finalidade de assegurar a gestão participativa das praças do município de São Paulo, a Lei nº 16.212 (ver Capítulo 2 e ANEXO K), aprovada em 2015, foi a primeira a mencionar e admitir a instalação de hortas comunitárias orgânicas em praças públicas da capital paulista, e não apresenta, em sua redação, nenhuma contrapartida financeira, tampouco exigência ou autorização de cobranças do poder público ou de terceiros. Segundo Bonduki (2015, s.p.), a lei traz “o necessário amparo legal para participação da sociedade na gestão das praças, sem, no entanto, diminuir as atribuições e responsabilidades da Prefeitura”.

visitantes. No entanto, o rateio com despesas que pretendem atender às necessidades coletivas pode ocorrer, basta que os voluntários interessados assim se organizem e criem algum mecanismo de arrecadação informal entre eles próprios (mas não podem obrigar alguém que não queira colaborar).

Os assuntos referentes aos gastos com a horta não apareceram, em nenhuma entrevista realizada, como um problema ou fonte de conflito entre os voluntários; estes também foram questionados se chegaram a contribuir financeiramente para a Horta das Corujas (em caso afirmativo, perguntou-se quantas vezes e quanto doaram). Cerca de 50% dos entrevistados disseram que já contribuíram financeiramente, rateando algumas despesas no início da horta, porém, outros 50% disseram que nunca contribuíram ou que, apesar de já terem ouvido falar de “vaquinhas”, nunca foram cobrados ou convidados a participar.

Os gastos com a horta são mínimos, na medida em que: os voluntários costumam levar suas próprias ferramentas e vestimentas especiais (chapéus ou bonés, protetor solar, repelente contra insetos, botas, luvas), bem como muitas das sementes e mudas que plantam; não há energia elétrica no local; há disponibilidade de água gratuita graças às cacimbas feitas pelos próprios hortelões; muitos voluntários conseguem doações de terceiros ou eles mesmos assumem o custeio de algo que desejam incorporar à horta. Entretanto, a partir da análise de gastos apresentados pelas planilhas divulgadas por Buzzo no *Facebook*, tem-se que:

(a) O maior gasto da Horta das Corujas desde sua origem foi com a compra do alambrado para fazer o cercamento, que custou R\$ 725,50, rateados entre alguns voluntários. Os suportes (“postezinhos”) que amparam a tela metálica da cerca foram uma doação da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), que disponibilizou, às Conselheiras do CADES-PI (Buzzo, Visoni e Canêdo), fragmentos de postes metálicos usados para a confecção de placas de sinalização de trânsito para servir de suporte. A mão de obra para a realização do serviço foi doação da Subprefeitura de Pinheiros. A realização do cercamento durou, ao todo, cinco dias de trabalho: de 19 a 24 de setembro de 2012 (figuras 75 e 76).

Para a cerca, fizemos vaquinha, custou R\$ 700. [A Prefeitura não deu nada de dinheiro], é legal isso, porque quando você usa dinheiro público dá a impressão de que você está privatizando. Por que um grupo pode pegar R\$ 700 do poder público e um outro grupo não pode? A gente

não quis se envolver nisso. A gente fez a vaquinha. (BUZZO, 2015, informação verbal²⁹⁰.)



Figura 75 – Equipe da Subprefeitura de Pinheiros, no dia 19 de setembro de 2012, pronta para iniciar o cercamento da área da Horta das Corujas. No chão, ferramentas e postes utilizados para a realização do trabalho. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2012. Crédito: Horta das Corujas²⁹¹.



Figura 76 – Cinco dias depois, equipe da Subprefeitura de Pinheiros, em 25 de setembro de 2012, após a conclusão do cercamento da Horta das Corujas. As fotografias comprovam a legitimidade da ação do cercamento, uma vez que ele foi realizado pelo poder público. Nota-se, ainda, como a densidade de espécies vegetais era muito reduzida. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2012. Crédito: Horta das Corujas.

²⁹⁰ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

²⁹¹ As fotos das figuras 75 e 76 estão disponíveis em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>. Acesso em 28 dez. 2015.

(b) De 2012 a 2015, houve gastos pontuais com algum serviço de transporte para levar ou retirar materiais da horta (para quantidades menores, os próprios voluntários realizam estes serviços): caçamba para retirar entulho da horta (R\$ 300); carroto de páletes (R\$ 160); transporte de terra (R\$ 50); carroto de esterco (de R\$ 150 a R\$ 230).

(c) Houve um punhado de pequenas despesas que, juntas, somaram R\$ 701,50 (até junho de 2015), que incluíam: mudas; materiais/ferramentas em geral (enxada, brita, cano de drenagem, placa de sinalização, regadores, caixa d'água para fazer as cacimbas); e um teste básico de avaliação da qualidade da água (via medição de coliformes fecais) encomendado à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) (R\$ 111).

Deve-se ressaltar que estas despesas elencadas anteriormente foram aquelas divulgadas pelas planilhas de Buzzo. Nelas, não estão computados todos os gastos pessoais de cada hortelão, a exemplo das sementes, mudas, ferramentas e demais materiais que os voluntários doam à horta sem nenhuma divulgação. Quando Buzzo é notificada sobre alguma doação específica, ela aparece na planilha para que os outros voluntários tomem conhecimento da ação, porém, nem sempre as pessoas divulgam cada item que levam ou colocam dentro da horta, ainda mais quando se trata de sementes ou mudas (que os voluntários produzem em casa e trazem à horta como parte de sua contribuição comunitária).

Muitos dos materiais utilizados na confecção de canteiros (cercas baixas de proteção, telhas para contenção e delimitação de canteiros, pneus que já serviram de canteiro, estacas de madeira etc.) são reaproveitados de algum outro lugar: encontrados em caçambas nas ruas da cidade, trazidos da casa de alguém, doação de terceiros etc., e, portanto, não figuram como custos monetários diretos. Esta, entretanto, também é uma preocupação daqueles que visam pela boa organização e estética da horta. Constatou-se presencialmente (durante atividades no local e entrevistas) e em postagens pelo *Facebook* que alguns voluntários²⁹² já demonstraram preocupação quanto a materiais deixados na horta como se ela fosse depósito “de algo velho e sem finalidade que se tinha em casa” (figuras 77 e 78). Em

²⁹² Trata-se de um assunto recorrente nos mutirões, nas conversas privadas, ou pelo *Facebook*, entre os voluntários mais ativos e presentes na horta. Não é possível citar o nome de todos, mas é apresentada uma citação como referência a esta informação.

março de 2014, Canêdo (2014)²⁹³ se responsabilizou por contratar uma caçamba para levar materiais deixados na horta, mas que estavam sem finalidade:

Olá Corujeiros! No domingo fizemos uma bela limpeza [...]. Hoje contratei uma caçamba e amanhã vamos levar embora todos os entulhos e materiais que ficaram se acumulando ali por dois anos [desde 2012]. Tinha muita coisa que havia sido doada com a melhor das boas intenções, mas que de fato nunca foi aproveitada e só estava ali se amontoando. Quem quiser ainda "salvar" alguma coisa [...] pode ir lá entre hoje e amanhã. Amanhã a caçamba será enchida e levada embora. Depois da limpeza, acho que vale refletir sobre o que de fato estamos usando na horta e sobre os materiais que precisamos antes de levar algo para lá e deixar. O que acham? Boa semana para todos!



Figura 77 – No canto esquerdo da “parte baixa” da Horta das Corujas localiza-se o depósito de ferramentas, onde também estão o meliponário e os demais objetos deixados pelos frequentadores da horta. Na foto: as caixas de abelha à direita; tábuas de madeira espalhadas pelo chão; ferramentas apoiadas no muro da composteira, ao fundo; casinha com objetos deixados por voluntários e grupos pedagógicos que usam a horta para suas atividades semanais; e carrinho de mão à esquerda. As folhas de bananeira no chão não são “sujeira”: elas mantêm a umidade do solo e, ao se decomporem, aumentam a sua fertilidade. São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

²⁹³ Informação obtida a partir de postagem pública de Joana Canêdo, em 31 mar. 2014, no grupo “Horta das Corujas”, na rede social *Facebook*.



Figura 78 – A parte traseira do muro da composteira serve para apoiar as ferramentas (garfo, pás, enxada, cavadeira etc.) e deixar os regadores, baldes, vasilhos e demais utensílios utilizados na Horta das Corujas. Os voluntários sempre procuram deixar os recipientes de cabeça para baixo, a fim de evitar o acúmulo de água parada, que pode levar à proliferação de mosquitos. São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Em relação a este acúmulo de materiais, no entanto, Thais Mauad (2015, informação verbal²⁹⁴), professora da FMUSP, voluntária da Horta das Corujas e que já visitou diferentes experiências de hortas comunitárias na Europa, relata:

É assim mesmo. Eu, recentemente, estive lá naquele aeroporto Tempelhof²⁹⁵ de Berlim, no inverno, na época em que não tinha nada. As plantas estavam secas e, então, dava para ver a estrutura do que eles usavam por baixo. A Horta das Corujas é “cinco estrelas”! Os caras pegam colchão usado – a mola do colchão – e faz coisa para trepadeira. No inverno é feio, tem um monte coisa esquisita: cadeira velha; tampa de computador aberta, que você vê que o cara plantou dentro; bola murcha, que o cara colocou flor dentro... Então, ali [na Horta das Corujas], é razoável.

²⁹⁴ Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

²⁹⁵ O aeroporto de Tempelhof, em Berlim, foi desativado em 2008. Desde 2010, diversos eventos e usos esportivos e recreativos tomaram conta do grande espaço público, transformado pelo poder local no maior parque da cidade. Dentre as apropriações promovidas pelos cidadãos, está a materialização de uma horta comunitária (FAHEY, 2015).

A Horta das Corujas também apresentou ganhos monetários que serviram para cobrir as despesas supracitadas, ou, ainda, para amortizar as contribuições iniciais dos voluntários. Sobretudo por intermédio de Buzzo e Visoni, a horta ganhou notoriedade na imprensa e em instâncias do poder público, tornando-se conhecida por diferentes entidades privadas, que passaram a solicitar oficinas ou outros serviços de horticultura urbana. Para que a horta comunitária não se torne um instrumento de privatização do espaço público e beneficie monetariamente a alguns cidadãos, é proibido o uso da Horta das Corujas para fins mercadológicos. Contudo, como afirma Visoni (2014, informação verbal²⁹⁶), “está cheio de permacultor, de voluntário aqui precisando de grana, não é aqui que ele vai ganhar grana, mas aqui talvez seja uma vitrine”.

É verdade que a Horta das Corujas tenha se tornado uma vitrine. Em um recorte temporal que abrange a “inauguração oficial” da horta, em setembro de 2012, até o mês de outubro de 2015, foram contabilizados 78 materiais midiáticos (reportagens e matérias jornalísticas ou vídeos documentários), sejam eles especificamente sobre a Horta das Corujas, ou que a citavam como exemplo ao abordar temas correlatos à agricultura urbana²⁹⁷. Tais textos ou vídeos foram produzidos e divulgados por diferentes *sites* da *internet* (incluindo *blogs*, canais do *YouTube*, *sites* de entidades setoriais, portais de notícias etc.); por canais de televisão aberta ou por assinatura (figura 79); e pela mídia impressa (APÊNDICE B).

²⁹⁶ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

²⁹⁷ Os *links* de acesso às 78 reportagens e/ou vídeos documentários estão disponíveis no APÊNDICE B desta dissertação. Obteve-se acesso a este material por meio de pesquisa realizada no *blog* da Horta das Corujas <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>; no grupo “Horta das Corujas, no *Facebook*”; em arquivos de jornais, revistas e canais de televisão, disponíveis na *internet*; em materiais jornalísticos reunidos pelo pesquisador durante o período desta pesquisa.



Figura 79 – Documentaristas de Santa Catarina preparando filmagem a ser realizada na Praça das Corujas. Exemplo de ação transformadora para as cidades contemporâneas, a horta comunitária foi posta como cenário da gravação realizada. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2015.²⁹⁸ Crédito: Gustavo Nagib.

Quando da ocorrência de filmagens ou entrevistas a serem realizadas na Horta das Corujas, é comum que o voluntário, com o qual o meio de informação entrou primeiramente em contato, faça uma chamada aberta no *Facebook*, para que os demais membros da horta comunitária também possam participar da matéria, caso tenham interesse. Entretanto, as “hortelãs” mais procuradas são Buzzo e, especialmente, a jornalista Visoni²⁹⁹. Algumas reportagens tratam especificamente da atuação de Visoni, e não propriamente sobre a horta. A ativista concede diversas entrevistas e também dá depoimentos para documentaristas e pesquisadores, sobretudo acerca dos Hortelões Urbanos. A Horta das Corujas, em alguns casos, é o cenário propício para a captação destes registros (figura 80).

²⁹⁸ Nesta foto, foi aplicado filtro que alterou a cor do céu.

²⁹⁹ Informação verificada pelas postagens no grupo “Horta das Corujas”, no *Facebook* (postagens datadas de 2014 e/ou 2015), e por entrevistas com os voluntários da horta.



Figura 80 – Na Horta das Corujas, Claudia Visoni posa para fotógrafo da revista *Casa e Jardim*, que montou seu equipamento na parte externa à horta e pediu que a ativista regasse as plantas. Na foto, a cena é observada pelo jornalista que escreveu matéria intitulada “Paulistanos do bem”. São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A divulgação da “personagem ativista” Visoni, dos Hortelões Urbanos, da Horta das Corujas, bem como a reconhecida atuação de Buzzo e Visoni no CADES-PI, respondem pela maior parte do caixa da horta, administrado por Buzzo. Além das “vaquinhas” pontuais promovidas pelos voluntários nos primeiros meses de existência da horta (para o pagamento dos itens já mencionados anteriormente), três instituições³⁰⁰ promoveram e remuneraram por atividades que envolveram a Horta das Corujas e seus voluntários, resultando em excedentes financeiros registrados nas planilhas de Buzzo, a saber: *Serviço Social do Comércio (SESC)*, *Goethe-Institut São Paulo* e a agência de publicidade *Santa Clara*.

O SESC contatou Visoni (2013)³⁰¹, via *e-mail*, e agendou uma visita monitorada à horta. Segundo Buzzo (2015, informação verbal³⁰²; informação

³⁰⁰ Segundo o acesso de dados e informações documentais (mesmo que informais) desta pesquisa, o que não significa que a Horta das Corujas e/ou algum(ns) de seu(s) voluntário(s) não tenham tido acesso a outras fontes financeiras.

³⁰¹ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 17 set. 2013, no grupo “Horta das Corujas”, na rede social *Facebook*.

pessoal³⁰³): “O Sesc veio fazer uma visita que ele precisava que fosse monitorada. Era uma regra deles, mas, por ter essa exigência, eles tinham uma verba de R\$ 800”, que parte foi destinada para o caixa da horta e parte dividida entre três voluntários que fizeram a monitoria em um dia de semana.

O *Goethe-Institut*, em parceria com o Ministério da Cultura, promoveu em abril de 2014³⁰⁴, o “Festival de Sustentabilidade na Arte – PROTOTYPE”, iniciativa que contou com o patrocínio da *Mercedes-Benz do Brasil* e que fez parte da temporada “Alemanha + Brasil 2013-2014”³⁰⁵. Segundo a instituição, o dito festival buscou “[...], através de manifestações artísticas inusitadas e surpreendentes, incorporar a sustentabilidade no nosso cotidiano” (GOETHE-INSTITUT, 2014). A iniciativa selecionou projetos e movimentos que promoviam ações diretas na área da sustentabilidade urbana em São Paulo, e a Horta das Corujas foi uma das convidadas a participar do festival:

Atividades com coletivos e movimentos urbanos **Ogangorra, Rios e Ruas, Horta das Corujas, Bike Party e A Batata Precisa de Você** também marcam o Festival. Cada coletivo irá propor atividades e intervenções que relacionam sustentabilidade e arte. Oficinas de horta urbana, *bike party* e outras intervenções acontecerão ao longo do festival, que também propicia o intercâmbio entre esses coletivos e o público, oferecendo-se como plataforma para suas iniciativas. (GOETHE-INSTITUT, 2014, grifo do autor.)

A participação da Horta das Corujas consistiu em levar voluntários para falarem sobre este modelo de agricultura urbana e para ministrarem uma oficina de sementeira às crianças, na Praça Victor Civita (nº 11 no mapa 1, p. 160), em Pinheiros, onde foi sediado o evento. Tal envolvimento da horta lhe rendeu uma gratificação de R\$ 1.477,50, sendo que, aproximadamente, metade deste valor (R\$ 700) foi repartida entre os hortelões que participaram do evento, a outra metade foi para o caixa da horta:

A Claudia [Visoni] e eu ficamos sabendo desse dinheiro, mas a gente não falou que ia ter esse dinheiro, a gente pediu os voluntários [pelo *Facebook*]. Aí, os voluntários que apareceram, depois que eles apareceram, a gente dividiu com eles. Porque nem era o dinheiro mais importante, a gente realmente precisaria que fosse voluntário. A gente achou que era

³⁰² Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

³⁰³ BUZZO, M. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 07 jul. 2015.

³⁰⁴ O festival aconteceu nos dias 12 e 13 de abril de 2014, das 11h às 18h, na Praça Victor Civita (Rua Sumidouro, 580, bairro de Pinheiros), em São Paulo.

³⁰⁵ O “Ano Alemanha + Brasil 2013-2014” foi uma temporada (de maio de 2013 a maio de 2014) de intercâmbio cultural e intelectual entre os dois países, realizado pelo governo alemão e patrocinado por empresas alemãs (ALEMANHA, 2016).

melhor não divulgar que não tinha verba para aparecer realmente quem quisesse ajudar nesse trabalho, espontaneamente. Depois a gente dividiu 100 reais pra cada um, apareceram sete voluntários. (BUZZO, 2015, informação verbal³⁰⁶.)

Pâmela Sarabia (2015, informação verbal³⁰⁷), arquiteta, ativista e voluntária da Horta das Corujas, afirma que viu que iria ocorrer o “Festival PROTOTYPE”, comentou “com o pessoal que estava rolando, e a Madalena [Buzzo] fez a inscrição. Foi tudo assim bem rápido, deu certo”. Sarabia³⁰⁸ ainda recorda:

Foi a primeira oficina que a horta fez fora [...]. Isso gerou até uma verba para os coletivos que organizaram [...]. Foi uma oficina de plantio, a gente levou os baldes com terra e os rolinhos de papel higiênico, sementes, umas mudas um pouquinho maiores. Foi a primeira vez que eu vi muitas crianças que nunca tinham colocado a mão na terra. O balde que a gente pegou com um pouco de composto daqui, tinha minhoca, tatu-bola, as crianças “o que é isso?”, primeiro com medo, depois a oficina praticamente virou achar minhoca e tatu-bola na terra e foi aquela felicidade. Crianças de apartamento, né? Que nunca colocaram a mão na terra.

A agência *Santa Clara*, por fim, contribuiu com R\$ 830 ao caixa da Horta das Corujas. Segundo cruzamento de informações em publicações no *Facebook* da horta, depoimento de voluntários e os dados das planilhas de caixa³⁰⁹, a agência teria pagado por filmagens realizadas, na horta, em maio de 2013, a fim de produzir um material interno para a conscientização de seus funcionários sobre projetos e ações que contribuíssem para a melhor qualidade de convívio entre os cidadãos paulistanos.

Desta maneira, as Corujas também puderam formar um caixa próprio, sendo utilizado para a compra de materiais e outros itens úteis à horta. A administração financeira fica por conta de Buzzo e não foi questionada abertamente por nenhum voluntário nas entrevistas realizadas. Por mais transparentes que sejam as divulgações das planilhas³¹⁰ com as contribuições de voluntários e instituições, pode haver dúvidas se o acesso ao dinheiro e a maneira como ele entra em caixa e é administrado ocorrem por meio de resoluções propriamente coletivas. Não obstante, seria difícil uma administração menos centralizada do caixa da horta, sabendo-se

³⁰⁶ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

³⁰⁷ Informação fornecida por Pâmela Sarabia em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 02 jul. 2015.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ Com exceção do valor da contribuição, publicado na planilha de Buzzo, e de postagens públicas disponíveis no grupo “Hortelões Urbanos”, no *Facebook*, não foi possível aprofundar as investigações sobre os outros propósitos da agência *Santa Clara*.

³¹⁰ Até janeiro de 2016, a última planilha da Horta das Corujas havia sido divulgada por Buzzo em 26 jun. 2015 pelo *Facebook*, indicando saldo positivo de R\$ 388 em caixa.

que é grande a itinerância de voluntários e que a maioria das decisões conjuntas é discutida e acertada basicamente pela página da Horta das Corujas no *Facebook*, que possuía, em 13 de janeiro de 2016, 2.881 membros. Como nem todos aqueles que fazem parte do grupo virtual estão diretamente envolvidos com a horta – a grande maioria é apenas simpatizante da iniciativa, ou que frequentou alguma oficina ou algum mutirão ali realizado –, esperar que os mais de 2.800 membros opinassem, por exemplo, sobre a simples compra de uma ferramenta ou de uma muda, dificultaria as tomadas de decisões de âmbito cotidiano.

Mutirões, oficinas e comemorações

“Mutirão” é uma palavra bastante frequente no linguajar dos envolvidos com a Horta das Corujas, nas conversas pela *internet* e entre hortelões em geral. Carneiro (2008, p. 42-43) ensina que a cooperação vicinal é uma tradição antiga e existente em diferentes sociedades, e “à forma brasileira de auxílio mútuo entre vizinhos dá-se geralmente o nome de ‘mutirão’ [...]”, palavra de origem indígena que foi aportuguesada. Segundo o referido autor, ele já foi de “grande importância para a economia de agricultores e sitiantes”, nos quais “os vizinhos comparecem, com suas ferramentas e utensílios [...]”.

Os mutirões acabam sendo a forma mais eficaz de estimular o trabalho coletivo e de atrair voluntários para as hortas comunitárias, tornando-se um “programa” e uma “diversão” para os fins de semana, quando hortelões levam amigos ou familiares para os encontros de trabalho coletivo. Porém, “a despeito dos aspectos lúdicos que o transformam em festa, o mutirão é essencialmente uma ocasião de trabalho” (CARNEIRO, 2008, p. 43). Estes momentos, ao deixarem a horta mais povoada, ativam a noção de solidariedade, de cooperação e de interação comunitária (SINGER, 2002).

As pessoas que costumam aparecer nos mutirões programados não são apenas aquelas mais frequentes no convívio cotidiano da Horta das Corujas. Muitas delas aproveitam para visitar o local pela primeira vez ou para se integrarem e conhecerem o trabalho dos hortelões. Como os anúncios são feitos pelo *Facebook*, muitos internautas tomam conhecimento do “evento” e se juntam à empreitada. Os moradores dos bairros próximos costumam ir a pé ou de bicicleta, mas muitos vão

de carro aos mutirões (deixando as ruas que circundam a Praça das Corujas mais cheias de automóveis estacionados do que de costume): ou porque se deslocam de bairros mais distantes ou porque precisam de condições mais apropriadas para transportar suas ferramentas.

No que se refere ao transporte de ativistas e hortelões urbanos, Reynolds (2009, p. 116-117, tradução nossa) destaca que o ideal seria usar somente as pernas, mas que a bicicleta ajuda bastante, ao permitir maior velocidade e agilidade nos deslocamentos. Já os veículos individuais de “quatro rodas [carros e caminhonetes] são melhores que os de duas se você quiser fazer as coisas realmente grandes com rapidez”. Segundo o referido autor, apesar do consumo de combustíveis fósseis, os automóveis são mais eficientes para o transporte de ferramentas e materiais maiores e mais pesados, que são inconvenientes de carregar no transporte público. Visoni, por exemplo, sempre vai à horta com sua “minivan” *Chevrolet* carregada de ferramentas, sacos de terra e adubo, mudas etc.

Os mutirões costumam ser marcados na parte da manhã (geralmente às 11h), aos sábados ou domingos³¹¹ (esporadicamente em feriados), uma vez que: (a) em dias de semana, há grande dificuldade de se conciliar horários por causa do cumprimento da jornada de trabalho, e por isso a escolha pelos finais de semana; (b) evitam-se horários muito cedo, para agradar aos que preferem dormir um pouco mais nos fins de semana; (c) nunca são programados para se iniciarem no período vespertino, encerram-se mais ou menos na hora do almoço (por volta das 14h), pois muitas pessoas têm programas familiares ou planejam outras atividades de lazer na parte da tarde.

Os voluntários que aparecem nos mutirões muitas vezes os encaram como a atividade física do fim de semana³¹². Segundo Reynolds (2009, p. 29-30, tradução nossa), a horticultura “é um bom exercício”, “uma alternativa barata às academias e mais segura do que os esportes radicais”, e cujos resultados do esforço pessoal não aparecem “apenas no espelho, mas também quando se avalia a paisagem”. Os mutirões também tendem a ser eficientes em sua finalidade, ou seja, a atividade escolhida como sendo a principal daquele dia (exemplo: retirar e doar mudas

³¹¹ Mediante enquete prévia no *Facebook*, para que os membros do grupo da Horta das Corujas possam votar no dia de sua preferência (sábado ou domingo).

³¹² Informação constatada por meio de: entrevistas realizadas; conversas entre os voluntários nos mutirões: constatação visual da aparência física daqueles que se dedicam às atividades hortícolas (ficam suados, avermelhados, fisicamente cansados, com fome etc., assim como quando se realiza outra atividade física).

arbóreas da horta para não causar sombreamento excessivo no futuro) é satisfatoriamente realizada pelos voluntários. No entanto, não adianta cobrar muita disciplina, exigir muito planejamento e ter demasiadas expectativas no que se refere ao cumprimento de horários e de tarefas, pois estas se realizam de maneira mais espontânea e conforme a possibilidade e disposição física (e emocional) de cada indivíduo (REYNOLDS, 2009).

As chamadas para mutirões na Horta das Corujas, desde 2012, foram feitas geralmente por Canêdo ou Visoni, que, por meio da página da horta no *Facebook*, criam um “evento” na rede social e o publicitam para atrair voluntários (o *blog* da horta também costumava divulgar os mutirões). Em seu primeiro ano de existência, segundo os pioneiros da iniciativa que foram entrevistados, havia chamadas para mutirões praticamente em todos os finais de semana, que acabaram sendo reduzidos a uma frequência quinzenal, até que, em 2015, passaram a ser basicamente mensais. Os mutirões promovem a agregação social e tentam mobilizar o trabalho coletivo em torno de uma atividade ou “festividade” principal (que se torna o “tema” do mutirão), mas nunca deixam de providenciar os seguintes “cuidados gerais” que a horta demanda: fazer a manutenção dos canteiros existentes (poda, controle de pragas e remoção de espécies vegetais indesejadas); abrir novos caminhos (criar escadinhas entre a parte baixa e a parte alta da horta, bem como caminhos entre os canteiros); regar, semear o solo e plantar novas mudas; criar novos canteiros (no segundo semestre de 2015, houve a introdução de *Hügelkultur/Hügelbeet*³¹³ na horta); dar manutenção às cacimbas que armazenam água e pensar novas soluções às questões hídricas (por exemplo, abrir caminhos para a percolação da água ou pequenos espaços para o seu represamento); fazer a

³¹³ *Hügelkultur* ou *Hügelbeet* é uma técnica relacionada à permacultura para a criação de canteiros elevados por meio do acúmulo de matéria orgânica e que dispensa a rega sistemática durante anos. A disseminação desta técnica de cultivo é geralmente associada ao permacultor austríaco Josef (Sepp) Holzer. Palavras alemãs (*Hügel* = colina, morro; *Kultur* = cultura; ou *Beet* = canteiro), *Hügelkultur* ou *Hügelbeet* consiste em acumular (em fileiras junto ao solo ou suspensos em páletes) troncos, galhos, papelão, papéis sem resíduos de petróleo, folhas, capim cortado e adubo, formando um pequeno morro. Este, por sua vez, passará por um processo gradual de decomposição, dispensando a adição de fertilizantes (fornece nutrientes às plantas por cerca de 20 anos) e liberando calor ao solo, além de armazenar a água das chuvas (liberada por evaporação gradativa durante as estações secas). A técnica é aconselhada para áreas com solos pobres e/ou compactados (a exemplo de muitos solos urbanos e domésticos) e recomenda-se que os morrotes sejam íngremes, a fim de evitar a sua compactação por causa da pressão, de permitir maior área de superfície para o plantio e de elevar sua altura, facilitando o manejo (PERMACULTURE MAGAZINE, 2015). Na Horta das Corujas, a grande parte dos troncos utilizados para a técnica de *Hügelkultur* ou *Hügelbeet* foi de bananeira, uma vez que há um bananal dentro da horta e, após darem seus frutos, os troncos antigos são cortados para o melhor desenvolvimento da planta e para que ela libere novas ramificações.

manutenção da composteira; entre outras ações pontuais. Esta pesquisa acompanhou todos os mutirões realizados ao longo do ano de 2015 (tabela 2³¹⁴; figuras 81, 82 e 83), que contabilizaram treze no total e foram todos divulgados pela página da horta no *Facebook*.



Figura 81 – Mutirão “Barro Molhado”, na Horta das Corujas, com pais e filhos trabalhando conjuntamente. Canteiros mais altos facilitam a ação das crianças menores, pois permitem que elas não tenham que se curvar demais. Estátuas com a Branca de Neve e os sete anões criam uma atmosfera mais lúdica e simbólica para as crianças: mexer com as plantas torna-se uma diversão para a grande parte delas, que costumam ficar descalças e aproveitam para ter maior contato com a terra. São Paulo/SP, Brasil. Foto de março de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

³¹⁴ Em 2015, os mutirões foram chamados, sobretudo, por Visoni, e nomeados de acordo com a principal atividade que se pretendia realizar. Contudo, em todos os mutirões os “cuidados gerais” (manutenção de canteiros, limpeza e abertura de caminhos, manutenção da composteira e das cacimbas, poda e plantio de mudas, controle de possíveis pragas e rega) também foram providenciados em alguma medida. Na tabela 2, foram destacadas as atividades que justificam o nome dado a cada mutirão, quando elas foram elencadas previamente no momento de sua divulgação pelo *Facebook*; onde aparece apenas “cuidados gerais” é porque não havia destaque para alguma atividade em especial.



Figura 82 – No mutirão “Dia do Trabalho”, voluntários aproveitaram o feriado para dar manutenção nos canteiros da Horta das Corujas. Na foto, eles plantam diferentes mudas de hortaliças em um canteiro mais sombreado da “parte baixa”, próximo ao depósito de ferramentas (onde há sacos de lixo e uma cadeira). São Paulo/SP, Brasil. Foto de maio de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 83 – A voluntária Andrea Pesek, que possui maior *expertise* no trato com as águas, abre caminho na área da nascente para que a água corra com maior velocidade até a cacimba. Uma das tentativas pretéritas havia sido por meio da instalação de um cano condutor, que acabou sendo removido, dando preferência ao escoamento superficial. São Paulo/SP, Brasil. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Tabela 2 – Mutirões da Horta das Corujas (2015)

Nome no Mutirão	Atividades Realizadas	Dia	Horário	Chamada Feita no Facebook por
1. <i>Níver</i> da Fabíola	Piquenique de aniversário da voluntária Fabíola Donadello + cuidados gerais	10/01/2015 (sábado)	10h30	Fabíola Donadello
2. Mutirão	Cuidados gerais	28/02/2015 (sábado)	9h00	Joana Canêdo
3. Barro Molhado	Adequar um canteiro para crianças de 1 a 6 anos + montar prateleira para guardar materiais + cuidados gerais	21/03/2015 (sábado)	9h00	Angelo Mundy
4. Páscoa	Preencher os "postezinhos" da cerca com areia (precaução à dengue) + fazer escada para facilitar o acesso à parte alta + cuidados gerais	04/04/2015 (sábado)	11h00	Claudia Visoni
5. Dia do Trabalho	Cuidados gerais	01/05/2015 (sexta-feira/feriado)	11h00	Claudia Visoni
6. Retirada de Mudanças Arbóreas	Retirada e doação de mudas arbóreas + cuidados gerais	23/05/2015 (sábado)	12h30	Gustavo Nagib
7. Nascentes	Criar canais de escoamento da água superficial + cuidados gerais	27/06/2015 (sábado)	11h00	Claudia Visoni e Andrea Pesek
8. Arrumação	Fixar tábuas de madeira nas bordas de canteiros + cuidados gerais	12/07/2015 (domingo)	11h00	Claudia Visoni
9. <i>Hügel</i>	Introduzir a técnica de <i>Hügelkultur/Hügelbeet</i> + cuidados gerais	22/08/2015 (sábado)	11h00	Claudia Visoni
10. Bananal (Parte 1)	Cortar troncos velhos; fazer canteiro em " <i>Hügel</i> " + cuidados gerais	22/11/2015 (domingo)	11h00	Claudia Visoni
11. Bananal (Parte 2)	Cortar troncos velhos; fazer canteiro em " <i>Hügel</i> " + cuidados gerais	29/11/2015 (domingo)	11h00	Claudia Visoni
12. Matos e Caminhos (Parte 1)	Controlar espécies invasoras + cuidados gerais	19/12/2015 (sábado)	11h00	Claudia Visoni e Andrea Pesek
13. Matos e Caminhos (Parte 2)	Controlar espécies invasoras + cuidados gerais	20/12/2015 (domingo)	11h00	Claudia Visoni e Andrea Pesek

A partir da análise da tabela 2, verifica-se que o ano de 2015, especificamente, contou com uma ocorrência aproximada de um mutirão por mês, quase todos idealizados por Visoni; houve apenas uma interrupção entre os meses de setembro e outubro, quando se organizou a festa de aniversário de três anos da horta. Porém, há dois mutirões listados dos quais se podem tecer algumas observações:

(a) O primeiro mutirão do ano de 2015 aconteceu junto com o piquenique de aniversário de uma voluntária bastante ativa da Horta das Corujas (figuras 84 e 85). A estratégia de conciliar comemoração e trabalho permitiu um clima descontraído e uma organização comunitária mais rara: mesas foram dispostas numa área da praça que é vizinha à horta – gramada e sombreada por árvores altas, garantindo conforto térmico e maior proteção da insolação direta –, e os voluntários levaram algo de comer e/ou de beber para compartilhar (Donadello, a aniversariante, fez sanduíches na hora). Sobre a experiência de unir comemoração e mutirão, Buzzo (2015, informação verbal³¹⁵) faz uma reflexão:

Um jeito que eu vejo [de atrair mais voluntários] é como aquele piquenique que a gente fez aqui para comemorar o aniversário da Fabíola [Donadello]. Eu adoro a Fabíola, mas eu acho que o aniversário dela ficou muito pequeno na comemoração, entendeu? Porque o encontro foi maior. A gente tinha os hortelões, [...] gente de outras hortas, vários ativistas pensando de forma diferente de como atuar lá. [...] Que todo mês tivesse um piquenique desse, num sábado ou num domingo seria um jeito melhor de acontecer. No começo, todo sábado ou domingo tinha mutirão para trabalho aqui. Eu acho que todo sábado ou domingo é um pouco cansativo, mas todo mês devia ter um dia para mutirão com piquenique. Você vem para trabalhar ou você vem para conversar. Porque trabalhar, você vai ter que trabalhar durante a semana mesmo! Não dá para esperar um mês para regar! Mas naquele dia de encontro, [...] cada um está fazendo um negócio, está se apresentando também, e você conversa com gente que nunca conversaria sozinho na rua. No entanto, são pessoas super legais, e não necessariamente da sua idade, tem uma despreensão.

³¹⁵ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.



Figura 84 – Vista a partir da metade da vertente entre as “partes alta e baixa” da Praça das Corujas, onde é possível observar, à esquerda, a mesa montada para festejar o aniversário da voluntária Fabíola Donadello; e, à direita, a horta, onde seus frequentadores trabalham coletivamente durante mutirão. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 85 – Em 10 de janeiro de 2015, houve a combinação de mutirão com comemoração: a voluntária Fabíola Donadello (de regata rosa, à esquerda) festejou seu aniversário com uma farta mesa de alimentos (sanduíche de metro, frutas e doces) e troca de mudas (caixas amarelas sob a mesa), em área na Praça das Corujas ao lado da horta (na foto, a horta localiza-se à esquerda da mesa). São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

(b) Outro mutirão que aparece na tabela 2 foi “chamado” pelo Barro Molhado, que é um grupo de pais e educadores que acreditam em uma educação alternativa, pautada na desescolarização e na comunicação não violenta. A partir de encontros casuais em um espaço privado chamado *Mamusca*³¹⁶, voltado para a convivência entre adultos e crianças e localizado no bairro de Pinheiros, este grupo passou a se reunir em espaços públicos até chegar à Horta das Corujas no ano de 2015, onde criou um canteiro mais elevado para ficar à altura das crianças menores e, no gramado ao lado da horta (também na Praça das Corujas), realiza um encontro semanal, desde fevereiro de 2015, chamado “Coruja Musical”. Entre seus membros, destaca-se o músico e educador Angelo Mundy, que já construiu, no local, uma “parede sonora”, que consiste em um suporte onde se penduram diferentes penduricalhos que produzem sons variados, a fim de explorá-los com as crianças (os materiais são reciclados e reaproveitados, tais como latas, caixas de diferentes materiais, baquetas de madeira etc.). Joana Junqueira (2015, informação verbal³¹⁷) é outra integrante do Barro Molhado e uma das voluntárias mais ativas deste grupo nas atividades na Horta das Corujas:

O Barro Molhado ocupava uma outra praça [desde fevereiro de 2014, o grupo se encontrava às segundas e terças-feiras na Praça Gastão Vidigal, no Jardim Europa], que eu estava achando pouco frutífera, eram muito esses brinquedos estruturados de praça de criança, não promovem uma experiência livre. Esses brinquedos de praça são tão estruturadores da experiência, né? Eu já conhecia a Praça das Corujas, eu já conhecia a horta. [...] As pessoas [do Barro Molhado] foram propondo coisas, eu fui lá e falei: “Quero ocupar a Praça das Corujas!” [...] Eu fui na Claudia, de conhecer a Horta das Corujas, [...] [que] nunca tinha visto na frente. Escrevi para ela, pelo *Facebook*, que a gente queria ocupar. [...] A gente começou. Fez tanto sentido para as pessoas virem aqui, que elas deixaram de ir [à outra praça]. [...] Esse espaço foi se constituindo [...]. Vem desse desejo de estar com as crianças aqui, de dar essa possibilidade de autonomia.

As oficinas também são outro mecanismo bastante utilizado para atrair voluntários e simpatizantes para a Horta das Corujas. Como esta experiência hortícola foi pioneira na cidade de São Paulo, ela se tornou um local propício para experimentações e para a aprendizagem coletiva. As oficinas consistem em receber especialistas para ensinar sobre um assunto específico e para demonstrá-lo na

³¹⁶ Espaço privado que oferece oficinas para pais e filhos; café; espaço para convivência de adultos e crianças etc. Localiza-se na Rua Joaquim Antunes, nº 778, no bairro de Pinheiros, São Paulo.

³¹⁷ Informação fornecida por Joana Junqueira em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

prática, incentivando as pessoas a reproduzi-lo posteriormente, seja na horta, seja no seu cotidiano.

Oferecidas na própria Praça das Corujas (dentro ou fora da área da horta), as oficinas devem ser gratuitas e não há retribuição financeira como contrapartida a seus ministrantes. Estes eventos são organizados e divulgados pela *internet*, por intermédio da página da Horta das Corujas no *Facebook*, onde as pessoas trocam informações, dão palpites sobre sua organização e criam enquetes para decidir o melhor dia e horário. As oficinas funcionam como uma estratégia para trazer público à horta, não apenas para sua “autopromoção”, mas também para permitir a troca de experiências entre os cidadãos e contribuir com a disseminação das ideias trabalhadas coletivamente.

A realização de oficinas vai de encontro com a função educativa que, de acordo com o texto da Lei nº 16.212/15 (Capítulo 2), as hortas comunitárias devem apresentar. A partir da existência de uma horta, tornam-se possíveis a propagação gratuita de conhecimentos e a integração social dos cidadãos. A referida lei municipal não espera que as hortas desempenhem ou substituam por completo outras fontes de abastecimento alimentar, mas que, enquanto equipamento urbano compatível com as praças públicas, possam disseminar novas formas de apropriação coletiva do espaço público.

As oficinas também são, conforme observado em campo e constatado em entrevistas e depoimentos, uma ferramenta de atuação dos ativismos urbanos, que buscam o contato direto com a população para expandir seus canais de comunicação e propagar sua ideologia. Do segundo semestre de 2014 ao final de 2015, a Horta das Corujas foi palco de oficinas sobre: plantio de árvores (figuras 86 e 87); identificação e usos alimentícios e medicinais das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)³¹⁸; elaboração de repelente natural contra insetos para o corpo e de fragrâncias naturais para ambientes fechados (figura 88); reconhecimento e informações sobre as abelhas nativas sem ferrão; uso de cisternas para captação da água das chuvas. Todas estas foram ministradas por especialistas, mas que também são ativistas da causa; além de todos serem atuantes (se não voluntários ativos, ao menos colaboradores frequentes) em alguma horta comunitária de São Paulo.

³¹⁸ As PANC serão abordadas mais adiante.



Figuras 86 e 87 – À esquerda, a voluntária da horta Joana Canêdo se levanta para apresentar os ativistas do “Muda Mooca” (que levaram *banner* de divulgação e o penduraram em uma árvore da Praça das Corujas), iniciativa protagonizada por Danilo Jack que pretende ampliar o número de árvores por habitante no bairro da Mooca. Após maior reconhecimento e divulgação das ações de plantio do “Muda Mooca”, Jack passou a ser chamado para ensinar as pessoas a plantarem árvores em suas calçadas em outros bairros da capital paulista. À direita, Jack ensina o passo a passo para quebrar uma calçada corretamente, perfurar o solo e inserir as mudas arbóreas, utilizando apenas ferramentas simples, e dando dicas para fazer menos esforço e não se machucar. A voluntária Madalena Buzzo disponibilizou sua calçada para servir de exemplo: na ocasião, foi plantado um ipê branco em frente à sua casa, vizinha à Praça das Corujas. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 88 – Caren Lissa Harayama e Fernanda Rodarte montaram uma mesa na Praça das Corujas para ensinar a fazer repelente natural contra insetos (apenas com ingredientes caseiros). A oficina fez parte das comemorações de três anos da horta. Sobre a mesa, essências, álcool, água, recipientes para realizar as misturas necessárias e livreto com a receita do repelente, caso os participantes quisessem consultá-lo. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A fama que a Horta das Corujas obteve também proporciona, esporadicamente, que alguns de seus voluntários ministrem oficinas em outros lugares da cidade, ou que sejam convidados a falar de sua experiência com a horta comunitária. Conforme mencionado anteriormente, hortelões das Corujas ministraram uma oficina para ensinar a fazer sementeira durante a programação do “Ano Alemanha + Brasil 2013-2014”, comandada pelo *Goethe-Institut* em abril de 2014. Portanto, as oficinas também são um mecanismo de divulgação da horta e de troca de experiências em outros espaços (públicos ou privados) da cidade:

Eu sou militante do MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto], movimento por moradia, que acaba trabalhando outras causas também. Quando eu comecei a estudar o que eu queria fazer como mestrado e ir para área de urbanismo, comecei a estudar mais sobre ocupação e tal. E no Campo Limpo [distrito da zona sul da cidade de São Paulo] tem um espaço que é uma ocupação, que já está lá há oito anos e funciona como um centro cultural. Eu acabei me envolvendo [...]. Eu misturei a história da horta [...]. A gente criou um coletivo chamado “Guerrilha Verde” [...]. A gente tem uma página no *Facebook*. [...] Quando o Parque Augusta³¹⁹ estava fechado, a gente fez oficina de “bomba de semente”³²⁰ do lado de fora e fez um ataque simbólico no parque. [...] A gente faz um *mix* de flor, agora está tentando fazer com semente nativa, semente crioula, porque a gente faz com semente normal. (SARABIA, 2015, informação verbal³²¹.)

A Horta das Corujas também é, por fim, palco de uma comemoração especial: o seu aniversário. Em setembro de cada ano, desde a inauguração oficial da horta em 2012, é feita uma festa em sua homenagem. Visoni é a principal interlocutora e promotora do evento via *Facebook*, fazendo chamadas para aqueles que se disponibilizam a oferecer alguma oficina ou a promover algum outro tipo de intervenção na Praça das Corujas.

O primeiro aniversário da Horta das Corujas, festejado em 27 de setembro de 2013, foi uma comemoração dupla: um ano da horta e cinco anos do Movimento Boa

³¹⁹ Terreno de 24 mil m², localizado entre as Ruas Caio Prado, Augusta, Consolação e Marquês de Paranaguá, na região central da cidade de São Paulo.

³²⁰ “Bomba de semente” (ou “bola de semente”) é uma técnica para germinação de vegetais. Muito utilizada pelas ações de guerrilha verde, as “bombas/bolas de semente” consistem em bolinhas feitas com argila, composto de origem vegetal, sementes e água. Quando secas, as bolinhas são arremessadas indiscriminadamente no terreno para a germinação das sementes. A disseminação desta técnica está associada aos trabalhos do japonês Masanobu Fukuoka (1913-2008), um dos pioneiros mundiais da agricultura natural. Em um trecho de sua obra *The One-Straw Revolution*, de 1975, Fukuoka (2009, cap. 3, parte II, p. 8, tradução nossa) relata uma ocasião em que aplicou tal técnica: “Ultimamente, eu ando preguiçoso e, ao invés de fazer sulcos ou abrir buracos no chão, eu embrulho as sementes em uma bolinha de argila e as lanço diretamente no campo. Germinação é melhor na superfície, onde há exposição ao oxigênio. Eu tenho percebido que onde estas bolinhas são cobertas com palha, as sementes germinam bem e não apodrecem mesmo em anos de fortes chuvas”.

³²¹ Informação fornecida por Pâmela Sarabia em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 02 jul. 2015.

Praça (figura 89). Este último é um movimento que surgiu em 2008, como iniciativa de moradores de diferentes bairros dos distritos do Alto de Pinheiros e da Lapa, cuja finalidade é ocupar e revitalizar grandes praças públicas da região, por meio de eventos e piqueniques comunitários. Nestes anos, o Movimento Boa Praça conseguiu boa articulação com o poder público, conseguindo que emendas parlamentares fossem destinadas para a reforma de praças e sendo ouvido em audiências públicas. Criadora da Horta da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), médica e professora desta instituição, conselheira do CADES-PI em 2016, moradora do Alto de Pinheiros e envolvida tanto com Movimento Boa Praça quanto com a Horta das Corujas, Thais Mauad (2015, informação verbal³²²) relata:

O PL [Substitutivo ao Projeto de Lei nº 289/2013, de autoria do vereador Nabil Bonduki (PT), já mencionado anteriormente] de gestão de praça nasceu no [Movimento] Boa Praça, a gente que chamou o vereador Nabil [Bonduki] para conversar. [...] Sentamos 300 vezes pra escrever esse troço e, finalmente, agora [em 2015] foi aprovado. Acho que a grande coisa do Boa Praça é ter sido realmente... Há oito anos, ninguém falava em fazer piquenique em praça, hoje a gente fala “chega de fazer piquenique”, piquenique agora não é mais novidade para ninguém, né? Hoje, a gente tem trabalhado muito mais em política pública [...]. Eu morei vários anos na Holanda, tudo lá é muito mais participativo, lá todo mundo ocupa o espaço público, o espaço público é bom, de boa qualidade. Então, vai todo mundo fazer coisa no espaço público. Quando eu cheguei da Holanda eu fiquei meio perdida. [...] Vi um cartazinho em algum lugar, fui lá [...], me apresentei, sempre precisa de gente para ajudar. Esse movimento comunitário que eu tenho começou graças ao Boa Praça.

³²² Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 03 jul. 2015.

ANIVERSÁRIO

5 ANOS DE MOVIMENTO BOA PRAÇA 1 ANO DE HORTA DAS CORUJAS

Venha comemorar com a gente!

Feira de trocas,
aula de quitutes com
Sabor de Fazenda e
espetáculo infantil com
o grupo Babado de Chita

29 set
10 às 14 horas
Praça das Corujas
Av. das Corujas (esquina
com rua Pascoal Vita)
Alto de Pinheiros

**movimento
BOA PRAÇA**

facebook.com/movimento.boapraça
movimentoboapraça@hotmail.com
http://hortadascorujas.wordpress.com/

Traga uma comida
ou bebida saudável.
E a sua caneca!

Figura 89 – Cartaz de divulgação da comemoração conjunta do aniversário de cinco anos do Movimento Boa Praça e do primeiro ano da Horta das Corujas.

A Praça das Corujas sediou a comemoração conjunta das duas iniciativas do ativismo comunitário da zona oeste de São Paulo, cuja programação, das 10h às 14h, contou com espetáculo musical infantil (figura 90); oficina gastronômica com utilização de uma PANC (a capuchinha) entre os ingredientes; e uma feira de trocas de objetos usados (livros, discos, brinquedos etc.), que foi reportagem de capa do guia “Divirta-se” do jornal *O Estado de S.Paulo* (ANEXOS L e M).



Figuras 90 – Grupo Babado de Chita apresentou espetáculo musical na ocasião do primeiro aniversário da horta, reunindo pais e filhos (que interagiram com os artistas) na “parte baixa” da Praça das Corujas. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2013. Crédito: Horta das Corujas³²³.

O aniversário de dois anos da Horta das Corujas foi festejado em dois dias diferentes: em 13 de setembro e em 4 de outubro de 2014. O primeiro dia de comemoração foi marcado por uma oficina gastronômica e por uma caminhada de identificação de PANC dentro da horta, conduzidas pela nutricionista, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* e pioneira da Horta da City Lapa, Neide Rigo, que, em seu *blog Come-se*, publicou quatro dias após o evento, em 17 de setembro de 2014 (figura 91):

Foi assim: Cláudia Visoni me perguntou se eu poderia dar uma oficina pra comemorar o aniversário na Horta das Corujas no dia 27 de setembro [de 2014]. Não, não podia. Só se for agora. E assim combinamos uma oficina na horta de uma semana para outra. [...] E como eu adoro improvisos, adoro a Cláudia, adoro matinhos, adoro a Horta das Corujas e adoro aulas ao ar livre, adorei também a experiência. (RIGO, 2014.³²⁴)

³²³ A foto da figura 90 está disponível em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>. Acesso em 28 dez. 2015.

³²⁴ RIGO, N. Oficina sobre plantas comestíveis não convencionais e ervas espontâneas na Horta das Corujas. **Come-se**, São Paulo, 17 set. 2014. Disponível em: <<http://come-se.blogspot.com.br/2014/09/oficina-sobre-plantas-comestiveis-nao.html>>. Acesso em 30 dez. 2015.



Figura 91 – Neide Rigo (de avental, à esquerda), dentro da Horta das Corujas, faz reconhecimento de PANC junto aos presentes, que puderam degustar, naquele dia, um nhoque feito pela nutricionista com folhas colhidas da horta. São Paulo/SP. Foto de setembro de 2014. Crédito: Pops Lopes.

No segundo dia de comemorações, a programação contou com diversas atividades: piquenique coletivo; contação de história; apresentação musical (duo de *cellos*); exposição de fotografias da horta; e escultura com bexigas. Em evento divulgado pelo *Facebook*, Sarabia organizou a programação, a partir das solicitações e/ou comentários deixados na rede social por aqueles que iam se apresentar e pelos demais voluntários da horta (figuras 92 e 93).



Figura 92 – Lilia Nemes e Débora Sperl, da Companhia Pé do Ouvido, contam histórias na Praça das Corujas no segundo dia de comemorações do aniversário de dois anos da horta; alguns frequentadores foram acompanhados de seus filhos. São Paulo/SP, Brasil. Foto de outubro de 2014. Crédito: Horta das Corujas³²⁵.



Figura 93 – Cartaz para divulgação, na *internet*, da apresentação de Erica Beatriz Navarro e Rebeca Friedmann no segundo dia de comemorações do aniversário de dois anos da horta. As musicistas fizeram um duo de *cellos*, expandindo a pluralidade cultural das comemorações.

³²⁵ A foto da figura 92 está disponível em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>. Acesso em 28 dez. 2015.

O terceiro aniversário da horta foi comemorado em 26 de setembro de 2015, contando com piquenique coletivo; exposição de fotos e textos; *show* musical; roda de conversa sobre horta em calçadas; e oficina de repelente natural contra insetos. Sua organização também foi feita pelo *Facebook* sob a intermediação de Visoni e Sarabia. Para os piqueniques coletivos, as pessoas são sempre incentivadas a levar água para beber, sua caneca própria (evitando o uso de copos descartáveis e geração de lixo na praça) e alimentos orgânicos para compartilhar com os demais. Claudio Lorenzo Ramallo (2015, informação pessoal³²⁶), voluntário assíduo da Horta das Corujas, possui uma pequena padaria artesanal e é, geralmente, quem contribui com os pães para as festas da horta: “Tenho uma padaria artesanal com métodos ancestrais e divulgo o autêntico pão como símbolo do ecologismo e da saúde; [...] dou preferência por comprar diretamente de produtores e verdadeiros artesãos” (figuras 94, 95 e 96).



Figura 94 – Banda Tribororo, formada por Felipe Chacon (não aparece na foto), Flavio Barollo (na sanfona), Karen Menatti (cantando), Wellington Tibério (no pandeiro) e Carlos Zimbher (no violão), faz *show* na “parte baixa” da Praça das Corujas, às margens do córrego, nas comemorações do terceiro aniversário da horta. Ao fundo, fotografias e textos (prosa e poesia) sobre a questão hídrica no estado de São Paulo, exposta pelo mesmo grupo. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.

³²⁶ RAMALLO, C. L. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 19 jul. 2015.



Figura 95 – Ciclista aprecia a exposição de fotografias e textos montada em um varal pendurado nas árvores da “parte baixa” da Praça das Corujas, às margens do córrego (do outro lado do córrego, vê-se a Avenida das Corujas). São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 96 – *Focaccia*, tipo de pão rústico italiano, é servida por Claudio Lorenzo Ramallo, voluntário das Corujas, durante as comemorações do aniversário de três anos da horta. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

As relações sociais (nas esferas virtual e material)

Claudia Visoni e Madalena Buzzo são as principais personagens da Horta das Corujas, segundo os depoimentos dos voluntários, coletados especificamente para esta pesquisa. Visoni aparece em 100% das respostas quando os hortelões das Corujas são questionados sobre quem foi a primeira pessoa que conheceu na horta. Já quando questionados se a Horta das Corujas tem lideranças, mesmo que a resposta seja negativa – que não há lideranças –, Buzzo e Visoni são citadas em mais de 80% das ocasiões, ainda que para justificar a resposta dada.

Ambas as pioneiras e principais articuladoras para a materialização e a posterior perenidade da Horta das Corujas defendem em seu discurso a horizontalidade nas relações que se referem a esta iniciativa de expressão ativista e comunitária. Entretanto, a horta também se tornou um projeto pessoal – de apresentação do trabalho pessoal – tanto de Buzzo, quanto de Visoni:

E é uma organização muito anarquista, porque não tem liderança. [...] Temos poucos descontentes e muitos apoiadores, então, por enquanto, esse jogo de forças está a favor da gente e a horta está se mantendo. Agora, a gente tem buscado essa legitimidade da horta, por exemplo, eu sou Conselheira do CADES-PI, que tem uma moção de apoio à Horta das Corujas por causa da educação ambiental, e a gente vai trabalhando nisso. (VISONI, 2014, informação verbal.³²⁷)

Quando questionada se a Horta das Corujas não seria um espetáculo pessoal, ou compreendida dessa forma por possíveis opositoristas da atividade hortícola em praça pública, Buzzo (2015, informação verbal³²⁸) rebate:

Não é espetáculo [...] porque não tem alguém trabalhando por nós. Não fazemos uma apresentação de verticalização da hierarquia. A Claudia e eu somos as iniciantes da ideia, mas muitos outros entraram com super ideias e fazem parte tão importante quanto a gente. A gente tenta montar a horizontalidade da coisa e a gente vem conseguindo. [...] A gente poderia fazer uma vaquinha e dar 500 reais para um senhor vir cuidar da horta [...]. Aí, sim, seria um espetáculo. A gente não quis isso, não tem essa ideia, não tem esse propósito. A gente vem aqui com a nossa cara, fica suja, no dia da cacimba [que instalaram a primeira cacimba], saiu todo mundo enlameado daqui. Quando a gente vai falar na televisão, ninguém vem maquiada para ser mais bonita ou menos bonita. [...] Só vão ficando aqueles que vão se entrosando nesse jeito de ser horizontal... é de todo mundo! Se alguém entrar aqui e não souber o meu nome, eu não saio ofendida de forma nenhuma. Se eu berrasse que eu sou a fulana, aí, eu estaria dando um *show*.

³²⁷ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

³²⁸ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

A presença mais assídua na Horta das Corujas, o papel moderador das discussões pelo *Facebook* e a participação política nas instâncias locais, sobretudo como “interlocutoras e conselheiras do CADES” (FILARDO JR., 2015, informação verbal), também aparecem nas respostas dos entrevistados como justificativas para o papel de destaque desempenhado por Buzzo e Visoni.

Há voluntários que não veem problema em afirmar que as Corujas possuem lideranças; outros, no entanto, preferem evitar o termo para não dar a entender que as relações sociais, na horta, não sejam verdadeiramente horizontais. Disto deduz-se que estes últimos associam a horizontalidade das relações à ausência de estruturas no grupo de usuários da Horta das Corujas.

Castells (2013, p. 167), por um lado, afirma que “a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal”. Freeman (1970, s.p.), por outro lado, defende que a rejeição por lideranças conduz a uma situação oposta à verdadeira democratização de grupos e movimentos sociais: “A partir do momento em que o movimento não se prende mais tenazmente à ideologia da ‘ausência de estrutura’ ele estará livre para desenvolver aquelas formas de organização que melhor se adequam ao seu funcionamento saudável”, a fim de assegurar “que quaisquer estruturas que sejam desenvolvidas serão controladas pelo grupo e assumirão responsabilidades frente a ele”. A seguir, trechos dos depoimentos de diferentes hortelões das Corujas a respeito da existência ou não de lideranças na horta:

Ah, sempre tem [lideranças]. Isso não tem muito jeito. Por mais que a gente queira uma coisa horizontal, tem gente que está mais interessado, ou tem mais personalidade de liderança mesmo. As pessoas precisam de uma referência, saber com quem vai falar. Hoje em dia é a Claudia [Visoni] e Madalena [Buzzo]. (CANÊDO, 2015, informação verbal.³²⁹)

Tem a Claudia [Visoni] e a Madalena [Buzzo]. As duas são as líderes, claro. (MAUAD, 2015, informação verbal.³³⁰)

Com certeza [há lideranças]. A Claudia [Visoni] e a Madalena [Buzzo] disparadas. Claudia e Madalena têm um perfil moderador forte, elas identificam alguma oportunidade de melhoria e elas puxam para fazer isso ou aquilo, as duas são muito mão na massa, elas não ficam esperando. [...] Elas lideram pelo exemplo. A Madalena entende muito de política pública.

³²⁹ Informação fornecida por Joana Canêdo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³³⁰ Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

Então, acho que isso ajuda bastante. (HORICATO, 2015, informação verbal.³³¹)

Sim, são os voluntários mais ativos, que se preocupam com a manutenção do espaço, com o corte do mato, com a manutenção das nascentes de água e sua armazenagem, com a colocação de placas informativas etc. [...] A "líder", a maior porta-voz da horta, por trabalhar mais e por ser ativa em outros setores da sociedade como ambientalista, é a Claudia [Visoni]. (CARAMORI, 2015, informação pessoal.³³²)

Sem dúvida! Apesar das atividades serem compartilhadas, decididas em conjunto e distribuídas pelas pessoas que se propõem a ajudar, é inegável a liderança positiva, proativa e propositiva da Claudia Visoni. (FREITAS, 2015, informação pessoal.³³³)

Acho que a Claudia [Visoni é uma liderança], principalmente. [...] Depois que eu comecei a participar e vi esse histórico da horta, li, conversei, vi que ela [Visoni] e a Madalena [Buzzo] tinham tido a iniciativa, elas começaram o processo. Mas eu vi que ela [Visoni] é bem mais envolvida, acho que com as outras hortas também. [...] Ela [Visoni] acaba sendo a referência quando a gente vai perguntar, [...] está envolvida em outras hortas, com os Hortelões Urbanos [e] acaba puxando os mutirão. (SARABIA, 2015, informação verbal.³³⁴)

Eu acho que não tem um líder, mas tem pessoas que são lideranças, no sentido de que estão, muitas vezes, à frente de um processo de organização, de conhecimento. Estão mais ligadas ao histórico da horta, estiveram aqui desde o começo e, também, as lideranças – eu reconheço que são a Madalena [Buzzo] e a Claudia [Visoni] – também estão ligadas ao poder público. No caso dessa iniciativa, é muito importante, porque elas sabem bem exatamente o que é permitido e o que não é, e, dentro disso, o que a gente pode fazer. (ORTIZ, 2015, informação verbal.³³⁵)

Sim [, há lideranças], são as pessoas que têm maior conhecimento do significado que vai muito além da própria horta, é uma forma de entender a cidade, assim como [...] outras ações que visam desconstruir a cidade pensada para lucro e investimento e longe das necessidades reais do ser humano. (RAMALLO, 2015, informação pessoal.³³⁶)

Na verdade, acho que não conheço muito bem a comunidade da horta. Para mim, é difícil dizer com certeza. Se tem liderança, é mais democrática. Ela [Claudia Visoni] parece ter bastante conhecimento da Horta [das Corujas e de] outras hortas pela cidade. (ANÔNIMO, 2015, informação verbal.³³⁷)

³³¹ Informação fornecida por Mity Horicato em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³³² CARAMORI, L. C. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 8 jul. 2015.

³³³ FREITAS, L. G. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 7 jul. 2015.

³³⁴ Informação fornecida por Pâmela Sarabia em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 2 jul. 2015.

³³⁵ Informação fornecida por Joana Ortiz em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³³⁶ RAMALLO, C. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 19 jul. 2015.

³³⁷ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

Eu não vejo lideranças, eu vejo pessoas mais organizadas. A Claudia [Visoni] é referência. [...] A primeira pessoa que eu tive contato foi a Claudia [...]. (LOPES, 2015, informação verbal.³³⁸)

Elas [Visoni e Buzzo] não gostam de serem chamadas assim, de “lideranças”. Eu não acho que elas são lideranças [...]. Mas as pessoas conhecem mais elas. Elas estão mais acostumadas a falar, a estarem presentes. Não acredito que elas tenham uma postura de lideranças. Elas, sim, estão lá desde o começo. Elas conhecem aquela horta com a palma da mão delas. Se tem uma coisa que eu posso dizer, é que elas são duas pessoas comuns, como nós, que estão dispostas a lutar por um espaço melhor, onde todas as pessoas possam conviver, plantar seu alimento e ter esse convívio, esse conhecimento, que hoje em dia na cidade é perdido. [As relações] São horizontais. A única coisa que eu tenho para dizer é o que eu digo para todas as hortas: falta voluntário! (DONADELLO, 2015, informação verbal.³³⁹)

Não [há lideranças]. Basta um maior envolvimento e aproximação da rotina da horta para compreender o funcionamento e as estratégias de horizontalidade na organização. No entanto, naturalmente, as pessoas que estão mais presentes no dia a dia da horta conseguem orientar melhor, receber as pessoas que chegam e organizar melhor as atividades, além de orientar sobre os propósitos e forma de ação na horta. (MUNHOZ, 2015, informação pessoal.³⁴⁰)

Eu considero a horta como uma iniciativa horizontal, sem líder. Ninguém é dono do espaço (ou melhor, ele é de todos) e ninguém comanda os outros. Tem pessoas que são referências pelo seu conhecimento e experiência, mas realmente não [as] considero [...] como líderes. (HART, 2015, informação pessoal.³⁴¹)

É uma estrutura horizontal, não vertical. Não tem um conselho que manda. É mais aberto. É outra filosofia, que eu acho bem interessante. As pessoas se sentem livres, é o contato com a natureza, é uma viagem própria, é uma viagem individual. Importante para trocar ideias, um ajudar o outro, aprendendo com as outras pessoas, mas um respeita o outro. Isso é muito importante e ninguém fala: “Isso não pode!” (LARBIG, 2015, informação pessoal.³⁴²)

Embora seja salientada a questão da horizontalidade nas relações entre os voluntários das Corujas, não se verificou – seja em campo, no *Facebook* ou nos depoimentos coletados – a tomada de alguma decisão de consequência mais impactante no *modus operandi* da horta que não passasse pelo crivo de Buzzo ou Visoni, o que gera, por vezes, algumas rsgas nas relações entre os hortelões, quando estes se sentem permitidos a fazer apenas o que a referida “dupla” aceitaria: “Quando se sabe quem é importante consultar antes da decisão ser tomada e a

³³⁸ Informação fornecida por Paula (Pops) Lopes em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 7 jul. 2015.

³³⁹ Informação fornecida por Fabíola Donadello em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 5 jul. 2015.

³⁴⁰ MUNHOZ, C. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 15 jul. 2015.

³⁴¹ HART, S. T. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 15 jul. 2015.

³⁴² Informação fornecida por Chris Larbig em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

aprovação de quem é garantia de aceitação, então se sabe quem está mandando” (FREEMAN, 1970, s.p.).

Eu acho que a horta é um filho da Claudia [Visoni], da Madalena [Buzzo], meio meu também, de todo mundo aqui, mas é mais delas. Elas se empenham muito mais do que eu. Eu passo um mês sem vir, elas não passam uma semana sem vir desde que a gente começou isso aqui. Realmente, tem um empenho muito maior. Eu acho que quando a gente tem esse empenho, a gente acaba querendo que as coisas saiam do jeito nosso, às vezes, a coisa desvia um pouquinho. (ANÔNIMO, 2015, informação verbal.³⁴³)

Alguns entrevistados chegaram a relatar que deixaram de frequentar a horta por discordarem da maneira como ela estaria “sendo conduzida”:

O meu problema foi que determinada pessoa só aceitava as coisas do jeito dela. Decidi me afastar. (ANÔNIMO, 2015, informação verbal.³⁴⁴)

Falava-se em treinar o desapego, mas tinha liderança que não desapegava. (ANÔNIMO, 2015, informação verbal.³⁴⁵)

De acordo com Singer (2015, informação verbal³⁴⁶), qualquer movimento democrático exige o respeito mútuo. É fundamental, portanto, que as pessoas possam conviver de forma harmônica, que elas se ajudem e que não se atrapalhem. Por isso, fazer as coisas da própria cabeça, sem consultar os outros, mesmo sem querer, pode atrapalhar o trabalho coletivo. O referido autor, entretanto, considera “humano” que o ciúme possa provocar reações aparentemente desarmoniosas entre as pessoas mais engajadas com a horta.

André Biazoti (2015, informação verbal³⁴⁷), idealizador do projeto “Cidades Comestíveis”, acredita que tanto o movimento em prol da agricultura urbana que se estruturou nos últimos anos em São Paulo, quanto a própria postura de Visoni, são verdadeiramente horizontais e descentralizados, na medida em que as questões sempre são jogadas para a discussão coletiva na “praça pública” que o *Facebook* se tonou, sem que haja nenhuma censura. Ao mesmo tempo, porém, neste processo, as lideranças também seriam necessárias para “encabeçar” e levar adiante os diversos projetos que surgem da temática da agricultura urbana.

³⁴³ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

³⁴⁴ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas em 20 set. 2015.

³⁴⁵ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas em 29 jan. 2015.

³⁴⁶ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

³⁴⁷ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

A professora da FMUSP e voluntária da horta, Thais Mauad (2015, informação verbal³⁴⁸), afirma, por sua vez, que o necessário é organizar a liderança, mas não esperar que os movimentos sejam efetivamente horizontais:

O que acaba acontecendo nos movimentos ditos horizontais? Nascem as estrelas. Que no caso são a Claudia [Visoni] e a Madalena [Buzo]. São as estrelas, certo? Quem a imprensa procura? São elas! Quem é a porta-voz? Não acho que é injusto ou errado, mas elas estão sempre lá, talvez as mais dedicadas etc. [...] O que tem que fazer, então, é organizar a liderança. Definir responsabilidades muito claras para cada um que determina ser líder e organizar isso, que seja absolutamente transparente, que haja uma divisão correta de responsabilidades.

Mauad (2015, informação verbal³⁴⁹), enquanto idealizadora e pioneira da Horta da FMUSP, também faz um questionamento sobre o futuro das hortas comunitárias em geral:

E se a Claudia Visoni resolver mudar para não sei onde? O que vai ser dessa horta? Que estrutura a gente está montando para que ela seja independente de duas ou três pessoas? Isso é uma coisa que tem que pensar. Eu penso: “se amanhã eu desistir da horta [da FMUSP], será que a horta continua?” [...] Eu tenho minhas dúvidas aqui [em relação à Horta da FMUSP]. Se eu desistir da horta, qual é a sobrevivência desse espaço? Na Horta das Corujas também. A sustentabilidade, a longo prazo, desses espaços, e como aumentar o voluntariado é muito devagar mesmo.

A questão levantada por Mauad coloca em xeque a perenidade destas iniciativas. Esta é uma das questões mais emblemáticas dos movimentos e coletivos de agricultura urbana que são expressão do ativismo e do engajamento comunitário (REYNOLDS, 2009). Liz Christy, em 1973, talvez também não soubesse a perenidade de seu ato de guerrilha verde, nem como seria a relação com o poder público, nem se a ideia ganharia força em outras partes da cidade de Nova York. Atualmente, no entanto, a Horta Comunitária Liz Christy acabou adquirindo o reconhecimento da municipalidade e ganhou a mesma proteção legal que o *Central Park* (Capítulo 1). Singer (2015, informação verbal³⁵⁰) acredita que, nestes últimos anos, ações como esta não foram efêmeras, estão mudando a cidade e o mundo, e podem ser identificadas como “revoluções tranquilas”, em que há uma geração revolucionária sem interesse em derramar sangue e mexer na democracia: “O mesmo processo está ocorrendo em países muito diferentes. Revolução na cabeça das pessoas é pegar em armas, não essa”.

³⁴⁸ Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

³⁴⁹ Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

³⁵⁰ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

A usuária e pioneira da Horta das Corujas, Miriam Isabel Cenamo Salles (2015, informação verbal³⁵¹) tem outra visão. Para ela, caso Visoni ou Buzzo deixassem de frequentar a horta com afinco, alguém assumiria os seus respectivos postos, já que a iniciativa da Praça das Corujas teria se tornado mais forte do que a figura de suas lideranças. Em contrapartida, muitos depoimentos também transparecem, de alguma maneira, a existência de certa passividade das pessoas no que se refere à tomada de decisões na Horta das Corujas, ou porque “dá trabalho”, ou porque se acomodaram e sabem que Visoni ou Buzzo sempre estão de prontidão.

Eu acho que elas continuam como lideranças porque elas amam isso aqui e porque todo mundo respeita a liderança delas. Mas se elas por algum motivo saírem, alguém continua. Essa horta aqui, eu acho muito difícil acabar. [...] É cômodo para as pessoas ter alguém na liderança, porque elas não têm as obrigações [...]. Toda vez que alguém fala que alguém vai fazer uma visita à horta e “quem vai estar lá?” É sempre a Claudia [Visoni] e Madalena [Buzzo] que estão aqui, né?

Outra significativa fonte de discordância constatada nas entrevistas realizadas relaciona-se à estética da horta. Visoni é a principal defensora do sistema permacultural, em que há integração entre diferentes espécies sem a tradicional delimitação de canteiros. Contudo, a permacultura (Capítulo 1) se trata de um *design* que poucos voluntários dominam, e sua materialização também requer planejamento (MOLLISON; HOLMGREN, 1983), o que não se verifica, necessariamente, na Horta das Corujas. Desta forma, alguns hortelões e principalmente os entrevistados que se manifestaram contrários à existência da horta “do jeito que ela está hoje” consideram que o local está “feio”, “desarrumado”, “bagunçado”, ou “com cara de abandonado” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal³⁵²) (figura 97).

A permacultura é, antes de tudo, uma ética para cuidar da terra e dos seres vivos. Neste sistema, ela copia a natureza, já que ela repousa sobre a interação dos elementos que estão presentes (água, árvores, legumes, animais...). As plantas são reagrupadas em função de suas sinergias naturais: algumas retêm água, outras geram substâncias naturalmente não nocivas ou nutrem os solos. (MANIER, 2012, p. 169, tradução nossa.)

³⁵¹ Informação fornecida por Miriam Isabel Cenamo Salles em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

³⁵² Informação fornecida por moradores do entorno da Praça Dolores Ibárruri e por voluntários(as) ou ex-voluntários(as) da Horta das Corujas em diferentes datas e circunstâncias durante o ano de 2015.



Figura 97 – Em dia de mutirão ou coincidentemente quando um grupo de voluntários se encontra na Horta das Corujas, a arrumação pode ser maior: mais braços, mais trabalho. Muitos materiais antigos, que foram sendo substituídos aos poucos, como pneus, baldes, tábuas de madeira ou compensado, mesas e cestos, são acumulados na frente da horta, próximos ao portão principal de entrada, para serem levados, por algum voluntário que se habilite, até um Ecoponto da Prefeitura (conforme mencionado anteriormente, já houve a contratação de caçamba para levar materiais embora, cujos custos foram divididos entre os voluntários). Os Ecopontos são locais de entrega voluntária de pequenas quantidades de entulho, que, segundo a Secretaria Municipal de Serviços (SES), visa ao combate do descarte irregular nos espaços públicos da cidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO). Há um Ecoponto na esquina das ruas Girassol e Luís Murat, na Vila Madalena. Na foto, voluntários puseram uma plaquinha de “em manutenção” na tentativa de ajudar a esclarecer a poluição visual; ao fundo, sacos de terra levados por voluntários foram empilhados em um dos cantos da horta: para muitos frequentadores da praça, e até da própria horta, esta “bagunça” temporária incomoda e pode ser fonte de conflitos. São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A fonte de tensão não diz respeito propriamente aos ideais permaculturais, mas à organização visual da horta. A grande parte dos voluntários entrevistados, mesmo sem fazer associações à permacultura, compartilha de alguns de seus princípios, a exemplo de que a horta seja um instrumento de cooperação entre as pessoas e de aprendizado para outro estilo de vida, “baseado em fatores mais ecológicos do que econômicos” (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p. 112).

Contrariamente à agricultura industrial, que faz as plantas crescerem sobre os substratos mortos, enriquecidos quimicamente, a permacultura repousa [...] sobre a utilização de solos vivos, enriquecidos por compostos orgânicos (folhas, dejetos animais, cogumelos...) e os agentes

naturais (insetos polinizadores, fauna do subsolo...). Ela recria o processo de regeneração dos ecossistemas e, sobre estes solos vivos, [...] deixa a natureza trabalhar sozinha. (MANIER, 2012, p. 170, tradução nossa.)

No entanto, nenhum entrevistado manifestou conhecer a fundo o *design* da permacultura. Ou seja, como não há especialistas sobre o assunto, a horta se torna um laboratório para experiências de plantio, em que cada voluntário é compelido a conviver com os erros e acertos dos seus parceiros de cultivo, e aqueles mais “tradicionais”, isto é, que prefeririam uma horta com espécies enfileiradas, acabam por considerar que está tudo uma “bagunça”. Para a permacultura, “a associação entre espécies vegetais pode ser significativa no controle de algumas pestes” (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p. 49) e “as plantas se irrigam, se protegem e se fertilizam, dessa forma, mutualmente” (MANIER, 2012, p. 169, tradução nossa), mas para determinados frequentadores das Corujas, esta associação indeterminada confere à horta uma desorganização difícil de administrar: “cada um planta o que quer onde quer” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal³⁵³).

Tracey (2007) salienta que a aparência pode ser um mecanismo eficiente para impressionar os olhos alheios nas ações de horticultura urbana. Portanto, interferir positivamente na paisagem seria um mecanismo de angariar simpatizantes para a causa. A beleza cênica ajuda a conferir uma imagem positiva de revalorização do espaço público. Mas esperar que todos acordem sobre o que é de fato belo pode ser uma limitação para quem quer apenas plantar alimentos na cidade, sobretudo no caso da Horta das Corujas, cuja principal discordância a este respeito está associada – tendo por base os depoimentos dos usuários da horta e da praça – a uma espécie de “choque cultural, onde um prefere a permacultura, a agroecologia, com mistura de espécies etc., e outro, a organização tradicional com cultivos enfileirados, ou até, quem sabe, que cimentassem os caminhos e as bordas dos canteiros [risos]” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal³⁵⁴) (figuras 98 e 99).

³⁵³ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas durante conversa informal em 2 jul. 2015.

³⁵⁴ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas durante conversa informal em 11 fev. 2016.



Figuras 98 e 99 – Na tentativa de explicar a “bagunça” da Horta das Corujas, voluntários adeptos à permacultura e à agroecologia confeccionaram uma placa (à esquerda) na tentativa de melhor explicar, de maneira didática, a estética da horta, relacionando-a ao plantio consorciado, à ênfase na biodiversidade e à valorização das PANC. O arquivo que deu origem a esta placa, pregada em um dos canteiros na entrada da horta, está disponível no ANEXO N, para possibilitar a sua leitura integral. O texto foi criado pelos voluntários da Horta do CCSP e o arquivo foi compartilhado no grupo da Horta das Corujas, no *Facebook*; a voluntária Mity Horicato, mediante apoio de outros voluntários e consulta prévia na referida rede social, a confeccionou e a pregou na Horta das Corujas em 8 de fevereiro de 2016 (à direita). O plantio consorciado, como se pode observar (foto da direita), é bem evidente na Horta das Corujas: abóbora, milho, taioba e demais plantas compartilhando o mesmo canteiro. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de fevereiro (figura 99) e de março de 2016 (figura 98). Crédito: Gustavo Nagib (figura 98) e Mity Horicato (figura 99).

Da mesma forma que há hortelões que cultivam e transplantam mudas diretamente para o solo da horta, há aqueles que promovem a germinação por meio das “bombas de semente” (ou “bolas de semente”), que trabalham com a ideia de menor interferência humana: nem tudo irá vingar, já que a própria natureza se responsabilizará pelo desenvolvimento das espécies. O uso desta técnica se tornou uma tática muito corriqueira de guerrilha verde graças à facilidade de espalhar diferentes espécies em uma mesma área com o simples ato de jogar umas “bolinhas” aleatoriamente, além da praticidade, uma vez que, na cidade, as pessoas costumam ter pouco tempo para preparar muitas mudas e depois transplantá-las no solo; jogar as “bombas de semente” é uma técnica que também economiza tempo (FUKUOKA, 2009; REYNOLDS, 2009). Porém, o casamento de diferentes formas de atuação dentro da Horta das Corujas (organizar o plantio de mudas previamente preparadas ou arremessar “bombas de semente”) pode ser contraditório, ao passo que um voluntário acaba por atrapalhar (ou confundir) o trabalho, a (des)organização e o propósito do outro.

Visoni é defensora dos princípios da permacultura e costuma propagá-los em sua página pessoal no *Facebook* e em seu *blog* na *internet*, como parte de seu posicionamento e de sua estratégia ativista, mas nem todas as pessoas que possuem o hábito de frequentar e cultivar na Horta das Corujas estão, necessariamente, empenhadas a seguir tais princípios norteadores para o seu trabalho hortícola cotidiano, criando uma espécie de “esquizofrenia” organizacional: “Parece que se tem a ideia de que quanto mais misturado, melhor. Mas não é bem assim. Fizemos associações de cultivo que eu sei que não são legais” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal³⁵⁵). Como Visoni é uma das voluntárias mais ativas, a materialidade do seu trabalho acaba sendo mais perceptível na paisagem da horta, o que também provoca embaraços: “Por que agora precisamos fazer esse tal de *Hügel*³⁵⁶? E se eu prefiro outra técnica? Então a horta é um projeto pessoal? São questões, né?” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal³⁵⁷). Para tanto, Harvey (2013, p. 30) afirma que “o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam” (figura 100).

³⁵⁵ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas durante conversa informal em 20 out. 2015.

³⁵⁶ Referência à técnica de *Hügelkultur*, já mencionado anteriormente.

³⁵⁷ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas durante conversa informal em 11 fev. 2016.



Figura 100 – *Hügelkultur*, técnica para a criação de canteiros elevados mediante acúmulo de matéria orgânica, na Horta das Corujas. Foram utilizados troncos de bananeira e demais resquícios das podas, e, sobre eles, os voluntários plantaram taioba, celósia, capuchinha, amendoim, dentre outras espécies vegetais. São Paulo/SP, Brasil. Foto de março de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.

Nesta “desordem” hortícola, houve a promoção de oficinas, por exemplo, acerca das chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC):

PANC nada mais é do que um acrônimo para tentar contemplar as “Plantas Alimentícias Não Convencionais”, ou seja, plantas que possuem uma ou mais das categorias de uso alimentício [...] mesmo que não sejam comuns, não sejam corriqueiras, não sejam do dia a dia da grande maioria da população de uma região, de um país ou mesmo do planeta, já que temos atualmente uma alimentação básica muito homogênea, monótona e globalizada. [...] Este nome foi cunhado e começou a ser usado e divulgado em 2008 [...]. O conceito representado pelo acrônimo PANC é mais amplo, flexível [...], contemplando todas as plantas que têm uma ou mais partes ou porções que pode(m) ser consumida(s) na alimentação humana, sendo elas exóticas, nativas, silvestres, espontâneas ou cultivadas. [...] Naturalmente que esta categorização como PANC não é perfeita nem matemática. [...] Mas, na média, tudo que a grande maioria das pessoas já ouviu falar, conhece ou pelo menos sabe dizer o nome e dispensa ter de mostrar fotos ou plantas, é convencional. (KINUPP; LORENZI, 2015, p.14-16.)

Muitas das PANC são espontâneas, por isso, o que aparentemente pode ser considerado “mato”, e que deveria ser retirado de uma horta, acaba sendo mantido junto às espécies popularmente conhecidas, e o seu consumo, estimulado. Em março de 2015, Ranieri (2015) entrevistou 17 usuários da Horta das Corujas com o objetivo de caracterizar sua impressão sobre as PANC. Segundo o referido autor, daquele grupo amostral total, 14 pessoas (c. 83%) conheciam o significado do acrônimo PANC, mas apenas oito faziam uso delas, sendo que o medo de confundilas com outras espécies venosas apareceu como a principal justificativa (c. 67%) para a sua não utilização. Pode-se concluir deste levantamento que, apesar da

maioria dos usuários da horta conhecer as PANC, ainda faltam informações que lhe encoraja a consumi-las.

Ranieri (2015) afirma, ainda, ter contabilizado 65 espécies espontâneas na Horta das Corujas, ou seja, PANC que nascem sozinhas (como “mato”), mas que poderiam ser consumidas caso as pessoas soubessem reconhecê-las e prepará-las adequadamente, e que, portanto, apenas a presença destas plantas já configura um estímulo para a busca por maiores informações sobre como utilizá-las: “As PANC não precisam de muito cuidado, sua multiplicação tem custo zero, elas exigem pouco tempo de dedicação [para o seu cuidado cotidiano] e também são uma maneira de educação ambiental” (RANIERI, 2016, informação verbal³⁵⁸).

Atualmente, já existem canais informativos (sobretudo na *internet*) que ensinam receitas e propriedades para estimular o uso dos “matos de comer”, a exemplo do trabalho da nutricionista, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* e pioneira da Horta da *City Lapa* (figuras 101, 102, 103, 104 e 105), Neide Rigo (2015, informação verbal³⁵⁹). Em seu depoimento, ela faz uma análise sobre a estética da referida horta que se empenhou a criar em uma pequena área pública³⁶⁰ no bairro do Alto da Lapa (zona oeste da cidade de São Paulo), e que também ajuda a entender o princípio organizacional da Horta das Corujas (Rigo afirma, inclusive, que a Horta das Corujas foi uma referência para se iniciar a Horta da *City Lapa*):

O conceito de horta tradicional é quase que um conceito de “monocultura” também: uma horta onde se tenha canteiros de alface, alface, alface. Aqui é uma “agro-horta” [risos]³⁶¹, que tem uma biodiversidade [...]. Aqui, pela limitação de tamanho, aproximadamente 100 m², a gente optou por plantar temperos de forma diversificada, meio “bagunçadinha”. Muita gente estranha que não tem o desenho tradicional da horta, mas é horta, sim! Se você sair para colher aqui, você vai ter uma colheita de manjeriço, tem mandioca ali [risos], tem araruta, então, aqui, tem coisas raras também. [...] Claro que a gente procura não colocar nada que possa machucar, possa ser perigoso, mas tem a plaquinha dizendo que aqui não tem só planta de comer. Então tem planta para as abelhas, tem planta que é só ornamental, que não é comestível. É uma horta urbana. Que nome daria? Talvez “jardim de utilidades”... Mas é horta, que as pessoas entendem que pode ter de tudo, pode ser uma coisa didática. Aqui é um *showroom* de biodiversidade: desde mangarito [*Xanthosoma riedelianum*] até araruta [*Maranta arundinacea* L.].

³⁵⁸ Informação fornecida por Guilherme Reis Ranieri em palestra no Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP), em 30 mar. 2016.

³⁵⁹ Informação fornecida por Neide Rigo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 15 jan. 2015.

³⁶⁰ A Horta da *City Lapa* se localiza em uma área pública disponível no entroncamento das ruas João Tibiriçá e Barão de Itaúna: neste cruzamento, forma-se um “triângulo” entre as vias públicas e a primeira casa do quarteirão.

³⁶¹ Rigo faz referência aos princípios de manejo da agroecologia (Capítulo 1).



Figuras 101 e 102 – À esquerda, no entroncamento das ruas João Tibiriçá e Barão de Itaúna, no Alto da Lapa, vê-se a Horta da *City Lapa*. O pequeno espaço era ocupado por entulho jogado irregularmente, até que Neide Rigo e outros voluntários da rua decidiram limpar o pequeno terreno e criar uma horta comunitária. À direita, pregada a uma árvore, uma plaquinha explica: “Horta Comunitária da *City Lapa*: Neste espaço, mantido pela vizinhança, estão sendo plantadas espécies aromáticas, comestíveis, condimentares, medicinais, melíferas [aquelas cujas flores são visitadas pelas abelhas]. Para saber como colaborar, escreva para: hortacitylapa@gmail.com”. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 103 e 104 – No meio da Horta da *City Lapa*, há uma caixa de abelha jataí (espécie nativa sem ferrão), que aumenta a biodiversidade local e contribui para a polinização das plantas. Junto à calçada, preso a um poste apenas por uma cordinha, estão os regadores e a cacimba. Esta última é abastecida pelos voluntários da rua, que levam água até ela, já que não há fonte de água na própria horta. Pregada ao poste, há uma plaquinha que diz: “Cacimba da Horta Comunitária da *City Lapa*: deposite aqui sua contribuição em água (de preferência, de reúso)”. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 105 – Apesar de pequena, a Horta da City Lapa é diversa em temperos, medicinais e flores. Neide Rigo acredita que as espécies perenes (permanentes) são mais adequadas à horta, pois permitem maior compartilhamento entre os frequentadores (cada um pode colher uma folhinha ou galinho da planta) e são mais longevas, além de serem mais fáceis de dar manutenção. Na foto, os canteiros estão delimitados por estacas e barbante. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Kinupp e Lorenzi (2015, p. 13) destacam que muitas PANC são denominadas popularmente como “daninhas”, “matos”, “invasoras”, “infestantes”, “inços” e “nocivas” por aparecerem entre “plantas cultivadas ou em locais onde as pessoas ‘acham’ que não podem ou não devem ocorrer”, além de serem desconhecidas por grande parte da população e do poder público:

Infelizmente, as pessoas não se dão conta da grande importância das plantas para nossa vida corriqueira e básica do dia a dia. A grande maioria é “analfabeto botânico”, ou seja, não consegue “ler” nada ou quase nada do verde que nos rodeia, que mesmo nas grandes cidades insiste em aparecer nas frestas das calçadas, nos quintais, nos terrenos baldios, bem como nos espaços manejados e cuidados pelas mãos humanas, *e.g.*, nos jardins, praças [, hortas urbanas]. Não conhecem nem mesmo as plantas (frutas, hortaliças e cereais) que compõem a maior parte da nossa alimentação. Ou seja, muitos quando vão a uma feira ou mercado mais biodiverso não sabem dizer o nome de muitas das folhas, batatas, raízes, sementes, frutas ou frutos que veem.

Neste sentido, a insistência de Visoni para o aprendizado coletivo sobre outra “noção” de horta, que incorpore os preceitos da permacultura, da agroecologia e que estimule a produção orgânica e a maior biodiversidade local, acaba por se enquadrar na função educativa das hortas comunitárias urbanas, que também é prevista pela Lei nº 16.212/15 (sobre a gestão participativa das praças). Todos os usuários da Praça das Corujas que foram entrevistados por esta pesquisa, sejam os hortelões ou aqueles contrários à existência da horta, assumiram em seu discurso que a horta contribui, de alguma maneira, para finalidades educativas. Ter a possibilidade de aprender a identificar, manejar e consumir alimentos não convencionais também seria um aspecto da diversidade proporcionado por este modelo de agricultura urbana. Segundo o ex-subprefeito de Pinheiros Filardo Jr. (2015, informação verbal, grifo nosso³⁶²):

Você olha para uma horta, na beira do Córrego das Corujas, ela não quer dizer nada, ela pode dizer qualquer coisa, inclusive o sujeito que cercou e resolveu plantar couve para vender na feira, e portanto privatizou o espaço público. Agora, quando você olha para a horta que vai lá a Madalena [Buzzo] e faz campanha com os vizinhos, e vai a Claudia [Visoni] [...], e vem não sei quem, que traz uma turma, e forma um grupo de hortas urbanas, que vai lá conhecer e tem ideia de que aquilo representa uma recuperação da relação com o ambiente, que representa uma oportunidade de trazer as pessoas de volta para o espaço público, de elas recuperarem uma relação com o natural, ou com a ideia de que **o leite não vem do saquinho, que a couve não vem da geladeira do supermercado** e tal, você está falando de **um conjunto de relações sociais, de recuperação de relações com a natureza e com o coletivo.**

Entrevistados também expuseram opiniões sobre a importância educativa da Horta das Corujas, especificamente, no que se refere à sua biodiversidade, à alimentação, à produção de alimentos na cidade ou ao contato direto com a terra:

Não é uma crítica sobre São Paulo, isso acontece em qualquer cidade moderna, que a gente esquece a natureza. A gente se esquece de onde vêm os alimentos. Então, acho que é muito importante para as crianças, para os adultos também, ver onde crescem os alimentos deles. Os alimentos não vêm do supermercado, eles vêm da terra, né? Também é uma maneira da gente lembrar a importância da comida. Por ser uma cidade tão grande e bastante poluída, as hortas, em espaços como esse, nos ajudam muito, não só à saúde, mas ao meio ambiente urbano e aos efeitos da poluição. (ANÔNIMO, 2015, informação verbal.³⁶³)

Eu nunca tinha mexido diretamente com terra. O que me chamava atenção [na Horta das Corujas] é que tinha algumas hortaliças japonesas, que não têm no supermercado. Tinha shissô, nirá... Eu sou japonesa, né? Hortaliças que só tem na região lá do centro da cidade. Isso me chamou

³⁶² Informação fornecida por Angelo Salvador Filardo Jr. em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 25 ago. 2015.

³⁶³ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

muita atenção! Como uma horta, do lado de casa, tem umas hortaliças... que diferente, né? [...] Às vezes, a única vez que [uma pessoa] viu alface na vida foi no supermercado [...]. A coisa é aprendizado. [...] Para mim, o luxo dessa horta é ter muitas coisa que não vende no supermercado. (HORICATO, 2015, informação verbal.³⁶⁴)

Foi meu primeiro contato com orgânicos direto com o produtor. E é possível, não é caro, não é essa coisa que o supermercado inventou. Eles superfaturam [...]. Na verdade, isso criou outro nicho de mercado, que é caro, é bom e é para vender para a classe média e para rico, rico que come orgânico. Foi a primeira vez que eu tive contato com orgânico fora do supermercado [...]. (SARABIA, 2015, informação verbal.³⁶⁵)

Infelizmente, estamos perdendo as origens dos cultivos nas grandes metrópoles. Conheci [...] crianças que pensam que o tomate vem da feira e que o leite vem do supermercado, o que é preocupante. (PINHEIRO, 2015, informação pessoal.³⁶⁶)

O que eu vejo de pessoas que entram e revivem histórias familiares, de avós, até de pais, é muito legal. “Nunca pensei que aqui pudesse ter!” Por que será? O que São Paulo destruiu em nós que não é possível ter [horta]? Foi uma destruição. No passado, isso aqui era uma “fazendinha”. Foi uma desconstrução: vivo em prédio, vou ao supermercado e compro tudo dentro do saquinho plástico. E o rural fica lá longe e muita gente não quer nem ver. Aqui não, muita gente quer ver. E quem não quer ver, passa do lado. A gente dá essa chance para todo mundo: não quer ver, passa ali do lado, está calçadinho, bonitinho [...]. (BUZZO, 2015, informação verbal.³⁶⁷)

Reynolds (2009) salienta que um dos propósitos dos movimentos de guerrilha verde, ao cultivar em terras públicas ou de propriedade de terceiros, é a tomada de consciência sobre a produção dos alimentos. Mesmo que o objetivo principal do cultivo em hortas comunitárias não seja a segurança alimentar e a subsistência, esta expressão de agricultura urbana mobiliza a sociedade para refletir sobre a sua capacidade de autoprodução. Visoni (2014, informação verbal³⁶⁸), por exemplo, revela que seu impulso inicial para se engajar com a temática da agricultura urbana veio da reflexão sobre a alimentação (tanto em relação à sua quantidade, quanto à sua qualidade).

A *internet* é o principal fórum de debate e de “encontro” entre os integrantes da Horta das Corujas, assim como do modelo iniciado pelos Hortelões Urbanos. Nas relações virtuais, Buzzo e Visoni também assumem maior legitimidade opinativa ou é

³⁶⁴ Informação fornecida por Mity Horicato em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³⁶⁵ Informação fornecida por Pâmela Sarabia em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 2 jul. 2015.

³⁶⁶ PINHEIRO, G. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 7 jul. 2015.

³⁶⁷ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

³⁶⁸ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

delas que o grupo geralmente espera um posicionamento final. Como exemplo desta atuação, pode-se citar a ocasião em que novos usuários, na maioria dos casos analisados³⁶⁹, aguardam as orientações de Buzzo ou de Visoni para começarem sua participação em canteiros da horta.

Ao mesmo tempo que Visoni (2014, informação verbal³⁷⁰) manifesta-se contrária ao uso de muitas tecnologias, convergindo seu discurso de atuação ativista ao da “simplicidade voluntária” e da teoria de Schumacher (Capítulo 1) – em 2014, Visoni, inclusive, foi uma das que me recomendou a leitura de *O negócio é ser pequeno* –, o trabalho realizado tanto por ela, quanto pelos outros usuários da horta, não seria possível, como se dá atualmente, se não fosse o papel comunicacional desempenhado pelas redes sociais. A tecnologia, ainda que não esteja presente no trabalho cotidiano realizado dentro da horta (usam-se apenas ferramentas simples de jardinagem e não há mecanização de plantio, irrigação, colheita, controle de pragas etc.), revela-se indispensável para o desenvolvimento das relações sociais do dia a dia.

Assim como no caso da rede dos Hortelões Urbanos, a *internet* – essencialmente o *Facebook* – assume um papel protagonista no que se refere a: apresentação de novos voluntários; troca de informações sobre o cotidiano da horta; e divulgação das atividades realizadas. Para aqueles que se interessam pela temática da agricultura urbana, o *Facebook* também é um importante mecanismo de pesquisa sobre as ações desta natureza, além de possibilitar o primeiro contato de muitas pessoas com a iniciativa. Para muitos voluntários assíduos das Corujas, a referida rede social foi fundamental para agregá-los à dinâmica cotidiana da horta:

Em março de 2013, [...] tive um problema na vista [...]. Um amigo me escreve, dizendo que tinha se lembrado de mim porque eu gostava muito de plantas [...], porque tinha conhecido uma horta comunitária em São Paulo. Eu perguntei: “Existe horta na cidade?”. Ele falou: “Tem, a Horta das Corujas”. Como eu não estava podendo sair muito de casa, comecei a pesquisar no *Facebook* a Horta das Corujas [...]. (DONADELLO, 2015, informação verbal.³⁷¹)

³⁶⁹ Informação baseada em entrevistas com os voluntários, mas também em mais de 50% das amostras analisadas, aleatoriamente, da página da Horta das Corujas no *Facebook*. Certamente, muitas pessoas frequentam e, por ventura, atuam de alguma maneira (plantando, regando, colhendo etc.) na Horta das Corujas sem dar satisfação a ninguém, afinal, trata-se de uma horta em espaço público de uso livre e sem restrições de horário (a está aberta 24 horas por dia, nos sete dias da semana). Neste trecho da dissertação, porém, faz-se referência aos que se autoidentificaram como voluntários ou demonstraram esta vontade publicamente pelo *Facebook*.

³⁷⁰ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

³⁷¹ Informação fornecida por Fabíola Donadello em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 5 jul. 2015.

O *Facebook*, as redes sociais acabaram funcionando como um multiplicador, uma maneira de divulgação, para levar para jornalista, levar para a imprensa, chamar a atenção, não necessariamente para as pessoas virem para a Horta das Corujas, mas para as pessoas saberem que hortas urbanas são possíveis, que essa rede que a gente cria virtualmente é possível de virar real. (CANÊDO, 2015, informação verbal.³⁷²)

Eu acho que vi aquela placa que dizia que os voluntários podiam se conectar com o *Facebook* [a placa que fica pregada no portão principal de entrada da horta]. Já sabia que havia provavelmente um grupo. Depois, comecei a pesquisar pelo *Facebook* “Horta das Corujas” e foi isso. Sim, ajudou. (ANÔNIMO, 2015, informação verbal.³⁷³)

O *Facebook* fez a gente se encontrar, sem o *Facebook*, não teria chegado na minha casa. [...] Teria demorado bastante para saber. (SALLES, 2015, informação verbal.³⁷⁴)

Joguei “Horta das Corujas” [no *Facebook*], achei, entrei no grupo e joguei lá: “Sou vizinha nova, estou encantada, achei lindo maravilhoso e quero participar”. E já li, vi que tinha uma organização das regas, vi como funcionava a partir daí, entrei nos Hortelões Urbanos também e já comecei a conversar com o pessoal, vim no mutirão. Comecei a falar primeiro com a Fabíola [Donadello], [...] ela vinha, ensinava, foi uma ponte bem importante. (SARABIA, 2015, informação verbal.³⁷⁵)

Eu vi no *Facebook* “Hortelões Urbanos”, e pelos Hortelões Urbanos, eu cheguei à Horta das Corujas. (ZAKIR, 2015, informação verbal.³⁷⁶)

Singer (2015, informação verbal³⁷⁷) acredita que a “simplicidade voluntária” não é incompatível com a utilização das redes sociais por movimentos desta natureza (de implantação de hortas comunitárias em áreas públicas). Para o referido autor, ao mesmo tempo que os inovadores culturais estão voltados à vida mais simples, as redes sociais são, simultaneamente, extremamente importantes, promovendo o casamento entre “o antigo” e “o moderno”, fazendo “uso da *internet* como instrumento para operacionalizar a ajuda mútua”, cujas “mobilizações são promovidas pelas redes sociais”. Segundo Sakamoto (2013, p. 95):

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos

³⁷² Informação fornecida por Joana Canêdo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³⁷³ Informação fornecida por voluntário(a) da Horta das Corujas em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

³⁷⁴ Informação fornecida por Miriam Isabel Cenamo Salles em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 21 jul. 2015.

³⁷⁵ Informação fornecida por Pâmela Sarabia em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 2 jul. 2015.

³⁷⁶ Informação fornecida por Zilma Zakir em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 27 jun. 2015.

³⁷⁷ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.

Castells (2013, p. 173), por sua vez, afirma:

A atividade mais importante da *internet* hoje se dá por meio dos *sites* de rede social (SNS, de *Social Networking Sites*), e estes se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amizades ou bate-papos pessoais, mas para *marketing*, *e-commerce*, educação, criatividade cultural, distribuição de mídia e entretenimento, aplicação de saúde e, sim, ativismo sociopolítico. [...] Os usuários dos SNS transcendem o tempo e o espaço, mas produzem conteúdo, estabelecem vínculos e conectam práticas. Temos agora um mundo permanentemente em rede em cada dimensão da experiência humana. [...] Mas não é uma sociedade puramente virtual. Há uma mínima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão *on-line* da interação *off-line*.

As redes sociais, tão importantes para o caso aqui estudado, também apresentam a face da impessoalidade e de uma “forjada” integração social, uma vez que as relações virtuais, nem sempre aproximam as pessoas na dimensão espaço-material. Diferentes eventos criados e divulgados pelo *Facebook* têm inúmeras confirmações de presença, entretanto, isto não garante que as pessoas realmente irão comparecer presencialmente em cada um deles: é fácil clicar sobre o ícone “confirma” na tela do computador de casa, mas isto é certamente bem diferente de realmente ir ao evento (GLAESER, 2011).

Apesar do grande número de “seguidores” do grupo “Horta das Corujas”, no *Facebook*, a grande mídia ainda é a principal responsável pela divulgação da horta e das ações ativistas de seus hortelões. Matérias em jornais, revistas e até mesmo na televisão provocam uma grande euforia nas redes sociais, faz aumentar o número de pessoas que seguem a página no *Facebook* e até dinamizam as discussões entre seus participantes. Como afirma Lima (2013, p. 89-90):

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia – televisão, rádio, jornais e revistas – é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto. [...] Vale dizer que as tecnologias de informação e comunicação (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel) não garantem a inclusão dos jovens – nem dos vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia.

Há hortelões que também se queixam da falta de engajamento real das pessoas. As redes sociais podem assumir um importante papel de disseminação das iniciativas de agricultura urbana e do ativismo em questão, mas também geram a

falsa impressão de que o número de voluntários é grande, conforme relata Andrea Pesek (2015, informação verbal³⁷⁸):

Muitas pessoas apoiam, mas são poucas pessoas que trabalham mesmo, são umas dez, doze... [...] Ainda somos poucos, mas está juntando mais gente. Tem uma certa preguiça das pessoas e o vício do *Facebook* de apenas “curtir”, ou colocar que vai participar do evento e não vai. Parece que [a pessoa] foi, mas não foi. [...] Eu acho que isso é vontade mesmo, quem quer mesmo [participar].

Apesar de serem exceções, também existem os hortelões que não estão conectados à *internet* nem possuem cadastro nas redes sociais, sobretudo os mais idosos. A voluntária Miriam Pils Machado (2015, informação verbal³⁷⁹), de 81 anos, adota um grande canteiro na horta e tem frequência assídua, no entanto relatou não estar conectada ao *Facebook*, embora tenha assumido que, quando julga ser de seu interesse, pede para o neto consultar algo na *internet*. Mauad (2015, informação verbal³⁸⁰) concorda que o *Facebook* seja essencial: “Ah, é! Ou outro meio de comunicação, mas o *Facebook*, pelo menos nos eventos, para você atingir um público grande”. Mas também levanta o questionamento sobre a real participação de todos os “conectados”: “Tem a desvantagem de ter 3.000 pessoas [em referência ao número de pessoas que participam do grupo “Horta das Corujas” no *Facebook*³⁸¹], mas quem é voluntário de verdade?”.

Perfil dos voluntários

Os voluntários selecionados para darem depoimentos ou responderem ao questionário via *e-mail* foram aqueles que ao longo do ano de 2015 participaram ativamente da dinâmica cotidiana da Horta das Corujas, seja como cuidadores de canteiros específicos, ou como frequentadores assíduos (em mutirões, durante a semana etc.). Esta seleção foi feita a partir do conhecimento prévio dos hortelões (pelo contato direto ao frequentar a horta), por indicação de voluntários pioneiros (que atuam na horta desde sua existência), por pesquisa no grupo da horta no

³⁷⁸ Informação fornecida por Andrea Pesek em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 6 mar. 2015.

³⁷⁹ Informação fornecida por Miriam Pils Machado em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³⁸⁰ Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

³⁸¹ Em 15 mar. de 2016, eram 3.071 membros no grupo “Horta das Corujas”, no *Facebook*.

Facebook, e mediante a elaboração de um croqui³⁸² (mapa 3B, p. 191) para a identificação dos canteiros e dos seus respectivos mantenedores.

Foram entrevistados, pessoalmente ou por meio de questionário enviado por *e-mail*, 27 membros ativos da Horta das Corujas em 2015, que cuidavam de algum canteiro específico ou que frequentam a horta regularmente para atividade de plantio e/ou manejo direto com a terra. Entretanto, deve-se salientar que muitas outras pessoas foram entrevistadas informalmente e depoimentos foram coletados durante: os trabalhos de campo; a participação ativa do pesquisador (que também é mantenedor de canteiro na horta³⁸³); os mutirões e comemorações realizadas na horta; nos espaços de debate político e ativista (a exemplo do CADES-PI); entre outros. Portanto, outras dezenas de pessoas foram ouvidas na condição de fonte informal ou para a coleta de informações verbais.

Especificamente sobre os voluntários entrevistados da Horta das Corujas, que totalizam 27 pessoas (19 mulheres e 8 homens), foram levantadas as seguintes informações pessoais:

(a) Faixa etária – Considerando-se os intervalos etários entre 20-29 anos, 30-39 anos, 40-49 anos, 50-59 anos, 60-69 anos, 70-79 anos e 80-89 anos, tem-se que: 32% entre 50-59 anos; 25% entre 40-49 anos; 25% entre 30-39 anos; 7% entre 20-29 anos; 7% entre 60-69 anos; 4% entre 80-89 anos.

(b) Local da residência – Das 16 pessoas que identificaram canteiros próprios³⁸⁴, 94% são moradores da zona oeste da cidade de São Paulo, cujos bairros citados foram: Vila Beatriz, Alto de Pinheiros, Vila Madalena, Pinheiros, Sumaré, Pompéia, Perdizes e Butantã. Apenas uma pessoa (correspondente a 6% da amostra) é moradora do bairro de Moema, na zona sul da cidade de São Paulo.

³⁸² Croqui elaborado em conjunto com: a voluntária e cientista social Joana Ortiz; o arquiteto, urbanista e designer Pedro Suzuki. Para a identificação dos canteiros, realizaram-se: pesquisas consultivas na página da Horta das Corujas no Facebook; contato direto com os voluntários mais assíduos e suas indicações (com quem eles se encontram na horta, por exemplo); medições de localização com GPS em campo; e a partir da base de dados e das informações visuais de satélite disponíveis pelo programa Google Earth.

³⁸³ No croqui (mapa 3B, p. 191), o canteiro deste pesquisador é identificado com seu apelido (“Guga”), respeitando a maneira como costuma ser denominado entre os participantes ativos da Horta das Corujas e como se apresenta nas redes sociais.

³⁸⁴ Segundo a identificação realizada, até outubro de 2015, para a elaboração do croqui da Horta das Corujas. Não foram consideradas as escolas e o grupo Barro Molhado, por não se tratarem de indivíduos, mas, sim, de um grupo de pessoas que utilizam a horta.

(c) Preferência político-ideológica³⁸⁵ – Das 18 autodeclarações (67% do total de entrevistados): 100% se autodenominaram de “esquerda”.

(d) Religião – Das 21 autodeclarações (78% do total de entrevistados): 40% sem religião; 20% ateísmo; 15% cristianismo; 10% espiritualismo; 5% judaísmo; 5% espiritismo; 5% budismo.

(e) Renda – Das 20 autodeclarações (74% do total de entrevistados): 35% A1; 15% A2; 20% B1; 20% B2; 5% C1; 5% D.

Apesar da amostra parecer numericamente diminuta, o número de frequentadores assíduos ou “voluntários fixos” na Horta das Corujas realmente não é grande. Alguns dos entrevistados, que também tiveram seus trabalhos acompanhados na horta em 2015, deixaram de frequentá-la em algum momento ao longo do ano, pelo menos de forma mais assídua, por diversos motivos: trabalho ou estudo excessivo e conseqüente falta de tempo; gravidez ou intensificação dos cuidados com os filhos ou outros dependentes; e mudança de endereço para algum bairro mais distante da Praça das Corujas. Diversos hortelões relatam que, no fundo, o que realmente mais faz falta é a participação ativa de voluntários que queiram colocar “a mão na massa”, ou seja, que criem um vínculo ativo semanal, indo além das participações esporádicas nos mutirões ou festividades.

O público adulto, entre 30 e 59 anos, é o mais engajado na adoção de canteiros e no trato cotidiano com os assuntos da horta, além de ser o mais participante nas discussões via *internet* pelo *Facebook*. Entretanto, seus filhos, sobrinhos e outros parentes mais jovens também costumam frequentar a horta ocasionalmente, seja em mutirões ou durante a semana, como atividade de lazer, recreação ou mesmo para fins educativos. Chris Larbig (2015, informação verbal³⁸⁶), por exemplo, é alemão e começou a frequentar a horta com a filha pequena quando se mudou para o bairro da Vila Beatriz em 2011:

Eu fiz jardinagem com minha avó na Alemanha [...]. Para criança é ótimo, para ter essa conexão direta com a terra, aprender com minhoca, tatu-bola, borboletas e com as plantas. A tendência é cada vez menos o supermercado e mais aqui. Mas é um campo experimental [...]. Ter contato direto com a natureza é um luxo nesta cidade: as crianças brincam, pegam planta... Outro dia, eu tinha uma ferida no dedo, ela falou: “Papai, tenho

³⁸⁵ Preferência político-ideológica, religião e renda foram informações que nem todos os entrevistados se sentiram à vontade para falar a respeito, portanto, foram indicadas as respectivas autodeclarações.

³⁸⁶ Informação fornecida por Chris Larbig em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

uma coisa para você!” Ela foi lá para cima, pegou *Aloe vera* e disse: “Coloca isso em cima!”. Achei fantástico, ela aprende aqui muita coisa.

A horta também recebe o público infantil em visitas monitoradas de escolas do entorno, que a integraram enquanto espaço de aprendizagem para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas semanais, ou, ainda, pelo grupo de pais e educadores do Barro Molhado (citado anteriormente). As escolas de educação infantil (crianças de até seis anos de idade) *Piccolino* e *Espaço Brincar*, bem como o Barro Molhado, possuem canteiros próprios na Horta das Corujas para que as crianças possam realizar as atividades que lhes são introduzidas. Estes canteiros (mapa 3B, p. 191) se localizam na “parte baixa” da horta e geralmente são mais elevados, a fim de facilitar o acesso das crianças menores (figura 106), o que não impede outras ações das crianças no conjunto total da horta. Segundo Marli Peixoto dos Anjos (2015, informação pessoal³⁸⁷), coordenadora da *Escola Piccolino*: “Já adotamos canteiros, mas muitas vezes as crianças preferem interferir em outros canteiros, tirando mato e regando”.



Figura 106 – Vista da “parte baixa” da horta, onde há canteiros elevados, feitos com tábuas de madeira e presos com estacas (também de madeira, geralmente são usados cabos velhos de vassoura ou rodo). À direita, estão a Branca de Neve e os sete anões, que enfeitam a área da horta geralmente utilizada pelas crianças. À extrema esquerda, há pés de milho, que costumam ser plantados para ou pelas crianças, que se divertem ao poderem colher uma nova espiga. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

³⁸⁷ DOS ANJOS, M. P. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 9 jul. 2015.

O uso e a ocupação do espaço público estão no foco da atuação conforme o relato dos diferentes educadores. Por se tratar de uma horta comunitária, a valorização do trabalho coletivo, da autonomia produtiva e da divisão de tarefas se dá em conjunto com a possibilidade de se acompanhar o ciclo de desenvolvimento dos vegetais e sua integração com os outros seres vivos – a exemplo das abelhas sem ferrão que polinizam espécies (figura 107) e habitam o meliponário³⁸⁸ da horta (mapa 3B, p. 191). Também são valorizadas outras questões cotidianas como o conhecimento sobre os alimentos consumidos, o adequado manejo dos recursos hídricos disponíveis no local e as ações preventivas à reprodução do mosquito transmissor da dengue (*Aedes aegypti*): “As nossas ações permeiam o social. Espaço público passa a ser uma conduta e não apenas um território demarcado” (DOS ANJOS, 2015, informação pessoal³⁸⁹).

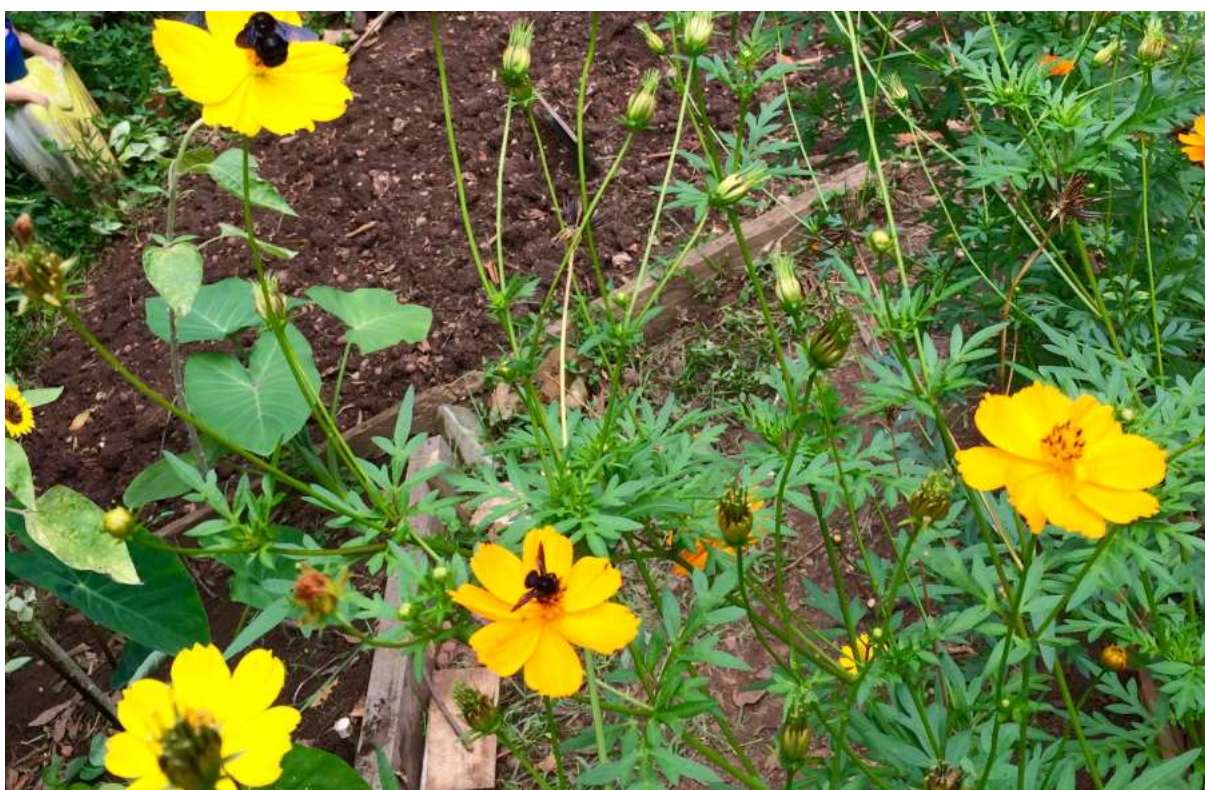


Figura 107 – Abelhas nativas sem ferrão polinizam cosmos-amarelo e contribuem para a diversidade florística da Horta das Corujas. Esta atividade de observação também é realizada pelas crianças que frequentam a área para fins pedagógicos. São Paulo/SP, Brasil. Foto de dezembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

³⁸⁸ “Denomina-se meliponário o local onde são criadas, de forma racional, espécies de abelhas comumente chamadas de abelhas nativas ou indígenas sem ferrão. O termo meliponário [...] se refere ao fato de que essas abelhas pertencem à tribo Meliponini denominadas de meliponíneos” (CAMARGO; PEREIRA; LOPES, 2006).

³⁸⁹ DOS ANJOS, M. P. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 9 jul. 2015.

Em relação à educação ambiental, os projetos pedagógicos dos grupos que frequentam a horta ampararam-se, sobretudo, em atividades práticas, que embasam as imagens e os textos trabalhados em sala de aula; os próprios educadores fazem registros daquilo que encontram na horta para a realização de pesquisa posterior, a fim de ampliar o conhecimento e, conseqüentemente, o leque de temas a serem trabalhados junto às crianças. Já sobre as possíveis intromissões de terceiros nos canteiros usados pelas atividades pedagógicas, as escolas e o grupo do Barro Molhado acreditam que a interferência de outros hortelões nos canteiros é de se esperar em um espaço público, e que o mais importante para as crianças é o contato com a terra, a permanência na praça, a identificação e a observação do desenvolvimento das espécies, que, em grande parte das vezes, foram plantadas por outras pessoas. Joana Junqueira (2015, informação verbal³⁹⁰), pioneira do Barro Molhado na Horta das Corujas, afirma: “Tem gente que vinha e plantava aqui [no canteiro do Barro Molhado]. Tinha gente do Barro Molhado que reclamava, mas eu falava que não tinha nada demais. [...] É um coletivo pensando, tudo pode mudar. Estar em um coletivo é uma dinâmica viva”.

Os voluntários que se propuseram a cuidar de um canteiro específico na Horta das Corujas e se autoidentificaram na época do levantamento realizado por esta pesquisa³⁹¹ são moradores da zona oeste de São Paulo, nos quais se destacam os bairros vizinhos à Praça das Corujas, com exceção de uma única voluntária (Anyta Teixeira) que habita o bairro de Moema (zona sul). Conforme mencionado anteriormente, pessoas de diversas regiões da cidade (e até mesmo de outras cidades, estados e países) vêm visitar a horta, destacadamente nos mutirões ou em eventos específicos. Porém, habitar as proximidades da iniciativa comunitária confere maior praticidade e facilidade para o deslocamento cotidiano até a horta. Como revela Teixeira (2016, informação pessoal³⁹²): “Na verdade, a Horta das Corujas fica longe da minha casa, visito quando posso mesmo”.

Entre os voluntários entrevistados, a autodeclaração acerca da preferência político-ideológica identifica que é unânime (100%) o posicionamento de “esquerda”, apesar das diversas significações partidárias ou apartidárias e das ideologias

³⁹⁰ Informação fornecida por Joana Junqueira em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

³⁹¹ Levantamento realizado presencialmente durante os mutirões e os trabalhos de campo, consultando os demais voluntários, e por meio do grupo da Horta das Corujas no *Facebook*.

³⁹² TEIXEIRA, A. Mensagem recebida por *Facebook Messenger* – mensagem pessoal *inbox* para Guga Nagib – em 16 mar. 2016.

específicas nas quais este termo pode se enquadrar. Além do uso da terminologia “esquerda”, voluntários a complementaram se identificando com a anarquia, com o socialismo, ou manifestando que o sistema político atual não lhes representa.

Quanto à autodeclaração sobre religião, mais da metade (60%) dos entrevistados que responderam a essa questão disseram não ter religião ou serem ateus. Apesar da pesquisa não ter presenciado discussões religiosas ou preocupações quanto a este tema ao longo do período 2014-2016, a horta possui uma escultura de Buda (figuras 108, 109 e 110), deixada pela fotógrafa, musicista e *designer* Laura Wrona (2015, informação verbal³⁹³), que frequenta a horta esporadicamente:

Eu tinha este Buda na minha casa já faz anos, [...] mais de 20 anos. [...] Ele foi importante para mim [...], pontuou uma época da minha adolescência. E aí, eu olhei para ele e disse: “Putz, eu gosto dele! Mas ele não tem mais significado aqui na minha casa, mas eu não quero jogar fora”. [...] Um dia eu fui lá na horta, estava com o Buda no carro... não foi uma coisa muito planejada. Eu vi que tinha uma caixinha de [abelha] jataí naquele lugar [...]. Eu olhei e perguntei: “Nossa, o que será que aconteceu com a caixinha? Será que deu fungo?” Sei lá, sei que não estava lá. Eu lembrei que tinha este Buda e falei: “Ah, vou por aqui!”.



Figura 108 – Ao centro da foto, antigo apoio de caixa de abelha, onde a frequentadora da horta Laura Wrona depositou a escultura de Buda. Localizado no centro da “parte alta” da Horta das Corujas, entre canteiros com grande mistura de plantas, frequentadores budistas ou espiritualistas apreciam a simbologia que o Buda confere à área. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

³⁹³ Informação fornecida por Laura Wrona em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 17 jun. 2015.



Figuras 109 e 110 – O “misterioso caso do sumiço do Buda”: em julho de 2015, o Buda foi levado da horta e, em seu lugar, foi depositada uma chave (foto à esquerda); mas, semanas depois, o Buda reapareceu no seu lugar de sempre (à direita). São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho (figura 109) e de outubro de 2015 (figura 110). Crédito: Gustavo Nagib.

A participação de Wrona se estendeu além da doação do Buda: a artista também fez um *show* musical na horta, com a participação da violoncelista Erica Beatriz Navarro³⁹⁴, em 14 de março de 2015, mesmo dia em que houve a apresentação pública do meliponário instalado na horta (figuras 111 e 112) pela organização sem fins lucrativos *SOS Resgate de Abelhas Sem Ferrão*. Esta última é uma iniciativa idealizada e conduzida por Gerson Luiz Pinheiro (figura 113), que também frequenta outras hortas comunitárias de São Paulo e instala, no local, colmeias³⁹⁵ de abelhas nativas sem ferrão que realizam a polinização das plantas.

³⁹⁴ Erica Beatriz Navarro já havia se apresentado na Praça das Corujas na ocasião do aniversário de dois anos da Horta das Corujas, conforme citado anteriormente neste mesmo capítulo.

³⁹⁵ Pinheiro instala as colmeias dentro de caixas de madeira e faz visitas frequentes à horta para dar manutenção ao meliponário, cuja finalidade é a educação ambiental, e não o aproveitamento do mel para consumo humano.



Figura 111 – Meliponário da Horta das Corujas: são cinco caixas de abelhas, com jataís (*Tetragonisca angustula*) e mandaiaias (*Melipona quadrifasciata*), espécies brasileiras sem ferrão. A SOS Resgate de Abelhas Sem Ferrão instalou as caixas e, juntamente com os voluntários da horta, dá a manutenção necessária para que as abelhas ajudem no permanente processo de polinização das espécies vegetais e aumente a biodiversidade local. As plaquinhas avisam para não abrir as “casas” das abelhas (e a garrafa d’água é de algum frequentador que a deixou ali enquanto trabalhava na horta). A placa amarela, à direita, foi posta pela SOS e traz uma informação da mandaiaia (além de conter uma foto do inseto): adverte que, apesar de seu tamanho mais avantajado, trata-se de uma abelha sem ferrão e uma das mais “dóceis” que existem. São Paulo/SP, Brasil. Foto de março de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 112 e 113 – À esquerda, Laura Wrona, no violão e voz, e Erica Beatriz Navarro, no *cello*, se apresentam sob escultura “Rio Suspensão”, de Rodrigo Machado, que foi incorporada permanentemente à Praça das Corujas em dezembro de 2014 e permanecerá até quando sua estrutura de madeira aguentar (orquídeas e bromélias foram acopladas à escultura, para que suas raízes se integrem à estrutura). À esquerda, Gerson Pinheiro, presidente e idealizador da SOS *Resgate de Abelhas Sem Ferrão* em dia de manutenção ao meliponário da horta. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de março de 2015 (figura 112) e de janeiro de 2016 (figura 113). Crédito: Gustavo Nagib.

Para Pinheiro (2015, informação pessoal³⁹⁶), dentre os principais objetivos de sua iniciativa estão: (a) fazer com que o grande público conheça as abelhas nativas brasileiras; (b) resgatar os enxames que estejam prestes a serem mortos ou em risco de destruição, geralmente localizados em árvores ou muros que serão derrubados, em quadros de energia elétrica, em churrasqueiras etc., para enfim realocá-los em locais que sejam mais saudáveis e seguros às abelhas; (c) fazer com que as pessoas percam o medo e o preconceito, desmistificando que toda abelha ferroa e que só produz o mel:

Só lidamos com abelhas nativas e não existem relatos de hibridação com as abelhas exóticas. As mais comuns em nossa cidade [São Paulo] são: jataí (*Tetragonisca angustula*), iraiá (*Nannotrigona testaceicornis*), [mirim] droryana (*Plebeia droryana*), irapuã (*Trigona spinipes*), mandaguari (*Scaptotrigona postica*). [...] Pelo que vi [na Horta das Corujas], o cosmos [*Cosmos sulphureus*] e o manjeriço [*Ocimum basilicum*] são as espécies de plantas mais visitadas [pelas abelhas].

³⁹⁶ PINHEIRO, G. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 7 jul. 2015.

Pinheiro (2015, informação pessoal³⁹⁷) ressalta, ainda, que a *SOS Resgate de Abelhas Sem Ferrão* se tornou um dos mais conhecidos grupos de São Paulo sobre o assunto, e não deixa de relacionar a emergência das hortas comunitárias e o papel de divulgação das redes sociais ao seu desempenho:

Percebemos que um projeto complementa o outro e, com certeza, estas mídias [redes sociais na *internet*] ajudam muito a divulgar os trabalhos simultaneamente, atraindo, desta forma, mais pessoas para ambos os projetos. [...] Só assim quebraremos diversos paradigmas que foram criados com o passar dos anos.

Wrona (2015, informação verbal³⁹⁸) também faz menção ao encontro de ideias e iniciativas relacionadas à Horta das Corujas, que levam a novas possibilidades de atuação, a exemplo da viabilidade de reunir diferentes atividades naquele mesmo espaço público:

Quando eu vi o duo de *cello* que teve na horta [em 4 de outubro de 2014 – mencionado anteriormente], foi uma coincidência, porque a [musicista] Erica [Beatriz Navarro] é minha parceira de trabalho, minha amiga. Eu vi que ia ter *show* – “nossa que legal!” – lá na horta. Nem sabia que tinha essa possibilidade. Fui assistir, achei uma delícia, tirei várias fotos. Eu escrevi para a Claudia [Visoni]: “Achei tão legal, será que não rola de montar um *show* meu também?” Ela me ligou com a Madalena [Buzzo], aí nós três organizamos. Ia ter um evento sobre as abelhas sem ferrão [em que a *SOS Resgate de Abelha Sem Ferrão* apresentou seu projeto aos frequentadores da Horta das Corujas] [...]. Como eu tenho essa conexão com as abelhas, porque me interessa, aí chamamos de “Abelhas e música” [o último trabalho de Wrona, ainda em fase de elaboração, chama-se “Cosmolmeia”, cujo eixo temático são as abelhas e um dos vídeos de divulgação foram filmados na Horta das Corujas] [...]. Foi gostoso, claro que foi uma coisa bem improvisada, e também o tempo não estava firme. A gente ficou com uma lona do lado, se começasse a chover, a gente tinha como cobrir os instrumentos [mas não choveu durante a sua apresentação].

Por fim, os dados sobre a renda dos participantes mais assíduos da horta revelam que há nítida expressividade do público integrante das classes A (50%) e B (40%). Partindo-se do pressuposto de que há maior participação cidadã dos moradores do entorno ou de bairros vizinhos à Praça das Corujas, este perfil de renda é compatível à prévia análise dos indicadores socioeconômicos do território da Subprefeitura de Pinheiros, já apresentados anteriormente.

Tanto expressões como “classe média”, quanto “classe alta” ou “alta renda”, entre outras variantes, apareceram inúmeras vezes nas falas dos entrevistados por esta pesquisa, tanto no discurso dos frequentadores da horta, quanto no depoimento de ativistas, professores, representantes do poder local etc.

³⁹⁷ PINHEIRO, G. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 7 jul. 2015.

³⁹⁸ Informação fornecida por Laura Wrona em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 17 jun. 2015.

Considerando-se que “classe média” apresenta diferentes definições (segundo as agências de pesquisa, as organizações econômicas ou os governos) e que pode resultar em falta de clareza definir o ativismo que culminou na materialização da Horta das Corujas como sendo de “classe média” ou de “classe alta”, buscou-se um critério já bem estabelecido e difundido no qual se pudesse melhor quantificar tais expressões e, enfim, verificar a renda familiar média dos voluntários mais assíduos da horta comunitária.

Assim sendo, esta pesquisa utilizou o “Critério Brasil” de classificação econômica, comumente utilizado por empresas, pelo governo federal e que “já é bem estabelecido no país, contando com certa familiaridade [...] da população, que se referem com naturalidade às classes ‘A’, ‘B’, ‘C’, ‘D’ e ‘E’” (BRASIL, 2012, p. 8). Os valores referenciais de consulta sobre a renda familiar média dos hortelões entrevistados seguiram aqueles mesmos disponibilizados, até 2015, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apresentados a seguir (tabela 3).

Tabela 3 – “Critério Brasil” de Classificação Econômica

Classes	Renda média familiar mensal (R\$)³⁹⁹
E	536
D	850
C2	1.150
C1	1.731
B2	2.882
B1	4.963
A2	9.457
A1	14.521

Fonte: BRASIL, 2012, p. 8. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

³⁹⁹ Valores expressos em reais (R\$) de abril de 2012.

Rocha (2015, informação verbal⁴⁰⁰), ao fazer uma reflexão crítica sobre este tipo de ativismo comunitário, também aponta para a questão socioeconômica:

É um movimento espontâneo da população à tolice do serviço público, ou à indiferença do serviço público. É uma visão política revolucionária até, no sentido de transformação. Absolutamente louvável. Mas para falar a verdade, eu fico um pouco entristecido em usar esse tipo de recurso, [...] afinal de contas, nós vivemos com uma das melhores universidades na cidade de São Paulo [referência à USP], uma das melhores universidades da América Latina [...]. Eu preferiria a inteligência que corrigisse o serviço público. Eu vejo certo conformismo em achar que o serviço público não está bem, não vale nada e é para não valer nada mesmo e que a iniciativa individual ou de pequenos grupos vai transformar isso. [...] Quem tem esse tempo livre para cuidar de horta é justamente a classe dominante, né? É uma contradição! O operário não tem tempo para isso. Ele leva quatro horas para chegar ao serviço, quatro horas para voltar para casa, descansar um pouco e, se puder, vai estudar um curso noturno ainda. Não vai plantar horta! [...] [É] uma visão idealista, conformista, de classe alta.

A crítica de que iniciativas como a Horta das Corujas ainda estão muito restritas às classes altas ampliou a discussão acerca da função social da horta durante as entrevistas realizadas, demonstrando o forte conteúdo politizado no discurso de seus voluntários. Ao mesmo tempo que se apresentaram diferentes pontos de vista sobre a referida questão, também é frequente o argumento de que o cultivo de alimentos (o “mexer na terra”) não é propriamente uma atividade de interesse das pessoas de maior poder aquisitivo, e que a horta é frequentada pelos trabalhadores da região:

O que é interessante é o convívio em um espaço compartilhado, onde todo mundo pode colher, todo mundo pode plantar e tem um novo significado para as relações humanas. [...] A partir de salsinha, cebolinha, que são coisinhas inocentes, a gente começa a discutir a participação efetiva do cidadão na vida da cidade. [...] A periferia está aqui, a cidade é porosa. [...] **Apesar desta horta estar em uma zona da burguesia de São Paulo, ela é frequentada pela população super simples do entorno**, está tudo misturado, não é que aqui só venham as madames. As madames não vêm aqui, as madames criticam e querem fechar a horta, acham que isso aqui é feio, antiestético. [...] Esse pensamento de que isso é uma ação de uma elite não é real, essa elite [...] não está nem olhando para isso aqui. [...] É uma falsa ideia de que é uma elite que pode fazer porque tem dinheiro. Não, a gente rala mesmo. Rala em dobro: por você, por sua família, e pela sua cidade. (PESEK, 2015, informação verbal, grifo nosso.⁴⁰¹)

[A Horta das Corujas] está em um bairro de classe média alta, que é o ponto bom e o ponto ruim dali. O ponto bom é que a zona oeste de São Paulo acabou, de certa maneira, congregando uma *avant-garde* de um povo que pensa o espaço público. [...] A Hora das Corujas acabou sendo um ponto de convergência dessa gente interessada nisso. O ponto ruim é que

⁴⁰⁰ Informação fornecida por Paulo Mendes da Rocha em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 27 fev. 2015.

⁴⁰¹ Informação fornecida por Andrea Pesek em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 6 mar. 2015.

está em um lugar de classe média alta que, por muitas vezes, tem dificuldade de enxergar aquilo. É complicado... **outro dia eu estava na horta e uma menina me perguntou: “Quem trabalha aqui?”** [no sentido do trabalho ser algo negativo]. E, no começo, teve muita resistência por não ser bonito, não ser um paisagismo habitual. [...] Eu não sei dizer se todo mundo deveria, em vez de fazer horta na Vila Madalena, ir lá fazer horta no Capão Redondo. Mas não é um lugar que você conhece [...], você sempre vai ser um estranho... (MAUAD, 2015, informação verbal, grifo nosso.⁴⁰²)

Vá para a periferia e pergunte quem cultiva manjeriço, alecrim, orégano! Aí, você vê que as pessoas sempre cultivaram. Isso não é uma questão de classe! As pessoas mais antigas cultivavam algo em sua casa. Esse tipo de ativismo nos Hortelões Urbanos e, especificamente na cidade de São Paulo, tem uma origem de classe média, mas eu não posso dizer que esse tipo de ativismo é um ativismo de classe média. [...] Mesmo nos Hortelões Urbanos tem gente [de bairros periféricos] que diz que quer uma horta ali [no seu bairro]. É um tema que reverbera muito fácil. Não é uma reivindicação de bairro rico! (BIAZOTI, 2015, informação verbal, grifo nosso.⁴⁰³)

Eu consigo falar do lugar que eu vivo. Eu acredito nessa coisa de “fala da sua aldeia” [risos]. Tudo bem, as carências [na periferia] são outras, são maiores, **mas existe uma carência que é universal: uma carência de acolhimento, de troca criativa, de cuidado com a terra.** Essas atividades, essas vivências que o espaço como coletivo livre, como é uma praça, uma horta, eles proporcionam um tipo de vivência que qualquer pessoa que acessar vai sair transformada. [...] Eu acho que poderia existir o intercâmbio, [...] que trouxesse as propostas de um lugar para outro, [...] de como um lugar contribui com o outro. (WRONA, 2015, informação verbal, grifo nosso.⁴⁰⁴)

Esta horta não é para tirar ninguém de situação de risco. Agora, [...] por mais que esteja em um bairro de alta renda, tem gente que não conhece planta. Querer conhecer uma planta que não vende em floricultura já é uma grande coisa. [...] Aqui a diversão é de graça, não envolve dinheiro, isso é uma coisa que choca as pessoas: “Como eu vou participar de uma coisa legal sem ter que pagar!?” **Eu vejo muita gente que é trabalhador da região que pega coisas na horta. Quem frequenta aqui, não é só gente de classe alta que mora no entorno.** Entre não ter nada, mais um pedaço de gramado, e uma horta, acho que ter uma horta dá outra finalidade para a praça. [...] **Horta é geralmente coisa que não está associada à classe alta,** se você tem dinheiro, você tem um sítio seu, não vai ficar compartilhando mandioca, sabe? “Por que no meu tempo livre vou ficar plantando alface para os outros?” Algumas amigas minhas me perguntam por que eu faço isso. [...] Uma amiga super *socialite* foi lá na periferia onde ela ajuda e fez uma horta: comprou tudo, pagou tudo! Eu disse que não era bem isso [risos], mas já é uma coisa. [...] No meu prédio não gostam de planta [...], cisterna eu já consegui instalar. [...] Eu aprendi um monte de coisas aqui. [...] Não sou “ecochata”, mas colocar algumas prioridades... em vez de pintar o prédio, vamos colocar uma cisterna, ter água de reuso. [...]

⁴⁰² Informação fornecida por Thais Mauad em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 3 jul. 2015.

⁴⁰³ Informação fornecida por André Ruoppolo Biazoti em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jul. 2015.

⁴⁰⁴ Informação fornecida por Laura Wrona em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 17 jun. 2015.

Eu acho que, para mim, não tem volta. (HORICATO, 2015, informação verbal, grifo nosso.⁴⁰⁵)

É um bairro muito elitista, muito classe média mais para alta. Então, é engraçado ver umas pessoas passeando ali na praça mega arrumadas e, do outro lado, na horta, o pessoal se sujando todo, com umas roupas velhas. **Você vai para a periferia, tem muito mais horta, as pessoas plantam em casa, sim!** Falar que é coisa “hippie chique” da Vila Madalena não faz sentido. (LOPES, 2015, informação verbal, grifo nosso.⁴⁰⁶)

As questões concernentes às desigualdades sociais geralmente não aparecem nas principais pautas de discussão entre os voluntários da Horta das Corujas. A luta ativista está muito focada na demonstração constante de que a iniciativa pode transformar positivamente os usos do espaço público – o que inclui o diálogo permanente com o poder público, por intermédio do CADES-PI – e pode promover alterações na maneira de lidar com diversos assuntos de utilidade pública, tais como: o combate à dengue; o incentivo à compostagem doméstica; a não utilização de agrotóxicos e demais produtos industriais nos alimentos; o uso consciente da água; e todo um conjunto de práticas que envolvem maior conscientização enquanto aos recursos naturais. As problemáticas relacionadas à desigualdade social são pouco visíveis, uma vez que, no que diz respeito à renda, há maior homogeneidade entre os frequentadores mais assíduos da horta.

O diálogo entre pessoas de classes sociais muito diferentes é, portanto, esporádico nas Corujas. Inicialmente, uma das principais fontes de resistência de parte da vizinhança em relação à materialização da horta, segundo os depoimentos dos entrevistados, foi justamente a possibilidade da iniciativa atrair mendigos para a praça, evidenciando um discurso discriminatório e elitista. Ao longo de todo o período de pesquisa ativa em campo (2014-2016), houve apenas um episódio registrado em que os hortelões precisaram refletir e dialogar diretamente com a realidade da desigualdade paulistana: quando um morador de rua estava acampado na Praça das Corujas, em uma área junto aos fundos da horta – mas não dentro da horta (figura 114) –, e os voluntários, durante um mutirão de fim de semana, encontraram fezes humanas dentro da horta. Na ocasião, Claudia Visoni e Anya Teixeira recolheram as fezes e alguns hortelões pediram para que o morador de rua não usasse a praça como banheiro. Apesar de entrevistados já terem mencionado

⁴⁰⁵ Informação fornecida por Mity Horicato em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

⁴⁰⁶ Informação fornecida por Paula (Pops) Lopes em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 7 jul. 2015.

que um sem-teto às vezes dormia na praça e lavava roupa no Córrego das Corujas, o evento anteriormente narrado foi o único em que esta pesquisa o encontrou presencialmente: “Eu fico por aí, não é sempre que estou aqui e eu não entro aí [na horta]” (ANÔNIMO, 2016, informação verbal⁴⁰⁷).



Figura 114 – Em 9 de janeiro de 2016, havia um morador de rua estabelecido sob uma árvore na vertente da Praça das Corujas, bem próxima à cerca da horta (na “parte alta”). Na foto, sinais de uma fogueira (à esquerda) junto aos pertences do sem-teto (à direita) – vê-se uma garrafa de água pendurada na árvore e alguns pedaços de papelão. São Paulo/SP, Brasil. Foto de janeiro de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.

Contudo, o principal⁴⁰⁸ desafio e fonte de críticas dos frequentadores da Horta das Corujas é o sumiço de mudas de espécies perenes ou de espécies que, considerado um limite de tempo ou de vezes, têm capacidade de rebrotar. Este fato, por sua vez, não estaria relacionado à carência nutricional e econômica da maioria dos frequentadores, nem a nenhuma outra situação de vulnerabilidade social. As hipóteses apresentadas pelos voluntários foram: a falta de conhecimento de como e quando colher o vegetal desejado; a incapacidade de compartilhamento; o roubo de mudas para transplantar em outro canteiro na própria horta ou em casa. O

⁴⁰⁷ Informação fornecida por morador de rua durante mutirão em 9 jan. 2016.

⁴⁰⁸ Evidenciado nas entrevistas realizadas e mediante análise das postagens na página da horta no *Facebook* ao longo do ano de 2015.

desaparecimento de pés inteiros de manjeriço costuma ser a principal reclamação dos hortelões, que ainda elegem a referida espécie como sendo o principal alvo deste tipo de ação: “Muda de manjeriço não para lá, o povo adora. A gente cansa de plantar e o povo cansa de colher. Às vezes, o povo pensa que [...] a muda está lá para pegar, [...] não tem esse espírito de dividir, é meio cansativo isso” (DONADELLO, 2015, informação verbal⁴⁰⁹). “Tem uns roubos de muda, a gente não entende porque, mas ainda assim, a gente está apostando que é um aprendizado” (BUZZO, 2015, informação verbal⁴¹⁰).

Dentre as medidas para evitar a colheita incorreta estão as sinalizações dentro da horta, por intermédio de placas elucidativas (figuras 115, 116, 117 e 118), e as manifestações pelo *Facebook*, onde as pessoas postam reclamações, pedidos e “desabafam” sobre o desaparecimento de mudas que haviam plantado há pouco tempo. No entanto, pouco se pode fazer em relação às mudas colhidas incorreta ou precocemente. A única saída identificada, por meio da pesquisa de campo e da análise dos depoimentos, é o replantio ou a desistência: há voluntários que plantam incessantemente a espécie mais procurada, a fim de usar a insistência como mecanismo “didático” de chamar a atenção daqueles que, possivelmente, estariam levando as mudas; e há voluntários que apenas desistem de cultivar determinadas hortaliças sabendo que elas correm o risco de serem retiradas antes do tempo. A primeira alternativa, porém, é a mais frequente:

Isso é uma coisa que eu estou mudando: Eu fazia um pouquinho de rabanete, mas o trabalho que tem para fazer 10 ou 50 [mudas] é o mesmo, então eu vou fazer 50, encher aquilo lá de rabanete, e aí quando tiver rabanete, vai ter para todo mundo, não precisa ficar controlando se sumiu um rabanete ou não. (ORTIZ, 2015, informação verbal.⁴¹¹)

⁴⁰⁹ Informação fornecida por Fabíola Donadello em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 5 jul. 2015.

⁴¹⁰ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

⁴¹¹ Informação fornecida por Joana Ortiz em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.



Figuras 115 e 116 – Placas dentro de canteiros orientam a maneira mais apropriada de colher os vegetais e transmite mensagem afetuosa para os frequentadores. As placas costumam ser substituídas de tempos em tempos: feitas de madeira ou em papel plastificado, elas acabam se decompondo ou estragando por conta das intempéries. A voluntária Zilma Zakir costuma produzir as plaquinhas em madeira. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de setembro de 2015 (figura 115) e de janeiro de 2016 (figura 116). Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 117 e 118 – À esquerda, placa adverte: “Esta é uma horta comunitária, se colher alguma planta, deixe a raiz saudável para a *rebrotagem* [o rebrotamento ou a rebrotação]”. À direita, pedido para se colher as folhas antigas e de pés diferentes. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Localizada no interior da praça e com a cerca que a delimita, a Horta das Corujas acaba ficando mais resguardada e nem sempre é de fácil identificação para quem não está acostumado a frequentar o local (alguns voluntários relataram que, em sua primeira visita, se perderam ou tiveram dificuldades em encontrá-la). Apesar das indicações e explicações pregadas em um de seus portões de entrada (figura 119), há, ainda, aqueles que não veem a horta como um espaço convidativo e pertencente ao restante da área pública:

Eu não sei se eu entrar, alguém vai olhar feio, mas eu não me sinto à vontade em entrar, porque ela [a horta] não é minha, ela não me pertence. Tudo bem ela estar aqui, eu entendo essa parte de todo o movimento, das pessoas estarem se apropriando da cidade, até para outros tipos de relação com a cidade, você começa a ter um carinho pela cidade, acho isso

excelente. Mas, ao mesmo tempo, [...] não me sinto muito à vontade. (MENDONÇA, 2015, informação verbal.⁴¹²)



Figura 119 – Pregada no portão principal de entrada da Horta das Corujas, a grande placa traz diversas informações úteis aos frequentadores. Antigamente, estavam escritas as datas dos mutirões, mas como a dinâmica da horta foi se modificando com o tempo, e as datas impressas na placa tornaram-se desatualizadas, pregaram uma fita adesiva branca sobre tal informação e escreveram em caneta: “Todos podem colher. Importante: Não retire plantas da horta. O sumiço de mudas tem dificultado bastante nosso trabalho”. O quadro à direita, idealizado para que fosse preenchido com a escala de regas das “partes alta e baixa” da horta, nunca foi usado, preferiu-se fazer esta organização pelo próprio grupo da Horta das Corujas no *Facebook*. Lá, encontram-se todas as informações adicionais, bem como o nome dos voluntários que se propuseram a realizar a rega, associando-os aos dias da semana e à parte da horta onde é realizado o trabalho. Para facilitar a leitura, o arquivo que deu origem a esta placa está disponível no ANEXO O. São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Diferentemente das Corujas, a Horta da *City Lapa*, por exemplo, se localiza em uma passagem mais movimentada de pedestres e ainda costuma estar no caminho dos usuários dos trens metropolitanos, pois está na mesma rua da Estação Domingos de Moraes (pertencente à Linha 8–Diamante da CPTM). Isto a torna mais visível aos olhos dos transeuntes e, possivelmente, desperta outro tipo de relação entre os cidadãos comuns, os hortelões e o espaço público. Neide Rigo (2015,

⁴¹² Informação fornecida por Rebeca de Mendonça em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 fev. 2015.

informação verbal⁴¹³), pioneira da Horta da *City Lapa*, relata a evolução desde a desconfiança inicial de alguns moradores do entorno, até as relações que passou a presenciar no cotidiano:

Os vizinhos tinham muito medo aqui, falavam que não ia dar certo, porque as pessoas iam passar e roubar: “As pessoas vão depredar, as pessoas da estação”... Tem certo preconceito nisso, porque tem a estação de trem aqui perto. Bom, [...] as pessoas que passam aqui, da estação de trem – tem empregada doméstica, guarda, professor, tem de tudo que sai do trem e passa aqui, é um retrato da população de São Paulo – [...], você percebe a modificação do humor delas. Primeiro que, todas as vezes que eu estou aqui, elas passam, cumprimentam, me deixam mudinhas, elogiam, perguntam se tem tal planta medicinal que ela conhecia e nunca mais viu... [...] A coisa pegou e aqui ficou muito melhor, um espaço muito melhor do que era antes, adotaram a ideia. [...] Sempre que a gente está aqui, passa alguém [...] para conversar e elogiar⁴¹⁴. Então, você vê que mudou um pouquinho a relação com as pessoas [...]. Enfim, foi uma experiência positiva, e essa questão de ter as plantas úteis aqui é justamente para que as pessoas entrem, colem.

As características e os desafios da Horta das Corujas, portanto, não são necessariamente os mesmos para todas as demais hortas comunitárias em espaço público que existem na cidade de São Paulo. Visoni, por exemplo, também foi uma das idealizadoras da Horta do Ciclista, na Avenida Paulista (figuras 120, 121 e 122). Localizada quase no entroncamento com a Rua da Consolação, aquela horta nasceu em 2012, inspirada na experiência pioneira das Corujas e sem autorização prévia do poder público, confirmando a prática da guerrilha verde. Até 2016, a Horta do Ciclista se mantinha graças ao engajamento de ativistas, que a veem como uma ação simbólica por ter sido materializada na avenida mais emblemática da cidade de São Paulo. A fim de criar uma comparação entre duas experiências de agricultura urbana no Centro Expandido de São Paulo, Visoni e Buzzo tecem comentários que enfatizam a necessidade de diálogo com os moradores de rua da Avenida Paulista, situação bastante diferente daquela existente na Vila Beatriz:

Esta horta [a Horta das Corujas] é frequentada basicamente por classe média. [...] Na Horta do Ciclista é muito interessante. Ali, é um espaço público complicado. No primeiro mutirão, a gente encontrou seringa, vidro, camisinha, tudo que há de mais nojento tinha ali naquele canteiro, e a gente começou a tirar. De uns tempos para cá, tem um pessoal que mora lá. Um pessoal grande, umas cinco pessoas. Estava muito difícil trabalhar naquela horta, porque as pessoas estavam fazendo xixi e cocô na horta. [...]

⁴¹³ Informação fornecida por Neide Rigo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 15 jan. 2015.

⁴¹⁴ Justamente durante esta entrevista com Neide Rigo, realizada na própria Horta da *City Lapa*, interrompemos a gravação três vezes: (a) uma pessoa que vinha da estação de trem parou para conversar sobre a surpresa de ter uma horta junto à rua; (b) uma moradora da rua parou para bater papo e falar sobre a horta e jardinagem em geral; (c) um transeunte parou para pedir informação sobre determinado endereço.

Mas um dia, [...] um morador de rua disse que ia cuidar da horta, porque a gente tinha plantado boldo e era bom para tratar da ressaca dele. [...] Agora estamos plantando mais coisas medicinais, que [...] eles não têm acesso. [...] Os moradores de rua da [Avenida] Paulista começaram a encomendar coisas para a gente. [...] Muito interessante isso. [...] Aquela horta serve para um cara que está lá no Acre e ouviu dizer que o bacana é derrubar todas as árvores que ele tem no quintal e cimentar tudo, e consumir *Miojo*, que essa história de consumir capuchinha e ora-pro-nóbis já era. Mas, aí, ele vê que um pessoal lá na Avenida Paulista está retomando isso. A força é simbólica. É a força política. Do ponto de vista político, eu vejo essas hortas como um ponto de inflexão. A gente passou muitas décadas se afastando da terra, indo rumo a uma alimentação industrializada, desprezando o trabalho braçal... (VISONI, 2014, informação verbal⁴¹⁵)

Então, lá no Ciclista não é horta. Lá é uma apresentação do que pode ser feito, é muito pequeno, é uma demonstração. Preciso conversar com o social, e o social é mendigo. Para um pedaço daquela demonstração existir, precisa ter boldo, senão aqueles mendigos vão fazer cocô em cima. É boa essa conversa. O boldo é uma conversa social. E eu acho que a gente tem que ter isso bem esclarecido. Lá precisa plantar boldo para os mendigos ajudarem a cuidar daquela horta. [...] Ela é símbolo. [...] Aqui [na Horta das Corujas], a gente apresenta compostagem, formas de uso da água, é uma coisa mais completa. (BUZZO, 2015, informação verbal⁴¹⁶)



Figuras 120 e 121 – A Horta do Ciclista, na Avenida Paulista, tornou-se um grande cartão-postal para os ativistas, pois simboliza o cultivo de plantas alimentícias, aromáticas e medicinais em uma área de maior hostilidade, já que há intenso tráfego veicular, grande circulação de pedestres, maior probabilidade de pisoteio e de se tornar depósito de lixo etc. À esquerda, a placa avisa que os mutirões ocorrem no primeiro domingo de cada mês; à direita, frequentadores fazem aula de *yoga*, em evento especial organizado pelos voluntários em comemoração ao aniversário da cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro de 2015. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de maio de 2014 (figura 120) e de janeiro de 2015 (figura 1201). Crédito: Gustavo Nagib.

⁴¹⁵ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

⁴¹⁶ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.



Figura 122 – Boldo, taioba, milho, bertalha, manjeriçã, alecrim e muitas outras espécies cultivadas por ativistas em prol da agricultura urbana ampliam a diversidade do canteiro central sobre o túnel da Avenida Paulista, quase na esquina com a Rua da Consolação. O local também é ponto de encontro tradicional de ciclistas, por isso, passou a ser oficialmente denominada de “Praça do Ciclista”, em 2007, pela Lei Municipal nº 14.530 (PREFEITURA DE SÃO PAULO). São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A localização das hortas comunitárias se trata de uma questão estratégica para a divulgação da iniciativa ativista. Da mesma forma que Visoni (2015, informação pessoal⁴¹⁷) ressalta a simbologia de haver uma horta em plena Avenida Paulista, ela também prefere associar a Horta das Corujas ao bairro da Vila Madalena (em vez da Vila Beatriz), que já foi cenário e nome de telenovela da *Rede Globo*⁴¹⁸ – “uma bobagem que, no fundo, beneficiou principalmente os empreendimentos imobiliários” (SQUEFF, 2002, p. 161) –, e que, mais recentemente, foi um dos bairros mais frequentados e publicitados durante a Copa do Mundo no Brasil, em 2014, e nos carnavais dos últimos anos:

⁴¹⁷ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 dez. 2015.

⁴¹⁸ Telenovela de autoria de Walter Negrão, transmitida no horário das 19 horas, entre 8 de novembro de 1999 e 5 de maio de 2000.

Dessa forma, o aumento do volume de pessoas em torno dos bares e em busca de um local para se divertir indicou que a Vila Madalena se transformou em um palco da sociedade do espetáculo. [...] Nenhum outro bairro da zona oeste da cidade recebeu milhares de turistas como a Vila Madalena em dias de Carnaval. O mesmo aconteceu em tempos próximos dos jogos da Copa do Mundo. (VERRI, 2014, p. 37.)

Portanto, explorar a localização de uma horta comunitária na Vila Madalena, pegando carona na fama midiática que o bairro conquistou, é “um truque” para levar visibilidade ao ativismo: “a horta tem repercussão nacional, as pessoas de outros estados sabem onde é”; “é um jeito de localizar [a horta] na cabeça das pessoas” (VISONI, 2015, informação pessoal⁴¹⁹).

Neste sentido, de acordo com Squeff (2002, p. 39), a Vila Madalena, além da publicidade que lhe é feita e de sua exploração comercial enquanto “bairro boêmio”, também possui uma simbologia particular caracterizada pela sua história e por uma parcela de seus habitantes, que a torna diferente dos outros bairros de São Paulo (inclusive da vizinha Vila Beatriz): “Essa talvez seja a constatação que qualquer um faz em apenas alguns anos de convivência com a sua geografia e com a sua gente”.

A aparência dos hortelões urbanos também é outro importante instrumento de visibilidade do ativismo. O ato de calçar galochas, trajar roupas mais velhas e sujas de lama, usar um chapéu na cabeça, estar com as unhas sujas de terra, ter a mão calejada de pegar na enxada etc. também chama a atenção alheia e gera surpresa, pois “estar no lugar do agricultor, mexe com as pessoas”. Esta estética peculiar pode ser um mecanismo eficiente para quebrar preconceitos, contrapondo “o ideário que coloca o agricultor para baixo”, ou seja, a falsa concepção de que mexer com a terra não é uma atividade “para gente ‘bem-posta’” (VISONI, 2015, informação pessoal⁴²⁰).

A Horta das Corujas conta, por fim, com uma importante ajuda dos trabalhadores da equipe de manutenção e limpeza de praças e áreas verdes da Subprefeitura de Pinheiros, que, uma vez por mês, ao realizar o referido serviço na Praça das Corujas, também passam a máquina da capina dentro da horta. Buzzo é a principal intermediadora com a Subprefeitura e os trabalhadores da equipe de limpeza para que o serviço seja realizado com mais cuidado dentro da horta: tem-se que o combinado é não capinar a área de nascente, nem dentro dos canteiros,

⁴¹⁹ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 dez. 2015.

⁴²⁰ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 28 dez. 2015.

apenas nas áreas não cultivadas e nos caminhos, apesar das dificuldades de se estabelecer com muita precisão onde pode e onde não pode passar a máquina.

Sempre que eles vêm capinar a praça, eles entram na horta e também capinam a horta com cuidado. Capinam para não cortar nada. De vez em quando, cortam, mas não é a intenção. Eles pegam todas as folhas daqui e levam lá perto da composteira para a gente. A gente viveria sem eles? Olha, [...] [no período das] chuvas, a gente teve um bocado de trabalho para manter o mato durante um mês, cresce muito rápido. É um apoio muito legal. E é um conceito mais importante até. Porque, de repente, a gente consegue até controlar o mato, mas o conceito deles entrarem na horta, que está dentro de uma praça e é pública, e também limparem junto, é um conceito bom. (BUZZO, 2015, informação verbal.⁴²¹)

A gente já perdeu muitas plantas, mas é um trabalho muito pesado [tirar o mato muito alto]. Mas tem que ficar muito claro onde é canteiro e onde não é canteiro, isso é um dos trabalhos principais da gente, porque o pessoal vem com a máquina e já deceparam um monte de coisa. (VISONI, 2014, informação verbal.⁴²²)

Em entrevista realizada com os trabalhadores e o supervisor da equipe de manutenção e limpeza da Praça das Corujas (2015, informação verbal⁴²³), eles afirmaram que a horta é muito bonita, mas que não tinham o costume de colher nada. Uma de suas principais preocupações consistia em receber as instruções de forma clara e precisa para não arrancar, sem querer, algo que pudesse ter sido plantado pelos mantenedores da horta. O supervisor da equipe citou Buzzo como a pessoa que lhe passava as coordenadas do que deveria ser feito na horta, e que ela também estava muito atenta aos serviços em relação a toda a praça, citando como exemplo a instrução de não deixar bater as máquinas de poda nos troncos das árvores, para não machucá-las ou comprometê-las: daí surgiu a ideia de colocar uma cerquinha de pedacinhos de tronco ou de bambu junto à base das árvores (figuras 123, 124 e 125).

⁴²¹ Informação fornecida por Madalena Buzzo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 13 jan. 2015.

⁴²² Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 26 ago. 2014.

⁴²³ Informação fornecida pela equipe de manutenção e limpeza da Subprefeitura de Pinheiros, que atua na Praça Dolores Ibárruri, em entrevista coletiva (fornecida simultaneamente por onze pessoas: dez trabalhadores e um supervisor) exclusiva para Gustavo Nagib em 13 fev. 2015.



Figura 123 – Trabalhador passa a máquina na “parte alta” da Horta das Corujas. Apesar do cuidado, nem sempre é possível garantir que as PANC não serão atingidas pelo cortador. São Paulo/SP, Brasil. Foto de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 124 – Trabalhadores capinam a “parte alta” da Horta das Corujas. Eles costumam deixar seus equipamentos e ferramentas na “parte baixa”, onde é plano e há mais espaço. Neste dia de verão, o mato estava bem alto, devido às chuvas mais frequentes e ao calor. A ajuda da equipe de limpeza reduz consideravelmente o trabalho de manutenção dos voluntários, que precisariam fazer a capina pesada apenas com enxadas e tesourões, uma vez que nenhum voluntário possui aparelhos movidos a combustível ou bateria e não há fonte de energia na Praça. São Paulo/SP, Brasil. Foto de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 125 – Trabalhadores da equipe de manutenção e limpeza de praças e áreas verdes da Subprefeitura de Pinheiros. Eles vão de *Kombi* até a praça (que fica estacionada na “parte alta”) e sempre carregam consigo: garrafas de água para beber, suas ferramentas e equipamentos de trabalho e um pequeno galão de gasolina, para abastecer o cortador de grama. São Paulo/SP, Brasil. Foto de fevereiro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Ao acompanhar parte da jornada de trabalho da equipe, constatou-se que não existe uma real integração dos trabalhadores com o espaço da horta ou mesmo da praça de maneira geral. Conforme declaração de um deles (2015, informação verbal⁴²⁴): “Não tem uma relação muito íntima com a praça porque a gente capina praça o dia inteiro, o tempo todo, e não moramos no bairro”. Os trabalhadores não se sentiram incomodados em responder às perguntas desta pesquisa e, inclusive, mostraram curiosidade sobre o tema estudado e vontade de contar sobre o trabalho que realizam diariamente. Quando questionados de quem é a horta, houve três respostas distintas: (a) três trabalhadores disseram que não sabiam; (b) outros três disseram que é dos moradores; (c) e quatro membros da equipe disseram que é de todo mundo, justificando que a horta (ou a praça) é pública. A maior parte dos trabalhadores afirmou morar na zona leste de São Paulo e que, em seu bairro, o serviço de limpeza de praça da Prefeitura é o mesmo: “Não é porque este é um

⁴²⁴ Informação fornecida pela equipe de manutenção e limpeza da Subprefeitura de Pinheiros, que atua na Praça Dolores Ibárruri, em entrevista coletiva (fornecida simultaneamente por onze pessoas: dez trabalhadores e um supervisor) exclusiva para Gustavo Nagib em 13 fev. 2015.

bairro melhor, que o cuidado é melhor. As empresas são contratadas [terceirizadas] e seguem o mesmo padrão” (2015, informação verbal⁴²⁵).

De maneira geral, os trabalhadores disseram que a horta alivia o trabalho deles, já que apenas tiram “o mato dos caminhos e do entorno dos canteiros”⁴²⁶ significando uma área menor de capina no conjunto total da praça. Comentaram, ainda, que há moradores que também plantam flores ou fazem jardins em outras áreas verdes públicas, cuja relação acaba sendo mais ou menos a mesma com a que existe na Horta das Corujas, mas “horta mesmo, só conhecemos essa”⁴²⁷. Segundo o supervisor, uma praça como a Dolores Ibárruri, com mais de 20.000 m², a equipe demora entre três a quatro dias para fazer o serviço completo, mas que a horta demora, no máximo, uma hora para ser capinada. Afirmou, ainda, que nunca receberam nenhum pagamento extra ou “caixinha” pelo serviço realizado na horta, mas que Buzzo sempre lhes oferece algo de comer e água gelada. No segundo semestre de 2015, entretanto, a equipe de manutenção e limpeza da praça parou de entrar na horta devido ao grande número de PANC e dos novos canteiros que haviam sido abertos, e a responsabilidade de capinação da horta passou a ser exclusivamente dos próprios hortelões: “Se continuarem capinando com máquina, vão levar todas as PANC embora” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal⁴²⁸). Em postagem no *Facebook*, Visoni (2015)⁴²⁹ chegou a mobilizar os demais frequentadores:

QUEM VAI NA HORTA AMANHÃ DE MANHÃ?

O pessoal da capina da Prefeitura está por lá e precisamos que sejam avisados para NÃO CAPINAR a horta. Finalmente nós conseguimos ocupar todo o espaço então não precisamos mais dessa ajuda. O risco é o pessoal entrar na horta e decepar as PANC, acabar com a área de proteção da nascente. É fácil identificar, pois eles andam com roupa laranja e roçadeira na mão. É só chegar e falar que é voluntário da horta, agradecemos a ajuda, mas não é para capinar dentro da cerca em lugar nenhum. Aproveite para convidá-los para passear na horta e pegar uns temperos (sem arrancar nada). Pode ser? Quem ajuda????????? Todos os 2.585 membros desse grupo estão convidados a dar uma força nesse momento.

⁴²⁵ Informação fornecida pela equipe de manutenção e limpeza da Subprefeitura de Pinheiros, que atua na Praça Dolores Ibárruri, em entrevista coletiva (fornecida simultaneamente por onze pessoas: dez trabalhadores e um supervisor) exclusiva para Gustavo Nagib em 13 fev. 2015.

⁴²⁶ Ibid.

⁴²⁷ Ibid.

⁴²⁸ Informação fornecida por declaração espontânea de voluntário(a) da Horta das Corujas durante mutirão em 22 nov. 2015.

⁴²⁹ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 23 set. 2015, no grupo “Horta das Corujas”, na rede social *Facebook*.

Consumir é seguro?

Uma das principais preocupações referentes à produção de alimentos em espaços públicos intra-urbanos concerne à sua real segurança sanitária e os possíveis riscos a que os seus consumidores estariam expostos. Como exposto anteriormente (Capítulo 1), o compartilhamento do ar, da água e do solo em áreas densamente povoadas eleva o grau de atenção e preocupação dos diferentes setores da sociedade (SMIT; NASR; RATTA, 2001). Existem, ainda, preocupações quanto à reprodução de mosquitos e demais transmissores de doenças (vetores), especialmente em São Paulo – e no Brasil de maneira geral – com a elevada incidência de casos de dengue, chikungunya e zika, moléstias virais transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*.

No entanto, associar as hortas urbanas ao aumento dos casos de doenças e contaminações, ou tê-las como sinônimo de ambientes insalubres, muitas vezes relaciona-se à falta de informação e pode potencializar preconceitos ou disseminar falsos prognósticos, já que as reais causas dos problemas de saúde ou a exposição a eles geralmente se associam às precariedades infraestruturais, tais como a ausência de saneamento básico e demais cuidados com a qualidade e o manejo dos recursos naturais (SMIT; NASR; RATTA, 2001).

Três fontes de contaminação foram levantadas para investigar a situação da Horta das Corujas: poluição do ar, da água e do solo. Em relação à poluição atmosférica, revela-se pertinente a preocupação quanto à acumulação de metais pesados⁴³⁰ nos vegetais cultivados, já que o intenso tráfego veicular e outras atividades (a exemplo da industrialização) liberam grandes quantidades de metais pesados no ambiente urbano, podendo acumular-se nas espécies que serão ingeridas pelos cidadãos. Neste sentido, as barreiras físicas são mecanismos eficientes para a proteção dos poluentes que atingiriam diretamente as hortas, dentre eles, muros e demais estruturas, e a vegetação, tais como árvores ou trepadeiras que façam o cercamento das hortas urbanas (HOFFEN; SÄUMEL, 2014).

⁴³⁰ Segundo Alleoni (2007), os metais pesados constituem um grande grupo de elementos químicos com número atômico maior que 20, sendo que alguns são essenciais às plantas (dependendo da concentração) – a exemplo do ferro, zinco, cobre, níquel, manganês –, e outros são tóxicos em qualquer concentração – a exemplo do arsênio, chumbo, cádmio, mercúrio, alumínio e prata.

Amato-Lourenço (em fase de elaboração⁴³¹) vem desenvolvendo pesquisa pela FMUSP acerca da concentração de metais pesados provenientes de deposições atmosféricas nos vegetais em hortas comunitárias da cidade de São Paulo. Segundo o pesquisador, os riscos na capital paulista estariam associados, destacadamente, à poluição do ar pelo tráfego veicular, uma vez que a frota circulante de caminhões e ônibus é muito grande dentro da cidade. Para a realização da pesquisa, foram selecionados dois vegetais que tendem a acumular elementos contaminantes atmosféricos e que estão presentes em grande parte das hortas comunitárias: a couve (que também costuma ser consumida crua pelos cidadãos) e o espinafre (figuras 126 e 127).



Figuras 126 e 127 – À esquerda, bombona com espinafres e algumas tagetes (flores) é deixada na Horta das Corujas pelo pesquisador Amato-Lourenço, da FMUSP. Na placa (à direita) fincada junto ao experimento, lê-se: “Estas plantas fazem parte de uma pesquisa que estudará os efeitos da poluição do ar nas hortas urbanas de São Paulo. Elas estão sendo cuidadas por um voluntário desta horta, que as rega periodicamente. Pedimos por favor não mexer, regar, adubar ou coletar estas hortaliças!!! Obrigado pela colaboração! [...]”. Durante o prazo em que a bombona foi deixada na horta, não houve nenhuma interferência dos frequentadores no experimento. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de agosto de 2014. Crédito: Gustavo Nagib.

Segundo o referido pesquisador⁴³², este estudo que vem sendo desenvolvido, que isola a água e o solo para medir a acumulação de metais pesados nos vegetais de hortas urbanas, é muito novo. Em outros países, tem sido analisado o solo e a partir daí, faz-se a comparação com os poluentes atmosféricos presentes no meio urbano. Especificamente sobre a Horta das Corujas, onde os estudos de análise também têm sido realizados, já se verificou uma característica bem distinta das demais hortas de São Paulo: a grande presença de árvores ao seu redor. Localizada

⁴³¹ AMATO-LOURENÇO, L. F. Determinação das concentrações de metais-traço provenientes de deposições atmosféricas em hortas urbanas na cidade de São Paulo (título provisório). Tese em elaboração, 2016.

⁴³² Ibid.

no interior da Praça Dolores Ibárruri, as espécies arbóreas funcionam como obstáculos verticais para reduzir a incidência de poluentes atmosféricos nos cultivos da horta, pois as partículas se chocam nos troncos e nas folhas das árvores e diminuem sua concentração nas hortaliças, além de que a horta não está situada nas proximidades de grandes avenidas, onde há maior densidade de veículos (mapa 1, p. 160).

Para o estudo da FMUSP, a couve e o espinafre, após a exposição nas hortas e aos possíveis poluentes atmosféricos locais, foram coletados em três períodos distintos: com 30, 60 e 90 dias. Segundo Amato-Lourenço (em fase de elaboração⁴³³), quando se compara ao que é adquirido nos supermercados, os valores de acúmulo de metais pesados nas hortaliças com até 30 dias⁴³⁴ de exposição foram bem baixos nas amostras da Horta das Corujas (a pesquisa não havia detectado nenhuma acumulação do que poderia apresentar risco à saúde), o que leva à conclusão de que, quanto mais tempo a planta está exposta, maior a concentração de metais pesados nas raízes, talos e folhas. Portanto, poder-se-ia dar preferência, na escolha do que será cultivado em hortas urbanas, às plantas de ciclo rápido (que são colhidas em até 30 dias); outra opção seria cultivar aquilo que se consome em menor quantidade absoluta, a exemplo dos temperos.

O pesquisador⁴³⁵ ressalta que as informações levantadas são referentes à couve e ao espinafre, que tendem a acumular mais metais pesados, e que o cenário no qual se fez a coleta de dados é realmente pessimista, pois os estudos foram realizados durante o inverno, que é um período crítico em relação à poluição atmosférica por se tratar da estação seca em São Paulo. Salieta-se, ainda, que muitas áreas produtoras de alimentos localizadas fora dos centros urbanos também estão próximas de rodovias, onde há grande número de caminhões circulando, ou de áreas industriais; então, não se pode admitir, sem prévia pesquisa, que as espécies cultivadas em qualquer horta urbana apresentam, indiscriminadamente, maior concentração de metais pesados.

Hoffen e Säumel (2014) destacam que, além da importância de ter árvores como proteção (obstáculos verticais) no entorno de hortas urbanas, as hortaliças

⁴³³ AMATO-LOURENÇO, L. F. Determinação das concentrações de metais-traço provenientes de deposições atmosféricas em hortas urbanas na cidade de São Paulo (título provisório). Tese em elaboração, 2016.

⁴³⁴ Até o primeiro trimestre de 2016, Amato-Lourenço ainda não possuía os resultados completos e definitivos de sua pesquisa, limitando a informação acerca do período de 30 dias.

⁴³⁵ Ibid.

folhosas tendem a acumular mais metais pesados – vagens, tubérculos e frutas acumulam muito menos metais pesados, mesmo em solo contaminado – e, por isso, elas devem ser cultivadas mais no interior da horta. Portanto, uma disposição territorial mais segura das espécies comestíveis seria: árvores frutíferas fazendo o cercamento da horta; seguidas pelos feijões e vagens; depois viriam os tubérculos; e as demais hortaliças seriam cultivadas no centro da horta.

No que tange à poluição da água na Horta das Corujas, foram realizadas análises junto à CETESB: primeiramente, realizou-se o teste de coliformes fecais, mediante coleta simples (em que a água a ser analisada pode ser coletada por qualquer pessoa) e posterior encaminhamento à referente companhia estadual, o qual foi pago pelos hortelões (conforme mencionado anteriormente); e, entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013, uma articulação encabeçada pelas voluntárias Visoni, Mauad, Canêdo, Salles, Cenamo, Hart e Buzzo – mediante o CADES-PI e o envio de carta ao então diretor-presidente da CETESB (ANEXOS P e Q) – foi fundamental para garantir, junto à companhia estadual, um teste completo sobre a qualidade e as características da água presente na Horta das Corujas (coletada na maior e principal cacimba da horta por agente público responsável – figura 128). As conclusões da CETESB – emitida em carta e relatório completo aos voluntários anteriormente citados (ANEXOS R e S) – asseguraram o uso da água examinada para fins de irrigação a hortaliças e frutas que são consumidas cruas. Apesar da boa qualidade para a rega e as demais necessidades da horta, isso não garante que a água das cacimbas seja potável, já que outros fatores se relacionam à garantia da qualidade para consumo humano, tais como frequência de chuvas, mistura com materiais provenientes do solo etc. Cabe lembrar, ainda, que o Córrego das Corujas, que margeia a Praça Dolores Ibárruri e recebe as águas do escoamento superficial da praça em dias de chuva, passou pelo Programa Córrego Limpo, o que supostamente assegura que as suas fontes de despejo (que incluem as águas provenientes da horta) não estão contaminadas. Em abril de 2016, Visoni (2016)⁴³⁶ publicou no grupo da Horta das Corujas, no *Facebook*, que ela própria refizera a coleta, conforme orientação dos técnicos da CETESB, e a referida companhia estadual, gratuitamente, analisou novamente as águas das cacimbas da

⁴³⁶ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 16 abr. 2016, no grupo “Horta das Corujas”, na rede social *Facebook*.

horta: os resultados, segundo a ativista, continuaram com a mesma classificação de 2013, ou seja, próprias para o rega de hortaliças.



Figura 128 – Em março de 2013, agentes da CETESB coletam água da principal cacimba da Horta das Corujas para realizar a análise. O processo de pedido, análise e resultado se estendeu de novembro de 2012, quando foi endereçada a carta dos voluntários da horta ao diretor-presidente da companhia estadual, até abril de 2013, quando saiu o relatório final e definitivo indicando a boa qualidade daquela água para fins de rega e posterior consumo de hortaliças e frutos crus. São Paulo/SP, Brasil. Foto de março de 2013. Crédito: Sasha Tom Hart.

As cacimbas e a área de nascente da Horta das Corujas também já foram alvo de fiscalização pelos agentes de saúde da Prefeitura de São Paulo, que fazem o controle dos focos de dengue no município. Em 25 de abril de 2015 e em 5 de março de 2016, os agentes municipais asseguraram (2015; 2016, informação verbal⁴³⁷) que não havia focos de dengue na área da Horta das Corujas, uma vez que as cacimbas possuem peixes, que se alimentam das larvas (trata-se do controle biológico⁴³⁸ do vetor das doenças virais dengue, chikungunya e zika), e plantas com raízes aquáticas (espécies hidrófilas), que asseguram a qualidade da água para a sobrevivência dos peixes. Em uma cacimba menor, onde os peixes não

⁴³⁷ Informação fornecida por agentes da Prefeitura de São Paulo em 25 de abril de 2015 e em 5 de março de 2016, durante visita e fiscalização na Horta das Corujas.

⁴³⁸ “Controle de pragas exercido por organismos vivos”. (WATANABE; MELO, 2006, p. 3.)

sobreviveram após as tentativas dos hortelões em criá-los ali, aconselhou-se que ela ficasse tampada com tela para dificultar o possível acesso de mosquitos. Na horta, também foi instalada placa explicativa junto à maior e principal cacimba e os “postezinhos” que amparam são periodicamente vistoriados e preenchidos com areia e tampados com sacos plásticos (figuras 129, 130, 131, 132 e 133).



Figuras 129 e 130 – À esquerda, junto a maior cacimba da Horta das Corujas, voluntária Andrea Pesek (de branco) recebe agentes da Vigilância Sanitária para fiscalização de possíveis focos de dengue. Após a inspeção, não foram encontradas larvas do mosquito. À direita, placa junto a maior cacimba da Horta das Corujas diz: “Esta cacimba ajuda a combater a dengue! A cacimba da Horta das Corujas possui peixes (lebistes) que se alimentam das larvas do mosquito da dengue. O uso de lebistes para combater focos de dengue é reconhecido pela EMBRAPA como o método mais natural e eficaz que existe. Para evitar focos de dengue, não deixe acumular água em latas, embalagens, copos plásticos, tampinhas de refrigerante, pneus velhos, vasinhos de planta, jarros de flores, garrafas, lajes, tambores, latões, sacos plásticos, lixeiras. Mantenha sempre tampadas caixas d’água, cacimbas e cisternas”. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de março (figura 129) e de abril (figura 130) de 2016. Crédito: Pops Lopes (figura 129) e Gustavo Nagib (130).



Figura 131 – *Close* da água da maior cacimba da Horta das Corujas, onde é possível visualizar os peixinhos que ali habitam e não deixam as larvas dos mosquitos se reproduzirem, já que, delas, se alimentam. São Paulo/SP, Brasil. Foto de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 132 e 133 – Como os “postezinhos” aos quais o arame se prende para estruturar a cerca da Horta das Corujas são abertos, pode haver acumulação de água em seu interior. Por isso, voluntários adotaram duas medidas: preenchê-los com areia ou tampá-los com sacos plásticos. Como o plástico pode furar com facilidade, a areia acabou sendo o método mais utilizado (e também menos agressivo ao meio ambiente, já que o plástico pode se soltar e se misturar ao solo da horta). São Paulo/SP, Brasil. Fotos de maio de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

Apesar da horta não possuir criadouros do *Aedes aegypti*, em todos os trabalhos de campo e entrevistas realizados na horta ou na praça, pesquisador e demais atores envolvidos na pesquisa foram picados por mosquitos, transparecendo queixas: “Realmente, tem muito pernilongo aqui... vai saber se é da dengue?!” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal⁴³⁹). Houve o relato de vizinhos da praça que diversos moradores do entorno já tinham contraído a doença, e que a área aberta do Córrego das Corujas concentrava focos do mosquito (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, informação verbal⁴⁴⁰). Por isso, a Prefeitura realiza a pulverização de inseticida (popularmente conhecido por “fumacê”) como medida de combate ao mosquito. Entretanto, o uso de veneno pode contaminar os alimentos cultivados na Horta das Corujas, além de colocar as abelhas sem ferrão do meliponário em constante risco de extermínio. Buzzo, que é vizinha à horta e conselheira do CADES-PI, costuma orientar os agentes municipais a não utilizarem o fumacê dentro da horta, além de avisar o dia da nebulização aos hortelões pelo *Facebook*. Demais moradores do entorno da praça também costumam avisar, pelo grupo da horta no *Facebook*, caso saibam a data do fumacê, a fim de que se possam tomar medidas preventivas, como fechar as entradas das colmeias do meliponário:

Pessoal, moro ao lado da Horta, na Rua Juranda. Hoje é sábado, dia 2 [de abril de 2016] e acabou de passar aqui o agente sanitário dizendo que entre terça e quinta desta semana vai acontecer a aplicação de veneno aqui na rua. É o momento de tirar as abelhas da horta? (PARANHOS, 2016.⁴⁴¹)

Em campanha ativista contra o uso do fumacê, os voluntários da Horta das Corujas e conselheiros do CADES-PI, Claudia Visoni (quem recolheu as assinaturas pelo *Facebook*), Madalena Buzzo, Sasha Hart e Thais Mauad, elaboraram uma carta para o Comitê da Dengue da Subprefeitura de Pinheiros (ANEXO T), demonstrando preocupação quanto ao uso de inseticidas e solicitando informações sobre as datas de aplicação do fumacê, o prazo de carência para o consumo das hortaliças presentes na horta e a utilização da água local para a rega dos canteiros. Apesar da horta não ser um foco específico de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, as ações de combate ao vetor da dengue, chikungunya e zika, mediante o uso de

⁴³⁹ Informação fornecida por declaração espontânea de voluntário(a) da Horta das Corujas durante mutirão em 22 nov. 2015.

⁴⁴⁰ Informação obtida a partir de conversa informal com servidor da Subprefeitura de Pinheiros, cujo anonimato foi mantido por desejo do referido informante, em telefonema realizado em 18 de março de 2016.

⁴⁴¹ Informação obtida a partir de postagem pública de Neuza Paranhos, em 2 abr. 2016, no grupo “Horta das Corujas”, na rede social *Facebook*.

inseticidas, ameaçam a qualidade das hortaliças (cultivadas pelos voluntários segundo princípios da agricultura orgânica) e podem comprometer a saúde de quem as consome, uma vez que não há informações oficiais amplamente divulgadas sobre os riscos reais dos inseticidas utilizados.

Segundo a Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN, 2016), a pulverização tem sido realizada mediante aplicação do inseticida *Malathion*, que pode apresentar riscos à saúde humana, destacadamente a quem o aplica ou está em contato direto com o produto químico. Reconhece-se, ainda, que a aplicação indiscriminada, geralmente por meio de equipamento acoplado a viaturas para fumacê em vias e espaços públicos, leva à resistência do mosquito, como já ocorreu com a *Cipermetrina*, outro químico que era usado até os anos 2000 e que não tem sido mais eficaz para o extermínio do inseto. Especificamente à Horta das Corujas, o uso de *Malathion* pode gerar riscos à saúde daqueles que venham a consumir hortaliças por ele atingidas ou, ainda, aumentar a mortalidade de insetos úteis ao controle biológico de pragas na horta, como é o caso das joaninhas (que se alimentam de pulgões⁴⁴²), e à polinização, a exemplo das abelhas sem ferrão que habitam o meliponário local. Contudo, em resposta à carta dos conselheiros do CADES-PI, a Supervisão Técnica de Saúde Lapa-Pinheiros (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, informação pessoal⁴⁴³), informou “que apesar dos esforços de todos e das etapas previstas terem sido cumpridas”, não conseguiu “conter a transmissão da dengue na área próxima à Avenida das Corujas”, e que “o último recurso” seria realizar a nebulização por três dias na região próxima ao trecho aberto do córrego (mapa 1, p. 160). Em ato simbólico para demonstrar a insatisfação em relação à atitude do poder local, Visoni (2016)⁴⁴⁴ organizou um evento público pelo *Facebook*, intitulado “Homenagem aos bichinhos da horta” para o fim de semana posterior à aplicação do *Malathion* na região (dia 10 de abril de 2016):

⁴⁴² Segundo Watanabe e Melo (2006, p. 3), as joaninhas “são besourinhos (cerca de 8 cm de comprimento) que matam pulgões, cochonilhas [insetos de c. 5 mm de comprimento], tripés [insetos de c. 3 mm de comprimento], ácaros e moscas brancas. São muito úteis nas hortas e não devem ser destruídas ou confundidas com pragas”.

⁴⁴³ SALVADOR, A. P. Mensagem recebida por guganagib@icloud.com em 3 abr. 2016. A mensagem foi enviada pelo supervisor técnico de saúde da Lapa e Pinheiros (em nome da Supervisão Técnica de Saúde Lapa-Pinheiros da Prefeitura de São Paulo) para a lista de e-mails dos conselheiros e suplentes do CADES-PI.

⁴⁴⁴ Informação obtida a partir de postagem pública de Claudia Visoni, em 5 abr. 2013, no grupo “Hortelões Urbanos”, na rede social *Facebook*.

Apesar das solicitações dos voluntários da horta e moradores do entorno da Praça das Corujas, foi feita uma nebulização com veneno forte na região essa semana. Com isso as populações de abelhas, libélulas, joaninhas, borboletas e pássaros foram gravemente atingidas. Profundamente entristecidos com essa forma de combater o *Aedes aegypti*, que consideramos ineficiente e prejudicial inclusive à saúde humana, convidamos para um encontro de cuidados com a horta e meditação. Que esses lindos seres perdoem a ignorância e brutalidade de alguns humanos e voltem a proteger e iluminar nossas hortas. Iniciaremos o encontro regando e fazendo a manutenção dos canteiros. A meditação acontecerá perto do momento do pôr do Sol.

Por fim, no que se refere à poluição do solo na área em que está localizada a Horta das Corujas, esta já se configurou uma das primeiras preocupações dos voluntários e, inclusive, foi uma das dúvidas que apareceu na primeira reunião marcada na praça em 14 de julho de 2012. Além das pioneiras da horta e conselheiras do CADES-PI Buzzo, Canêdo e Visoni terem obtido a informação informal da SVMA e da CETESB de que o solo não seria contaminado por metais pesados, a preocupação com a possível presença de fezes animal – seja de animais de estimação que passeiam na praça, ou que eram criados por Felipe Martins no passado – estimulou o plantio inicial em páletes (figuras 134 e 135). Dessa forma, os primeiros cultivos iniciaram suspensos ao solo da praça:

Teve duas razões para a gente optar por canteiros elevados, não fazer direto no solo, fazer elevado: do ponto de vista da qualidade da terra, a gente sabia o que estava pondo lá, a gente trazia terra de fora, com procedência que a gente conhecia; do ponto de vista do trabalho, era muito menos trabalhoso, do que ficar tentando abrir esse solo aqui [da Praça das Corujas]. (CANÊDO, 2015, informação verbal.⁴⁴⁵)



Figuras 134 e 135 – Em 2012, logo que a Horta das Corujas se materializou, os cultivos eram realizados predominantemente em páletes, que são estruturas suspensas de madeira ou compensado. Dessa forma, não havia contato direto entre as plantas e o solo da praça. À esquerda, os primeiros cultivos de hortaliças e a abertura diretamente no solo dos primeiros canteiros junto à cerca, na “parte baixa” da horta; à direita, voluntárias trabalhando na montagem, no cultivo e na manutenção dos canteiros em páletes. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de 2012. Crédito: Miriam Isabel Cenamo Salles.

⁴⁴⁵ Informação fornecida por Joana Canêdo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 30 jun. 2015.

Como o solo urbano costuma ser duro e compactado, criar uma camada de solo novo sobre o original da praça, desde a materialização da horta, foi uma alternativa que viabilizou o manejo cotidiano com os plantios realizados. Além de conhecer a origem do solo – com terra comprada em lojas especializadas ou doada por voluntários –, ele era muito mais macio e fácil de manusear. Desde 2013 que os páletes e outros suportes suspensos foram abandonados e o plantio se realiza diretamente no solo. No entanto, já foram criadas muitas camadas de solo novo sobre o original, o que dificultaria uma possível contaminação proveniente do assoalho original da praça, ao mesmo tempo que também se torna difícil conhecer com precisão a procedência da terra usada no momento presente (já se perdeu o controle de sua origem, pois cada frequentador pode ter despejado alguma quantidade de terra nova por livre e espontânea vontade). Por isso, Sasha Hart (2015, informação pessoal⁴⁴⁶), geólogo e frequentador da horta, considera que este seria um ponto que ainda falta à Horta das Corujas: promover monitoramentos mais frequentes do solo. Por outro lado, Neide Rigo (2015, informação verbal⁴⁴⁷), nutricionista e pioneira da Horta da *City Lapa*, dá ênfase à quantidade do que é ingerido proveniente de hortas urbanas e estabelece uma comparação com o que é proveniente dos supermercados:

Se fosse uma coisa isolada, se você fosse só consumir isso, mais nada, essa fosse a fonte exclusiva de alimentação, aí ficaria preocupada. Mas usar uma folhinha ou outra de manjerição... perto do que a gente come, do que está disponível hoje para a gente nos supermercados, isso não é nada, né? Se tiver uma coisa produzida num lugar que não tenha poluição ambiental, é lógico que é bem melhor. Agora, uma pimentinha, umas folhinhas, isso aí vai ser uma gotinha no oceano.

As precauções com fezes animais são, basicamente, a cerca de um metro de altura que faz a proteção da horta e a confiança de que os frequentadores não deixarão que seus animais de estimação entrem na área de cultivo. Em todos os trabalhos de campo realizados, nunca se presenciou, dentro da horta, cachorros, gatos ou qualquer outro animal que pudesse causar risco de contaminação fecal real aos alimentos. Segundo Sarabia (2015, informação verbal⁴⁴⁸):

Veio uma mulher, um dia em que eu estava aqui, falar que no final da tarde, ali perto da composteira, ficava cheio de rato. Aí, eu vinha sempre no final do dia para ver, e nunca via esses ratos [risos]. [...] Eu comentei só

⁴⁴⁶ HART, S. T. Mensagem recebida por gustavo.nagib@usp.br em 15 jul. 2015.

⁴⁴⁷ Informação fornecida por Neide Rigo em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 15 jan. 2015.

⁴⁴⁸ Informação fornecida por Pâmela Sarabia em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 2 jul. 2015.

com a Claudia [Visoni] em “off”, não ia jogar no grupo, para não fazer um estardalhaço, que a mulher falou que tinha rato, mas eu nunca vi. A Claudia falou que também nunca viu. Por isso, já não é permitido não jogar comida [na composteira], para não atrair esse tipo de animal.

Houve, ainda, a utilização de pneus, por aproximadamente de dois anos e meio, na Horta das Corujas. Eles foram usados como suporte de canteiros ou para improvisar escadas entre a “parte baixa” e a “parte alta” da horta. No segundo semestre de 2015, Visoni iniciou, no *Facebook*, uma campanha pela retirada dos pneus com base em estudos e reportagens sobre os malefícios ambientais e para a saúde humana que eles poderiam causar. Segundo Brown (2007), os materiais contidos na borracha industrial contaminam a água, o solo e podem estar associados a problemas dermatológicos, oftalmológicos e a tipos de câncer. Por isso, não se recomenda o uso de pneus em atividades ligadas à jardinagem, que, segundo o referido autor, ainda possuem elevado teor de zinco – elemento essencial às plantas, mas que em excesso torna-se tóxico.

Paralelamente à possível toxicidade dos pneus, estes, ao serem aleatoriamente deixados na horta por frequentadores que não os destinam à imediata função (preenchimento com terra para servirem como suporte de canteiro ou como degrau para vencer os desníveis do terreno), podem acumular água em seu interior e se tornarem criadouros de larvas de mosquitos. Após a campanha de Visoni pela retirada dos pneus, a iniciativa teve, enfim, adesão maciça dos hortelões, e aqueles poucos que acabaram permanecendo na horta são os que estavam fixados muito profundamente ou que amparavam espécies arbóreas, a exemplo dos mamoeiros (figuras 136, 137 e 138).



Figura 136 – Em 2012, logo no início da Horta das Corujas (nota-se que o cercamento ainda não havia sido feito e a área era um extenso gramado) pneus foram preenchidos de terra e utilizados como canteiros. Muitos deles resistiram ao tempo e acabaram sendo agregados à paisagem da horta, mesmo com a campanha pela sua retirada ou substituição. Na foto, Visoni (a primeira da esquerda) e Buzzo (a primeira da direita) posam com outras duas voluntárias. São Paulo/SP, Brasil. Foto de setembro de 2012. Crédito: Miriam Isabel Cenamo Salles.



Figuras 137 e 138 – À esquerda, cachorro do lado de fora da horta; Branca de Neve e os sete anões em área próxima aos canteiros utilizados pelas crianças; canteiro recém-preparado por este pesquisador, com terra nova e algumas mudas de inhame; e um pneu que, até 2016, permanecia na Horta das Corujas, pois dois mamoeiros estavam plantados dentro dele. À direita, pneus que até meados de 2015 ainda serviam de canteiro na “parte alta” da horta, “recheados” de PANC. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

A diversidade de espécies

Uma das preocupações iniciais desta pesquisa consistiu em listar as espécies úteis (cultivadas ou espontâneas) presentes na Horta das Corujas. Entretanto, a dinâmica da horta não permite uma relação exata e imutável do que nela existe, pois se trata de uma iniciativa comunitária sem regras oficiais a serem cumpridas, além da grande rotatividade de frequentadores e voluntários que: depositam sementes aleatoriamente; lançam bolas de semente (muitas vezes, sem saber exatamente todas as sementes que nelas inseriram); transferem espécies de lugar, não sendo possível o acompanhamento pleno de seu desenvolvimento; colhem incorretamente ou levam mudas embora; entre outras razões.

Por isso, além da identificação de espécies durante os trabalhos de campo, buscou-se: limitar esta análise presencial para o período de julho de 2014 a agosto de 2015; consultar os hortelões sobre o que eles já haviam cultivado na Horta das Corujas; e utilizar o levantamento de PANC da Horta das Corujas elaborado por Ranieri (2015). A seguir, apresentar-se-á esta relação de espécies que pretende, sobretudo, demonstrar a grande diversidade encontrada em uma horta comunitária urbana com 800 m². Nesta extensa variedade, incluem-se as mais diversas hortaliças – dentre elas, várias PANC (algumas que brotaram espontaneamente e foram mantidas) –, além de algumas poucas espécies arbóreas frutíferas. Muitos dos vegetais a seguir não se destacam quantitativamente na paisagem da horta, pois foram registrados apenas um ou dois exemplares em toda a extensão de cultivo, evidenciando, também, o caráter educativo, de “laboratório experimental” ou, nas palavras de muitos ativistas, apenas de “vitrine” ou “*showroom*” da iniciativa, que não se volta, essencialmente, para o abastecimento alimentar.

Há frequentadores que gostam de acompanhar o ciclo de crescimento de determinada planta e não estão preocupados com o ato de colher, mas apenas em fazer testes, deixar sua “personalidade” na horta por meio de algum plantio específico, ou ir experimentando quais espécies melhor se desenvolvem no local. Cabe ressaltar, ainda, que nem todos os vegetais apontados são comestíveis (C ou PANC)⁴⁴⁹, alguns tem a finalidade de estimular a polinização e são esteticamente

⁴⁴⁹ A fim de melhor diferenciar as espécies listadas, as marcações com letras sobrescritas indicarão: “C” para as plantas comestíveis convencionais; “PANC” para as PANC; “F” para as flores cuja principal função é estimular a polinização; “M” para as medicinais; “D” para as demais plantas

apreciados por suas belas flores (^F), outros são medicinais (^M), e há aqueles que foram plantados com a finalidade de expandir a diversidade botânica da horta ou, ainda, introduzidos porque são dificilmente encontrados em ambiente urbano (^D). Assim sendo, aparecem na listagem⁴⁵⁰:

A

Abacaxi (*Ananas comosus*)^C; abóbora (*Cucurbita spp.*)^C; abobrinha (*Cucurbita pepo*)^C; acariçoba (*Hydrocotyle umbellata*)^{PANC}; agrião (*Nasturtium officinale*)^C; alcachofra (*Cynara scolymus*)^C; alecrim (*Rosmarinus officinalis*)^C; alface (*Lactuca sativa*)^C; alfavacão (*Ocimum gratissimum*)^{M/PANC}; alho (*Allium sativum*)^C; alho-poró (*Allium ampeloprasum*)^C; almeirão-de-árvore (*Lactuca canadenses*)^{PANC}; amendoim (*Arachis hypogaea*)^C; anis (*Pimpinella anisum*)^C; araruta (*Maranta arundinacea*)^{PANC}; *Argyreia nervosa*^D (figura 139); azaleia (*Rhododendron simsii*)^F; azedinha (*Rumex acetosa*)^{PANC} (figura 140).



Figura 139 – *Argyreia nervosa* na Horta das Corujas. Foto de janeiro de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 140 – *Rumex acetosa*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton⁴⁵¹.

que acrescem diversidade à horta. A classificação apresentada foi elaborada a partir da constatação dos usos predominantes pelos frequentadores da Horta das Corujas, e utilizou-se como referência de classificação das PANC e das medicinais: Kinupp e Lorenzi (2015); Lorenzi e Matos (2008).

⁴⁵⁰ Nomes científicos consultados em: (a) Infoteca da EMBRAPA (2016). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 3 abr. 2016. (b) Kinupp e Lorenzi (2015). Algumas espécies podem apresentar mais de um nome popular, aqui optou-se pela nomenclatura mais recorrente entre os voluntários da Horta das Corujas. Ressalta-se, também, que foram identificadas apenas as espécies, independentemente da variedade que, dela, possa existir na horta (a exemplo dos feijões, mamões, tomates etc.).

⁴⁵¹ A ilustradora científica Selma Botton, que gentilmente aceitou o convite deste pesquisador, fez diversos trabalhos de campo na Horta das Corujas e elaborou sete ilustrações botânicas de PANC, lá encontradas, especialmente para esta dissertação.

B

Babosa (*Aloe vera*)^M; bálsamo (*Cotyledon orbiculata*)^M; banana (*Musa*)^C; batata (*Solanum tuberosum*)^C; batata-doce (*Ipomoea batatas*)^C; beldroega (*Portulaca oleracea*)^{PANC}; berinjela (*Solanum melongena*)^C (figura 141); bertalha (*Basella alba*)^{PANC} (figura 142); bertalha-coração (*Anredera cordifolia*)^{PANC}; beterraba (*Beta*)^C; boldo (*Coleus*)^M; borragem (*Borago officinalis*)^M; branquinha (*Plectranthus madagascariensis*)^M; brócolis (*Brassica oleracea var. itálica*)^C.



Figura 141 – *Solanum melongena* na Horta das Corujas. Foto de janeiro de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 142 – *Anredera cordifolia*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton.

C

Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*)^C; capiçoba (*Erechtites hieraciifolius*)^{PANC}; capim-limão (*Cymbopogon citratus*)^C; capuchinha (*Tropaeolum majus*)^{PANC} (figura 143); cará-moela (*Dioscorea bulbifera*)^{PANC}; cavalinha (*Equisetum*)^M (figura 144); cebolinha (*Allium schoenoprasum*)^C; celósia (*Celosia argentea*)^{PANC} (figura 145); cenoura (*Daucus carota*)^C; chuchu (*Sechium edule*)^C; citronela (*Cymbopogon*)^M; coentro (*Coriandrum sativum*)^C; confrei (*Symphytum officinale*)^M; cosmos-amarelo (*Cosmos sulphureus*)^F; couve (*Brassica oleracea*)^C; couve-flor (*Brassica oleracea var. botrytis*)^C; cúrcuma (*Curcuma longa*)^C.



Figura 143 – *Tropaeolum majus*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton.



Figura 144 – *Equisetum*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton.



Figura 145 – *Celosia argentea* na Horta das Corujas. Foto de maio de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

D

Dália (*Dahlia pinnata*)^{F/PANC}; dente-de-leão (*Taraxacum officinale*)^{PANC}; dormideira (*Mimosa pudica*)^M.

E

Erva-cidreira (*Melissa officinalis*)^C; erva-de-jabuti (*Peperomia pelúcida*)^{PANC}; ervilha (*Pisum sativum*)^C; espinafre (*Spinacia oleracea*)^C; estêvia (*Stevia rebaudiana*)^M.

F

Feijão (*Phaseolus vulgaris*)^C; fisális (*Physalis pubescens*)^{PANC}; flor-da-fortuna (*Kalanchoe blossfeldiana*)^F; fumo^M; funcho^{PANC}.

G

Gengibre (*Zingiber officinale*)^C; gerânio (*Pelargonium*)^F; gerânio-silvestre (*Erodium cicutarium*)^{PANC}; gergelim (*Sesamum indicum*)^C; girassol (*Helianthus annuus*)^F (figura 146); girassol-mexicano (*Tithonia rotundifolia*)^F; guaco (*Mikania glomerata*)^M; guandu (*Cajanus cajan*)^{PANC} (figura 147).



Figura 146 – *Helianthus annuus* na Horta das Corujas. Foto de dezembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figura 147 – *Cajanus cajan* na Horta das Corujas. Foto de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

H

Hortelã (*Mentha piperita*)^{C/M}.

I

Inhame (*Colocasia esculenta*)^C.

L

Lavanda (*Lavandula*)^F; limão (*Citrus limon*)^C.

M

Mamão (*Carica papaya*)^C; mamona (*Ricinus communis*)^D; mandioca (*Manihot esculenta*)^C; mandioquinha (*Arracacia xanthorrhiza*)^C; mangalô (*Lablab purpureus*)^{PANC}; manjericão (*Ocimum basilicum*)^C; manjerona (*Origanum majorana*)^C; maracujá (*Passiflora edulis*)^C (figura 148); maxixe (*Cucumis anguria*)^C; menta (*Mentha spicata*)^{C/M}; milho (*Zea mays*)^C; morango (*Fragaria ananassa*)^C; morango-silvestre (*Fragaria vesca*)^{PANC}.



Figura 148 – *Passiflora edulis* na Horta das Corujas. Foto de janeiro de 2016. Crédito: Gustavo Nagib.

N

Nabo (*Brassica napus*)^C; nirá (*Allium tuberosum*)^{PANC} (figura 149); novalgina (*Achillea Millefolium*)^M.



Figura 149 – *Allium tuberosum*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton.

O

Ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*)^{PANC}; orégano (*Origanum vulgare*)^C.

P

Peixinho-da-horta (*Stachys byzantina*)^{PANC} (figura 150); pepino (*Cucumis sativus*)^C; pimenta (*Capsicum frutescens*)^C; pimentão (*Capsicum Anuum*)^C.



Figura 150 – *Stachys byzantina*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton.

Q

Quiabo (*Abelmoschus esculentus*)^C.

R

Rabanete (*Raphanus sativus*)^C; repolho (*Brassica oleracea var. capitata*)^C; rosa (*Rosa*)^F; rúcula (*Eruca sativa*)^C.

S

Salsa (*Petroselinum crispum*)^C; sálvia (*Salvia officinalis*)^M; serralha (*Sonchus oleraceus*)^{PANC}; shissô (*Perilla frutescens*)^{PANC}.

T

Tagetes (*Tagetes erecta*)^F; taioba (*Xanthosoma taioba*)^{PANC} (figura 151); tansagem (*Plantago australis*)^{PANC}; tansagem-sete-veias (*Plantago lanceolata*)^{PANC}; tansagem-grande (*Plantago major*)^{PANC}; tomate (*Solanum lycopersicum*)^C; tomate-cereja (*Solanum lycopersicum var. cerasiforme*)^C; tomate-de-árvore (*Solanum betaceum*)^{PANC}; tomilho (*Thymus vulgaris*)^C; trevo (*Oxalis latifolia*)^{PANC}.



Figura 151 – *Xanthosoma taioba*. Ilustração botânica de março de 2016. Crédito: Selma Botton.

U

Urtiguinha (*Urtica dioica*)^{PANC}.

V

Vinagreira (*Hibiscus sabdariffa*)^{PANC}.

Os voluntários fotografados

Além de Claudia Visoni, Tatiana Achacar e Madalena Buzzo (figuras 49 e 50, p. 221), outros frequentadores da Horta das Corujas permitiram que fossem fotografados para esta pesquisa ou gentilmente cederam suas fotos (figuras 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162 e 163).



Figuras 152 e 153 – À esquerda, Andrea Pesek, junto à principal cacimba da Horta das Corujas. A voluntária tem sido a principal gestora da parte hídrica, dando manutenção frequente às cacimbas e à área da nascente, além de ser uma das principais ativistas da Praça da Nascente (oficialmente, Praça Homero Silva, no bairro da Pompeia, território da Subprefeitura da Lapa, na zona oeste de São Paulo), onde se recuperou a nascente do Riacho Água Preta, afluente canalizado do Rio Tietê. À direita, Gustavo Nagib (Guga), voluntário e autor desta dissertação, junto ao seu canteiro na Horta das Corujas, onde já plantou pimentão, inhame, espinafre, girassol, menta etc. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de dezembro de 2015. Crédito: Gustavo Nagib (figura 152) e Belén Fuentes (figura 153).



Figuras 154 e 155 – À esquerda, o alemão Chris Larbig, que se mudou há alguns anos para o bairro da Vila Beatriz e, juntamente com sua filha pequena, tornou-se voluntário ativo da horta. À direita, Joana Ortiz, quem trabalhou no mapeamento da Horta das Corujas e contribuiu enormemente para a elaboração do mapa da horta que esta pesquisa apresentou (mapa 3B, p. 191). Ortiz também é uma das maiores produtoras de mudas orgânicas da horta. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de junho de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.



Figuras 156 e 157 – À esquerda, Júlia Vieira, enquanto cortava troncos de bananeira. À direita, logo nos primeiros meses de existência da Horta das Corujas, Joana Canêdo, com uma das primeiras berinjelas colhidas, e Miriam Isabel Cenamo Salles (Mirinha), que recebeu a visita de um “ilustre” papagaio. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho de 2015 (figura 156) e de 2013 (figura 157). Crédito: Gustavo Nagib (figura 156) e Horta das Corujas⁴⁵² (figura 157).



Figuras 158 e 159 – À esquerda, Marcela Peters amamenta a filha. Ambas frequentam os encontros do “Barro Molhado” na Horta das Corujas. À direita, Fabíola Donadello posa para foto junto às berinjelas que estavam quase prontas para serem colhidas. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de junho de 2015 (figura 158) e de janeiro de 2016 (figura 159). Crédito: Gustavo Nagib.

⁴⁵² A foto da figura 157 está disponível em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>. Acesso em 28 dez. 2015.



Figuras 160 e 161 – À esquerda, Mity Horicato dá manutenção em seu canteiro na Horta das Corujas. À direita, Miriam Pils Machado e Dona Beth posam para foto após colherem algumas hortaliças. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de junho de 2015 (figura 161) e de janeiro de 2016 (figura 160). Crédito: Patrícia Basile (figura 160) e Gustavo Nagib (figura 161).



Figuras 162 e 163 – À esquerda, Pâmela Sarabia, que, além de voluntária da Horta das Corujas, é engajada com os movimentos sociais que lutam pelo acesso à moradia na cidade de São Paulo. À direita, a equatoriana María Belén Fuentes Suárez, que veio temporariamente ao Brasil para fazer seu mestrado na FAUUSP e tornou-se frequentadora esporádica da horta. São Paulo/SP, Brasil. Fotos de julho (figura 162) e de dezembro (figura 163) de 2015. Crédito: Gustavo Nagib.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na metrópole moderna, Lapidus e Ostrovitianov⁴⁵³ (1978 *apud* SANTOS, M. 2009, p. 117), afirmam que não é possível encontrar pessoas que satisfaçam a si mesmas, ou seja, sem contar com a ajuda de outrem: sem os laços de cooperação, a vida não se consumaria na sociedade urbana. A cidade, em sua essência e condição histórico-material, também é o espaço propício da revolta, da revolução, da greve e do ativismo. Desde a Idade Média, ela já evidenciava essa condição: as revoltas urbanas, os tumultos⁴⁵⁴ e até mesmo as greves já eram recursos importantes na Europa do século XIV (LE GOFF, 1998).

Segundo Carlos (2011, p. 77), toda sociedade precisa de um lugar para desenvolver seu modo de vida, entretanto, ao ato de ocupar, está intrínseca a noção de produzir este lugar. Isso significa que ao produzirem seus meios de existência, as sociedades produzem sua vida material. Dessa forma, o espaço urbano é a materialização do trabalho social, e “a formulação da problemática urbana [...] refere-se a toda a sociedade urbana, em última análise ao homem [e à mulher], suas lutas e direitos”.

Marcada por contradições, há o senso comum de que São Paulo está em crise. Ao mesmo tempo que a cidade vive a pujança econômica de uma metrópole global, caracterizada pela intensa atuação do capital transnacional, ela apresenta sérios quadros de decadência. Essa conformação material do espaço ainda acaba por conferir ao espaço público um significado de abandono e perigo. Com força para modificar os rumos desta situação urbana, o ativismo é agente fundamental na luta por uma cidade menos desigual e mais solidária (ROLNIK, 2009; SASSEN, 1991). Protagonizando tentativas de transformação dos atuais paradigmas, a guerrilha verde também imprime uma nova função e significado ao espaço público na megacidade:

A batalha está ganhando ritmo. Muitas pessoas não possuem terra. Muitos de nós vivemos em cidades e não temos nosso próprio jardim. Exigimos mais deste planeta, que tem o espaço e recursos para oferecer. *Guerrilla gardening* é uma batalha por recursos, uma batalha contra a escassez de terra, o abuso ambiental e as oportunidades desperdiçadas. É, também, uma luta por liberdade de expressão e por coesão comunitária. É uma batalha na qual balas são substituídas por flores (na maioria das vezes). (REYNOLDS, 2009, p. 5, tradução nossa.)

⁴⁵³ LAPIDIUS, I.; OSTROVITIANOV, K. **Manual de economia política**. São Paulo: Global, 1978, p. 86.

⁴⁵⁴ Do francês antigo, os “*taquehans*”.

Hoje, na megacidade, a intervenção pública nem sempre dá conta das demandas urbanas. Constata-se, ainda, a dificuldade de convivência e entrosamento entre os cidadãos e entre estes e a cidade. Por isso, evidenciam-se as “microrrevoluções” ou “revoluções tranquilas”, que decorrem de mobilizações sociais que objetivam outra forma de ocupar e de viver a cidade, a exemplo das ações comunitárias que materializam hortas urbanas: “O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não” (HARVEY, 2013, p. 31). Nesta acepção, os espaços públicos, tais como as praças, podem: cumprir a função de promoção do convívio social e das trocas de experiências; conferir novos usos ao espaço urbano; e estimular variadas atividades a partir da concentração e da maior permanência das pessoas em tais áreas (GEHL, 2013). Segundo Seabra (2015, p. 92): “A gente tem que esperar da sociedade, que se organize e que reivindique.”

Os ativismos e suas organizações (associações e federações) criaram espaços de discussão que ajudaram, sem dúvida, a alargar os horizontes de participação política e socialização de inúmeras pessoas, contribuindo para a conquista e o exercício da cidadania no interior da sociedade. Nesse sentido, possuem uma dimensão político-pedagógica extremamente importante, em que a participação ajuda a ampliar a consciência das pessoas em relação a seus direitos como cidadãos e, em especial, ao seu direito à cidade. (SOUZA; RODRIGUES, p. 93.)

A Horta das Corujas apresenta-se, conseqüentemente, como um espaço questionador da ordem urbana contemporânea. Ela não consegue – nem tem a intenção de – promover a autossuficiência alimentar de seus voluntários. Entretanto, ela conferiu uma nova dinâmica ao espaço compartilhado por aquele corpo social, sendo um de seus objetivos ampliar a cooperação e a integração sociais por intermédio da produção de alimentos na cidade. Em espaço público, aquela horta comunitária estimula as relações sociais horizontais (sem hierarquia), torna-se um exemplo para outras inspirações ativistas, é um laboratório para possíveis políticas públicas e revela-se uma experiência conectada à ideologia dos orgânicos:

Olhe esse alimento. Não contém rótulo de ingredientes, afirmações quanto a benefícios para a saúde, [...] isso é alimento, tão fresco que ainda está vivo, comunicando-se conosco pelo cheiro, pela cor e pelo sabor. [...] Tendo retomado o controle da refeição das mãos dos cientistas e dos processadores de alimentos, você sabe exatamente o que eles contêm e o que não contêm [...]. Recuperar esse controle sobre o próprio alimento, retomá-lo da indústria ou da ciência, não é pouco: na verdade, na nossa época, cozinhar a partir do zero e cultivar qualquer um dos seus alimentos são atos subversivos. (POLLAN, 2008, pp. 213-214.)

Diversos hortelões salientam que as hortas urbanas são fonte de entretenimento gratuito na cidade, em oposição ao constante chamamento para o consumo de bens e mercadorias. E, quando eles estão nas hortas, se identificam com as demais pessoas, que vestidas de maneira muito simples, ou até mesmo “rústica”, contrastam com a atmosfera exterior à horta, onde os transeuntes passam bem vestidos e, muitas vezes, ostentando seus adereços “de grife”. Segundo Agyeman (2013), a percepção de pertencimento a um determinado grupo social também está relacionada aos seus hábitos de consumo, que são centrais para a reprodução da desigualdade social, da alienação e do poder. No sentido estrito às hortas comunitárias, entende-se, com o argumento apresentado pelos hortelões, que o próprio ato de “consumir a horta” já significa um ativismo contra a sociedade de consumo, pois os hortelões gastam energia numa atividade produtiva (“botar a mão na terra” para produzir alimentos), e dá outra configuração de uso e experiência para o espaço urbano, distante da ostentação mercadológica. Afinal, “ninguém precisa passar perfume, estar com um anel de ouro, ou vestir roupa cara para mexer na horta; ao contrário, só vejo gente com roupa surrada, que é para sujar mesmo!” (ANÔNIMO, 2015, informação verbal⁴⁵⁵).

Críticas à Horta das Corujas relacionam-se, geralmente, às questões estética e organizacional. Associar a horta a um desarranjo paisagístico ou a uma bagunça parece ser um argumento menor quando se atenta à ampliação da diversidade da paisagem local e da própria reflexão coletiva sobre o que é “caótico”:

As folhas que caem das árvores no outono, a parte interna de um motor de avião, as entranhas de um coelho dissecado, a redação de um jornal – tudo isso parece caótico se não for compreendido. Assim que são compreendidos como sistemas ordenados, eles realmente **são vistos** de modo diferente. [...] Boa parte da desagradável impressão de caos provém da falta de recursos visuais suficientes para apoiar a ordem visual e, pior ainda, provém de incoerências visuais evitáveis. (JACOBS, 2013, p. 419, grifo da autora.)

Outra crítica dirigida ao ativismo em prol das hortas comunitárias refere-se ao fato de que, antes de se criar o “alternativo”, dever-se-ia adquirir o básico na cidade, em referência às diversas ineficiências do urbano (em habitação, mobilidade, educação, saúde etc.), que afetam diretamente o cotidiano de milhões de paulistanos, sobretudo a população economicamente mais vulnerável. Entretanto, a agricultura urbana enquanto atividade desenvolvida em praça pública, além de

⁴⁵⁵ Informação fornecida por declaração espontânea de voluntário(a) da Horta das Corujas durante mutirão em 12 jul. 2015.

ressignificar o uso do espaço público na cidade, permite a aproximação entre as pessoas e estimula a reflexão comunitária acerca de diversas outras problemáticas urbanas. Na horta, as pessoas podem trocar informações sobre todos os assuntos mais relevantes da cidade e de seu cotidiano; surge um espaço de comunicação – e também de reivindicação – para os cidadãos: “Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas” (IASI, 2013, p. 46).

Desta forma, este modelo de agricultura urbana contribui para o entendimento de que o direito à cidade passa pelo estabelecimento do controle democrático sobre a reestruturação do urbano (HARVEY, 2011): “O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” (HARVEY, 2013, p. 32). Compreende-se, ainda, que não é uma novidade a organização cidadã para fins de melhorias locais (em seu bairro e em seu entorno imediato). Como afirma Massiah (2012, p. 114, tradução nossa):

“Para resistir e melhorar sua situação, os habitantes se organizam e criam associações. Eles se organizam para lutar (sindicatos, associações de inquilinos...), para experimentar e agir (associações de solidariedade, de inserção, de desenvolvimento), para chegar ao Poder (partidos, associações cidadãs). Esta situação não é nova [...]”

Contudo, em relação ao conjunto de pessoas que agiu para a materialização da Horta das Corujas e trabalha cotidianamente para a sua perenidade, não se aplica necessariamente a ânsia de “tomar o Poder”, mas de alterá-lo a partir da ação comunitária em espaço público. E a proposta em questão, que se refere à criação de uma horta comunitária, é que se mostra inédita, ou ao menos inovadora, para o contexto paulistano e para a pauta de reivindicações pelo direito à cidade. Entende-se, assim, que a Horta das Corujas contribui para desenvolver uma “perspectiva diferenciada das coisas, das atividades que perfazem as rotinas diárias e, naturalmente, do espaço...” (DAMATTA, 1997, p. 40).

[...] O direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. No espaço público – nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante as revoltas e comícios – as organizações políticas podem representar a si mesmas para uma população maior e, através dessa representação, imprimir alguma força a seus gritos e demandas. Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios

grupos sociais tornam-se públicos. (MITCHELL⁴⁵⁶, 2003, *apud* HARVEY, 2013, p. 33-34.)

Destaca-se, ainda, a importância da *internet* como método de organização ativista que culminou com a materialização e a sustentação da Horta das Corujas. De acordo com Castells (2013, pp. 167-171, grifo do autor): “As redes horizontais, multimodais, tanto na *internet* quanto no espaço urbano, criam **companheirismo**. Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança”, e é por meio das “redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano”.

A *internet* também teve seu papel fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, tanto para a realização de muitas entrevistas, quanto para a coleta de depoimentos por *e-mail*, em fontes *on-line*, ou por meio da rede social *Facebook*. Entretanto, as relações presenciais não são – nem poderiam ser – inferiorizadas ou postas em segundo plano. Ao contrário, este pesquisador é voluntário ativo da Horta das Corujas (responsável, inclusive, por um canteiro da horta e organizador de parte de suas atividades) e, para este estudo acadêmico, foram feitas dezenas de entrevistas presenciais, pois se considera que:

A riqueza da pesquisa confirma a importância do contato cara a cara [...] [, que] conduz a maior confiança, generosidade e cooperação do que qualquer outro tipo de interação. [...] O *Facebook* conecta, normalmente, pessoas que têm se encontrado presencialmente [...], e [...] o *Facebook* é desproporcionalmente usado por pessoas que são boas de conversação na vida real. (GLAESER, p. 34-35, p. 37, tradução nossa.)

Por fim, a relação entre atividade agrícola e cidade, aqui desenvolvida, sinaliza o traço dialético de que se não se tivesse chegado a este grau de urbanização, muitos dos movimentos e ações que materializaram hortas comunitárias em São Paulo talvez não estivessem acontecendo. A emergência das “revoluções tranquilas” no contexto atual, que viabilizam novas experiências alternativas às cidades, releva que se pode “usar a democracia e a igualdade para fazer muito melhor do que a hierarquia capitalista faz” (SINGER, 2015, informação verbal⁴⁵⁷), e que “não precisamos esperar a grande revolução para que esses espaços venham a se concretizar”. Assim, entende-se que a agricultura urbana em

⁴⁵⁶ MITCHELL, D. **The right to the city**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2003, p. 12.

⁴⁵⁷ Informação fornecida por Paul Singer em entrevista exclusiva para Gustavo Nagib, em 14 fev. 2015.

sua expressão ativista também seja uma oposição ao urbanismo que venha enaltecer “a venda da comunidade e o ‘estilo boutique’ [...] como um produto criado pelos agentes imobiliários para satisfazer os sonhos urbanos”; ao contrário, as iniciativas comunitárias, tal como as hortas em praças públicas, tendem a reverter a ética do individualismo exacerbado, que produzem formas espaciais de “cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante” (HARVEY, 2014, pp. 47-48).

De encontro a esta percepção crítica do urbano, o ano de 2015 foi laureado até mesmo pelo posicionamento do Vaticano, Estado sede da Igreja Católica, por intermédio da “Carta Encíclica *Laudato Si'*”, do Papa Francisco⁴⁵⁸ (2015, pp. 35, 117, 174-175):

Muitas cidades são grandes estruturas que não funcionam, gastando energia e água em excesso. [...] Não é conveniente para os habitantes deste planeta viver cada vez mais submersos de cimento, asfalto, vidro e metais [...]. É importante que as diferentes partes duma cidade estejam bem integradas e que os habitantes possam ter uma visão de conjunto em vez de se encerrarem num bairro, renunciando a viver a cidade inteira como um espaço próprio partilhado com os outros. Toda a intervenção na paisagem urbana ou rural deveria considerar que os diferentes elementos do lugar formam um todo, sentido pelos habitantes como um contexto coerente com a sua riqueza de significados. Assim, os outros deixam de ser estranhos e podemos senti-los como parte de um “nós” que construímos juntos. [...] Nem todos são chamados a trabalhar de forma direta na política, mas no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano. Por exemplo, preocupam-se com um lugar público (um edifício, uma fonte, um monumento abandonado, uma paisagem, uma praça) para proteger, sanar, melhorar ou embelezar algo que é de todos. Ao seu redor, desenvolvem-se ou recuperam-se vínculos, fazendo surgir um novo tecido social local.

A agricultura urbana, analisada sob o viés ativista e mobilizador que se pretendeu apresentar, adere o conjunto das “lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente”, contribuindo por alterar “as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias” (SINGER, 2002, p. 22). É relevante assinalar que para as análises aqui desenvolvidas, recorreu-se, sempre que possível, às diferentes áreas do conhecimento, almejando-se uma compreensão interdisciplinar da agricultura urbana e do espaço urbano: “A ideia de cidades com alto desempenho socioambiental vem sendo construída através de estudos e experiências coletivas. É também reconhecido que um único campo do conhecimento não pode dar conta deste desafio” (COSTA; MACHADO, 2012, p. 7).

⁴⁵⁸ Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, é o 266º papa da Igreja Católica e, em 2015/2016, Chefe de Estado do Vaticano.

Espera-se, enfim, que este trabalho de pesquisa acadêmica contribua para uma nova abordagem da agricultura urbana paulistana, incluindo a possibilidade de ampliar as discussões sobre o espaço urbano e estimular as reflexões críticas quanto à garantia do real direito à cidade. A ampla pesquisa bibliográfica e o amparo da interdisciplinaridade foram fundamentais para demonstrar que não se pretende esgotar a temática em nenhuma de suas múltiplas e possíveis abordagens, ao contrário, que este seja o passo inicial de uma pesquisa que aspira a se estender e se aprofundar sob a ótica espacial, sobretudo no que se refere aos mais humanos e urbanos questionamentos.

Com amor no coração
Preparamos a invasão
Cheios de felicidade
Entramos na cidade amada
(*Os mais Doces Bárbaros*. Caetano Veloso, 1976.)

Será que ainda temos o que fazer na cidade?
Em nossos corações ainda resta um quê de ansiedade
Apesar de ter sido um grande prazer para todos
Resta saber se ainda queremos seguir
Querendo-nos, mútuo prazer
(*Outros Bárbaros*. Gilberto Gil, 2002.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁴⁵⁹

AB'SÁBER, A. N. **Escritos Ecológicos**. São Paulo: Lazuli, 2006.

ADNEWS. *F.biz* inaugura nova sede sustentável. São Paulo, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.adnews.com.br/publicidade/f-biz-inaugura-nova-sede-sustentavel>>. Acesso em 24 abr. 2016.

AFONSO, D. J. **Vila Madalena**: história, fatos e fotos. São Paulo, Nativa, 2002.

AGYEMAN, J. **Introducing just sustainibilities**: policy, planning, and practice. Reino Unido: Zed Books, 2013.

AHERN, J.; PELLEGRINO, P. R. M.; BECKER, N. Infraestrutura verde: desempenho, estética, custos e método. In: COSTA, L. M. S. A.; MACHADO, D. B. P. (Org.). **Conectividade e resiliência**: estratégias de projeto para metrópole. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

ALEMANHA. Representações da República Federal da Alemanha no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.diplo.de>>. Acesso em 15 fev. 2016.

ALEXANDER, S. The voluntary movement: reimagining the good life beyond consumer culture. **The International Journal of Environmental, Cultural, Economic and Social Sustainability**, Champaign, v. 7, s.p., 2011. Disponível em: <<http://onsustainability.com>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

ALLEONI, L. R. F. In: Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Oficina do GT Proteção da Qualidade do Solo e Gerenciamento de Áreas Contaminadas**, Brasília, 2-4 abr. 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod_reuniao=861>. Acesso em 7 abr. 2016.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AQUINO, A. M.; MONTEIRO, D. Agricultura urbana (Cap. 8). In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 2005.

⁴⁵⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

AROSEMENA, G. **Agricultura urbana**: espacios de cultivo para una ciudad sostenible. Barcelona: GG, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br>>. Acesso em 27 nov. 2015.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Dicionário de ruas**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 15 set. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS (ABRASCE). Sobre o setor. Disponível em: <<http://www.portaldoshopping.com.br>>. Acesso em 31 out. 2015.

AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana. V. 3 (Aspectos da metrópole paulista). São Paulo: Nacional, 1958.

BADUE, A. F. A zona rural de São Paulo e suas características, peculiaridades e propostas de desenvolvimento. In: **Plataforma de apoio à agricultura orgânica na cidade de São Paulo**: boletim informativo. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.5elementos.org.br>>. Acesso em 23 abr. 2016.

BASSANI, J. As cidades de São Paulo. In: BASSANI, J. (Org.). **PDP Mapografias**: IV Workshop Internacional RED–PUC. São Paulo: FAUUSP, 2012.

BBC. Após êxodo e falência, Detroit ensaia “ressurreição”. Vancouver, 7 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em 31 dez. 2015.

BELASCO, W. J. **Appetite for change**: how the counterculture took on the food industry. Nova York: Cornell University Press, 2014.

BERKELEY. City of Berkeley: People’s Park. Disponível em: <<http://www.ci.berkeley.ca.us/contentdisplay.aspx?id=12760>>. Acesso em 23 abr. 2016.

BONDUKI, N. A gestão participativa das praças: a ocupação dos espaços públicos precisa ser resgatada. **Carta Capital**, São Paulo, 19 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cidadania-socioambiental-e-mudanca-cultural-3704.html>>. Acesso em 27 dez. 2015.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 24 abr. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agrotóxicos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Parques e Áreas Verdes**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Inclusão de produtos orgânicos e de base agroecológica em merenda escolar garante alimentação mais saudável**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/inclus%C3%A3o-de-produtos-org%C3%A2nicos-e-de-base-agroecol%C3%B3gica-em-merenda-escolar-garante>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1888**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. **Perguntas e respostas sobre a definição da classe média**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

_____. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf>. Acesso em 14 ago. 2015.

_____. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha-It_PLANO_NACIONAL_DE_AGR-379811.pdf>. Acessos em 10 ago. 2015.

BROWN, D. R. **Artificial turf: exposures to ground-up rubber tires, athletic fields, playgrounds, gardening mulch**. EUA: EHHI, 2007. Disponível em: <http://www.ehhi.org/reports/turf/turf_report07.pdf>. Acesso em 24 abr. 2016.

BURNETT, G. **Permaculture: a beginners guide**. Reino Unido: Land & Liberty, 2000.

CABANNES, Y. **Pro-poor legal and institutional frameworks for urban and peri-urban agriculture**. Roma: FAO, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br>>. Acesso em 25 abr. de 2016.

_____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/blog/haddad-sanciona-lei-que-inclui-comida-organica-na-merenda-escolar>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Gabinete Vereador Eliseu Gabriel. **Prestação de contas**: boletim jul. 2009. Disponível em: <http://eliseugabriel.com.br/novo/img/img_jornal/ambap.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Gabinete Vereador Eliseu Gabriel. Leis e Projetos de Lei. **Justificativa do Projeto de Lei n. 646/2009**: incluir o Dia da Vila Beatriz, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de outubro. Disponível em: <<http://eliseugabriel.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CAMARGO, R. C. R.; PEREIRA, F. M.; LOPES, M. T. R. **Meliponário**: localização e instalação. Teresina: EMBRAPA, 2006. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/69421/meliponario-localizacao-e-instalacao>>. Acesso em 7 abr. 2016.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARNEIRO, E. **A sabedoria popular**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a *internet*, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da *internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OUTRO PRETO (CECANE/UFOP). **Agroecologia**. Ouro Preto, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guga/Downloads/cartilha-agroecologia-CECANE-UFOP.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CIDADE DE NOVA YORK. New York City Department of Parks & Recreation. Disponível em: <<http://www.nycgovparks.org>>. Acesso em 23 abr. 2016.

CIDADES COMESTÍVEIS. Disponível em: <<http://www.cidadescomestiveis.org>>. Acesso em 30 nov. 2015.

COMPANHIA CITY. Disponível em: <<http://ciacity.com.br>>. Acesso em 17 nov. 2015.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP). Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br>>. Acesso em 25 abr. 2016.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em 25 abr. 2015.

COMPOSTA SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.compostasaopaulo.eco.br>>. Acesso em 02 fev. 2016.

CONDOMÍNIO DO PRÉDIO MARTINELLI. Disponível em: <<http://www.prediomartinelli.com.br>>. Acesso em 25 nov. 2015.

COSTA, L. M. S. A.; MACHADO, D. B. P. Paisagem e projetos urbanos. In: COSTA, L. M. S. A.; MACHADO, D. B. P. (Org.). **Conectividade e resiliência**: estratégias de projeto para metrópole. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

CURY, J. F. **História de Pinheiros**. São Paulo: Subprefeitura de Pinheiros, 2004. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/pinheiros/pinheiros.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2015.

D'AMATO, C.; TORRES, J. P. M.; MALM, O. DDT (diclorodifeniltricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental – uma revisão. **Química Nova**, São Paulo, v. 25, n. 6, 2002.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DETROIT. Governo da Cidade de Detroit. Adopt a lot/garden. Disponível em: <<http://www.detroitmi.gov>>. Acesso em: 20 set. 2015.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direiro Administrativo**. São Paulo: Forense, 2015.

DINAMARCA. Ministry of Environment and Food of Denmark. Disponível em: <<http://denmark.dk>>. Acesso em 11 set. 2015.

DOMICIANO, T. Safra premiada. **Planeta Sustentável**, São Paulo, nov. 2014. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/casa/safra-premiada-premio-melhor-da-arquitetura-2014-820237.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUCHEMIN, E. Agriculture urbaine: quelle définition? Une actualisation nécessaire? **AgriUrbain**, Montreal, 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://agriurbain.hypotheses.org/2705>>. Acesso em 23 abr. 2016.

DURAN, S. Quem é o líder aqui? **Época São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2012. Disponível em: <<http://colunas.revistaepocasp.globo.com/nabike/2012/03/08/quem-e-o-lider-aqui>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, 1994.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Intercâmbio de germoplasma**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/pesquisa-e-desenvolvimento/intercambio-de-germoplasma>>. Acesso em 20 jul. 2015.

_____. **Informação Tecnológica em Agricultura (Infoteca-e)**. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 3 abr. 2016.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). Biblioteca Virtual. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/CatalogoEmplasa.aspx>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

ÉPOCA NEGÓCIOS. A cidade que ruiu com sua indústria. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em 31 dez. 2015.

FAHEY, C. How Berliners refused to give Tempelhof airport over to developers. **The Guardian**, Londres, 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/cities/2015/mar/05/how-berliners-refused-to-give-tempelhof-airport-over-to-developers>>. Acesso em 26 abr. 2016.

FERNANDES, E. Opportunités, enjeux et leçons du processus de reforme urbaines au Brésil. In: LIEBERHERR-GARDIOL, F.; SOLINÍS, G. (Org.). **Quelles villes pour le 21^e siècle?** França: Infolio, 2012.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

FOLHA DE S.PAULO. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 31 dez. 2015.

FONSECA, M. F. A. C. **A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil**: uma interpretação. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento de Agricultura) – Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

FREEMAN, J. A tirania das organizações sem estrutura. 1970. **Nodo50**. Disponível em: <<http://info.nodo50.org>>. Acesso em 10 fev. 2016.

FUKUOKA, M. **The one-straw revolution**: an introduction to natural farming. Nova York: NYRB, 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Disponível em: <<http://www.fipe.org.br>>. Acesso em 30 nov. 2015.

FURLAN, S. A. Paisagens sustentáveis: São Paulo e sua cobertura vegetal. In: CARLOS, A. F. A; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografias de São Paulo**: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIACCHÈ, G. L'agriculture urbaine révélatrice de formes de résistance. **Eso, travaux & documents**, Rennes, n^o 37, p. 17-25, jun. 2014 Disponível em: <<http://eso.cnrs.fr/fr/publications/eso-travaux-et-documents/n-37-juin-2014.html>>. Acesso em 23 abr. 2016.

GIL, G. **Outros Bárbaros**, 2002. Disponível em: <<http://www.gilbertogil.com.br>>. Acessos em 7 abr. 2016

GLAESER, E. **Triumph of the city**: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier. EUA: Penguin Books, 2012.

GOETHE-INSTITUT. Prototype: Festival de Sustentabilidade na Arte, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://prototype-festival.com.br>>. Acesso em 27 dez. 2015.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2013.

GUIMARÃES, J. R. D. Glifosato na mira. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/terra-em-transe/glifosato-na-mira>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Le capitalisme contre le droit à la ville**: néolibéralisme, urbanisation, résistances. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

HERZOG, C. P. **Cidades para todos**: (re)aprendendo a conviver com a natureza. Rio de Janeiro: Mauad X/Inverde, 2013.

HOFFEN, L. P.; SÄUMEL, I. Orchards for edible cities: cadmium and lead content in nuts, berries, pome and stone fruits harvested within the inner city neighbourhoods in Berlin, Germany. **Ecotoxicology and Environmental Safety** (Elsevier), 101, p. 233-239, 2014.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOLMGREN, D. **Permaculture**: principles and pathways beyond sustainability. Austrália: Holmgren Design Services, 2002.

HORTA DAS CORUJAS. Disponível em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com>>. Acesso em 28 dez. 2015.

HORTELOES URBANOS. Grupo Hortelões Urbanos na rede social Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/horteloesurbanos>>. Acesso em 24 abr. 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 30 dez. 2015.

IDEA!ZARVOS. Disponível em: <<http://www.idealzarvos.com.br>>. Acesso em 10 dez. 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JAROSZ, L. The city in the country: growing alternative food networks in metropolitan áreas. **Journal of Rural Studies** (Elsevier), n. 24, p. 231-244, 2008.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2015.

LADNER, P. **The urban food revolution: changing the way we feed cities**. Canadá: New Society, 2011.

LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro, 1971. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, 1971.

LAVEDAN, P. **Géographie des ville**. Paris: Gallimard, 1959.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1998.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

LINS, L. Mais sustentáveis, sementes crioulas conquistam agricultores do Nordeste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/mais-sustentaveis-sementes-crioulas-conquistam-agricultores-do-nordeste-11287145>>. Acesso em 23 abr. 2016.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

LUZ, R. A. **Mudanças geomorfológicas na planície fluvial do Rio Pinheiros, São Paulo (SP), ao longo do processo de urbanização**. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

MADALENO, I. M. **A cidade das mangueiras**: agricultura urbana em Belém do Pará. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

MANIER, B. **Un million de révolutions tranquilles**: travail, environnement, santé, argent, habitat...: comment les citoyens transforment le monde. França: LLL, 2012.

MARCOS, V. A (u)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 177, p. 41-58, 1998.

_____. Novas (u)topias, velhos horizontes: reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local autossustentável. In: **Ambientes da ecologia**: perspectivas em política e educação. Santa Maria: UFSM, 2007.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARTINS, G. I.; CLEPS JR., J. Nas tramas do discurso: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault. In: MARAFON, G. J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

MARTINS, L. A. **Avaliação do desempenho das tipologias paisagísticas de drenagem natural da Praça Dolores Ibárruri em São Paulo-SP**. São Paulo, 2012. Relatório Parcial (Projeto n. 2010-1480) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

MASCARENHAS, L. P. **Reconversão urbana do Largo da Batata**: revalorização e novos conteúdos da centralidade de pinheiros. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

MASSIAH, G. Les politiques urbaines et la crise de la mondialisation. In: LIEBERHERR-GARDIOL, F.; SOLINÍS, G. (Org.). **Quelles villes pour le 21^e siècle?** França: Infolio, 2012.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MCKIBBEN, B. Foreword to the 2010 Harper Perennial edition. In: SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful**: Economics as if people mattered. Nova York: Harper Perennial, 2010.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2004.

MIKETEN, S. **Agricultura e conservação ambiental**: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, 2013.

MOLLISON, B.; HOLMGREN, D. **Permacultura um**: uma agricultura permanente nas comunidades em geral. São Paulo: Ground, 1983.

MONGEAU, S. **La simplicité volontaire**, plus que jamais... Montreal: Écosociété, 1998.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture**: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. Canadá: IDRC, 2000.

MOVIMENTO URBANO DE AGROECOLOGIA (MUDA-SP). Disponível em: <<http://muda.org.br>>. Acesso em 30 jun. 2015.

MUMFORD, L. **The myth of the machine**. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1967.

NAHMIAS, P.; LE CARO, Y. Pour une définition de l'agriculture urbaine: réciprocity fonctionnelle et diversité des formes spatiales. **Environnement Urbain/Urban Environment**, Montreal, v. 6, p. a-1-a-16.

NATIVE. Native Alimentos. Disponível em: <<http://www.nativealimentos.com.br>>. Acesso em 28 nov. 2015.

NAVÉS, F. Prólogo. In: AROSEMENA, G. **Agricultura urbana**: espacios de cultivo para una ciudad sostenible. Barcelona: GG, 2012.

O ESTADO DE S. PAULO. Disponível em: <<http://www.estado.com.br>>. Acesso em 31 dez. 2015.

O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em 28 jan. 2016.

OLIVEIRA, E. M.; SOARES, M. C.; BONZI, R. S. Aplicação do desenho ambiental para a Bacia do Córrego das Corujas: potencialidades e limitações na implantação de um parque. **Labverde**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 30-62, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistalabverde.fau.usp.br>>. Acesso em 24 abr. 2016.

ONOFRE, S. A. The floating gardens in Mexico Xochimilco, World Heritage risk site. **City & Time**, Olinda, v. 1, nº 3, p. 47-57, 2005. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewissue.php>>. Acesso em 23 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sustainable development: from Brundtland to Rio 2012**. Nova York, 2010. Disponível em: <http://www.un.org/wcm/webdav/site/climatechange/shared/gsp/docs/GSP1-6_Background%20on%20Sustainable%20Dev.pdf>. Acesso em 23 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Agriculture urbaine et périurbaine**. Roma, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/X0076f.htm>>. Acesso em 3 fev. 2016.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano: Tipografia Vaticana, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em 10 jan. 2016.

PADUA, R. F. Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PAQUOT, T. **Petit manifeste pour une écologie existentielle**. Paris: Bourin, 2007.

PEARSON, D. H.; BAILEY, A. Sustainable horticultural supply chain: the case of local food networks in the United Kingdom. In: Proceedings of the XVIth International Symposium on Horticultural Economics and Management. **Acta Horticulturae** (831). ISHS, pp. 131-137. Disponível em: <<http://centaur.reading.ac.uk/25348>>. Acesso em 24 abr. 2016.

PEDROSO, M. M. **Desenvolvimento humano no município de São Paulo (2000): uma cartografia socioeconômica como contribuição ao planejamento de políticas públicas**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

PELLEGRINO, P. R. M. Uma máquina trituradora de projetos: a experiência de reurbanização de uma praça pública. **Labverde**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 263-268, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistalabverde.fau.usp.br>>. Acesso em 24 abr. 2016.

PERMACULTURE MAGAZINE. Disponível em: <<http://www.permaculture.co.uk>>. Acesso em 27 dez. 2015.

PEZZOTTI, A. I. **Vila Madalena e suas figuras notáveis**. São Paulo: W. Roth, 1998.

PODER JUDICIÁRIO. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Seção Judiciária do Distrito Federal. Processo n. 0021371-49.2014.4.01.3400. 7ª Vara Federal. **Decisão da Juíza Federal Substituta Luciana Raquel Tolentino de Moura**, Brasília, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://portal.trf1.jus.br>>. Acesso em 23 abr. 2016.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

_____. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

POPELARD, A.; VANNIER, P. Detroit, retrato do pós-crise. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 3 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=598>>. Acesso em 24 abr. 2016.

PRADO JR., C. **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br>>. Acesso em 25 abr. 2016.

_____. Acesso à Informação. **Transparência São Paulo**. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/portal/noticia/9368#ad-image-3>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional. **Mercado Municipal de Pinheiros**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pinheiros/historico/index.php?p=472>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Decreto n. 13.727, de 12 de janeiro de 2004. **Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes**. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Decreto n. 47.280, de 16 de maio de 2006. **Oficializa a Casa da Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Siqueira**. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=17052006D%20472800000>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Decreto nº 49.346, de 27 de março de 2008. **Regulamenta a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, bem como revoga os dispositivos e decretos que especifica.** Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=28032008D%20493460000>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Edital Redes e Ruas. **Projeto Cidades Comestíveis.** Disponível em: <<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/303>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. **GeoSampa Mapa.** Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. **Gestão Urbana SP.** Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002. **Plano Diretor Estratégico.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Lei n. 13.399, de 1º de agosto de 2002. **Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/lei_13_399_1254940922.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014. **Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estratgico_1428507821.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. **Programa Córrego Limpo.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/escola_de_ormacao/arquivos/cursos/presenciais/corrego_limpo.pdf>. Acesso em 25 abr. 2016.

_____. Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Subprefeitura de Pinheiros. Portaria n. 292/SP-PI/GAB/2014, de 6 de dezembro de 2014. **Estabelece um regulamento interno de autorização para manifestações culturais, sociais e de uso de espaços público e privados em sua circunscrição.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/pinheiros/POR_TARIA%20292-14%20EVENTOS.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Secretaria Executiva de Comunicação. **Prefeito entrega obras de revitalização da Praça das Corujas, em Pinheiros.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/releases/?p=140946>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Dados Estatísticos.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Zoneamento da Cidade de São Paulo.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/planos_regionais/index.php?p=1891>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Programa de Agricultura Urbana e Periurbana.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=30091>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Subprefeitura de Pinheiros. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pinheiros/historico/index.php?p=472>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Subprefeitura de Pinheiros. **Subprefeito de Pinheiros inaugura Parque das Corujas.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pinheiros/noticias/?p=29509>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Subprefeitura de Pinheiros. **Obra de revitalização da Praça das Corujas é entregue aos moradores de Pinheiros.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pinheiros/noticias/index.php?p=7405>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Subprefeitura de Pinheiros. **Mapas da Subprefeitura de Pinheiros**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pinheiros/noticias/?p=1457>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Subprefeitura Santana Tucuçuvi. **Projeto Florir**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/santana_tucuruvi/noticias/?p=23034>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Subprefeitura de São Mateus. **Agricultura urbana em São Mateus**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_mateus/noticias/?p=36772>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PRELA-PANTANO et al. Horticultura urbana e periurbana em São Paulo. In: BRANCO, M. C.; ALCÂNTARA, F. A. **Hortas comunitárias**: experiências do Brasil e dos Estados Unidos. Volume 3. Brasília: Embrapa, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **O que é uma UDH?** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/Atlas-Regioes-Metropolitanas.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasRegioesMetropolitanas>. Acesso em 25 abr. 2016.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2014. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em 21 dez. 2015.

QUEIROZ FILHO, A. P.; BIASI, M. Técnicas de Cartografia. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Geografia**: práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Sarandi, 2011.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em Geografia. In: MARAFON, G. J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

RAMOS, S. F.; OLIVEIRA JR., C. J. F.; GABANYI, S. **Agricultura em São Paulo**: a importância do engajamento popular para transformação social e ambiental. São Paulo: MUDA-SP, 2014.

RANIERI, G. R. Conhecimento e uso de plantas alimentícias não convencionais (PANC) em duas hortas urbanas em sistema orgânico – São Paulo (SP). In: I Simpósio de horticultura orgânica e biodinâmica, 2015, Botucatu. **Pôster**.

REGISTRO.BR. (Departamento responsável pelos domínios .br). Disponível em: <<http://registro.br>>. Acesso em 18 dez. 2015.

RESOURCE CENTRES ON URBAN AGRICULTURE & FOOD SECURITY FOUNDATION (RUAF). Urban agriculture: what and why? Países Baixos, 2015. Disponível em: <<http://www.ruaf.org>>. Acesso em 23 abr. 2016.

REYNOLDS, R. **On guerrilla gardening**: a handbook for gardening without boundaries. Reino Unido: Bloomsbury, 2009.

RIBEIRO, S. M. **Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde**: a experiência do projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes-SP. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2013.

RIGO, N. Oficina sobre plantas comestíveis não convencionais e ervas espontâneas na Horta das Corujas. **Come-se**, São Paulo, 17 set. 2014. Disponível em: <<http://come-se.blogspot.com.br/2014/09/oficina-sobre-plantas-comestiveis-nao.html>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

ROBERTSON, J. **The sane alternative**: a choice of futures. Reino Unido: Gibbons Barford, 1983.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: GG, 2013.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2014.

ROSS, J. L. S. Os fundamentos da Geografia da natureza. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

ROSZAK, T. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Londres: Cambridge University Press, 1986.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o *Facebook* e o *Twitter* foram às ruas. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SALOMÃO, A. Natureza inovadora. **Época Negócios**, São Paulo, s/d, 2009. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT85999-16380,00.html>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

SAN FRANCISCO RECREATION & PARKS DEPARTMENT (SFRPD). Disponível em: <<http://sfrecrepark.org>>. Acesso em 29 dez. 2015.

SANTOS, I. M. **Sistema viário estrutural de São Paulo e suas estratégias urbanísticas**: planos, projetos e intervenções, 1930 a 2002. São Carlos, 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2012.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCARPA, F. SOARES, A. P. **Pegada ecológica**: qual é a sua? São José dos Campos: INPE, 2012. Disponível em: <<http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/Cartilha%20-%20Pegada%20Ecologica%20-%20web.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2016.

SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful**: Economics as if people mattered. Nova York: Harper Perennial, 2010.

SCHUTZER, J. G. **Cidade e meio ambiente**: a apropriação do relevo no desenho ambiental urbano. São Paulo: Edusp, 2012.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e industrialização: rios de São Paulo. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 37-48, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.conpadre.org>>. Acesso em 24 abr. 2016.

_____. Os meandros do progresso. Depoimento à Revista **Contravento**. **Contravento**, São Paulo, n. 6, abr. 2015.

SHIVA, V. **Making peace with the Earth**. Canadá: Fernwood, 2013.

SHOPPING ELDORADO. Projeto de compostagem do Shopping Eldorado – telhado verde. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.shoppingeldorado.com.br/card/projeto-telhado-verde>>. Acesso em 27 jan. 2016.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, A. **Urban agriculture**: food, jobs and sustainable cities. EUA: The Urban Agriculture Network, 2001.

SQUEFF, E. **Vila Madalena**: crônica histórica e sentimental. São Paulo: Boitempo, 2002.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, L. R. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SUNDFELD, C. **Fundamentos de Direito Público**. São Paulo: Malheiros, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS (SUCEN). Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br>>. Acesso em 2 abr. 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TICKELL, C. Introdução. In: ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: GG, 2013.

TIRAPELI, P. **São Paulo: artes e etnia**. São Paulo: Unesp, 2007.

TRACEY, D. **Guerrilla gardening: a manual**. Canadá: New Society, 2007.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: XV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2006, Manaus. **Anais**. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/eventos>>. Acesso em 23 abr. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Historic Centre of Mexico City and Xochimilco. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/412>>. Acesso em 23 abr. 2016.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Disponível em: <<http://www.unep.org>>. Acesso em 28 nov. 2015.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). **State of the World's Cities Report 2012/2013: Prosperity of Cities**. Nairóbi, 2012. Disponível em: <<http://unhabitat.org>>. Acesso em 23 abr. 2016.

_____. **UN-Habitat Global Activities Report 2013: Our Presence and Partnerships. Prosperity of Cities**. Nairóbi, 2013. Disponível em: <<http://unhabitat.org>>. Acesso em 30 dez. 2015.

VALASKAKIS, K. et al. **The conserver society**. Nova York: Hasper-Colophon, 1979.

VEENHUIZEN, R. (Ed.). **Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities**. Holanda: RUAFA, 2006. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/publications/cities-farming-future-urban-agriculture-green-and-productive-cities>>. Acesso em 23 abr. 2016.

VELOSO, C. **Os mais Doces Bárbaros**, 1976. Disponível em: <<http://www.caetanoveloso.com.br>>. Acesso em 7 abr. 2016.

VERRI, S. V. **História imediata da Vila Madalena: uma análise das influências em 2012 da história cultural do bairro na década de 1980**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

VILA MUNDO. Após campanha, incorporadora concorda em diminuir muro no Parque Linear das Corujas. **Notícias**, São Paulo, 7 out. 2013. Disponível em: <<http://vilamundo.org.br/2013/10/apos-campanha-incorporadora-concorda-em-diminuir-muro-no-parque-linear-das-corujas>>. Acesso em 24 abr. 2016.

VIVERET, P. Le monde nouveau est em train d'émerger, à l'échelle du micro. Depoimento a MANIER, B. In: MANIER, B. **Un million de révolutions tranquilles: travail, environnement, santé, argent, habitat...: comment les citoyens transforment le monde**. França: LLL, 2012.

VOGTMANN, H.; WAGNER, R. **Agricultura ecológica: teoria e prática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

WATANABE, M. A.; MELO, L. A. S. **Controle biológico de pragas de hortaliças**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2006. Disponível em: <https://docsagencia.cnptia.embrapa.br/agriculturaMeioAmbiente/CONTROLE_BIOLÓGICO_DE_PRAGAS.pdf>. Acesso em 24 abr. 2016.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

XOCHIMILCO. Gobierno de la Ciudad de México. Disponível em: <<http://www.xochimilco.cdmx.gob.mx>>. Acesso em 31 out. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAP. Índice FIPE ZAP de Preços de Imóveis Anunciados. Disponível em: <<http://www.zap.com.br>>. Acesso em 30 nov. 2015.

ZASADA, I. **Peri-urban agriculture and multifunctionality**: urban influence, farm adaptation behaviour and development perspectives. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Técnica de Munique, 2012. Disponível em: <<http://mediatum.ub.tum.de/doc/1107627/1107627.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2016.

ŽIŽEK, S. Problemas no paraíso. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de questionário enviado por *e-mail* aos participantes ativos da Horta das Corujas (para entrevistas/depoimentos não presenciais)

1. Como e quando você tomou contato com a Horta das Corujas?
2. Quais foram as primeiras pessoas com quem você estabeleceu contato na Horta das Corujas?
3. O *Facebook* e a *internet* foram importantes para suas relações e ações na Horta das Corujas? Por quê? Como?
4. Você considera que a Horta das Corujas tem lideranças (pessoas líderes)? Quem? Por quê?
5. Você já chegou a contribuir financeiramente para a Horta das Corujas? Quantas vezes e quanto doou?
6. Você chegou a contribuir com ferramentas ou outras peças, utensílios e materiais para a Horta das Corujas? Usa(va) as ferramentas da horta? Leva(va) suas próprias ferramentas?
7. Que tipo de trabalho/ações você realizou na Horta das Corujas? Se chegou a cultivar, cite as espécies plantadas (lista aproximada).
8. Quanto tempo semanal se dedica(va) à Horta das Corujas? Em que dias da semana?
9. Você colhe espécies dos canteiros?
10. Você chegou a ter algum conflito na Horta das Corujas? Descreva-o.
11. Por que você se envolveu na Horta das Corujas?
12. Para você, qual a importância de uma horta em praça pública para a cidade de São Paulo?
13. Como você enxerga o espaço público?
14. Você tem religião? Qual?
15. Você tem preferências políticas/ideológicas? Quais?
16. O que poderia melhorar na Horta das Corujas?
17. A Horta das Corujas mudou algo na sua vida cotidiana?
18. Como é a questão do "desapego" na Horta das Corujas? Você ficaria bravo em ver o que tinha plantado ser levado por outra pessoa?
19. Para você, qual a função/finalidade da Horta das Corujas?
20. Você considera(va) as relações humanas/políticas verdadeiramente horizontais na Horta das Corujas? Por quê?
21. Tem preocupações e/ou toma ações de caráter ambientalista em sua vida cotidiana? Atua em outras práticas ativistas? Quais?
22. Segundo o Critério Brasil (BRASIL, 2012), como é conhecido o critério de classificação econômica das empresas de pesquisa e também utilizado pelo governo federal, apresentam-se as seguintes classes econômicas no Brasil:
 A1. renda média familiar mensal de R\$ 14.521
 A2. renda média familiar mensal de R\$ 9.457
 B1. renda média familiar mensal de R\$ 4.963
 B2. renda média familiar mensal de R\$ 2.882
 C1. renda média familiar mensal de R\$ 1.731
 C2. renda média familiar mensal de R\$ 1.150
 D. renda média familiar mensal de R\$ 850
 E. renda média familiar mensal de R\$ 536
 Em qual dessas classes você se enquadra? (Esta informação será usada para montar o quadro socioeconômico dos voluntários da Horta das Corujas, porém, as respostas pessoais não serão individualmente expostas, preservando a privacidade do entrevistado.)
23. Em que bairro você mora?
24. Escreva seu nome completo, sua idade, profissão e nacionalidade.
25. Gostaria de dizer alguma coisa que não foi perguntado? (Use o espaço à vontade.)

APÊNDICE B – Materiais midiáticos sobre a Horta das Corujas (de set. de 2012 a out. de 2015)

1. Vídeo pessoal/ <i>YouTube</i>	vídeo na <i>internet</i>	23/09/12
2. <i>Vila Mundo</i>	<i>site</i> de notícias	26/09/12
3. “São Paulo”/ <i>O Estado de S.Paulo</i>	jornal	27/09/12
4. “Mais São Paulo”/ <i>Rádio CBN</i>	rádio	27/09/12
5. <i>Casa do Brincar</i>	<i>site</i> da empresa	27/09/12
6. <i>Núcleo Brasileiro de Estratégias</i>	<i>site</i> da empresa	28/09/12
7. <i>DeVerdeCasa</i>	<i>blog</i>	05/10/12
8. <i>Diário de S.Paulo</i>	jornal	05/10/12
9. <i>Vila Mundo</i>	<i>site</i> de notícias	23/10/12
10. <i>Época São Paulo</i>	revista	15/11/12
11. “Jornal da Cultura”/ <i>TV Cultura</i>	televisão	04/12/12
12. <i>Galileu</i>	revista	14/12/12
13. “São Paulo”/ <i>O Estado de S.Paulo</i>	jornal	17/12/12
14. “São Paulo”/ <i>Folha de S. Paulo</i>	jornal	06/01/13
15. <i>Catraca Livre</i>	<i>site</i> de notícias	07/01/13
16. “Jornal da Gazeta”/ <i>TV Gazeta</i>	televisão	10/01/13
17. <i>O Eco</i>	<i>site</i> da ONG	30/01/13
18. <i>Rede Brasil Atual</i>	<i>site</i> de notícias	20/03/13
19. <i>Casa do Brincar</i>	<i>site</i> da empresa	26/03/13
20. <i>Rede Brasil Atual</i>	<i>site</i> de notícias	05/04/13
21. “Guia do Dia”/ <i>TV Cultura</i>	televisão	16/04/13
22. <i>Casa Claudia</i>	revista	25/04/13
23. “Capital Natural”/ <i>Band News</i>	televisão	28/04/13
24. “Paladar”/ <i>O Estado de S.Paulo</i>	jornal	02/05/13
25. <i>Terra</i>	<i>site</i> de notícias	09/05/13
26. “Universo Jatobá”/ <i>Rádio Globo</i>	rádio	10/05/13
27. “Comida”/ <i>Folha de S.Paulo</i>	jornal	29/05/13
28. “Globo Rural”/ <i>Rede Globo</i>	televisão	29/05/13
29. <i>Ciranda Brasil</i>	<i>site</i> de notícias	16/06/13
30. <i>Epoch Times</i>	<i>site</i> de notícias	19/06/13
31. <i>Universo Jatobá</i>	<i>site</i> de notícias	03/07/13

32. <i>O Eco</i>	site da ONG	25/07/13
33. “Ressoar”/Rede Record	televisão	28/07/13
34. “Conexão Futura”/Canal Futura	televisão	29/07/13
35. <i>Viajante de Cidades</i>	blog	22/08/13
36. “Revista da Cidade”/TV Gazeta	televisão	22/08/13
37. <i>Vereador Andrea Matarazzo</i>	site pessoal	28/08/13
38. <i>Eu Penso em Meio Ambiente</i>	site de notícias	06/09/13
39. TEDx/YouTube	vídeo na internet	20/09/13
40. “Divirta-se”/O Estado de S. Paulo	jornal	04/10/13
41. <i>Apezinho Verde</i>	blog	23/10/13
42. “Divirta-se”/O Estado de S. Paulo	jornal	01/11/13
43. <i>Casa e Jardim</i>	revista	07/11/13
44. <i>Sacola Brasileira</i>	site de notícias	09/11/13
45. <i>Disney Babble</i>	revista digital	11/01/16
46. <i>Instituto Aprenda.bio</i>	site da ONG	04/12/13
47. <i>Virgula</i>	site de notícias	06/12/13
48. <i>Ser Melhor</i>	site de notícias	10/01/14
49. <i>Revista E/SESC</i>	revista	07/02/14
50. <i>Portal NAMU</i>	site de notícias	14/02/14
51. <i>Veja São Paulo</i>	revista	21/02/14
52. “Jornal da Cultura”/TV Cultura	televisão	03/03/14
53. <i>Jornal Meio Ambiente</i>	site de notícias	13/03/14
54. CADES-PI/YouTube	vídeo na internet	18/03/14
55. <i>Goethe-Institut</i>	site da instituição	24/03/14
56. <i>Rádio Bandeirantes</i>	rádio	31/03/14
57. “Paladar”/O Estado de S. Paulo	jornal	02/04/14
58. <i>Perfis Paulistanos</i>	blog	15/04/14
59. <i>Horta Comunitária City Lapa</i>	blog	24/04/14
60. <i>Planeta Sustentável</i>	site de notícias	14/05/14
61. <i>1 Papo Reto</i>	site de notícias	14/05/14
62. <i>Webrun</i>	site de notícias	29/05/14
63. “São Paulo”/Folha de S. Paulo	jornal	21/09/14
64. “Jornal da Cultura”/TV Cultura	televisão	29/09/14
65. <i>Exame</i>	revista	16/10/14

66. “Nascentes Urbanas”/GloboNews	televisão	16/11/14
67. Anhembi-Morumbi/YouTube	vídeo na <i>internet</i>	07/12/14
68. “Educação”/O Estado de S. Paulo	jornal	22/01/15
69. “Jornal da Cultura”/TV Cultura	televisão	30/01/15
70. Canal IQX/YouTube	vídeo na <i>internet</i>	26/02/15
71. “Blogs”/O Estado de S. Paulo	jornal	08/03/15
72. “Jornal da Cultura”/TV Cultura	televisão	23/03/15
73. “Aliás”/O Estado de S. Paulo	jornal	28/03/15
74. Ciclo Vivo	site de notícias	27/04/15
75. Fecomercio	site da instituição	01/07/15
76. Formiga.me	site de notícias	17/09/15
77. “Globo Rural”/Rede Globo	televisão	04/10/15
78. Jornal do Campus/USP	jornal	10/10/15

Deve-se ressaltar que diversas outras matérias jornalísticas podem ter sido feitas sobre a horta ou sobre seus personagens no período a que se refere este apêndice. Porém, foram apontadas, aqui, apenas aquelas a que esta pesquisa teve acesso direto ao documento impresso ou digital, cujos *links* ainda estavam ativos, na *internet*, até 13 de janeiro 2016. Reportagens disponíveis em:

1. <<http://vilamundo.org.br/2012/09/horta-das-coruja-s-tera-inaugurada-neste-sabado>>
2. <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-fazem-horta-em-praca-na-vila-madalena-imp-,936378>>
3. <<http://www.deverdecasa.com/2012/10/horta-das-coruja-s.html>>
4. <<http://diariosp.com.br/noticia/detalhe/34722/Horta+comunitaria:+sucesso+na+Vila+Madalena>>
5. <https://www.nube.com.br/nubenews/noticia?id_noticias=5670#_VpNEyPkrJD->>
6. <<http://www.casadobrinca.com.br/site/moradores-da-vila-madalena-criam-horta-comunitaria-em-praca-publica>>
7. <<http://cbn.globoradio.globo.com/colunas/mais-sao-paulo/2012/09/27/FAZENDAS-URBANAS-CORREGO-DAS-CORUJAS-NA-ZONA-OESTE-TERA-HORTA-ABERTA-CUIDADA-POR-VOLU.htm>>
8. <<http://colunas.revistaepocasp.globo.com/nabike/2012/11/15/conheca-movimentos-que-promovem-a-qualidade-ambiental-de-sp>>
9. <<https://www.youtube.com/watch?v=OjSLIHARBUM>>
10. <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI324891-18537,00-UM+BROTO+NO+ASFALTO.html>>
11. <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,do-shopping-para-as-hortinhas-imp-,974494>>
12. <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/01/1209993-grupos-se-organizam-para-fazer-e-cuidar-de-hortas-em-pracas-de-sp.shtml>>
13. <<https://catracalivre.com.br/geral/design-urbanidade/indicacao/alternativas-verdes-hortas-e-jardins-urbanos-surgem-nas-grandes-cidades>>
14. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/01/10/hortas-em-pracas-e-ruas-movimentadas>>
15. <<http://www.oeco.com.br/outrasvias/26862-o-pedal-verde-e-outras-boas-ideias-para-se-cultivar>>
16. <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/desafiosurbanos/2013/03/grupo-pressiona-prefeitura-de-sp-para-aderir-as-hortas-urbanas>>
17. <<http://www.casadobrinca.com.br/site/horta-comunitaria-projetos-por-uma-cidade-mais-verde>>
18. <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2013/04/cinza-que-te-quer-verde-vizinhos-usam-pracas-para-fazer-de-sao-paulo-lugar-menos-hostil>>
19. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/04/16/hortas-urbanas-paulo-saldiva>>
20. <<http://casa.abril.com.br/materia/horta-comunitaria-ocupa-praca-de-800-m2-sao-paulo>>
21. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/04/28/agricultura-urbana>>
22. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/05/02/visita-a-horta-das-coruja-s-com-fernanda-danelon>>
23. <<http://economia.terra.com.br/brasil-rural/grupo-de-facebook-incentiva-hortas-urbanas,082d910699a7e310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>
24. <<http://www.universojatoba.com.br/rosana/radio-jatoba/tempo-bom-mundo-melhor/moradores-de-sp-criaram-horta-comunitaria-em-praca-publica>>
25. <<http://www1.folha.uol.com.br/comida/2013/05/1286142-hortas-urbanas-produzem-de-couve-a-feijao-a-poucos-metros-do-asfalto.shtml>>

26. <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/05/em-sp-horta-comunitaria-criada-em-praca-publica-da-resultados.html>>
27. <<https://www.ciranda.net/Hortas-urbanas-um-exercicio-de?lang=fr>>
28. <<http://www.epochtimes.com.br/hortas-urbanas-ganham-destaque-em-sao-paulo/#.VpNN8vkrJD8>>
29. <<http://www.universojatoba.com.br/bem-estar/nutricao/hortas-urbanas-comunitarias>>
30. <<http://www.oeco.org.br/reportagens/27417-hortas-urbanas-uma-revolucao-gentil-e-organica>>
31. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/07/28/hortas-urbanas-2>>
32. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/07/29/hortas-urbanas>>
33. <<https://karinsalomaio.wordpress.com/2013/08/22/as-pracas-de-sao-paulo>>
34. <<http://andreamatarazzo.com.br/horta-comunitaria-em-praca-de-sp>>
35. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/08/29/horta-da-corujas-na-revista-da-cidade>>
36. <<http://www.eupensomeioambiente.com.br/2013/09/06/no-meio-do-caminho-havia-um-pe-de-couve>>
37. <<http://apezinho.com.br/comer/apezinho-verde>>
38. <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/divirta-se//pare-agora>>
39. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2013/11/08/estamos-na-roca>>
40. <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/divirta-se//troca-de-figurinhas>>
41. <<http://asacolabrasileira.com.br/2013/11/07/bredo/#.VpNR0fkrJD9>>
42. <<http://disneybabble.uol.com.br/br/criar-e-brincar/na-rua/hortas-urbanas-incentivam-criancas-comerem-bem>>
43. <<http://www.aprenda.bio.br/portal/?p=7512>>
44. <<http://www.sermelhor.com.br/ecologia/hortas-urbanas-comunitarias-em-plena-sao-paulo.html>>
45. <<http://virgula.uol.com.br/diversao/hortas-comunitarias-brotam-em-sao-paulo-conheca-um-espaco-verde-em-plena-avenida-paulista-sp>>
46. <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/7338_SAO+PAULO+TAMBEM+E+VERDE#/tagcloud=lista>
47. <<http://www.namu.com.br/materias/horta-urbana-colher-com-os-amigos>>
48. <http://vejasp.abril.com.br/materia/paulistanas-nota-dez-hortas?utm_source=redesabril_vejasp&utm_medium=facebook&utm_campaign=vejasp>
49. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2014/03/04/grupo-cultiva-hortas-comunitarias-na-cidade-de-sp>>
50. <<http://www.jornalmeioambiente.com>>
51. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2014/03/18/a-importancia-da-permacultura-urbana>>
52. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2014/04/01/a-praca-das-corujas-e-um-bom-exemplo-de-como-a-sociedade-pode-ajudar-na-manutencao-da-cidade>>
53. <<http://blogs.estadao.com.br/paladar/terreno-vazio-horta-nele>>
54. <<http://prototype-festival.com.br/coletivos>>
55. <<https://perfspaulistanos.wordpress.com/2014/04/15/organizacoes-civis-chamam-a-atencao-para-os-rios-da-cidade>>
56. <<http://hortacitylapa.blogspot.com.br/2014/04/mutirao-de-plantio-e-arrumacao-da-sala.html>>
57. <<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/planeta-no-parque-2014/2014/05/14/uma-expedicao-pelo-riacho-das-corujas>>
58. <http://paporeto.net.br/vida_pratica/colheita-da-cidadania>
59. <<http://www.webrun.com.br/h/noticias/sao-paulo-recebe-mostra-com-caminhada-pelo-riacho-da-coruja/15582>>
60. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2014/09/30/jc-debate-sobre-micropolitica>>
61. <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/veja-mapas-das-hortas-urbanas-de-sao-paulo>>
62. <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1518805-flor-comestivel-onde-encontrar-e-como-plantar-a-capuchinha.shtml>>
63. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2014/12/10/documentario-horta-das-corujas>>
64. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/01/22/alunos-da-usp-e-harvard-discutem-de-crise-hidrica-a-mobilidade-em-sp>>
65. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/02/26/dicas-para-fazer-uma-horta-comunitaria-minutos-da-sustentabilidade>>
66. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/03/09/os-herois-anonimos-da-natureza-de-sp>>
67. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/03/23/defensor-das-abelhas-resgata-especies-sem-ferrao>>
68. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/03/30/nem-tudo-sao-flores>>
69. <<http://ciclovivo.com.br/noticia/conheca-6-hortas-comunitarias-espalhadas-em-sao-paulo>>
70. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/09/17/horta-das-corujas-trazer-o-campo-para-a-metropole>>
71. <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/10/cultivo-de-horta-em-espacos-urbanos-atrai-cada-vez-mais-adeptos.html>>
72. <<https://hortadascorujas.wordpress.com/2015/10/13/cidades-tambem-sao-espacos-para-plantar>>
73. <<https://www.youtube.com/watch?v=GVl3PgJh2Co>>
74. <<http://www.fecomercio.com.br/NoticiaArtigo/Artigo/13335>>
75. <<http://globosatplay.globo.com/globonews/v/3769520>>
76. <<https://www.youtube.com/watch?v=glOG6rMMMSI&feature=youtu.be>>
77. <<http://vilamundo.org.br/2012/10/este-final-de-semana-tem-oficina-de-compostagem-domestica-na-horta-das-corujas>>
78. <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZcsrVxmIYsOs>>

ANEXOS

ANEXO A – Reportagem de 3 jan. 1991 do jornal *Diário Popular*

São Paulo, quinta-feira, 3 de janeiro de 1991

OS ANIMADOS
O fim do cowboy do asfalto

O fim do cowboy do asfalto

ODETE MACHADO

Uma verdadeira ilha verde, bem próxima ao centro da cidade, pode estar com seus dias contados. Considerada o paraíso das crianças e de um autêntico cowboy do asfalto, que mora há quase 50 anos na Vila Madalena, Zona Oeste, a chácara das Corujas terá de ser desocupada até domingo. A Prefeitura conseguiu na Justiça a reintegração de posse do terreno, localizado na esquina da avenida das Corujas com a rua Jurandá, para transformá-lo em praça pública.

O processo já vem correndo desde a administração Jânio Quadros e agora, às vésperas do despejo, a população da região está se mobilizando para impedir a destruição da chácara, onde Felipe Martins, de 71 anos, construiu barracões, manteve e alugando pôneis e minibusos. Os animais são a alegria do bairro nos domingos de sol. A burrinha Xuxa, fruto do cruzamento da jumenta Negrinha com o pônei Tatu, puxa uma carroagem pelas ruas da Vila Madalena, para delírio das crianças.

Desolado com a possibilidade de ter de abandonar o local, Felipe Martins, que nasceu no bairro e chegou a alugar seus animais e participar até novelas e filmes, diz que a chácara é

resultado de sua paixão pelos bichos. Ele mora numa casa nas proximidades do terreno e cuida de tudo com a ajuda de seu filho, Daniel Martins, e do caseiro João Benedito.

Se tirarem o que tenho aqui, acabam com 50 anos da minha vida, desabaía Felipe. Mais conhecido no bairro como boiadeiro, por ter sido condutor de gado em Minas e no Interior, antes de optar por cuidar da chácara, ele afirma não ter para onde levar os animais, se confirmado o despejo.

Ontem, grafiteiros do bairro pichavam um muro quase em frente ao terreno: Tirem os ratos, não o Felipe Boiadeiro, reclamava uma das ilustrações.

A preocupação com uma das burrinhas que dará cria nos próximos dias também foi motivo de protesto dos moradores: Eu me chamo Negrinha, estou grávida, e vou ser despejada, afirmava outra pichação.

O vizinho Jorge Ferreira Leite, morador da avenida das Corujas, 110, bem em frente ao local, argumenta que a Prefeitura não tem dinheiro para construir ou conservar uma praça no local, enquanto o velho Felipe cuida e mantém limpo o terreno, afastando da área a malandragem. Segundo ele, ser vizinho de Felipe significa 22 anos de harmonia, alegria e satisfação.

O boiadeiro Felipe Martins é hábil no laço e diverte as crianças



O caseiro, João Benedito, ajuda Martins a cuidar da Chácara das Corujas

ANEXO B – Reportagem de mar. de 1994 (fonte desconhecida, atribuída a jornal de bairro)

Sítio e demolido

Prefeitura reintegra área da fazendinha de Felipe Boiadeiro

A Prefeitura de São Paulo realizou, na última terça-feira, a reintegração de posse do terreno na Vila Madalena, onde estava localizado o Sítio das Corujas. Cerca de 13 funcionários da Administração Regional de Pinheiros participaram da operação, que resultou na demolição de todas as instalações e transferências dos animais. A área vinha sendo ocupada há mais de 50 anos por Felipe Martins, conhecido por Felipe Boiadeiro, de 75 anos, e já era considerada um ponto folclórico do bairro. Muitos moradores vizinhos ainda tentaram protestar contra a ação da Prefeitura, mas não houve acordo.

O processo de reintegração de posse do terreno de 3,8 mil metros quadrados do Sítio das Corujas vinha se desenvolvendo desde 1984, no governo de Mário Covas. A ex-prefeita Luiza Erundina também tentou desocupar a área durante a sua administração. Na época, os moradores da região fundaram a Associação para Preservação do Sítio das Corujas e conseguiram convencer a Prefeitura a não mexer no local. "Desta vez, porém, não teve jeito. Eles pegaram a gente de surpresa e já chegaram derrubando tudo", protestava Jorge Ferreira Leite, que mora há cerca de 25 anos ao lado do sítio.

Segundo a procuradora do patrimônio público, Ani Caprara, a Prefeitura decidiu

Mary Bezano



Sítio de Boiadeiro oferece recreação para as crianças da região

retomar a área porque Felipe Boiadeiro e seu filho, Daniel Rodrigues Martins, há anos vinham explorando a área comercialmente, sem autorização. Ela afirmou que a Prefeitura ainda analisou cinco projetos de aproveitamento do local, sendo um deles do próprio Felipe Boiadeiro e outros três de entidades da região. "No final, foi aprovada a sugestão do Depave (Departamento de Parque e Áreas Verdes), que pretende construir uma praça" revelou ela, enquanto acompanhava a desocupação.

FAZENDA URBANA

Os vizinhos do Sítio das Corujas acompanharam a operação da Prefeitura em clima de tristeza. A maioria deles de-

saprou a medida e nega que Felipe Boiadeiro usasse o local para obter lucros financeiros. "Isso é um absurdo. O dinheiro que ele ganhava mal dava para dar comida para os animais", afirmou Jorge Pereira Leite.

De acordo com os moradores, Felipe Boiadeiro cuidava do terreno há mais de 50 anos e já era considerado um "patrimônio do bairro". "Isso aqui é uma atração turística do bairro", lamentava Maria Helena Soares Netto, vizinha do sítio há cerca de 17 anos. "Muitas crianças passavam os fins de semana inteiro brincando aqui e eu ficava totalmente des preocupada", lembrou ela.

O próprio Felipe Boiadeiro ainda não sabe da desocupação. Segundo seu filho, Daniel Rodrigues Martins, ele se encontra doente e poderia ter uma recaída com a notícia. Desde de sua infância, Rodrigues, de 50 anos, também vinha ajudando seu pai a manter a fazendinha. Atualmente, eles mantinham no local dois pões, uma juveta, um burro, uma mula e um cavalo. O sítio também era utilizado como cenário para novelas de tevê. A última delas foi o seriado "Retrato de Mulher", exibido pela Rede Globo, na última terça-feira.

Depave propõe nova praça

O Departamento de Parque e Áreas Verdes (Depave) pretende aproveitar a área do Sítio das Corujas para a construção de uma praça. "Será um amplo projeto paisagístico", garante Paulo Sérgio Queiroz Barbosa, diretor do Departamento Patrimonial da Prefeitura. O administrador regional de Pinheiros, Osvaldo Ramos Dominguez, também planeja a construção de um Centro Cultural. O diretor do Partido Verde (PV) de Pinheiros não se dá por vencido. "Vamos montar uma comissão para formalizar uma posição partidária sobre o assunto", diz o presidente José Luiz de França Penna.

ANEXO C – Reportagem de mar. 1994 do jornal *Diário Popular*

Sítio ocupado na Zona Oeste é reintegrado ao município

Greg Salibian



Daniel Martins lamenta o despejo

A Prefeitura obteve na Justiça a reintegração de posse do Sítio das Corujas, uma área de 3.800 m² na Vila Madalena, Zona Oeste. Nos últimos 60 anos, a área tem sido cuidada por Felipe Martins, de 80 anos, conhecido no bairro como Felipe Boiadeiro. Ele transformou o local em uma pequena área de lazer no estilo Velho Oeste, que recebia visitantes para passeios em charretes puxadas por cavalos e pôneis.

Funcionários da Administração Regional de Pinheiros desmancharam os galpões do sítio. O departamento de zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde providenciou carros para o transporte dos animais. O oficial de Justiça José Carlos dos Santos chegou ao terreno acompanhado por duas



Greg Salibian

A área desapropriada tinha passeios de charrete e lembrava o Velho Oeste

viaturas da PM, mas a desocupação aconteceu em clima tranquilo.

Segundo Ani Caprara, procuradora do município, o terreno vinha sendo ocupado e explorado financeiramente por Felipe Martins e seu filho Daniel Rodrigues Martins. "Eles obtinham lucros com a exploração de uma área pública, sem a autorização da Prefeitura", disse Ani. Os moradores das ruas próximas ao terreno não concordavam com a procuradora e protestaram contra a reintegração.

O comerciante Jorge Ferreira Leite mora há 25 anos na avenida das Corujas, que dá frente para o sítio. "A memória da Vila Madalena se acabou. Aqui nós tínhamos um pedaço do Interior e isso não existe mais. As

crianças do bairro adoravam o local. O Felipe só cobrava o passeio nos cavalinhos, o que mal dava para manter o local", contou Jorge. Ele disse ainda que a comunidade conseguiu impedir a desativação do sítio duas vezes, nas administrações Covas e Erundina.

O Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave), da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, tem um projeto de praça para o local. Fernando Boiadeiro e o filho Daniel moram fora do terreno, que é cuidado por um caseiro. Daniel lamentou a ação da Prefeitura. "Meu pai está acamado e nem sabe direito o que está acontecendo. Apresentamos um projeto para transformar a área em um espaço educativo, mas a Prefeitura não aceitou", disse.

ANEXO D – Reportagem de maio de 1994 (fonte desconhecida, atribuída a jornal de bairro)

Prefeitura abandona o Sítio das Corujas

Página 4

20a
26 Maio 94



O sítio está fechado e as crianças são obrigadas a pular o portão para entrarem no local

20a 26 - Maio 94

ADMINISTRAÇÃO

Sítio das Corujas continua abandonado

Dois meses depois do despejo de Felipe Boiadeiro, o Sítio das Corujas, na Vila Madalena, continua como os funcionários da Prefeitura o deixaram. Na ocasião, o Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave) comandou a demolição de todas as instalações e promoveu a retirada dos animais. O diretor do Departamento Patrimonial do Município, Paulo Sérgio Queiroz Barbosa, garantia que no local seria implantado um amplo projeto paisagístico.

A ação do Depave indignou a comunidade de Vila Madalena, principalmente pelo fato de Felipe Boiadeiro estar, desde aquela época, acamado. Essa indignação vem, no entanto, crescendo ainda mais pelo fato desse órgão não ter cumprido a promessa. O pior é que ele passou a incumbência à Administração Regional de Pinheiros, alegando que o local, não era de sua competência.

O administrador regional de Pinheiros, Oswaldo Ramos Dominguez, diz que a Regional não tem verbas para implantar

o projeto. A Sociedade Amigos da Vila Madalena (Savima) enviou, há tempos, uma proposta de reurbanização do Sítio das Corujas à Regional, que incluía a permanência de Boiadeiro no local. Ela previa a participação da comunidade no projeto, que não oneraria os cofres da municipalidade. O problema é que ele foi engavetado.

Os moradores da Vila Madalena, diante do abandono da área, estão se movimentando. Há, inclusive, proposta de se realizar uma passeata de protesto contra a situação. O Centro Cultural da Vila Madalena também está nesta luta. Ele vai prestar uma homenagem a Felipe Boiadeiro em sua tradicional Feira da Vila. Para este ano o tema do evento será o Sítio das Corujas.

Morri Bezerra



O terreno agora passou a ser de responsabilidade da Administração Regional

ANEXO E – Reportagem de jun. 1994 (fonte desconhecida, atribuída a jornal de bairro)

3a 9
junho 94

PERSONALIDADE



Felipe Boiadeiro mantém uma miniatura de fazenda no Sítio das Corujas

Boiadeiro morre longe da Fazendinha

A Vila Madalena amanheceu triste na manhã do sábado passado. Na madrugada deste dia, morreu uma das figuras mais queridas do bairro. Felipe Boiadeiro, como era conhecido Felipe Martins, não resistiu a uma enfermidade crônica e ao desgosto de ser despejado de sua fazendinha. Boiadeiro foi enterrado no Cemitério da Lapa, em cerimônia simples e comovente. A missa de sétimo dia será realizada neste sábado, às 18h, na Igreja Santa Madalena, na Rua Girassol.

Felipe Boiadeiro fazia parte da paisagem e da cultura da Vila Madalena desde o início da década de 50. Sua figura era cercada de alguns mistérios. Uma das versões entre os moradores mais antigos é de que ele era filho de um rico fazendeiro, proprietário de quase toda a Vila. Boiadeiro negava afirmando que seu pai possuía apenas alguns terrenos, quando a região era terra-de-ninguém.

Boiadeiro era bom de prosa. Ele costumava contar sobre suas proezas na mocidade, como carregar dois sacos de feijão de 60 quilos de uma única vez, um em cada braço, ou das encrências em que se metia. "Achavam aquilo bonito, mas não passava de besteira", reconhecia com sorriso maroto. A alegria de Boiadeiro era mesmo as crianças que freqüentavam sua fazendinha, o Sítio das Corujas, aos domingos para brincar e passear de pônei.

Felipe Boiadeiro morreu com lágrimas nos olhos. O despejo do Sítio das Corujas no início deste ano o deixou muito abalado. Os moradores da Vila Madalena estão inconformados. Para eles, foi uma injustiça o que a Prefeitura fez com Boiadeiro, principalmente pelo fato de o Sítio das Corujas continuar sem nenhum equipamento de lazer depois do arrastão realizado pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave).

Feira fará homenagem

A organização da Feira da Vila Madalena decidiu que homenageará Felipe Boiadeiro durante sua 17ª edição. Boiadeiro sempre participou do evento, fazendo malabarismo com seu chicote. A Feira da Vila valerá um estande, que se chamará "Museu do Felipe Boiadeiro" e terá seus objetos pessoais. A Feira da Vila será realizada no dia 14 de agosto.

ANEXO F – Manifesto dos Hortelões Urbanos

MANIFESTO

(Valores/temas chave: tradição, autonomia, impacto coletivo, polarização, compromisso, ciclo, essencialidade e atenção, necessidade essencial.)

Nós somos agricultores urbanos: vivemos na cidade e plantamos alimentos.

Fazemos isso porque queremos caminhar rumo à autonomia alimentar. Nosso objetivo é diminuirmos progressivamente a dependência da agricultura convencional, da indústria alimentícia e dos grandes varejistas. Buscamos a interconexão entre todos os moradores e moradoras de uma cidade e acreditamos na possibilidade de cada pessoa cultivar parcialmente ou integralmente seu próprio alimento de forma orgânica e agroecológica.

A CIDADE E O CAMPO: UM SÓ TERRITÓRIO

Entendemos a questão da polarização entre a cidade e o campo como uma relação sem hierarquias tendo em vista que a dependência é mútua. Conseguimos produzir apenas uma parte dos alimentos de que necessitamos e por esse e outros motivos apoiamos um modelo mais sustentável de produção agrícola no campo. Repudiamos os impactos negativos da agricultura convencional sobre o meio ambiente desde a extração de recursos naturais, transporte, embalagem e geração de resíduos e uso da mão de obra. Buscamos parcerias com pequenos produtores agroecológicos e demandamos acesso a redes locais de comércio justo em contraposição ao agronegócio de larga escala, extremamente dependente de combustíveis fósseis, que explora intensivamente da terra, tortura os animais, usa agrotóxicos de forma massiva e concentra a renda na mão de poucas pessoas, prejudicando, em todas as etapas de produção, a natureza e a sociedade.

A MEMÓRIA ASSEGURA O FUTURO

Percebemos a importância de protegermos os conhecimentos agrícolas ancestrais que a agricultura baseada em fertilizantes químicos, agrotóxicos, latifúndios, monocultivo e alta mecanização tenta extinguir. Queremos unir os saberes tradicionais ao conhecimento científico moderno proporcionado pela agroecologia. Defendemos a troca horizontal de conhecimentos e o compartilhamento de recursos para nos integrarmos à rede mundial de agricultores urbanos intimamente ligada à agricultura familiar e outros movimentos com os mesmos propósitos.

Trocamos e doamos sementes e mudas, assim como nossas descobertas. Somos contra a privatização da tecnologia de produção de alimentos e do banco genético das espécies comestíveis. Achamos criminoso o lucro proveniente da especulação financeira que impede uma parte da humanidade de ter acesso ao alimento. Acreditamos na criação de um banco de sementes orgânicas, crioulas e tradicionais que possa resgatar a biodiversidade e contribuir para a ampliação do fluxo gênico das espécies agrícolas e não agrícolas. Sementes possuem valor inestimável para as presentes e futuras gerações.

NOSSO COMPROMISSO

Assumimos a tarefa de mostrar as novas gerações que é possível cultivar alimentos de forma menos artificial e gerar riquezas sem degradar a natureza ou explorar outros seres humanos. Acreditamos no potencial educativo de hortas urbanas, estimulando o contato humano com as dinâmicas naturais e ampliando a consciência ambiental e cultural dos indivíduos em sua realidade local. A agricultura urbana fortalece a identidade das pessoas com a terra e promove o senso de cidadania na construção de cidades mais justas e sustentáveis.

Assumimos ainda a responsabilidade de cultivar a vida nos espaços mortos da cidade, incentivando o compartilhamento equitativo do espaço público pelas pessoas. A cidade deve ser vivida e sentida e deve gerar iguais oportunidades para todas as pessoas, independente de gênero, etnia ou grupo social, para cultivarem alimentos de qualidade e em abundância.

COMIDA DEVE NUTRIR CORPO, RELAÇÕES SOCIAIS E TERRA

Valorizamos o sabor e as qualidades nutritivas dos ingredientes frescos e sazonais. Mas não queremos pagar uma fortuna por eles. Não aceitamos alimentos encharcados de agrotóxicos, o sabor inosso dos congelados e a ilusão nutricional da comida industrializada. Preocupamo-nos com a saúde coletiva e acreditamos que uma alimentação balanceada e com produtos de qualidade é a base para uma saúde integral e preventiva.

Plantamos alimentos na cidade sobretudo porque amamos o contato com a terra e a reconexão com os ciclos da natureza. Honramos o trabalho braçal e estamos preparados para ensinar e aprender o cultivo de alimentos bons, limpos e justos. Buscamos a valorização do agricultor, tanto no campo como na cidade, como uma das profissões mais nobres e honráveis, digna de respeito e remuneração adequada. Queremos mostrar que a cidade integra o ecossistema e a bacia hidrográfica e deve incorporar a natureza e seus fluxos em suas decisões de planejamento e em suas áreas públicas.

Ao cultivar alimentos na cidade, criamos comunidades solidárias de vizinhos ao redor de nossas hortas, recuperando laços sociais e o hábito da boa convivência no espaço público. O cultivo urbano favorece a criação de laços de amizade e interação baseados na partilha da colheita, no uso coletivo de recursos e na celebração da diversidade. A construção de comunidades urbanas vem destruir a impessoalidade e massificação da vida na cidade e busca ressignificar a convivência humana em sociedade.

ANEXO G – Ata da primeira reunião (14 jul. 2012) de voluntários da Horta das Corujas

Ata da 1ª Reunião do grupo de voluntários da Horta das Corujas

Data: 14/7/2012

Participantes:

Christine Munhoz	Julio Fernandez
Claudia Visoni	Laura Villani
Eduardo Cabelo	Letícia Momesso
Eliane Koseki	Luciana Spina
Estela Cunha	Luciano Lobo
Fernando Oliveira	Luigdi Diniz
Gabriela Arakaki	Madalena Buzzo
Giovana Gron	Miriam Salles
Isaac Kojima	Rodrigo Caccere
José Prata	Talita Salles
Julia Marazzi	Tânia Carlos
Juliana Diehl	

(23 assinaturas/presentes)

A conversa durante o encontro foi muito rica e será impossível registrar todo o conteúdo. A ata vai focar sobretudo os próximos passos para a criação da Horta das Corujas.

Madalena Buzzo e Claudia Visoni explicaram como foi obtido o apoio da Subprefeitura de Pinheiros, Secretaria do Verde e Centro de Zoonoses para a implantação da horta. Os presentes assinaram o abaixo-assinado que acompanha o requerimento que será entregue à Prefeitura para oficializar a permissão do uso de uma área na Praça das Corujas para o plantio de hortaliças. Madalena Buzzo relatou sua experiência como Conselheira do CADES (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e articuladora da comunidade do entorno da praça. Em breve, a Prefeitura providenciará o cercamento local da futura horta e da composteira por um alambrado de 1 m de altura.

Houve uma roda de apresentação em que todos explicaram porque resolveram participar do projeto e falaram sobre sua disponibilidade. Cerca de oito pessoas são moradores da região que podem trabalhar na horta diversas vezes por semana. Os demais se interessam em participar dos mutirões que ocorrerem nos finais de semana.

Foi salientado que se trata de um projeto experimental que poderá gerar subsídios para a implantação de hortas comunitárias em outras regiões da cidade.

O local conta com um olho d'água e uma parte permanentemente encharcada. Como não há torneira na praça, a ideia é utilizar essa água que brota naturalmente para a irrigação.

Moradores antigos da região afirmam que ali houve uma favela e pode existir algum grau leve de contaminação. Analisar a água que será usada na irrigação e amostras do solo é uma das sugestões, que fica para o futuro.

Surgiu uma proposta de iniciar os trabalhos fazendo a adubação verde, para aumentar a fertilidade do solo.

Além do plantio, o local deverá ser um ponto de convivência comunitária e aprendizado socioambiental. Foi proposta a realização de uma oficina de compostagem para incentivar os moradores do bairro a transformarem em casa o resíduo orgânico em adubo. A composteira instalada na praça já não está dando conta das folhas secas ali recolhidas e por isso não pode ser usada pela população para o descarte de lixo orgânico.

O envolvimento das escolas da região também seria muito bem-vindo e integrantes do grupo têm interesse em iniciar o diálogo com Olavo Pezzotti, Hugo Sarmento e Oswald de Andrade.

Próximos passos:

- Encontrar uma caixa d'água (preferencialmente descartada) para fazer o reservatório de água.
- Providenciar material para a cobertura do reservatório.
- Entrar em contato com as três escolas.
- Conseguir sementes para adubação verde.
- Agendar o primeiro mutirão de trabalho.

Quem tem interesse em participar das atividades propostas?

ANEXO H – Artigo 114 da Lei Orgânica do Município de São Paulo

Art. 114 – Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir.

§ 1º - A concessão administrativa de bens públicos depende de autorização legislativa e concorrência e será formalizada mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.

§ 2º - A concorrência a que se refere o § 1º será dispensada quando o uso se destinar a concessionárias de serviço público, entidades assistenciais ou filantrópicas ou quando houver interesse público ou social devidamente justificado.

§ 3º - Considera-se de interesse social a prestação de serviços, exercida sem fins lucrativos, voltados ao atendimento das necessidades básicas da população em saúde, educação, cultura, entidades carnavalescas, esportes, entidades religiosas e segurança pública.

§ 4º - A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, independe de licitação e será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.

§ 5º - A autorização será formalizada por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, exceto quando se destinar a formar canteiro de obra ou de serviço público, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra ou do serviço.

§ 6º - A locação social de unidades habitacionais de interesse social produzidas ou destinadas à população de baixa renda independe de autorização legislativa e licitação e será formalizada por contrato.

§ 7º - Também poderão ser objeto de locação, nos termos da lei civil, os imóveis incorporados ao patrimônio público por força de herança vacante ou de arrecadação, até que se ultime o processo de venda previsto no §5º do art. 112 desta lei.

§ 8º - O prefeito deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal relatório contendo a identificação dos bens municipais objeto de concessão de uso, de permissão de uso e de locação social, em cada exercício, assim como sua destinação e o beneficiário.

§ 9º - Serão nulas de pleno direito as concessões, permissões, autorizações, locações, bem como quaisquer outros ajustes formalizados após a promulgação desta lei, em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 10 – A autorização legislativa para concessão administrativa deixará de vigorar se o contrato não for formalizado, por escritura pública, dentro do prazo de 3 (três) anos, contadas da data da publicação da lei ou da data nela fixada para a prática do ato.

(§8º acrescentado pela Emenda 09/91; a Emenda 26/05 alterou todo o artigo; a Emenda 27/05 alterou o §3º, anteriormente alterado pela Emenda 26/05)

ANEXO I – Discurso de Claudia Visoni durante inauguração da Horta das Corujas em 29 de set. de 2012

Em nome dos voluntários da Horta das Corujas, dou as boas-vindas a todos.

Amigos, familiares, vizinhos, hortelões, educadores.

Hoje estamos realizando um sonho: inaugurar uma horta comunitária nesse oásis verde de São Paulo que é a Praça das Corujas.

Não que a horta esteja pronta. Como vocês podem ver, há montes de terra e muita área ainda sem cultivo. A horta só estará madura daqui a alguns anos e talvez nunca fique pronta. Isso porque é uma característica dos seres vivos estar sempre em transformação.

No dia 14 de julho de 2012 nos reunimos aqui pela primeira vez e só havia uma área descampada e uma composteira. Éramos cerca de 20 pessoas empolgadas com a ideia de trabalhar numa horta urbana.

Mas essa história começou meses antes, nas conversas do grupo Hortelões Urbanos. Vários membros manifestaram o desejo de cultivar alimentos coletivamente e aqui estamos hoje.

Felizmente, tivemos ótima receptividade do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) da Subprefeitura de Pinheiros, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e, em especial, da cidadã Madalena Buzzo, conselheira do CADES e a mais apaixonada dos voluntários da horta.

Agradecemos sobretudo ao Coronel Sérgio Teixeira Alves, subprefeito de Pinheiros, o imediato apoio ao nosso projeto.

Projeto? Mais parecia uma loucura.

Afinal, há dois meses todos os finais de semana abandonamos por algumas horas nossos companheiros, filhos e amigos para andar na lama e pegar na enxada.

Já temos um pouco para mostrar. E daqui a alguns minutos vocês poderão passear entre os canteiros e ver como crescem fortes as couves, manjericões, alecrins, cebolinhas, berinjelas, tomates e taiobas que plantamos, entre várias outras espécies.

Mas o que acontece aqui vai muito além do plantio. Estamos juntando os conhecimentos ancestrais e o poder de pesquisa e mobilização proporcionado pela *internet*. Estamos fortalecendo os laços entre os moradores da região. Estamos fazendo novos amigos. Estamos reaprendendo o valor do trabalho braçal e deixando esse lugar mais acolhedor e cheio de vida.

Enquanto plantamos sementes e mudas de hortaliças, plantamos também nosso investimento numa sociedade mais sustentável e menos competitiva.

Já percebemos que a vocação da Horta das Corujas é ser um espaço de educação ambiental prática e de disseminação de ideias para um mundo melhor.

Convidamos vocês a participar da maneira que acharem melhor. Vindo nos visitar. Acompanhando nosso *blog* e nosso grupo no *Facebook*. Dando sugestões. Envolvendo seus filhos ou alunos em atividades agroecológicas. Germinando sementes e preparando mudas em casa. Doando adubo orgânico. Ajudando a cuidar desse espaço. E, é claro, vindo trabalhar na roça conosco se desejarem.

Obrigada pela atenção e passo a palavra para Madalena Buzzo.

ANEXO J – Reportagem de 27 set. 2012 do caderno “Cidades/Metrópole”, p. C10, jornal *O Estado de S. Paulo*

Moradores fazem horta em praça na Vila Madalena

Voluntários se uniram para pôr o projeto em prática e se revezaram para cuidar da plantação; a colheita deve beneficiar uma escola

Edison Veiga

As plantinhas já estão lá, crescendo bonitas e verdejantes. Mas a inauguração oficial será neste sábado, às 17h – com show musical e lanche (cada um leva algo). A Praça das Corujas, no limite entre as Villas Madalena e Beatriz, na zona oeste de São Paulo, ganhará uma horta comunitária.

A iniciativa partiu de 12 voluntários, engajados em questões ambientais e de sustentabilidade. A maioria tinha experiência com hortas urbanas – ao menos, uma plantaçãozinha de temperos no quintal. Combetiam-se apenas pelo Facebook, por meio do grupo Hortelões Urbanos (<http://migre.me/astuOP/>), que existe desde julho de 2011.

● Expectativa

CLAUDIA VISONI
UMA DAS IDEALIZADORAS

“Esta horta tem como vocação ser um local de convivência social e ponto para projetos de educação ambiental. Ela nunca vai ser de grande produção, algo para segurança alimentar. Por isso, estamos viabilizando parceria com uma escola”

“Foi quando decidimos fazer algo no ‘mundo real’. E a primeira reunião do grupo, para montar uma horta comunitária em algum espaço público, ocorreu na Vila Madalena, no começo do ano”, recorda-se a jornalista Claudia Visoni, uma das voluntárias do projeto.

Cerca de 15 pessoas se interessaram em participar. A ideia foi esmiuçada, virou um projeto e aí começaram as questões, digamos, mais burocráticas: seria necessária a autorização da Prefeitura para usar uma praça. A Praça das Corujas – que fica na Avenida dos Corujas e oficialmente se chama Praça Dolores Ibaruri – foi a escolhida.

O pedido chegou à Subprefeitura de Pinheiros por meio de outra voluntária, a administradora de empresas Madalena Buzzo – que mora na Frente da praça e é membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades). A autorização foi rápida. “Eles gostaram e abraçaram a ideia”, conta Claudia. “Mas não existe, por enquanto, nenhum programa público do gênero. E a Prefeitura não fez nenhum investimento. Tudo foi feito com a nossa vaquinha”.

A plantação começou em julho. Para cuidar da horta, há uma



União. Madalena, Joana e Claudia esperam participação dos alunos da escola beneficiada

sim em um espaço público”, explica Claudia.

Para a inauguração neste sábado, cada um é convidado a levar alguns “comes” para o lanche comunitário. Haverá um show de músicos Paulo Padilha. Mais detalhes de respeito a um projeto as-

lhes no [blog www.hortadascorujas.wordpress.com](http://blog.www.hortadascorujas.wordpress.com).

8 mil tom de hortifrútis são produzidas por ano na capital
Paladar

ANEXO K – Lei nº 16.212/15, sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo



LEI Nº 16.212, DE 10 DE JUNHO DE 2015
(Projeto de Lei nº 289/13, do Vereador Nabil Bonduki - PT)

Dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 12 de maio de 2015, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo e estabelece seus objetivos, princípios e instrumentos.

Art. 2º Para efeitos desta lei, entende-se por praça um espaço público urbano, ajardinado ou não, que propicie lazer, convivência e recreação para a população, cumprindo uma função socioambiental.

Parágrafo único. As praças integram o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres previsto no Plano Diretor Estratégico.

Art. 3º Entende-se por gestão participativa das praças a participação dos cidadãos, conjunta com o poder público, na implantação, revitalização, requalificação, fiscalização, uso, conservação das praças públicas, visando garantir a qualidade desses espaços públicos e fortalecer o necessário diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Art. 4º A gestão participativa das praças tem como objetivos:

I - a busca da sustentabilidade do espaço urbano, considerando a valorização da saúde humana, a inclusão social, as manifestações culturais e a melhoria da qualidade de vida como aspectos pertinentes e indissociáveis da conservação do meio ambiente;

II - a valorização do patrimônio ambiental, histórico, cultural e social das praças de São Paulo;

III - a apropriação e fruição dos espaços públicos da praça pela comunidade, considerando as características do entorno e as necessidades dos munícipes;

IV - a utilização, pela comunidade, de elementos paisagísticos, arquitetônicos, esportivos, lúdicos e do mobiliário urbano voltados ao atendimento das necessidades dos munícipes;

V - a sensibilização e a conscientização da comunidade para a conservação e valorização das áreas verdes urbanas, incentivando o seu uso coletivo e contribuindo para desenvolver uma cultura de convivência social nos espaços públicos.

Art. 5º Para a consecução desses objetivos, a gestão participativa das praças rege-se pelos seguintes princípios:

I - a disseminação ampla e qualificada de informações;

II - a transparência;

III - o diálogo com a comunidade;

IV - a valorização do saber técnico e do saber popular;

V - a vocação de cada praça, sua singularidade e complementaridade com as outras praças e áreas verdes do bairro e equipamentos públicos do distrito e da Subprefeitura;

VI - a integração entre as praças, parques urbanos, parques lineares, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas e paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres;

VII - a conexão entre as praças e demais espaços públicos, considerando em especial as formas não motorizadas de mobilidade humana;

VIII - a acessibilidade universal, conforme legislação pertinente;

IX - a manutenção das áreas permeáveis e, quando possível, sua ampliação;

X - a parceria entre o poder público, a sociedade civil e o setor privado.

Parágrafo único. Entende-se por vocação da praça suas características, singularidade, os usos e possibilidades de uso, a frequência e as características do entorno, que a tornam única e a diferenciam das demais praças.

Art. 6º São instrumentos da gestão participativa das praças:

I - a consulta pública de projetos, previamente à sua implantação;

II - os comitês de usuários;

III - o cadastro de praças.

Art. 7º Entende-se por consulta pública o procedimento de divulgação pública de propostas para receber manifestações de interessados, devendo ser utilizado:

I - nos projetos de novas praças, elaborados pelo poder público municipal ou por terceiros;

II - nos projetos de requalificação ou reforma de praças, quando implicarem em substituição expressiva da vegetação;

III - nos projetos de requalificação ou reforma de praças, quando implicarem em mudança de uso predominante.

§ 1º A consulta pública deverá ser amplamente divulgada pela Subprefeitura respectiva, através de jornais, internet, mídias locais, além de outros meios considerados pertinentes, garantindo-se prioritariamente a divulgação na própria praça e em seu entorno.

§ 2º A Subprefeitura deverá disponibilizar o projeto impresso para consulta dos interessados durante o prazo estabelecido para a consulta pública.

§ 3º Os serviços de manutenção, limpeza e consertos de equipamentos e mobiliário danificados não serão objeto de consulta pública.

Art. 8º O Executivo regulamentará as regras da consulta pública para os casos definidos no art. 7º desta lei, fixando prazos, forma de divulgação e demais procedimentos.

§ 1º As regras para consulta pública serão unificadas para todas as Subprefeituras.

§ 2º Cada Subprefeitura deverá garantir a efetividade da participação popular, incorporando as propostas feitas nas consultas públicas que considerar condizentes com o projeto.

Art. 9º O comitê de usuários citado no inciso II do art. 6º desta lei é formado por iniciativa dos munícipes interessados em contribuir voluntariamente na gestão da praça, sendo constituído por, no mínimo, 4 (quatro) moradores do entorno e usuários em geral.

§ 1º É obrigatório que metade dos integrantes do comitê de usuários seja composta de moradores do bairro.

§ 2º Qualquer cidadão maior de 18 (dezoito) anos poderá integrar o comitê de usuários.

§ 3º Os integrantes dos comitês de usuários não serão remunerados pelo Executivo, em nenhuma hipótese, por desempenharem essa função.

§ 4º Não há limitação para que o munícipe participe de mais de um comitê de usuários.

§ 5º Os comitês de usuário terão caráter voluntário e sua criação não constituirá obrigatoriedade.

§ 6º A ausência de comitê de usuários não impedirá o Executivo de implantar, reformar e requalificar praças.

§ 7º Os comitês de usuários deverão se cadastrar na Unidade de Áreas Verdes da Subprefeitura à qual pertence a praça.

§ 8º A Subprefeitura deverá disponibilizar o cadastro, referido no parágrafo anterior, na internet.

§ 9º Os comitês de usuários trabalharão de forma integrada com os zeladores de praça, quando houver.

Art. 10. São funções do comitê de usuários:

I - contribuir com a gestão da praça;

II - propor projetos, reformas, requalificações e intervenções, bem como opinar acerca destes e acompanhar sua execução;

III - opinar acerca de propostas de termos de cooperação, bem como acompanhar e fiscalizar seu cumprimento;

IV - opinar acerca do mobiliário urbano, equipamentos e demais elementos que compõem as praças;

V - opinar acerca dos termos de permissão de uso comercial, observada a legislação pertinente;

VI - mediar a relação entre a comunidade vizinha à praça e o poder público;

VII - buscar parcerias, bem como opinar sobre parcerias existentes e propostas de novas parcerias;

VIII - opinar sobre plantio de árvores;

IX - acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção, limpeza, capinação, poda e demais serviços executados pelo Executivo Municipal e/ou por cooperantes, informando sobre a necessidade de tais serviços e apontando eventuais irregularidades na sua execução.

Parágrafo único. Quando houver termo de cooperação, a Subprefeitura deverá contribuir para o diálogo entre o cooperante e o comitê de usuários, mediando-o sempre que necessário.

Art. 11. O cadastro de praças de que trata o inciso III do art. 6º desta lei consiste na listagem atualizada e georreferenciada de praças, devendo conter, no mínimo:

I - demarcação das praças por distrito, com nome, endereço e área;

II - informações sobre as características de cada praça, tais como topografia, vegetação predominante, equipamentos e mobiliário urbano existentes, iluminação, e espécimes arbóreos relevantes, quando couber;

III - a categoria do espaço livre onde se localiza a praça, se bem de uso comum ou bem dominial;

IV - programação de limpeza e capinação;

V - zeladoria, quando existir;

VI - termo de cooperação, nome e contato do cooperante, quando houver;

VII - comitê de usuários e contato do responsável, quando houver;

VIII - equipamentos e mobiliário urbano prioritários elencados pelo comitê de usuários, quando houver;

IX - monumentos, esculturas e obras de arte, incluindo grafitti, quando houver;

X - a existência de comodato ou cessão, quando for o caso;

XI - vocação da praça, identificada pela respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários, quando houver.

§ 1º A elaboração do cadastro será de responsabilidade da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, de forma articulada com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e do Departamento de Gestão da Informação da Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 2º O cadastro de praças será parte integrante do cadastro único de bens imóveis municipais previsto na Lei Orgânica.

§ 3º As Subprefeituras terão um prazo de 6 (seis) meses a partir da promulgação desta lei para realizar e disponibilizar, em seu site, o cadastro referido no "caput" deste artigo.

§ 4º O cadastro de praças deverá ser atualizado anualmente pela Subprefeitura respectiva.

§ 5º A Subprefeitura deverá disponibilizar o cadastro em seu site na internet, acompanhado de orientações acerca dos serviços prestados nas praças, inclusive dos canais para sugestões e reclamações.

Art. 12. A manutenção e conservação das praças compete à Supervisão Técnica de Limpeza Pública da Subprefeitura na qual aquelas se localizam, em especial à Unidade de Áreas Verdes, nos termos do art. 12, IV, da Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, e do art. 1º, IV, "b", da Lei nº 13.682, de 15 de dezembro de 2003, sendo constituída dos seguintes serviços:

I - corte de grama;

II - limpeza e varrição;

III - capinação, raspagem, sacheamento e roçada;

IV - ajardinamento e manutenção das áreas ajardinadas;

V - plantio de árvores, arbustos e vegetação herbácea;

VI - poda e remoção, quando necessária, de árvores, observado o disposto na Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987;

VII - manutenção de calçadas, caminhos e áreas pavimentadas;

VIII - instalação, conserto e substituição de equipamentos públicos e mobiliário urbano;

IX - acondicionamento, coleta e destinação adequada dos resíduos provenientes das atividades definidas nos incisos deste artigo.

§ 1º As atividades descritas no "caput" deste artigo deverão ser prestadas de maneira integrada entre as Unidades de Áreas Verdes e de Varrição, de forma a otimizar os recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

§ 2º A conservação de praças poderá ser delegada a terceiros mediante termos de cooperação, nos termos da legislação vigente.

Art. 13. O Executivo Municipal deverá manter e ampliar o programa de zeladoria de praças, de forma complementar às competências definidas no art. 12 desta lei, adequando-o se necessário.

Art. 14. (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 15. A fim de assegurar os objetivos descritos no art. 4º, as praças poderão ter equipamentos e mobiliário urbano, tais como:

I - lixeiras para coleta seletiva;

- II - parque infantil;
- III - equipamentos para exercícios físicos;
- IV - bancos;
- V - áreas de estar com mesas para jogos e piqueniques;
- VI - ponto para ligação de água e luz;
- VII - estacionamento para bicicletas;
- VIII - horta comunitária orgânica, de caráter educativo;
- IX - painéis informativos;
- X - quiosques para piquenique;
- XI - palco para manifestações artísticas;
- XII - guaritas.

§ 1º Os equipamentos a que se refere o "caput" deste artigo, em especial os itens III, IV e V, deverão observar princípios de ergonomia e segurança, de acordo com as normas técnicas pertinentes em vigência.

§ 2º Deverão constar, nos equipamentos mencionados nos itens III e IV informações sobre sua forma de uso e segurança, bem como o telefone do responsável pela manutenção dos mesmos.

§ 3º Poderão ser implantados outros equipamentos e mobiliário urbano, conforme a vocação da praça, a critério da Subprefeitura e do comitê de usuários, quando houver.

§ 4º Os equipamentos e mobiliário descritos no inciso II deste artigo poderão ser implantados e mantidos por terceiros, mediante termos de cooperação, conforme legislação vigente.

§ 5º A instalação de guaritas dependerá de autorização da respectiva Subprefeitura.

Art. 16. As praças, quando couber, poderão ter cisternas e banheiros secos, dentro dos princípios da permacultura urbana, a critério da respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários, quando existir.

Art. 17. As praças poderão sediar eventos culturais e esportivos, gratuitos, adequados à vocação de cada praça, mediante autorização da Subprefeitura e de outros órgãos públicos, quando couber, ouvido o comitê de usuários, quando existir.

§ 1º Os eventos deverão respeitar a livre expressão artística, cabendo ao proponente a responsabilidade por sua realização e pelos custos financeiros.

§ 2º Subprefeitura deverá orientar os solicitantes dos eventos mencionados no "caput" deste artigo acerca das demais autorizações necessárias, mediando-as, quando necessário.

Art. 18. As propostas de instalação de hortas comunitárias orgânicas de caráter educativo nas praças deverão ser encaminhadas para as respectivas Subprefeituras, mediante solicitação contendo, no mínimo, a localização, as dimensões e a indicação dos responsáveis pela manutenção.

§ 1º A Unidade de Áreas Verdes da Subprefeitura expedirá manifestação considerando as condições de solo, irrigação, insolação, topografia e entorno, ouvindo o comitê de usuários, quando houver.

§ 2º Havendo autorização para a instalação da horta, a Subprefeitura apoiará a implantação dentro de suas possibilidades, em parceria com a Supervisão de Abastecimento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e outras Secretarias Municipais atuantes no entorno da praça.

Art. 19. As praças que sediarem hortas comunitárias orgânicas poderão ter composteiras, construídas e mantidas segundo os princípios da permacultura urbana, pelos responsáveis pela respectiva horta.

§ 1º A instalação de composteiras deverá ser autorizada pela respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários, quando houver.

§ 2º Caberá aos responsáveis pela horta informar os frequentadores da praça sobre o correto manejo das composteiras, podendo para tanto desenvolver campanhas e ações educativas na praça e entorno, envolvendo o comitê de usuários, quando houver.

Art. 20. A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras deverá elaborar, com participação da sociedade civil, uma cartilha para a implantação, manutenção e reforma de praças, abordando questões como acessibilidade, porcentagem de área permeável, instalação de equipamentos e mobiliário urbano, orientação para hortas comunitárias orgânicas, entre outras, informando a quem cabe a responsabilidade pelos serviços públicos e estabelecendo os parâmetros para os equipamentos e serviços dispostos nos arts. 14, 15, 16, 17, 18 e 19 desta lei.

§ 1º Esta cartilha será utilizada para orientação das Subprefeituras para informação dos municípios e em programas de educação ambiental.

§ 2º A cartilha deverá ser disponibilizada impressa e em meio digital, disponível no site das Subprefeituras.

Art. 21. O Executivo criará e implantará, em conjunto com a sociedade civil e de acordo com o disposto na Política Municipal de Educação Ambiental, programa de educação ambiental voltado à gestão participativa das praças, abrangendo no mínimo:

I - campanha de conscientização acerca do disposto nesta lei;

II - estratégia de distribuição e capacitação para o uso educativo da cartilha referida no art. 20 desta lei, envolvendo escolas, equipamentos públicos e organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. Poderão ser destinados recursos de fundos municipais, especialmente o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, diretamente ou por meio de editais, ao programa de educação ambiental.

Art. 22. Recursos oriundos de Termos de Compensação Ambiental e Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderão ser destinados à implantação, requalificação e reforma de praças.

Art. 23. A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras poderá proceder estudo quanto às possibilidades dos recursos gerados por termo de permissão de uso de comércio e serviços instalados em praças serem destinados à mesma ou a outras praças dentro da respectiva Subprefeitura.

Art. 24. (VETADO)

Art. 25. O Executivo adequará a legislação que normatiza os Termos de Cooperação ao disposto nesta lei.

Art. 26. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de junho de 2015, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de junho de 2015.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 11/06/2015, p. 1 c. 1-4

Para informações sobre revogações ou alterações a esta norma, visite o site www.camara.sp.gov.br.

ANEXO L – Capa do guia “Divirta-se” nº 186 (4/10 a 10/10 de 2013), jornal *O Estado de S. Paulo*



RELEBRANDO Direto da década de 80, cidade recebe esta semana shows de B-52s, Peter Hook e Simple Minds. **PÁG. 72**

ONDE ESTAMOS 33ª edição do Panorama da Arte Brasileira abre amanhã, no MAM, com obras de 32 artistas. **PÁG. 86**

NOVO COMEÇO Teatro Ivo 60 muda de nome para Teatro Pequeno Ato e estreia com 'Navalha na Carne'. **PÁG. 61**

Divirta-se
 Nº 186 - 4/10 A 10/10 - 2013
 O ESTADO DE S. PAULO

Dez feiras para as crianças ganharem novos brinquedos (e outras coisas) sem você gastar nada **Pág. 8**

Você troca?

The image shows a swap meet taking place outdoors on a paved area with trees in the background. In the foreground, several children are sitting on a green tarp, playing with various toys like a doll, blocks, and a toy car. A woman is kneeling nearby, interacting with the children. In the background, other people are seen, some with strollers, and a banner that says 'PRA' is visible. The overall atmosphere is one of a community event where people exchange items.

Capa

FOTOS: MÁRCIO FERREIRA/ESTADÃO



Praça dos Corujas: crianças fazem negociações no último dom. (29)

Troca de FIGURINHAS

No mês das crianças, 10 feiras em que os pequenos passam por novas experiências, saem com o presente e você só gasta tempo

O dilema dos pais no Dia das Crianças é sempre o mesmo: o presente, o passivo e quanto tudo isso vai ficar. O que vale não é o amor? Sim e não. No dia 12 de outubro, criança quer mesmo é um brinquedo – não importa se outros tantos entram a casa. Mas pode esquecer a calculadora. Antecipamos o nosso Dia das Crianças para que você possa planejar com calma a qual das 10 feiras de troca, chitas de presentes, você irá. Brinquedo garantido, nada de consumismo e muitas experiências novas para seus herdeiros.

Como é bem diferente de ir a uma loja, acompanhamos a feira do Movimento Boa Praça (leia mais ao lado) para elaborar um manual de etiqueta que serve para todos os eventos. Aprendemos a nos comportar e que há muito mais do que apertar um presente pra levar pra casa. Enquanto escolhemos, trocamos, destrucamos, as crianças brincam, fazem novas amizades e passam horas agradáveis na praça, com direito a bolo e outros quitutes.

E, se gostar da experiência, organize sua própria feira. Pedimos dicas de como fazer ao excelente Instituto Alana, dedicado a mobilizar as pessoas em prol das crianças. **Fernanda Araujo**

O negócio

“Que dinossauro legal.” “Querer se lá no meu tapete tem alguma coisa que você gosta?” “Olha, também dá para brincar assim.” Essas foram algumas das frases ditas na feira de trocas do último domingo (29/9), na Praça dos Corujas. O evento, realizado na festa de aniversário do Movimento Boa Praça e da Hora dos Corujas, dividiu atenção com a aulinha de culinária e a história contada pela turma do Babado de Chita. Entre uma boquinha e outra na mesa comunitária, as pessoas se encantam com artigos antes esquecidos, trocavam ideias e descobriam compatibilidades. Havia criança, velho, cachorro, adulto... E um clima sinestésico muito bom.

Os negociadores



ADOLESCENTE BOLSINHO TROCO URGENTE COSIS E TENHO NOVIDADE SEMPRE. JÁ ENCONTREI ATE UM PATINS **
Ana Luiza Tereza Perzek, 15 anos, é vitoriana do Ipiranga



CONSEGUI ESSA BOLA COLORIDA QUE GABE E FECHA, ALCUMOS BARRAQUINHOS E DOIS MINIONS **
Juliana Pereira da Paqueta, 12 anos, é de Itaquaquecetuba, SP



ODINOSAURO TEM LINGUA, SO QUE TA GRUADA **
Ana Carolina, 10 anos, é de Itaquaquecetuba, SP



NUMA CIDADE EM QUE MUI CONHECEMOS NOSSO VIZINHO DE PORTO, AQUI FAZEMOS AMIGOS **
Alana, 15 anos, mora em Itaquaquecetuba, SP



ADOLESCENTE BOLSINHO TROCO URGENTE COSIS E TENHO NOVIDADE SEMPRE. JÁ ENCONTREI ATE UM PATINS **
Ana Luiza Tereza Perzek, 15 anos, é vitoriana do Ipiranga

Capa

ANEXO N – Sinalização para horta comunitária: “Que bagunça!”

QUE BAGUNÇA!

cadê as fileiras de alface?

Crescemos acostumados com a ideia de que hortas devem ter canteiros organizados com hortaliças alinhadas. Essa horta é um pouco diferente, pois se baseia nos princípios da agroecologia.



O QUE É AGROECOLOGIA?

É uma forma de cultivar alimentos respeitando uma perspectiva ecológica. Na agroecologia a produção agrícola acontece de forma harmônica com os ciclos naturais e respeitando as comunidades locais, somando os conhecimentos científicos aos conhecimentos de populações e agricultores tradicionais. Nós não usamos pesticidas ou fertilizantes químicos, apenas técnicas naturais e, acima de tudo, cuidamos da saúde do solo.



CONSORCIAMENTO

Algumas plantas se dão muito bem juntas, e são chamadas de plantas companheiras. Elas se ajudam repelindo pragas, fornecendo nutrientes e até sombra. Essas plantas frequentemente têm diferentes necessidades de nutrientes, luz e água, e por isso não competem quando estão próximas. Na hora de combinar espécies, esse é um dos principais critérios.



BIODIVERSIDADE


Se na natureza os ecossistemas são complexos e diversificados, na horta não pode ser diferente! Por isso, em vez de plantar poucas espécies de plantas nos canteiros, nós misturamos bastante para que elas possam juntas criar um ambiente equilibrado, propício à fauna benéfica e ao controle natural de pragas. Raramente fazemos fileiras de mudas, pois as formas naturais são sinuosas e não lineares. Por isso nossos canteiros parecem “desorganizados”, mas na verdade é só treinar o olhar pra começar a entender tudo o que está acontecendo ali!




MATOS SÃO COMIDA

Sabe aquelas plantas que nascem espontaneamente na grama, na horta e até em beira de calçada? Muitas são tão comestíveis quanto as que você compra no mercado - e muito gostosas! Elas são chamadas de PANCs, ruderais e até (injustamente) de ervas daninhas, mas elas frequentavam a mesa dos nossos avós e bisavós, antes de serem esquecidas pelos novos hábitos de consumo. Por isso, se você vir um canteiro cheio de “matos” aqui na horta, saiba que é de propósito: nós podemos comer alguns deles e não dão trabalho para cultivar. Mas atenção: informe-se antes de consumi-los! Consulte matosdecomer.blogspot.com.br e come-se.blogspot.com.br.

ANEXO O – Placa: “Bem-vindo à Horta das Corujas!”



Bem-vindo à Horta das Corujas!



- A horta é aberta ao público todo o tempo. Basta entrar, tomando o cuidado de fechar o portão.
- Como estamos cultivando alimentos, é importante que cães fiquem do lado de fora.
- O local tem vários olhos d'água. Evite as áreas encharcadas e peça orientações para pessoas familiarizadas com o terreno.
- As ferramentas foram emprestadas por voluntários para o uso em mutirões. Guarde-as de novo após usar.
- Não temos autorização da prefeitura para plantar árvores no local. Agradecemos o oferecimento de mudas, mas pedimos que sejam encaminhadas a outros locais.
- Se quiser colher algo, use o bom-senso levando apenas uma pequena quantidade para que outras pessoas também possam se beneficiar da horta. Não arranque as plantas. As ervas devem ser cortadas preferencialmente com uma tesoura ou faca. Se não tiver esses instrumentos, quebre com cuidado os galhos que pretende levar.
- Aceitamos doações de composto pronto e chorume de minhocário para adubação. Mas não temos como receber resíduos vegetais ou podas de jardim (a composteira não é suficiente nem para os resíduos gerados aqui).
- Por favor, não plante por conta própria. Alguns canteiros estão reservados para projetos educacionais ou foram preparados para um plantio específico e precisamos planejar a ocupação do espaço.
- Caso tenha vontade de participar dos plantios ou adotar um canteiro, entre em contato conosco ou apareça nos próximos mutirões.

Escala para rega

Fazer uma horta é muito mais cuidar do que plantar. Leva um minuto para colocar uma muda no canteiro. Mas se ninguém aparecer para regar no dia seguinte, no outro, no outro, no outro etc, ela morre. Então esse é o trabalho mais importante a fazer!

Como a horta está grande, o ideal é ter mais de uma pessoa por área e por dia. Toda ajuda é bem-vinda. Precisamos coordenar nossos esforços e agradeceremos a todos que puderem se dispor a vir regar semanalmente. Quem quiser participar, por favor, entre em contato.

As regas devem acontecer do início da manhã ou final da tarde. Nos dias chuvosos, São Pedro assume e estamos dispensados do serviço. Por favor, lembre-se de cobrir os reservatórios com cuidado antes de ir embora para evitar que se tornem criadouros de insetos.

Participe dos mutirões

7/7, 13/7, 21/7, 27/7,
4/8, 10/8, 18/8, 24/8,
1/9, 7/9, 15/9, 21/9,
29/9, 5/10, 13/10,
19/10, 27/10, 2/11,
10/11, 16/11, 24/11,
30/11, 8/12, 14/12,
22/12

A partir das 10h.
Todos são bem-vindos!

	Parte Baixa	Parte Alta
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Final de semana		

Reservamos doações de mutirões. Agradecemos quem puder ajudar no dia seguinte ao do mutirão. São Paulo, sempre, sempre e sempre e mais e mais!

blog: hortadascorujas.wordpress.com | e-mail: hortadascorujas@gmail.com | facebook: grupo Horta das Corujas

ANEXO P – Carta de 13 nov. 2011 dos voluntários da Horta das Corujas para o diretor-presidente da CETESB Otávio Okano

<(")> Voluntários
Horta das Corujas
Praça Dolores Ibarruri
Vila Beatriz, São Paulo
hortadascorujas@gmail.com

Sr. Otávio Okano
Presidente
Cetesb
Av. Prof. Frederico Hermann Jr.,345
Pinheiros, São Paulo

Ilmo. Sr. Otávio Okano,

A Horta das Corujas é uma horta comunitária experimental em praça pública. Foi criada em agosto de 2012 na praça Dolores Ibarruri (conhecida como das Corujas), com o apoio da Subprefeitura de Pinheiros, e está sendo cuidada por cidadãos voluntários. A proposta é ser um espaço de convívio social e de educação ambiental. Nela os voluntários (principalmente moradores do bairro) cultivam, aprender a cultivar e ensinam a cultivar. Aprendemos também a usar o espaço público, respeitando as regras locais e os outros usuários. Nossa ambição é que esse projeto possa se tornar referência para a cidade de São Paulo, e quiçá replicado por cidadãos em outras partes da metrópole. A colheita deverá ser doada para a escola Municipal Olavo Pezzotti, que já tem trazido seus alunos para conhecer e participar dos trabalhos da Horta. Para maiores informações sobre a horta e trabalhos relacionados acesse o blog: hortadascorujas.wordpress.com.

Recebemos doação de terra da Subprefeitura de Pinheiros e estamos trabalhando em canteiros elevados adubados com composto orgânico, pois pretendemos seguir os preceitos da agroecologia. A água usada para a rega vem de uma cacimba criada pelos voluntários sobre uma nascente natural no meio da praça.

É neste ponto que gostaríamos de pedir a ajuda da CETESB.

Gostaríamos de saber se a água que estamos usando para a rega das hortaliças é própria, se podemos continuar utilizando-na para o cultivo e posterior consumo das ervas, verduras e legumes que estamos cultivando. Tivemos a informação que os critérios estabelecidos para a qualidade da água seguem a Resolução Conama 357/2005 (no nosso caso, "água doce, Classe 1, destinada a d) à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película"). A análise completa na Cetesb custa aproximadamente R\$ 2.500,00. Infelizmente esse é um valor excessivamente alto para voluntários de uma horta comunitária de vocação educativa. Por ora, fizemos uma primeira análise bacteriológica de *E. coli*, na própria Cetesb, que já nos custou R\$111,00 e deve ser repetida bimestralmente. Vimos aqui solicitar-lhe que a Cetesb apoie nosso projeto experimental realizando gratuitamente as análises completas da água da cacimba da Horta das Corujas, segundo os padrões do artigo 14 da Resolução Conama 357/2005.

Acreditamos que esse projeto deva ser uma referência para uma cidade mais humana e sustentável, e o apoio da Cetesb para seu sucesso é de imensa valia.

Esperando poder contar com sua compreensão e colaboração, sem mais pelo momento, subscrevemo-nos.

Claudia Visoni (jornalista), Joana Canêdo (tradutora), Madalena Buzzo (conselheira do CADES), Miriam Cenamo; Sasha Hart (hidrogeólogo); Talita Salles (arquiteta); Thais Maud (patologista da FMUSP) pelos **Voluntários da Horta das Corujas**.

ANEXO Q – Carta de 21 fev. 2013 do diretor-presidente da CETESB Otávio Okano em resposta aos voluntários da Horta das Corujas (a/c Joana Canêdo)



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência

OF.0097/2013/P

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013.

Prezada Senhora,

Em atenção a correspondência datada de 13.11.2012, na qual Vossa Senhoria solicita a realização de análise gratuita da água de irrigação utilizada pela Horta Comunitária do Córrego das Corujas, informamos que a Diretoria Plena da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, aprovou a realização sem custos para esse voluntariado, de uma única campanha de coleta e análise das águas da nascente localizada na Vila Beatriz/SP.

Para tanto, as informações sobre a programação da coleta poderão ser obtidas com o Biólogo Carlos Jesus Brandão, Gerente da Divisão de Amostragem da CETESB, por meio do endereço eletrônico elc_cetesb@sp.gov.br.

Atenciosamente,



OTAVIO OKANO
Diretor-Presidente

À
HORTA DAS CORUJAS

ANEXO R – Carta de 30 abr. 2013 da CETESB para encaminhamento dos boletins de análise da cacimba da Horta das Corujas



CETESB

0268/2013/P

São Paulo, 30 de abril de 2013

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência

Prezada Senhora,

Estamos encaminhando em anexo os Boletins de Análises referentes à amostra de água de irrigação coletada em 08 de abril de 2013 na cacimba da Horta Comunitária do Córrego das Corujas.

De acordo com os resultados obtidos a amostra atende aos limites bacteriológicos, hidrobiológicos e químicos estabelecidos pela Resolução CONAMA 375/2005 para águas de classe 1 destinadas a irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película, exceto para oxigênio dissolvido, cobre dissolvido e ferro dissolvido. Embora os valores desconformes para os dois metais sejam mais preocupantes do ponto de vista de fitotoxicidade do que à saúde humana, recomendamos monitorar os mesmos periodicamente para verificar se as concentrações não estão se elevando.

Com relação ao parâmetro *E. coli*, apesar do valor obtido da presente coleta enquadrar-se no limite estabelecido pela Resolução CONAMA 375/2005, para avaliação conclusiva, essa análise deve ser realizada em seis amostras coletadas durante o período de um ano, com frequência bimestral, conforme estabelecido pela própria Resolução.

Sendo o que se apresenta, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.


Atenciosamente,

Otávio Okano
Diretor Presidente


A
HORTA DAS CORUJAS

ANEXO S – Boletins de análise da água da cacimba da Horta das Corujas emitidos pela CETESB em abr. 2013

Pág: 1 / 2



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 DIVISÃO DE AMOSTRAGEM - ELC
 BOLETIM DE ANÁLISES DE CAMPO
 N.º EAXA/14848/2013



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 12/03/2013

DADOS DO CLIENTE

Nome: Departamento de Análises Ambientais
 Endereço: Av. Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

DADOS DA COLETA

Descrição: Av. das Corujas - Praça Dolores Ibaruri (Praça das Corujas) - Coleta na cacimba
 Coletor(es): Renan L.de O.Silva/ Venício P. Ribeiro
 Data da coleta: 7/3/2013 Hora da coleta: 11:30
 Tipo: água bruta
 Chuvas: Não

RESULTADOS ANALÍTICOS

	Resultado	Unidade
Oxigênio Dissolvido	4,24	mg/L
pH	6,30	
Temperatura da água	24,70	°C
Temperatura do ar	30,10	°C

LEGENDAS

mg/L: miligrama por litro
 °C: grau Celsius
 O.D.: Oxigênio Dissolvido
 mg/L: miligrama por litro de O.D.

MÉTODOS

Coleta e preservação de amostras: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF, 21ª edição, 2005, 1060.
 Oxigênio Dissolvido: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF, 21ª edição, 2005 e procedimento SQ PR/LB 174.
 pH: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF, 21ª edição, 2005 e procedimento SQ PR/LB 174.
 Temperatura da água: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF, 21ª edição, 2005 e procedimento SQ PR/LB 174.
 Temperatura do ar: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF, 21ª edição, 2005, 2550.

NOTAS

O plano de amostragem está vinculado ao nº de OS referenciado neste boletim.

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração
 Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada
 Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br
 CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-2000,
 Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183353 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-115 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br

2




CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE AMOSTRAGEM - ELC
BOLETIM DE ANÁLISES DE CAMPO
N.º EAXA/14848/2013

Pág: 2/ 2

**DADOS GERAIS**

Amostra: 1315121
OS: 15200300
Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
Emissão do Boletim: 12/03/2013


CARLOS JESUS BRANDÃO
Gerente de Divisão
Registro CETESB: 0982-6
CRBio - 1-35223/01-D

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração
Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada
Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05429-900 - São Paulo - SP - Tel. (0xx11) 3133-3000
Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1180363 - C.N.P.J. n.º 43.779.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 ELP - DIVISÃO DE MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA
 BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAMP/15280/2013

Pág: 1/2



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 15/03/2013

DADOS DO CLIENTE

Nome: Departamento de Análises Ambientais
 Endereço: Av. Professor Frederico Hermann, Jr. 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

DADOS DA COLETA

Descrição: Av. das Corujas - Praça Dolores Ibaruri (Praça das Corujas) - Coleta na cacimba
 Coletor(es): Renan L. de O. Silva/ Venício P. Ribeiro
 Data da coleta: 7/3/2013 Hora da coleta: 11:30
 Tipo: água bruta

DADOS DO RECEBIMENTO DA AMOSTRA NO LABORATÓRIO

Condições da amostra: Conforme
 Data/hora do recebimento: 7/3/2013 13:35

RESULTADOS ANALÍTICOS

Análises Bacteriológicas

	Resultado	V.M.P.	Unidade	Data do ensaio
<i>Escherichia coli</i>	14	120	UFC/100 mL	07/03/2013

LEGENDAS

V.M.P. = Valor máximo permitido pela legislação.
 UFC = Unidade formadora de colônia.

CONCLUSÕES

A amostra analisada enquadra-se nos limites bacteriológicos estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005 para águas de classe 1 destinadas a irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película (menor ou igual a 120 *E. coli* por 100 mL). Entretanto, para avaliação conclusiva, essa análise deve ser realizada em seis amostras coletadas durante o período de um ano, com frequência bimestral.

MÉTODOS

- Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, versão online: *E. coli* - Seção 9213D.3b, 2007.

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração
 Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br
 CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000,
 Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183263 - C.N.P.J. n.º 48.776.491/0001-70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-158 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELP - DIVISÃO DE MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA
BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAMP/15280/2013

pag: 2/2



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 15/03/2013


 ELAYSE MARIA MACHICH
 Gerente de Divisão
 Registro CETESB: 5553-9
 CRF:8135

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração
 Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br
 CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000,
 Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.000.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Divisão de Análises Hidrobiológicas - Setor de Comunidades Aquáticas
ELHC-F/ 00031 /2013
BOLETIM DE ANALISES
FITOPLÂNCTON

Pág.: 1/2



Nº Amostra: 1315121 2.013 Nº da O.S.: 15200300 Descrição da amostra: B1 - Água Doce
Data Coleta: 07/03/2013 Data Entrada: 07/03/2013 Data Emissão: 01/04/2013

Dados do Cliente:

Nome: Departamento de Análises Ambientais
Endereço: CETESB - SEDE
Município: SÃO PAULO UF: SP

Dados de Campo:

Manancial: NÃO APLICADO Código Ponto:
Local: AV. DAS CORUJAS - PRAÇA DOLORES IBARRURI (PRAÇA DAS CORUJAS) - COLETA NA
CACIMBA
Coletor: RENAN/VENICIO - ELC

Fator Concentração: 11,66

Fator Correção: 0,00

RESULTADOS

Grupo	Identificação	Nº ORG / mL
CYANOBACTÉRIAS		
	<i>Pseudanabaena spp.</i>	58
	Total:	58
CLOROFICEAS		
	CHLOROCOCCALES	163
	<i>Cosmarium spp.</i>	23
	<i>Monoraphidium sp.</i>	23
	Total:	209
DIATOMACEAS		
	<i>Gomphonema spp.</i>	23
	PENALES	35
	Total:	58
FITOFLAGELADOS		
	<i>Cryptomonas sp.</i>	198
	CRYPTOPHYCEAE	315
	<i>Euglena sp.</i>	58
	EUGLENOPHYCEAE	117
	FORMA NAO IDENTIFICADA	536
	<i>Phacus sp.</i>	35
	<i>Strombomonas sp.</i>	12
	<i>Trachelomonas armata</i>	70
	<i>Trachelomonas spp.</i>	82
	Total:	1423
	Total geral:	1748

CÉLULAS DE CIANOBACTÉRIAS (NÚMERO ESTIMADO): = 320 CÉLS/ML

Este Boletim de Análise só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração.
Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada.

Handwritten signature and number 6



Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
 Divisão de Análises Hidrobiológicas - Setor de Comunidades Aquáticas
ELHC-F/ 00031 /2013
BOLETIM DE ANÁLISES
FITOPLANCTON

Pág.: 2/2



Nº Amostra: 1315121 2.013 Nº da O.S.: 15200300 Descrição da amostra: B1 - Água Doce
 Data Coleta: 07/03/2013 Data Entrada: 07/03/2013 Data Emissão: 01/04/2013

Dados do Cliente:

Nome: Departamento de Análises Ambientais
 Endereço: CETESB - SEDE
 Município: SÃO PAULO UF: SP

Dados de Campo:

Manancial: NÃO APLICADO Código Ponto:
 Local: AV. DAS CORUJAS - PRAÇA DOLORES IBARRURI (PRAÇA DAS CORUJAS) - COLETA NA CACIMBA
 Coletor: RENAN/VENICIO - ELC

Fator Concentração: 11,66

Fator Correção: 0,00

RESULTADOS

Grupo	Identificação	Nº ORG / mL
-------	---------------	-------------

Legenda:


Nº ORG / mL = número de organismos, por mililitro.

Nº UPA / mL = unidade padrão de área, por mililitro.

Nota: Presença de muita matéria orgânica, prejudicando a análise.**Metodologia(s):**

Identificação e quantificação de organismos fitoplanctônicos pelo método de sedimentação (Utermöhl), conforme os procedimentos SQ PR/LB 122 e SQ PR/LB 123, baseado em: Norma Técnica CETESB L5. 303, 2005, Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, APHA - AWWA - WEF, 2005, Seção 10200 A,B,C,D,E e F e Chorus & Bartram. Toxic cyanobacteria in water: a guide to their health consequences, monitoring and management. WHO/E & FN SPON, 1999.


DENISE AMAZONAS PIRES
 BIÓLOGO
 CRBio: 51.433-01
 REG: 01.007035


MARIA DO CARMO CARVALHO
 GERENTE DE SETOR
 CRBio: 06.143-01
 REG: 01.4428-8

Atendimento ao Cliente: Fone: 011-3133-4065 Fax: 011-3133-3103.

E-mail: pdpq@cetesbnet.sp.gov.br

Este Boletim de Análise só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração.
 Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada.

7



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELHC - SETOR DE COMUNIDADES AQUÁTICAS
BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAHC/15288/2013

Pág: 1/1



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 15/03/2013

DADOS DO CLIENTE

Nome: Departamento de Análises Ambientais
 Endereço: Av. Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

DADOS DA COLETA

Descrição: Av. das Corujas - Praça Dolores Ibarruri (Praça das Corujas) - Coleta na cacimba
 Coletor(es): Renan L. de O. Silva/ Venício P. Ribeiro
 Data da coleta: 07/03/2013 Hora da coleta: 11:30
 Tipo: água bruta

DADOS DO RECEBIMENTO DA AMOSTRA NO LABORATÓRIO

Condições da amostra: Conforme
 Data/hora do recebimento: 07/03/2013 14:05

RESULTADOS ANALÍTICOS

Amostra 1315121 Volume filtrado: 450 mL

	Resultado	Unidade	Data do ensaio
Clorofila-a	7,13	µg/L	11/03/2013
Fecfitina-a	2,85	µg/L	11/03/2013

MÉTODOS

Determinação pelo método espectrofotométrico conforme o procedimento SQ PR/LB 121, baseado em: Norma Técnica CETESB L5. 306, 1990 e Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, APHA - AWWA - WEF, 2005. Seções, 1060 B e C, e 10200 H.


 MÔNICA LUÍSA KUHLMANN
 Ger.Setor Exercício-ELHC
 Registro CETESB: 5540-5
 CRBio-1:10874/01-D

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração
 Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada
 Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br
 CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel: (0xx11) 3133-3000
 Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1185053 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 6.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELAI - SETOR DE QUÍMICA INORGÂNICA
BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAAI/16667/2013

Pág: 1/4



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 11/04/2013

DADOS DO CLIENTE

Nome: Departamento de Análises Ambientais
 Endereço: Av. Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

DADOS DA COLETA

Descrição: Av. das Corujas - Praça Dolores Ibarruri (Praça das Corujas) - Coleta na cacimba
 Coletor(es): Renan L. de O. Silva/ Venício P. Ribeiro
 Data da coleta: 07/03/2013 Hora da coleta: 11:30
 Tipo: água bruta

DADOS DO RECEBIMENTO DA AMOSTRA NO LABORATÓRIO

Condições da amostra: Conforme
 Data/hora do recebimento: 08/03/2013 09:54

RESULTADOS ANALÍTICOS

Água bruta

	Resultado	V.M.P.	Unidade	Ensaio
Alumínio Dissolvido	<0,10		mg Al/L	15/03/2013
Antimônio total	<0,005		mg Sb/L	25/03/2013
Arsênio total	<0,005		mg As/L	25/03/2013
Bário total	0,04		mg Ba/L	15/03/2013
Berílio total	<0,005		mg Be/L	02/04/2013
Boro total	<0,03		mg B/L	15/03/2013
Cádmio total	<0,0007		mg Cd/L	15/03/2013
Chumbo total	<0,009		mg Pb/L	15/03/2013
Cianeto total	<0,01		mg CN/L	08/03/2013
Cloreto total	8,23		mg Cl/L	08/03/2013
Cobalto total	<0,02		mg Co/L	02/04/2013
Cobre dissolvido	0,02		mg Cu/L	15/03/2013
Cor verdadeira	47		mg Pt/L	08/03/2013
Cromo total	<0,02		mg Cr/L	15/03/2013
DBO Total	<3		mg O2/L	08/03/2013
DQO Total	<50		mg O2/L	08/03/2013
Fenóis Totais	<0,003		mg/L	20/03/2013
Ferro Dissolvido	0,95		mg Fe/L	15/03/2013
Fluoreto total	<1,00		mg F/L	13/03/2013
Fósforo total	0,05		mg P/L	15/03/2013
Lítio total	<0,005		mg Li/L	02/04/2013
Manganês total	0,07		mg Mn/L	15/03/2013

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. n.º 108.091.375-110 - Insc. Munic. n.º 6.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELAI - SETOR DE QUÍMICA INORGÂNICA
BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAAI/16667/2013

Pág: 2 / 4



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 11/04/2013

RESULTADOS ANALÍTICOS - continuação

Níquel total	<0,02	mg Ni/L	15/03/2013
Nitrogênio nitrato	0,74	mg NO3-N/L	08/03/2013
Nitrogênio nitrito	0,01	mg NO2-N/L	08/03/2013
Nitrogênio amoniacal total	0,11	mg NH3-N/L	11/03/2013
Óleos e Graxas Totais	<10	mg/L	14/03/2013
Prata total	<0,01	mg Ag/L	05/04/2013
Selênio total	<0,005	mg Se/L	05/04/2013
Sólidos dissolvidos totais	144	mg/L	12/03/2013
Sulfato total	7,84	mg SO4/L	08/03/2013
Sulfeto total	<1,00	mg S/L	11/03/2013
Surfactantes	<0,08	mg LAS/L	08/03/2013
Turbidez	17,5	UNT	08/03/2013
Urânio total	<0,02	mg U/L	02/04/2013
Vanádio total	<0,03	mg V/L	02/04/2013
Zinco total	<0,02	mg Zn/L	15/03/2013

MÉTODOS

Alumínio dissolvido : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Antimônio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3113, espectrometria de absorção atômica - forno de grafite.
 Arsênio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Bário total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Berílio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Boro total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Cádmio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Chumbo total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Cianeto : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4500CN, itens B, C e D, colorimetria com piridina/ ácido barbitúrico.
 Cloreto total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4110C, cromatografia iônica.
 Cobalto total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Cobre dissolvido : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP - Tel. (0xx11) 3133-3000.
 Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 118303 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 108.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELAI - SETOR DE QUÍMICA INORGÂNICA
BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAAI/16667/2013

Pág: 3/4



DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 11/04/2013

MÉTODOS - continuação

Cor verdadeira : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, APHA - AWWA - WEF, versão on line, método 2120C - espectrofotometria.

Cromo total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.

DBO Total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 5210B, incubação a 20°C em ausência de luz, por 5 dias.

DQO Total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 5220D, digestão térmica em sistema fechado e quantificação colorimétrica .

Fenóis Totais : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 5530C, extração com clorofórmio e quantificação por colorimetria com amino-antipirina.

Ferro dissolvido : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.

Fluoreto total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4110C, cromatografia iônica.

Fósforo total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES. (não pertence ao escopo de acreditação INMETRO CRL 0093).

Lítio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.

Manganês total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.

Níquel total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, APHA, AWWA, WEF, versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES .

Nitrogênio- amônia (Cl) : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4500NH3 B e ISO 14911:1998 -destilação e cromatografia iônica (não pertence ao escopo de acreditação INMETRO CRL 0093).

Nitrogênio- nitrato total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4110C, cromatografia iônica.

Nitrogênio- nitrito total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4110C, cromatografia iônica.

Óleos e Graxas : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 5520D, gravimetria com extração por soxhlet.

Prata total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3113, espectrometria de absorção atômica - forno de grafite.

Selênio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3113, espectrometria de absorção atômica - forno de grafite.

Sól. diss. totais : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 2540, gravimetria.

Sulfato total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4110C, cromatografia iônica.

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP - Tel. (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 5193093 - C.N.P.J. n.º 49.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 108.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELAI - SETOR DE QUÍMICA INORGÂNICA
BOLETIM DE ANÁLISES

N.º EAAI/16667/2013

Pág: 4/4



DADOS GERAIS


Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 11/04/2013

MÉTODOS - continuação

Sulfeto : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 4500S, item F, titulometria com iodeto-iodo/ tiossulfato de sódio.
 Surfactantes : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 5540C, colorimetria com azul de metileno.
 Turbidez : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 2130, turbidimetria.
 Urânio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Vanádio total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.
 Zinco total : Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater - APHA - AWWA - WEF - versão on line, método 3120B, espectrometria ótica de emissão com plasma de argônio- ICP/OES.

NOTAS

Mercurio total : análise não realizada devido a problemas operacionais.


FRANCISCO JORGE FERREIRA
 Gerente de Setor
 Registro CETESB: 5757-7
 CRQ:01102074

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05450-900 - São Paulo - SP - Tel. (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183263 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Ins. Est. n.º 109.091.375-118 - Ins. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 ELAQ - SETOR DE QUÍMICA ORGÂNICA
 BOLETIM DE ANÁLISES

Pág: 1/4

N.º EAAQ/16576/2013

DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 09/04/2013

DADOS DO CLIENTE

Nome: Departamento de Análises Ambientais
 Endereço: Av. Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

DADOS DA COLETA

Descrição: Av. das Corujas - Praça Dolores Ibarruri (Praça das Corujas) - Coleta na cacimba
 Coletor(es): Renan L.de O.Silva/ Venício P. Ribeiro
 Data da coleta: 07/03/2013 Hora da coleta: 11:30
 Tipo: água bruta

DADOS DO RECEBIMENTO DA AMOSTRA NO LABORATÓRIO

Condições da amostra: Conforme
 Data/hora do recebimento: 07/03/2013 13:51

RESULTADOS ANALÍTICOS

Período do Ensaio: 11/03/2012 a 05/04/2013

Compostos Orgânicos Voláteis Aromáticos

	Resultado	Unidade
Benzeno	<2,50	µg/L
Estireno	<2,50	µg/L
Etilbenzeno	<2,50	µg/L
m,p Xileno	<5,00	µg/L
o Xileno	<2,50	µg/L
Tolueno	<2,00	µg/L

Compostos Orgânicos Voláteis Halogenados

	Resultado	Unidade
1,1 Dicloroetano	<2,50	µg/L
1,1 Dicloroetano	<5,00	µg/L
1,1,1 Tricloroetano	<2,50	µg/L
1,1,1,2 Tetracloroetano	<2,50	µg/L
1,1,2 Tricloroetano	<2,50	µg/L
1,1,2,2 Tetracloroetano	<2,50	µg/L
1,2 Dicloroetano	<4,00	µg/L
1,3,5 Triclorobenzeno	<2,50	µg/L
Cis 1,2 Dicloroetano	<2,50	µg/L
Clorofórmio	<2,50	µg/L
Tetracloreto de Carbono	<2,00	µg/L
Tetracloroetileno	<2,50	µg/L
Trans 1,2 Dicloroetano	<2,50	µg/L
Tricloroetileno	<2,50	µg/L

Fenóis por cromatografia gasosa

Resultado Unidade

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração
 Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05418-300 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3500,
 Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.776.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 109.081.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELAQ - SETOR DE QUÍMICA ORGÂNICA
BOLETIM DE ANÁLISES

Pág: 2/4

N.º EAAQ/16576/2013

DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 09/04/2013

RESULTADOS ANALÍTICOS - continuação

2,3,4,5 - Tetraclorofenol	<0,10	µg/L
2,3,4,6 - Tetraclorofenol	<0,10	µg/L
2,4 - Diclorofenol	<0,10	µg/L
2,4,5-Triclorofenol	<0,10	µg/L
2,4,6-Triclorofenol	<0,10	µg/L
2-Clorofenol	<1,00	µg/L
Pentaclorofenol	<0,10	µg/L

Herbicidas Fenoxilácidos Clorados

	Resultado	Unidade
2,4 D	<0,20	µg/L
2,4,5 T	<0,50	µg/L
2,4,5 TP	<0,20	µg/L
Bentazona	<0,50	µg/L

Herbicidas Triazinas

	Resultado	Unidade
Ametrina	< 0,40	µg/L
Atrazina	< 0,10	µg/L
Simazina	< 0,10	µg/L

Outros Herbicidas

	Resultado	Unidade
Metolaclo	< 0,10	µg/L
Molinato	< 0,10	µg/L
Pendimetalina	< 0,20	µg/L
Permetrina	< 0,10	µg/L
Propanil	< 0,40	µg/L

Hidrocarbonetos Aromáticos Polinucleares

	Resultado	Unidade
Acenafeno	<0,02	µg/L
Antraceno	<0,02	µg/L
Benzo(a)antraceno	<0,02	µg/L
Benzo(a)pireno	<0,01	µg/L
Benzo(b)fluoranteno	<0,02	µg/L
Benzo(g,h,i)perileno	<0,08	µg/L
Benzo(k)fluoranteno	<0,01	µg/L
Criseno	<0,02	µg/L
Dibenzo(a,h)antraceno	<0,03	µg/L
Fenantreno	<0,02	µg/L
Fluoranteno	<0,02	µg/L
Fluoreno	<0,02	µg/L

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05458-900 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1153053 - C.N.P.J. n.º 43.778.491/0001-70 - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELAQ - SETOR DE QUÍMICA ORGÂNICA
BOLETIM DE ANÁLISES

Pág: 3/4

N.º EAAQ/16576/2013

DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 09/04/2013

RESULTADOS ANALÍTICOS - continuação

Indeno(1,2,3-cd)pireno	<0,08	µg/L
Naftaleno	<0,03	µg/L
Pireno	<0,02	µg/L

Bifenilas Policloradas

	Resultado	Unidade
Congenera 101	< 0,01	µg/L
Congenera 118	< 0,01	µg/L
Congenera 138	< 0,01	µg/L
Congenera 153	< 0,01	µg/L
Congenera 180	< 0,01	µg/L
Congenera 28	< 0,01	µg/L
Congenera 52	< 0,01	µg/L

Pesticidas Organoclorados

	Resultado	Unidade
Alaclor	<0,01	µg/L
Aldrin	< 0,002	µg/L
alfa BHC	<0,01	µg/L
beta BHC	< 0,01	µg/L
cis Clordano	< 0,02	µg/L
delta BHC	< 0,01	µg/L
Dieldrin	< 0,002	µg/L
Endossulfan I	< 0,02	µg/L
Endossulfan II	< 0,02	µg/L
Endossulfan Sulfato	< 0,02	µg/L
Endrin	< 0,004	µg/L
Heptacloro	< 0,005	µg/L
Heptacloro Epóxido	< 0,005	µg/L
Hexaclorobenzeno	< 0,003	µg/L
Lindano	< 0,005	µg/L
Metoxicloro	< 0,01	µg/L
Mirex	< 0,002	µg/L
pp' DDD	< 0,002	µg/L
pp' DDE	< 0,002	µg/L
pp' DDT	< 0,006	µg/L
trans Clordano	< 0,02	µg/L
Trifuralina	<0,01	µg/L

Pesticidas Organofosforados

	Resultado	Unidade
Clorpirifos	< 0,04	µg/L
Demeton O	< 0,04	µg/L

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel. (Doc11) 3133-3000, Fax: (Doc11) 3133-3402 - Telex: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.778.491/0001 - 70 - Insc. Est. n.º 108.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.913-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br

15



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 ELAQ - SETOR DE QUÍMICA ORGÂNICA
 BOLETIM DE ANÁLISES

Pág: 4 / 4

N.º EAAQ/16576/2013

DADOS GERAIS

Amostra: 1315121
 OS: 15200300
 Programa: ATENDIMENTO DIRETORIAS CETESB
 Emissão do Boletim: 09/04/2013

RESULTADOS ANALÍTICOS - continuação

Demeton S	< 0,04	µg/L
Guthion	< 0,02	µg/L
Malation	< 0,04	µg/L
Paration	< 0,04	µg/L

MÉTODOS

Bifenilas Policloradas (PCB's) - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA 8082A - Polychlorinated Biphenyls (PCB's) by Gas Chromatography - Rev.01
 Compostos Orgânicos Voláteis Aromáticos - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA 8260 C - Volatile Organics by Gas Chromatography/Mass Spectrometry (CG/MS) Rev.3
 Compostos Orgânicos Voláteis Halogenados - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA 8260 C - Volatile Organics by Gas Chromatography/Mass Spectrometry (CG/MS) Rev.3
 Fenóis por Cromatografia - DIN EN 12673 - Water Quality - Gas Chromatographic Determination of Some Selected Chlorophenols in Water - 1998
 Herbicidas Fenoxiácidos Clorados - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA-8151A Chlorinated Herbicides by Gas Chromatography Using Methylation or Pentafluorobenzoylation Derivatization
 Herbicidas Triazinas - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) - Método EPA 8141B - Organophosphorus Compounds by Gas Chromatography Capillary Column Technique - Rev. 02
 Hidrocarbonetos Aromáticos Polinucleares - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA 8310 Polynuclear Aromatic Hydrocarbons - Rev.0
 Outros Herbicidas - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA 8141B - Rev.02-Organophosphorus Compounds by Gas Chromatography Capillary Column Technique
 Pesticidas Organoclorados - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste(1998) Método EPA 8081B Organochlorine Pesticides by Gas Chromatography - Rev.02
 Pesticidas Organofosforados - SW 846 - Test Methods for Evaluating Solid Waste (1998) Método EPA 8141B - Rev.02-Organophosphorus Compounds by Gas Chromatography Capillary Column Technique

NOTAS

Determinações efetuadas com observância dos prazos de preservação recomendados para cada parâmetro, exceto casos apontados como não-conformidade, quando houver.
 Os valores indicados como "menor que" referem-se aos limites de quantificação.

NEUSA AKEMI NIWA
 Gerente de Setor
 Registro CETESB: 5452-3
 CRQ:04123359

Este boletim de análises só pode ser reproduzido por inteiro e sem nenhuma alteração

Os resultados desta análise referem-se tão somente à amostra encaminhada

Atendimento ao cliente: fone: 11-3133 4065, fax: 11-3133 3103 e-mail: pdpq_cetesb@sp.gov.br

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Sede: Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-000 - São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3133-3000, Fax: (0xx11) 3133-3402 - Telex: 1183053 - C.N.P.J. n.º 43.776-40/0001 - 7D - Insc. Est. n.º 109.091.375-118 - Insc. Munic. n.º 8.030.313-7 - Site: www.cetesb.sp.gov.br

ANEXO T – Carta dos conselheiros do CADES-PI para o Comitê da Dengue da Subprefeitura de Pinheiros

Caros membros do Comitê da Dengue de Pinheiros, Nós, conselheiros do meio ambiente da Subprefeitura de Pinheiros, voluntários e frequentadores da Horta das Corujas abaixo assinados, solicitamos informações sobre as nebulizações previstas para a região da Praça Dolores Ibaruri. Gostaríamos de ser informados sobre os locais, datas e produtos a serem aplicados com no mínimo 24 horas de antecedência. Esta comunicação prévia é fundamental para podermos minimizar impactos em colmeias, em experimentos científicos e na saúde das pessoas que frequentam a horta e consomem os vegetais. Caso a nebulização venha a ocorrer na praça, solicitamos também informações sobre o possível prazo de carência para consumo das hortaliças plantadas na horta e utilização da água das nascentes para rega dos canteiros. Este entendimento e ações são fundamentadas nas recomendações de diversos cientistas e especialistas que frequentam a horta.

A Horta das Corujas, localizada na praça, é um importante polo de educação ambiental e reserva de biodiversidade do município. Recentemente, agentes da vigilância sanitária vistoriaram diversas vezes a praça e a horta, sem encontrar criadouros larvas de *Aedes aegypti*. A aplicação de inseticidas seria extremamente danosa para o ecossistema local e, se não há comprovação de focos de larvas no local, pode ser evitada.

Em relação às ações em geral que estão sendo tomadas para combater o *Aedes aegypti*, nos preocupamos com a eficácia do uso em larga escala de inseticidas, seus danos ao meio ambiente e estamos particularmente alarmados com os potenciais efeitos de longo prazo da exposição das pessoas aos inseticidas, que podem ser ainda mais graves do que o surto das doenças causadas pelo vetor *Aedes aegypti*.

Atenciosamente,

Claudia Visoni, jornalista e conselheira do CADES Pinheiros

Madalena Buzzo, administradora de empresas, conselheira participativa de Pinheiros e conselheira do CADES Pinheiros

Sasha Hart, geólogo e conselheiro do CADES Pinheiros

Thais Mauad, médica e conselheira do CADES Pinheiros

Ana Campana, conselheira do CADES Lapa

Celia Celis, conselheira do CADES Lapa

José Celis, conselheiro do CADES Lapa

Alessandra de Albuquerque, publicitária

Alex Antunes Silva, consultor financeiro

Ana Lúcia Zincaglia, culinária e artesã

Andrea Pesek, diretora de arte

Anya Cardoso Teixeira, produtora

Camila Simões Mouri

Carol Ramos, jornalista

Cassia Castro, artista plástica e permacultora

Celia Regina P Martins

Celso Barbiéri Júnior, gestor ambiental

Cesar Takayuki

Cisele Ortiz, professora

Claudio Ramallo, professor

Clovis Oliveira, pesquisador científico

Cristina Cintra do Prado, gestora ambiental

Daniele Bertolo

Débora Vendramin Otta, engenheira agrônoma

Edith Derdyk

Erika Loureiro Vieira, médica

Eveli Pitá Yuerá, xamã e artista plástica

Gabriela Kalman, designer

Gabriela Rocha Itocazo, artista-educadora e pesquisadora

Gerson Luiz Pinheiro

Guilherme Reis Ranieri, gestor ambiental

Gustavo Lopes Canzian, cineasta

Gustavo Nagib, geógrafo

Henrique Paulo Moreira Junior, feirante

Iara Schimchak

Isabel Vidigal, tradutora

Joana Benetton Junqueira, antropóloga

João Nuno Pint, cineasta

Jose Antonio Campana

José Otávio Lotufo, arquiteto e urbanista

Kleber Tadashi, bibliotecário

Lana Lim, tradutora

Letícia Lindenberg Lemos, arquiteta e urbanista

Lúcia Jordan Gonçalves, professora

Lucimary Leal, vendedora

Luis Augusto Almeida, jornalista

Luis Fernando Amato Lourenço, engenheiro ambiental

Luiz de Campos Jr, geógrafo

Marcelo dos Santos

Maria Cecília Ferreira de Camargo, psicóloga

Maria Germano

Mariana Luiza Fiocco Machini, pesquisadora

Marília Oliveira Telles, advogada

Matheus Monteiro Wiggers

Mei Ying Chung, gerente financeiro

Mércia Minari, bióloga

Mônica Birchler Vanzella Meira, professora

Neuza Paranhos, jornalista

Nik Sabey, publicitário

Patrícia Centurion

Patrícia Kanomata Martins, advogada

Paula de Toledo Rozsa, fisioterapeuta

Paula Pedrosa, bióloga

Paula Rainho Lopes, fotógrafa e produtora

Regiane Nigro

Rita de Cássia Dias Barbosa, fotógrafa

Rodrigo Alves Lopes Robles, fisioterapeuta e educador ambiental

Rosara Frenk, professora e pedagoga

Samuel Gabanyi, administrador

Sergio Shigeeda, analista de sistemas

Susana Prizendt, arquiteta e urbanista

Tati Uva, professora

Tiago Queiroz, repórter fotográfico

Tiana Carla Lopes Moreira, engenheira agrônoma

Tomaz Grisotto Vello, fotógrafo

Vânia Alves, paisagista

Vinicius Marson, designer

Vinicius Pereira, músico

Viviana Senra Venosa, psicanalista

Zilma Zakir

Movimentos e coletivos que apoiam essa iniciativa: Rios e Ruas, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Movimento Urbano de Agroecologia, Nascentes SP, Cidade Azul, CSA Brasil.